



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATA DA 241ª SESSÃO DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 32 Nº 66.B
17 DE DEZEMBRO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2008

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2007-2008)

PRESIDENTE	Senador GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínia de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
AGRADECIMENTO			
Agradecimentos aos Senhores Senadores por estarem presentes na posse de Sua Excelência na Confederação Nacional de Agricultura. Senadora Kátia Abreu.....	651	Comentários acerca do discurso da Senadora Kátia Abreu durante sua posse na Presidência da Confederação Nacional de Agricultura, que destacou o agronegócio. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Marconi Perillo.....	459
AGRICULTURA			
Congratulações à Senadora Kátia Abreu, por assumir a Presidência da Confederação Nacional de Agricultura. Senador Arthur Virgílio.....	455	Congratulações à Senadora Kátia Abreu, por assumir a Presidência da Confederação Nacional de Agricultura. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Papaléo Paes.....	461
Elogios ao discurso da Senadora Kátia Abreu durante sua posse na Presidência da Confederação Nacional de Agricultura e pedidos de inclusão, nos Anais do Senado Federal, do referido discurso. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Romeu Tuma.....	455	Congratulações à Senadora Kátia Abreu, por assumir a Presidência da Confederação Nacional de Agricultura. Senadora Rosalba Ciarlini.....	651
Congratulações à Senadora Kátia Abreu, por assumir a Presidência da Confederação Nacional de Agricultura. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Alvaro Dias.....	456	Congratulações à Senadora Kátia Abreu, por assumir a Presidência da Confederação Nacional de Agricultura. Senadora Lúcia Vânia.....	651
Elogios ao discurso da Senadora Kátia Abreu durante sua posse na Presidência da Confederação Nacional de Agricultura e pedidos de inclusão, nos Anais do Senado Federal, do referido discurso. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Flexa Ribeiro.....	456	ARTIGO DE IMPRENSA	
Congratulações à Senadora Kátia Abreu, por assumir a Presidência da Confederação Nacional de Agricultura. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Adelmir Santana.....	457	Registro da matéria intitulada “Lula tenta enganar, mas a crise está aí”, publicada pela revista <i>Época</i> , edição de 27 de outubro de 2008. Senador Papaléo Paes.....	801
Considerações relativas à importância da área rural no Brasil. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Azeredo.....	458	Registro da matéria intitulada “Abaixo a Medida Provisória”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 17 de dezembro de 2008. Senador Papaléo Paes.....	801
Congratulações à Senadora Kátia Abreu, por assumir a Presidência da Confederação Nacional de Agricultura. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Osmar Dias.....	459	Registro da matéria intitulada “Lula e PT foram derrotados no domingo”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 28 de outubro de 2008, da matéria intitulada “Pacote da era Lula chega a R\$ 207 bilhões”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 23 de outubro de 2008, da matéria intitulada “Risco de quebraadeira leva governo a editar MP”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 23 de outubro de 2008 e do artigo intitulado “Acenderam a luz vermelha”, publicado pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 28 de outubro de 2008. Senador Mário Couto.....	810
		Registro da matéria intitulada “Perguntas, só por perguntar”, publicada no jornal <i>Folha de São Paulo</i> , edição de 03 de setembro de 2008, da	

	Pág.		Pág.
matéria intitulada “A POLÍCIA NÃO SABE COMO GRAMPEAR O PT”, publicada na revista <i>IstoÉ</i> , na edição de 3 de setembro de 2008, da matéria intitulada “Jobim diz que ABIN comprou ilegalmente malas de grampo”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , na edição de 3 de setembro de 2008, do artigo intitulado “O Estado não é policial, é frouxo”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , na edição de 2 de setembro de 2008, do artigo intitulado “O monstro vive”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , na edição de 2 de setembro de 2008, do editorial intitulado “As instituições reagem”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , na edição de 5 de setembro de 2008, da matéria intitulada “A riqueza do pré-sal depende do tamanho dos investimentos”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , na edição de 31 de agosto de 2008, do editorial intitulado “Grampo no poder”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , na edição de 2 de setembro de 2008, da matéria intitulada “Entidades cobram investigação de escuta ilegal”, publicada pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , na edição de 2 de setembro de 2008 e da matéria intitulada “A sombra do PT sobre a PF”, publicada na revista <i>Época</i> , na edição de 1 de setembro de 2008. Senador Cícero Lucena.....	819	Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio.....	482
Registro do artigo intitulado “O governo vai às compras?”, publicado pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 23 de outubro de 2008 e do artigo intitulado “Mal explicado”, publicado pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , na edição de 23 de outubro de 2008. Senador Flexa Ribeiro.	835	Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Alvaro Dias.	532
Registro da matéria intitulada “No AM, Lula elogia prefeito suspeito de desvio e fraude”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 11 de setembro de 2008, da matéria intitulada “Parlamentares admitem ineficiência no controle da ABIN”, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> , na edição de 7 de setembro de 2008 e da matéria intitulada “Servidores do Executivo já superam 1 milhão”, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> , na edição de 7 de setembro de 2008. Senador Sérgio Guerra.....	839	Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Flexa Ribeiro.....	534
BANCO		Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Aloizio Mercadante.....	537
Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Mozarildo Cavalcanti.	481	Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a cons-	

Pág.	Pág.		
<p>tituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Antonio Carlos Júnior.</p> <p>Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador José Agripino.</p> <p>Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Renato Casagrande.</p> <p>Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Cícero Lucena.</p> <p>Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Jefferson Praia.</p>	<p>539</p> <p>540</p> <p>542</p> <p>543</p> <p>544</p>	<p>setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Antonio Carlos Valadares.</p> <p>Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Osmar Dias.</p> <p>Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Heráclito Fortes.</p> <p>Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senadora Ideli Salvatti.</p> <p>Discussão do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Antonio Carlos Júnior.</p> <p>Discussão do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Jefferson Praia.</p> <p>Discussão do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Cai-</p>	<p>545</p> <p>546</p> <p>547</p> <p>549</p> <p>550</p> <p>551</p>

	Pág.		Pág.
xa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Alvaro Dias.	552	tituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Tasso Jereissati.	564
Discussão do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Papaléo Paes.	553	Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Romero Jucá.	568
Discussão do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Jarbas Vasconcelos.	555	Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Marconi Perillo.	569
Discussão do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Marcelo Crivella.	556	Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio.	571
Discussão do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Antonio Carlos Valadares.	557	Considerações acerca das emendas apresentadas por Sua Excelência à Medida Provisória nº 443, de 2008. Senador José Agripino.	573
Pedidos ao Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, que conceda o tempo necessário para o Senador Tasso Jereissati discorrer sobre a preocupação do Partido da Social Democracia Brasileira –PSDB - sobre a Medida Provisória nº 443, de 2008. Senador Arthur Virgílio.	563	Elogios ao papel da oposição por se empenhar para melhorar a Medida Provisória nº 443, de 2008. Senador Raimundo Colombo.	574
Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a cons-		Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador José Agripino.	582
		Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida	

Pág.	Pág.
Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Aloizio Mercadante.....	641
Reflexão a respeito da aprovação de emenda à Medida Provisória nº 443, de 2008. Senador Aloizio Mercadante.....	643
Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências. Senador Marconi Perillo.....	652
	791
	792
	(CPMF)
	590
CALAMIDADE PÚBLICA	
Apelo à votação da Medida Provisória nº 448, que destina recursos em favor de Santa Catarina, em razão das enchentes que devastaram o Estado. Senador José Agripino.....	639
Apelo à votação da Medida Provisória nº 448, que destina recursos em favor de Santa Catarina, em razão das enchentes que devastaram o Estado. Senador Arthur Virgílio.....	639
Apelo à votação da Medida Provisória nº 448, que destina recursos em favor de Santa Catarina, em razão das enchentes que devastaram o Estado. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Raimundo Colombo.....	640
Apelo à votação da Medida Provisória nº 448, que destina recursos em favor de Santa Catarina, em razão das enchentes que devastaram o Estado, alegando não ser necessária discussão a respeito da matéria. Senador Raimundo Colombo.....	646
Apoio à proposta do Senador Raimundo Colombo, que alega não ser necessária discussão a respeito da Medida Provisória nº 448, que destina recursos em favor de Santa Catarina, pois foi votada unanimemente na Câmara Federal. Senador Romero Jucá.....	646
CÂMARA MUNICIPAL	
Críticas ao bloqueio da votação, destacando que a matéria do fundo soberano e a Proposta de	
Emenda à Constituição – PEC nº 20 precisam ser votadas imediatamente. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Romero Jucá.....	641
Considerações acerca da votação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 20 antes da votação do fundo soberano. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino.....	643
Encaminhamento de requerimento solicitando a preferência para a votação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 20, de 2008. Senador José Agripino.....	652
Reflexão a respeito da importância dos vereadores e pedidos de votação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 20. Senador Mão Santa.	791
Pedidos de votação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 20. Senador Marconi Perillo.....	792
	(CPMF)
	590
Registro do transcurso de um ano da derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras - CPMF. Senador Arthur Virgílio.	455
Comentários sobre o transcurso de um ano da derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras – CPMF - e dos 40 anos do fim do Ato Institucional nº 5 – AI-5, ambos realizados no dia 13 de dezembro. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Alvaro Dias.....	456
Observações que envolvem a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras – CPMF – e a baixa redução da carga tributária em alguns produtos. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Adelmir Santana.....	457
Comentários sobre o transcurso de um ano da derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras - CPMF - e dos 40 anos do fim do Ato Institucional nº 5 – AI-5, ambos realizados no dia 13 de dezembro. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Marconi Perillo.....	459
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Análise sobre a importância da aprovação da Lei nº 11.508, de julho de 2008, que trata das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) e considerações sobre a criação de ZPEs no Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.....	488
Discussão do Projeto de Resolução nº 51, de 2008, que autoriza o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Pra-	

	Pág.		Pág.
ta (FONPLATA), no valor de até US\$3.217.500,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah. Senador Delcídio Amaral.	646	de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até cinqüenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns. Senador Arthur Virgílio.	650
Discussão do Projeto de Resolução nº 51, de 2008, que autoriza o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$3.217.500,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah. Senador Flexa Ribeiro.....	647	Discussão do Projeto de Resolução nº 60, de 2008, que autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação d crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América. Senador Antonio Carlos Valadares.	655
Discussão do Projeto de Resolução nº 51, de 2008, que autoriza o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$3.217.500,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah. Senador Arthur Virgílio.	647	Discussão do Projeto de Resolução nº 60, de 2008, que autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação d crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América. Senador Tasso Jereissati.	655
Discussão do Projeto de Resolução nº 59, de 2008, que autoriza o Município de Goiânia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até cinqüenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns. Senador Demóstenes Torres.....	650	Discussão do Projeto de Resolução nº 60, de 2008, que autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação d crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América. Senador Arthur Virgílio.....	655
Considerações acerca da importância da aprovação do Projeto de Resolução nº 59, de 2008, que autoriza o Município de Goiânia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até cinqüenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns. Senadora Lúcia Vânia.	650	Discussão do Projeto de Resolução nº 65, de 2008, que autoriza o Estado do Acre a contratar crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América. Senador Arthur Virgílio.	661
Discussão do Projeto de Resolução nº 59, de 2008, que autoriza o Município de Goiânia, Estado	650	Discussão do Projeto de Resolução nº 65, de 2008, que autoriza o Estado do Acre a contratar crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América. Senadora Ideli Salvatti.	661
		Discussão do Projeto de Resolução nº 65, de 2008, que autoriza o Estado do Acre a contratar crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América. Senador Tião Viana.....	661
		Encaminhamento à votação do Projeto de Resolução nº 69, de 2008, que autoriza o Município de Belém, Estado do Pará, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao	

Pág.	Pág.
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até sessenta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben). Senador Flexa Ribeiro..	
669	Encaminhamento à votação do Projeto de Resolução nº 69, de 2008, que autoriza o Município de Belém, Estado do Pará, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até sessenta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben). Senador Arthur Virgílio.
669	Considerações acerca da importância da aprovação do Projeto de Resolução nº 59, de 2008. Senador Marconi Perillo.....
792	
DIREITOS HUMANOS	
	Apoio a sugestão do Senador José Nery de realizar uma sessão solene especial em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos com duração reduzida para não atrapalhar as votações. Senador Cristovam Buarque.....
486	
	Apoio a sugestão do Senador José Nery de realizar uma sessão solene especial em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos com duração reduzida para não atrapalhar as votações. Senador Tião Viana.
486	
	Apoio a sugestão do Senador José Nery de realizar uma sessão solene especial em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos com duração reduzida para não atrapalhar as votações. Senador Arthur Virgílio.....
486	
	Observações sobre a importância de Jesus Cristo como exemplo de respeito e amor para os seres humanos. Senador Marcelo Crivella.
857	
	Comentários acerca da situação do italiano Cesare Battisti, que se encontra preso na penitenciária do Distrito Federal, e críticas ao Governo Federal na questão dos atletas cubanos que foram devolvidos a Cuba, sem que se respeite a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador Heráclito Fortes.
878	
EDUCAÇÃO	
	Observações a respeito do julgamento, no Supremo Tribunal Federal – STF, da lei do piso
	salarial dos professores. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Cristovam Buarque.
	884
HOMENAGEM	
	Homenagem pelo transcurso dos 60 anos do Turismo Social do SESC - Serviço Social do Comércio. Senador Romeu Tuma.....
844	
	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador José Nery.
847	
	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador Cristovam Buarque.....
850	
	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador Valdir Raupp.....
853	
	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador Paulo Paim.
854	
	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador Pedro Simon.....
857	
	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador João Pedro.
868	
	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador Arthur Virgílio.....
868	
	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador Eduardo Suplicy.
875	
	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senadora Rosalba Ciarlini.....
876	
	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador Renato Casagrande.
877	
	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador Mão Santa.....
877	
	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador Inácio Arruda.....
880	
	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aparte ao Senador Inácio Arruda. Senadora Marina Silva.
880	
	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senadora Serys Slhessarenko.
883	

VIII

	Pág.		Pág.
Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador Flexa Ribeiro.	884	Parecer nº 1.303, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (Medida Provisória nº 443, de 2008). Senador Garibaldi Alves Filho.	591
Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador Flávio Arns.	885	Parecer nº 1.304, de 2008 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 444, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica. Senador Eduardo Suplicy.	594
Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e relato da importância da Organização das Nações Unidas - ONU. Senador Romeu Tuma.	893	Parecer nº 1.305, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 51, de 2008. Senador Garibaldi Alves Filho.	648
JUVENTUDE		Parecer nº 1.306, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 59, de 2008. Senador Garibaldi Alves Filho.	652
Análise sobre a importância da música para a juventude. Senador Paulo Paim.	488	Parecer nº 1.307, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 60, de 2008. Senador Garibaldi Alves Filho.	656
Preocupação com a situação da juventude no Brasil. Senadora Patrícia Saboya.	845	Parecer nº 1.308, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 61, de 2008. Senador Garibaldi Alves Filho.	658
OFÍCIO		Parecer nº 1.309, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 65, de 2008. Senador Garibaldi Alves Filho.	662
Ofício nº 876, de 2008, que encaminha o Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2008 (Medida Provisória nº 448, de 2008, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 16/12/08, que “abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica”	604	Parecer nº 1.310, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 68, de 2008. Senador Garibaldi Alves Filho.	666
PARECER		Parecer nº 1.311, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 69, de 2008. Senador Garibaldi Alves Filho.	670
Parecer nº 1.301, de 2008 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 30, de 2008, originado da Medida Provisória nº 443, de 2008, o qual autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências. Senador Valter Pereira.	469	Parecer nº 1.312, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176, de 1995, na Casa de origem). Senador Alvaro Dias.	683
Parecer nº 1.302, de 2008 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 30, de 2008, originado da Medida Provisória nº 443, de 2008, o qual autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências. Senador Valdir Raupp.	572	Parecer nº 1.313, de 2008 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Senador Eliseu Resende.	673
		Parecer nº 1.314, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176, de 1995, na Casa de Origem). Senador Alvaro Dias.	738

	Pág.		Pág.
(PETROBRÁS)		estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio.....	734
Comentários acerca da má gestão que comanda a Petrobrás. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Marconi Perillo.	459	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Senador César Borges.	735
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO		Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Senador Heráclito Fortes.	735
Pedidos pela votação da Lei da Pesca. Senador Marcelo Crivella.	585	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Senador Renato Casagrande.	735
Pedidos pela votação da Lei da Pesca. Senadora Rosalba Ciarlini.	587	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Senador Rosalba Ciarlini.	736
Pedidos pela votação da Lei da Pesca. Senadora Patrícia Saboya.	587	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Senador Marcelo Crivella.	736
POLÍTICA DE TRANSPORTES		Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Senadora Lúcia Vânia.	737
Elogios ao Senador Eliseu Resende por seu trabalho como Relator, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000. Senador José Agripino.	673	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Senador Valter Pereira.	737
Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Senador Delcídio Amaral.	731	Enaltecimentos a aprovação do Plano Nacional de Viação. Senador Marconi Perillo.	792
Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Senador Jayme Campos.	732	POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA	
Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Senador Flexa Ribeiro.	732	Observações sobre a crise financeira mundial, pedindo atenção da sociedade brasileira para este momento delicado. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Papaléo Paes.	461
Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Senador Marco Maciel.	733	Críticas à imposição da votação do fundo soberano. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Papaléo Paes.	642
Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Senador Eduardo Azeredo.	733	Convocação dos cidadãos do País a reforçarem a vigília contra o aumento de preços, em razão dos efeitos da crise econômica. Senador Papaléo Paes.	801
Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências. Senadora Kátia Abreu.	733		

	Pág.		Pág.
POLÍTICA ENERGÉTICA			
Encaminhamento à votação do Projeto de Resolução nº 68, de 2008, que autoriza as Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até treze milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e um centavos, com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) da República Federal da Alemanha, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto Complexo São Bernardo. Senador Delcídio Amaral.....	665	Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Senador Romero Jucá.....	843
		PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	
Encaminhamento à votação do Projeto de Resolução nº 68, de 2008, que autoriza as Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até treze milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e um centavos, com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) da República Federal da Alemanha, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto Complexo São Bernardo. Senador Arthur Virgílio.....	665	Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S. A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências.	576
		PROJETO DE LEI DO SENADO	
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 444, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica. Senador Arthur Virgílio.....	597	Projeto de Lei do Senado nº 486, de 2008, que unifica a hora legal no território brasileiro. Senador Arthur Virgílio.....	530
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 444, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica. Senador Mozarildo Cavalcanti.	600	Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2008, que veda o porte e o uso de armas letais pelo policiamento ostensivo em eventos públicos esportivos, religiosos, recreativos e afins. Senador Gilvam Borges.	531
		PROJETO DE RESOLUÇÃO	
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 444, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica. Senador Sérgio Guerra....	602	Projeto de Resolução do Senado nº 70, de 2008, que suspende, por tempo indeterminado, o pagamento de dívidas, contraídas com União, pelo Estado do Rio de Janeiro e pelos municípios atingidos pelas enchentes. Senador Marcelo Crivella.	532
POLÍTICA SOCIAL		REGIMENTO INTERNO	
Registro do recebimento e considerações sobre o Relatório de Ações Sociais 2007, do Serviço		Lança o nome do Senador Garibaldi Alves Filho como candidato à Presidência do Senado pela bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Senador Valdir Raupp.....	558
		Manifestação de dúvidas a respeito da candidatura à Presidência do Senado do Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Demóstenes Torres. ..	558
		Preocupação quanto à candidatura do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado. Senador Renato Casagrande.	559
		Menciona o artigo da Constituição Federal que veda a recondução para o mesmo cargo na Mesa do Senado Federal em eleição imediatamente subsequente. Senador Demóstenes Torres.....	559
		Considerações acerca da candidatura à Presidência do Senado do Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Pedro Simon.	560

Pág.	Pág.
Comentários acerca da retirada de destaques de emendas. Senador José Agripino.....	563
Observações a respeito da sucessão da Mesa Diretora do Senado Federal. Senador José Nery..	587
Considerações acerca do processo de votação das matérias na Sessão. Senador Arthur Virgílio.....	589
Pedidos de entendimento acerca da votação das matérias. Senador José Agripino.....	788
Considerações sobre requerimento apresentado pelos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino que pede preferência para a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 20. Senador Romero Jucá.....	788
Críticas à oposição por não cumprir o que foi acordado acerca da votação das matérias. Senador Romero Jucá.....	789
Esclarecimentos acerca de requerimento apresentado por Sua Excelência e pelo Senador José Agripino que pede preferência para a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 20. Senador Arthur Virgílio.....	789
Esclarecimentos acerca de requerimento apresentado por Sua Excelência e pelo Senador Arthur Virgílio que pede preferência para a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 20. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino.....	789
Comentários acerca da ordem da votação. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Romero Jucá.....	790
Críticas a respeito da falta de entendimento entre os Líderes. Senador Raimundo Colombo.....	793
Relato sobre a instalação dos trabalhos da Comissão Temporária para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal. Senador Papaléo Paes.....	801
REQUERIMENTO	
Requerimento nº 1.657, de 2008, que requer Voto de Louvor ao Turismo Social do SESC - Serviço Social do Comércio - por seus 60 anos de bons serviços prestados ao povo brasileiro. Senador Adelmir Santana.....	492
Requerimento nº 1.658, de 2008, que requer tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, e do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, por versarem sobre a mesma matéria. Senador Antonio Carlos Valadares.....	492
Requerimento nº 1.659, de 2008, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2008, de autoria de Sua Excelência, que permite que o desconto da contribuição patronal do imposto de renda das pessoas físicas, previsto na Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, seja feito em dobro quando o empregado doméstico freqüente instituição de ensino. Senador Cristovam Buarque.....	493
Requerimento nº 1.660, de 2008, que requer inserção em ata de Voto de Congratulações aos Senhores Jair Coser - Diretor-Presidente; Batista Mancini – Diretor de Comercialização; Ary Bortolini – Diretor Comercial; Carlos Honorato Ferreira – Diretor Comercial; Octavio Rudge – Diretor Superintendente; Fábio Coser Teixeira – Diretor Administrativo-Financeiro, todos da Companhia de Comércio Exterior – UNICAFÉ. Senador Gerson Camata.....	493
Requerimento nº 1.661, de 2008, que requer destaque para a votação em separado do art. 7º e seus §§ 1º e 2º do Projeto de Lei de Conversão nº 30 de 2008. Senador Tasso Jereissati.....	561
Requerimento nº 1.662, de 2008, que requer destaque para a votação em separado da Emenda nº 4, que dá nova redação ao art. 1º à Medida Provisória nº 443 (Projeto de Lei de Conversão nº 30), de 21 de outubro de 2008. Senador Tasso Jereissati.....	562
Requerimento nº 1.663, de 2008, que requer Destaque para votação em separado da Emenda nº 12, de autoria do Deputado Guilherme Campos, oferecida à Medida Provisória nº 443, de 2008 (Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008). Senador José Agripino.....	562
Requerimento nº 1.664, de 2008, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 14 ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (Medida Provisória nº 443/2008). Senador Marconi Perillo.....	562
Requerimento nº 1.665, de 2008, que requer destaque para a votação em separado da Emenda nº 15 ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (Medida Provisória nº 443/2008). Senador Marconi Perillo.....	562
Requerimento nº 1.666, de 2008, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 29 ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (Medida Provisória nº 443/2008). Senador Marconi Perillo.....	562
Requerimento nº 1.667, de 2008, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 36 ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (Medida Provisória nº 443/2008). Senador Marconi Perillo.....	562
Requerimento nº 1.668, de 2008, que requer destaque para votação em separado da Emenda	

	Pág.		Pág.
nº 55 que suprime o art. 4º da Medida Provisória nº 443 (Projeto de Lei de Conversão nº 30), de 21 de outubro de 2008. Senador Tasso Jereissati.....	562		
Requerimento nº 1.669, de 2008, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 84, de autoria do Deputado José Aníbal, oferecida à Medida provisória nº 443, de 2008 (Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008). Senador José Agripino.....	562	Requerimento nº 1.674, de 2008, que requer preferência para votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2008. Senador José Agripino.....	786
Requerimento nº 1.670, de 2008, que requer retirada do Requerimento nº 1.669, de 2008. Senador José Agripino.....	575	Requerimento nº 1.675, de 2008, que requer preferência para o Projeto de Lei da Câmara nº 164 – Fundo Soberano. Senador Romero Jucá.	787
Requerimento nº 1.671, de 2008, que requer retirada da Emenda nº 112, de autoria de Sua Excelência, oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 30 de 2008. Senador Romero Jucá.....	590	Requerimento nº 1.676, de 2008, que requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 2008, que “Cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB, dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações e dá outras providências. Senador Romero Jucá.	787
Requerimento nº 1.672, de 2008, que requer retirada da Emenda nº 114, de autoria de Sua Excelência, oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 30 de 2008. Senador Romero Jucá.....	591		
Requerimento nº 1.673, de 2008, que requer dispensa de publicação de redação final. Senadora Serys Slhessarenko.....	649	SAÚDE	
		Relato a respeito da escassez de medicamentos na farmácia, em consequência da crise econômica, e considerações sobre os dados do estudo do Ministério da Saúde intitulado “Saúde Brasil 2007”, baseado em registros do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM). Senador Papaléo Paes.....	801

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Há número regimental. Está reaberta a sessão, que foi suspensa na noite de ontem. Estamos dando prosseguimento a ela.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu me inscrevo para falar em nome do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Osmar Dias fica inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 13 de dezembro do ano passado, deu-se aqui a histórica batalha que redundou na desaprovação da prorrogação do chamado imposto do cheque, da CPMF.

Fechamos o ano de maneira brilhante e sob as acusações do Governo de que haveria o caos. Sempre o *marketing*, sempre a leviandade dizendo que o caos é a resposta a qualquer negativa que se dê às pretensões que saiam do Planalto.

Ficou provado que não se precisava da CPMF na economia brasileira, ficou comprovado isso. Agora o Governo, já com sinais de queda de arrecadação, propõe desoneração de tributos, uma desoneração, Senador Romeu Tuma, insignificante, de apenas 0.3% do PIB brasileiro, ou seja, praticamente nada. Mas, de qualquer maneira, para quem dizia que não podia viver sem a CPMF, desonerou alguma coisa como R\$9 bilhões. E a CPMF era uma expectativa acima de R\$40 bilhões. Logo, se é possível desonerar 9 depois de ter perdido 40, é óbvio que os 40 não eram necessários, Senador Alvaro Dias.

Mas registro aqui este pouco mais de um ano de derrubada do imposto do cheque da CPMF, que é a Contribuição Provisória – que queriam permanente, e nós acabamos com isso – Sobre Movimentação Financeira.

Estamos aqui, portanto, Sr. Presidente, para fazer este registro e eu gostaria, neste momento, de homenagear uma Colega nossa que viveu ontem um dos momentos de pico da sua carreira pública, a Senadora Kátia Abreu. Eu tive a alegria de comparecer à Federação Nacional da Agricultura para vê-la empossada Presidenta. Tive a honra e a alegria de comparecer à posse da Senadora Kátia Abreu e de ver uma mulher

tão jovem, aparentemente tão frágil, mas tão forte na realidade, em posição de destaque inegável numa solenidade prestigiada pelas mais altas autoridades do Governo, pelas mais altas representações da Oposição, por Colegas seus de Senado Federal, por inúmeros Deputados Federais e Senadores de vários matizes ideológicos e políticos.

Senador Tuma, a quem concedo o aparte em poucos minutos, Senador Alvaro Dias, gostaria de ressaltar que, eu que não sou do ramo do setor primário, disse: meu Deus, esse discurso dessa moça é muito lúcido. Ela fez um discurso muito bonito, muito fluente, muito correto, conceitualmente perfeito, um discurso em que ela que chama à compreensão moderna aqueles que até hoje estigmatizam a agropecuária, o agronegócio, como se não estivesse aí um percentual de mais de 1/3 da geração de empregos no País, de 36%, Senador Azeredo, das exportações, representadas pelo setor agropecuário.

E eu vi a Senadora Kátia Abreu, ontem, homenageada pela Nação, com a presença de 27 agremiações da agricultura no País inteiro, a começar – e aí eu puxo a brasa para o meu lado – pelo meu querido amigo, Dr. Eurípedes Lins, que é quem representa o setor, que é o representante da CNA no Estado do Amazonas.

Pela ordem, ouço o nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a parece que adivinhou o pensamento de todos aqueles que, como V. Ex^a, estiveram presentes à posse da nossa querida Senadora Kátia Abreu. Eu tive uma cautela, Senador, não sei se V. Ex^a concorda, no seu pronunciamento, V. Ex^a que tem toda a eloquência, é um grande líder desta Casa, representa um grande exemplo para todos nós, de coragem, de destemor, de enfrentamento – pena que está terminando o ano, vou sentir saudades das suas vibrações desta tribuna – de lembrar do meu Amazonas. Mas a Kátia fez um belo discurso representando a figura clara do que representam para a economia brasileira a agricultura, o agronegócio e a pecuária, um conjunto que era praticamente afastado, do respeito que tem de ser dado àqueles que no campo produzem e alimentam as pessoas e, às vezes, como disse ela, têm que lutar e pensar no empréstimo e não no lucro. Quer dizer, a agropecuária, pela descrição que fez, está sendo sacrificada, ao longo dos anos, pelo PIB que representa, pela exportação de 36%, que V. Ex^a assinalou, por tudo isso. Acho que é uma homenagem justa, correta, que V. Ex^a presta. Queria endossar e pedir licença a V. Ex^a para que o discurso dela, que eu trouxe, constasse dos *Anais* do Senado nesta hora em que V. Ex^a

ocupa a tribuna; gostaria que solicitasse ao Presidente que faça constar. Já mandei apanhar para entregar em suas mãos, se V. Ex^a concordar que conste dos *Anais*, pela importância de todos os dados que ela forneceu e pela objetividade do discurso que pronunciou na presença de representantes dos três Poderes: o Senador Garibaldi Alves, em nome do Poder Legislativo; o Presidente do Supremo, em nome do Judiciário, e três Ministros que lá estavam, além de Governadores e grandes autoridades. Parabéns, Senador. Acredito que V. Ex^a fala por todos nós. E pelos apartes pedidos notamos a importância do seu pronunciamento. Obrigado pela atenção.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Tuma. Para mim, é uma alegria muito grande poder incorporar, neste momento, aos *Anais* da Casa, por iniciativa de V. Ex^a – e que isso fique bem claro – o discurso consistente da Senadora Kátia Abreu.

Agradeço a V. Ex^a e concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a começou seu discurso abordando a carga tributária que cresceu, atingindo a marca de 36,6% do Produto Interno Bruto do nosso País. Há uma coincidência que tem de ser destacada. A imprensa repercutiu, como não poderia deixar de fazê-lo, os 40 anos da edição do Ato Institucional nº 5, no dia 13 de dezembro, e, coincidentemente, no dia 13 de dezembro, nós sepultamos nesta Casa a CPMF. Completou, no último dia 13 de dezembro, juntamente com o AI-5, o aniversário de um ano da CPMF, que arrecadou, ou que confiscou do povo brasileiro mais de R\$200 bilhões, cuja destinação, evidentemente, não foi apercebida pelo povo brasileiro, porque os benefícios auferidos com essa cobrança não foram sentidos pela população brasileira, especialmente no setor de saúde pública. Portanto, lembra bem V. Ex^a os dois fatos: o Ato Institucional nº 5, que foi o símbolo de um período autoritário, e o fim também da CPMF, que foi um período de confisco de renda do cidadão brasileiro. Agora, V. Ex^a enaltece a vitória da Senadora Kátia Abreu, que honra o Senado ao assumir a Presidência de uma confederação da maior importância para o País. E nós queremos desejar a ela o sucesso que tem tido até aqui como mulher ativa, desprendida, corajosa e competente. Certamente, a agricultura brasileira, a agropecuária do nosso País, o setor primário do nosso País, vai ganhar muito com a sua liderança, exatamente porque ela tem a coragem para enfrentar, se necessário, os governos na defesa, sobretudo, dos interesses de quem ela representa. À Kátia Abreu os nossos cumprimentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. Antes de conceder um aparte, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro e, depois, ao Senador Adelmir, ao Senador Eduardo Azeredo e ao Senador Marconi Perillo, digo duas coisas. A primeira é que, a esta altura, quando se fala em futuro da Senadora Kátia Abreu, já não duvido mais de nada, porque eu só a vi colher vitórias na vida e sei da sua origem humilde, da sua luta e da sua disposição de combater pelos seus ideais e por aquilo em que acredita. Ontem, ela viveu de fato um momento fulgurante que deve ser ressaltado pelos companheiros que a estimulam e que presenciam a sua competência e a sua dedicação diante de um relatório e de um desafio. É uma mulher de desafios.

Mas V. Ex^a me faz uma lembrança, Senador Alvaro Dias, dos 40 anos do AI-5. Neste mesmo plenário, há 40 anos, quando se abatia aquela tragédia sobre o País, um punhado de pessoas resistia: meu pai; Marcelo Alencar, nosso companheiro do Rio de Janeiro; Mário Martins, grande Parlamentar que o Espírito Santo emprestou ao Rio de Janeiro e este Estado doou ao País; João Abraão; Josaphat Marinho, com seu estilo moderado, mas no espírito legalista mais restrito – uma época muito triste e que, naquele momento, representou derrota da democracia.

A CPMF, um ano atrás, representou vitória do povo brasileiro nós a termos derrubado, como fizemos. Portanto, que se ressalte: o Governo não tem argumentos para falar de CPMF mais. Temos de ter muito orgulho do gesto que tomamos naquele momento e da firmeza que demonstramos, impondo não uma derrota a quem quer que seja, mas uma vitória à economia brasileira, aos pequenos empresários, à idéia do emprego e da prosperidade.

Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a abre os trabalhos da sessão de hoje com um pronunciamento da mais alta importância para todos nós e para a Nação Brasileira, relatando a posse da Senadora Kátia Abreu na Presidência da Confederação Nacional da Agricultura. O setor primário da economia brasileira, sem sombra de dúvida, é um dos mais importantes e tem dado sustentação ao nosso País, nos momentos mais importantes, momentos de crise, como ocorreu em alguns anos passados. Mas sempre passa por dificuldade em função da questão financeira, econômica, dos empréstimos, como aqui foi dito. Ontem, o que todos vimos presentes à posse da Senadora Kátia Abreu foi um discurso vibrante, contundente, positivo em que ela não só defende o agronegócio, mas mostra, demonstra a importância

do agronegócio para a economia brasileira, para a melhoria da qualidade dos brasileiros que vivem no campo. Eu quero parabenizar a Senadora Kátia Abreu, os atores do setor do campo, do agronegócio por terem na Senadora Kátia Abreu a sua liderança maior. Quero fazer minhas também as palavras do Senador Romeu Tuma, para que V. Ex^a solicite a inclusão, nos *Anais* do Senado, do pronunciamento da Senadora Kátia Abreu por ocasião da sua posse. Tenho certeza absoluta que Deus há de iluminá-la e que ela fará à frente da CNA um brilhante trabalho que vai elevar a produção brasileira, vai elevar a importância do agronegócio na economia do nosso País. Parabéns à CNA, parabéns à Senadora Kátia Abreu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro, que conste nos *Anais* a iniciativa de V. Ex^a também.

Acabo de receber do Senador Romeu Tuma a íntegra do pronunciamento proferido ontem pela Senadora Kátia Abreu, que é memorável, que revela todos seus projetos tão objetivos, tão concretos para o agronegócio brasileiro.

Percebo que a CNA – e aí me lembro, Senador Eduardo Azeredo, do meu querido amigo, falecido, Ernesto de Salvo, que deixou muitas saudades e que terá em Kátia Abreu a continuidade da sua garra, da sua disposição de luta, da sua lucidez. Fico muito feliz por este momento por ela vivido. Sei que será um momento, para usar a expressão francesa, de *essor*, de desenvolvimento, de crescimento, de explosão para o agronegócio brasileiro, a depender das gestões e das pressões que partam da Confederação.

Senador Adelmir Santana, com muita honra.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Arthur Virgílio, eu queria me reportar ao início do discurso de V. Ex^a, quando faz referências à ação que tomamos aqui com relação à CPMF e, ao mesmo tempo, tece considerações sobre a baixa redução da carga tributária verificada agora em alguns produtos, e no IOF especialmente. V. Ex^a faz referência que já dá sinais de redução de receita do Governo em relação à carga tributária. Esses sinais são evidentes e são demonstrados também pelos próprios resultados publicados recentemente com relação, por exemplo, às vendas no comércio. Vem sendo mostrado que, nos últimos meses, apesar de ainda não termos desemprego em massa ou quebra da renda das famílias, já há um sinal, dado pelo próprio IBGE de que as vendas no comércio caem nesses últimos dois meses. Aqui, em Brasília, as pesquisas são mais à frente das pesquisas do IBGE, e esses sinais vêm sendo demonstrados com baixa nas vendas já nos últimos dois meses. Ao mesmo tempo, a imprensa fala da crise que chega ao

cofre federal, o que reafirma as palavras de V. Ex^a. A própria CNI hoje faz algumas declarações, prevendo o processo de recessão. A Fiesp acredita em mais demissões. Então, é um quadro que, efetivamente, diverge, inclusive, das posições apresentadas pelo Presidente do Banco Central, Meirelles, que é mais otimista. Mas começamos a nos preocupar com toda essa situação porque sentimos que os bens duráveis, aqueles que exigem maior prazo de financiamento, que exigem a questão creditícia já apresentam resultados extremamente preocupantes. Então, a primeira parte do discurso de V. Ex^a é pertinente aos fatos que estão sendo registrados nestes últimos dias. Com relação à posse da Senadora Kátia Abreu, também tive oportunidade de estar lá, concordo plenamente com todas as colocações que foram feitas aqui. É a primeira vez em que uma Confederação, talvez todas elas, confederações do setor produtivo, tem na sua direção uma mulher, e isso aumenta ainda mais a admiração que temos pela Senadora Kátia Abreu, e a responsabilidade dela, que se mostra cada vez mais exigente. Quero dizer que foi um ato que encheu de orgulho a todos os companheiros de Kátia Abreu, com o seu discurso vibrante e claro, em que demonstrou a importância do setor do agronegócio e o apoio que ela tem de todos os seus companheiros e de todos nós, Senadores, o poder político que se fez presente em sua posse. À Kátia Abreu, portanto, quero estender, além das palavras de outros que me antecederam, os meus parabéns e desejar que tenha pleno êxito e sucesso na sua gestão. Parabenizo a V. Ex^a por ter colocado muito bem esta questão nesta manhã.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Adelmir Santana, e respondo ao seu aparte com dois tópicos bem rápidos. Primeiro, a queda da arrecadação está aí: 16% de um mês para o outro. Estamos vendo já essa ciranda que não é benigna, que é maligna: férias coletivas, início de onda de desemprego. É uma crise que ainda não foi percebida por amplos setores da sociedade brasileira, mas que está instalada, Senador Papaléo, está instalada esta crise e precisa ser enfrentada com medidas que, efetivamente, a contrariem, e não com rodeios como tem feito o atual Governo. Dou um exemplo bem claro. Não amplia o alcance do seguro-desemprego porque não quer passar para as pessoas da sociedade a idéia de que haverá desemprego. É uma forma não ingênua, talvez até maliciosa, mas, de qualquer maneira, incompetente de lidar com a crise que aí está. Prefiro falar a verdade, sim, não vou repetir as expressões do Presidente. Mas, se sou médico, e estivesse diante de um paciente, eu falaria a verdade, como o Presidente Obama está falando a verdade para a economia ame-

ricana. Eu diria: “É momento de dureza, de sacrifício. Vamos ter luta pela frente.” Eu não enganaria o paciente, não. Eu daria a ele toda a possibilidade de meditar até para me ajudar a fazer o seu tratamento. Eu não iludiria o paciente. Considero que iludir o paciente não é a melhor saída.

Senador Eduardo Azeredo e, em seguida, Senador Osmar Dias, Senador Marconi Perillo e Senador Papaléo Paes.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, nosso Líder, a noite de ontem realmente merece ser lembrada: a posse da Senadora Kátia Abreu, uma combativa representante do seu Estado, Tocantins. Agora, S. Ex^a fará o mesmo na defesa da classe da agricultura e da pecuária da área rural brasileira. Quero, em nome da Senadora Kátia, homenagear todos os brasileiros que trabalham no campo. Senador Arthur, fala-se muito que o Brasil se urbanizou e que temos hoje mais de 80% das pessoas morando nas cidades. É verdade. Mas se esquece de dizer que estão morando e trabalhando na área rural. Houve realmente este movimento das pessoas: muitas deixaram de morar na própria fazenda, mas moram na pequena cidade, com a distância de 5, 10, 15, 20 quilômetros para a sua fazenda. Lá, então, trabalham e fazem a produção brasileira. Realmente, mais de um terço do nosso PIB vem também da área rural. Minas Gerais, o Estado que represento aqui com muito orgulho, tem uma presença muito forte nessa área. Lá, estava ontem presente. Vi com muita satisfação o ex-Ministro Alysson Paulinelli, que foi também Secretário de Cultura do meu Governo, os representantes e o Presidente da Faemg, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, e os Deputados que representam a área rural mineira. Desse modo, Minas Gerais está ao lado da Senadora Kátia e dos produtores rurais. Disse-se muito no passado também que tínhamos a política café com leite, que era São Paulo com Minas. Hoje, café com leite é Minas Gerais, só! Porque nós somos os maiores produtores de café, somos os maiores produtores de leite do País; exportadores de café de qualidade. Nós temos de sempre lembrar, como foi feito como V. Ex^a, a figura de Antônio Ernesto de Salvo. Ernesto, realmente, foi um grande presidente. Eu me lembro bem de um debate que tivemos aqui em que ele, em cinco minutos, disse tudo e nos convenceu a todos com relação à reforma tributária. Nós discutimos a reforma tributária em 2003. Nós a aprovamos aqui; o Governo que não a aprovou na Câmara. E, agora, fica querendo insistir de que é com nova versão. Mas, a versão que aprovamos, o Governo deixou parada na Câmara. Então, é o momento, também, de nós lembrarmos, Senador Arthur, de como esse fluxo mudou.

Graças à evolução tecnológica, e o Brasil ter virado um País normal, ao Programa de Privatização, vemos hoje o celular presente nas fazendas. Vemos hoje que o homem do campo pode utilizar – e utiliza – o telefone celular para ver o preço do gado, para ver o preço dos produtos: do arroz, do feijão. Ele o usa para suas necessidades para comprar um remédio, porque, aí, vem de moto-táxi para sua fazenda. Isso tudo mudou muito! Há muita gente que fica só morando na grande cidade e não sabe como funciona, efetivamente, a área rural brasileira, hoje. Ela evoluiu. A motocicleta é um fenômeno, também! É uma revolução o que a motocicleta faz, hoje, em todo o Brasil. Nós falamos muito da produção do automóveis que é superior a dois milhões e já está chegando a três milhões. A produção de motocicletas está, também, nessa faixa. E a motocicleta 0 Km custa de R\$5 mil a R\$6 mil. E ela tem exercido um papel fundamental para o homem do campo, somando-se aos transportes tradicionais: ao cavalo, ao boi, que ainda permanecem com muita utilidade. Ressalto esse lado da modernização do campo, também nesse aspecto.

Não só no aspecto da mecanização agrícola, das máquinas de colheita, das máquinas de plantio; mas também esse aspecto do celular, da motocicleta, o que faz com que o homem do campo tenha um maior conforto com a televisão na sua moradia. Portanto, a valorização do homem do campo, a valorização da área rural brasileira é muito importante e deve ser lembrada a todo momento. São Brasis diferentes. O seu Brasil lá do Amazonas é completamente diferente. Eu me lembro do dia em que estávamos conversando sobre resultados eleitores e como nos chamou atenção sua descrição dos resultados. Em vez de fazer como eu fazia: no sul de Minas foi assim, no Triângulo de Minas foi assim; V. Ex^a dizia assim: no rio Solimões foi assim, no rio Amazonas foi assim. É um outro tipo de País, que funciona acompanhando os rios. A nossa diversidade deve ser sempre respeitada e valorizada. Senador Arthur Virgílio, nós estamos aqui, hoje, a nossa Bancada já está aqui toda presente, desde cedo, nós todos do PSDB já estamos aqui para votar! Sr. Presidente Garibaldi, nós estamos aqui, o Governo é que não chegou ainda. Nós chegamos cedo. O Governo, que deveria ser o maior interessado em votar, não chegou. Nós já estamos aqui e vamos discutir os temas importantes que temos para votar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Eu tenho imenso orgulho de meus companheiros, um imenso orgulho da convivência que mantemos e dessa relação de solidariedade que nos une. Mas eu respondo a V. Ex^a em três tópicos: primeiro, V. Ex^a lembra o episódio da

indústria automobilística – outro sinal de crise são os 300 mil carros, zero quilômetro, que estão nos pátios; segundo, V. Ex^a se refere aos efeitos multiplicadores do agronegócio – de fato, Senador Eduardo Azeredo, a nossa agricultura se caracteriza, basicamente, por índices crescentes de mecanização e de produtividade. Tem havido, sim, no direto, poupança de mão-de-obra.

Por outro lado, ela gera muitos empregos nas cidades e termina na conta entre os empregos que a mecanização ceifou e os empregos que a produtividade gerou. Temos uma agricultura de primeiríssimo nível e, para se defender dela, medidas protecionistas são usadas pela União Européia, pelos Estados Unidos, porque, de fato, é muito competitiva. E isso tem muito a ver com a figura fantástica de Ernesto de Salvo.

Eu conhecia Ernesto de Salvo, mas não tão bem, não numa comissão falando de reforma tributária. A partir daí, passei a ser mais do que seu amigo, seu admirador. Muita linguagem empolada, muita gente cheia de ciência para cá e para lá e aquele homem simples, de aparência rústica, pede a palavra e faz o melhor pronunciamento – lembro como se fosse ontem –, na Comissão de Assuntos Econômicos. O melhor pronunciamento foi o dele, que praticamente dominou e direcionou o caminho da sessão a partir daquele momento.

Antes de conceder o aparte ao Senador Osmar Dias, quero registrar a presença muito honrosa para nós – porque temos de fato a expectativa de esperança renovada quando vemos a juventude participar de maneira saudável do processo político – do jovem e atento vereador Marcel Van Hatten. Presidente do seu Partido e Vereador na sua cidade de Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul, aos 23 anos. Está aqui presente, presenciando este início de jornada no Senado Federal.

Com muito prazer e honra concedo o aparte ao Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Arthur Virgílio, chegamos cedo. Sei que V. Ex^a já telefonou para todos os Senadores do PSDB, começou às 6h, como me disse o Papaléo Paes, para que o PSDB estivesse aqui presente. O PDT está presente. Ontem o Senador Cristovam Buarque me telefonou à meia-noite e meia, eu pensei que fosse algum problema mais grave. Era para discutir exatamente a pauta de hoje. Meia-noite e meia é um horário muito bom para discutirmos a pauta. Mas estou aqui hoje, como V. Ex^a, muito feliz com a noite de ontem, quando a Senadora Kátia Abreu assumiu a Confederação Nacional da Agricultura, que considero a entidade mais importante de representação do agronegócio brasileiro. Foi uma posse prestigiada por Governadores, Senadores, De-

putados, Lideranças do País inteiro, mostrando que há uma expectativa enorme em relação ao que fará a Senadora Kátia Abreu à frente da CNA. É importante este momento, momento de crise, com muitos desafios pela frente. Aproveito o aparte que faço a V. Ex^a para dizer que aqui desta tribuna estarei sempre ao lado da Senadora Kátia Abreu para defendermos aquilo que é hoje a alavanca do crescimento do País e que segura ainda os empregos, a renda, o superávit da balança comercial, como V. Ex^a mesmo disse. Os problemas serão graves no ano que vem. A crise afetará fortemente o setor. E nós precisamos da união da classe política com as entidades que representam o setor produtivo para ultrapassar essa crise. Por isso cumprimento V. Ex^a por iniciar o dia lembrando esta data importante de ontem e pela confiança que todos nós depositamos na nova Presidente da CNA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Osmar Dias, eu agradeço a V. Ex^a o aparte e digo que vozes lúcidas como a de V. Ex^a serão uma bússola para nós, nós nos orientaremos em muito pelo que V. Ex^a disser a respeito do agronegócio. Eu percebo que será uma parceria muito boa entre os parlamentares como V. Ex^a, como o Alvaro, como o Gilberto Goellner, Jayme Campos, Marconi Perillo, tantos que nesta Casa que dominam bem a questão do agronegócio, como será importante essa parceria com a CNA no sentido de nos orientar para nós encontrarmos o melhor caminho para não deixarmos fenecer as conquistas que fizeram do nosso agronegócio essa realidade econômica pujante, a nos dar orgulho, o mesmo orgulho que sentimos quando uma colega nossa ascende à Presidência da Confederação Nacional da Agricultura.

Concedo o aparte, depois de agradecer ao Senador Osmar Dias e antes de conceder o aparte ao Senador Papaléo Paes, ao Senador Marconi Perillo, com muita satisfação.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, mais uma vez, nos brinda com um belo pronunciamento e com reflexões importante acerca de temas atuais, temas contemporâneos, temas que efetivamente são relevantes para o Brasil. Gostaria de iniciar este aparte, Senador Arthur Virgílio, chamando a atenção de V. Ex^a para algo muito sério. O Senador Tasso Jereissati trouxe à baila aqui neste plenário, há poucos dias, um assunto explosivo relacionado à Petrobras, à má gestão da Petrobras. V. Ex^a também, de forma incisiva e contundente, deu a sua opinião acerca do empréstimo que socorreu, em R\$2 bilhões, a Petrobras. Mas tenho informações hoje mais graves ainda, Senador Arthur Virgílio, em relação a este assunto. Além do fato de o Credit Suisse e mais uma corretora alemã terem rebaixado as ações da Pe-

trobras, agora somos informados de que a Petrobras foi excluída do Índice de Sustentabilidade da Bolsa de Nova York – isso é sério, Senador Arthur Virgílio –, correndo o risco de perder também a sustentabilidade da Dow Jones. São notícias quentíssimas, que colhemos agora. Isso indica a fragilidade em captar novos empréstimos. Isso fortalece a certeza de que já temos de que há um excesso de despesas, e mais importante: a queda do preço do barril de petróleo. Portanto, esses dados precisam ser debatidos. O Senador Tasso Jereissati e nós outros da Oposição fomos ironizados quando levantamos as suspeitas em relação à gestão da Petrobras. Mas hoje está patente que estávamos certos. Quer dizer, ao perder ou ser excluída do Índice de Sustentabilidade da bolsa de Nova York e correndo o risco de ser rapidamente – talvez hoje ou amanhã, Deus queira que não – perder também o Índice de Sustentabilidade da Bolsa Dow Jones, isso significa que efetivamente alguma coisa está muito errada em relação ao comando da Petrobras. Mas, olha, o pronunciamento de V. Ex^a é muito oportuno em relação à posse da Senadora Kátia Abreu. Ontem, ela falava em ruptura num discurso bem pronunciado, bem elaborado, com excelente conteúdo, fazendo uma reflexão extraordinária sobre o agronegócio brasileiro, mas, sobretudo, sobre a crise, a crise de perspectiva, Senador Arthur Virgílio. Nós somos da região Centro-Oeste, da região Sul do País e nós estamos vivenciando o drama do produtor que não tem crédito para plantar, que vê a cada dia os insumos encarecerem e principalmente as *commodities* caírem no mercado internacional. A situação do homem do campo, do homem que produz a fatura, que coloca o alimento na mesa do brasileiro e que inclusive colabora com superávit exportador, geração de empregos, aumento do PIB, esse cidadão brasileiro está hoje sem perspectiva. Daí porque a Senadora Kátia Abreu ter enfatizado tanto no seu pronunciamento a questão da ruptura; ruptura em relação ao descaso do Governo central em relação à produção agrícola, produção primária no Brasil. Isso é muito sério, porque, se nós não nos atentarmos para a questão do seguro rural, a questão da sustentabilidade, a questão do apoio ao crédito e ao crédito barato, nós vamos, em vez de chegarmos aos 200 milhões de toneladas de alimentos que o Brasil pode produzir e exportar, ter queda de produção a partir de agora. Muito oportuna também, Senador Arthur Virgílio, a lembrança em relação à queda da famigerada CPMF. V. Ex^a foi hostilizado pela coragem cívica de se levantar contra mais um imposto. Eu fui retaliado e tantos outros que votamos contra a CPMF fomos retaliados e continuamos a ser retaliados e até ameaçados. Mas nós agimos de acordo com a nossa consciência e com

o nosso dever cívico. Nós não estamos aqui para fazer o que os outros mandam, mas para fazer o que a sociedade espera de Senadores dignos, independentes, sérios, que estão aqui para principalmente colaborar com o Brasil no sentido de que ele seja competitivo. Nós temos a maior carga tributária do mundo: 40% em relação ao PIB. Não dá mais para falarmos em reforma tributária se não falarmos em desoneração da economia, com o objetivo de darmos competitividade ao nosso produto. Portanto, é preciso celebrar a queda da CPMF, porque isso significa menos impostos pagos a um governo perdulário, significa tirar menos dinheiro do bolso do trabalhador para pagar em impostos, para que os recursos muitas vezes sejam desviados pelos ralos da corrupção. Por último, Senador Arthur Virgílio, a questão do AI-5, bem lembrada pelo querido e ilustre Senador, combativo Senador Alvaro Dias: há 40 anos o famigerado AI-5 era editado. O AI-5 ceifou vidas e, mais do que ter ceifado vidas, Senador Arthur Virgílio, ceifou movimentos, limitou os passos de uma juventude que estava ávida por participar do processo democrático, do processo de liberdades democráticas, por participar de atividade pública, por participar de outras atividades, inclusive intelectuais e culturais. Foram ceifados graças à instituição do AI-5. Portanto, esta é uma data importante. Estamos diante da possibilidade de discutirmos e votarmos o chamado e famigerado fundo soberano. A realidade de ontem era uma, a de hoje é outra: crise global, crise que afeta para valer o Brasil. Não dá para a gente votar essas coisas de afo-gadilho, sem uma ampla discussão. Estou alinhado a V. Ex^a, ao Líder José Agripino e a todos os que querem discutir profundamente o fundo soberano. Não vamos emperrar a nossa pauta com esse fundo soberano, vamos votar as outras matérias. Deixemos para o ano que vem a apreciação e votação desse chamado fundo soberano, até porque, no ano que vem, nós teremos mais clareza em relação à economia. O que se denuncia é uma crise muito mais grave do que aquela a que nós já assistimos até aqui. Muito obrigado a V. Ex^a pela honra de apartear-lo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu agradeço a V. Ex^a e solicito ao Sr. Presidente tempo para responder a V. Ex^a e conceder o aparte ao último solicitante, que é o Senador Papaléo Paes.

Ressalto, Senador Marconi Perillo, alguns pontos do seu aparte oportuno e clarividente. V. Ex^a faz a crítica àquela coisa tenebrosa que foi o AI-5, muito bem lembrado aqui pelo Senador Alvaro Dias. V. Ex^a celebra – e isso é histórico – um ano sem CPMF. E nós estamos aqui a lembrar que, se tivéssemos errado, Senador Alvaro dias, nós estaríamos silenciosos e eles talvez falando. Estão silenciosos eles, e nós fa-

lando. Não há ninguém que venha à tribuna hoje para dizer que nós erramos quando derrubamos a CPMF. Agimos certo. Errados estavam os que contra nós se colocaram naquele momento, por mais que a boa-fé lhes possa ter movido os passos.

Agora V. Ex^a traz uma denúncia muito grave sobre a Petrobras. E a Petrobras precisa se livrar do aparelhamento político, precisa se livrar dessa praga do aumento de gastos de custeio, em detrimento da sua capacidade de investir, ela que é tão importante, tão fundamental e tão técnica quando se trata de prospecção em águas profundas, por exemplo e sobretudo.

E V. Ex^a culmina com o fundo soberano. O fundo soberano pode não ser outra coisa a não ser – quem sabe – uma tentativa de capitalizar a Petrobras disfarçadamente. Se é assim, digam com clareza. Mandem para cá um projeto de lei e digam com clareza que querem capitalizar a Petrobras. Nós aqui negociaremos as condições e diremos: parem de gastar em tolice! Parem de desperdiçar recursos, e nós vamos fazer o nosso papel!

Gostaria, ainda, Senador Marconi Perillo, de dizer que é muito honroso percebermos alguém tão atento a esta hora. É grave o que V. Ex^a disse e vai ensejar muitos debates.

Mas eu gostaria, finalmente, Sr. Presidente, de ceder o aparte ao Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Realmente, minha atenção estava voltada para a chegada do Líder do Governo à Casa, que é muito importante, já que a nossa sessão começou às 9 horas. Quero parabenizar V. Ex^a. É até redundância nós falarmos na responsabilidade que V. Ex^a tem com o nosso País, quando vemos a sua Bancada rigorosamente atenta às suas orientações e presente na Casa, seguindo a determinação do Sr. Presidente de começarmos a sessão às 9 horas. Quero parabenizar V. Ex^a por isso e dizer que realmente nós estamos cumprindo as nossas obrigações, registrando aqui outros Srs. Senadores que vêm cumprir as suas obrigações. E esperamos que hoje nós tenhamos na Casa o andamento que a população, que a sociedade brasileira espera. Mas quero reportar-me ao dia de ontem, à posse da Senadora Kátia Abreu na Confederação Nacional da Agricultura. O Senador Osmar Dias fez o seu aparte com muita sabedoria e jamais eu teria condições de conduzir a minha participação aqui da mesma forma. Por isso, quero fazer minhas as palavras do Senador Osmar Dias, palavras que realmente se referem à importância da Confederação Nacional da Agricultura e à importância também da Senadora Kátia Abreu na sua Presidência. A Casa fica honrada com isso. Temos que reconhecer o valor da institui-

ção e o valor da nossa companheira Senadora Kátia Abreu à frente da instituição. Quero ainda me reportar a essa questão que V. Ex^a fala com muita sabedoria referente a esta crise mundial, a que muitos brasileiros estão desatentos. E nós deveríamos estarmos muito atentos, mas, para estarmos atentos, nós teremos que ter as informações oficiais, mas muitas delas, as mais importantes, estão sendo burladas. A população pode estar ainda com aquela mensagem dada pelo Presidente da República de que a crise não atingiria o País, por ter uma reserva de US\$200 bilhões. Ora essa, nós vemos que economias muito mais consistentes que a nossa não conseguiram resistir à crise que é mundial, e nós não deveríamos também ficar isentos dela, nós somos participativos. A globalização inclui todos os países nessa situação. Por isso, eu vejo com muita alegria a sua responsabilidade para com o nosso País e quero também reafirmar que o povo brasileiro precisa estar atento, que o País precisa dessa atenção da sociedade, porque não seria a palavra de um Presidente da República que iria alterar o andamento, o prosseguimento desta crise que começou a nos atropelar. Parabéns a V. Ex^a. Com relação ao que o Senador Marconi Perillo falou, nós temos que ter muito cuidado na discussão de matéria tão importante. E a nossa responsabilidade do PSDB, do Democratas, a presença de Senadores da Base do Governo que já deveriam estar aqui – o Senador Romero Jucá, graças a Deus, acabou de chegar...Eu ia até dizer que quem nos dera essa campanha, esse alarme que toca ali fora convocando aqueles que estão na Casa, pudesse ser estendida também aos apartamentos onde residem principalmente os Senadores do PT.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Papaléo, agradeço a V. Ex^a e encerro, Senador Pedro Simon, me lembrando de um episódio que, de certa forma, envolve V. Ex^a.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Permita-me, Senador. Com exceção do Senador Tião Viana, que é uma presença constante e pontual aqui na Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Madruga-dora.

V. Ex^a, Senador Pedro Simon, era Ministro da Agricultura, e eu era Deputado, Vice-Líder do PMDB, e recebi orientação. Fui do PMDB, com muita alegria e tive a honra de, em determinado momento, fazer a defesa, da tribuna, de determinada política de V. Ex^a. Eu liguei para V. Ex^a, que me atendeu prontamente, e eu perguntei. Um Deputado estava fazendo algumas acusações à orientação administrativa do seu Ministério, e eu telefonei para V. Ex^a, que me deu, em rápidas pinceladas – com a inteligência que lhe é peculiar –, a orientação, o que eu deveria dizer para defender o

Governo – e era o Governo Sarney à altura, V. Ex^a era Ministro da Agricultura –, defender a atitude que V. Ex^a estava adotando.

Eu me lembro de que recebi como resposta uma grosseria brutal do Deputado que o acusava – não lembro o nome dele; eu não poderia esquecer o seu nome, mas o dele eu esqueci. E o Deputado me diz assim: “V. Ex^a é visivelmente uma pessoa urbana”. E eu digo: “É verdade”. “Se V. Ex^a não sabe distinguir entre uma semente de soja e um mamão, um abacaxi...” Eu digo: “É verdade. Eu confesso a minha ignorância plena. Agora, eu sei distinguir entre um bom Parlamentar e um mau Parlamentar e não estou vendo nenhum me aparteando, não estou vendo um bom Parlamentar me aparteando. Portanto, tenho o direito, como cidadão brasileiro, de expor aqui a opinião que tenho sobre a boa gestão que realiza o Ministro Pedro Simon à testa da Pasta da Agricultura. E eu não preciso entender, para ter opinião, de mamão nem de soja. Eu não entendo de agronegócio”.

Portanto, quero fazer essa homenagem a V. Ex^a, porque não me arrependi da defesa feita, mas eu, que continuo não entendendo de agricultura, sei distinguir

um bom discurso, sei distinguir um bom começo e sei distinguir boas intenções.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo minhas as palavras da Senadora Kátia Abreu, que propõe afirmação e propõe ruptura. Eu entendi bem o que ela quis dizer. Agora, discordo dela – e não poderia ser só concordância – quando ela diz assim: “Eu não sou nada; agropecuária é tudo. Agropecuária é muito.” Ela não é apenas nada. Ela é hoje a Presidenta de uma poderosa Confederação Nacional, a da Agricultura, e sobre suas costas pesam responsabilidades imensas. Tenho certeza de que essa figura combativa, fraterna, que nós aqui conhecemos da convivência diária, haverá de se sair muito bem, mostrando que o seu discurso errou só nisto: ela não é nada; ela é muito, até porque, hoje, é uma importante Senadora e a Presidenta da poderosa Confederação Nacional da Agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senadora Kátia Abreu
Presidente da Confederação Nacional da Agricultura

DISCURSO DE POSSE

Brasília, 16 de dezembro de 2008

Até aqui, caminhei com tanta luta, coragem e ousadia, e tudo foi tão rápido, os acontecimentos tão decisivos, os cenários sucederam-se tão vertiginosamente, que precisei estar atenta para preservar fidelidades sagradas a que nunca espero renegar. Preservei minha condição humana, a um só tempo, princípio e fim das nossas vidas: a fé, a cidadania, a família, a história, a classe, a civilização ocidental. Cuidei de não me desviar da ética, por maiores que fossem as tentações. O compromisso da honra não se perde jamais para recuperar depois.

Por respeito às minhas convicções democráticas, recusei as utopias estéreis, por mais que parecessem generosas, e as aventuras fantásticas, por mais que acenassem com poder e fortuna.

Finalmente, estive atenta ao horizonte para o qual avanço no tempo e no espaço. Alguma coisa que chamo às vezes de ideal; às vezes de destino; às vezes de esperança, e sempre de felicidade.

Se aqui estou, certamente numa atitude superior aos meus méritos e competência, não desembarquei em endereço aleatório. Não estou invadindo território usurpado. Podem consultar as vossas bússolas.

2

Este lugar corresponde em graus, minutos e segundos, à latitude e à longitude do ponto futuro, anunciado e antevisto profeticamente quando se iniciou esta bela jornada de renovação da agropecuária brasileira a que um dia me incorporei ao aderir à luta sindical rural no meu querido Tocantins.

A Presidência da Confederação Nacional da Agricultura, que agora assumo, é uma contingência. O fato permanente é a causa dos produtores rurais brasileiros.

Eu não sou nada, mas a agropecuária é tudo. Que sua verdade seja proclamada.

Atentai bem. Não vos proponho uma abstração, mas um exercício de pura realidade. Daqui em diante não sou mais eu, somos nós. Não ouvirão a minha voz, será a nossa voz. Não são os meus argumentos, são as nossas razões. Não é a mim que haverão de respeitar, honrar e dialogar, mas à classe dos produtores rurais brasileiros – pequenos, médios e grandes – sem distinção, região ou especialidade – a quem haveremos de fazer ouvir, dialogar, respeitar e honrar.

Não proclamarei nada solitariamente, mas nossa voz coletiva promoverá, com a compreensão da sociedade, do governo e do povo deste País, os objetivos fundamentais da liderança que nos foi confiada e que estão contidos em duas palavras: afirmação e ruptura.

Afirmação e ruptura.

Não calamos nem nos conformamos.

3

Combateremos os preconceitos e injustiças que atingem os produtores rurais e, com o mesmo diapásão, semearmos otimismo e colheremos safras que gerarão empregos e desenvolvimento. Para felicidade do povo brasileiro.

Eis nosso binômio: afirmação e ruptura.

Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Senhor Presidente do Senado Federal, Senhor Ministro da Agricultura, Senhores Governadores, Senhor Presidente da CNA, que acaba de me empossar na Presidência da Confederação Nacional da Agricultura, senhores Congressistas, senhoras e senhores, amigos e companheiros da CNA, meus estimados Presidentes das 27 Federações estaduais e representantes dos 2.142 sindicatos rurais espalhados pelo Brasil com mais de 1 milhão de produtores sindicalizados, estamos aqui para remover os preconceitos que isolaram, pelos séculos dos séculos, os produtores rurais.

Odiosamente lhes foi atribuída, não como indivíduos, mas como classe, não apenas o poder, mas toda sorte de culpas e anedotas pelo atraso econômico, social, cultural, tecnológico e, principalmente, político deste País.

4

Não. Não temos porque assumir resquícios dos métodos coloniais, de que não somos ao menos herdeiros. Queremos romper com a imagem injusta. Somos o que somos e não quem nos imaginam.

É falso que sejam os empresários rurais, por se dedicarem à atividade econômica da agricultura, protótipos do atraso, da fortuna injusta, da propriedade usurpada e do poder feudal.

É absurdo que sejam comparados a escravos, dependentes ou trabalhadores de segunda categoria, os empregados das empresas agrícolas. Eles são desde os peões que mourejam no campo aos operadores de máquinas, da informática, os técnicos e engenheiros nas variadas disciplinas, da biologia à química, das operações econômico-financeiras e de comércio internacional, sem os quais é impossível atuar hoje nosso setor produtivo.

É caricato que os empresários rurais hoje sejam enquadrados na velha moldura que a História superou. Os processos de produção se alteraram radicalmente. São outras as exigências de capital. Inventaram-se e se criam a cada dia novas modalidades de operações financeiras. A própria legislação impôs compulsoriamente os avanços da sociedade, dos direitos sociais à preservação ambiental.

São falsos e inaceitáveis os parâmetros adotados para generalizar os erros de uns poucos, a quem negamos solidariedade e o benefício da impunidade, posto que desonram a categoria.

5

E quem viva onde não existam as indefectíveis minorias do mal, que atire as próximas pedras!

Maliciosamente, generalizam-se, jogando a carapuça à categoria dos produtores rurais, acusações de práticas que nunca passaram de lamentáveis acidentes, envolvendo estabelecimentos distantes dos grandes eixos da economia, cultura e civilização, todos concentrados próximos aos centros urbanos.

O empresário do campo, que investe e produz no interior remoto, não tem acesso a tecnologias e práticas econômicas que dariam mais lucratividade aos seus negócios, também não está alerta, e por isso relaxa obrigações a que não poderia faltar.

A ruptura que anunciamos também contempla o fim da marginalização a que foram relegados.

Vamos socorrer – o verbo é este mesmo, socorrer, no sentido de assisti-los onde estão e conforme suas carências - os agricultores e pecuaristas que erram de boa fé, pois não contestam a lei e a ordem. Antes, precisam adotar sistemas práticos contábeis e legais que os atualizem, tornando-os adimplentes em relação às complexas obrigações trabalhistas, ambientais, tributárias das quais nenhum empresário, de qualquer setor, está dispensado.

Vamos montar brigadas de consultores qualificados que, propriedade por propriedade, peregrinem através dos territórios mais remotos do País. Não irão ensinar a burlar a lei ou fugir dela, mas ajudá-los a implantar sistemas adequados à peculiaridade de cada um, tornando-os excelentes, mais que irrepreensíveis, na atenção às legislações trabalhista, ambiental e outras.

6

Em nenhuma hipótese exortaremos à desobediência civil, não desafiaremos a lei instituída, não reclamaremos da sua aplicação e fiscalização, não justificaremos o erro, não pediremos a impunidade.

Cidadãos honrados que trabalham e produzem não precisam de tolerância, mas de respeito e compreensão. Para protegê-los, removeremos as causas da desinformação e da desproteção de que padecem. São companheiros, renegados ao abandono e à desimportância pelo Estado brasileiro, que finge não saber o que lhes deve quando celebra os recordes de produção e os números da balança comercial. Como se os grandes números não representassem a soma de muitas parcelas.

A mão onipresente e implacável que cobra os deveres, que recolhe impostos e pune infrações, precisa ser acompanhada da outra. Aquela que prevê e provê os serviços públicos assegurados pela Constituição e pelas leis e que compreendem direitos que não nos são negados acintosamente.

Será razoável que estejam permanentemente esburacadas e intransitáveis boa parte das rodovias responsáveis por 62% do escoamento das safras, reduzindo substancialmente os ganhos da comercialização?

Quem nos indeniza dos deságios nos preços das exportações?

Será razoável negar garantia de renda ao produtor rural?

Discriminado como setor da economia a que se atribui o abastecimento da população, esquecem que contribuímos para as exportações com mais de 170 milhões de toneladas, o excedente de consumo interno.

7

O produtor rural brasileiro, de que se exige tudo, pode apresentar uma longa e amarga lista de queixas.

Obrigado a admitir o papel considerável da agropecuária na economia nacional – em alguns itens, predominante, como no superávit das exportações – o Estado brasileiro, por sua burocracia e instituições, costuma reagir como se despertasse de um pesadelo.

Renega-nos. Sempre com profundo mau humor, não nos reconhece. Parece incomodado e considera exótico o fato do agronegócio representar 24% do Produto Interno Bruto, empregar 37% da força de trabalho, gerar 36% das exportações.

Qual a proporção da retribuição do Estado ao setor agropecuário? Nem um décimo do valor de tão espantosa participação na economia.

São píffias as atenções do Estado brasileiro aos seus produtores rurais.

O próprio plano de financiamento da safra é dramatizado como concessão generosa. Na verdade, todos sabem que o crédito rural é o mais significativo e rentável dos investimentos do governo. Nenhum oferece resposta mais rápida e conseqüente. Seja para a economia em geral, seja em benefícios sociais, com a queda relativa do preço dos alimentos. Basta lembrar que nos últimos 10 anos os alimentos da cesta básica caíram em mais de 50% em relação ao valor do salário mínimo.

8

Além do mais, no Brasil, o crédito rural é focado sempre em defesa do crédito, jamais considera a renda do produtor. A indiferença atinge igualmente o assalariado rural, que geralmente está fora do alcance da rede de proteção social que atende ao trabalhador urbano. Em conseqüência, a desproteção social dos trabalhadores do campo é um ônus a mais para a empresa agrícola.

Os trabalhadores urbanos contam com os serviços subsidiados de transporte, crédito habitacional, educação e postos de saúde, que, mesmo com toda precariedade, ao menos existem. No campo, até os serviços de transporte escolar raramente atendem aos padrões mínimos de regularidade e segurança.

É inaceitável a desatenção que os entes públicos dispensam aos trabalhadores rurais. A receita tributária gerada pelas empresas agrícolas em que trabalham clama por uma retribuição adequada, sejam municipais, estaduais ou federais, o sistema de vasos comunicantes por onde circula os recursos tributários.

Tal como acontece com os empresários rurais, é gritante a desproporção entre o que campo produz e o que recebem seus trabalhadores.

Esta declaração de ruptura também atinge as fantasias caluniosas que reservam aos produtores rurais o protagonismo da vilania na questão do meio ambiente.

9

A conta da preservação de áreas de cobertura florestal está endereçada a destinatário errado.

Que outra atividade econômica, na indústria e nos serviços é compelida, sem a contrapartida de benefícios fiscais, a privar-se do uso econômico de 20% até 80% do seu patrimônio fundiário, que podia ser usado na atividade produtiva?

A preservação de áreas de proteção ambiental – uma questão de sobrevivência do planeta - é essencial, insubstituível e irrevogável.

Resta a questão: por que motivo os produtores rurais devem assumi-la por sua conta e risco, responsabilizando-se por sua integridade, e expondo-se a pesadas multas pelas ilegalidades cometidas?

Ora, depredadores e especuladores, mesmo que sejam proprietários, não podem usar a condição de empresários rurais.

Ninguém é mais conservacionista, por razões óbvias, de defesa do solo e preservação dos mananciais, do que o agricultor e o pecuarista.

São fatos que explicam porque a agricultura brasileira rompe, corta as amarras, joga ao mar, repudia, condena sem remissão os preconceitos históricos que a isolaram e estigmatizaram. Como é o caso da reforma agrária, que acabou como apelo social. Tornou-se uma assombração viva e perturbadora da produção e da paz social.

10

O falso conflito, que colocava proprietários e trabalhadores como adversários e concorrentes, não subsistem, a não ser para enriquecer aproveitadores. Proclamam-se revolucionários leninistas, mas operam no mercado negro da chantagem política. Arrecadam verbas do governo e espórtulas generosas em todas as moedas, sempre livres de qualquer prestação de contas.

O vácuo de injustiça e incerteza, que perdurou por tanto tempo, está desfeito.

A questão agrária foi superada quando a terra, que se bastava, desde que alguém a semeasse, como se dizia, tornou-se apenas um item da produção rural.

As culturas, qualquer cultura agrícola, qualquer criação, o próprio manejo realizado com os rigores da austeridade ecológica, reclama tecnologia, máquinas, mão de obra treinada, numerosos insumos, uma operação cuja economicidade quase sempre exige operações extensivas, incompatíveis com espaços exíguos.

As disposições legais que regem os contratos entre empresas e empregados, tanto no campo como na cidade, desfazem os mitos, preconceitos e anacronismos.

O pragmatismo do agronegócio definiu a nova realidade.

Empresários e trabalhadores rurais constituem categorias econômicas com seus espaços demarcados por direitos e deveres.

Nossa declaração de ruptura também atinge, infelizmente, a retórica.

11

Recusamos o delicado favor dos louvores literários. Em alguns momentos, ocupamos espaço na poesia épico, como em Virgílio, nas suas *Éclogas*. Fomos reconhecidos como um dos fatores a que a vida sob a terra deve o milagre da subsistência. Custam-nos muito recusar a abonação de tais licenças poéticas. Até mesmo quando poderíamos usá-las para, quem sabe, enfrentar a fúria tributarista e a estupidez dos burocratas. Todos parecem estigmatizados pela corrosiva ironia de Voltaire, cuja voz, do longínquo século XVIII, podíamos usar como se definisse a postura dos que nos maltratam.

“Encontrou-se o segredo de matar de fome os que, cultivando a terra, fazem viver os outros.”.

Desçamos das metáforas para caminhar com a realidade, áspera porém concreta.

Os consumidores, por exemplo, não nos devem agradecimentos pelos alimentos que consomem, pois pagam por eles, com seu dinheiro suado, os

preços do mercado. Preferimos ser recompensados dignamente pelos nossos produtos como empresários que plantaram, cuidaram e colheram visando auferir lucros legítimos.

As peculiaridades do setor agrícola – relativas objetivamente ao abastecimento, segurança alimentar e até mesmo à segurança de Estado – devem ser equacionadas por políticas próprias de incentivos e compensações, transparentes, sem caráter protecionista ou paternalista, sob forma, por exemplo, de isenção de tributos, como fazem a Grã Bretanha e 34 Estados norte-americanos.

No Brasil, infelizmente, a insensatez tributária segue na contramão, onerando a produção de alimentos com impostos e contribuições da ordem de 16,9 %. Bem maior, muito maior, que o total de tributos pagos pelo produtor rural é de, apenas, 0,7% nos Estados Unidos e 5,1% na Europa.

12

Devemos ao agronegócio, um conceito que ninguém inventou, mas foi imposto pelas relações de produção, o fim da mística patrimonialista da agricultura.

A propriedade para cultivo já foi penhor de afirmação e qualificação republicana, tão generosamente defendida por Thomaz Jefferson. A propriedade era atributo do cidadão livre.

A evolução do mercado alterou radicalmente as estruturas internas e as relações externas da atividade rural, que se despessoalizou. O produtor rural assumiu o caráter de personalidade jurídica.

A antiga legenda familiar e hereditária foi reduzida ao registro contábil dos bens. Ainda assim, continua sendo, entre todas as profissões, aquela em que mais filhos e netos se sucedem. Eis uma das poucas e estimáveis características da atividade rural que o tempo, a ignomínia e os desestímulos não conseguiram extinguir.

As famílias resistem, gerações após gerações, a todas as dificuldades, das quais, paradoxalmente, a mais difícil é assegurar o reconhecimento de que não exercem um mandato divino. Nem se presumem cidadãos especiais, mas empresários exercitando uma atividade econômica tão nobre e bela quanto comum, expostos às incertezas e dependência do capital, gerência, da tecnologia, das intempéries, do humor dos mercados.

13

Por mais que corramos o risco da incompreensão, e que sejam consideradas blasfêmias as rupturas que propomos, insistimos nesse caminho. Temos a abonação do humor de George Bernard Shaw, para quem “todas as grandes verdades começam como blasfêmias”.

Os produtores rurais brasileiros não blasfemam. Rompem com os equívocos, porque querem a verdade, só a verdade, nada mais que a verdade, e só a verdade interessa.

Quanto mais seja reconhecida nossa realidade; quanto mais transparentes sejam nossas atividades e mais expostas as colunas de haver e dever das nossas contas; quanto mais sejam verificadas nossas identificações de cidadãos prestantes; quanto mais se divulguem nossas intenções e opiniões, críticas e projetos; quanto mais exponhamos nossas concordâncias e discordâncias; quanto mais se desfaçam equívocos e falsidades que nos envolvem, tanto mais e melhor cumpriremos nossa vocação de mulheres e homens de boa vontade, agentes econômicos e cidadãos honrados e patriotas.

Que Deus nos proteja!

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RJ) – Antes de iniciar a Ordem do Dia, comunico ao Plenário que o Senador Romeu Tuma solicitou a transcrição nos Anais do discurso da Senadora Kátia Abreu, no que será atendido de acordo com o Regimento Interno.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Item1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 30, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008)

Discussão em turno único do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008, que *autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.*

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira, Relator-Revisor da matéria.

PARECER Nº 1.301, DE 2008–PLEN

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de parecer de plenário sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008, originado da Medida Provisória nº 443, de 2008, que autoriza o Banco do Brasil S. A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências.

Sr. Presidente, vou deixar de fazer a leitura do relatório, que certamente já consta dos Anais desta Casa, e vou direto à análise a fim de poupar o tempo e dar a celeridade processual.

1. Da Constitucionalidade

Conforme o art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o Plenário de cada uma das

Casas decide preliminarmente quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória e de sua adequação financeira e orçamentária.

Em consonância com o posicionamento da Câmara dos Deputados, reiteramos o entendimento de que as condições de relevância e urgência estão presentes na MPV nº 443, de 2008, por se tratar de medidas tempestivas, voltadas para questões imediatas do setor financeiro, que se encontra em situação potencialmente vulnerável em razão da crise internacional. Também não se vislumbra óbice quanto a sua adequação financeira e orçamentária.

Ao mesmo tempo, a matéria não se inclui entre as vedadas para a edição de medidas provisórias (Constituição Federal, art. 62, § 1º).

Ainda, segundo a Constituição Federal, art. 37, XIX e XX, a criação de subsidiárias de empresa pública, sociedade de economia mista e de fundação, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada depende de autorização legislativa.

2. Do Mérito

Quanto ao mérito, as autorizações concedidas justificam-se, notadamente, pela situação peculiar que atravessa o setor financeiro, pois permite, tempestivamente, a aquisição de participações societárias e o eventual controle acionário de empresas do setor público e privado pelos dois maiores bancos oficiais do País. Ao mesmo tempo em que pode contribuir para o afastamento do chamado “risco sistêmico”, com essa medida, o Banco do Brasil e a Caixa podem atuar em condições de isonomia com os bancos privados, quando se espera um movimento de concentração no setor financeiro. Ademais, ela tem o caráter de ampliar a competitividade no mercado de venda de ativos. Apesar desse argumento, destaca-se que a MPV, em sentido contrário, contribui também para uma maior concentração do sistema financeiro, pois permite que dois dos maiores bancos do País façam aquisições e, inegavelmente, abre uma brecha para a estatização de parte do sistema. Nesse sentido, ao fim do processo, será reduzida a competitividade do sistema como um todo.

O Presidente do Banco Central tem assegurado ao mercado que não há problemas de insolvência, mas vale destacar que a edição desta MPV despertou a suspeita de que havia instituições em dificuldades. Efetivamente, a redução da liquidez no mercado financeiro nacional, que decorre, principalmente, da saída de recursos externos e da atual volatilidade dos ativos financeiros, com a conseqüente elevação dos juros de

curto prazo, aumenta a vulnerabilidade das instituições, em particular, as de pequeno e médio porte.

Essa desconfiança de que o Governo possuía alguma informação sobre instituições em dificuldade provocou, na quarta-feira, 22 de outubro, um dia após a edição da MPV, uma instabilidade ainda maior no mercado. Houve forte queda no índice Bovespa, de 10,18%, e o valor das ações do Banco do Brasil caíram 15,3%, mostrando que também os investidores não acharam as medidas positivas para o Banco do Brasil.

O sistema bancário brasileiro é atualmente considerado um dos mais sólidos entre os países emergentes – vale dizer, menos alavancados –, como resultado do programa de saneamento das instituições bancárias efetuado logo após a implantação do Real, o Proer, e de uma administração rígida com relação a parâmetros estabelecidos pelo Banco Central, a exemplo da relação compulsórios/depósitos, que está entre as mais altas do planeta. Um analista do jornal *Valor Econômico* corrobora esse tese, informando que, com o mais recente aperto monetário, os compulsórios no Brasil chegaram à marca recorde de R\$241 bilhões, 8,2% do PIB, um dos maiores do mundo. Como se sabe, essa margem tem possibilitado ao Banco Central a liberação de significativos montantes ao mercado, que se estimam superiores a R\$150 bilhões.

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a crise de crédito norte-americana, o diretor-geral do IFF (Institute of International Finance), Charles Dallara, afirmou que o sistema bancário brasileiro se apresenta como um dos mais sólidos do mundo, o que, acompanhado do recente crescimento da economia nacional, torna o País de fato menos vulnerável à turbulência. Notícia de igual teor do jornal *Valor Econômico*, proveniente de outra fonte (pesquisa do Fórum Mundial de Economia) informa que a estabilidade do sistema bancário do Brasil supera a de quase todos os países do G-7 e de outras grandes economias emergentes.

Com relação aos aspectos específicos da MPV, foi questionado, a princípio, o fato de que as autorizações constituíam “um cheque em branco” aos bancos oficiais. Na verdade, isso não ocorre uma vez que essas operações já são regulamentadas pela Resolução nº 3.040, do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 28 de novembro de 2002, com efeitos a partir de 2 de junho de 2003, que estabelece inúmeros requisitos para a autorização prévia pelo Banco Central de qualquer transferência de controle societário e reorganização societária entre instituições financeiras.

De acordo com o Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) do Banco Central, as normas expedidas na referida resolução aplicam-se a todas as instituições financeiras, enquanto não se

tenha estabelecido norma específica para instituições financeiras públicas.

Entre esses requisitos, exige-se a publicação de declaração de propósito, a apresentação de plano de negócios, a demonstração de capacidade financeira compatível com o porte do empreendimento e a inexistência de restrições que possam, a juízo do Banco Central, afetar a reputação dos controladores.

3. O Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 30, de 2008

O Projeto de Lei de Conversão aprovado pela Câmara dos Deputados atende aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância e, quanto ao mérito, introduz importantes aperfeiçoamentos à Medida Provisória nº 443/2008.

As modificações efetuadas no PLV contribuíram, essencialmente, para estabelecer os limites ensejados pelos parlamentares e, assim, aumentar a transparência das ações a serem efetivadas ao abrigo do PLV. A obrigatoriedade de que sejam contratadas empresas avaliadoras aumenta a segurança dos negócios, e a definição do prazo para a validade das autorizações, até 30 de junho de 2011, podendo ser prorrogada por até doze meses, é compatível com o objetivo de adotar soluções para o período em que perdurar a crise. Também foi adequado excluir a possibilidade de aquisição de instituição ou carteira de planos de previdência privada na modalidade de benefício definido, uma vez que essas aplicações, por definição, não estão sujeitas ao impacto de flutuações no mercado financeiro.

A inclusão do parágrafo único do art. 3º para estabelecer que, no ramo da construção civil, os negócios serão realizados com empresas constituídas como Sociedades de Propósito Específico (SPE), visa especificamente à participação da Caixa Econômica em empreendimentos imobiliários.

Mencione-se que as SPE foram introduzidas formalmente na legislação brasileira com a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu normas gerais para as parcerias público-privadas, as chamadas PPP, e que já vêm sendo amplamente utilizadas na construção civil. A SPE não implica nova forma jurídica de sociedade, devendo tomar uma das formas já previstas pela legislação vigente, ou seja, pode ser constituída como uma sociedade limitada, uma companhia fechada ou aberta.

Essa forma de apoio ao setor é a mais adequada, uma vez que o impacto da crise tem se refletido apenas em dificuldades temporárias de capital de giro, que não requerem a capitalização das empresas, mas tão-somente a disponibilidade de recursos para empreendimentos específicos. Desse modo, evita-se que a

participação de uma instituição do porte da Caixa em determinadas empresas possa gerar desequilíbrios em relação à competitividade das demais empresas do setor.

A Comissão Mista de Acompanhamento da Crise Financeira – CMACF, no Congresso Nacional, criada para monitorar e fiscalizar as operações realizadas, constitui importante ferramenta de acompanhamento das ações a serem executadas com base na autorização concedida pelo PLV. A CMACF receberá relatórios sobre o fechamento dos negócios tanto do Banco Central quanto do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

O novo art. 7º autoriza a União a conceder créditos ao BNDES, no valor de até R\$ 3 bilhões, em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministério da Fazenda, para abertura de linhas de crédito de capital de giro às empresas contratadas pelos governos federal, estaduais e municipais para a execução de obras de infra-estrutura do PAC. Essa medida visa manter o ritmo das obras essenciais do PAC para o escoamento dos produtos interna e externamente.

No intuito de desafogar as empresas, os arts. 9º e 10 do PLV prevêem medidas tributárias que fazem diminuir a necessidade de capital de giro. A suspensão de IPI prevista no art. 9º proporcionará aos fabricantes de bens de informática e automação a redução do preço de seus insumos (matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem), pois o IPI deixará de incidir na venda efetuada pelo fornecedor. Dependendo menos recursos para manter o seu estoque, o fabricante pode reduzir o valor de seu capital de giro.

O art. 10 do PLV facilita o enquadramento da maioria das empresas na categoria de “pessoa jurídica preponderantemente exportadora”.

Como se sabe, a empresa preponderantemente exportadora tem direito à suspensão da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem. A suspensão é conveniente para se evitar o acúmulo de créditos, já que na exportação não incidem essas contribuições (não se geram débitos para abater os créditos). É considerada preponderantemente exportadora a empresa que exportar mais de 70% de sua receita bruta (isto é, a razão “receita exportadora para o exterior/receita bruta total” deve ser maior do que 0,7). O art. 10 permite somar ao numerador (receita exportada para o exterior) a receita das vendas para a Zona Franca de Manaus, facilitando o atingimento do percentual de 70%. Não podem ser somadas, contudo, a receita de vendas de bens de

informática e automação e a de produtos sujeitos à incidência monofásica daquelas contribuições (combustíveis, medicamentos, perfumaria e artigos de tocador, autopeças, pneus etc.).

O art. 11 do PLV institui benefício fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para as empresas dos setores de tecnologia da informação (TI) e de tecnologia da informação e da comunicação (TIC). O benefício consiste na dedução, em dobro, para fins de apuração do lucro real, dos custos e despesas com capacitação de pessoal que atua no desenvolvimento de *software* e em outros serviços de TI e TIC, inclusive *call center*.

4. Alterações propostas no PLV nº 30, de 2008.

No sentido de garantir que os efeitos dessa medida provisória tenham o alcance necessário ao adequado funcionamento do sistema financeiro nacional e consigam mitigar as conseqüências da crise na economia como um todo, serão ainda necessárias alterações no PLV nº 30, de 2008.

Em primeiro lugar, no § 2º do art. 2º, que determina o apartamento de recursos para fazer frente a eventuais passivos contingentes não identificados, foi acrescentado que esses recursos devem constituir, no mínimo, 20% do preço a ser desembolsado. Essa precaução visa a impedir que seja apartado montante insuficiente ao suprimento dos eventuais passivos – nesse particular, informaria ao Plenário que o número alcançado foi objeto de uma emenda apresentada pelo Senador Tasso Jereissati que havia sido desconsiderada pela Câmara e foi reaproveitada por esta Relatoria. Esses recursos serão desembolsados conforme cronograma a ser definido com a concordância prévia do Banco Central do Brasil.

Tendo em vista o já mencionado impacto adverso sobre a competitividade das demais empresas do setor, é necessário que todos os negócios envolvendo construção civil sejam feitos na forma de Sociedade de Propósito Específico.

A redação atual do PLV nº 30, de 2008, prevê que somente os negócios realizados no âmbito dos arts. 1º e 2º tenham de obedecer a essa norma, excluindo, dessa forma, os negócios realizados com a participação da Caixa-Banco de Investimento S.A, nos termos do art. 4º. Assim, é preciso estender a todos os negócios a característica de empreendimentos de Sociedades de Propósito Específico, o que atende à demanda por liquidez do setor sem afetar a estrutura de capital das empresas.

Para aumentar a transparência e assegurar ampla divulgação dos negócios realizados, no acompanhamento das operações será incluída – no art. 8º, que

trata da CMACF – a obrigatoriedade de que os sítios do Banco do Brasil, do Banco Central do Brasil e da Caixa Econômica exponham informações atualizadas sobre os negócios realizados ao abrigo do art. 2º.

Com relação ao art. 10, incluído pela Câmara dos Deputados, não há ainda como avaliar o seu impacto sobre o fluxo de arrecadação, razão pela qual será proposta a sua supressão. Além disso, cabe proceder ao necessário ajuste na redação do art. 13-A a ser acrescido à Lei nº 11.774, de 2008, de que trata o novo art. 11 do Projeto de Lei de Conversão. Esse benefício foi inicialmente previsto no art. 13 da MP nº 428, de maio de 2008, porém restrito à dedução de custos e despesas de pessoal que atua no desenvolvimento de *software*.

O Congresso Nacional estendeu, na elaboração do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2008, a vantagem ao pessoal que atua em outros serviços de Tecnologia da Informação (TI) e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), inclusive *call centers*. Por ocasião da sanção presidencial, o dispositivo foi vetado, sob o pálio de que, com a alteração, o benefício passou a contemplar, entre outros, o treinamento de atendentes de *call center* e de pessoas que atuam no ramo de licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, o que elevaria a renúncia fiscal esperada em R\$ 164 milhões por ano.

Como a redação do art. 11 do PLV reproduz o dispositivo vetado, apresentamos emenda que suprime a expressão “e nos serviços de TI e TIC de que trata o § 4º do art. 14 desta Lei”, de forma a resgatar a redação original do art. 13 da MPV nº 428, de 2008.

Outra questão relevante, no sentido de eliminar restrições que possam impedir o adequado funcionamento do sistema de crédito, refere-se à iminente declaração de inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 2.170-36/2001. Trata-se de risco decorrente de ADI ajuizada junto ao Supremo Tribunal Federal sob o fundamento de não ter sido aquela MPV convertida em lei. Essa hipótese levaria à proibição de capitalização de juros em períodos inferiores a um ano, prejudicando poupadores, investidores e credores e promovendo séria instabilidade no sistema financeiro nacional.

Oportuno também, em se tratando de área financeira, é possibilitar o encontro de contas, por meio da compensação de créditos e débitos, entre o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), a Caixa Econômica Federal, o Fundo de Garantia de Depósitos e Letras Imobiliárias (FGDLI) e as entidades repassadoras, uma vez que, embora acertado entre as partes, e acordado com autorização do Conselho Curador do FCVS, segundo a Procuradoria Geral da

Fazenda Nacional, o encontro não atende à exigência de autorização legislativa.

A fim de facilitar a irrigação de crédito ao agronegócio, introduzimos duas novas medidas. A primeira delas contempla a aproximação do agronegócio do mercado de capitais, via expansão do mercado dos títulos criados pela Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004. Com o propósito de incentivar o uso do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), propõe-se a redução de 0,64% para 0,05% (cinco centésimos por cento) da alíquota incidente sobre o registro de emissão do CRA, valor esse coincidente com o estipulado para o registro de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

A implementação da medida requer a inserção da taxa de registro de distribuição do CRA na Tabela “D” a que se refere o inciso II do art. 4º da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989.

A segunda medida é a prorrogação para a 30 de junho de 2009 do prazo para a contratação de financiamentos com recursos do Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA), instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007. Os financiamentos visam à liquidação de dívidas contraídas por produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos agropecuários, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006, com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2005.

5. Conclusões

Em um cenário de crise, a autorização para que bancos oficiais possam adquirir, diretamente ou por intermédio de subsidiárias, instituições financeiras que enfrentam dificuldades é extremamente oportuno. Se as condições da operação forem justas para o comprador e o vendedor, essa é uma forma de reoxigenar e dar segurança ao mercado. Em um momento de redução tão abrupta de liquidez, resultante da atual crise financeira internacional, mesmo instituições sólidas podem ser afetadas pela contração no crédito e elevação dos custos financeiros.

De fato, na forma original da MPV nº 443, de 2008, a autorização para essas aquisições foi permitida de forma tão incondicional e ilimitada que gerou a desconfiança de que se pretende resgatar ativos “podres” ou carteiras de alto risco, em socorro de instituições mal administradas ou que se endividaram em apostas especulativas.

Não obstante, um aspecto positivo da medida é o de antecipar soluções para situações em que a participação dos bancos estatais seja adequada. Assim, mesmo se não houver instituições com risco de insolvência, a disponibilidade dos instrumentos instituídos

na MPV nº 443, de 2008, contribui para a tranquilidade dos mercados.

O Banco do Brasil e a Caixa Econômica poderão injetar forte liquidez no mercado sem a utilização de recursos do Tesouro, ou seja, sem comprometimento fiscal. Tendo em mente a importância do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que detêm mais de 35% do total de depósitos bancários no País, é preciso garantir que não adquiram ativos que comprometam sua saúde financeira, muito menos que paguem preços indevidos. A esse respeito, mencione-se a Resolução nº 3.040, de 2002, do Conselho Monetário Nacional, que estabelece critérios para que o Banco Central aprove previamente os tipos de operação ora autorizados na MPV.

Por último, pelas razões acima detalhadas, julgou-se oportuno incluir novas alterações no PLV, de modo a solucionar tempestivamente questões pendentes, que poderiam trazer riscos ao adequado funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, inclusive o Sistema Financeiro de Habitação e o Sistema Financeiro Imobiliário, mormente em um cenário de crise.

III – Voto

Ante o exposto, o voto é pela admissibilidade da Medida Provisória nº 443, de 2008, e, no mérito, pela aprovação do PLV nº 30, de 2008, com as seguintes emendas:

Emendas:

EMENDA Nº 112 – Relator-Revisor.

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 2º do PLV nº 30, de 2008:

“Art.2º.....”

§ 2º Na hipótese prevista no caput deste artigo, pelo menos vinte por cento do preço a ser desembolsado na operação de aquisição de participação societária será apartado para depósito em conta aberta na instituição financeira adquirente, para fazer frente a eventuais passivos contingentes não identificados, ficando o Banco do Brasil S.A ou a Caixa Econômica Federal, conforme o caso, autorizados a debitar a referida conta sempre que identificado algum passivo dessa ordem, nos termos fixados no contrato de aquisição.

EMENDA Nº 113 – Relator -Revisor.

Inclua-se o seguinte § 5º no art. 2º do PLV nº 30, de 2008:

“Art.2º.....”

.....
§ 5º A instituição financeira adquirente fica autorizada a definir, com a concordância prévia do Banco Central Brasil, cronograma de desembolsos dos valores apartados, conforme o disposto no § 2º deste artigo, a partir da quantificação dos eventuais passivos contingentes.”

EMENDA Nº 114 – Relator – Revisor

Renumere-se o atual art. 3º para o atual art. 4º, o atual art. 4º para art. 3º e dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 4º ora renumerado, todos referentes ao PLV nº 30, de 2008:

“Art. 4º A realização dos negócios jurídicos de que tratam os arts. 1º, 2º e 3º desta Lei poderá ocorrer sob qualquer forma de aquisição de ações ou participações societárias previstas em lei.

EMENDA Nº 115 – Relator-Revisor

Substitua-se, no atual § 1º do art. 7º do PLV nº 30, de 2008, a expressão “assegurada” por “assegurando-se”, renumerando-o como § 2º, e renumere-se o atual § 2º para § 1º.

EMENDA Nº 116 – Relator revisor

Inclua-se o seguinte § 6º ao art. 8º do PLV nº 30, de 2008:

“Art. 8º”

§ 6º O Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil S. A. e a Caixa Econômica Federal manterão em seus sítios eletrônicos informações atualizadas sobre as operações realizadas com base no art. 2º desta Lei.”

EMENDA Nº 117 – Relator revisor

Suprima-se o art. 10 do PLV nº 30, de 2008, renumerando os demais.

EMENDA Nº 118 – Relator revisor

Suprima-se a expressão “e nos serviços de TI e TIC de que trata o § 4º do art. 14 desta Lei” na redação do *caput* do art. 13-A da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, na forma do art. 11 do PLV nº 30, de 2008.

EMENDA Nº 119 – Relator revisor

Inclua-se, no PLV nº 30, de 2008, onde couber, os seguintes artigos:

“Art. Nas operações ativas e passivas realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, é permitida a pactuação da capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano.

Parágrafo único. Sempre que necessário ou quando solicitado pelo devedor, a apuração do valor exato da obrigação, ou de seu saldo devedor, será feita pelo credor por meio de planilha de cálculo que evidencie de modo claro, preciso e de fácil entendimento e compreensão, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais.”

“Art. Ficam convalidados os atos praticados com base no art. 5º da Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001.”

“Art. Fica revogado o art. no art. 5º da Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001.”

EMENDA Nº 120 – Relator revisor

Inclua-se, no PLV nº 30, de 2008, o seguinte artigo:

“Art. Fica a União autorizada a convalidar o encontro de contas, por meio da compensação de créditos e débitos, vencidos e vencendo, entre o Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, a Caixa Econômica Federal, o Fundo de Garantia de Depósitos e Letras Imobiliárias – FGDLI – e as entidades repassadoras, na forma adotada pelo Conselho Curador do FCVS.

EMENDA Nº 121 – Relator revisor

Inclua-se, onde couber, no PLV nº 30, de 2008, o seguinte artigo:

Art. Ficam incluídas na Tabela “D” a que se refere o art. 4º, inciso II, da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, sujeitas à alíquota de 0,05% (cinco centésimos por cento), as operações de registro de distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e de Certificados de Recebíveis Imobiliários.”

EMENDA Nº 122 – Relator revisor

Inclua-se, onde couber, no PLV nº 30, de 2008, o seguinte artigo:

Art. O art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º.....

§ 6º O prazo para contratação das operações encerra-se em 30 de junho de 2009.

Sr. Presidente, está feita a leitura da análise e do voto relacionados à MP nº 443. Como V. Exª pode observar, foi acolhida grande parte das sugestões formuladas pelo Senado Federal, inclusive algumas rejeitas pela Câmara.

O texto foi também discutido com todos os segmentos envolvidos direta ou indiretamente, sejam agentes do Governo, seja com o setor privado. Enfim, houve uma ampla negociação, um diálogo muito profundo. E esse é o texto que reflete a síntese, a necessidade básica, que concilia inclusive conflitos que haviam sido estabelecidos anteriormente.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2008

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 30, de 2008, originado da Medida Provisória nº 443, de 2008, o qual autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências.

Relator-Revisor: Senador **Valter Pereira**

I – Relatório

A Medida Provisória (MPV) nº 443, de 21 de outubro de 2008, autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, e dá outras providências. Em sua apreciação pela Câmara dos Deputados, foram apresentadas 111 emendas por Deputados e Senadores. O Relatório do Deputado João Paulo Cunha acatou diversas emendas na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008, aprovado em 12 de novembro, que será agora apreciado no Senado Federal.

A Medida Provisória contém sete artigos, resumidos a seguir.

O art. 1º autoriza o Banco do Brasil S. A. (BB) e a Caixa Econômica Federal (CAIXA) a constituírem

subsidiárias integrais ou controladas, com vistas ao cumprimento de atividades de seu objeto social.

O art. 2º permite que esses bancos, diretamente ou através de suas subsidiárias, possam adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e as demais instituições financeiras, conforme descritas na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que rege o Sistema Financeiro Nacional. O § 1º prevê que para essas aquisições os bancos poderão contratar empresas avaliadoras especializadas, mediante procedimento de consulta simplificada de preços, observados os preços de mercado, na forma do regulamento. O § 2º estabelece que percentual do preço será depositado em conta junto à adquirente para fazer frente a eventuais passivos contingentes não identificados, e que será debitada sempre que identificado algum passivo dessa ordem.

O art. 3º dispõe que os negócios jurídicos autorizados nos arts. 1º e 2º poderão ocorrer por incorporação societária, incorporação de ações, aquisição e alienação de controle acionário ou outra forma prevista em lei.

O art. 4º autoriza a criação da empresa CAIXA-Banco de Investimentos S.A., sociedade por ações, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, para explorar as atividades de banco de investimento e participações e outras operações previstas na legislação.

O art. 5º dispensa o procedimento licitatório na venda de participações acionárias em instituições financeiras públicas para o BB e a CAIXA.

O art. 6º autoriza o Banco Central a realizar operações de **swap** de moedas com bancos centrais de outros países, nos limites e condições estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

O art. 7º contém a cláusula de vigência.

De acordo com a Exposição de Motivos Interministerial nº 175/2008, que acompanhou a MPV, e os esclarecimentos fornecidos em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos pelo Ministro da Fazenda e pelo Presidente do Banco Central, o objetivo dessa medida é o de eliminar as restrições atuais para que os principais bancos públicos do País,

o BB e a CEF, participem de um eventual processo de consolidação do sistema financeiro nacional. Com a medida, haverá maior concorrência entre os potenciais investidores, ao mesmo tempo em que se concede a mesma oportunidade de expansão às instituições financeiras federais.

Assim, no momento em que se configura forte retração no crédito internacional em decorrência da crise financeira, ocasionando contração de liquidez no mercado interbancário nacional, a medida visa a prover maior flexibilidade aos dois bancos oficiais para que possam adquirir participações em instituições de pequeno e médio porte que enfrentem dificuldades em face das atuais restrições de crédito, incluindo a possibilidade de aquisição de seu controle acionário.

Na Câmara dos Deputados, o Relator, Deputado João Paulo Cunha, efetuou importantes alterações na medida provisória. Dessa forma, por meio da aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 4, 9, 10 a 13, 17, 23 a 26, 28, 30, 42, 44, 45, 46, 50, 51, 73 a 77, 79, 80, 82, 84, 85, 97 a 99, 109 e 111, incorporou as seguintes mudanças ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008, aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados:

Na Ementa, foi incluída referência à alteração das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008.

No art. 2º, foi alterada a redação do § 1º para estabelecer a obrigatoriedade de contratação (facultativa na MPV original) de empresas avaliadoras especializadas, cujos dirigentes não possuam interesses nas empresas sujeitas à avaliação, dispensando o procedimento licitatório somente em casos de justificada urgência. No mesmo artigo, foi acrescentado o § 3º que veda a participação ou aquisição de controle acionário de empresas que comercializam planos de previdência na modalidade de benefício definido, e a aquisição exclusivamente de carteiras de planos de previdência nessa modalidade. Finalmente, nesse artigo, foi introduzido o § 4º que estabelece o prazo até 30 de junho de 2011, com possibilidade de prorrogação por doze meses, para as autorizações previstas na MPV.

No art. 3º, foi acrescentado parágrafo único para estipular que os negócios jurídicos mencionados nos arts 1º e 2º, se efetuados com sociedades do ramo da construção civil, serão realizados com empresas constituídas sob a forma de Sociedades de Propósito Específico (SPE) para a execução de empreendimentos imobiliários, inclusive mediante emissão de debêntures conversíveis em ações.

Foi introduzido novo art. 7º para autorizar a União a conceder crédito ao BNDES, no valor de até R\$3 bilhões, em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro da Fazenda, para abertu-

ra de linhas de crédito de capital de giro às empresas contratadas pelos governos federal, estaduais e municipais para a execução de obras de infraestrutura do PAC. Os §§ 1º e 2º dispõem que, para a obtenção desse crédito, será assegurada sua equiparação ao custo de captação de longo prazo do Tesouro Nacional, na data de sua efetivação, e que a União poderá emitir títulos da dívida pública mobiliária federal, em favor do BNDES.

Outra inovação, no Art. 8º do PLV, foi a criação, no Congresso Nacional, da Comissão Mista de Acompanhamento da Crise Financeira – CMAF, a quem caberá o monitoramento e a fiscalização das operações realizadas com base na MPV. A CMAF receberá relatórios sobre o fechamento dos negócios, tanto do Banco Central, quanto do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Finalmente, foram acrescentados ao PLV os arts 9º 1º e 11 nos quais são alteradas leis existentes para a concessão de benefícios fiscais. Segundo o voto do relator, essas disposições constavam de emendas apresentadas em medidas provisórias anteriores e reapresentadas sob os nºs 97, 98 e 99, tendo sido acatadas por contarem com o apoio de vários líderes e parlamentares, bem como da Receita Federal do Brasil e do Ministério da Fazenda.

O art. 9º estende aos estabelecimentos industriais fabricantes de bens de informática e automação o regime de suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem.

O art. 10 facilita o enquadramento das empresas na categoria de “pessoa jurídica preponderantemente exportadora”, que tem direito à suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) na aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem. Ficam de fora do benefício apenas as empresas fabricantes de bens de informática ou de produtos sujeitos à incidência monofásica dessas contribuições.

O art. 11 institui benefício fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para as empresas dos setores de tecnologia da informação (TI) e de tecnologia da informação e da comunicação (TIC). O benefício consiste na dedução, em dobro, para fins de apuração do lucro real, dos custos e despesas com capacitação de pessoal que atua no desenvolvimento de **software** e em outros serviços de TI e TIC inclusive **call center**.

II – Análise

1. Da Constitucionalidade

Conforme o art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o Plenário de cada uma das Casas decide preliminarmente quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da medida provisória e de sua adequação financeira e orçamentária.

Em consonância com o posicionamento da Câmara dos Deputados, reiteramos o entendimento de que as condições de relevância e urgência estão presentes na MPV nº 443, de 2008, por se tratar de medidas tempestivas, voltadas para questões imediatas do setor financeiro, que se encontra em situação potencialmente vulnerável em razão da crise internacional. Também não se vislumbra óbice quanto a sua adequação financeira e orçamentária.

Ao mesmo tempo, a matéria não se inclui entre as vedadas para a edição de medidas provisórias (Constituição Federal, art. 62, § 1º).

Ainda, segundo a Constituição Federal, art. 37, XIX e XX, a criação de subsidiárias de empresa pública, sociedade de economia mista e de fundação, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada dependem de autorização legislativa.

2. Do Mérito

Quanto ao mérito, as autorizações concedidas justificam-se, notadamente, pela situação peculiar que atravessa o setor financeiro, pois permite, tempestivamente, a aquisição de participações societárias e o eventual controle acionário de empresas do setor público e privado pelos dois maiores bancos oficiais do País. Ao mesmo tempo em que pode contribuir para o afastamento do chamado “risco sistêmico”, com essa medida, o BB e a Caixa podem atuar em condições de isonomia com os bancos privados, quando se espera um movimento de concentração no setor financeiro. Ademais, ela tem o caráter de ampliar a competitividade no mercado de venda de ativos. Apesar desse argumento, destaca-se que a MPV, em sentido contrário, contribui também para uma maior concentração do sistema financeiro, pois permite que dois dos maiores bancos do País façam aquisições e, inegavelmente, abre uma brecha para a estatização de parte do sistema. Nesse sentido, ao fim do processo, será reduzida a competitividade do sistema como um todo.

O Presidente do Banco Central tem assegurado ao mercado que não há problemas de insolvência, mas vale destacar que a edição desta MPV despertou

a suspeita de que havia instituições em dificuldades. Efetivamente, a redução da liquidez no mercado financeiro nacional, que decorre, principalmente, da saída de recursos externos e da atual volatilidade dos ativos financeiros, com a conseqüente elevação dos juros de curto prazo, aumenta a vulnerabilidade das instituições, em particular, as de pequeno e médio porte.

Essa desconfiança de que o governo possuía alguma informação sobre instituições em dificuldade, provocou, na quarta-feira, 22 de outubro, um dia após a edição da MPV, uma instabilidade ainda maior no mercado. Houve forte queda no índice Bovespa, de 10,18%, e o valor das ações do BB caíram 15,3%, mostrando que também os investidores não acharam as medidas positivas para o Banco do Brasil.

O sistema bancário brasileiro é atualmente considerado um dos mais sólidos entre os países emergentes – vale dizer, menos alavancados –, como resultado do programa de saneamento das instituições bancárias efetuado logo após a implantação do Real – o PROER, e de uma administração rígida com relação a parâmetros estabelecidos pelo Banco Central, a exemplo da relação compulsórios/depósitos, que está entre as mais altas do mundo. Um analista do jornal **Valor Econômico** corrobora essa tese, informando que, com o mais recente aperto monetário, os compulsórios no Brasil chegaram à marca recorde de R\$241 bilhões, 8,2% do PIB, um dos maiores do mundo. Como se sabe, essa margem tem possibilitado ao Banco Central a liberação de significativos montantes ao mercado, que se estimam superiores a R\$150 bilhões.

Em entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo** sobre a crise de crédito norte-americana, o diretor geral do IFF (Institute of International Finance), Charles Dallara, afirmou que o sistema bancário brasileiro se apresenta como um dos mais sólidos do mundo, o que, acompanhado do recente crescimento da economia nacional, torna o País de fato menos vulnerável à turbulência. Notícia de igual teor do jornal **Valor Econômico**, proveniente de outra fonte (pesquisa do Fórum Mundial de Economia) informa que a estabilidade do sistema bancário do Brasil supera a de quase todos os países do G-7 e de outras grandes economias emergentes¹.

¹ O Brasil ficou na 24ª posição entre 134 países, com seus bancos pontuando coletivamente 6,36, acima da Alemanha (39), Estados Unidos (40), Grã-Bretanha (44), Itália (79) e Japão (93). Entre os países do G-7, o Brasil só é superado pelo Canadá, que, com 6,8 pontos, ficou em primeiro lugar com o sistema bancário mais saudável do mundo, e pela França, na 19ª posição, com 6,5. A estabilidade bancária do

Com relação aos aspectos específicos da MPV, foi questionado, a princípio, o fato de que as autorizações constituíam “um cheque em branco” aos bancos oficiais. Na verdade isso não ocorre, uma vez que essas operações já são regulamentadas pela Resolução nº 3.040, do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 28 de novembro de 2002, com efeitos a partir de 2 de junho de 2003, que estabelece inúmeros requisitos para a autorização prévia, pelo Banco Central, de qualquer transferência de controle societário e reorganização societária entre instituições financeiras.

De acordo com o Departamento de Organização do Sistema Financeiro (DEORF), do Banco Central, as normas expedidas na referida resolução aplicam-se a todas as instituições financeiras, enquanto não se tenha estabelecido norma específica para instituições financeiras públicas. Entre esses requisitos exige-se a publicação de declaração de propósito, a apresentação de plano de negócios, a demonstração de capacidade financeira compatível com o porte do empreendimento, e a inexistência de restrições que possam, a juízo do Banco Central, afetar a reputação dos controladores.

3. O Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 30, de 2008

O Projeto de Lei de Conversão aprovado na Câmara dos Deputados atende aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância e, quanto ao mérito, introduz importantes aperfeiçoamentos à Medida Provisória nº 443, de 2008.

As modificações efetuadas no PLV contribuíram, essencialmente, para estabelecer os limites ensejados pelos parlamentares e, assim, aumentar a transparência das ações a serem efetivadas ao abrigo do PLV. A obrigatoriedade de que sejam contratadas empresas avaliadoras aumenta a segurança dos negócios, e a definição do prazo para a validade das autorizações, até 30 de junho de 2011, podendo ser prorrogada por até 12 meses, é compatível com o objetivo de adotar soluções para o período em que perdurar a crise. Também foi adequado excluir a possibilidade de aquisição de instituição ou cadeira de planos de previdência privada na modalidade de benefício definido, uma vez que essas aplicações, por definição, não estão sujeitas ao impacto de flutuações no mercado financeiro.

Brasil também supera a de seus parceiros do Bric – Índia (51), China (108) – e de outras grandes economias em desenvolvimento, como Malásia (50), México (55), Coreia (73), Indonésia (121) e Argentina (129). Fica atrás, porém, da classificação do Chile (18) e da África do Sul (15).

A inclusão do parágrafo único no art. 3º, para estabelecer que, no ramo da construção civil, os negócios serão realizados com empresas constituídas como Sociedades de Propósito Específico (SPE), visa especificamente à participação da CEF em empreendimentos imobiliários. Mencione-se que as SPE foram introduzidas formalmente na legislação brasileira com a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu normas gerais para as parcerias público-privadas (PPP) e que já vêm sendo amplamente utilizadas na construção civil. A SPE não implica nova forma jurídica de sociedade, devendo tomar uma das formas já previstas pela legislação vigente, ou seja, pode ser constituída como uma sociedade limitada, uma companhia fechada ou aberta.

Essa forma de apoio ao setor é a mais adequada, uma vez que o impacto da crise tem se refletido apenas em dificuldades temporárias de capital de giro, que não requerem a capitalização das empresas, mas, tão-somente, a disponibilidade de recursos para empreendimentos específicos. Desse modo, evita-se que a participação de uma instituição do porte da Caixa em determinadas empresas possa gerar desequilíbrios em relação à competitividade das demais empresas do setor.

A Comissão Mista de Acompanhamento da Crise Financeira – CMACF, no Congresso Nacional, criada para monitorar e fiscalizar as operações realizadas, constitui importante ferramenta de acompanhamento das ações a serem executadas com base na autorização concedida pelo PLV. A CMAF receberá relatórios sobre o fechamento dos negócios, tanto do Banco Central, quanto do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

O novo art. 7º autoriza a União a conceder crédito ao BNDES, no valor de até R\$3 bilhões, em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro da Fazenda, para abertura de linhas de crédito de capital de giro às empresas contratadas pelos governos federal, estadual e municipal, para a execução de obras de infra-estrutura do PAC. Essa medida visa manter o ritmo das obras essenciais do PAC, para o escoamento dos produtos interna e externamente.

No intuito de desafogar as empresas, os arts. 9º e 10 do PLV prevêm medidas tributárias que fazem diminuir a necessidade de capital-de-giro. A suspensão de IPI, prevista no art. 9º, proporcionará aos fabricantes de bens de informática e automação a redução do preço de seus insumos (matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem), pois o IPI deixará de incidir na venda efetuada pelo fornecedor. Dependendo menos recursos para manter o seu es-

toque, o fabricante poder reduzir o valor de seu capital de giro.

O art. 10 do PLV facilita o enquadramento da maioria das empresas na categoria de “pessoa jurídica preponderantemente exportadora”. Como se sabe, a empresa preponderantemente exportadora tem direito à suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem. A suspensão é conveniente para se evitar o acúmulo de créditos, já que na exportação não incidem essas contribuições (não se geram débitos para abater os créditos). É considerada preponderantemente exportadora a empresa que exportar mais de 70% de sua receita bruta (isto é, a razão “receita exportada para o exterior/receita bruta total” deve ser maior do que 0,7). O art. 10 permite somar ao numerador (receita exportada para o exterior) a receita das vendas para a Zona Franca de Manaus (ZFM), facilitando o atingimento do percentual de 70%. Não podem ser somadas, contudo, a receita de vendas de bens de informática e automação e a de produtos sujeitos à incidência monofásica daquelas contribuições (combustíveis, medicamentos, perfumaria e artigos de tocador, autopeças, pneus, etc.)

O art. 11 do PLV institui benefício fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para as empresas dos setores de tecnologia da informação (TI) e de tecnologia da informação e da comunicação (TIC). O benefício consiste na dedução, em dobro, para fins de apuração do lucro real, dos custos e despesas com capacitação de pessoal que atua no desenvolvimento de **software** e em outros serviços de TI e TIC, inclusive **call center**.

4. Alterações propostas no PLV nº 30, de 2008

No sentido de garantir que os efeitos dessa medida provisória tenham o alcance necessário ao adequado funcionamento do sistema financeiro nacional e consigam mitigar as consequências da crise na economia como um todo, serão ainda necessárias alterações no PLV nº 30, de 2008.

Em primeiro lugar, no § 2º do art. 2º, que determina o apartamento de recursos para fazer frente a eventuais passivos contingentes não identificados, foi acrescentado que esses recursos devem constituir, no mínimo, 20% do preço a ser desembolsado. Essa precaução visa a impedir que seja apartado montante insuficiente ao suprimento dos eventuais passivos. Esses recursos serão desembolsados conforme cronograma a ser definido com a concordância prévia do Banco Central do Brasil.

Tendo em vista o já mencionado impacto adverso sobre a competitividade das demais empresas do

setor, é necessário que todos os negócios envolvendo construção civil sejam feitos na forma de Sociedade de Propósito Específico. A redação atual do PLV nº 30, de 2008, prevê que somente os negócios realizados no âmbito dos arts. 1º e 2º tenham de obedecer a essa norma, excluindo, dessa forma, os negócios realizados com participação da Caixa – Banco de Investimento S.A., nos termos do art. 4º. Assim, é preciso estender a todos os negócios a característica de empreendimentos de Sociedades de Propósito Específico, o que atende à demanda por liquidez do setor sem afetar a estrutura de capital das empresas.

Para aumentar a transparência e assegurar ampla divulgação dos negócios realizados, no acompanhamento das operações será incluído no art. 80, que trata da CMAF será incluída a obrigatoriedade de que os sítios do Banco Central do Brasil, do Banco do Brasil e da Caixa exponham informações atualizadas sobre os negócios realizados ao abrigo do art. 2º.

Com relação ao art. 10, incluído pela Câmara dos Deputados, não há ainda como avaliar seu impacto sobre o fluxo de arrecadação, razão pela qual será proposta sua supressão. Além disso, cabe proceder a necessário ajuste na redação do art. 13-A, a ser acrescido à Lei nº 11.774, de 2008, de que trata o novo art. 11 do Projeto de Lei de Conversão. Esse benefício foi inicialmente previsto no art. 13 da Medida Provisória nº 428, de 12 de maio de 2008, porém restrito à dedução de custos e despesas de pessoal que atua no desenvolvimento de **software**. O Congresso Nacional estendeu, na elaboração do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2008, a vantagem ao pessoal que atua em outros serviços de Tecnologia da Informação (TI) e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), inclusive **call centers**. Por ocasião da sanção presidencial, o dispositivo foi vetado, sob o pálio de que, com a alteração, o benefício passou a contemplar, entre outros, o treinamento de atendentes de **call center** e de pessoas que atuam no ramo de licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, o que elevaria a renúncia fiscal esperada em R\$164 milhões por ano.

Como a redação do art. 11 do PLV reproduz o dispositivo vetado, apresentamos emenda que suprime a expressão “e nos serviços de TI e TIC de que trata o § 4º, do art. 14 desta lei”, de forma a resgatar a redação original do art. 13 da MPV nº 428, de 2008.

Outra questão relevante, no sentido de eliminar restrições que possam impedir o adequado funcionamento do sistema de crédito, refere-se à iminente declaração de inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 2.170-36/2001. Trata-se de risco decorrente

de ADI ajuizada junto ao Supremo Tribunal Federal sob o fundamento de não ter sido aquela MPV convertida em lei. Essa hipótese levaria à proibição de capitalização de juros em períodos inferiores a um ano, prejudicando poupadores, investidores e credores e promovendo séria instabilidade no sistema financeiro nacional.

Oportuno também, em se tratando de área financeira, é possibilitar o encontro de contas, por meio da compensação de créditos e débitos, entre o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), a Caixa Econômica Federal, o Fundo de Garantia de Depósitos e Letras Imobiliárias (FGDLI) e as entidades repassadoras, uma vez que, embora acertado entre as partes, e acordado com autorização do Conselho Curador do FCVS, segundo a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o encontro não atende à exigência de autorização legislativa.

A fim de facilitar a irrigação de crédito ao agronegócio, introduzimos duas novas medidas. A primeira delas completa a aproximação do agronegócio do mercado de capitais, via expansão do mercado dos títulos criados pela Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004. Com o propósito de incentivar o uso do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), propõe-se a redução de 0,64% para 0,05% (cinco centésimos por cento) da alíquota incidente sobre o registro de emissão do CRA, valor esse coincidente com o estipulado para o registro de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários. A implementação da medida requer a inserção da taxa de registro de distribuição do CRA na Tabela D a que se refere o inciso II do art. 4º da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989.

A segunda medida é a prorrogação para 30 de junho de 2009 do prazo para a contratação de financiamentos com recursos do Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA), instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007. Os financiamentos visam à liquidação de dívidas contraídas por produtores rurais ou suas cooperativas tornecedores de insumos agropecuários, relativas às safras 2004-2005 e 2005-2006, com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2005.

5. Conclusões

Em um cenário de crise, a autorização para que bancos oficiais possam adquirir, diretamente ou por intermédio de subsidiárias, instituições financeiras que enfrentam dificuldades é extremamente oportuno. Se as condições da operação forem justas para o comprador e o vendedor, essa é uma forma de reoxigenar e dar segurança ao mercado. Em um momento de redução tão abrupta de liquidez, resultante da atual crise finan-

ceira internacional, mesmo instituições sólidas podem ser afetadas pela contração no crédito e elevação dos custos financeiros.

De fato, na forma original da MPV nº 443, de 2008, a autorização para essas aquisições foi permitida de forma tão incondicional e ilimitada que gerou a desconfiança de que se pretendem resgatar ativos “podres” ou carteiras de alto risco, em socorro de instituições mal administradas ou que se endividaram em apostas especulativas.

Não obstante, um aspecto positivo da medida é o de antecipar soluções para situações em que a participação dos bancos estatais seja adequada. Assim, mesmo se não houver instituições com risco de insolvência, a disponibilidade dos instrumentos instituídos na MPV nº 443, de 2008, contribui para a tranquilidade dos mercados. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica poderão injetar forte liquidez no mercado sem a utilização de recursos do Tesouro, ou seja, sem comprometimento fiscal. Tendo em mente a importância do BB e da CEF, que detêm mais de 35% do total de depósitos bancários no país, é preciso garantir que não adquiram ativos que comprometam sua saúde financeira, muito menos que paguem preços indevidos. A esse respeito, mencione-se a Resolução nº 3.040, de 2002, do CMN que estabelece critérios para que o Banco Central aprove previamente os tipos de operação ora autorizados na MPV.

Por último, pelas razões acima detalhadas, julgou-se oportuno incluir novas alterações no PLV, de modo a solucionar tempestivamente questões pendentes, que poderiam trazer riscos ao adequado funcionamento do sistema financeiro nacional, inclusive o Sistema Financeiro de Habitação e o Sistema Financeiro Imobiliário, mormente em um cenário de crise.

III – Voto

Ante o exposto, o voto é pela admissibilidade da Medida Provisória nº 443, de 2008, e, no mérito, pela aprovação do PLV nº 30, de 2008, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 112 – Relator-Revisor

De-se a seguinte redação ao § 2º do art. 2º do PLV nº 30, de 2008:

“Art. 2º

§ 2º Na hipótese prevista no **caput** deste artigo, pelo menos vinte por cento do preço a ser desembolsado na operação de aquisição de participação societária será apartado para depósito em conta aberta na instituição financeira adquirente, para fazer frente a eventuais

passivos contingentes não identificados, ficando o Banco do Brasil S.A. ou a Caixa Econômica Federal, conforme o caso, autorizados a debitar a referida conta sempre que identificado algum passivo dessa ordem, nos termos fixados no contrato de aquisição.

.....”

EMENDA Nº 113 – Relator-Revisor

Inclua-se o seguinte § 5º no art. 2º do PLV nº 30, de 2008:

“Art. 2º

§ 5º A instituição financeira adquirente fica autorizada a definir, com a concordância prévia do Banco Central a o Brasil, cronograma de desembolsos dos valores apartados, conforme disposto no § 2º deste artigo, a partir da quantificação dos eventuais passivos contingentes.”

EMENDA Nº 114 – Relator-Revisor

Renumere-se o atual art. 3º para art. 4º, o atual art. 4º para art. 3º e dê-se a seguinte redação ao **caput** do art. 4º ora renumerado todos referentes ao PLV nº 30, de 2008:

“Art. 4º A realização dos negócios jurídicos de que tratam os arts. 1º, 2º e 3º desta Lei poderá ocorrer sob qualquer forma de aquisição de ações ou participações societárias previstas em lei.

EMENDA Nº 115 – Relator -Revisor

Substitua-se, no atual § 1º do art. 7º do PLV nº 30, de 2008, a expressão “assegurada” por “assegurando-se”, renumerando-o como e renumere-se o atual § 2º para § 1º.

EMENDA Nº 116 – Relator-Revisor

Inclua-se o seguinte § 6º ao art. 8º do PLV nº 30, de 2008.

“Art. 8º

§ 6º O Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal manterão em seus sítios eletrônicos informações atualizadas sobre as operações realizadas com base no art. 2º desta Lei.”

EMENDA Nº 117 – Relator-Revisor

Suprima-se o art. 10 do PLV nº 30, de 2008, renumerando os demais.

EMENDA Nº 118 – Relator-Revisor

Suprima-se a expressão “e nos serviços de TI e TIC de que trata o § 4º do art. 14 desta Lei” na redação do **caput** do art. 13-A da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, na forma do art. 11 do PLV nº 30, de 2008.

EMENDA Nº 119 – Relator-Revisor

Inclua-se, no PLV nº 30, de 2008, onde couber, os seguintes artigos:

“Art. Nas operações ativas e passivas realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, é permitida pactuação da capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano.

Parágrafo único. Sempre que necessário ou quando solicitado pelo devedor, a apuração do valor exato da obrigação, ou de seu saldo devedor, será feita pelo credor por meio de planilha de cálculo que evidencie de modo claro, preciso e de fácil entendimento e compreensão, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais.”

“Art. Ficam convalidados os atos praticados com base no art. 5º da Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001.”

“Art. Fica revogado o art. no art. 5º da Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001.”

EMENDA Nº 120 – Relator-Revisor

Inclua-se, no PLV nº 30, de 2008, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. Fica a União autorizada a convalidar o encontro de contas, por meio da compensação de créditos e débitos, vencidos e vincendos, entre o Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, a Caixa Econômica Federal, o Fundo de Garantia de Depósitos e Letras Imobiliárias – FGDLI e as entidades repassadoras, na forma adotada pelo Conselho Curador do FCVS.

EMENDA Nº 121 – Relator-Revisor

Inclua-se, onde couber, no PLV nº 30, de 2008, o seguinte artigo:

“Art. Ficam incluídas na Tabela “D” a que se refere o art. 4º, inciso II, da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, sujeitas à alíquota

de 0,05% (cinco centésimos por cento), as operações de registro de distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e de Certificados de Recebíveis Imobiliários.”

EMENDA Nº 122 – Relator-Revisor

Inclua-se, onde couber, no PLV nº 30, de 2008, o seguinte artigo:

“Art. O art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

§ 6º O prazo para contratação das operações encerra-se em 30 de junho de 2009.

.....(NR)”

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008.



Relator-Revisor

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Valter Pereira.

O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Valter Pereira, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 01, de 2002, do Congresso Nacional.

No mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão com apresentação das **Emendas nºs 112 a 122**, do Relator revisor.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

Para encaminhar a votação dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da matéria, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima.

Tem V. Exª a palavra por cinco minutos, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho aqui me posicionado sistematicamente, de maneira muito clara, contra medidas provisórias, até que elas sejam

regulamentadas de uma maneira definitiva como, aliás, o Senado já aprovou.

A Câmara não aprova, e eu entendo que não aprova porque o Palácio do Planalto não quer. É muito cômodo para o Palácio do Planalto governar por medidas provisórias.

Mas esta medida provisória, Sr. Presidente, pelo menos tem o pressuposto da relevância e da urgência porque, realmente, embora o Presidente tivesse dito que não íamos ter crise, que íamos ter, no máximo, uma marola, está aí uma medida provisória que diz claramente – o quê? – que estamos em crise, que está pedindo – o quê? – que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica comprem bancos que estejam falindo. Ora, isso não é uma confissão tácita do Presidente da República de que realmente estamos em crise? É. Agora, é uma crise que surgiu externamente e nos atingiu. Então, o pressuposto da relevância se justifica, e o da urgência também. Tenho dúvidas quanto à constitucionalidade. Tenho dúvidas porque realmente existem caminhos outros para resolver. Mas, pelo menos neste caso, talvez seja a primeira medida provisória que vejo aqui que tem essa relevância; por isso, vou votar com os pressupostos. O mérito, quero discuti-lo também, porque entendo que não é estatizando que vamos resolver o problema da crise financeira.

Nos outros países, dizem que houve estatização. Não é verdade. O governo comprou ações de bancos que estavam em dificuldades. Isso não quis dizer que ele estatizou bancos. Na hora em que aquele banco sai da crise, ele retira suas ações ou vende suas ações. Aqui, no caso, não. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica estão sendo autorizados a comprar bancos em dificuldades, bancos que estejam caminhando para a falência. E comprar com o quê? Com o dinheiro do povo. Com o dinheiro do povo. E o interessante é que, quando da votação aqui da CPMF, o Presidente disse que o Brasil implodiria se não fosse aprovada a CPMF, que não havia jeito de ficar sem CPMF.

Podem ver, nesse um ano sem CPMF, quem ganha pouco quanto economizou e aplicou na economia do Brasil? Agora o que o Presidente está fazendo? Reduzindo imposto, embora com o chapéu alheio, porque reduzir IPI e Imposto de Renda significa também tirar dinheiro dos Estados, que não autorizaram isso, que não estão querendo abrir mão disso.

Em todo caso, é uma crise nacional. Portanto, quero continuar discutindo aqui medida provisória. Repito, ficarmos aqui reféns de medidas provisórias é abrimos mão de um direito constitucional nosso de legislar, de fiscalizar o Executivo e de, sobretudo, dar transparência e moralidade à aplicação de recursos públicos. É preciso que o Congresso fiscalize muito de

perto o que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica vão fazer com recursos nossos, do povo brasileiro, desde aquele pequeno assalariado até o mais rico magnata deste País. Então, não se está fazendo graça com chapéu próprio, mas com chapéu alheio.

Sr. Presidente, concluo dizendo que temos que combater a tese de medida provisória, que não presta para o nosso Congresso, não presta. Assim como eu disse que a CPMF não prestava para a saúde, nunca resolveu o problema da saúde em décadas, também digo que medida provisória é um desserviço à democracia. É muito bom para quem quer governar como imperador, não é bom para um estadista que quer governar com o Parlamento, com a representação do povo.

Neste caso, excepcionalmente, reconheço existir, lamentavelmente, relevância e urgência, mas tenho – repito – minhas dúvidas quanto à constitucionalidade. Diante do quadro, temos que pensar mais no Brasil do que no imperador que gosta de medidas provisórias. Portanto, vou encaminhar favoravelmente o voto e, no mérito, quero discutir ainda porque é preciso saber como é que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica vão fazer isso; se não, vão terminar fazendo aí uma patotinha para agradar e reforçar caixa de partidos ou de grupos. Temos que fiscalizar isso de maneira muito clara e convocar a população brasileira para isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB; logo a seguir, o Senador Tasso Jereissati.

Para o encaminhamento são cinco minutos, depois teremos a discussão de mérito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vejo a medida provisória como inconstitucional – sinceramente, não vejo. Questiono pontos dela, isto sim. Mas, numa conjuntura de crise, Senador Antonio Carlos, obviamente que não podemos deixar de nos valer – digo nós, Brasil – de uma medida provisória que se disponha ao enfrentamento da crise grave que se desenha no horizonte brasileiro.

Há pontos que estão sendo corrigidos. Louvo a atenção do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, e a ação percuciente do Senador Tasso Jereissati, que foi designado por esta Liderança para cuidar dos acertos visando não à desaprovação, mas à aprovação da Medida Provisória 443. O nosso espírito não é de desaprovar, Senador Eurípedes, é aprovar. E avançou-se. O Senador Jereissati explicará os detalhes. São três pontos essenciais. Avançou-se.

Sr. Presidente, eu gostaria, neste momento, de dizer que o Senador Valter Pereira revelou muita capacidade de trabalho nesse teste de fogo que é relatar uma matéria deste porte. S. Ex^a foi extremamente atencioso com seus colegas, foi extremamente sensível e demonstrou muita personalidade ao redigir um relatório que, se ainda não é a versão acabada, porque estamos elaborando um acordo, está sendo redigida uma emenda que dará conformação final à matéria que certamente será aprovada nesta Casa, o Senador Valter Pereira avançou bastante.

Eu trago, por exemplo, Senador João Pedro, Senador Jefferson Praia, um aspecto relevantíssimo ligado à economia do nosso Estado. Discutia-se na Câmara a reforma tributária, e a Bancada de Deputados do Amazonas, obviamente, percebeu a possibilidade de lutar e obter, no texto da reforma tributária, a prorrogação, por mais dez anos, dos incentivos fiscais para o Pólo Industrial de Manaus. Isso foi muito relevante. Eu louvo a bancada por isso. Eu tenho as minhas desconfianças sobre se essa reforma tributária sai ou não sai, e a minha opinião é que não sai. Não se faz reforma tributária em final de governo e sim em começo de governo. Reforma política também. Essa história de reforma política de janelinha não me convence, eu prefiro porta fechada do que janelinha aberta, descredenciando o Congresso perante a opinião pública.

Mas, lá, a nossa Bancada, certamente, não teve peso numérico para se opor a uma mexida na Medida Provisória 443, que foi extremamente danosa para o Pólo Industrial de Manaus. E, aqui, nós obtivemos – Senador Jefferson Praia, Senador João Pedro e eu próprio – uma conquista significativa, sensibilizando o Relator Valter Pereira, que se portou à altura da expectativa do Estado do Amazonas em relação a ele.

Eu passo a ler os detalhes essenciais.

O Relator Valter Pereira, pacientemente, aceitou e concordou com ponderações que lhe fiz e que depois foram secundadas pelo Senador João Pedro e pelo Senador Jefferson Praia. No fim de semana, conversamos longamente por telefone. Eu quero, de fato, em nome do Amazonas, agradecer a V. Ex^a, Sr. Presidente, e peço tempo para concluir.

O Senador Valter Pereira aceitou e concordou com nossas ponderações e chegamos a um entendimento para corrigir a distorção que havia sido aprovada na Câmara, porque, neste momento, a crise se afigura muito grave para o País e duas vezes grave para meu Estado porque, se se empobrecem os consumidores dos produtos que nós fabricamos no Distrito Industrial de Manaus, obviamente, nós sofremos duas vezes: sofremos a primeira vez enquanto Estado brasileiro e

sofremos a segunda vez porque nossos clientes passam a demandar menos.

Muito bem. O Senador Valter Pereira concordou com a supressão do art. 10. Esse acordo envolveu também o Deputado Júlio Semeghini. Foi feita ontem uma videoconferência com a Suframa, com os representantes do Movimento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Foi uma ampla discussão que redundou no apoio a essas mudanças que nós estamos aqui a endossar.

Supressão do art. 10.

A inclusão das remessas para a Zona Franca de Manaus, na base de cálculo para atingir o mínimo de 70% para enquadramento no regime preponderantemente exportadora, sela o fim da indústria de bens intermediários e componentes da Zona Franca de Manaus, pois essas empresas poderão receber benefícios equivalentes a uma ZPE, sem que tenha exportado ao exterior uma única unidade produzida.

Então, essa supressão, Senador Valter Pereira, faz com que, em nome do meu Estado, eu agradeça a V. Ex^a a sensibilidade que demonstrou. Atualmente, as empresas são consideradas preponderantemente exportadoras quando no mínimo 70% da produção é destinado ao exterior. Caso esse artigo fosse mantido, somente as remessas para a Zona Franca de Manaus seriam suficientes para obter mais benefícios e desequilibrar as vantagens das indústrias de componentes e bens intermediários que estão estabelecidos no Pólo Industrial de Manaus e que fornecem tanto para o próprio Pólo como para outras regiões.

Foi mantido o art. 9º.

A matéria visa eliminar créditos tributários das empresas e beneficiárias da Lei de Informática, créditos esses que, apesar dos direitos das empresas, a Receita Federal, por falta de auditores, não homologa os créditos e, portanto, não restitui às empresas que acumulam esses créditos e prejudica seus resultados contábeis.

Entendemos que o mérito creditório dos tributos e a ineficiência da Receita no que diz respeito à burocracia para tais restituições e não achamos adequado incluir a burocracia nas relações de vantagens comparativas, porém, identificamos um ganho efetivo dessa medida no que diz respeito ao fluxo de caixa das empresas, sendo que existe no acordo um compromisso do Ministério da Indústria e Comércio para calibrar essa vantagem, mesmo que pequena, com aumento de alíquotas dos bens de informática que atingiria apenas os fabricantes fora de Manaus e, com isso, restabelecer o equilíbrio. Foi outra conquista dentro do que foi possível se lograr obter.

Alteração do art. 11.

Não temos objeção em relação a esta medida por entender que o segmento carece de incentivos que visem à desoneração e com isso melhorar nossa base competitiva, principalmente nesta matéria que desonera os investimentos em capacitação de mão-de-obra.

Em síntese, Sr. Presidente – e encerro mesmo, desta vez –, são essas as bases do entendimento com o Relator, que passaram por amplas negociações envolvendo Suframa, envolvendo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, envolvendo a Bancada de Senadores do Estado, envolvendo os representantes na Casa, sobretudo na Câmara dos Deputados, dos interesses da indústria de informática.

Não vejo nada de ilegítimo nisso, estou aqui representando os interesses da economia do meu Estado. É óbvio que eles têm o direito de defender a parte que gera emprego no Estado deles, mas foi feito um acordo. Agradeço ao Deputado Semeghini a sensibilidade, agradeço sobremaneira ao Relator Valter Pereira. E digo que mais uma vez, Senador João Pedro, Senador Jefferson Praia, valeu a nossa vigilância, estávamos aqui presentes, estávamos aqui atentos, estávamos aqui cumprindo com nosso dever. E se temos agradecimentos a prestar...

(Interrupção do som)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... quaisquer agradecimentos em relação a nós porque é nossa obrigação cumprir o dever.

Relato ainda a presença dos setores empresariais do Estado, Dr. Saleh Hamdeh, presente o tempo inteiro às discussões, capaz, correto. Houve perfeito entrosamento entre os segmentos empresariais do Estado e a Bancada de Senadores. Isso resulta no texto que aqui estamos a discutir e que certamente haverá de ser aprovado, resulta em salvaguardas protetoras da competitividade das vantagens comparativas do Pólo Industrial de Manaus, ou seja, mais um perigo – é o milésimo ou o milionésimo que conseguimos afastar. Mas esse é o nosso dever, e vamos continuar cumprindo com ele.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio.

Passamos a palavra ao Senador Tasso Jereissati, para discutir os pressupostos constitucionais de relevância e urgência da matéria.

Senador Tasso terá cinco minutos para seu pronunciamento.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Medida Provisória nº

443 foi editada pelo Governo no momento em que a crise financeira mundial se tornava evidente também em nosso País, principalmente no sistema financeiro, fazendo com que a sociedade brasileira viesse a temer que as ameaças que apareceram no mundo inteiro quanto à consistência do sistema financeiro mundial viesse acontecer também aqui.

A meu ver, a fase mais aguda da ameaça quanto à consistência e solidez do sistema financeiro nacional já passou. Ficou comprovado que, graças às reformas do sistema financeiro nacional, às reformas efetuadas pelo Banco Central durante os últimos anos, o Proer – tão criticado à época, hoje reconhecidamente base de sustentação da solidez e da confiança do sistema financeiro nacional, –fizeram com que essa fase aguda passasse no Brasil.

Na verdade, hoje podemos dizer que já não existe um clima tão grande de desconfiança em relação a esse sistema financeiro. Por outro lado, isso fica cada vez mais claro, fica cada vez mais evidente, e estão aparecendo numa velocidade muito maior do que se pensava os sintomas de crise de contenção de crescimento da economia, a chamada crise no setor real da economia brasileira.

Se o sistema financeiro já não está em xeque, o crescimento de 2009 está profundamente em xeque. Alguns, mais otimistas, como o Governo, falam ainda em 4% e outros, mais pessimistas, falam até no crescimento zero para o ano que vem. Por essa razão, as medidas que estão sendo tomadas pelo Governo e as que vierem a ser tomadas pelo Governo devem ser cada vez mais cercadas de cautela e discussão, para que não se tomem medidas que venham a ser exageradamente voltadas para gastos ou liberdade de uso de recursos, para licenciosidade no uso dos recursos públicos, dos recursos da União.

O Governo, hoje, reconhece que o sistema tributário nacional, além de complicado, é uma elevada carga para o crescimento num momento como este. Está ficando óbvio, e o Governo, mediante suas últimas medidas, reconhece explicitamente que o sistema tributário nacional está defasado e que a carta tributária nacional não é compatível com o crescimento numa época em que a economia não é tão brilhante, não é tão eufórica quanto o foi no passado.

Por isso mesmo nós devemos ver a Medida Provisória nº 443, que está sendo apreciada, com a maior cautela possível e revê-la em alguns pontos.

Nós, da Oposição, destacamos mais alguns pontos que deveriam ser reavaliados, salientamos perante o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, e o Senador Valter Pereira, que foi o competente Relator desta

matéria e que, a nosso ver, avançaram bastante, fazendo algumas mudanças importantes.

Um parece-me óbvio que não tinha sentido desde o início. Refiro-me à emenda que foi colocada ainda na Câmara dos Deputados, Senador Valter Pereira, que dá às empreiteiras responsáveis pelo PAC um aporte de R\$3 bilhões no BNDES para empréstimos com juros especiais e condições especiais, que seriam definidas pelo Ministério da Fazenda. Há aí, a meu ver, apesar de não ter 10% dos conhecimentos jurídicos – se eu tiver tanto – do Senador Valter Pereira, uma evidente inconstitucionalidade, à medida que você trata empresas de maneira inteiramente desiguais. Somente as construtoras e empreiteiras que já ganharam ou estejam dentro das obras do PAC teriam acesso a esse recurso. Por outro lado, também do ponto de vista ético, moral, e econômico, ela não tem o menor sentido em definir a algumas empreiteiras, por razões que não são explicadas, acesso a recursos do povo brasileiro em condições especiais, sem que haja nenhuma justificativa técnica ou econômica para isso, ao mesmo tempo em que se está fazendo um gasto e colocando recursos públicos que não seriam prioritários para o momento como este. Solicitamos ao Senador Romero Jucá que esse ponto deveria ser modificado.

Colocamos também a nossa preocupação quanto à questão do prazo. Evidentemente que o direito de que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal viessem a comprar, a adquirir, a qualquer momento, sem nenhum tipo de licitação, sem nenhum tipo de controle, instituições financeiras que viessem a necessitar de recursos ou de transferência de controle acionário, que isso pudesse acontecer de uma maneira indefinida e por prazo indefinido. Acreditamos que, num momento de crise como este e naquele momento em que a crise do sistema financeiro era mais agudo, isso era razoável. No entanto, que isso viesse a acontecer de maneira indefinida não tem a menor justificativa e o menor sentido.

Dessa maneira, colocamos como contraproposta ao Senador Romero Jucá a possibilidade de que nós, com toda boa vontade, olhássemos a questão do prazo de maneira que fosse limitado a um ano, com a possibilidade de prorrogação por mais um ano. Um ano em que nós avaliaríamos todas as condições com que a necessidade de utilização desses instrumentos excepcionais foram realmente necessários e, sendo avaliadas automaticamente, o Governo teria direito a essa prorrogação.

O terceiro ponto: colocamos ao Senador Romero Jucá também que nós não aceitávamos como necessária nem como viável e muito menos como justificável nem desejável que a Caixa Econômica viesse a

ter uma empresa de participação e se tornasse sócia das construtoras brasileiras, e viesse até a ter controle acionário dessas construtoras. Evidentemente, isso não tem o menor sentido administrativo ou político e também fere a Constituição, à medida que uma empresa pública não pode financiar nenhuma empresa privada, nenhuma instituição financeira e empresas de que ela mesma é acionista ou uma das grandes acionistas. Isso traz uma flagrante inconstitucionalidade.

Existe uma contraproposta já feita no relatório do ilustre Senador Valter Pereira, de constituição de sociedades específicas para determinados projetos.

A nossa contraproposta, também levando ao extremo a nossa boa vontade – a meu ver, ainda não é necessária a presença da Caixa Econômica, com fundos diretos da Caixa Econômica para essas situações, pois já existem e têm sido parceiros dos grandes projetos imobiliários brasileiros os fundos de pensão da Previ e da Petros –, a nossa idéia, já que o Governo insiste nessa perspectiva em função da crise, é de que o limite de uso de gastos públicos em projetos imobiliários privados não pudesse ultrapassar 20%.

Estamos numa negociação com o Governo, com o Senador Romero Jucá e temos a expectativa de que ele venha a entender a razoabilidade das nossas posições, que são no sentido sempre de melhorar as colocações e as iniciativas feitas pelo Governo Federal, para que ela não caia no exagero de gastos desnecessários que prejudiquem, num futuro muito breve, o crescimento da própria economia, na medida em que esses gastos venham a obrigar os juros do País, esses sim, a taxa de juros do País, essa sim, a grande alavanca do crescimento econômico nacional.

Então, essas colocações estão feitas e esperamos que o Senador Romero Jucá traga as soluções aqui, de maneira oportuna e razoável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, inscreva-me para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, inscreva-me para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Passo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

Senador Alvaro Dias, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, este Plenário aprovou requerimento para realização de uma sessão especial em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e agendou a sessão para 11 horas de hoje. Tendo em vista a necessidade da votação de várias matérias, foi convocada a sessão para 9 horas, que começou às 10 horas.

Mas eu queria fazer uma questão de ordem a V. Ex^a e um apelo aos líderes, para que pudéssemos realizar no plenário a sessão solene especial em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Interromperíamos a sessão por uma hora ou duas horas no máximo e, logo em seguida, retomariamos a discussão da MP n^o 443, tendo em vista, Sr. Presidente, que há convidados já presentes na Casa, entidades, representantes de várias embaixadas, e não ficaria muito adequado cancelar ou suspender uma sessão convocada, com os convidados presentes na Casa.

Então creio que seria oportuno, Sr. Presidente, que V. Ex^a consultasse os líderes no sentido de que possamos realizar a sessão e não tenhamos aqui um tratamento diferenciado e menos digno a um tema que considero da maior relevância.

É o apelo que faço a V. Ex^a neste momento, prendendo a Casa o nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero apoiar a sugestão do Senador José Nery. Nós temos aqui fora dezenas de personalidades, embaixadores, representantes de organismos internacionais. Nem entrar na sala nós estamos podendo e nós precisamos resolver isso.

A sessão seria suspensa por meia hora e nos comprometeríamos de fazer uma sessão muito curta. Assim, deixaríamos registrada a nossa homenagem a esse fato tão importante.

Então, o meu apoio à proposta do Senador José Nery.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para expressar a minha concordância com o Senador José Nery, porque foi uma matéria anunciada, divulgada; é

algo de grande dimensão no País, que são os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Eu entendo que 30 minutos de suspensão da sessão não trariam um maior prejuízo à nossa Ordem do Dia.

Então, Sr. Presidente, expresso a minha concordância com o encaminhamento de S. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, depois, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Do mesmo modo, Sr. Presidente, eu considero que a proposta dos Senadores Cristovam Buarque e José Nery é razoável, porque eles propõem sincopar a sessão solene para meia hora, e não dá para se dizer que não é relevante o tema, porque é relevante o tema. Afinal de contas, comemoram-se os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, e há dignatários estrangeiros aqui aguardando. Então eu tenho a impressão de que um tempo razoável, um tempo mínimo que significasse nós não minimizarmos a questão dos Direitos Humanos, e, em seguida, retomariamos a negociação, a discussão pelos oradores que V. Ex^a tem a sua frente e que, certamente, terão muitas razões de mérito para apresentar em relação à Medida Provisória n^o 443, após o pronunciamento muito acertado e muito assertivo do Senador Tasso Jereissati.

Uma hora eu considero que seria algo razoável, Sr. Presidente; meia é pouco, duas talvez seja demais. Então uma hora seria um prazo justo para que se dê a satisfação aos estrangeiros e se dê a satisfação ao nosso próprio sentimento interno de nós não deixarmos passar a oportunidade de homenagear a luta daqueles de boa vontade pelos direitos fundamentais da pessoa humana.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado. Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que todos têm concordância. Sessenta anos da Declaração dos Direitos Humanos é um momento que merece a solenidade que está programada.

Quero parabenizar o Senador Nery por esse encaminhamento.

Perguntaria à Mesa quantos inscritos ainda há para debater a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Há dez oradores inscritos para o encaminhamento dos pressupostos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Como há acordo na medida provisória, imagino que

são intervenções para discutir. Votaremos em seguida por entendimento, mas teríamos um tempo... Se fizéssemos um compromisso de cada um falar menos – cinco minutos –, poderíamos encerrar a discussão da matéria, votaríamos a matéria e, em seguida, faríamos a sessão. Atrasaríamos um pouco, mas faríamos a sessão com uma hora de duração para fazer, com dignidade e solenidade, essa merecida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Como já ouvimos representantes da Oposição e do Governo, temos condições de decidir sobre a questão de ordem suscitada pelo Senador José Nery.

Dessa forma, a Presidência propõe: teremos sessão do Congresso Nacional ao meio-dia. Por essa razão, suspendemos, agora, a Ordem do Dia e passamos à sessão solene relativa à comemoração dos direitos humanos até o meio-dia, quando teremos de encerrá-la para dar início à sessão do Congresso Nacional, que se realizará no plenário da Câmara dos Deputados. Será uma sessão rápida, porque não há acordo de lideranças. Parece-me que a sessão será, portanto, muito rápida e, a partir dela, retornaremos a esta sessão, dando continuidade à Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço aos Srs. Senadores que, se possível, desistam das suas questões de ordem para que se possa começar a outra sessão sem prejuízo do tempo, uma vez que teremos pouco mais de meia hora para a sessão especial, com a concordância do Senador Valter Pereira, que é o Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preocupa-me muito interromper a votação. Todavia, se V. Ex^a, pelo poder discricionário que tem na qualidade de Presidente da Mesa, fixar o tempo de duração da sessão solene para que ela termine rigorosamente no devido horário e com a devida brevidade, nós teremos condições de conciliar. O que não pode é acontecer o que ocorreu ontem: por causa de uma sessão de homenagem ao Diap, mutilou-se totalmente a produção legislativa desta Casa.

Então, proponho o seguinte: que se fixe em uma hora o prazo de duração da sessão solene e imediatamente se retorne aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Valter Pereira, V. Ex^a tem razão. Estamos fixan-

do até o meio-dia, inclusive porque já há uma sessão do Congresso Nacional marcada para este horário.

Então, pedimos a compreensão de todos os oradores que usarão da tribuna durante a sessão especial para que exerçam a capacidade de síntese a fim de que, ao meio-dia, possamos iniciar a sessão do Congresso Nacional. Peço também aos que solicitam agora a palavra pela ordem para que, se possível, desistam dela.

Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a desistiu ou o som desistiu de V. Ex^a? (Pausa.)

O som não quer que V. Ex^a fale.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo microfone auxiliar do Senador Mário Couto, que deve estar nos assistindo, com certeza absoluta, só para concordar com o Senador Nery para que possamos interromper até as doze horas a fim de que haja a sessão comemorativa dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É uma sessão que estava prevista e os nossos convidados já estão em Brasília. Façamos a sessão o mais breve possível e continuemos a Ordem do Dia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro, essa questão já está decidida com a concordância de todos os Srs. Senadores que falaram em nome de seus partidos.

Nós suspendemos, portanto, a Ordem do Dia para o início da sessão especial e solicitamos aos convidados que possam ingressar no plenário do Senado Federal, a fim de que se inicie rapidamente essa nova sessão.

Retornaremos logo após a sessão do Congresso Nacional, que tem início marcado para o meio-dia.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa a sessão às 11 horas e 17 minutos e reaberta às 14 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está reaberta a sessão de 17 de dezembro de 2008, do Senado da República do Brasil.

Esta sessão é deliberativa ordinária.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dr. José Roberto, a lista de inscrição. Vamos continuar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, depois do Senador Paulo Paim, se V. Ex^a me permitir também.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos consultando com o Secretário Executivo, Dr. José Roberto, os inscritos. V. Ex^a será atendido.

A razão de eu estar aqui é garantir a palavra de V. Ex^a.

Com a palavra o orador inscrito, Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este mês, nós viemos à tribuna para falar sobre os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além de um debate na Comissão, em que fiquei na Presidência, eu mesmo vim à tribuna no mínimo por seis vezes falar sobre o tema. Mas, Senador Mão Santa, acabei recebendo inúmeros *e-mails*. Durante o ano, recebi em torno de 250 mil correspondências. Nesses últimos dias, foram muitas e muitas correspondências, pedindo que eu falasse um pouco sobre a juventude e os direitos humanos. Por isso, aproveito este momento para falar sobre a juventude e a defesa dos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Permita-me aqui lembrar Barack Obama, que parece com V. Ex^a – a destinação, talvez, seja a mesma. Não acredito que um governo, sozinho, seja capaz de mudar o panorama dessas estatísticas. Os pais têm a responsabilidade de instilar nos seus filhos a ética do trabalho pesado e o valor da conquista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Mão Santa. Com essa visão, ontem, ainda, eu estava conversando com um amigo meu aqui na Casa, Dr. José Pinto, que dizia que a sua filha, Daniele Motta, de treze anos, havia sugerido que eu falasse também sobre direitos humanos e juventude. Dizia-me ele que um dos grupos prediletos dessa juventude é o RBD.

Confesso que fiquei surpreso e, ao mesmo tempo, pensei na nossa juventude e nas razões que as fazem sonhar, sorrir e chorar. Pensei na juventude e no momento mágico e não menos difícil que é a transição da vida de adolescente para a vida adulta.

Refleti, segundo as palavras que ela me mandou numa correspondência, no quanto a música dá significado à vida, une corações, sintoniza almas, encanta o espírito e move multidões.

Os jovens fazem da música um sentido para sua existência no mundo por eles sonhado, de justiça e de esperança.

Nesse contexto, Sr. Presidente, percebi a importância dos nossos cantores, cantoras e grupos musicais que cantam a paz, a união, a fraternidade e defendem os direitos humanos. No mundo inteiro, artistas espalham a paixão pela música, e as suas mensagens atra-

vessam a América, vão à Europa, à Ásia, adentram a África e são tocadas também na Oceania.

No Brasil, Sr. Presidente, temos inúmeros exemplos, como as canções de protestos feitas pelos grupos de rap, músicas cujas letras buscam a justiça social e mostram toda a rebeldia da nossa juventude.

Os jovens, brasileiros ou não, estão dizendo que a música pode sensibilizar multidões em torno de ideais comuns, em torno dos direitos humanos para que haja justiça, igualdade e que todos possam viver e envelhecer com dignidade.

Lembro aqui, Sr. Presidente, mais uma vez o Evangelho segundo João Paulo, Epístola dos Coríntios: “Ainda que eu falasse a linguagem dos anjos, se eu tivesse o dom da profecia e penetrasse todos os mistérios, se eu tivesse toda a fé possível, até transportar montanhas, se eu não tivesse amor, eu nada seria.”

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, tenho a ousadia de dizer que, conforme as mensagens que eu recebo dos jovens, a música pode despertar, sim, a solidariedade, a fraternidade, e o amor. Tenho também a liberdade de dizer que, se não houvesse a música, pouco haveria para sonhar.

Ao pensar em tudo isso, lembrei da minha própria juventude, época em que outros jovens também levaram pessoas de todo o mundo a ter novos sonhos na busca de novos desafios.

A música sempre embala compromissos com o próximo e inspira em nós a solidariedade, tal como acontece agora, Sr. Presidente, com a jovem Danielle e tantos outros jovens que me mandam correspondência.

Sr. Presidente, vou dar um exemplo. Madona está no Brasil e expressa o sentimento de toda uma geração que lota o estádio do Maracanã.

Outro exemplo. O grupo mexicano RBD encerrou, neste ano, sua trajetória com a “Turnê do Adeus”, mobilizando milhares e milhares, para não dizer milhões de jovens no Brasil e no mundo.

Na mensagem que recebi, Danielle ressaltou a citação de um dos integrantes do grupo, Alfonso Herrera. E diz Alfonso Herrera, em forma de canção:

“Pra quê fazer guerra, se a paz não custa nada?”

A Anahí Portilla, também cantora, diz:

“Se você põe a sua alma e o seu coração em um sonho, o universo conspira para te ajudar.”

São frases ditas por jovens e levadas a milhões de jovens em todos os cantos do planeta.

Isso nos mostra, Sr. Presidente, que a preocupação com o respeito aos direitos humanos não é apenas daqueles que acompanharam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Talvez muitos desses

jovens nunca leram a Declaração, mas praticam, Sr. Presidente, com as suas canções, em forma de ritual, a Declaração dos Direitos Humanos.

Esta preocupação está em todas as partes, seja qual for a idade. O cuidado com o próximo, o respeito às diferenças, a preservação do meio ambiente e tantos outros pontos precisam ser incentivados junto a nossa juventude.

Sr. Presidente, como é bom saber que existe uma consciência universal que exalta e defende esses valores. Que vai atrás de seus sonhos e objetivos.

Outra música, “Não Pare”, do grupo Rebeldes, diz:

Ninguém pode pisotear tua liberdade
Grite forte se quiserem te calar
Ninguém pode te deter, se tiveres fé
Não fique com teu nome escrito na parede
(...)
Se censuram tuas idéias tem valor
Não te rendas nunca, sempre aumente a voz.
Lute forte e sem medidas não deixes de crer
Não fique com teu nome escrito na parede
Não pare nunca de sonhar
Não tenha medo de voar
Viva tua vida
Não construas muros em teu coração
O que faça sempre, faça por amor
Ponha as asas contra o vento
Não há nada que perder
Não fique com teu nome escrito na parede.

Sr. Presidente, quero dizer, com essa letra de música, aos nossos jovens, aos nossos adolescentes, que não vamos parar nunca de sonhar, não vamos parar nunca de lutar, porque sabemos que também somos responsáveis para que os sonhos da geração de nossos filhos e netos se concretizem.

Queremos que, no Centenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, jovens como a Danielle possam dizer que valeu a pena sonhar por um Brasil e por um mundo melhor.

Sr. Presidente, como sabemos, em todas as épocas, os jovens são tidos como rebeldes.

Quem de nós não foi considerado um?

Eu, quando presidi o Grêmio, o Ginásio Noturno para Trabalhadores, lá no Senai; o Ginásio Estadual de Santa Catarina; ou a Cipa da Tramontina, Foz de Açu; ou o Sindicato Metalúrgico de Canoas; ou quando fui Vice-Presidente da CUT Nacional, claro que eu era chamado de rebelde lá, só que as minhas posições lá continuam com a mesma rebeldia colocada aqui.

Por isso, Sr. Presidente, embalado por essa rebeldia e pelo próprio nome “Rebeldes”, volto a reforçar o que já disse aqui nesta tribuna. O dia 10 de novem-

bro, data em que a Declaração Universal foi assinada, deveria ser o dia de uma grande parada internacional em nome da vida. Nesse dia, rebeldes e não rebeldes de todo o mundo apenas cantariam, embalados pela palavra “amor”.

Sr. Presidente, vi-me na obrigação de fazer um apelo a V. Ex^a, porque eu queria falar um pouco sobre a força da nossa juventude, nessa visão da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sr. Presidente, só quero encaminhar a V. Ex^a um outro pronunciamento, onde eu faço elogios ao Senado da República por ter aprovado a lei das ZPEs. Ao mesmo tempo, lembro que encaminhei duas: uma para a região norte do meu Estado e outra para o Vale dos Sinos. Compete agora aos empresários, aos trabalhadores das respectivas regiões fazer um movimento de pressão para que elas sejam instaladas.

Com certeza, Sr. Presidente, o ato político de apoio às ZPEs o Congresso fez. E fico feliz, porque duas de minha autoria para o Rio Grande foram aprovadas, como também foram aprovadas outras duas para o Rio Grande do Sul por iniciativa do Senador Zambiasi. Mas, com certeza, as quatro ZPEs para o Rio Grande tiveram o apoio dos três Senadores: Pedro Simon, Zambiasi e deste Senador.

Era isso, Sr. Presidente. Eu agradeço a V. Ex^a, pedindo somente que essas ZPEs sejam consideradas na íntegra, como encaminhadas à Mesa desta Casa. Obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre os projetos das Zonas de Processamento de Exportação – ZPEs.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, **com a aprovação da Lei 11.508**, de julho de 2007, que trata do regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, conhecidas como ZPEs apresentei dois projetos, os PLS 364 e 366, com o objetivo de criar no Rio Grande do Sul duas ZPEs: uma na região norte do estado e outra na região do vale do rio dos sinos.

O Rio Grande do Sul será beneficiado com três zonas, além das duas indicadas por mim o senador Zambiasi indicou uma outra para atender a região de Santana do Livramento.

As Zonas de Processamento de Exportação são distritos industriais que oferecem, para as empresas que se instalem nesses locais, vantagens tributárias, cambiais e administrativas, desde que a maior parte da produção seja destinada ao mercado externo.

Outros senadores também apresentaram projetos semelhantes para seus estados, perfazendo mais de 10 projetos que autorizam o Poder Executivo a criar esses distritos industriais.

A matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa, agora segue à Câmara dos Deputados.

A intenção é de que as ZPEs reduzam os desequilíbrios regionais e promovam a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social da região onde estão inseridas.

A região Norte do Estado abriga centros urbanos de grande dinamismo econômico, dispõe de recursos humanos altamente qualificados e apresenta ampla diversificação de atividades produtivas.

Situada junto a divisa com Santa Catarina, a pujança de sua economia reflete o elevado nível de desenvolvimento da Região Sul do Brasil e a instalação de uma ZPE contribuirá para a abertura de novos nichos de negócio, além da modernização das atividades tradicionais, principalmente as ligadas à agricultura e à pecuária.

A instalação de ZPE na região Norte poderá contribuir, também, para agregar maior valor à produção local, o que aumentará o grau de competitividade de seus produtos e estabelecerá maior vigor ao processo de modernização de suas atividades econômicas.

Fazem parte da Região Norte do Estado 32 municípios:

Aratiba, Áurea, Barão do Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebangó, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Florianópolis, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Sertão, Severiano de Almeida, Três Arroios, Viadutos.

Já a ZPE do Vale dos Sinos irá beneficiar 14 municípios:

Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga, e Sapucaia do Sul.

As ZPEs são, ao meu ver, uma forma eficaz de redução das desigualdades regionais.

O Rio Grande do Sul e o povo gaúcho saberão valorizar esta excelente ferramenta para promover o desenvolvimento de todo o estado.

Tenho certeza de que a aprovação destes projetos pela Câmara dos Deputados irá promover o crescimento de toda a cadeia produtiva para a geração de empregos que tanto sonhamos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, desde a quarta-feira passada estamos comemorando os 60 anos daquela que, desde seu nascimento, tem feito muita coisa por todos nós e que sempre está disposta a fazer mais: a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Para nós que lutamos em favor dos direitos humanos, a comemoração da data é um incentivo a não parar nunca, afinal, sempre há alguém precisando de alguém.

Vimos isso durante nossa trajetória e, especialmente, nesses dois últimos anos em que presidimos a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Uma experiência que ficará profundamente marcada em nossa memória, nosso coração e em nossa alma.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem estava conversando com um amigo nosso e ele nos disse que sua filha, Danielle Mota, de 13 anos, havia sugerido que nossa fala sobre os Direitos Humanos citasse um de seus grupos prediletos, o RBD.

Confesso que fiquei surpreso e, ao mesmo tempo, pensei na nossa juventude e nas razões que a fazem sonhar, sorrir e chorar.

Pensei no momento mágico e não menos difícil que é a transição para a vida adulta.

Refleti no quanto a música dá significado à vida, une corações, sintoniza almas, encanta o espírito e move multidões.

Os jovens fazem da música um sentido para sua existência no mundo por eles sonhado, de justiça e de esperança.

Nesse contexto percebi, a importância dos cantores, cantoras e grupos musicais que cantam a paz, a união, a fraternidade.

No mundo inteiro artistas espalham a paixão pela música. E suas mensagens atravessam a América, vão à Europa, à Ásia, adentram a África e são tocadas na Oceania.

No Brasil temos inúmeros exemplos, como as canções de protesto feitas pelos grupos de rap. Músicas cujas letras buscam a justiça social.

Os jovens, brasileiros ou não, estão dizendo que a música pode sensibilizar multidões em torno de ideais comuns e em torno dos direitos humanos para que haja justiça, igualdade e dignidade para todos.

Lembro aqui mais uma vez o Evangelho segundo João Paulo, epístola dos Coríntios:

“ainda que eu falasse a linguagem dos anjos, se eu tivesse o dom da profecia e penetrasse todos os mis-

térios, se eu tivesse toda a fé possível, até transportar montanhas, se eu não tivesse amor, eu nada seria”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a ousadia de dizer que a música pode despertar esse amor. Tenho a ousadia de dizer que se não houvesse a música, pouco haveria para sonhar.

Ao pensar em tudo isso, lembrei de minha juventude, época em que outros jovens também levaram pessoas de todo o mundo a ter novos sonhos, a buscar novos desafios.

A música sempre embala compromissos com o próximo e inspira em nós a solidariedade, tal como acontece agora com a Danielle e tantos outros jovens.

Madonna, por exemplo, está no Brasil e expressa o sentimento de toda uma geração capaz de lotar o estádio Maracanã.

O grupo mexicano RBD encerrou neste ano sua trajetória com a “Turnê do Adeus”, mobilizando milhares de jovens no Brasil e em outros países.

Na mensagem que recebi, Danielle ressaltou a citação de um dos integrantes do grupo, Alfonso Herrera que diz:

“Pra quê fazer guerra, se a paz não custa nada?”

E também outra de Anahí Portilla:

“Se você põe a sua alma e o seu coração em um sonho, o universo conspira para te ajudar.”

São frases ditas por jovens e levadas a milhares de jovens de todos os cantos do planeta.

Isso nos mostra que a preocupação com o respeito aos direitos humanos não é apenas daqueles que acompanharam o desenvolvimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Essa preocupação está em todas as partes, seja qual for a idade. O cuidado com o próximo, o respeito às diferenças, a preservação do meio ambiente e tantos outros pontos, precisam ser incentivados.

E, como é bom saber que existe uma consciência universal que exalta e defende esses valores. Que vai atrás de seus sonhos e objetivos.

Como diz a música, “Não Pare”, do grupo:

“Ninguém pode pisotear tua liberdade

Grite forte se quiserem te calar

Ninguém pode te deter, se tiveres fé

Não fique com teu nome escrito na pa-

rede

(...)

Se censuram tuas idéias tem valor

Não te rendas nunca, sempre aumente

a voz

Lute forte e sem medidas não deixes

de crer

Não fique com teu nome escrito na pa-

rede

(...)

(...) Não pare nunca de sonhar

Não tenha medo de voar

Viva tua vida

(...)

Não construas muros em teu coração

O que faças sempre, faça por amor

Ponha as asas contra o vento

Não há nada que perder

Não fique com teu nome escrito na pa-

rede”

Sr. Presidente, quero dizer aos nossos jovens, aos nossos adolescentes, que não vamos parar nunca de sonhar, que não vamos parar nunca de lutar, porque sabemos que também somos responsáveis para que os sonhos da geração de nossos filhos e netos se concretizem.

Queremos que no centenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, jovens como a Danielle possam dizer que valeu a pena sonhar por um Brasil e por um mundo melhor.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como sabemos, em todas as épocas os jovens são tidos como rebeldes.

Quem de nós não foi considerado um?

Por isso, embalado por essa rebeldia e pelo próprio nome do grupo mexicano, “Rebeldes”, volto a reforçar o que já disse nessa tribuna:

O dia 10 de dezembro, data em que a Declaração Universal foi assinada, deveria ser um feriado internacional.

Nesse dia, rebeldes e não rebeldes de todo o mundo apenas cantariam, embalados pela palavra “amor”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.657, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Louvor ao Turismo Social do SESC por seus 60 anos de bons serviços prestados ao povo brasileiro.

Requeiro, ainda, que este Voto de Louvor seja levado ao conhecimento do Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC, senhor Antônio de Oliveira Santos.

Sala das Sessões. 17 de dezembro de 2008.



Senador **ADELMIR SANTANA**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.658, DE 2008

Requerimento de tramitação conjunta.

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação em conjunto das seguintes proposições: Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, e Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, visto que disciplinam a mesma matéria, relativa ao regime de progressão da pena.

Justificação

Os Projetos de Lei do Senado nºs 30, de 2008, e 421, de 2008, propõem, em linhas gerais, alterar a

legislação que trata sobre progressão do regime da pena.

Assim, é oportuno o apensamento e a apreciação conjunta destas proposições, inclusive porque cada uma delas tem foco em ponto específico da legislação de direito penal, inclusive, o PLS nº 421/2008 é mais abrangente. Logo, para um efetivo aperfeiçoamento da matéria, as proposições devem ser analisadas e integradas conjuntamente.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. –
Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB-SE.

(À Mesa para Decisão)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– O requerimento que acaba de ser lido vai à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.659, DE 2008

Nos termos do art. 256, do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado Nº 459, de 2008 de minha autoria, que permite que o desconto da contribuição patronal do imposto de renda das pessoas físicas, previsto na Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, seja feito em dobro quando o empregado doméstico frequente instituição de ensino. Este requerimento justifica-se pelo fato de projeto semelhante já ter sido apresentado anteriormente.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa PMDB – PI) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que posso a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.660, DE 2008

Requer voto de Congratulações aos Senhores Jair Coser – Diretor-Presidente; Batista Mancini – Diretor de Comercialização; Ary Bortolini – Diretor Comercial; Carlos Honorato Ferreira – Diretor Comercial; Octavio Rudge – Diretor Superintendente – Fábio Coser Teixeira – Diretor Administrativo-Financeiro, todos da Companhia de Comércio Exterior – UNICAFÉ.

Requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata, de Voto de Congratulações aos Senhores Jair Coser – Diretor-Presidente; Batista Mancini – Diretor de Comercialização; Ary Bortolini – Diretor Comercial; Carlos Honorato Ferreira – Diretor Comercial; Octavio Rudge – Diretor Superintendente; Fábio Coser Teixeira – Diretor Administrativo-Financeiro.

Requeiro também que o voto de Congratulações seja levado ao conhecimento dos Senhores Jair Coser; Batista Mancini; Carlos Honorato Ferreira; Octavio Rudge e Fabio Coser Teixeira – End.: UNICAFÉ – Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675 – Conj. 500 – Enseada do Suá – CEP 29056-900 – Vitória – ES.

Justificação

Uma das empresas que constitui motivo de orgulho para o Espírito Santo completou, em 22 de novembro, 40 anos de trajetória. Surgida em 1968, da união de sete empresas distintas, a Unicafé União Exportadora de Café, hoje Unicafé Companhia de Comércio Exterior, já exportou desde então mais de 65 milhões de sacas do produto, com vendas da ordem de 7,6 bilhões de dólares.

Com Jair Coser á frente da diretoria desde a fundação, a Unicafé, com sede na capital capixaba e filiais em outros cinco Estados, deve sua existência

à necessidade que alguns dos empresários do ramo sentiram, no final dos anos 1960, de unir suas forças para superar as dificuldades decorrentes da erradicação do café no Espírito Santo, por determinação do Governo Federal.

Desde então, a empresa, graças ao árduo trabalho de seus dirigentes e do mais de 800 funcionários, tornou-se uma das maiores do setor cafeeiro, conhecida pela qualidade das variedades de café que exporta, para mercados como Estados Unidos, Europa, Japão e Oriente Médio. Só nos últimos cinco anos, exportou uma média de 2 milhões de sacas anuais, para mais de 40 países. Além disso, diversificou suas atividades, dedicando-se também ao plantio de eucalipto e à criação de gado de corte.

Atenta à sua responsabilidade social, a Unicafé participa do Projeto Criança do Café na Escola. Na área rural do município de Baixo Guandu, no Espírito Santo, e em Varre-Sai, no Estado do Rio, patrocinou a criação de laboratórios de informática em escolas de ensino fundamental, contribuindo para inclusão digital dos filhos de agricultores daquelas regiões.

A expressiva contribuição que a Unicafé vem prestando ao desenvolvimento do Espírito Santo ao longo das últimas quatro décadas faz de seu aniversário uma data significativa, a ser celebrada com parte da história econômica do território capixaba. Trata-se de uma empresa que é, ao mesmo tempo, testemunha e participante ativa do extraordinário crescimento que o Estado vem experimentando. Parabéns aos seus diretores e funcionários.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2008. – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2003**, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que *acrescenta parágrafo único ao art. 107 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, visando remeter ao Contran competência para determinar os tipos de veículos passíveis de utilização no transporte público de passageiros.* (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2004).

Ao Projeto foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3-Plen, perante a Mesa, que passo a ler.

São lidas as seguintes:

EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, 2003, DE AUTORIA DA SENADORA FÁTIMA CLEIDE, QUE “ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 107 DA LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1977, QUE ESTABELECE O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, VISANDO REMETER AO CONTRAN COMPETÊNCIA PARA DETERMINAR OS TIPOS DE VEÍCULOS PASSÍVEIS DE UTILIZAÇÃO NO TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS?” (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2004.)

EMENDA nº 2 - Plen

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2003

Dê-se ao artigo 1º do Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2003, a seguinte redação:

□ Art. 1º - O art. 107 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

□ **Art. 107**

Parágrafo único. O CONTRAN estabelecerá os requisitos de idade mínima e de formação dos condutores, bem como as condições técnicas a serem atendidas pelos veículos empregados na prestação dos serviços expressos no □caput□.□

JUSTIFICATIVA

A proposta aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal disciplina que no caso de motocicletas e veículos similares, o Contran estabelecerá os requisitos de idade mínima e de formação de condutores, bem como as condições técnicas a serem atendidas por estes veículos.

Contudo, uma das premissas básicas do Código de Trânsito Brasileiro é a segurança no trânsito para todos. Dessa forma a atribuição concedida ao Contran no Artigo 1º não deve ser restrita apenas as motocicletas e similares, devendo ser aplicada para todos os veículos de transporte de passageiros utilizados na categoria de aluguel.

Assim, propomos a presente emenda, para que todos os veículos de transporte de passageiros em geral que possam ser utilizados na categoria aluguel, seja individual ou coletivo, atendam aos requisitos estabelecidos pelo Contran, visando garantir uma maior segurança para as pessoas transportadas.

Sala da Comissão, de dezembro de 2.008



Senador **SERGIO GUERRA**
(PSDB-PE)

EMENDA Nº 3 - PLEN (ao PLS nº 353, de 2003)

Dê-se ao Artigo 1º do Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º - O art. 107 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 107

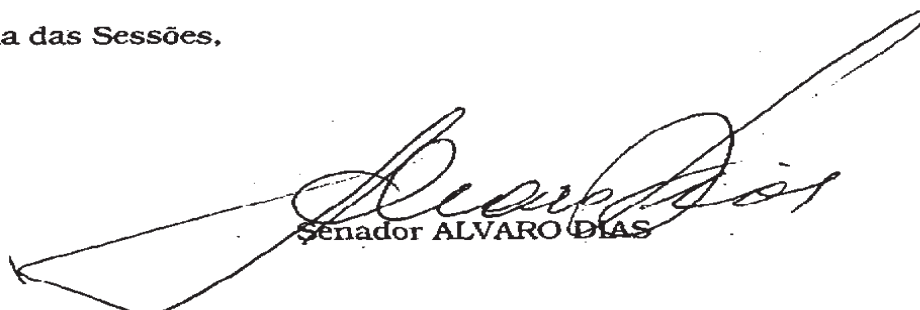
.....
Parágrafo único - O CONTRAN estabelecerá requisitos de idade mínima e de formação de condutores, bem como as condições técnicas a serem atendidas pelos veículos empregados na prestação dos serviços" (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O caput do Artigo 107 engloba todos os veículos que podem ser utilizados nos serviços de aluguel, desde um automóvel até um ônibus, inclusive motocicletas.

Assim, pela melhor técnica legislativa, a obrigação exigida no parágrafo único do citado dispositivo, incluso no presente projeto, deveria englobar todos os veículos passíveis de serem utilizados na categoria de aluguel, e não somente as motocicletas, pois os requisitos de idade mínima e formação de condutores são fundamentais para a segurança da população usuária.

Sala das Sessões,



Senador ALVARO DIAS

((Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Constituição, Justiça e Cidadania.))

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As matérias voltam às Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senhor Presidente da República adotou, em 15 de dezembro de 2008, e publicou no dia 16 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 451, de 2008**, que “Altera a legislação tributária federal, e dá outras providências”.

Nos termos dos §§ 2º e 3º do art 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

José Agripino (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)

Suplentes

Jayme Campos (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PP/PRB)

Ideli Salvatti (PT) Inácio Arruda (PCdoB)
João Ribeiro (PR) Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB) Francisco Dornelles (PP)

PMDB (Maioria)

Valdir Raupp Almeida Lima
Wellington Salgado de Oliveira Leomar Quintanilha
Valter Pereira Neuto De Conto

PTB

Epitácio Cafeteira Sérgio Zambiasi

PDT

Osmar Dias 1. Patrícia Saboya

* PSOL

José Nery 1.

¹ Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)**

Henrique E. Alves (PMDB)	Vinicius Carvalho (PTdoB)
Maurício Rands (PT)	Edinho Bez (PMDB)
Mário Negromonte (PP)	Beto Faro (PT)
Luciano Castro (PR)	Benedito de Lira (PP)
Jovair Arantes (PTB)	José Carlos Araújo (PR)
Hugo Leal (PSC)	Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal (PSDB)	Ronaldo Caiado (DEM)
Antonio C. M. Neto (DEM)	Moreira Mendes (PPS)
Cezar Silvestri (PPS)	Bruno Rodrigues (PSDB)
Bruno Araújo (PSDB)	José Carlos Aleluia (DEM)

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Sergio Petecão (PMN)	Ana Arraes (PSB)
Márcio França (PSB)	Vieira da Cunha (PDT)

***PHS**

Miguel Martini 1.

Também de acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 16-12-2008
- Designação da Comissão: 17-12-2008(SF)
- Instalação da Comissão:
- Emendas: até 22-12-2008 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 16-12-2008 a 8-2-09(14º dia)
- Remessa do processo à CD: 8-2-2009
- Prazo na CD: de 9-2-2009 a 22-2-09 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 22-2-2009
- Prazo no SF: de 23-2-2009 a 8-3-2009 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 8-3-2009
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 9-3-2009 a 11-3-2009 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 12-3-2009 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 26-3-2009

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Nº 843, DE 2008, de 16 do corrente, encaminhando o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 693, de 2007 (nº 3.237/2008, naquela Casa), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências, para modificar o traçado da BR-251.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Substitutivo da Câmara ao **Projeto de lei do Senado nº 693, de 2007**, vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

É o seguinte o Substitutivo recebido:

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 693, DE 2007**

(nº 3.237/2008, naquela Casa)

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências, para modificar o traçado da BR-251.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A descrição da Rodovia BR-251, constante da Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal

.....

BR	Pontos de Passagem	Unidade da Federação	Extensão km	Superposição	
				BR	km
251	Ilhéus - Pontal - Buerarama - Camacã - Salinas - Montes Claros - Unaí - Brasília - Ceres - Carmo do Rio Verde - Rubiataba - Nova América - (Entroncamento com a GO-164) - Crixás - Mozarlândia - (Entroncamento com a Go-173) - Cocalinho - Campinópolis - Mazargão - Cuiabá - Fazenda São João - Novo Diamantino - Santo Afonso - Tangará da Serra - Reserva do Cabaçal - Pontes e Lacerda - (Entroncamento com a BR-174) - Vila Bela da Santíssima Trindade - Fronteira com a Bolívia	BA- MG- DF- GO- MT	3.055	-	-

....." (NR)

Art. 2º O traçado definitivo, a designação oficial e demais características da descrição de que trata o art. 1º desta Lei serão determinados pelo órgão competente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI APROVADO PELO SENADO E ENCAMINHADO
À CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA REVISÃO**

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências, para modificar o traçado da BR-251.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A descrição da Rodovia BR-251, constante da Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“2.2.2 - Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal

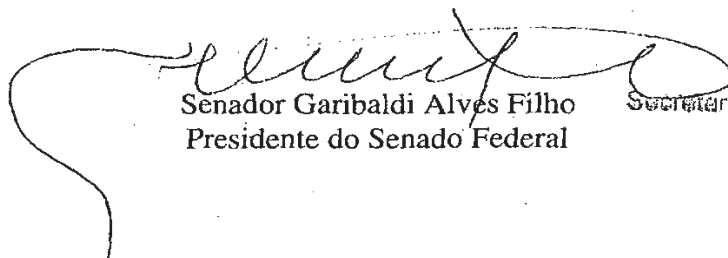
BR	Pontos de Passagem	Unidade da Federação	Extensão (Km)	Superposição BR	Km
251	Ilhéus – Pontal – Buerarama – Camacan – Salinas – Montes Claros – Unai – Brasília – Ceres – Cocalinho – Campinápolis – Marzagão – Cuiabá – Fazenda São João – Novo Diamantino – Santo Afonso – Tangará da Serra – Reserva do Cabaçal – Pontes e Lacerda (Entroncamento com a BR-174) – Vila Bela da Santíssima Trindade – Fronteira com a Bolívia	BA – MG – DF – GO – MT	3.044	-	-

” (NR)

Art. 2º O traçado definitivo, a designação oficial e demais características da descrição de que trata o art. 1º serão determinados pelo órgão competente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 07 de abril de 2008.



Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal

Secretaria de Expediente

LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO

Regulamento

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa PMDB – PI) –
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 1.461/2008/SGM/P

Brasília, 17 de dezembro de 2008

Assunto: Relatório Final de Comissão Parlamentar de Inquérito da CPI do Sistema Carcerário

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais (CPI – Sistema Carcerário).

Segue, também, DVD contendo gravações em presídios diligenciados pela CPI.

Atenciosamente, – **Arlindo Chinaglia**,
Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. P/154/2008

Brasília, 16 de dezembro de 2008

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência o relatório das atividades desenvolvidas pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, referentes ao ano legislativo de 2008, um resumo do trabalho dos parlamentares brasileiros em atividade no parlamento

regional, com destaque para as reuniões plenárias, de comissões técnicas, em Montevideu e em outras localidades do sub-continente sulamericano, além das audiências públicas que abordaram questões fundamentais no processo de integração regional, seminários internacionais e visitas parlamentares “in loco” com o objetivo de cumprir a missão legislativa de buscar soluções para os conflitos sociais, econômicos e políticos na região do Cone Sul.

Na oportunidade, certo da atenção de Vossa Excelência ao relatório em apreço, apresento-lhe meus sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**,
Presidente.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

I – Introdução

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul enfrenta o desafio de uma pauta de trabalho bastante diversificada, e os seus parlamentares-membros tem que enfrentar uma dupla jornada de trabalho: a primeira, como deputados ou senadores eleitos pelo povo brasileiro para o exercício de atividades no âmbito do próprio Congresso Nacional; e a segunda, como parlamentares do Parlamento do Mercosul, ainda indicados pelos seus respectivos partidos políticos representados no Congresso brasileiro, situação que, no futuro próximo, deixará de existir em decorrência do processo eleitoral direto para escolha dos parlamentares brasileiros ao Parlamento do Mercosul, conforme previsto no seu Protocolo Constitutivo

O Parlamento do Mercosul, braço legislativo do Mercado Comum do Sul, estruturou-se internamente no decorrer do ano legislativo de 2007 e, em decorrência da criação de suas 10 comissões técnicas, passou, de imediato, a operar como um verdadeiro parlamento regional, recebendo o encaminhamento de demandas das sociedades civis dos países membros que, por sua vez, têm origem no desdobramento dos conflitos sociais, econômicos e políticos que eclodem, naturalmente, no cotidiano das populações sul-americanas.

Por oportuno, informamos que o Paraguai é o primeiro dos países membros do Mercosul a eleger seus representantes por voto direto, aproveitando a realização das últimas eleições presidenciais naquele país, os quais oficialmente já tomaram posse no Parlamento do Mercosul, no mês de agosto de 2008.

Assim, os parlamentares-membros do Parlamento do Mercosul além das suas atividades parlamentares no Congresso Nacional, enfrentam o dia-a-dia dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos regionais, que alimentam a necessidade da convocação de

audiências públicas e do deslocamento de comissões especiais, formadas por parlamentares membros das representações nacionais, para visitas como observadores “in loco” em vários países do sub-continente sul-americano, e ainda são indicados para participações das comissões técnicas em seminários internacionais, além do comparecimento mensal, às vezes bimensal, às reuniões plenárias realizadas na sede do Parlamento em Montevidéu, no Uruguai.

O intenso trabalho do parlamento regional esteve voltado, no ano de 2008, para a abordagem sistemática de questões cruciais envolvendo o relacionamento, em especial, entre os países membros do bloco, ou seja, entre Argentina versus Uruguai, Brasil versus Paraguai e Bolívia versus Brasil, apenas para citar questões envolvendo empresas, cidadãos e esferas governamentais dos supracitados países, em conflitos relacionados com petróleo e gás, energia hidrelétrica, ocupação de terras produtivas e até a construção de plantas industriais de celulose que podem causar irreversíveis danos ambientais ao cenário geográfico do Cone Sul.

Do nosso ponto de vista, apenas as questões acima apontadas, que exigem uma solução regional integrada, num mundo globalizado, em que os parlamentos e as associações regionalizados tem o seu espaço garantido, já justificariam a existência do Parlamento do Mercosul.

Talvez a relação nominal das comissões técnicas do Parlamento do Mercosul possa oferecer o escopo de amplitude e abrangência bem como o potencial do dimensionamento exigido da Casa Legislativa do Mercosul.

Eis a listagem nominal das referidas Comissões Técnicas do Parlamento do Mercosul:

- 1) Assuntos Jurídicos e Institucionais;
- 2) Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários;
- 3) Assuntos Internacionais, Interregionais e de Planejamento Estratégico;
- 4) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Desporto;
- 5) Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social;
- 6) Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo;
- 7) Cidadania e Direitos Humanos;
- 8) Assuntos Regionais, Segurança e Defesa;
- 9) Infra-estrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca; e
- 10) Orçamento e Assuntos Internos

II – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA E PELO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Com a implantação do Parlamento do Mercosul, em dezembro de 2006, e sua estruturação interna no decorrer de 2007, o Congresso Nacional aprovou a Resolução nº 1, de 2007-CN, que dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, e dá sua composição, organização e competências.

Vale destacar que este instrumento, aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro, no mês de julho do ano de 2007, atribui à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul alterações que, em resumo, tornam da competência desta representação transformar em Projeto de Decreto Legislativo os acordos assinados no âmbito do Mercosul, antes de responsabilidade da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Esse novo procedimento permite, ainda, o exame daqueles acordos que tiverem tramite preferencial, como determina o Art. 4, inciso 12 do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, ficando a nossa representação responsável por examinar e opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, adequação financeira e orçamentária, bem como manifestar-se quanto ao mérito de matéria relativa ao Mercosul, com o objetivo primordial de dar celeridade à aprovação de normas que devam entrar em vigência no mais curto espaço de tempo.

Por oportuno, ressaltamos que, a partir de 2008, passou a ter vigência o Acordo Interinstitucional firmado entre o Conselho do Mercado Comum e a antiga Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, cujo objetivo será agilizar o processo de consulta parlamentar para a internalização da Normativa Mercosul, a cargo de cada Representação Nacional no Parlamento do Mercosul, em seus respectivos países de origem.

Sob a cobertura desses novos procedimentos, o trabalho legislativo da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul ganhou uma nova dimensão, garantindo-se uma presença mais valorizada das apreciações e pareceres da representação nos acordos internacionais no âmbito do Mercosul e bilaterais com países membros do Mercosul.

1. REUNIÕES ORDINÁRIAS DA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA

As reuniões ordinárias da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul cresceram em importância nas discussões encaminhadas para obtenção de seus pareceres.

Em quadros anexos estão resumidas as atividades desenvolvidas nas reuniões ordinárias da Representação Brasileira nas dependências do Congresso Nacional, bem como das proposições relatadas e votadas no decorrer do ano legislativo de 2008.

2. REUNIÕES DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA

As audiências públicas da Representação Brasileira foram conseqüência dos requerimentos encaminhados pelos parlamentares membros desta representação e apreciados nas reuniões ordinárias que se encontram em quadro anexo, destacando-se a presença do Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, do Embaixador Régis Arslanian, Representante Permanente do Brasil junto à ALADI e ao Mercosul, do Dr. Jorge Miguel Samek, Diretor-Geral brasileiro da empresa ITAIPU Binacional, que gerou a necessidade de uma audiência pública no Plenário do Parlamento do Mercosul, dessa vez contando com as presenças tanto do Diretor-Geral paraguaio quanto do Diretor-Geral brasileiro.

3. PARTICIPAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL EM SEMINÁRIOS

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em parceria com a Associação de Mulheres de Carreira Jurídicas – ABMCJ, realizou seminário internacional sob o tema “Cultura, Direito e as Questões de Gênero no Mercosul e na América Latina”, com o objetivo de aprofundar o debate sobre os direitos da mulher na América Latina e no Mercosul, de fundamental importância na ampliação do espaço de participação das mulheres no processo de consolidação do Mercosul, tratando de modernas questões de gênero, buscando projetar um cenário futuro, aonde a mulher esteja participando ativamente da vida política e dos processos decisórios nos países da América Latina.

4. PARTICIPAÇÃO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL EM REUNIÕES EXTERNAS

Em quadro anexo estão listadas as participações de parlamentares indicados pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para o representarem em reuniões externas que trataram de questões pertinentes ao Mercosul.

No ano de 2008, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul fez-se representar em inúmeros eventos dessa natureza, no Brasil, nos países membros e associados do Mercosul, na América Central e na Europa.

5. PARTICIPAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA EM REUNIÕES DO PARLAMENTO DO MERCOSUL: GRUPO TÉCNICO, PLENÁRIAS, COMISSÕES TÉCNICAS E MESA DIRETORA

O Parlamento do Mercosul realizou, no primeiro semestre de 2008, reuniões de grupo técnico, constituído de especialistas dos parlamentos dos países membros, encarregado de elaborar procedimentos administrativos e legislativos que integrarão as normas de funcionamento do Parlamento do Mercosul. Este projeto contou como apoio do Convênio de Cooperação para a Instalação do Parlamento do Mercosul, firmado com a União Européia.

Até o mês de dezembro de 2008 foram realizadas as Sessões Plenárias mensais, num total de oito ordinárias e uma extraordinária, no mês de dezembro, além de três especiais para receber, em Montevideu, os Ministros brasileiros das Relações Exteriores, Defesa e Educação, e uma Audiência Pública para discutir a questão da hidrelétrica de ITAIPU, com a presença dos dois dirigentes nacionais, um pelo Brasil e outro pelo Paraguai.

O trabalho dos parlamentares brasileiros membros da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul foi de fundamental importância na elaboração do relatório anual sobre a situação dos direitos humanos nos Estados Partes, levando em conta os princípios e normas do Mercosul, em atenção ao que determina o item 3 do art. 4º do Protocolo Constitutivo.

No campo dos direitos humanos, há que destacar a realização de audiências públicas, nos quatro países-membros, convocadas pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, para promover a discussão, com a participação da sociedade civil, de questões pertinentes ao tema, atendendo-se, assim, ao que determina o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

Vale ressaltar que o Brasil continua presidindo três das comissões temáticas do Parlamento do Mercosul: a de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários; a de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Desportos e a de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo.

Também vale destacar que a responsabilidade de secretariar essas comissões fica a cargo dos funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que acompanham a delegação brasileira.

As reuniões da Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul aconteceram mensalmente, e algumas vezes até bimensalmente, buscando-se atender ao volume ampliado de trabalho levado à Ordem do Dia das Sessões Plenárias.

No segundo semestre de 2008, atendendo-se ao sistema de rodízio na Presidência do Parlamento do Mercosul, o Brasil presidiu as reuniões plenárias, tendo o parlamentar Dr. Rosinha como o seu Presidente.

Em resumo, quadros anexos demonstram o número de reuniões realizadas ao longo do ano de 2008, convocadas sobre a forma de plenárias, mesa diretora, comissões técnicas e aquelas do grupo técnico que trabalhou na elaboração dos manuais de procedimentos administrativos e legislativos do Parlamento do Mercosul.

Por último, mas não menos importante, destaca-se ainda a participação de comissão de parlamentares do Mercosul em visita às instalações das plantas industriais de celulose que tem sede em Fray Bentos, no Uruguai, motivo de litígio entre os países-membros Argentina e Uruguai.

V – Conclusões

O trabalho legislativo dos parlamentares brasileiros no Parlamento do Mercosul destaca-se pela presença expressiva no comparecimento às sessões plenárias e de comissões técnicas, pela qualidade de sua participação nos debates sobre as mais importantes questões regionais, decisivas para a sustentação do processo de integração, e ainda pelo número de propostas destinadas à promoção do desenvolvimento regional, apresentadas no decorrer de 2008.

Em quadro anexo, apresentamos o resumo da presença de parlamentares brasileiros em Sessões Plenárias do Parlamento do Mercosul, no ano de 2008, bem como a relação das suas propostas de atos apresentados pelos brasileiros em atividade no parlamento regional.

Não paira dúvida quanto ao aumento quantitativo e qualitativo do trabalho legislativo da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, no ano de 2008, bem como quanto à sua importância para o processo de construção da integração regional.

A consolidação do funcionamento do Parlamento do Mercosul demandou, sem sombra de dúvida, a multiplicação de esforços dos parlamentares brasileiros e da equipe técnica disponibilizada para atendê-los, senadores e deputados que desenvolvem suas atividades legislativas representando o Brasil nesse parlamento regional.

Há que se destacar ainda que, no segundo semestre de 2008, com o Brasil assumindo a Presidência do Parlamento do Mercosul, pelo sistema de rodízio acordado entre os países membros, a equipe brasileira de técnicos disponibilizados pelo Congresso Nacional teve que se desdobrar ainda mais, pois havia que também assessorar o presidente brasileiro do parlamento regional.

Enfim, a equipe técnica brasileira à disposição da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, não só prestou o devido apoio logístico aos parlamentares brasileiros, no Brasil e em Montevideú, como ainda elaborou propostas de atos legislativos demandados pelas atividades parlamentares dos representantes nacionais.

Por oportuno, convém ressaltar a importância da liberação de equipes de profissionais da área de comunicação do Senado Federal que, com seu trabalho jornalístico, informou a opinião pública brasileira sobre o funcionamento e as atividades do Parlamento do Mercosul no ano de 2008. – Senador **Aloizio Mercadante** Presidente.

RELATÓRIO SUCINTO - 1º e 2º SEMESTRE DE 2008			
1 – REUNIÃO ORDINÁRIA			
Meses	Dias	Local	Total
FEVEREIRO	21	Plenário 13 – Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal	1
MARÇO	11	Plenário 09 – Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal	1
ABRIL	17	Plenário 15 – Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal	1
	23	Plenário 13 – Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal	1
JULHO	09	Plenário 19 – Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal	1
AGOSTO	06	Plenário 19 – Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal	1
OUTUBRO	07	Plenário 19 – Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal	1
NOVEMBRO	25	Plenário 19 – Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal	1
TOTAL			8
2 – REUNIÕES DE AUDIÊNCIA PÚBLICA			
Meses	Dias	Tema	Total
FEVEREIRO	21	Plenário 13 – Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal	1
MARÇO	11	Plenário 13 – Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal	1
MAIO	21	Plenário 19 – Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal	1
JUNHO	05	Plenário 19 – Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal	1
NOVEMBRO	25	Plenário 19 – Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal	1
TOTAL			5
3 - OUTRAS REUNIÕES			
Meses	Dias	Assunto	Total
ABRIL /MAIO	29 A 01	Reunião da Assembléia Parlamentar Euro-Latino Americana, na cidade de Lima, no Peru, entre os dias 29 de abril e 1º de maio de 2008	1
JUNHO	17	Audiência com os Embaixadores do Brasil e da Argentina, na cidade de Montevideú, Uruguai, para discutir o transporte de cargas entre Argentina-Brasil-Chile.	1

AGOSTO	15	participar da cerimônia de posse do Presidente Paraguai, Fernando Lugo, a ser realizada em Assunção no dia 15 de agosto próximo, para me acompanhar em missão oficial, como Presidente do Parlamento do Mercosul e Chefe da Delegação de Parlamentares do Parlamento do Mercosul, ao evento em apreço	1
OUTUBRO	28	Participação na Assembléia Parlamentar Euro-Latinoamericana (Eurolat), na cidade de Quito, no Peru.	1
NOVEMBRO	27	Membros da Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo do Parlamento do Mercosul visitam a Planta Industrial de Botnia, em Fray Bentos, no Uruguai.	1
TOTAL			5

4 - REUNIÕES DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Meses	Dias	Assunto	Total
FEVEREIRO	26	Reunião de Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, na cidade de Buenos Aires, Argentina	1
MARÇO	11	Reunião de Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, na cidade de Buenos Aires, Argentina.	1
	4 e 6	reuniões para discutir os temas "regulamentação administrativa do Parlamento do Mercosul; "proposta de execução do orçamento de 2008" e "regulamentação dos procedimentos legislativos das comissões permanentes" desse parlamento regional, na cidade de Montevideú, no Uruguai	1
	27	XI Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos no Mercosul, na cidade de Buenos Aires, Argentina	1
	31	Oitava Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevideú, Uruguai	1
ABRIL	7 a 11	reunião de técnicos do Parlamento do Mercosul, convocada no âmbito do Convênio de Apoio à Instalação do Parlamento do Mercosul, na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, Brasil	1
	15	Reunião de Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, na cidade de Buenos Aires, Argentina	1

	17 e 18	Reunião de técnicos do Parlamento do Mercosul, convocada no âmbito do Convênio de Apoio à Instalação do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, no Uruguai.	1
	28 e 29	Nona Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai	1
MAIO	05 a 08	Reunião de técnicos do Parlamento do Mercosul, convocada no âmbito do Convênio de Apoio à Instalação do Parlamento do Mercosul, na cidade de Corrientes, na Argentina.	1
	13	Reunião de Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, na cidade de Buenos Aires, Argentina,	1
	19 e 20	reunião da Comissão de Infraestrutura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca do referido parlamento, entre os dias 19 e 20 de maio de 2008, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	1
	19 e 20	reunião da Comissão de de Assuntos Internacionais, Interregionais e de Planejamento Estratégico, na cidade de Montevidéu, Uruguai	1
	19 e 20	reunião da Comissão de Orçamento e Assuntos Internos, entre os dias 19 e 20 de maio de 2008, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	1
	26 a 29	encontro parlamentar, convocado no âmbito do Convênio de Apoio à Instalação do Parlamento do Mercosul, firmado entre o Parlamento Europeu e o Parlamento do Mercosul, constituindo-se em atividade de intercâmbio de experiências parlamentares, na cidade de Bruxelas, na Bélgica,	1
JUNHO	11 a 13	reunião de técnicos do Parlamento do Mercosul, convocada no âmbito do Convênio de Apoio à Instalação do Parlamento do Mercosul, na cidade de Florianópolis, em Santa Catarina, Brasil	1
	27 e 28	Décima Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de San Miguel del Tucumán, na Argentina..	1
JULHO	15 a 18	reuniões, em Montevidéu, Uruguai, com todo o Secretariado e com os funcionários do Parlamento do Mercosul, com os dirigentes do Convênio entre a União Européia e o Parlamento do Mercosul, com o Chanceler Uruguaio, Dr. Gonzalo Fernández, e, finalmente, com a Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul.	3
	28 e 29	XI Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	1

AGOSTO	18 e 19	XII Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	1
SETEMBRO	01	Reunião de Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	1
	15 e 16	XIII Sessão do Parlamento do Mercosul, nos próximos dias 15 e 16 de setembro de 2008, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	1
OUTUBRO	10	Reunião de Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	1
	14 e 15	Reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, na cidade de Buenos Aires, na Argentina	1
	21	Reunião de Mesa Diretora em conjunto com as Comissões de Assuntos Internos e de Assuntos Jurídicos do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	1
NOVEMBRO	03 e 04	Reunião da XIV Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	1
	17	Reunião de Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, no dia 17 de novembro de 2008, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	1
	17	Reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, na cidade de Assunção, no Paraguai.	1
	17	Encontro de Reflexão sobre a crise financeira mundial, convocada pela Presidência da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul e a Presidência do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, no Uruguai.	1
	24 e 25	Participação da Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo do Parlamento do Mercosul, no Fórum Americano das Águas, na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.	1
	26	Audiência Pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul sobre o Informe de Direitos Humanos do Mercosul, na cidade de Montevidéu, no Uruguai.	1
	27	Reunião Ordinária da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, no Uruguai.	1
	28 e 29	XV Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	1
Total			33

5- SEMINÁRIOS

MÊS	Dias		
FEVEREIRO	13 e 14	Seminário "O Papel dos Parlamentos nos Processos de Integração na América Latina, à luz da experiência da União Européia", na cidade de Roma, Itália	1
	25 e 26	Seminário "Rio Uruguai 21 – Território Sem Fronteiras", nos dias 25 e 26 de fevereiro corrente, na cidade de Paso de los Libres, na Argentina	1
OUTUBRO	08 a 11	Seminário de Integração Energética da Comissão de Infraestrutura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca, do Parlamento do Mercosul, em Caracas, na Venezuela, entre os dias 08 a 11 de outubro corrente.	1

NOVEMBRO	19, 20 e 21	seminário internacional intitulado "Cultura, Direito e as Questões de Gênero no Mercosul e na América Latina", em Brasília, Brasil.	1
TOTAL			4

RESUMO DAS PROPOSIÇÕES E REQUERIMENTOS APRECIADOS EM 2008

Mensagem nº	Ementa	Relator	Resultado
498/2005	do Poder Executivo - que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004".	Senador Romeu Tuma	Aprovada
MSC 629/2006	do Poder Executivo - que "submete à elevada consideração do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Pirateados e Falsificados, celebrado em Assunção, em 20 de junho de 2005".	Dep. Max Rosenmann	Aprovação unânime.
897/2006	Do Poder Executivo - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do MERCOSUL, adotado em Assunção, em 20 de junho de 2005".	Dep. Geraldo Thadeu	Aprovação unânime
749/2006	do Poder Executivo - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL em Matéria de Cooperação e Assistência em Emergências Ambientais, adotado pela Decisão Nº 14/04 do Conselho do Mercado Comum, em 7 de julho de 2004".	Dep. José Paulo Tóffano	Aprovação unânime
242/2007	do Poder Executivo - que "Submete à consideração do Congresso Nacional a Lista de Compromissos Específicos do Brasil resultante da VI Rodada de Negociação em Matéria de Serviços ao	Dep. George Hilton	Aprovada

	amparo do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços no MERCOSUL, aprovada pela Decisão nº 01/06 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, em 20 de julho de 2006.”		
367/2007	do Poder Executivo – que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2007”.	Senador Sérgio Zambiasi	Aprovada
702/2007	do Poder Executivo - que "submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Decisão Nº 33/04 do Conselho do Mercado Comum (CMC), que "criou o Fundo Educacional do Mercosul (FEM), adotada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004".	Senadora Marisa Serrano	Aprovada
752/2007	do Poder Executivo - que "submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo para a Concessão de Prazo de Noventa Dias aos Turistas Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, celebrado em Córdoba, em 20 de junho de 2006”.	Sen. Romeu Tuma	Aprovada
954/2007	do Poder Executivo - que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas dos Estados Partes do MERCOSUL, com a República da Bolívia e a República do Chile, assinado na cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004".	Senador Sérgio Zambiasi	Aprovada
996/2007	do Poder Executivo – que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Gratuidade de Vistos para Estudantes e Docentes dos Estados Partes do Mercosul, assinado em Córdoba, em 20 de julho de 2006.”	Senador Inácio Arruda	Aprovada

39/2008	do Poder Executivo – que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 21 de maio de 2007.”	Senador Romeu Tuma	Aprovada
253/2008	do Poder Executivo – que “Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.”	Senador Sérgio Zambiasi	Aprovada
360/2008	do Poder Executivo – que “Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo-Quadro entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, assinado na cidade de Puerto Iguazú, República Argentina, em 7 de julho de 2004”.	Senador Geraldo Mesquita Júnior	Aprovada
361/2008	do Poder Executivo – que “Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para a Cooperação em Matéria de Combate à Fabricação e ao Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e outros Materiais Correlatos, celebrado em Assunção, em 23 de novembro de 2006.”	Senador ROMEU TUMA	Aprovada
445/2008	do Poder Executivo - que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre os Estados Partes do Mercosul e os Estados Membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo, assinado em Brasília, em 10 de maio de 2005”.	Senador Pedro Simon	Aprovada

Projeto de Lei nº	Ementa	Relator	Resultado
PDL (SF) 108/2008 (PDC 58, de 2007, na origem)	da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD) - que "Aprova o texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25/03, emanada da XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Montevidéu, em 15 de dezembro de 2003".	Senador Inácio Arruda	Aprovado
PDL (SF) 115/2008 (PDC 2217, de 2006, na origem)	da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD) - que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, celebrado em Brasília, em 1º de abril de 2005".	Senador Efraim Morais	Aprovado
PL da Câmara nº 159/2008	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 159, DE 2008 – do Deputado Afonso Hamm - que “declara Sant’Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do Mercosul.”	Senador Sérgio Zambiasi	Aprovado
PL 2.896/2008	do Poder Executivo - que “dá nova redação ao art. 4º da Lei n.º 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física”	Senador Sérgio Zambiasi	Aprovado

Requerimento nº	Ementa	Autor	Resultado
11/07	"propõe a realização de reunião de audiência pública para discutir a atuação da Petrobras na América do Sul".	Dep. Dr. Rosinha	Aprovação unânime
12/07	"propõe a realização, por esta	Dep. Matteo Chiarelli	Aprovado
	Representação, de seminário sobre a integração regional pela via do Mercosul, a ser realizado na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul".		
13/07	"requer a realização de Reunião de Audiência Pública para conhecer a situação do ensino da língua espanhola no Brasil, no contexto do processo de integração do MERCOSUL".	Dep. José Paulo Tóffano	Aprovação unânime

Atualizado em 16/12/08

PARLAMENTARES	VIII Ses. Plenária 31/03	IX Ses. Plenária 28 e 29/04	X Ses. Plenária 27 e 28/06	XI Ses. Plenária 18 e 19/07	XII Ses. Plenária 18 e 19/08	XIII Ses. Plenária 15 e 16/09	XIV Ses. Plenária 03 e 04/11	XV Ses. Plenária 28 e 29/11	IV Ses. Extraor. 18 e 19/12	Total de Presenças
SENADORES - SUPLENTE										
NEUTO DE CONTO (PMDB)			X							1
VALDIR RAUPP (PMDB)										
ADELMIR SANTANA (DEM)										
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)										
EDUARDO AZEREDO (PSDB)			X	X	X				X	4
FLÁVIO ARNS										
FERNANDO COLLOR (PTB)										
OSMAR DIAS (PDT)										
(VAGO) (PCdoB)										
DEPUTADOS - SUPLENTE										
ANTONIO C. PÁNNUNZIO (PSDB)										
CELSO RUSSOMANO (PP)					X	X	X	X	X	5
IRIS DE ARAÚJO (Bloco PMDB)					X			X		3
NILSON MOURÃO (Bloco PMDB)	X									1
RENATO MOLLING (PMDB)		X		X					X	3
VALDIR COLATTO (PMDB)									X	1
LEANDRO SAMPAIO (PPS)			X				X		X	3
MATTEO CHIARELLI (DEM)										
VIEIRA DA CUNHA (PSB)				X						1
DR. NECHAR (PV)										
TOTAL	17	18	9	14	16	12	18	14	13	

RELATÓRIO DE PROPOSTAS APRESENTADAS PELA DELEGAÇÃO BRASILEIRA				
Proposição	Autor	Data de ingresso no PM	Ementa	Andamento
A.E/V SO/2007/ Nº 1	Marisa Serrano	03/09/2007	Proyecto de Recomendación presentado por la Parlamentaria Marisa Serrano con fecha 30 de agosto de 2007, a efectos de recomendar al Consejo del Mercado Común la creación de mecanismos efectivos para la protección y salvaguarda de las condiciones de sobrevivencia de las familias que viven momentos dramáticos por causa de la tragedia ocurrida en la República de Perú	Informe da Comissão de Assuntos Internacionais por la aprobación. Girado a la Mesa Directiva para inclusión en el orden del día de la VII Sesión (19/11/07). Trámite Finalizado – Rec. 02/2007
A.E/V SO/2007/ Nº 5	Aloizio Mercadante	03/09/2007	Proyecto de Recomendación presentado por el Parlamentario Aloizio Mercadante con fecha 6 de agosto de 2007, a efectos de recomendar al Consejo del Mercado Común que inste a los Estados Partes a adoptar políticas de introducción de tecnologías de información y comunicación, especialmente de Internet por banda larga, en todas sus escuelas públicas y que estudie la posibilidad de que los recursos del FOCEM puedan ser utilizados para que se atienda ese objetivo estratégico.	GIRADO A LAS COMISIONES DE: 1. EDUCACIÓN, CIENCIA, TECNOLOGÍA Y DEPORTE; 2. ASUNTOS ECONÓMICOS, FINANCIEROS, COMERCIALES, FISCALES Y MONETARIOS. Informe de la Com. De Educación por la aprobación de fecha 18.12.2007 / Se gira a conocimiento de la M. Directiva (17.01. 08). Aprobado en la X Sesión - Recomendación 01/2008.
A.E/V SO/2007/ Nº 6	Aloizio Mercadante	03/09/2007	Proyecto de Recomendación presentado por el Parlamentario Aloizio Mercadante con fecha 6 de agosto de 2007, a efectos de recomendar al Consejo del Mercado Común que defina una política ambiental del MERCOSUR para el enfrentamiento del calentamiento global y sus efectos en la región y que estudie la creación del Fondo Ambiental del MERCOSUR, con fondos provenientes de la cobranza de la tasa del 1% sobre el arancel externo común, con el objetivo de financiar tal política.	GIRADO A LAS COMISIONES DE: 1. DESARROLLO REGIONAL SUSTENTABLE, ORDENAMIENTO TERRITORIAL, VIVIENDA, SALUD, MEDIO AMBIENTE Y TURISMO; 2. ASUNTOS ECONÓMICOS, FINANCIEROS, COMERCIALES, FISCALES Y MONETARIOS.
A.E/V SO/2007/ Nº 7	Eduardo Azeredo	03/09/2007	Proyecto de Disposición presentado por el Parlamentario Eduardo Azeredo, con fecha 6 de agosto de 2007 (IV sesión ordinaria) que insta a los respectivos parlamentos a que consideren en caso de que no lo hayan hecho, la posibilidad de dar inicio a la discusión sobre el marco legal común para el combate a los llamados crímenes de informática o cibercrímenes.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONALES. Informe 002 de la Comisión que se incluyó en el O. del Día de la VII Sesión pero no llegó a tratarse. Aprobado en la IX Sesión Plenaria - Disposición 14/2008.
A.E/V SO/2007/ Nº 8	Eduardo Azeredo	03/09/2007	Proyecto de Recomendación presentado por el Parlamentario Eduardo Azeredo, con fecha 6 de agosto de 2007 (IV sesión ordinaria) a efectos de solicitar al Consejo del Mercado Común que inste a los Estados Partes del Mercosur a adherir a la Convención sobre Crímenes	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERNACIONALES.

			informáticos del Consejo de Europa.	
A.E/V SO/2007/ N° 15	Inácio Arruda	03/09/2007	Nota presentada por el senador Ignacio Arruda con fecha 6 de agosto de 2007 (IV Sesión Ordinaria) para que se someta a aprobación del Plenario en la IV Sesión Ordinaria la realización de un seminario sobre Integración Energética con la participación de los representantes y especialistas de los Estados Parte.	SE GIRA A LA COMISIÓN DE INFRAESTRUCTURA, TRANSPORTES, RECURSOS ENERGÉTICOS, AGRICULTURA, PECUARIA Y PESCA
A.E/V SO/2007/ N° 17	Dr. Rosinha	03/09/2007	Propuesta del parlamentario doctor Rosinha para la realización de un seminario sobre estudios económicos la segunda quincena de noviembre de 2007, en la ciudad de Brasilia, sobre el tema derechos humanos.	SE GIRA A LA COMISIÓN DE CIUDADANÍA Y DERECHOS HUMANOS
A.E/V SO/2007/ N° 18	Dr. Rosinha	03/09/2007	Propuesta del parlamentario Dr. Rosinha acerca de la representación proporcional a ser presentada al Consejo del Mercado Común, cláusula transitoria segunda de las Disposiciones Transitorias del Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur.	SE GIRA A LAS COMISIONES DE: 1. PRESUPUESTO Y ASUNTOS INTERNOS; 2. ASUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONALES
AE/VI SO/2007/ N° 37	Aloizio Mercadante	08/10/2007	Propuesta de Seminario sobre "Convergencias Macroeconómicas e Integración Regional entre el Parlamento del MERCOSUR y el Parlamento Europeo", presentada por el señor Parlamentario Aloizio Mercadante con fecha 3 de setiembre del corriente.	SE GIRA A LA COMISIÓN DE ASUNTOS ECONÓMICOS, FINANCIEROS, COMERCIALES, FISCALES Y MONETARIOS. Informe de la Comisión por la aprobación (02/11/08).
AE/VI SO/2007/ N° 41	Inácio Arruda	08/10/2007	Proyecto de Declaración referente al combate contra desertificación presentado por el señor Parlamentario Inacio Arruda con fecha 27 de setiembre del corriente.	SE GIRA A LA COMISIÓN DE DESARROLLO REGIONAL SUSTENTABLE, ORDENAMIENTO TERRITORIAL, VIVIENDA, SALUD, MEDIO AMBIENTE Y TURISMO. Informe por la aprobación con modificaciones (27/06/08). Aprobado en la XII Sesión Plenaria - Declaración 18/2008.

AE/VI SO/2007/ N° 47	Dr. Rosinha	08/10/2007	Anteproyecto de Norma "Que establece el procedimiento de integración del Parlamento del MERCOSUR, de acuerdo al criterio de representación, prevista en la Segunda disposición transitoria del Protocolo Constitutivo del Parlamento del MERCOSUR", presentado por el Parlamentario Dr. Roshina con fecha 5 de octubre del corriente.	SE GIRA A LAS COMISIONES DE: ASUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONALES2. PRESUPUESTO Y ASUNTOS INTERNOS Informe de la Com. de Psto considerado por el Plenario el 19.11.2007 resultando aprobado el Anteproyecto de Norma 01/2007. Se remitió al CMC que contestó en Acta de dic. De 2007. Trámite finalizado - Aprobado el Anteproyecto de Norma 01/2007
AE/VI SO/2007/ N° 51	Inácio Arruda	08/10/2007	Proyecto de Declaración referente al "reconocimiento de la importancia de Ernesto Che Guevara en la reafirmación de los ideales de democracia, justicia, paz y solidaridad entre los pueblos", presentado por el señor parlamentario Inacio Arruda con fecha 8 de octubre del corriente.	SE GIRA A LAS COMISIONES DE: 1. DERECHOS HUMANOS; 2. Y DE ASUNTOS INTERNACIONALES . Informe en mayoría de la Comisión de Derechos Humanos por la aprobación y Informe en minoría de la Comisión de Derechos Humanos por el archivo (20/10/08). Incorporado en el Orden del día de la XIV Sesión. Retirado por falta del Informante en la Plenaria.
AE/VI SO/2007/ N° 52	Geraldo Mesquita, Claudio Díaz, George Milton, Romeo Tuma, Marisa Serrano y Beto Albuquerque	08/10/2007	Requerimiento solicitando la inclusión en el orden del día de la próxima sesión, en los términos del art. 121 del Reglamento Interno, la consideración de la Propuesta de Recomendación a la Comisión de MERCOSUR, referente a que se destine un 10% de los recursos del FOCEM para los programas de erradicación del analfabetismo y del acceso de los jóvenes al mercado de trabajo. Requerimiento presentado por los parlamentarios Geraldo Mesquita, Claudio Díaz, George Milton, Romeo Tuma, Marisa Serrano y Beto Albuquerque, de fecha 8 de octubre del corriente.	SE GIRA A LA MESA DIRECTIVA, Y A LAS COMISIONES DE: 1. ASUNTOS ECONÓMICOS; 2. CIUDADANÍA Y DERECHOS HUMANOS Informe favorable de la Comisión de DDHH al Plenario de fecha 19.11.2007 Falta que se expida la Comisión de Asuntos Económicos. Se gira a la M.D para conocimiento y consideración del trámite (16.01.2007). Se gira a la M.D para conocimiento y consideración del trámite (16.01.2007).
AE/VII SO/2007/N° 56	Marisa Serrano	19/11/2007	Proyecto de Disposición referente a la supresión del inciso d) del artículo 77 del Reglamento Interno del PM y modificación del art. 73 del mismo para incluir el tema "comunicaciones" entre las competencias de la Comisión de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología y Deportes presentado por la señora Parlamentaria Marisa Serrano y otros con fecha 8 de octubre	SE GIRA A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERNOS

			del corriente.	
AE/VII SO/2007/Nº 58	George Hilton	19/11/2007	Propuesta de Pedido de Informe referente a la implementación del Acuerdo Multilateral de Seguridad Social en los cuatro países integrantes del MERCOSUR presentado por el señor parlamentario George Hilton con fecha 8 de octubre de 2007.	SE GIRA A LA COMISION DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL
AE/VII SO/2007/Nº 59	Inácio Arruda	19/11/2007	Anteproyecto de Norma referente a la armonización de las legislaciones sobre política urbana y uso social de la propiedad urbana presentado por el señor parlamentario Inácio Arruda con fecha 9 de noviembre del corriente.	SE GIRA A LAS COMISIONES DE: 1.DESARROLLO REGIONAL Y ORDENAMIENTO TERRITORIAL 2. ASUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONALES
AE/VII SO/2007/Nº 61	Pedro Simon, César Schirmer y Eusebio Ayala	19/11/2007	Comunicación de la Comisión de Asuntos Financieros, Económicos, Fiscales y Monetarios, de fecha 8 de octubre del corriente, en la que notifica la realización de una Audiencia Pública de información, discusión y evaluación de los acuerdos vigentes entre Brasil y Paraguay acerca de Itaipú Binacional y solicita a la Mesa Directiva que invite a los Directores Paraguayo y Brasileiro de la misma, presentado por los señores parlamentarios Eusebio Ayala, Pedro Simon y César Schirmer.	Informe de la Comisión de Asuntos Económicos por la aprobación con modificaciones (02/11/08). SE GIRA A LA MESA DIRECTIVA
AE/VII SO/2007/Nº 62	Inácio Arruda	19/11/2007	Proyecto de Declaración referente a la convicción y el compromiso que adoptan los Estados Partes con las iniciativas legislativas destinadas a democratizar la gestión de las ciudades, presentado por el señor parlamentario Inacio Arruda con fecha 14 de noviembre del corriente año.	SE GIRA A LAS COMISION DE DESARROLLO REGIONAL SUSTENTABLE, VIVIENDA, SALUD Y MEDIO AMBIENTE
ANO 2008				
01/2008/DE	Aloizio Mercadante	31/03/2008	Propuesta de Declaración referente a la importancia de que se invite a la Mesa Directiva del PM para la reunión del Consejo Mercado Común presentado por el señor parlamentario Aloizio Mercadante con fecha de 18 de diciembre de 2007.	Girado a la Mesa Directiva (15/04/2008)

02/2008/DE	Claudio Diaz	31/03/2008	Solicitud para la creación de una Comisión Especial en el ámbito de la Comisión de Transporte, Infraestructura, Recursos Energéticos, Agricultura Pecuaria y Pesca para considerar el tema del desarrollo de puertos e hidrovías en el MERCOSUR presentado por el señor parlamentario Claudio Díaz con fecha 25 de febrero de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERNOS. Informe de la Comisión para que el tema gire a la Comisión de Infraestructura. Aprobado el giro, 28/11/08.
03/2008/RQ	Eduardo Azeredo	31/03/2008	Solicitud presentada por el Parlamentario Eduardo Azeredo con fecha 18 de diciembre de 2007 en la que solicita la actuación del Parlamento del Mercosur según el artículo 4 Inc. 4 del Protocolo Constitutivo para solicitar a las autoridades competentes del MERCOSUR la búsqueda de información junto al gobierno de Cuba sobre la situación de 2 boxeadores cubanos que abandonaron su Delegación en los juegos panamericanos realizados en junio de 2007 en Brasil.	GIRADO A LA COMISION DE DERECHOS HUMANOS (10.04.2008)
04/2008/RQ	Dr. Rosinha	31/03/2008	Solicitud presentada por el Dr. Rosinha con fecha 18 de diciembre de 2007 en la que solicita en los términos del Artículo 89 de Reglamento Interno del PM la realización en el segundo semestre del 2008 de un seminario sobre la legislación referente a la energía renovables vigentes en escala mundial.	GIRADO A LAS COMISIONES DE: A) INFRAESTRUCTURA Y TRANSPORTES, RECURSOS ENERGÉTICOS (10.04.2008); B) DESARROLLO REGIONAL SUSTENTABLE (10.04.2008)
05/2008/AN	Inácio Arruda	31/03/2008	Propuesta de Anteproyecto de norma presentada por el parlamentario Inacio Arruda con fecha 18 de diciembre de 2007 para que el PM remita a los Parlamentos de cada estado parte el referido Anteproyecto como sugerencia de armonización de la legislaciones sobre política urbana y uso social de la propiedad urbana.	GIRADO A LA COMISION DE DESARROLLO REGIONAL SUSTENTABLE, ORDENAMIENTO TERRITORIAL Y VIVIENDA
09/2008/DE	Sérgio Zambiasi	31/03/2008	Proyecto de Declaración presentado por el parlamentario Sergio Zambiasi con fecha 24 de marzo de 2008 para que el Parlamento del Mercosur declare su compromiso en el sentido de dar pleno apoyo a la creación de un Consejo Sudamericano de Defensa.	POR MOCIÓN DE PREFERENCIA SE INCORPORÓ AL ORDEN DEL DÍA DE LA VIII SESIÓN ORDINARIA. AL CONSIDERARSE SE RESOLVIÓ GIRARLO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERIORES, SEGURIDAD Y DEFENSA. GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERIORES, SEGURIDAD Y DEFENSA (10.04.2008)
10/2008/RE	Dr. Rosinha	31/03/2008	Proyecto de Recomendación presentado por el parlamentario Dr. Rosinha con fecha 24 de marzo de 2008 referente al Tratado de Libre Comercio entre Mercosur y el Estado de Israel.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS ECONÓMICOS

11/2008/DE	Max Rosenmann	31/03/2008	Proyecto de Declaración presentado por el parlamentario Max Rosenmann con fecha 24 de marzo de 2008 que propone que el Parlamento del Mercosur declare su oposición a las recientes medidas de la Unión Europea respecto al acceso de la carne bovina brasilera al mercado europeo.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS ECONÓMICOS. Informe de la Comisión por la aprobación de 23/07/08. Aprobado en la XII Sesión Plenaria - Declaración 19/2008.
13/2008/DI	Inácio Arruda	31/03/2008	Proyecto de Disposición presentado por el parlamentario Inácio Arruda con fecha 26 de marzo de 2008 por el cual se dispone que el Parlamento del Mercosur apoye y participe de la Asamblea del Consejo Mundial de la Paz y de la Conferencia Mundial por la Paz que tendrá lugar entre los días 8 y 13 de abril de 2008 en la República Bolivariana de Venezuela.	GIRADO A LA COMISION DE ASUNTOS INTERNACIONALES. Informe por el archivo 27/06/08. Fue tratada en la VIII Sesión. Aprobada su pase al archivo en la XI Sesión Plenaria.
23/2008/DE	Geraldo Mesquita Júnior	28/04/2008	Propuesta de Declaración para que el Parlamento del MERCOSUR promueva iniciativas junto a los respectivos Congresos Nacionales de los países del bloque referente a armonizar las legislaciones sobre el tráfico de personas, presentada por el parlamentario Geraldo Mesquita Junior con fecha 1 de abril de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN ASUNTOS JURIDICOS E INSTITUCIONALES. Informe por la aprobación (27/06/08).
24/2008/DI	Geraldo Mesquita Júnior	28/04/2008	Propuesta de Disposición para que el Parlamento del MERCOSUR, apoye y participe del "Seminario Cooperación y Coordinación Policial del MERCOSUR y Chile para la lucha contra el Tráfico de Personas", a realizarse en ciudad de Foz do Iguazú del 16 al 18 de abril, presentado por el parlamentario Geraldo Mesquita Junior, con fecha 1 de abril de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERIORES, SEGURIDAD Y DEFENSA
25/2008/RE	Geraldo Mesquita Júnior	28/04/2008	Propuesta de Recomendación "A efectos de que el Consejo del Mercado Común promueva iniciativas conjuntas con los países del Bloque para apoyar, ampliar y profundizar la campaña del combate al tráfico de personas, desarrollada por la Organización Internacional del Trabajo (OIT), presentado por el parlamentario Geraldo Mesquita Junior, con fecha 1 de abril de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN DE TRABAJO, POLITICAS DE EMPLEO, SEGURIDAD SOCIAL Y ECONOMIA SOCIAL
26/2008/DI	Sérgio Zambiasi	28/04/2008	Propuesta de Disposición a efectos de modificar los artículos 106 y 114 del Reglamento Interno del Parlamento del Mercosur, presentado por el parlamentario Sergio Zambiasi, con fecha 1 de abril de 2008.	GIRADO A LAS COMISIONES DE: A) ASUNTOS INTERNOS Y PRESUPUESTO; B) ASUNTOS JURIDICOS E INSTITUCIONALES. Informes por el archivo de ambas las Comisiones, siendo de Asuntos Internos de fecha 15/09/08; y de Asuntos Jurídicos, de fecha 27/06/08.
27/2008/RE	Sérgio Zambiasi	28/04/2008	Propuesta de Recomendación por la que se recomienda al Consejo del Mercado Común la "Exoneración Impositiva de la Máquina de Braille", presentada por el parlamentario Sergio Zambiasi, con fecha 17 de abril de 2.008.	GIRADO A LA COMISIÓN ASUNTOS ECONOMICOS, FINANCIEROS, COMERCIALES, FISCALES Y MONETARIOS

28/2008/DE	Dr. Rosinha	28/04/2008	Propuesta de Declaración por la cual el Parlamento del MERCOSUR manifiesta su adhesión y promueve su apoyo al "FORO AMERICANO DEL AGUA" a realizarse en la ciudad de Foz de Iguazú - Brasil, presentado por el parlamentario Dr. Rosinha, con fecha 24 de abril de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN DESARROLLO REGIONAL SUSTENTABLE, ORDENAMIENTO TERRITORIAL, VIVIENDA, SALUD, MEDIO AMBIENTE Y TURISMO. Informe por la aprobación con modificaciones de fecha 27/06/08. Aprobada en la XI Sesión Plenaria - Declaración 16/2008.
29/2008/DE	Aloizio Mercadante, Marisa Serrano, Dr. Rosinha, Germano Bonow y Beto Albuquerque	28/04/2008	Propuesta de Declaración por la cual el Parlamento del MERCOSUR manifiesta su desacuerdo con la tesis que la producción de bio-combustibles propicio el alza de los precios de los alimentos, presentado por los parlamentarios Aloizio Mercadante, Marisa Serrano, Dr. Rosinha, Germano Bonow, Beto Albuquerque con fecha 24 de abril de 2008.	PRESENTADO EN EL DEBATE PROPUESTO PARA SER INCORPORADO AL ORDEN DEL DÍA DE LA SESIÓN. AL NO CONTAR CON LOS VOTOS SUFICIENTES PARA SER TRATADO SE RESOLVIÓ GIRAR A LA COMISIÓN DE ASUNTOS ECONÓMICOS, FINANCIEROS, COMERCIALES, FISCALES Y MONETARIOS.
36/2008/RE/SO X	Renato Molling	30/06/2008	Propuesta de Recomendación "Al Consejo Mercado Común y a los demás órganos decisorios del MERCOSUR para trabajar con persistencia la agenda de libre comercio entre el MERCOSUR y la Unión Europea, incluyendo el calzado como producto exento de impuestos", presentada por el parlamentario Renato Molling de fecha 28 de abril de 2008	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS ECONÓMICOS, FINANCIEROS Y COMERCIALES
37/2008/DE/SO X	Claudio Diaz	30/06/2008	Propuesta de Declaración por la cual se propone que el Parlamento del MERCOSUR debe establecer un maduro diálogo político entre la iniciativa de UNASUR con las instancias políticas parlamentarias ya establecidas y que cuentan con el respaldo de las estructuras representativas de los países de la región, para que no se configure prematura la creación de un nuevo parlamento en el continente sudamericano, sin el debido debate, presentada por el Parlamentario Claudio Díaz y acompañada por varios parlamentarios de fecha 28 de abril de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERNACIONALES.

39/2008/RE/SO X	Iris de Araújo	30/06/2008	Propuesta de Recomendación "Al Consejo del Mercado Común para que se apruebe legislación competente, en el sentido de armonizar los currículos universitarios, con el objeto de permitir el libre ejercicio profesional entre los países del MERCOSUR", presentado por la parlamentaria Iris de Araújo de fecha 29 de mayo de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONALES. GIRADO A LA COMISIÓN DE EDUCACIÓN, CULTURA, CIENCIA, TECNOLOGIA Y DEPORTE (01/08/08)
56/2008/RE/SO X	Eduardo Azeredo	30/06/2008	Propuesta de Recomendación por la que el PM recomienda al CMC instar a los países miembros del MERCOSUR a efectos de que consideren la expansión de la infraestructura de transporte del MERCOSUR como una de sus prioridades de inversión, presentada por el Parlamentario Eduardo Azeredo, con fecha 27 de junio de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN DE INFRAESTRUCTURA. Informe de la Comisión por la aprobación de fecha 28/07/08. Integró el orden del día de la XIII Sesión por decisión de la Mesa Directiva de 01/09/08. Aprobada en la XIII Sesión Plenaria - Recomendación 03/2008.
57/2008/DI/SO X	George Hilton	30/06/2008	Propuesta de Disposición por la que el PM dispone constituir un grupo de parlamentarios para acompañar junto a los parlamentos nacionales del bloque la aprobación del Tratado de Libre Comercio entre el MERCOSUR y el Estado de Israel, presentado por el Parlamentario George Hilton, con fecha 27 de junio de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERNACIONALES.
58/2008/RE/SO X	Romeu Tuma	30/06/2008	Propuesta de Recomendación por la que el PM recomienda al CMC que adopte iniciativas y acuerdos que posibiliten la creación de un Grupo de Trabajo para debatir los temas ligados a las personas con capacidades diferentes en el ámbito de la Reunión de Altas Autoridades en el área de los Derechos Humanos del MERCOSUR presentado por el Parlamentario Romeu Tuma con fecha 27 de junio de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN DE DERECHOS HUMANOS. Informe de la Comisión por la aprobación de fecha 29/11/08.
59/2008/RE/SO X	Neuto de Conto	30/06/2008	Propuesta de Recomendación por la que el PM recomienda al CMC realizarlas gestiones junto al Gobierno de la República Argentina para viabilizar la ejecución de las obras de infraestructura y asfalto del trecho rodoviario que liga la frontera de Brasil con la ciudad argentina de San Pedro y con la Ruta 27, presentado por el parlamentario Neuto de Conto con fecha 27 de junio de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN DE INFRAESTRUCTURA. Informe de la Comisión por la aprobación de fecha 28/07/08. Integró el orden del día de la XIII Sesión. Aprobada en la XIII Sesión - Recomendación 04/2008.

60/2008/DE/SO X	Aloizio Mercadante	30/06/2008	Propuesta de Declaración por la que el PM declara su descontento con la decisión del Parlamento Europeo tomada en la Sesión del 18 de junio del corriente año de aprobar la nueva ley de inmigración que permite la detención de inmigrantes ilegales por hasta 18 meses presentado por el parlamentario Aloizio Mercadante con fecha 27 de junio de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN DE INFRAESTRUCTURA. Informe de la Comisión de Derechos Humanos por el archivo de fecha 20/10/08. Aprobado que se pase al archivo en la XIV Sesión.
62/2008/RE/SO XI	Aloizio Mercadante	28/07/2008	Propuesta de Recomendación presentada el 28 de junio, por el parlamentario Aloizio Mercadante, por la cual recomienda al Consejo Mercado Común que sea creada en el ámbito del MERCOSUR, una agencia de desarrollo destinada a asesorar a los gobiernos de los Estados Partes en la elaboración de proyectos a ser financiados con recursos del FOCEM, de fecha 28 de junio.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERNOS Y PRESUPUESTO.
63/2008/DI/SO XI	Claudio Díaz	28/07/2008	Propuesta de Disposición presentada el 28 de junio, por el parlamentario Claudio Díaz, por la cual solicita la instalación de una Comisión Especial en el ámbito de la Comisión de Transportes, Infraestructura, Recurso Energéticos, Agricultura, Pecuaria y Pesca, de fecha 28 de junio.	GIRADO A LA COMISIÓN DE INFRAESTRUCTURA, TRANSPORTES, RECURSOS ENERGÉTICOS, AGRICULTURA, PECUÁRIA Y PESCA.
64/2008/RE/SO XI	Aloizio Mercadante	28/07/2008	Propuesta de Recomendación presentada el 28 de junio, por el parlamentario Aloizio Mercadante, por la cual se recomienda al Consejo Mercado Común que inste a los Estados Parte del MERCOSUR a que tome todas las medidas internas necesarias para agilizar la libre circulación de personas en el ámbito del bloque, inclusive las referentes a la aprobación y ratificación del Acuerdo sobre Residencia para Nacionales de los Estados Partes del MERCOSUR, de fecha 28 de junio.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONALES.
66/2008/DE/SO XI	Inácio Arruda	28/07/2008	Propuesta de Declaración presentada el 17 de julio, por el parlamentario Inácio Arruda, por la cual manifiesta su preocupación con la decisión del Gobierno de los Estados Unidos en cuanto a la decisión de reactivar la Cuarta Flota Naval Americana con el objetivo de monitorear los mares de América Latina, Central y el Caribe, de fecha 17 de julio.	A SOLICITUD DEL PARLAMENTARIO INÁCIO ARRUDA ESTA PROPUESTA SE UNIFICÓ CON LA 68/2008/DE/ SO XI. EN LA SESIÓN SE APROBÓ LA DECLARACIÓN N° 13/2008 SOBRE ESTE TEMA
68/2008/DE/SO XI	Aloizio Mercadante	28/07/2008	Propuesta de Declaración presentada el 23 de julio, por el parlamentario Aloizio Mercadante, (cuya autoría pasa a ser del Senador Inácio Arruda por solicitud en el Plenario del Parlamentario Aloizio Mercadante aceptada por el Parlamentario Arruda) por la cual el PM declara su convicción de que la reactivación de la Cuarta Flota de Marina de Guerra de los EEUU es enteramente innecesaria, dada las actuales circunstancias mundiales y regionales que conforman a América del Sur en una región pacífica y democrática, en la cual los eventuales conflictos son normalmente resueltos en estricta observancia con los principios de no intervención y solución de controversias, de fecha 23 de julio.	SE GIRA A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERIORES, SEGURIDAD Y DEFENSA. EN LA XI SESIÓN SE APROBÓ LA DECLARACIÓN N° 13/2008 SOBRE ESTE TEMA

69/2008/RE/SO XI	Aloizio Mercadante	28/07/2008	Propuesta de Recomendación presentada el 23 de julio, por el Parlamentario Aloizio Mercadante, por la cual el PM recomienda al Consejo del Mercado Común que debata la cuestión de la proporcionalidad de la representación ciudadana a ser aplicada en las elecciones directas para este Parlamento, de fecha 23 de julio.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONALES
70/2008/RE/SO XI	Aloizio Mercadante	28/07/2008	Propuesta de Recomendación presentada el 23 de julio, por el parlamentario Aloizio Mercadante, por la cual el PM recomienda al Consejo del Mercado Común que en la negociación del Protocolo Adicional a la que hace referencia el Artículo 17 del Tratado Constitutivo de la Unión de Naciones Sudamericanas, los Estados Partes del MERCOSUR se empeñen en el sentido de que el Parlamento Sudamericano sea constituido a partir de la articulación del Parlamento del MERCOSUR y el Parlamento Andino, de fecha 23 de julio.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERNACIONALES, INTERREGIONALES Y DE PLANEAMIENTO ESTRATÉGICO.
72/2008/RE/SO XI	José Paulo Tóffano	28/07/2008	Propuesta de Recomendación presentada el 23 de julio, por el parlamentario José Paulo Tóffano, por la cual el PM recomienda al Consejo Mercado Común que elabore mediante acuerdo entre los países miembros, el Código de Normas para Producción Agropecuaria Orgánica del MERCOSUR, de fecha 23 de julio.	GIRADO A LA COMISIÓN DE INFRAESTRUCTURA, TRANSPORTES, RECURSOS ENERGÉTICOS, AGRICULTURA, PECUÁRIA Y PESCA. Aprobado en la XII Sesión Plenaria - Declaración 17/2008.
73/2008/DI/SO XI	Eduardo Azeredo	28/07/2008	Propuesta de Declaración presentada el 23 de julio, por el parlamentario Eduardo Azeredo, por la cual el PM declara su congratulación al Presidente de la República de Colombia, Sr Álvaro Uribe por el éxito de la operación de rescate de la Senadora Ingrid Betancourt y otros rehenes en poder de las FARC, sin derramamiento de sangre, de fecha 23 de julio.	GIRADO A LA COMISIÓN DE CIUDADANÍA Y DERECHOS HUMANOS. Informe de la Comisión por el archivo de fecha 20/10/08. Aprobado que se pase al archivo en la XIV Sesión.
74/2008/DI/SO XI	Inácio Arruda	28/07/2008	Propuesta de Disposición presentada el 24 de julio, por el parlamentario Inácio Arruda, por la cual se dispone que el Parlamento del MERCOSUR apoye y participe del Foro Social Mundial 2009, a ser realizado en Belém do Pará el día 27 de enero de 2009, de fecha 24 de julio.	GIRADO A LA COMISIÓN DE CIUDADANÍA Y DERECHOS HUMANOS. Informe de la Comisión por la aprobación de 29/10/08, presentado el 06/11/08.

77/2008/RE/SO XI	Max Rosenmann	28/07/2008	Propuesta de Recomendación presentada el 28 de julio por el Parlamentario Max Rosenmann, por la que se recomienda al Consejo Mercado Común se establezca a la brevedad la compatibilización de las regulaciones internas de los países del MERCOSUR sobre tarifas de combustibles, tributos, tasas, honorarios de aduana, controles fitosanitarios en la frontera, falta de funcionarios y armonización de procesos aduaneros para la instalación y funcionamiento de depósitos fiscales, de fecha 28 de julio.	GIRADO A LA COMISIÓN DE INFRAESTRUCTURA, TRANSPORTES, RECURSOS ENERGÉTICOS, AGRICULTURA, PECUÁRIA Y PESCA.
85/2008/DE/SO XII	Aloizio Mercadante	18/08/2008	Propuesta de Declaración, presentada el 12 de agosto, por el Parlamentario Aloizio Mercadante en la cual el Parlamento del MERCOSUR declara su más sincera admiración por el pueblo hermano de Bolivia que de forma madura y responsable se manifestó pacíficamente en las urnas en los recientes referéndums revocatorios, de fecha 12 de agosto.	GIRADO A LA COMISIÓN DE CIUDADANÍA Y DDHH . INFORME DE LA COMISIÓN POR EL ARCHIVO DE FECHA 20/10/08. SE APROBÓ COMO DECLARACIÓN ANEXA A LA DISPOSICIÓN 26/2008 EN LA XII SESIÓN ORDINARIA.
86/2008/RE/SO XII	Aloizio Mercadante	18/08/2008	Propuesta de Recomendación, presentada el 12 de agosto, por el Parlamentario Aloizio Mercadante la cual recomienda al Consejo del Mercado Común que articule con recursos de los Estados Partes, de FOCEM y de Organismos Internacionales, un amplio programa de inversiones destinado a aprovechar la energía abundante de que dispone la República del Paraguay, de fecha 12 de agosto.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS ECONÓMICOS.
87/2008/DI/SO XII	Aloizio Mercadante	18/08/2008	Propuesta de Disposición, presentada el 12 de agosto, por el Parlamentario Aloizio Mercadante por la cual el Parlamento del MERCOSUR dispone crear en base a los dispuesto en el Artículo 81 de su Reglamento Interno, la Comisión Especial destinada a acompañar las negociaciones de la OMC y a elaborar un diagnóstico sobre las perspectivas de la Ronda de Doha, de fecha 12 de agosto.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS ECONÓMICOS.
88/2008/DE/SO XII	Aloizio Mercadante	18/08/2008	Propuesta de Declaración, presentada el 12 de agosto, por el Parlamentario Aloizio Mercadante referente a la Guayana Francesa y las Islas Malvinas, de fecha 12 de agosto.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERNACIONALES.
89/2008/DE/SO XII	Aloizio Mercadante	18/08/2008	Propuesta de Declaración, presentada el 12 de agosto, por el Parlamentario Aloizio Mercadante por la cual el Parlamento del MERCOSUR referente al conflicto en la región del Cáucaso, de fecha 12 de agosto.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERNACIONALES.

90/2008/RE/SO XII	Marisa Serrano	18/08/2008	Propuesta de Recomendación, presentada el 12 de agosto, por la Parlamentaria Marisa Serrano por la cual el Parlamento del MERCOSUR recomienda que el Consejo del MERCADO Común adopte la iniciativa para que las poblaciones de las regiones del MERCOSUR consideradas "áreas de frontera" tengan acceso a las señales de televisión emitidas por los países con fronteras comunes, de fecha 12 de agosto.	GIRADO A LA COMISIÓN DE INFRAESTRUCTURA.
93/2008/RE/SO XIII	Aloizio Mercadante, Ríos, Domínguez y González Nuñez	15/09/2008	Propuesta de Recomendación, presentada el 18 de agosto por los parlamentarios Ríos, Mercadante, Domínguez y González Nuñez por la cual el Parlamento del Mercosur recomienda al Consejo Mercado Común la creación del Instituto Estadístico del MERCOSUR (IEM) con el propósito de ofrecer información válida y confiable para interpretar la realidad, de fecha 18 de agosto.	GIRADO A LA COMISIÓN DE EDUCACIÓN.
95/2008/DI/SO XIII	Aloizio Mercadante	15/09/2008	Propuesta de Disposición, presentada el 18 de agosto por el Parlamentario Aloizio Mercadante en la cual el Parlamento del MERCOSUR dispone realizar Audiencias Públicas, en plenario, con ministros de Estado de los Países del MERCOSUR, de fecha 18 de agosto.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONALES.
96/2008/DI/SO XIII	Aloizio Mercadante	15/09/2008	Propuesta de Recomendación, presentada el 18 de agosto por el parlamentario Aloizio Mercadante en la cual recomienda al Consejo Mercado Común que la renta aduanera del MERCOSUR sea progresivamente canalizada para el FOCEM con el objeto de financiar proyectos relacionados a la integración, de fecha 18 de agosto.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS ECONÓMICOS.
97/2008/DI/SO XIII	Cristovam Buarque	15/09/2008	Propuesta de Disposición, presentada el 18 de agosto por el Parlamentario Cristovam Buarque por la cual el Parlamento del MERCOSUR dispone que la Comisión de Educación realice las gestiones en los respectivos Ministerios de Educación de los Estados Parte a efectos de que cada gobierno informe qué planes adoptó para eliminar el analfabetismo de adultos en sus territorios y cuáles son los medios que serán utilizados para alcanzar este objetivo, de fecha 18 de agosto.	GIRADO A LA COMISIÓN DE EDUCACIÓN.

104/2008/DI/SO XIII	Iris de Araújo	15/09/2008	Propuesta de Disposición presentada el 8 de setiembre por la parlamentaria Iris de Araújo de modificación del Reglamento Interno del Parlamento del MERCOSUR, de fecha 8 de setiembre.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONALES.
108/2008/DE/SO XIII	Aloizio Mercadante	15/09/2008	Propuesta de Declaración presentada el 10 de setiembre por el parlamentario Aloizio Mercadante por la que el Parlamento declara su apoyo a la creación del Consejo de Defensa de América del Sur, de fecha 10 de setiembre.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERIORES, SEGURIDAD Y DEFENSA
109/2008/RE/SO XIII	Aloizio Mercadante	15/09/2008	Propuesta de Recomendación presentada el 10 de setiembre por el parlamentario Aloizio Mercadante por la que el Parlamento del Mercosur recomienda al Consejo Mercado Común que se empeñe para que la Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur, sea convertida mediante un tratado entre sus integrantes, en un organismo internacional destinado a implementar una política de defensa común de la región, de fecha 10 de setiembre.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERNACIONALES
110/2008/DI/SO XIII	Marisa Serrano	15/09/2008	Propuesta de Disposición presentada el 10 de setiembre por la parlamentaria Marisa Serrano de modificación del Reglamento Interno del Parlamento del Mercosur de fecha 10 de setiembre.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONALES.
111/2008/RE/SO XIII	Aloizio Mercadante	15/09/2008	Propuesta de Recomendación presentada el 10 de setiembre por el parlamentario Aloizio Mercadante por la cual se recomienda al Consejo Mercado Común que estudie la posibilidad de crear un Programa de Seguridad Pública del MERCOSUR destinado a intercambiar informaciones y articular operaciones entre las distintas fuerzas policiales de los Estados Partes, de fecha 10 de setiembre.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERIORES, SEGURIDAD Y DEFENSA
112/2008/DE/SO XIII	Aloizio Mercadante	15/09/2008	Propuesta de Declaración presentada el 10 de setiembre por el parlamentario Aloizio Mercadante por la cual el Parlamento del Mercosur declara su extrema preocupación con la tensión política que se verifica actualmente en la República de Bolivia, de fecha 10 de setiembre.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERNACIONALES
139/2008/DE/SO XV	Geraldo Mesquita Júnior, Geraldo Thadeu, Adriana Peña, Mirtha Palacios, Héctor Lacognata, Arturo Vera, Juan Manuel Irrazábal, Marelis Pérez e Desiree Santos	28/11/2008	Propuesta de Declaración, presentada el 6 de noviembre, por los parlamentarios Adriana Peña, Mirtha Palacios, Héctor Lacognata, Geraldo Thadeu, Geraldo Mesquita Júnior, Arturo Vera, Juan Manuel Irrazábal y las diputadas Marelis Pérez y Desiree Santos quienes se adhieren a esta propuesta por la cual el Parlamento del MERCOSUR declara su reconocimiento a los 60 años de la Declaración Universal de Derechos Humanos de la Organización de las Naciones Unidas del 10 de diciembre de 1948, de fecha 6 de noviembre de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN DE CIUDADANÍA Y DERECHOS HUMANOS.

144/2008/DI/SO XV	Beto Albuquerque	28/11/2008	Propuesta de Disposición, presentada el 19 de noviembre, por el parlamentario Beto Albuquerque por la cual el Parlamento del MERCOSUR dispone realizar en el marco de la Comisión de Infraestructura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuaria y Pesca el "Segundo Encuentro de Seguridad Vial del MERCOSUR" en la ciudad de Porto Alegre durante el primer semestre de 2009, de fecha 19 de noviembre de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN DE INFRAESTRUCTURA
148/2008/RE/SO XV	Aloizio Mercadante	28/11/2008	Propuesta de Recomendación, presentada el 20 de noviembre, por el parlamentario Aloizio Mercadante por la cual el Parlamento del MERCOSUR recomienda al CMC que las maniobras, operaciones y ejercicios militares que sean ejecutados a lo largo de las fajas de frontera compartidas por los Miembros del Mercosur deben ser informadas oficialmente, por escrito por el Estado Parte ejecutante a los demás Estados Partes limítrofes con una antelación mínima de 6 meses, de fecha 20 de noviembre de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN DE ASUNTOS INTERIORES, SEGURIDAD Y DEFENSA
150/2008/DE/SO XV	José Paulo Tóffano, Vigo, Rojkes, Cardoso, Castillo, Marelis Pérez Marcano	28/11/2008	Propuesta de Declaración, presentada el 3 de noviembre, por los parlamentarios Tóffano, Vigo, Rojkes, Cardoso, Castillo, con la adhesión de la Diputada Marelis Pérez Marcano por la cual el Parlamento del MERCOSUR declara de su interés el documento surgido para debatir en el Foro Americanos de las Aguas a realizarse en la ciudad de Foz de Iguazú los días 24 y 25 de noviembre de 2008.	GIRADO A LA COMISIÓN DE MEDIO AMBIENTE.
Sem número	Aloizio Mercadante	-	Proyecto de Declaración presentado por Aloizio Mercadante manifestando su alta consideración por la elección del señor Fernando Lugo para la Presidencia de la República del Paraguay	Aprobada en la IX Sesión - Declaración 08/2008.
Sem número	Aloizio Mercadante	-	Propuesta de Declaración en Defensa de los Derechos Humanos de los Migrantes	Aprobada en la X Sesión - Declaración 10/2008.
Sem número	Aloizio Mercadante y otros	-	Propuesta de Declaración presentado por el parlamentario Aloizio Mercadante y otros, manifestando el apoyo a la actuación del G-20 y del Mercosur en la OMC en relación al tema de "Ronda de Doha"	Aprobada en la XI Sesión - Declaración 11/2008
Sem número	Aloizio Mercadante y Inacio Arruda	-	Propuesta de Declaración presentada por los Parlamentarios Inácio Arruda y Aloizio Mercadante donde se "Declara la convicción de que la reactivación de la Cuarta Flota de la Marina de Guerra de los EUA se considera improcedente teniendo en cuenta las negociaciones mundiales y regionales que conforman a América del Sur como una región pacífica y democrática".	Aprobada en la XI Sesión - Declaración 13/2008
Sem número	Aloizio Mercadante y Eduardo	-	Propuesta de Declaración y voto de pesar en Homenaje al parlamentario Max Rosenmann	Aprobada en la XIV Sesión - Declaración 22/2008
	Azeredo			
Sem número	Aloizio Mercadante	-	Propuesta de Recomendación presentada por el parlamentario Aloizio Mercadante sobre las crisis financiera internacional.	Aprobada en la XIV Sesión - Recomendación 22/2008
Sem número	Romeu Tuma	-	Propuesta de Declaración de solidaridad para con las víctimas de la tragedia climática ya ocurrida en el Estado de Santa Catarina.	Aprobada en la XIV Sesión - Declaración 25/2008

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 217/2008/CAE

Brasília, 2 de dezembro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 2 de dezembro do corrente, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, através do Ofício CAE nº 58/2008-Circular, o Aviso nº 65, de 2008 (nº 1.797-Sess-TCU-Plenário, na origem), 19 de novembro de 2008, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-028.496/2008-2, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 19-11-2008.

Comunico, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ofício nº 229/2008/CAE

Brasília, 9 de dezembro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 9 de dezembro do corrente, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, através do Ofício CAE nº 060/2008-Circular, o Aviso nº 67, de 2008 (nº 399/GMF, na origem), 27 de novembro de 2008, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de outubro de 2008, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

Comunico, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ofício nº 230/2008/CAE

Brasília, 9 de dezembro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 9 de dezembro do corrente, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, através do Ofício CAE nº 60/2008-Circular, o Aviso nº 68, de 2008 Aviso nº 110/08-BCB-Presi, de 28 de novembro de 2008, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de outubro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Comunico, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 486, DE 2008

Unifica a hora legal no território brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica unificada a hora legal em todo o território brasileiro.

Parágrafo único. A hora legal brasileira é a hora de Brasília, com três horas de atraso em relação à hora de Greenwich.

Art. 2º Esta lei entra em vigor sessenta dias, a contar de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A hora legal brasileira foi estabelecida a partir de 1º de janeiro de 1914 (Decreto nº 10.546, de 5 de novembro de 1913), tendo como base “a do meridiano fundamental de Greenwich, diminuída de duas, três, quatro ou cinco horas, conforme o fuso a que pertencer o lugar considerado”.

Em 1991, o Senador Júlio Campos (MT) apresentou o PLS nº 322, DE 1991, unificando a hora legal continental brasileira. O projeto foi objeto do Parecer nº 507/1992, do Senador Pedro Teixeira, que, arrimando-se na conferência de Washington, no ano de 1884, e

na convenção de Greenwich, sugeriu o arquivamento, acatado pela então Comissão de Serviços de Infra-Estrutura desta Casa.

A Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008, eliminou o quarto fuso, elevando a hora do Estado do Acre, e partes dos Estados do Amazonas e Pará, para menos 1 hora em relação a Brasília.

Atualmente, apenas os Estados do Amazonas, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima têm a defasagem de uma hora em relação a Brasília.

Nessas unidades da federação a diferença horária causa os mais variados transtornos na relação com os outros estados e o Distrito Federal, tais como: 1) obstáculo à maior integração do espaço econômico nacional; 2) prejuízo de grande monta à integração econômica das populações e atividades realizadas na porção mais ocidental da área continental brasileira; 3) deficiente integração dos centros comerciais e industriais de Manaus, Rio Branco, Cuiabá, Campo Grande, Porto Velho e Boa Vista nos negócios realizados nas praças do Centro-Sul do País; 4) enorme descompasso no ritmo vertiginoso de progresso nas comunicações e nos transportes.

A adoção de fuso horário único em todo o território nacional ainda mais se justifica ante a unificação e informatização do sistema financeiro, o desenvolvimento dos transportes aéreos e das comunicações via satélite e beneficiará consideravelmente as populações residentes nas regiões ocidentais do País, levando-as a ter participação plena na vida econômica, política e cultural dos centros desenvolvidos do Sul e do Sudeste. Será, portanto, uma das condições indispensáveis para que a sociedade brasileira possa vencer os desníveis econômicos e sociais que ainda dividem o País em regiões ricas e regiões pobres.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. –
Senador **Arthur Virgílio**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos e à de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo a última decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 487 DE 2008

Veda o porte e o uso de armas letais pelo policiamento ostensivo em eventos públicos esportivos, religiosos, recreativos e afins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica vedado o porte e o uso de armas letais, inclusive armas de fogo muniadas, pelo poli-

ciamento ostensivo, em eventos públicos esportivos, religiosos, recreativos e afins, realizados em ambientes fechados ou abertos.

§ 1º Não se inclui na vedação o porte e o uso de arma de fogo muniada com balas de festim ou borracha.

§ 2º A proibição estabelecida neste artigo abranje as cercanias do evento, até a distância de trezentos metros.

§ 3º O comandante da operação de policiamento do evento será responsável pela aplicação do disposto neste artigo.

Art. 2º Constitui crime, punível com detenção de 1 a 3 anos, portar ou usar arma letal nas circunstâncias vedadas no art. 1º desta lei.

Parágrafo único. Para efeito do crime previsto no art. 1º desta lei, também responde penalmente, por ação ou omissão, o comandante responsável pela operação de policiamento.

Justificação

Não há dúvidas quanto à necessidade de se garantir a segurança dos eventos públicos de todas as espécies. Contudo, não se pode admitir que cidadãos sejam mortos justamente pelos agentes públicos responsáveis pela manutenção da ordem.

É lamentável o fato ocorrido na partida final do campeonato brasileiro de futebol de 2008, em que um policial utilizou uma pistola de grosso calibre para conter pessoas desarmadas. Ocorrências dessa natureza têm repercussão negativa no exterior, sendo mesmo um fator que pode atrapalhar a pretensão brasileira de realizar, aqui, eventos internacionais.

O policiamento ostensivo nesses eventos pode ser feito com eficiência, eficácia e efetividade apenas com a utilização de cassetetes, armas muniadas com balas de festim ou de borracha, bombas de gás lacrimogêneo ou efeito moral e escudos, além da possibilidade de se utilizar a polícia montada.

Creemos que a presente proposição, se transformada em lei, garantirá mais segurança aos cidadãos que comparecem aos estádios, aos ginásios e a todos os locais em que se realizam eventos esportivos, musicais, religiosos e afins.

Em vista disso, peço aos nobres senadoras e senadores que votem pela sua aprovação.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. –
Senador **Gilvam Borges**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.)

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 70, DE 2008**

Suspende, por tempo determinado, o pagamento de dívidas, contraídas com a União, pelo Estado do Rio de Janeiro e pelos municípios atingidos pelas enchentes.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Nos termos do art. 52, inciso IX, da Constituição Federal, ficam suspensos os pagamentos das dívidas contratuais entre o Estado do Rio de Janeiro e os municípios atingidos pelas enchentes deste ano de 2008, para com a União.

Art. 2º A suspensão, prevista nesta resolução, é de 180 dias, prorrogáveis por igual período mediante deliberação do Senado Federal.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As fortes chuvas que caíram no Estado do Rio de Janeiro, em novembro último, já afetaram cerca de um milhão de pessoas. Vários municípios estão em situação de emergência, prejudicados em suas economias e com graves problemas de ordem social, em razão dos desabamentos de casas, deslizamentos e quedas de barreiras sobre ruas e estradas.

O governo do estado vem buscando todos os meios de respostas e intervenções, na medida de suas possibilidades, para prestar atendimento emergencial às famílias desabrigadas. Passada a fase mais crítica, entram agora as ações nas áreas de saúde, com medidas preventivas contra doenças causadas por inundações, a exemplo da leptospirose, bem assim, a necessidade de investimentos para recuperação e reconstrução de áreas, ruas, estradas e casas danificadas.

Alguns municípios já contabilizam seus prejuízos. Barra do Piraí, por exemplo, necessita de R\$2,2 milhões para recuperação de áreas afetadas. Em Rio Bonito, onde ocorreram mortes por desabamento, os serviços públicos danificados ultrapassam os R\$17 milhões. Campos dos Goytacazes, que é o mais atingido pelas enchentes, o número de desalojados e desabrigados ultrapassa 10 mil pessoas. Outros, como Mendes, Casimiro de Abreu, Barra do Piraí, Carapebus, Silva Jardim e Paracambi também estão passando por situação de emergência.

Diante dos acontecimentos relatados, nada mais justo do que a aprovação de uma espécie de moratória temporária, emergencial, à dívida que o Estado do Rio

de Janeiro e os municípios atingidos, eventualmente, mantêm com a União.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. – Senador **Marcelo Crivella**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Retornamos à

ORDEM DO DIA

Vamos continuar a sessão para o encaminhamento dos pressupostos de legalidade, relevância e urgência do **Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008**, proveniente da MP nº 443.

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 30, DE 2008**

(Proveniente Da Medida Provisória
Nº 443, De 2008)

Discussão em turno único do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008, que *autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.*

Convidamos para o encaminhamento dos pressupostos da legalidade, urgência e relevância o Senador inscrito Alvaro Dias, que, regimentalmente, disporá de cinco minutos para o encaminhamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nós já nos acostumamos a comparecer a esta tribuna quando discutimos medida provisória, para rechaçá-la em razão da inconstitucionalidade, injuridicidade, porque 80% delas afrontam a Constituição, não guardam relação alguma com os princípios básicos da relevância e da urgência.

Neste caso, é diferente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, porque estamos discutindo uma medida provisória que supostamente é mecanismo adotado pelo Governo para o enfrentamento da crise financeira que se abateu sobre o mundo como verdadeira hecatombe e chegou até o nosso País, não como uma marola, mas como uma tempestade devastadora produzindo recessão e desemprego. É evidente que nós não podemos ignorar a importância de medidas como está. Isso não

significa dizer que o Governo adotou a medida mais correta, mais inteligente e mais completa que poderia adotar. Tanto é assim que a Oposição apresentou inúmeras emendas tentando aprimorar a proposta do Governo. Eu próprio apresentei emendas. Vi que o Relator, Valter Pereira, acolheu uma ou outra emenda proposta pela Oposição.

Não é o ideal o que nós estamos aprovando, mas é necessário e vamos aprovar. A Oposição desde o primeiro momento afirmou que aqui estaria para colaborar com o Governo, aprovando todas as propostas que tivessem o objetivo de administrar a crise que se abatia sobre o nosso País.

É preciso destacar também que, até agora, o Governo demonstrou pouca preocupação em relação a programas de desenvolvimento econômico, exatamente aqueles que poderiam reduzir o impacto pernicioso da recessão. O Governo ficou mais preocupado com o sistema financeiro e procurou salvar bancos, pequenos e médios bancos, repassando recursos volumosos, a pretexto de financiar agricultura, exportações, montadoras e construção civil.

No entanto, ocorre que esses recursos não apareceram, o que fica implícito que os bancos foram atendidos, mas os brasileiros não foram atendidos. Os agricultores reclamam que não viram sequer a cor do dinheiro, exportadores afirmam que não conseguiram chegar ao Comitê de Crédito do Banco do Brasil. Aqueles que nos últimos dias buscaram o BNDES não tiveram seus projetos aprovados, e assistem, no noticiário, à manifestação de intenção de governos estrangeiros de darem calote no Brasil, exatamente por contratos celebrados pelo BNDES, para a realização de obras gigantescas de infra-estrutura, como metrô, oleodutos, gasodutos, estradas hidroelétricas etc.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos aprovar essa medida provisória. Não temos outra alternativa, porque, se não a aprovarmos, seremos acusados de estarmos contra o Brasil, de estarmos contra os brasileiros. Vamos aprová-la, mas isso não significa dizer que concordamos com o seu inteiro teor. Concordamos com seu objetivo, que é a administração do sistema financeiro, para impedir uma catástrofe maior. Mas é preciso dizer que o Governo tem que se preocupar com os outros setores da vida nacional.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com os trabalhadores, em primeiro lugar, com os empresários, adotando medidas urgentes que possam estabelecer o confronto com a onda devastadora de desemprego que ameaça invadir o Brasil.

E a primeira indispensável medida é a redução das taxas de juros. Os países, quase todos, reduziram suas taxas, mesmo aqueles que possuem taxas já reduzidas - e nós somos os campeões mundiais na cobrança de taxas de juros.

Os Estados Unidos, por exemplo, Senador Arthur Virgílio, acabam de reduzir, mais uma vez, a sua taxa básica de juros, e vão praticar agora a mais baixa taxa de juros de sua história. É de se indagar: o mundo todo está errado, e o Brasil está certo?

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa...

Obrigado, Senador Mão Santa, pelo tempo.

Ou o Brasil é que está errado?

É evidente, Senador Arthur, que nós temos visão clara de que o erro é de quem se isola, é de quem se coloca na contramão do que há. Já que a crise é global, as medidas são globais, o Brasil não é uma ilha, e ele não pode ignorar o que está acontecendo no mundo em matéria de crise financeira.

Já ouvi o Presidente Fernando Henrique Cardoso defender a redução das taxas de juros. Já ouvi o Governador de São Paulo, José Serra, reduzir as taxas de juros. Já ouvi especialistas defendendo a redução das taxas de juros. E não há essa redução. O que há é uma certa teimosia.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E até fica a impressão de que há uma disputa de poder entre a Presidência da República e o Banco Central. O Banco Central não reduz a taxa de juros porque a Presidência da República anunciara que essa seria uma providência necessária. Ou é a teimosia, ou é uma interpretação equivocada do momento econômico que estamos vivendo no mundo.

Concedo, Senador Arthur Virgílio, o aparte a V. Ex^a, com a concessão – é claro – do Senador Mão Santa, já que ele é o orador que mais fala nesta Casa, que extrapola todos os limites de tempo possíveis e imagináveis, regimentais e não-regimentais. Evidentemente, com a generosidade que ele carrega na sua alma, vai conceder a V. Ex^a a oportunidade de falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vou conceder e passo as honras de presidir esta Casa a este símbolo maior da ética, o nosso Corregedor, Romeu Tuma.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Agradeço, Senador Alvaro Dias, a concessão fraterna que V. Ex^a me faz e registro que o Senador Mão Santa não só é o mais assíduo, como, sem dúvida, é um dos mais eruditos da Casa. Um homem que acumula leituras

preciosas ao longo de sua vida. Mas, Senador Alvaro Dias, vou, de maneira muito sucinta, dizer algo que me vai ao cérebro. Se o Governo que, a partir de agora, enfrentará uma queda de demanda em razão da crise do crédito, em função da crise do preço das nossas commodities... Enfim, afastado o perigo de recrudescimento do processo inflacionário, se o Governo alia a isso uma política fiscal sóbria, eu não tenho nenhuma dúvida de que ele poderá reduzir substancialmente a taxa Selic para alguma coisa que, ...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM)a partir dos 13,75% de hoje, remeta, no fim de 2009, a alguma coisa tipo nove ou dez por cento. Não tenho nenhuma dúvida. Agora, é preciso parar a ganância inútil, é preciso enfrentar a crise com medidas duras, é preciso... Agora mesmo, eu dizia ao Líder Romero Jucá que fiz um pronunciamento no Congresso nesse sentido. Estão crucificando o Senador Delcídio, porque o Senador Delcídio fez corte aqui, corte acolá, e olhe que ainda obrigaram o Senador Delcídio e o Deputado Mendes Ribeiro a trabalharem com um número falso, um crescimento de 3,5%, e não vai ser 3,5% o crescimento. O Governo queria quatro, para iludir mais. Três e meio por cento, e, portanto, com 0,5% de corte, já deu a confusão no Orçamento que está dando. Se ele fosse falar absolutamente a verdade técnica e dizer que o Brasil não cresce 2,5% talvez, a essa altura teriam degolado o Delcídio e o Mendes Ribeiro. O fato é que não está havendo um enfrentamento à altura. As medidas são cosméticas, o Governo não amplia o alcance do seguro-desemprego porque não quer passar para a população a idéia de que vai haver desemprego. Com isso, deixa em insegurança futura as pessoas do presente. V. Ex^a faz um belo pronunciamento, e não tenho dúvida alguma de que baixar juros de maneira substancial, para nove ou dez por cento, até o final do ano que vem, é uma medida que depende do Governo. Não pelo voluntarismo, mas pelo lado ruim, porque a crise está dura, ela desaquece a economia, e, portanto, a inflação por aí não avança; e, pelo lado bom, se o Governo resolvesse cortar despesas de custeio, cortar gastos inúteis, concentrar-se no investimentos - e não inventar mais moda - , concentrar-se no PAC - o PAC está tão mal executado, tão pouco executado... Vejo por aí. Parabéns a V. Ex^a. Agradeço ao Senador Romeu Tuma agora e, antes, ao Senador Mão Santa, que foi tão generoso ao permitir que eu fizesse este aparte a V. Ex^a. Muito obrigado.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. V. Ex^a abordou a questão do Orçamento, e isso nos faz chegar àquela conclu-

são que já é conhecida. O Orçamento é uma peça de ficção, por isso o Governo não está preocupado com a elaboração do Orçamento. O Governo não precisa estabelecer uma relação entre causa e efeito da crise com a peça orçamentária, porque, para ele, o Orçamento é uma peça de enfeite das prateleiras da Administração Federal, para deleite dos especialistas, para exibição aos estudiosos. Que levem para as universidades, debatam o Orçamento, porque o Governo não o aplica. O Governo o tem apenas como cumprimento de um preceito constitucional,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) –...mas a Administração Federal, em nenhum momento, tem o cuidado de executar o Orçamento na sua plenitude. Pelo contrário. A execução orçamentária, no atual Governo, é lastimável. É evidente que, em outros Governos, também a execução orçamentária não foi perfeita. Mas, neste Governo, é demais. O Governo aplica índices insignificantes em setores fundamentais; ao final do ano, inclusive, Ministros devolvem recursos ao Tesouro Nacional, porque não conseguiram gastá-los, e o Governo vai contingenciando recursos para a obtenção dos chamados superávits primários. Nós temos um Orçamento que é peça de ficção, que gera falsa expectativa quando elaborado e depois frustra aqueles que imaginavam ser o Orçamento para valer.

Sr. Presidente Romeu Tuma, agradeço o excesso de tempo que me permitiu fazer essa abordagem, sobretudo em respeito ao que colocou o Senador Arthur Virgílio no aparte a ele concedido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O Sr. Presidente (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado e cumprimento V. Ex^a, passando a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para encaminhar os pressupostos.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Presidente Senador Romeu Tuma, discutir os pressupostos dessa Medida Provisória nº 443 é chover no molhado, como se costuma dizer no ditado popular.

Não há qualquer situação fática que justifique a urgência da alteração legislativa ventilada por esta proposição, bem como o elemento de relevância que torne o uso de uma medida provisória um instrumento indispensável para a aplicação das políticas e programas deste Governo. A matéria deveria ter sido encaminhada por projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que, diante de uma necessidade superveniente que justifi-

casse a celeridade na tramitação, teria ainda o instrumento de solicitar a sua urgência constitucional.

É importante que a sociedade brasileira saiba, e aqui nós queremos salientar, como tem-se manifestado o Supremo Tribunal Federal diante da falta de urgência e relevância das medidas provisórias.

A crescente apropriação institucional do poder de legislar, por parte dos sucessivos Presidentes da República, tem despertado graves preocupações de ordem jurídica, em razão do fato de a utilização excessiva das medidas provisórias causar profundas distorções que se projetam no plano das relações políticas entre os Poderes Executivo e Legislativo. Nada pode justificar a utilização abusiva de Medidas Provisórias, sob pena de o Executivo, quando ausentes razões constitucionais de urgência, necessidade e relevância material, investir-se, ilegitimamente, na mais relevante função institucional que pertence ao Congresso Nacional, vindo a converter-se, no âmbito da comunidade estatal, em instância hegemônica de poder, afetando, desse modo, com grave prejuízo para o regime das liberdades públicas e sérios reflexos sobre o sistema de *checks and balances*, a relação de equilíbrio que necessariamente deve existir entre os Poderes da República. (Do Relator, Ministro Celso de Mello.)

O que justifica a edição dessa espécie normativa, com força de lei, em nosso direito constitucional, é a existência de um estado de necessidade, que impõe ao Poder Público a adoção imediata de providências, de caráter legislativo, inalcançáveis segundo as regras ordinárias de legiferação, em face do próprio *periculum in mora* que, fatalmente, decorreria do atraso na concretização da prestação legislativa.

É inquestionável que as medidas provisórias traduzem, no plano da organização do Estado e na esfera das relações institucionais entre os Poderes Executivo e Legislativo, um instrumento de uso excepcional. A emanação desses atos, pelo Presidente da República, configura momentânea derrogação ao princípio constitucional da separação dos poderes. (ADI 221-MC, Relator: Ministro Moreira Alves, voto do Ministro Celso de Mello.)

Então, Senador Cícero Lucena, nós, por diversas vezes, subimos a esta tribuna para discutir os pressupostos da urgência e da relevância das medidas provisórias encaminhadas ao Congresso Nacional. O nosso eminente Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que, com a sua competência, encaminha as votações na CCJ, aguarda, sem sombra de dúvida, que seja aprovado o Projeto de Lei, acho que do saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães, que tramita no Congresso, que dá um novo rito à tramitação das medidas provisórias, para que elas

tenham a sua constitucionalidade e o seu pressuposto de urgência e relevância atestados ou aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa Legislativa onde a medida provisória der entrada.

Se for na Câmara, que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara verifique primeiro a constitucionalidade da medida provisória; se for no Senado, que seja a Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Lamentavelmente, nós não conseguimos que a Câmara Federal se pronuncie sobre a mudança do rito e que se regularmente de uma vez por todas as edições dessas medidas provisórias esteja no poder o Partido que estiver. Eu não me refiro aqui, Senador Romeu Tuma, ao Governo do Presidente Lula, que bate todos os recordes dos governos anteriores. Quero que o próximo governo também tenha regulada a questão da edição das medidas provisórias. Eu próprio fiz um projeto, que encaminhei à apreciação das Comissões, para que o Executivo responda por crime de responsabilidade caso a medida provisória seja rejeitada, porque é muito fácil criar um crédito que vá contra a Constituição, que não permite medida provisória – o que não é o caso aqui – para crédito orçamentário, para abertura de crédito suplementar.

Ora, é muito fácil editar uma medida provisória de crédito suplementar, que entra em vigor na data da edição, gastar-se o dinheiro e, depois, se a Câmara e o Senado rejeitarem essa medida provisória, não haver o que fazer, porque o dinheiro que foi nela disposto, somas vultosas, que chegam a bilhões de reais, já teria sido gasto. E ninguém responde pelo fato de a medida provisória não ter sido aprovada no Congresso e ter perdido a sua validade.

Então, Senador Alvaro Dias, eram essas as observações que eu gostaria de fazer na discussão dos pressupostos de urgência e relevância da Medida Provisória nº 443. Farei outras quando estivermos discutindo o mérito.

Estou, Presidente Alvaro Dias, desde terça-feira, tentando fazer um pronunciamento da maior importância para o meu Estado do Pará. O Estado do Pará vive um desgoverno há dois anos. Uma onda de violência leva as famílias paraenses de todos os municípios, em especial da capital, a viverem um clima total de insegurança por não terem certeza de se voltarão ilesos para suas casas ao saírem às ruas.

Tenho aqui, só para mostrar, Senador Alvaro Dias, que preside a sessão, quatro jornais do período de uma semana em Belém, no Estado do Pará.

O jornal **Diário do Pará**, do dia 6 de dezembro, diz o seguinte: “*Terror no Paes de Carvalho*”. Não é página policial, não; é manchete de capa do jornal *Diário do*

Pará. No dia 13 de dezembro: “*Morte de médico choca Belém*”, Jornal **O Liberal**. Não é página policial; é manchete de abertura de primeira capa. No dia 14 de dezembro, novamente *Diário do Pará*, manchete de capa: “*Belém é refém da violência*”. No dia seguinte, dia 15 de dezembro, segunda-feira: “*Destruição em Igarapé-Miri*”. Foi queimado o fórum, a estrada foi interdita, porque houve o assassinato de um comerciante. Está no jornal *O Liberal*. Isso em uma semana, Sr. Presidente.

Estou aqui e pediria a V. Ex^a a compreensão para que eu pudesse levar aos paraenses que aguardam uma posição dos seus representantes no Congresso Nacional com relação a esse clima de violência para o qual o Governo faz, eu diria, entre aspas, cara de paisagem, como se nada estivesse existindo, como se o Pará estivesse sem problema algum de violência.

Eu quero dizer ao povo do Pará: basta! Basta, Presidente Alvaro Dias. Essa palavra curta representa o atual sentimento de todo paraense. Basta de violência.

Há meses, aqui mesmo, nesta tribuna, tenho pedido, junto com os outros Senadores da Bancada – Mário Couto e José Nery –, que seja feito algo em relação ao crescimento vertiginoso da violência no Estado do Pará. Pedimos, cobramos, exigimos, denunciemos vários casos. Oferecemos ajuda, nossa força política de Senadores do Pará, já que o fato de a Governadora ser do mesmo Partido do Presidente não tem feito muita diferença na hora de transferir recursos. Mas, Senador Antonio Carlos Junior, nada foi feito.

Mais uma vez, na semana passada, na sexta-feira, a sociedade paraense ficou em estado de choque, consternada pelo assassinato do conceituado médico cardiologista Salvador Nahmias em zona central de Belém do Pará, a capital.

Aos 56 anos, o cardiologista Salvador Nahmias, conhecido por sua bondade, dedicação aos pacientes e competência profissional, após sair de uma agência bancária, foi assassinado por dois bandidos que dispararam contra o homem que tinha como missão salvar vidas. Deixou um casal de filhos, Rafael e Débora, além da viúva Vera e a cidade de Belém consternados.

Na mesma semana, Senador Mercadante, dez assaltantes mataram friamente, com requinte de crueldade, o gerente da agência do Banco do Brasil no Município de Itupiranga.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a situação é crítica no Pará. Todos os dias as mortes são cruéis. O atentado à vida é corrente. A falta de respeito é enorme. A inoperância e ausência do Estado é uma triste realidade.

Ora, se um médico, no centro da cidade, é morto com um tiro, imagine o morador da periferia. Se não há policiamento na cidade e a bandidagem age solta no centro da capital do Pará, o que acontece no interior do Estado? A completa falta de segurança, a completa ausência do Estado. O desgoverno está há dois anos, instalado no Estado do Pará.

Uma semana antes do assassinato de Salvador Nahmias, um outro caso chamou a atenção do Pará e do Brasil. No sábado, dia 6 de dezembro de 2008, o terror tomou conta do tradicional Colégio Estadual Paes de Carvalho. Por volta das 21 horas, um grupo formado por cerca de vinte alunos, portando paus e pedras, tentou invadir o prédio da Escola Paes de Carvalho, que mantinha a rotina de aulas.

Durante a seqüência de selvageria, um estudante do Paes de Carvalho, que, inclusive, integra a banda marcial da escola, foi atacado e recebeu várias facadas pelas costas. O jovem foi levado às pressas para um hospital da cidade e conseguiu sobreviver.

Diz o seguinte a matéria do jornal *Diário do Pará*, publicada no dia seguinte, relatando o ocorrido: “*Marcas de sangue nas paredes de entrada do prédio e no banheiro da escola ficaram também como saldo da violência, além de dezenas de cadeiras quebradas*”.

O Paes de Carvalho foi uma das instituições de ensino mais respeitadas e tradicionais do Pará.

Muitas famílias, no passado, faziam o que podiam para colocar seus filhos naquela escola. Era a garantia de uma educação de qualidade e até mesmo *status* para os pais dizerem que os filhos estudavam no Paes de Carvalho.

Porém, a falta de segurança, de disciplina e cuidado com uma instituição tão importante deixou a violência, que é a marca do Governo atual do PT, tomar conta do colégio. E os alunos, infelizmente, acabam sendo envolvidos nesse mundo de violência.

Segundo levantamento da própria Polícia Civil, divulgado na imprensa, só este ano já houve mais de 150 ocorrências de violência registradas nas escolas públicas de Belém. O crime atingiu a área da educação.

Na semana seguinte ao ocorrido no Paes de Carvalho, o Governo Ana Júlia soltou a informação de que agora, só agora, os colégios estaduais receberão reforço na segurança. Que Governo é esse que só se manifesta movido a tragédias? Que deixa o Estado do Pará refém da violência?

Aconteceu isso, Senador Alvaro Dias, no caso de Abaetetuba, em que uma adolescente foi presa com vinte homens e o Conselho Tutelar avisou. Mas, o Governo só fez algo depois que a imprensa nacional divulgou.

No caso da morte de bebês da Santa Casa, o Sindicato dos Médicos informou a Secretaria de Saúde e o Governo do Estado meses antes da tragédia da morte de bebês. E o Governo só anunciou investimento no hospital depois das mortes em séries de inúmeras crianças. Agora temos a morte de uma estudante na sala de aula em junho e confronto entre grupos de estudantes em setembro e nada foi feito.

A sociedade civil paraense está cansada de tanta notícia negativa, de tanta violência, seja nas escolas, nas ruas, seja onde for.

No próximo domingo, os integrantes do Movimento Pela Vida, criado após a morte do Dr. Salvador Nahmias, farão uma caminhada pela paz em Belém, com saída em frente ao Theatro da Paz, que percorrerá as principais avenidas da capital.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Flexa, por favor...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E, com todo esse movimento dos cidadãos paraenses, o Estado continua sem entender ou não quer enxergar a realidade.

O *slogan* do Governo da Governadora petista Ana Júlia Carepa é: “Pará: terra de direitos”.

Bem a propósito, o médico César Neves, presidente da Unimed Pará, discursou na festa de confraternização natalina dos médicos cooperados e destacou:

“Diz-se que o Pará é uma terra de direitos.

Temos o direito de ficar em casa escondidos dos bandidos; temos o direito de estar cercados de grades, cadeados, sistemas de vigilância, seguranças e carros blindados”. Ele acusou lembrando que, somente nos últimos anos, três médicos foram assassinados em Belém.

César Neves lembrou que nós, que pagamos impostos, poderemos ser a próxima vítima de um assassinato e perguntou em alto e bom som: “Que terra de direitos é essa?”

Esse, infelizmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o retrato fiel do que ocorre atualmente no Pará e em sua belíssima capital, Belém, onde se mata mais do que na conflagrada Bagdá, no Iraque.

Eu deixarei, Sr. Presidente, atendendo a solicitação de V. Ex^a, para voltar a tratar do assunto na sessão de amanhã, para complementar o discurso sobre a questão da violência no Pará.

Este discurso tem o objetivo tão somente de fazer um apelo à Governadora para que ela tome as pro-

vidências, pois o povo do Pará acreditou quando ela disse, em campanha, que o Governo Federal – tendo o próprio Presidente Lula nos palanques – encaminharia recursos para que a violência no Pará fosse extirpada. Mas, lamentavelmente, o que houve foi um crescimento exponencial que não permite hoje aos paraenses ter a possibilidade, garantida pela Constituição, de ir e vir.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra, para encaminhar a votação, o Senador Aloizio Mercadante. O horário regimental é de cinco minutos, mas, como há precedentes...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós estamos discutindo uma medida provisória que é mais um instrumento de enfrentamento dessa grave crise financeira e econômica internacional.

A primeira fase dessa crise começa em fevereiro de 2007, quando o HSBC, internacionalmente, apresenta um prejuízo de US\$10 bilhões no mercado imobiliário, a chamada crise das hipotecas imobiliárias, que se arrasta de fevereiro de 2007 até setembro de 2008. Por ela o Brasil não foi atingido. Nós não tínhamos nenhuma vinculação com aquela especulação imobiliária, não tínhamos títulos *subprime*; não tínhamos nenhum vínculo do nosso sistema financeiro com a economia internacional no que se referia àquela crise do sistema financeiro imobiliário.

Mas em fevereiro e, depois, até setembro, em 15 de setembro, quando o Banco Lehman Brothers quebra, uma moratória de mais de US\$600 bilhões, a crise se transforma em uma crise financeira global. O Brasil é atingido e toda a economia internacional é atingida. E, dessa crise financeira global, que atingiu todos os mercados, só em Bolsa de Valores, em nível global, nós já tivemos uma perda patrimonial de 32 trilhões de dólares; mercados derivativos, que representam mais de 800% o PIB da economia mundial, desmoronaram nesse processo de crise de confiança e de aversão ao risco.

Estamos assistindo a uma crise financeira que só tem proporções na crise de 1929. Naquele ano, as respostas à grave crise do mercado financeiro foram totalmente equivocadas. Primeiro, o protecionismo da economia americana, que, naquela ocasião, quadruplicou

cou as barreiras protecionistas para 3,2 mil produtos. Isso levou a que outros países fizessem o mesmo. O protecionismo fez com que o comércio se retraísse a um terço do que era em 1929. O PIB americano só vai voltar a ter a produção de 1929 em 1938, nove anos depois. Durante toda a década dos anos 30, o desemprego, nos Estados Unidos, foi superior a 20% da força de trabalho. Na Alemanha, chegou a 30% da força de trabalho.

Lembro também que, naquela crise, os equívocos não foram só o protecionismo, mas a ausência de uma política coordenada de enfrentamento da crise, que levou a que 11 mil bancos quebrassem e que a recessão e a depressão econômica se alastrassem por uma década.

Os desdobramentos políticos foram seriíssimos. Hitler e o Nazismo, que não eram nada antes de 1929, em 1932 tinham 18% dos votos da Alemanha. Em 1934, teve 88% dos votos. A mesma coisa aconteceria com Mussolini, que tinha sido recém-eleito na Itália. O nacionalismo, a corrida belicista que vai desencadear a Segunda Guerra Mundial tem o seu momento mais trágico: os desdobramentos da crise de 1929.

Nós estamos vivendo um momento da história, uma crise que tem essa profundidade. Mas, felizmente, o aprendizado de 1929, as lições de Keynes, a evolução da política econômica e, sobretudo, a experiência da Segunda Guerra Mundial, com a criação da ONU, Bretton Woods, Banco Mundial, FMI, Cepal e tantos novos instrumentos, especialmente a União Européia, que é um grande êxito diplomático de coordenação internacional, permitiram que o mundo pudesse encontrar novas respostas para esta crise. Mais coordenação, mais parceria, mais integração econômica, porque não haverá resposta a esta crise a partir de um único país. Ela vai exigir uma coordenação de políticas e o fim do fundamentalismo financeiro, com mercado desregulado, sem prudência, sem controle, sem transparência, que levam até mesmo a situações como a dessa parede financeira; uma pirâmide de cinquenta bilhões de dólares que está destruindo emprego, produção, gerando pobreza, desemprego e miséria ao longo do planeta.

Nós precisamos de uma nova ordem econômica, financeira e internacional; de uma nova atitude. E essa atitude passa pela relação entre Estado e mercado. Felizmente, o nosso País tem, sim, barreiras que permitem amenizar o impacto dessa crise; linhas de defesa sólida que amenizaram e muito o impacto dessa crise. Porque hoje a economia americana tem o maior desemprego dos últimos 14 anos, e nós temos a melhor taxa de desemprego desde que foi feita a mudança de metodologia do IBGE: 7,4% de desemprego. Mas,

com a metodologia anterior a 2002, o desemprego no Brasil não seria superior a 4,5%.

Nós vínhamos de um crescimento de 6,8% do PIB. A indústria crescendo. Geramos mais de dois milhões de empregos nos últimos doze meses. Temos mais de US\$200 bilhões em caixa de reservas cambiais e, ainda, uma linha direta de financiamento com o Banco Central americano de US\$30 bilhões. As reservas cambiais, a redução da dívida pública, que hoje é de 36,6% do PIB. E tivemos um ganho fiscal na crise, porque não tínhamos dívida indexada ao dólar, porque o Estado brasileiro era credor em dólar das reservas cambiais. Isso melhorou a situação das finanças públicas. Nós temos a inflação dentro da meta e sob controle, como poucos países conseguiram manter ao longo de 2008. Todas essas condições dão alguma margem de manobra à política econômica brasileira. Mas é pequena a margem de manobra diante da gravidade da crise internacional.

Felizmente, o nosso sistema financeiro não foi impactado por essa crise. Tivemos a fusão do Itaú com o Unibanco. Foi criado o maior banco do Hemisfério Sul, sem nenhum real de dinheiro público, uma opção de mercado, feita no mercado, diferentemente de 17 bancos americanos, que estão recebendo US\$4,5 trilhões de socorro financeiro. Só para o Citibank são US\$340 bilhões de socorro...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – São US\$300 bilhões utilizados para a compra de ativos podres. Dezessete bancos sofreram intervenções e mecanismos de recursos públicos para a compra de ativos podres, para aquisição de ações, estatização de instituições financeiras, que também se alastram para a Europa e para o Japão. Essa é a diferença entre a economia brasileira e a economia americana, que vive uma severa recessão; economia dos Estados Unidos, da Europa, do Japão e as principais economias desenvolvidas do mundo.

Mas nós não podemos subestimar a crise. A desaceleração já impacta a economia brasileira. Alguns setores já tiveram uma queda importante no nível de produção. A arrecadação fiscal do Estado caiu de forma significativa nos últimos 30 dias. Isso significa que nós precisamos olhar para essa crise com grandeza, com espírito suprapartidário, pensando em instrumentos eficazes de enfrentamento da crise.

Felizmente...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Felizmente, 37% do sistema financeiro é público no Brasil: BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil.

Fico feliz que nós tenhamos chegado a um acordo com essa medida provisória, porque ela é necessária. É preciso que a Caixa Econômica Federal tenha instrumentos eficientes para enfrentar a crise.

Acho que, de fato, ela não poderia ter participação acionária em empresa de construção civil, porque ela é uma instituição que regula o setor e financia o setor. Portanto, a solução encontrada – de que ela só vai poder participar com 40% dos recursos, em sociedades de propósitos específicos e em projetos específicos – é um bom caminho. É um bom caminho fixar o prazo de um ano renovável por mais um ano. É um bom caminho dizer que não há exclusividade nas obras do PAC.

Mas o melhor desse entendimento é que nós podemos aprovar as coisas com agilidade e podemos aprovar essa medida provisória, porque outros instrumentos serão necessários a essa crise,...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– ...e eles precisam ser debatidos e votados ainda hoje, neste final de legislatura, porque o Estado brasileiro enfrenta uma crise de grandes proporções – como eu disse, a maior crise desde 1929. Felizmente, o País hoje, do ponto de vista das contas externas, das contas públicas, do nível de atividade, da situação do mercado de trabalho, do controle da inflação, encontra-se em situação muito melhor do que esteve nas crises anteriores. Mas essa crise não pode ser subestimada. Ela terá um impacto severo no Brasil, como está tendo em todas as economias internacionais, e nós teremos uma forte desaceleração da economia, que será tanto menor quanto mais ágeis forem as nossas respostas: a desoneração de tributos de R\$8,4 bilhões que o Governo fez, reduzindo IOF, Imposto de Renda, desonerando a compra de automóveis, o IPI de veículos; o crédito direcionado para a indústria automotiva, para a construção civil e para a agricultura; o aumento de recursos para a agricultura; o fortalecimento do BNDES, que está com mais de R\$90 bilhões, suportando a pressão das empresas que não têm mais linha de financiamento internacional e nem mercado de capitais.

Tudo isso é muito importante para amenizar a crise, e precisamos olhar adiante, principalmente – concluo, Sr. Presidente – porque precisamos de um grande pacto neste País para defender o emprego; um pacto em que o Governo, as empresas e os trabalhadores terão que ceder para priorizar o nível de atividades e o emprego, sobretudo os trabalhadores, porque são os que têm menos a ceder, mas são os que têm mais a perder.

Precisamos de um entendimento rápido e, eu diria, suprapartidário, inovador na relação do Estado com a economia, dos agentes econômicos e das forças partidárias para amenizar a gravidade da crise e permitir que o Brasil saia antes de outros países na retomada do crescimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a MP n^o 443, em sua origem, no projeto original enviado pelo Governo, incorre em situações que, sob a justificativa de evitar risco sistêmico no sistema financeiro, permite que bancos governamentais, como a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, adquiram instituições financeiras.

Ora, se existe risco sistêmico, o que não é comprovado, mas se existe o risco sistêmico, esse risco deveria ser assumido, como em vários países do mundo, pelo Tesouro Nacional. Por quê? Porque seria uma aquisição temporária, que, depois, no momento em que a crise passasse, essa operação seria revertida e esses ativos seriam vendidos ao mercado. Então, na verdade, não se trata de socorrer o risco sistêmico e, sim, uma tentativa de estatização. Esse é o primeiro equívoco da medida provisória.

Nos pressupostos de relevância e urgência, eu não vejo problemas maiores, mas, no mérito, já vou adiantando alguns pontos que são, realmente, polêmicos e até difíceis de se aceitar. Ou seja, uma medida provisória para fazer crescer Caixa Econômica e Banco do Brasil somente para competir com os bancos privados.

Na verdade, não é uma medida para atenuar problemas sistêmicos do sistema financeiro.

Outro ponto que a medida original traz é a possibilidade de a Caixa Econômica Federal constituir um banco de investimento – o Banco do Brasil já tem um banco de investimento. Até aí não haveria problema, mas esse banco de investimento poderia constituir subsidiárias, inclusive a famosa Caixa-Par, que possibilitaria à Caixa adquirir participações de empresas do mercado imobiliário, o que, na verdade, é um total absurdo. A Caixa é financiadora do mercado imobiliário. Por que ela iria ser sócia? Se o problema é de liquidez, porque essas empresas se estocaram em terrenos e tiveram um problema de liquidez, não é de solvência. Portanto, elas precisaram de capital de giro

e não de capital de risco, como seria a medida provisória colocada.

Depois de muita grita da Oposição, o Senador Valter Pereira contornou essa questão, só permitindo que a Caixa participasse de projetos isolados, ou seja, uma sociedade de propósitos específicos que teria um projeto imobiliário em que a Caixa-Par teria uma parceria minoritária.

Nós também discutimos o limite de participação, porque achamos também que 49% seriam demais. Estamos discutindo esse assunto para tentar fazer algum tipo de acordo com o Relator.

Outra questão importante é a cláusula de vigência.

Não é possível se dar prazo indeterminado, como vi originalmente. Depois, ela passou a ter o prazo de 30/06/2011, prazo que também achamos excessivo, o qual estamos tentando negociar porque estamos realmente receosos de um programa de estatização bancária.

Outro ponto inaceitável da medida provisória é a introdução, na Câmara dos Deputados, de uma emenda que autoriza a União a conceder crédito ao Bndes, no valor de R\$3 bilhões, em condições financeiras e contratuais a serem definidas, com a abertura de linhas de crédito de capital de giro para empresas contratadas pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para a execução de obras de infra-estrutura do PAC. É o famoso financiamento das empreiteiras.

Não sei por que é necessária a regulamentação dessa linha de financiamento porque, se a empreiteira recebe em dia do Governo, não há por que ela ter capital de giro especial. Não vejo por quê. Esse ponto é absolutamente inaceitável.

Então, a medida provisória, em seus pressupostos de urgência e relevância, é aceitável, porém, no mérito, nós vamos nos posicionar no sentido de discutir principalmente esses três pontos, porque não é possível que, aqui, concedamos um cheque em branco tanto para o Banco do Brasil e a Caixa Econômica quanto para o BNDES, a fim de financiar empreiteiras de uma forma absolutamente sem transparência e sem os devidos cuidados em relação à estatização bancária.

Portanto, aguardaremos a conclusão das negociações e esperamos que haja sensibilidade por parte do Governo. O Relator tem total sensibilidade e o próprio Senador Romero Jucá, Líder do Governo, também está disposto ao acordo. Mas, de qualquer maneira, aguardaremos a conclusão do acordo e as emendas necessárias para alterar o projeto, para que possamos, aí sim, aprovar esse projeto.

Mas ainda há um ponto que não está no acordo e que será passível de questionamento por nós, que é exatamente a questão da aquisição dos bancos por parte do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. A posição do Democratas é que essas aquisições deveriam ser feitas pelo Tesouro, para, depois, serem reprivatizadas quando a crise passasse.

Portanto, voltaremos a discutir quando da oportunidade do mérito, para complementar informações que possam subsidiar as Sr^{as} e os Srs. Senadores na votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador José Agripino, para encaminhar a votação, discutindo os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise que o Brasil enfrenta nos recomenda cautela, determinação e colaboração. Cautela, determinação, mas também colaboração. E é com esse ânimo que o meu partido se apresenta na votação da Medida Provisória nº 443, como se apresentou para a votação da Medida Provisória nº 442.

Colaboração significa ajuda. Agora, ajudar não significa abrir mão da obrigação de zelar pelo patrimônio público e pelo interesse público, e é com esse espírito que faremos o encaminhamento, primeiro, de tudo, Senador Tião Viana, garantindo o nosso apoio à urgência, à relevância e à constitucionalidade das medidas propostas. Há uma crise, como em Santa Catarina há inundação. Impõem-se providências? Sim. Vamos, então, adotá-las com urgência.

O Governo adotou alguns remédios já para, na sua visão, encontrar os caminhos de saída ou convivência com a crise. Veja V. Ex^a: lembro-me demais da madrugada. Creio que foi 17 de dezembro – suponho – de 2007, há exatamente um ano, quando derrubamos a CPMF, fazendo a vontade do povo brasileiro e dando um alento à economia. Chamaram-nos de irresponsáveis, a nós, da Oposição, a nós que votamos pelo fim da CPMF, porque nós estaríamos comprometendo as finanças públicas e até o bom desempenho de alguns segmentos do serviço público, porque nós cortamos um imposto inconveniente, desconfortável para as pessoas, ineficaz do ponto de vista do favorecimento do crescimento econômico, que tinha prazo para terminar, dado pela Constituição. E, cumprindo a nossa obrigação de proteger o interesse da sociedade, nós votamos por sua derrubada e fomos chamados de irresponsáveis.

Senador Alvaro Dias, V. Ex^a sabe que há poucos dias um dos remédios adotados pelo Governo para conviver com a crise ou para combater a crise foi a desoneração tributária. Chamaram-nos de irresponsáveis a V. Ex^a e a mim, porque nós acabamos com a CPMF para dar um alento à economia, porque estava escrito na Constituição que o prazo de vigência era 31 de dezembro de 2007, porque o povo queria.

Agora o Governo, para conviver com a crise, promove uma desoneração tributária. Em boa hora? Sim. Acaba com o IPI para automóveis de até mil cilindradas, baixa as alíquotas de IPI, reduz o Imposto sobre Operações Financeiras e abre uma desoneração tributária da ordem de R\$9 bilhões. Nós fomos irresponsáveis porque votamos uma desoneração tributária para o País.

O remédio que o Governo agora encontra para a convivência com a crise é a desoneração tributária. Então, ele não é irresponsável.

Eu diria que não, caso ele fizesse aquilo que tem a obrigação de fazer. Desonerou? Diminuiu a receita em R\$9 bilhões. A economia está crescendo, tem uma perspectiva alvissareira de bater, como batia, recordes de arrecadação, o que nos levou a acabar com a CPMF, porque a gente sabia que iria ter um recorde atrás do outro, para sustentar a arrecadação tributária do País, as contas fiscais do País. O que é que o Governo fez, a par de abrir mão de nove bilhões em impostos, em matéria de diminuir despesa? Se quer conviver com a crise, se quer combater a crise tem de aplicar o remédio e aplicar o remédio da convivência com ele. O remédio foi baixar a carga tributária para promover vendas, facilitar vendas, para animar a economia. Mas isso provoca uma perda de receita e o Governo não tem como arcar com despesas, com a perda de receita, e não cortou despesa nenhuma.

Eu não vi um único decreto. Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a que gosta de aprender, eu não vi um único decreto do Governo. Um, meio decreto, uma página de papel. Eu não vi um decreto do Governo que dissesse: a partir de hoje estão contingenciadas as diárias, as passagens aéreas, as despesas com supérfluo, os gastos correntes. Nada.

Então, reduz a receita e não faz a correspondente redução da despesa.

Onde é que está a responsabilidade deste Governo? Mesmo assim, nós estamos aqui para dizer que vamos colaborar, sim, com a saída para a crise, porque o Governo é do Brasil, mas o Brasil é de todos nós. O Governo é do Brasil, mas o Brasil é de todos nós, dos seus filhos, dos meus netos, de todos nós que temos de contribuir.

Eu voto a favor da urgência e relevância. Mas, no mérito, por dever de responsabilidade, querendo ajudar mas zelando pelo interesse coletivo, eu não posso concordar com que se faça aqui diferentemente do que se fez nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Alemanha ou no Japão. Aqui, para se socorrer instituições financeiras em dificuldades, está-se abrindo, por esta MP, a perspectiva de que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, instituições sãs, corram o risco de mazelar. Porque se está abrindo para elas a perspectiva de pegar o lixo, o que os bancos privados entre si não resolveram, não se entenderam, um não comprou o ativo do outro. Pelas leis de mercado, aqui se está entregando ao Banco do Brasil o direito de comprar o lixo.

É claro que o Tesouro Nacional ou o Governo do Brasil vai, na hora em que a quebradeira se apresentar, mandar que alguém compre, para evitar o efeito Lehman Brothers, um ativo que pode prejudicar o efeito cascata. E então vai mandar que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica comprem.

Por que é que não se faz como os Estados Unidos fizeram? Quem compra não é o *Bank of America*, quem compra não é o *Bank of England*. Quem compra é o Tesouro Americano ou Tesouro Alemão ou o Tesouro Inglês.

Como foi feito quando ocorreu a maxidesvalorização, a agricultura brasileira quebrou, e entendo quebrado em função da maxi: quem socorreu não foi perdão de dívida de BNB, de Basa, de Banco do Brasil; quem socorreu foi o Tesouro com o Pesa, com a securitização. Se fez isso no passado, por que não pode fazer agora na crise, para adotar um modelo mais seguro que, inclusive, as economias mais modernas do mundo estão fazendo, como os Estados Unidos, a Inglaterra, o Japão, Alemanha?

Voto contra.

Tenho emenda no sentido de que não se mazelem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, quase que determinando a eles que comprem créditos podres ou ativos podres de instituições financeiras.

Eu não poderia concordar com o dispositivo que determina ou que abre a perspectiva para que a Caixa Econômica compre ativos ou participe acionariamente de empresas e só de empresas que trabalham para o PAC. Por que só para o PAC? Por que a participação da Caixa Econômica em empresas que trabalham para ela? É ela participando daquilo que recebe dinheiro dela? Não tem cabimento, não tem sentido, não tem lógica. Nosso voto é contra, para proteger o interesse nacional e o interesse do cidadão brasileiro.

E último, não conheço país capitalista que conviva com sistema financeiro estatizado. O sistema financeiro tem de ser da livre iniciativa, tem de ser da

livre concorrência. Na medida em que a MP nº 443, como está, seja aprovada, está-se autorizando o Banco do Brasil e a Caixa Econômica a comprarem ativos de quem quer que seja o resto da vida. Está aberta a porta para a estatização do setor financeiro.

Ontem fizemos uma audiência pública com a presença de Maílson da Nóbrega, ex-Ministro da Fazenda; Gustavo Loyola, ex-Presidente do Banco Central; Dr. Henrique Meirelles, atual Presidente do Banco Central; e Dr. Armínio Fraga, ex-Presidente do Banco Central. Muito interessante, muito lúcida e ilustrativa.

E o Ministro Maílson, respondendo a uma pergunta que lhe fiz, disse: “Eu até discordo da sua iniciativa de apresentar uma emenda que proíba o Banco do Brasil e a Caixa de comprarem ativos de instituições financeiras em dificuldades. Agora, não posso concordar com que o Banco do Brasil compre sem a determinação do prazo de vigência para a operação de compra e para a determinação da recompra pelo vendedor das ações compradas pelo Banco do Brasil”.

Ou seja, o Banco do Brasil, sim, pode comprar, mas, passado o período de saneamento, o Banco do Brasil se obriga a revender, eliminando a possibilidade de estatização.

Portanto, a nossa emenda é que esse processo de compra possa viabilizar-se durante um ano com recursos do Tesouro. Se, dentro de um ano, esta crise não acabar, o Brasil e o mundo se esfarelam. O prazo tem de ser de um ano, e essa é a nossa proposta.

Votamos a favor da urgência, relevância, da constitucionalidade, mas teremos emendas, a menos que o Relator ou o Líder do Governo apresente manifestação que consulte as nossas preocupações e as nossas sugestões.

Votaremos a favor, resguardadas as emendas e os destaques que vamos apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador José Agripino.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –

Pela ordem, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Solicito, Sr. Presidente, a minha inscrição para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Para encaminhamento dos pressupostos ou do mérito?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Já, no encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encaminhamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço antecipadamente a minha inscrição para discutir a matéria no mérito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande. Logo a seguir, falará o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 443 é a matéria que estamos debatendo com muita intensidade. É uma das primeiras medidas do Governo para fazer o enfrentamento da crise financeira, que já virou uma crise econômica.

A crise se aprofunda e tem tomado uma dimensão maior a cada dia. Mas é importante que a gente reconheça que é a maior crise que o capitalismo está vivendo; na história do capitalismo, é a maior crise. Segundo os especialistas, é maior do que a depressão de 1929.

O que há agora é uma ação mais articulada de diversos governos. Mas essa crise é profunda e nós não sabemos, não temos condições de calcular exatamente até aonde ela vai.

Considero que naturalmente essa crise esteja promovendo mudanças de comportamentos políticos, de visões políticas, porque até pouco tempo atrás, de fato, havia um preconceito e uma certa repulsa à intromissão do Estado, qualquer que seja ele, na economia.

O mercado podia resolver tudo. Essa era a visão de muitos empresários, economistas, cidadãos. E, hoje, estamos sabendo e estamos vendo que nós temos que ter um Estado forte, para que possa interferir e influenciar na economia de qualquer país.

A posição do Governo e do Presidente Lula, na minha avaliação, são adequadas. O Presidente Lula está, com seus pronunciamentos, tentando espantar a crise e não criar nenhum terrorismo, nenhum temor, até porque o Brasil, de fato, tem uma situação macroeconômica muito mais adequada que outros países para enfrentar a crise. Ao mesmo tempo em que o Presidente Lula se pronuncia com cautela, com otimismo, que é a função de um líder, de um presidente, o Governo tem atuado, tem tomado medidas importantes para o combate aos efeitos da crise, também compreendendo que a comporta da crise, para darmos mais volume ou menos volume a essa crise, não está aqui no Brasil.

A crise surgiu no mercado financeiro americano, e estamos apenas sofrendo os efeitos dessa crise. Então o Governo tomou medidas de proteção do sistema financeiro. A Medida Provisória nº 443 é uma demonstração clara de ação para que se possa dar segurança ao cliente que usa o sistema financeiro brasileiro.

Então o Governo tomou essa medida com relação ao sistema financeiro.

Não sei ainda, mas acho importante que busquemos saber; o Senado tem que saber se as medidas que o Governo tomou para liberar crédito – porque liberou mais compulsório, diminuiu o compulsório dos bancos –, se de fato os bancos usaram ou estão usando esses recursos para aplicação em setores produtivos da economia brasileira. É uma resposta que precisamos ter.

O Governo tomou medidas setoriais importantes, visando amenizar as dificuldades com as micro e pequenas empresas, com alguns setores específicos. Nesta última semana, o Governo tomou medida para incentivar a venda de veículos e para aumentar o consumo da classe média. Ou seja, diminuiu o IPI de carro popular, reduzir o IOF nas operações bancárias, estabeleceu mais duas alíquotas no Imposto de Renda. Então o Governo tem tomado medidas.

Existe uma observação que já foi feita aqui hoje, mas que eu quero reforçar, segundo a qual o ideal seria que o Governo tivesse tomado medidas para reduzir o PIS e o Cofins e não esses tributos que são partilhados e divididos com os Municípios e Estados brasileiros.

O Governo tem atuado alternando o câmbio, vendendo dólar para controlar o preço da moeda americana, da moeda estrangeira. Tem tido dificuldade, mas, se não estivesse atuando, o valor do dólar estaria descontrolado – o que hoje ainda não acontece.

(Interrupção do som.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Já termino, Sr. Presidente.

O Governo trabalha em diversos pontos que acho importante, mas quero ainda apelar para que possamos continuar trabalhando. O Governo tem duas áreas em que precisa atuar, e o Senado e o Congresso Nacional têm que acompanhar.

O Governo de fato precisa lançar um grande programa de habitação popular. Isso é importante para que ele possa manter o emprego, os investimentos neste setor no Brasil. E o Governo tem que estabelecer um programa de preservação do emprego. Nós estamos vendo grandes empresas tomando medidas de demissão. É fundamental que nós possamos debater formas de manutenção do emprego.

O Senado pode fazer isso, pode ajudar nesse debate, pode acompanhar essas medidas, mas nós não podemos abrir mão deste acompanhamento para que possamos evitar o desemprego.

(Interrupção do som.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Para concluir, Sr. Presidente, eu quero dizer que as alterações feitas no debate aqui com a Oposição têm o meu apoio – o Senador Romero Jucá debateu conosco –, porque são alterações que, na minha avaliação, ajudam a aperfeiçoar a Medida Provisória nº 443. Dá um prazo de dois anos, sendo que no primeiro ano se faz uma avaliação, um relatório para o Senado. É uma medida importante. Estabelece também que a Caixa Econômica Federal pode participar com até 40% de qualquer empreendimento. Também é importante, pois a Caixa não pode querer comprar – e nem era essa a intenção – empresas, adquirir, assumir, incorporar empresas. Então, são medidas importantes que me levam na direção de votarmos pela aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, próximo orador inscrito, que dispõe de cinco minutos para o encaminhamento de votação. (Pausa.)

Vamos alternar, então. Vamos permutar.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia. (Pausa.) V. Ex^a abre mão?

Com a palavra o Senador Mão Santa. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Vereadores, a frequência com que o Poder Executivo abusa da edição de medidas provisórias, baixando-as a torto e a direito, sem a menor consideração pelos requisitos constitucionais de relevância e urgência, fere a democracia, desprestigia e paralisa o Parlamento; solapa a estabilidade e a previsibilidade da ordem jurídica. “Nunca antes na história deste país...” tantas medidas provisórias foram editadas. Nisso o Presidente Lula está certo: elevou o abuso das medidas provisórias a um inédito patamar. Mais do que um abuso, o que estamos assistindo é uma afronta aos princípios que regem a própria ordem democrática. O Governo se vale da edição de medidas provisórias de créditos especiais com a intenção de substituir o Congresso Nacional em sua competência constitucional de legislar sobre o Orçamento da União.

Sabemos que todo governo precisa alterar, é verdade, no decorrer do ano, a lei orçamentária para fazer face às situações novas criadas pela própria dinâmica da economia. Para isto, a Constituição, sabiamente, prevê a possibilidade de o mesmo enviar ao Parlamento projetos de lei de crédito especial que são

apreciados pela Comissão Mista de Orçamento e votados diretamente pelo Congresso Nacional.

Não é isso o que o Governo faz. Ele edita medidas provisórias que entram em vigor imediatamente, e foge assim do dever constitucional de submeter à apreciação congressual novas despesas e projetos. Simplesmente decreta a abertura dos cofres públicos por meio de medidas provisórias. O pior, Sr. Presidente, é que isso é de pronto. Como ficaria o caso desses créditos abertos, gastos e eventualmente uma medida provisória rejeitada? Quem seria o responsável pelos danos ao Erário público, ao descumprimento da nossa Constituição?

Os números e dados existentes na própria Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, disponíveis para consultas pela Internet, comprovam o abuso desse expediente.

Vejamos, Sr. Presidente. De janeiro até o dia 4 de outubro de 2007, o Governo do Presidente Lula editou 16 medidas provisórias liberando créditos especiais, totalizando a inacreditável cifra de quase 36,5 bilhões de reais.

Apenas as três últimas medidas provisórias, as MPs nºs 381, 383 e 395, colocam à disposição do Governo cerca de 10 bilhões de reais. Ao passo, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, que a liberação de créditos especiais, que deve ser feita por meio de projetos de lei, chega apenas a 4,3 bilhões de reais no decorrer de 2007.

E veja que não estamos nos referindo ao teor das medidas provisórias. Apenas os valores totais já indicam a flagrante inconstitucionalidade desse expediente, do qual lança mão o Governo. A falta de reação do Congresso Nacional a esse ultraje continuado à Constituição e a subserviência do Legislativo aos comandos do Palácio do Planalto encorajaram o Governo a ultrapassar os limites de qualquer consideração em termos de constitucionalidade das medidas provisórias.

Esse abuso chega ao extremo de a medida provisória vir com um objetivo, ter alterado seu objetivo final por emendas que não têm nada a ver com a urgência; mesmo a urgência e relevância elementarmente atribuídas pelo Governo do Palácio do Planalto.

Daí as nossas preocupações, a nossa vigilância e atenção para que isso seja mudado. E só será mudado se esta Casa adotar a devida postura, a devida atitude de alterar esse procedimento, bem como adotar medidas a exemplo, mais recente, do que o Presidente Garibaldi adotou, de devolver uma medida provisória ao Governo, por não considerá-la relevante nem urgente.

Por isso, Sr. Presidente, é importante que esta Casa adote as suas responsabilidades e o seu com-

promisso de legislar principalmente a favor do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Anuncio com satisfação a presença, nas galerias do Senado Federal, dos alunos da 8ª série do Colégio Sepam, da cidade de Ponta Grossa, no Paraná. Essa cidade é a capital cívica do Paraná. Com muita honra, recebemos a visita dos alunos da 8ª série. O professor responsável é o Sr. Jacob Cavagnari, que está acompanhando os alunos do Colégio Sepam de Ponta Grossa.

Muito obrigado a todos pela visita. Sejam bem-vindos!

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, Senador Heráclito Fortes, que se encontra à esquerda do Senador Alvaro Dias, como de costume, a presente medida provisória não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, injuridicidade ou má técnica legislativa. As matérias tratadas neste diploma legal não se enquadram no rol das vedações impeditivas à edição de medidas provisórias, listadas nos incisos I a IV do art. 62 e no art. 246 da Constituição, nem se inserem entre aquelas cuja competência é exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer uma de suas Casas. Tampouco ferem qualquer princípio da Lei Maior.

Quanto à técnica legislativa, entendemos atendidos os requisitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Os pressupostos de urgência e relevância fazem-se presentes diante da importância e necessidade da implementação tempestiva das providências adotadas pela proposição.

A MP nº 443, de 2008, insere dispositivos voltados a incentivar a compra de carteiras de créditos de instituições bancárias de pequeno e médio porte por instituições financeiras públicas, com o fito de resguardar a eficiência e a eficácia da potencial reestruturação do setor bancário brasileiro, a expandir a liquidez no mercado interbancário e a ampliar a oferta de divisas. Tais medidas vêm sanar questões imediatas não somente no setor financeiro, que, em razão da crise e liquidez, encontra-se em situação potencialmente vulnerável, mas também no setor produtivo, que necessita ter resguardado as fontes de financiamento imprescindíveis à manutenção da saúde econômica e financeira das empresas.

Quais as medidas preconizadas? Autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias integrais ou controladas; a adquirirem, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, participação em instituições financeiras públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas de ramo secundário, previdenciária, de capitalização e demais ramos.

Para tanto, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica observarão que poderão ser contratadas empresas avaliadoras especializadas, mediante procedimento de consulta simplificada de preços; o valor desembolsado na operação percentual deverá ser retido para sanar eventuais passivos contingentes não identificados; as operações autorizadas ocorrerão na forma de incorporação societária, incorporação de ações, aquisição e alienação do controle acionário ou outra forma prevista na lei; autoriza a dispensa de procedimento licitatório quando se tratar de compra de participações acionárias de instituições financeiras públicas, como, por exemplo, foi o caso da Caixa Econômica Estadual de São Paulo; autoriza a criação da empresa Caixa Banco de Investimentos S.A.

Subsidiária integral da Caixa, a nova empresa deverá atuar preferencialmente no ramo da construção civil, seja mediante a oferta de linhas de crédito compatível com as necessidades do mercado imobiliário, seja mediante a participação acionária em outras empresas não financeiras que estejam às voltas com dificuldade de capitalização, via mercado de capitais.

Autoriza o Banco Central a realizar operação de *swap* de divisas com bancos centrais de outros países. Tal medida visa a facilitar a atuação preventiva do Banco Central no mercado de câmbio, diminuindo as pressões sobre as reservas internacionais. De fato, constitui alternativa de menor custo evitar gastos excessivos de reservas e intimida movimentos especulativos porque permite que o Banco Central resguarde-se de oscilações do real frente a outras moedas. Registre-se que recentemente foi autorizada, pelo Conselho Monetário, operação entre o FED e o Banco Central do Brasil, de US\$30 bilhões.

Na Câmara dos Deputados, o Relator João Paulo Cunha acatou, na íntegra ou de forma parcial, várias emendas que ou alteram a redação original de alguns dispositivos ou incluirão novos. Dentre essas alterações destacam-se: na contratação de empresa avaliadora, ficam vedadas aquelas cujos dirigentes possuem interesses nas empresas sujeitas a avaliação; veda a participação ou a aquisição do controle acionário, pelo Banco do Brasil e da Caixa, de instituições que comercializam planos de previdência, bem como a aquisição exclusiva de carteiras de plano de previdência privada;

limita a autorização concedida ao Banco do Brasil e à Caixa, no art. 2º, a 30 de junho de 2011 e admite a prorrogação por até 12 meses; a participação acionária ou a aquisição de controle acionário, quando se tratar de empresas do ramo da construção civil, somente poderão ser realizadas com empresas constituídas sob a forma de Sociedades de Propósito Específico – SPE para execução de empreendimentos imobiliários; a inserção de novos dispositivos com outros objetivos, que também são listados.

Enfim, o parecer do Deputado João Paulo Cunha melhorou a proposição e acatou proposições dos mais diversos Parlamentares.

Sr. Presidente, quero cumprir o horário, em homenagem ao Piauí, inclusive.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Suplicy tem sido exemplar ultimamente. Muito obrigado.

Pela ordem de inscrição tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

V. Exª tem cinco minutos para o encaminhamento dos pressupostos de relevância e urgência.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Brasil não é um País isolado na economia mundial.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Valadares, apenas para agradecer a presença dos estudantes do Paraná, que estão retirando-se, e desejar-lhes um bom retorno a Ponta Grossa, cidade do Prefeito Pedro Wosgrau. Muito obrigado pela visita e também ao professor responsável por esses alunos.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, estava dizendo que o Brasil não tem condições, nem tem a pretensão de se tornar um País com economia fechada, isolada, como se não pertencesse ao mundo globalizado.

O Brasil não pode fechar-se em si mesmo e achar que, diante da crise internacional, que é avassaladora, nada vai acontecer neste País.

É preciso que o Governo tenha preocupação com a expansão da nossa economia, senão, pelo menos, com a preservação do emprego, com a garantia de que as empresas continuarão funcionando, assegurando ao sistema econômico nacional a possibilidade do ingresso de setores financeiros do próprio Governo, para participarem de empreendimentos, visando a proteger o nosso País de distúrbios ou turbulências que comprometam o esforço desenvolvido pelas autoridades monetárias, pelas autoridades econômicas, nesses últimos anos, que tornaram o Brasil, sem dú-

vida alguma, um referencial de organização no seu sistema financeiro, de crescimento sustentável de sua economia, de quebra da ciranda financeira inflacionária, que antes existia.

Como já se disse aqui e repito, a inflação é o pior dos impostos, porque atinge as classes mais pobres da população. Então, o Governo apenas está prevenindo-se, porque antes prevenir do que tentar remediar mais tarde, quando não há jeito.

O Brasil já sofreu abalos no seu sistema econômico, que, inclusive, foram capazes de deixá-lo quebrado. Isso aconteceu em várias oportunidades. Numa delas, o Presidente da República teve de decretar moratória; teve de dizer: “Não vou pagar aos organismos internacionais, porque o Brasil não tem condições”. Em outra oportunidade, em 1999, o Brasil praticamente quebrou. Mas ressurgiu das cinzas, e hoje podemos dizer que a sua situação é exemplar. Os fundamentos da nossa economia dão sustentabilidade ao Governo de enfrentar a crise de frente.

O que é que diz o Governo nesta medida provisória?

“A forte retração internacional do crédito observada nas últimas semanas levou o Governo Federal a adotar algumas medidas, para ampliar a oferta de divisas, expandir a liquidez no mercado interbancário e incentivar a compra de carteiras de crédito de instituições bancárias de pequeno e médio porte. Embora os reflexos da crise no Brasil sejam relativamente limitados em função da solidez macroeconômica do País e da solidez do Sistema Financeiro Nacional, a contração da liquidez pode estimular um movimento de consolidação financeira do País”.

Na realidade, esse movimento de compras de bancos está reservado, praticamente, unicamente, aos bancos que pertencem à iniciativa privada. O Governo quer dotar, então, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que são organismos institucionais do Poder Público, a participarem da concorrência no caso de consolidação financeira, isto é, não mais só os bancos particulares, também agora a Caixa Econômica e o Banco do Brasil podem concorrer no sentido de comprar esta ou aquela carteira de determinado banco e de participar da concorrência, que é salutar a um sistema econômico como o nosso, o sistema econômico capitalista, que está sob o perigo, como acontece no mundo inteiro, de ser invadido por essa crise de forma mais consistente.

Ora, por aí afora, Sr. Presidente, o que estamos vendo? Na Inglaterra, nos Estados Unidos, o próprio

Tesouro investindo na aquisição de ativos de bancos. Aqui o que se propõe, na realidade, é não o ingresso direto do Tesouro Nacional, mas de instituições públicas, como a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, no sentido de preservarem o sistema de concorrência e também de participarem de movimentos que visem à consolidação dos bancos e ao equilíbrio das nossas instituições financeiras e econômicas.

Por isso, Sr. Presidente, já encerrando – depois participaremos da discussão do mérito da proposição –, quero dizer que a Câmara dos Deputados aprovou essa medida provisória. Estamos, agora, discutindo-a. O Brasil não está de braços cruzados. O Governo não se omite; pelo contrário, toma a dianteira. Seria criticado se não tivesse tomado essas atitudes, que considero corretas, coerentes e solidárias com o povo brasileiro, que precisa de um Governo ágil, forte e solidário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

V. Ex^a tem cinco minutos para o seu pronunciamento.

Prorrogamos a sessão para até às 19 horas. Fica prorrogada, portanto, até às 19 horas.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a medida provisória que estamos votando tem relação com a crise econômico-financeira do mundo e do Brasil.

Lembro-me de que, alguns anos atrás, votamos aqui o Proer – um Proer que praticamente colocou R\$30 bilhões, na época, para socorrer bancos que estavam quebrando.

É claro que todos nós entendemos que o sistema financeiro tem que se manter funcionando, sólido, porque isso também representa um apoio ao desenvolvimento econômico do País, representa solidez às atividades econômicas e reflete, evidentemente, fora do País, um conceito bom para que o Brasil continue atraindo investimentos e para que o Brasil continue atraindo empréstimos para os Estados, para os municípios e para o próprio Governo Federal, na implementação de projetos e programas importantes para a sociedade.

O que nós estamos votando hoje é um pouco diferente, ou muito diferente, aliás, do Proer. O que estamos votando é autorização para que Banco do Brasil, Caixa Econômica, bancos públicos comprem ativos, ações de bancos que estejam em dificuldades financeiras.

Acho que é muito melhor isso do que simplesmente colocar o dinheiro nas mãos dos banqueiros,

que muitas vezes ficam, Senador Valadares – que me faz um sinal de positivo –, com seu patrimônio intacto. Aliás, fazem crescer o seu patrimônio pessoal, familiar, mas deixam o patrimônio do banco quebrar, para ter o socorro do Governo.

É muito melhor que as ações desses bancos passem a ser incorporadas pelos bancos públicos do que pegar o dinheiro do povo, o dinheiro público e enterrar de forma que esse dinheiro nunca mais volte aos bancos privados que estão em insolvência, quebrando, em dificuldades financeiras.

Se essa medida não é importante, aí eu não sei o que será importante neste momento para solidificar, consolidar o sistema financeiro nacional. E é bom para o Banco do Brasil também. O Banco do Brasil é um instrumento indispensável para alguns segmentos da economia brasileira, em especial a agricultura, a agroindústria, mas também ao setor da construção civil, a setores que geram muito emprego no Brasil.

Se nós estamos falando em atenuar os efeitos da crise, em diminuir os impactos dessa crise econômica, que está vindo forte e que vai chegar mais forte ainda no início de 2009... O próprio Presidente Lula, numa reunião que tivemos no Palácio, reconheceu isso. Ele disse claramente a nós, Líderes dos partidos que dão sustentação aqui ao Governo, o seguinte: “A minha grande preocupação é com o primeiro trimestre de 2009”. Porque aí, sim, quando o Presidente eleito dos Estados Unidos anunciar as medidas econômicas, os efeitos, a repercussão daquele anúncio será muito forte na economia brasileira. Para o bem ou para o mal; de forma positiva ou de forma negativa.

Claro que temos que esperar que seja de forma positiva, mas temos que ter a cautela também de nos prevenir, caso as medidas sejam na direção negativa. É preciso que a gente tenha um sistema financeiro sólido e que os bancos públicos possam emprestar, fazendo com que o crédito chegue ao setor produtivo.

Lembro-me da privatização de um banco do Estado, banco público do Paraná, que defendi, aqui desta tribuna, que fosse federalizado, que fosse adquirido pelo Banco do Brasil. Hoje, estamos numa luta para acabar com a multa que o Paraná paga em função de não pagar as parcelas devidas aos precatórios, títulos podres, ao Itaú. Se tivéssemos, naquele momento, procedido da forma como estamos procedendo hoje, ou seja, se tivéssemos permitido que o Banco do Brasil adquirisse as ações do Banco do Estado e este passasse a ser do Banco do Brasil, um banco público, com toda a certeza não estaríamos hoje, o Estado do Paraná, com uma dívida de quase R\$9 bilhões, que, pagando todos os meses, não diminui, só cresce.

O erro da privatização do Banco do Estado foi este: deveríamos ter feito aquilo que propus desta tribuna, ou seja, que os bancos públicos tivessem adquirido o Banco do Estado do Paraná. Hoje o Paraná não teria dívida, o Banco do Brasil estaria mais forte, com agências espalhadas em todo o Paraná, que teria um instrumento de desenvolvimento importante à sua disposição.

Por isso, esta medida provisória é oportuna, sim, e o PDT vai votar a favor. Mas vai votar a favor, pensando que é muito melhor que o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, os bancos públicos adquiram ações de bancos em dificuldades do que pegarmos dinheiro do Tesouro para enterrar nesses bancos e nunca mais a população saber o que foi feito desse dinheiro.

Por isso, o PDT vai apoiar a aprovação desta medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, do Piauí, por cinco minutos, com prorrogação de dois.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero registrar, com muita alegria, a presença do radialista piauiense Floriano Amarelinho, que se encontra entrevistando os seus correligionários, os seus conterrâneos. Traz muita alegria a este Senado a sua presença, porque se trata de um profissional sério e trabalhador.

Mas, Sr. Presidente, nós estamos vivendo aqui, hoje, a *via crucis* de todo ano: um Orçamento que a cada temporada mais desmoraliza o Congresso Nacional.

Dirijo-me aos Líderes para que, de uma vez por todas, se faça um esforço conjunto e coletivo no sentido da aprovação do Orçamento impositivo.

Senador Arthur Virgílio, não é justo que o Congresso brasileiro viva, ano a ano, esse vexame que nós estamos presenciando agora, onde matérias de importância como a Proposta de Emenda à Constituição nº 20 fiquem sendo usadas como barganha, como matéria de troca por parte da Base do Governo; de setores – quero ser bem justo –, por parte de setores da Base do Governo.

É preciso que o tratamento que se tem dado aqui aos vereadores brasileiros seja assumido pelos seus responsáveis. É bom lembrar que o homem público tem a sua vida iniciada no município. Ninguém vive no Estado, ninguém vive na Nação; é no município que se vive, e é exatamente no município onde se começa. Uns se iniciam como vereadores; outros, não. Mas ninguém chega aqui sem o apoio e sem a base sólida dos vereadores do Brasil.

É inaceitável, portanto, esse jogo de empurra. É preciso que haja clareza. Se não querem votar, assumam a responsabilidade, porque essa presença aqui, embora para nós seja prazerosa, para eles é altamente onerosa – deixam as suas bases, as suas famílias e, acima de tudo, o seu trabalho.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Camata, com o maior prazer.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Concordando em gênero, número e grau com V. Ex^a, eu queria informar a V. Ex^a e ao Plenário que a Bancada do PMDB encerrou agora a sua reunião, e, por unanimidade, o Presidente Garibaldi foi indicado como candidato do PMDB à Presidência do Senado. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Incorporo ao meu pronunciamento esse anúncio dado em primeira mão por V. Ex^a. O registro está feito, Senador Camata.

É evidente que a candidatura de Garibaldi é quase uma unanimidade nesta Casa. Resta saber exatamente o entendimento jurídico que se aplicará a ela. O medo que eu tenho é de que os vizinhos aprendam o caminho e queiram também novos mandatos. Aí é dose para leão!

Ouçõ o Senador Jayme Campos, com o maior prazer.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a faz um pronunciamento muito importante, dando o devido valor aos nossos vereadores. São eles, certamente, a grande argamassa na construção, e não apenas os Deputados Federais e Estaduais, os Senadores, Governadores e Presidente da República. Portanto, quando V. Ex^a faz esse pronunciamento na tarde de hoje, chamando a atenção para a importância de se votar a PEC nº 20, quero dizer que me associo ao seu pronunciamento, na certeza de que esta Casa, além de votar outras matérias importantes hoje, também deve votar a PEC nº 20. Certamente, estaremos assim dando maior prioridade às nossas câmaras municipais, proporcionando uma oportunidade ímpar de, por meio de nossos vereadores, fazer um trabalho transparente e competente em favor dos municípios brasileiros. Portanto, V. Ex^a está de parabéns por sua fala, na defesa intransigente dos vereadores brasileiros, que estão pleiteando o cumprimento da obrigação desta Casa, qual seja fazer com que as leis sejam aprovadas pelo Congresso Nacional. Muito obrigado, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Ouçõ o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a vem, em boa hora, fazer esse pronunciamento, que traz, em suas palavras, a angústia dos suplentes que aqui se encontram na expectativa de um respeito maior, para que haja uma inversão de pauta e se vote a PEC nº 20. Ninguém aqui será indicado vereador; todos receberam votos.

(Interrupção do som.)

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Todos os suplentes receberam votos e estão reivindicando alguma coisa que lhes foi tirada. Lembro que o Senador Antonio Carlos Valadares tinha um projeto, e, de última hora, houve uma manobra invalidando a quase certeza da sua aprovação. E agora vem outro projeto pronto, já aprovado na Câmara, e aqui essa angústia de dois ou três dias de expectativa, sem nenhuma palavra que lhes dê a certeza de que será votado hoje, porque não querem inverter, querem votar o Fundo Soberano, o que dificultará, sem dúvida nenhuma, a votação da PEC nº 20. Então, se V. Ex^a está falando, renovo o apelo por intermédio de V. Ex^a, que sempre tem se portado corretamente nesta Casa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a e ouçõ, dentro do que me resta de tempo, o Senador Cícero Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Serei bastante breve, Senador Heráclito Fortes, para me solidarizar e fazer o apelo à Base do Governo para que compreenda que essa votação da PEC dos Vereadores é suprapartidária. Portanto, é de interesse de todos os partidos, para que possamos aumentar, ampliar a representatividade do povo nas casas legislativas, com a preocupação que todos nós temos de não ampliar os recursos ou aumentar as despesas que alguns estão entendendo que vão aumentar. Na verdade, o mesmo índice do Orçamento hoje repassado pelas prefeituras para as câmaras municipais será mantido. Então, o meu apoio e a minha solidariedade por chamar este tema que consideramos muito importante. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senadora Rosalba Ciarlini, esperando um pouco de generosidade do Senador Alvaro Dias enquanto ele costura essa aliança para o bem e o futuro do Paraná.

A SrA. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Heráclito, eu vinha voltando aqui para o plenário ouvindo as suas colocações, que são realmente muito lúcidas e verdadeiras. É o município que está presente na vida de todos nós. É a nossa origem. E nós que aqui chegamos, chegamos com o apoio dos nossos municípios. Então, nada mais justo do que a PEC nº 20 fosse logo votada. E não somente os que aqui es-

tão, pois a angústia está em todo o Brasil – a espera, a ansiedade. Estão ligados aqui na TV Senado, aguardando a posição dos seus legítimos representantes. E não pense apenas que são aqueles suplentes que porventura vão entrar, não; são os eleitores daqueles suplentes, é a população brasileira. Nada mais justo do que termos mais representantes na Câmara, de acordo com a população, porque assim teremos a participação maior do povo. Quanto mais representantes, mais o povo está presente com as suas idéias, com as suas sugestões, com a sua luta para fazer forte o Parlamento municipal e, com isso, refletir em toda a Nação brasileira. Então, deixo aqui bem claro, mais uma vez, que sou favorável à ampliação, à PEC nº 20. Sou favorável até porque sei que isso não vai aumentar custos. Na realidade, o que vai aumentar é a presença maior do povo brasileiro nas cidades que estão sendo prejudicadas. Como exemplo, eu já citei a cidade de Mossoró, que tem mais de 250 mil habitantes e que, na realidade, Senador, tem apenas 13 representantes, semelhante a muitas cidades do nosso Estado, que não chegam a ter nem 50 mil habitantes. Então, isso não é justo, e concordo plenamente com o senhor. Eu acho todos nós no Senado deveríamos fazer essa votação em primeiro lugar, para darmos esta resposta que é urgente e, depois, darmos continuação aos outros assuntos, que também são relevantes e interessantes para o Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a e quero, por dever de justiça, já que não sou aproveitador das idéias alheias, dizer que o que me inspirou a fazer este pronunciamento agora foi uma conversa que tive com o Senador César Borges, um municipalista, que me mostrava sua preocupação com relação ao tratamento que se está dando aos senhores vereadores presentes nesta Casa. Mas o nosso respeito é exatamente aos vereadores de todo o Brasil, e eu, como municipalista, firmo o meu compromisso de votar e lutar para que essa PEC seja aprovada, apenas com uma condição – e não sou homem de enganar ninguém: não poderemos aceitar que se coloque o Fundo Soberano como contrapartida.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O Fundo Soberano não pode ser usado para que os senhores vereadores do Brasil não tenham sucesso na reivindicação que, aqui, agora fazem. Fora isso, nós estamos abertos para dialogar com o Governo e, acima de tudo, votar o mais rápido possível essa PEC que é fundamental para o Brasil. Afinal de contas, na democracia, a cidadania começa no município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Com a palavra...

Para votar antes, tem que falar menos, não é? Não é para a Senadora Ideli essa advertência.

A Senadora Ideli tem a palavra por cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, diz a máxima dos entendidos que, em hora de polêmica, Oposição fala, e Governo vota – está certo, Senador Romeu Tuma? No entanto, eu não poderia deixar de me pronunciar nesta MP, que é denominada “uma das MPs da crise”, para fazer o enfrentamento da crise, dando tarefas especiais e específicas para o Banco do Brasil e a Caixa Econômica contribuírem com as políticas adotadas pelo Governo do Presidente Lula para que a crise, que é devastadora em todo o mundo, no caso do Brasil, possa ter efeitos mínimos.

Mas eu vou fazer algo um pouco diferente, porque vou aproveitar a medida provisória da crise, que trata do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, para, em nome dos catarinenses, agradecer ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica as medidas que foram adotadas por essas duas instituições: a abertura de linha de crédito, a abertura de produtos que os dois bancos têm em condições diferenciadas, que foram ofertadas para contribuir no enfrentamento de uma crise muito especial que Santa Catarina está vivendo, que é a crise decorrente da catástrofe, da tragédia que vitimou mais de cem catarinenses e deixou milhares desabrigados. O Banco do Brasil e a Caixa tomaram providências muito prontas, muito importantes, e eu não poderia aqui deixar de fazer este agradecimento às duas instituições, à presidência das duas instituições, à diretoria, ao corpo funcional dessas duas instituições, que foram preciosas.

No caso da Caixa Econômica, queria ainda me reportar de forma muito especial, porque vai ser a Caixa Econômica que vai viabilizar, a partir dessa segunda-feira, o pagamento do FGTS. O saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço já se iniciará segunda-feira em Santa Catarina, exatamente nas duas cidades onde temos o maior volume de pessoas atingidas e que têm Fundo de Garantia para sacar, que são exatamente a cidade de Blumenau e a cidade de Itajaí.

Para poder fazer o agradecimento devido, quero em primeiro lugar agradecer ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que atendeu ao apelo que fiz pessoalmente numa reunião há três semanas, quando pedi ao Presidente que alterasse o decreto que regulamenta o saque do Fundo de Garantia. O Presidente assinou

o decreto, que já foi publicado no *Diário Oficial da União* no dia 12, na sexta-feira passada. E faço aqui questão de fazer a leitura, porque é muito importante para nós:

Art. 1º O titular de conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS que resida em Municípios do Estado de Santa Catarina, que foram atingidos pelas enchentes ocorridas em novembro e dezembro de 2008, poderão efetuar o saque regulamentado pelo Decreto nº 5.113, de 22 de junho de 2004, sem a observância do intervalo de doze meses entre uma movimentação e outra.

Art. 2º O valor do saque a que se refere o art. 1º será de até o total do saldo existente na conta vinculada, na data de solicitação, que deverá ser formalizada em até noventa dias contados da publicação deste Decreto.

Portanto, não há mais o limite. O saque é até o total da conta que o trabalhador tem e não tem a proibição de mais do que um saque por ano. Esse decreto, o Presidente assinou e foi publicado no *Diário Oficial* da sexta-feira passada. Na segunda-feira da próxima semana – portanto, em tempo recorde – poderão ser feitos os saques. A Caixa Econômica nunca havia conseguido antes, por causa das exigências do próprio decreto, pagar saque do Fundo de Garantia em menos de oito, nove, dez, doze, até quatorze meses, e vai conseguir pagar em menos de um mês.

A nossa tragédia aconteceu no dia 23 de novembro e, no dia 22, em menos de um mês, os atingidos começarão a receber o pagamento. Então, quero agradecer à Presidente da Caixa Econômica, Drª Maria Fernanda, a toda a sua diretoria, a todos os funcionários da Caixa. Inclusive, cento e setenta funcionários da Caixa de várias agências do Brasil estarão chegando domingo agora em Santa Catarina, às vésperas do Natal e do Ano Novo, para dar plantão e poder atender essa que é uma emergência, causada pela maior catástrofe ambiental do último período no Brasil.

Nós, de Santa Catarina, não poderíamos deixar de agradecer, mais uma vez – como temos agradecido a solidariedade de todo o Brasil, de todos aqueles que se envolveram –, à Caixa Econômica, pelo papel que vai desempenhar no caso do Fundo de Garantia, com toda essa mobilização, esse verdadeiro mutirão para fazer o pagamento de milhares de contas do Fundo de Garantia, que estarão disponibilizadas para contribuir com o socorro.

Eu queria aqui agradecer ao Eugênio Valdir Kohler, que foi uma das pessoas que primeiro se comunicou com o nosso mandato para que pudéssemos ter essa força e esse atendimento, em primeiro lugar, do Presidente Lula e, agora, da Caixa Econômica, para

viabilizar em menos de um mês o início do pagamento do saque do Fundo de Garantia para contribuir com o socorro às vítimas das enchentes e dos desmoronamentos no nosso Estado.

Então, era isso, Sr. Presidente.

Agradeço e peço desculpas de, como governista, ter ocupado o tempo de votação tão preciosa. Mas eu não poderia deixar de fazer de forma pública o agradecimento nessa questão do Fundo de Garantia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mais uma vez, a solidariedade de todo o Senado Federal à população de Santa Catarina.

Encerrada a fase de encaminhamento sobre os pressupostos de relevância, urgência, adequação financeira e orçamentária.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão o Projeto de Lei de Conversão, a Medida Provisória e as emendas apresentadas perante a Comissão Mista, em turno único.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

Discussão do mérito do projeto de conversão.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para a discussão do mérito.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu já vi, aqui, abordados na discussão dos pressupostos, pontos genéricos sobre a MP nº 443 e os pontos que para nós, da oposição, não eram aceitáveis.

O primeiro deles é de que a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, sob pretexto de evitarem riscos sistêmicos do sistema financeiro, estariam autorizados a adquirirem instituições financeiras. Na verdade, isso não deixa de ser um processo de estatização.

Em outros países onde a crise do sistema financeiro foi muito mais forte, foram diferentes as operações de socorro a instituições com problemas – por enquanto, aqui no Brasil nós não temos ainda um número grande dessas instituições. Lá, o Tesouro Nacional assumiu o controle das instituições com problemas, para que, após saneadas, elas fossem revendidas ao setor privado, evitando a estatização. No nosso caso, a medida provisória facilita o crescimento dos bancos estatais, da Caixa Econômica e do Banco do Brasil.

Outro ponto também relevante, e que o Relator Valter Pereira, sensível aos protestos da oposição, já havia modificado, embora estejamos discutindo a

questão de limites de prazos, foi a participação da Caixa Econômica em empreendimentos imobiliários. Na verdade, os empreendimentos imobiliários deveriam ser tratados como sociedades de propósito específico para que pudessem receber recursos da Caixa Econômica, uma vez que não interessa à Caixa Econômica controlar esses empreendimentos, nem controlar as empresas que fazem esses empreendimentos. Então, ela teria de ter participação minoritária em sociedades de propósito específico. Isso, em parte, já foi atendido, mas nós queremos prazos e limites e queremos também que as participações sejam limitadas, e não sejam até 49%. Queremos que seja um valor menor. Estamos discutindo isso com o Relator e com o próprio Líder do Governo, Romero Jucá.

Há ainda um ponto inaceitável – este, inaceitável –, um artigo que permite – e foi uma emenda feita na Câmara dos Deputados – à União conceder crédito ao BNDES no valor de R\$3 bilhões, em condições a serem estabelecidas, para abertura de linhas de crédito de capital de giro para empresas contratadas pelos governos federal, estaduais e municipais para execução de obras de infra-estrutura do PAC. Ou seja, financiamento a empreiteiras! Isso foi colocado dentro da medida provisória, com interesses, obviamente, inconfessáveis.

Este é um ponto de honra para a oposição: não o aceitamos e não votaremos, de forma nenhuma, a favor desse ponto. Ou seja, estamos negociando a retirada desse artigo absurdo que favorece empreiteiras com dinheiro subsidiado do setor público.

A medida provisória tem alguns pontos importantes, como, por exemplo, a permissão de *swap* cambial para o Banco Central, inclusive operações já foram feitas com o FED no valor de 30 bilhões. Mas é preciso que cheguemos a uma negociação, que cheguemos a um ponto comum, porque não pode ser propósito do Governo, por meio de medida provisória, tentar a estatização do setor bancário.

O Governo sentiu a fusão do Banco Itaú com o Unibanco. Isso foi fatal para que o Governo se movimentasse e para que o Banco do Brasil tentasse recuperar a liderança perdida. Isso é movimento estatizante, não é uma operação de salvamento do sistema financeiro. Não vejo assim. Vejo, sim, como uma necessidade do Governo em fazer crescer os bancos estatais para aumentar o seu poderio na economia. Mas não é esse o propósito, o de socorrer instituições em crise, buscando estatizar. O caminho do Tesouro Nacional é o caminho mais transparente. E por quê? É uma situação provisória que depois será revertida com a revenda dos ativos para o setor privado.

Portanto, aguardamos a conclusão dos entendimentos entre nós, da oposição, e o Governo para que possamos votar a medida provisória sem esses vícios que foram citados aqui. Sei que o caso da compra dos ativos pelo Tesouro será um destaque para o nosso partido, mas não será objeto do acordo. Destacaremos esse artigo. Porém, nos demais, estamos buscando acordo com o Governo a fim de que possamos votar a medida provisória com menos vícios, com menos problemas do que ela chegou aqui. Ela já chegou de uma forma absurda na Câmara dos Deputados, e foi piorada. O Senador Valter Pereira já fez um ajuste e estamos tentando negociar outros, que vão melhorar a medida provisória para que possamos, então, votá-la.

Portanto, o nosso posicionamento em relação à medida provisória é este: poderemos aprová-la desde que os entendimentos com o Governo sejam consolidados nesses pontos a que nos referimos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Júnior, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Júnior.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia para discutir a matéria.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dentro do contexto de discussão sobre o mérito, gostaria de ressaltar a sensibilidade do Relator dessa matéria, Senador Valter Pereira, em relação aos três dispositivos, que são os arts. 9º, 10 e 11 do Projeto de Lei de Conversão nº 30, que, na verdade, não satisfazem os pressupostos constitucionais, haja vista versarem sobre matérias estranhas ao objeto da propositura original.

O que eu quero dizer é o seguinte, Sr. Presidente: acredito que temos que ter uma posição, daqui para a frente, de não aceitarmos qualquer matéria estranha à proposição original.

Dentro do contexto dessa medida provisória, três artigos foram incluídos na Câmara dos Deputados, três emendas, que não tinham nada a ver com a proposição original. Isso não está correto dentro do contexto de trabalharmos e discutirmos matérias, aqui no Senado, que tenham realmente relação com os assuntos que a medida provisória estabelece.

Era essa a observação que eu gostaria de destacar, ou seja, a posição contrária à inclusão de artigos estranhos à proposição original. E que não aceitemos mais iniciativas dessa natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Muito obrigado, Senador Jefferson Praia.

Com a palavra, o Senador Papaléo Paes, para a discussão do mérito da medida provisória.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, eu cedo a minha vez ao Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Mas S. Ex^a pediu para falar posteriormente. Quer falar agora? (*Pausa.*)

Então, com a palavra, o Senador Alvaro Dias, para discutir a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a medida provisória é imprópria, Senador Mão Santa, para que se possa discutir em profundidade, com propriedade, com autoridade política, questões essenciais para o País.

Neste caso – e já nos reportamos a isso –, ela se justifica em razão da emergência, já que o País enfrenta uma crise sem precedentes. De qualquer forma, temos que considerar as distorções que ela apresenta e a impossibilidade que temos de corrigi-las.

A oposição tentou, apresentou várias emendas com o objetivo de proteger os correntistas depositantes, aplicadores, e proteger também o Estado brasileiro, o Tesouro Nacional. Emendas que visavam impedir a utilização de títulos podres no momento de redesconto, colocando em risco o Tesouro Nacional. Emendas que procuraram impedir a estatização de instituições financeiras privadas. Nem todas essas emendas foram acolhidas. Portanto, não podemos aceitar essa proposta como uma proposta absolutamente correta, que tenha o objetivo tão-somente de defender o País da crise financeira internacional.

O Senador Jefferson Praia faz uma consideração muito importante. Não é a primeira vez que isso ocorre. Em todas as oportunidades em que esta Casa debate medida provisória, defrontamo-nos com penduricalhos que são colocados, espertamente, sem que tenham nada a ver com a essência da proposição apresentada pelo Poder Executivo. São penduricalhos que favorecem este ou aquele setor da economia nacional, que favorecem esta ou aquela região do País. Penduricalhos, muitas vezes, colocados como moeda de troca para obter uma tramitação mais ágil da proposta do Governo.

Isso é muito ruim para o País.

Nós colocamos os interesses nacionais no segundo plano e determinados interesses que até podem ser legítimos, mas são interesses localizados e que muitas vezes não dizem respeito à matéria tratada. Não fugimos à regra, Senador Jefferson Praia. E V. Ex^a suscitou essa questão com propriedade.

Mas gostaria também, Sr. Presidente, de dizer que seria muito bom, Senador Romeu Tuma, se nós pudéssemos apreciar, em regime de urgência, uma proposta do Governo que tivesse por objetivo concretizar uma reforma administrativa, eliminando o que há de supérfluo, o que há de estrutura superposta, o que há de ações desnecessárias, que fazem deste um Governo extraordinariamente gastador, perdulário, que faz as receitas correntes crescerem muito além do crescimento do Produto Interno Bruto do País.

É bom repetir sempre, porque é preciso que a repetição cale fundo na alma do povo brasileiro, Senador Mão Santa, já que cabe ao povo brasileiro decidir o futuro deste País. É preciso repetir, para que o modelo adotado seja explicitado. O modelo de gerenciamento do País que está em prática, sob a égide do Partido dos Trabalhadores, com a liderança do Presidente Lula, é este modelo, um modelo que engordou a máquina pública, um modelo que exorbita na cobrança de impostos, que não abre mão de cobrar impostos. Agora o Governo aparece com um pacote de bondades, reduzindo alíquotas de alguns impostos – agora! No momento em que a economia mundial viajava em céu de brigadeiro, o Governo não teve consideração com aqueles que pagam demais sem poder pagar. O Governo não teve a inteligência de alavancar o crescimento econômico com a redução da carga tributária e não teve interesse na reforma tributária. Isso porque o Governo imagina que poderia perder, num primeiro momento, receita e não considera que a médio e a longo prazo ganhará muito, porque a redução da carga tributária vai fazer com que a roda da economia gire com mais velocidade e força, estimulando um crescimento econômico maior e, por consequência, resultando em maior receita pública no País.

Mas os olhos dos que governam não são olhos voltados para o futuro. Os olhos dos que governam enxergam apenas no horizonte temporal do próprio mandato. O interesse passa a ser imediatista. O oportunismo prevalece, e o País perde.

O País ganharia com um modelo tributário moderno, um modelo tributário compatível com a realidade econômica e social deste País.

Portanto, isso não temos oportunidade de deliberar. Sobre isso não temos oportunidade de votar. Não temos, Sr. Presidente, oportunidade de votar também uma medida provisória que autorize o Governo a realizar uma grande reforma administrativa.

Já repetimos inúmeras vezes, Senador Marconi Perillo, que o Governo criou ministérios, criou diretorias, departamentos, coordenadorias, cargos comissionados. Mais de 20 mil servidores foram nomeados para cargos comissionados durante o Governo do Presidente Lula.

E, com isso, os gastos correntes cresceram muito mais do que cresceu o Produto Interno Bruto do País.

Portanto, Sr. Presidente, é claro que vamos votar favoravelmente a essa medida provisória, obviamente com as ressalvas já feitas aqui, com as críticas aqui apresentadas. Vamos votar porque se trata de uma tentativa de o Governo administrar o sistema financeiro do País, evitando uma haca tombe maior.

É bom destacar também que o governo se preocupa exageradamente com os bancos e com os banqueiros e não se preocupa tanto com os trabalhadores, e o contrário deveria ser a preferência e a prioridade. O governo deveria se preocupar com o emprego, o governo deveria se preocupar com essa recessão que aí está e que vai se aprofundar no próximo ano. E a preocupação que têm com os bancos e com os banqueiros não vejo com o trabalho e com os trabalhadores. É preciso que o governo se preocupe em estimular programas de desenvolvimento que possam reduzir os efeitos da recessão.

Negar a existência da recessão é negar o óbvio...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Presidente Garibaldi está empolgado porque acaba de ser indicado oficialmente pelo PMDB como candidato do maior Partido da Casa à Presidência do Senado Federal. As nossas homenagens ao Presidente Garibaldi.

Eu gostaria de concluir dizendo, Sr. Presidente, o que tenho dito: é preciso que o governo... E nós vamos continuar repetindo; nós não vamos pecar por omissão. Não é por falta de ouvir que o governo deixará de implementar medidas que estimulem programas de desenvolvimento. Nós vamos voltar, em 2009, com esse discurso, batendo nessa mesma tecla, porque o ano emblemático da crise é o ano de 2009. Se o Governo não agir com a prudência necessária, com a agilidade imprescindível e com a responsabilidade indispensável, certamente teremos conseqüências piores para a população brasileira.

Vamos votar essa medida provisória, evidentemente, contrariados, porque ela é insuficiente, ela não atende às necessidades globais da população brasileira e ela atende, acima de tudo e em primeiro lugar, aos maiores privilegiados da atualidade nacional, àqueles que ganharam fortunas, que tiveram lucros fantásticos e que agora são os primeiros a serem socorridos pela bondade e pela generosidade do Governo da República.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uma queixa de que o som está aquém do que deveria para o ambiente. Se fosse possível, solicitaria que fosse normalizado o som.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, senhores e senhoras presentes nas galerias, que são em sua maioria vereadores votados na última eleição, que se deslocaram dos seus Estados e Municípios a esta Casa – muitos talvez nem sequer a conhecessem –, peço desculpas a V. S^{as}. Não fiquem com a impressão que estão tendo desta Casa em razão do dia de ontem e pelo dia de hoje.

A instituição do Senado Federal é extremamente necessária para o processo democrático, principalmente agora, quando estamos vivendo um grave momento na política nacional, que dificilmente as pessoas conseguem enxergar; quando o Executivo, com seu poder de força financeira e de execução de obras públicas e condições de suborno do próprio eleitorado – para não falar de suborno de muitos políticos – está tentando desmoralizar as instituições do Legislativo, principalmente as que constituem o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, assim como está trabalhando também para desmoralizar, além do Poder Legislativo, o Poder Judiciário.

Peço, portanto, às senhoras e aos senhores que relevem tudo isso. Peço que relevem porque esta Casa não é isso a que os senhores e as senhoras assistem desde ontem. Esta Casa é uma Casa séria, que tem 27 Senadores que compõem o grupo da minoria que faz oposição, uma oposição séria, responsável, competente. Por quê? Porque aqui nós não disputamos questões partidárias, aqui nós disputamos o que é importante para o nosso País. É lamentável que essas tribunas que usamos sejam pouco avaliadas, principalmente quando estão falando Senadores ou políticos que não têm expressão nacional, mas, aqui, a palavra de qualquer um e o voto de qualquer um têm o mesmo valor.

Então, o que quero lamentar, como Senador da República que representa o Estado do Amapá, é a mesma coisa que os senhores e as senhoras estão lamentando, assistindo a mais uma deprimente sessão do Senado Federal, que começou ontem às 9 horas da manhã e que teve um intervalo para fazer uma solenidade de homenagem a alguém que merecia, a alguma instituição que merecia, ou seja, foram interrompidas votações de matérias importantes para o País. Estamos no final do processo legislativo, amanhã não haverá mais ninguém aqui para votar. Eu viajarei amanhã à noite. Eu viajarei. Não vou me submeter a isso, com a

responsabilidade que tenho, porque cheguei 9 horas da manhã ontem e ficamos aqui totalmente desorientados durante a votação. Às 8 horas da noite foram votar a indicação do Senado para o TCU, e foi a única matéria que foi votada aqui. Ou seja, esta Casa está se resumindo ao gosto, ao poder de uma meia dúzia. Nós estamos submetidos ao Executivo, e eu não aceito, como cidadão brasileiro, que o Senado Federal, que ainda é uma das poucas instituições que é respeitada por parte da população, agache-se, ajoelhe-se aos pés do Executivo.

É um absurdo, senhoras e senhores, porque, às vezes, nós ficamos conversando um com o outro aqui e deixamos de analisar a seriedade do que nós vamos votar hoje.

É um absurdo que se faça chantagem com o Senado, dizendo que a Câmara só vota a indicação do Senado do Senador José Jorge se nós votarmos o fundo soberano aqui. É um absurdo e é uma irresponsabilidade, porque esse fundo soberano tem que ser discutido exaustivamente. Não se pode pegar um final de ano e querer aprovar na marra, pela força que o Governo tem, com 54 pessoas aqui. Felizmente, não é a maioria que pensa por elas, não. Felizmente, nós temos uma grande maioria desses 54 que compõem a base do Governo que são pessoas sérias, competentes e que têm a confiança do povo, por isso votam com a sua consciência e com a sua responsabilidade.

Mas eu lamento profundamente que muitos não levem a sério o seu mandato, que muitos fiquem à mercê da vontade do Executivo e que nós fiquemos aqui pela chantagem do Executivo.

Eu não sei de nada sobre o que vai acontecer hoje. Sou Senador aqui e não sei de nada, e ninguém, a maioria não sabe também nada: até que horas nós vamos ficar, o que nós vamos votar, se vamos ter o nosso recesso como teríamos que ter, regimentalmente, a partir do dia 18. Não sabemos de nada. Só sabemos que muitos que não aparecem aqui, que são lideranças importantes da Casa, desaparecem por semanas e, quando aparecem, é para trazer essas mensagens que tumultuam o nosso ambiente.

Então, peço desculpas aos senhores e às senhoras interessados na PEC Nº 20, porque ninguém respeita vocês. A maioria não respeita porque, se respeitasse, não estaria fazendo isto que está fazendo hoje.

Eu quero pedir e até implorar, em nome dessas pessoas que estão aqui pagando hospedagem e passagem, que o Senador Jucá, como Líder do Governo, fizesse tudo o que fosse possível para nós votarmos para eles, ou sim ou não, mas que não deixássemos essas pessoas aqui fazendo papel de tolas, de bobas,

olhando esses 81 Senadores sem decidirem o que deveria ser decidido.

Não sei se eu vou voltar, se o povo do Amapá vai me reeleger; não sei, mas quero dizer para vocês que, nestes dois últimos anos em que estarei aqui dentro, não vou perder a força nem a determinação de defender esta Casa, esta instituição. Se vem alguém para cá mal-intencionado, querendo saber só de si, que essas pessoas sejam analisadas pelo seu eleitorado e que sejam reprovadas nas urnas, porque nós não merecemos isso.

Eu estou indignado. Vou viajar amanhã. Não viajo hoje porque o calendário diz que hoje nós temos sessão, mas, a partir de amanhã, vou viajar, porque nós não podemos ser submetidos a isso.

Aqui, dizem que há uma história de alto clero, baixo clero. Não existe isso. Todos nós somos iguais aqui. Eu queria que levassem a sério minhas palavras porque todos nós somos iguais aqui. Se o Senador de São Paulo foi eleito com 10 milhões de votos, ele não queira, aqui, cantar mais do que o outro que foi eleito com 100 mil votos. Voto é tudo igual, e é isso que nos iguala democraticamente, que iguala a federação.

Então, eu pediria, imploraria ao líder do Governo, Senador Romero Jucá, que reveja essa situação. Senador, reveja isso. Esses homens e mulheres que estão aqui clamam pela responsabilidade do Governo, através do seu representante na Casa.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Senador Papaléo, permita-me?

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP. *Intervenção fora do microfone.*) – Senador Papaléo, inscreva-me no seu coração!

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Senador Papaléo, novamente estamos, como ontem, nessa apreensão. Realmente, V. Ex^a tem toda razão. A Bancada do Mato Grosso está solidária a V. Ex^a. Os Municípios estão apreensivos; todos os Municípios brasileiros. Há necessidade de uma tomada de posição do Senado em relação à PEC nº 20. No Estado do Mato Grosso são 139 Vereadores, que poderão ser acrescidos às Câmaras de Vereadores, dando maior qualidade a essas Câmaras. Em 43 Municípios, somente no Estado de Mato Grosso, será alterado o número de vereadores. Cito aqui Municípios como Cáceres, onde haverá sete vereadores a mais; Canarana, mais dois; há Municípios, como Cuiabá, que serão cinco; Rondonópolis, com nove vereadores a mais. Então, Senador, esta Casa precisa tomar a posição de votar independentemente. Não podemos nos condicionar à votação de outras matérias. A PEC nº 20, hoje, é uma necessidade de tomada de posição urgente desta Casa. A situação das Câmaras quanto aos recursos que serão encaminha-

dos e avaliados para que os Municípios repassem às Câmaras será uma outra medida. Com a emenda do Senador César Borges, vai haver outra situação, que ainda vai passar pela Câmara. Então, precisamos definir, preliminarmente, o número de vereadores que será acrescido às Câmaras, de acordo com a faixa de população de cada Município. Nosso apoio, da Bancada de Mato Grosso, para que a gente tome uma posição urgentemente. Obrigado, Senador.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Estamos ainda na fase de discussão da matéria.

Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Para discutir. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Oposição, nesta Casa, sem maiores delongas, deve votar contrária a toda essa medida provisória do Governo.

Essa é a segunda MP, baixada pelo Governo Lula, para enfrentar a crise, que foi por ele próprio tipificada como uma marola. Nessa medida provisória, Sr. Presidente, autorizam-se inclusive o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a comprar ações de instituições em perigo, instituições que estejam à bancarrota.

Quando tramitava a Medida Provisória nº 443 na Câmara dos Deputados, ela, inclusive, ganhou um adendo de, nada mais, nada menos, do que R\$3 bilhões para financiar obras do PAC.

O mundo inteiro, os Estados Unidos, a Europa e a Ásia, tem procurado enfrentar e ajudar a resolver essa crise globalizada, uma crise de todos os continentes. Mas todos têm feito isso com absoluta transparência. Aqui, no Brasil, o Governo arrogante, autoritário, intolerante, acha que deve fazer tudo sozinho, soltando gracejos para a população. Este Governo não faz nada de forma transparente.

A Câmara, através dos seus Deputados – Deputados que funcionam na base do toma-lá-dá-cá -, enxerta, inclusive, R\$3 bilhões dentro da Medida Provisória para financiar empresas que estão trabalhando no PAC. E qual a transparência de uma medida como esta, por exemplo? Isso já foi aqui tratado, não só neste plenário, mas pela imprensa, pelo nobre Senador Tasso Jereissati.

De forma, Sr. Presidente, que entendo que a Oposição deve votar contra essa medida provisória, sem ter nenhum receio de que alguém possa interpretar isso como desajuda ao Governo para enfrentar a crise. O Governo tem que enfrentar a crise, mas com transpa-

rência, com honestidade, e não com medidas provisórias, onde lá estão embutidas matérias que ninguém sabe o seu alcance os seus objetivos.

Aproveito a oportunidade, já que se trata de assunto de economia, para falar dos devastadores efeitos da crise econômica sobre os produtores de frutas do Vale do São Francisco, em Pernambuco e no vizinho Estado da Bahia.

A verdade nua e crua é que a malfadada “marolinha” citada pelo Presidente da República já leva ao desemprego milhares de trabalhadores rurais. Alguns empresários até fecharam suas unidades produtoras, mantendo o número mínimo de trabalhadores.

A Associação dos Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco, mais conhecida como VALEXPORT, confirma que todas as empresas de Petrolina e de outras cidades ribeirinhas do São Francisco estão afastando funcionários por causa do cancelamento de contratos pelos compradores internacionais de uva.

A previsão é de que cerca de 30% da uva vendida seja devolvida aos produtores.

O Presidente da Valexport, o empresário pernambucano José Gualberto de Freitas Almeida, informou que ele mesmo já demitiu 10% dos funcionários e que será obrigado a cortar ainda mais o quadro de pessoal.

Os primeiros atingidos são os grandes produtores, mas é inevitável que a crise se estenda para os médios e pequenos agricultores.

Espero que o Governo Federal – e esta também é a expectativa dos produtores – tenha a mesma atenção pelos produtores de uva do Vale do São Francisco que teve com as montadoras de automóveis e com os bancos.

Os produtores reclamam das dificuldades em obter crédito do sistema financeiro, mesmo de instituições públicas como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste.

Sem a ajuda do Governo Federal, o desemprego terá efeitos perniciosos sobre todo o Vale do São Francisco, afetando também o comércio de toda essa importante e dinâmica região do Nordeste Brasileiro.

Que o Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Econômico e do Desenvolvimento Regional, além do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste se movimente, e convoque os empresários para encontrar uma solução para o problema.

O fundamental neste momento é manter os empregos existentes. Que exemplos como esse, do Vale do São Francisco, sirvam de alerta para que o Presidente da República encare a crise com a seriedade

necessária e não trate o Vale como está tratando o Governo Federal, enviando medidas provisórias para enfrentar a crise, que cada vez mais envolve a questão econômica no Brasil de forma irresponsável e bastante nebulosa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

Eu solicito a colaboração dos oradores no sentido de que cada um fale por apenas cinco minutos, a fim de que possamos acelerar o processo de votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhoras e senhores presentes no nosso Senado, atendo, com prazer, o pedido do Sr. Presidente, sobretudo porque me sinto comovido diante dessa nossa platéia de Vereadores – lá estão eles se manifestando mais uma vez –, que aqui aguardam, com a expectativa de um político durante a contagem de votos, que venhamos a cumprir com o nosso dever e votar a PEC nº 20, que, aliás, Sr. Presidente, fez vítimas no Brasil.

A PEC nº 20 é uma interpretação indevida, é uma intromissão no processo legislativo, pois ela regula matéria que cabe ao Congresso Nacional. E, aliás, o apetite, eu nem diria o apetite, eu diria a voracidade dos tribunais superiores e do arcópagos, hoje, no País, assusta-nos, porque eles agora estão, inclusive, dizendo que, mesmo votada a PEC nº 20 aqui, ela não entrará em vigor, baseando-se no art. 16. Creio que isso não é manifestação de nenhum Ministro, mas de assessores.

Quero alertar todos os Vereadores que o art. 16 da Constituição fala no princípio da anualidade da Lei Eleitoral votada, mas o que estamos fazendo aqui, hoje, é uma PEC, é uma mudança na Constituição. Portanto, não cabe esse princípio da anualidade, como também não cabem promulgação, veto ou sanção do Senhor Presidente da República, porque isso é matéria legislativa. Vamos votá-la, aprová-la, a Mesa vai decretar e os senhores vão tomar posse, cumprindo a vontade soberana do povo brasileiro que os elegeu.

Sr. Presidente, quero tratar da matéria que estamos discutindo e quero apresentar uma emenda.

Sr. Presidente, V. Ex^a já foi Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. Fui Deputado Estadual.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mas o sorriso de V. Ex^a parecia vir de reminiscências, de lembranças do passado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de ter sido vereador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Teria sido uma proeza: Presidente da Câmara, com sucessivas eleições.

Sr. Presidente, venho apresentar uma emenda ao Projeto de Lei de Conversão nº 30.

O Governo Federal tem de tomar decisões importantes e rápidas. A gente reclama muito de medidas provisórias, mas sabemos que, em um mundo globalizado, as crises andam na velocidade de um abalo sísmico. Elas vêm de maneira vultosa, e o Governo, muitas vezes, é obrigado a editar medidas provisórias. São excessivas? São. Afetam-nos? Sim, porque travam a nossa pauta, mas, às vezes, são necessárias. É o caso dessa que, hoje, vamos votar e que, espero, seja aprovada.

Agora, Sr. Presidente e Senador Mozarildo, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal vão passar a contar, a partir de hoje – aprovada essa medida provisória –, com a condição de investir, de comprar, de adquirir ações ou de serem majoritários em empresas financeiras, empreendimentos ou empresas de construção civil. Isso é importante.

Senador Botelho, desde o meu primeiro dia nesta Casa, eu tenho lutado para dizer o seguinte: como é possível – falo como engenheiro civil –, num País que tem tanto cimento, tanta madeira, tanto aço, num País que tem tanto petróleo, portanto, tem indústria petroquímica, tem borracha e tem alumínio – César Borges, você é um engenheiro como eu –, que nosso povo more em barracos? O que nos falta para construir casas para o povo, num vasto território como este, com mão-de-obra abundante esperando ser treinada e empregada, como um vigia aguarda pela aurora? Por que o nosso povo mora em barracos? Por que, meu Deus do céu?!

Então, a Caixa Econômica vai ter, agora, condições de aplicar recursos na habitação, porque tudo que se usa na habitação é nacional! Tudo, tudo; não tem nada importado. Sabemos fazer, e fazer bem. Gilvam, fazer bem; não é de qualquer jeito, não.

Agora, nós precisamos garantir uma emenda, Gilvam, e peço o seu apoio. Você tem de me ajudar. Eu estou, aqui, apresentando uma emenda justa. A emenda diz o seguinte, Gilvam: ao adquirirem as participações de que tratam o art. 1º e o *caput* deste artigo, com ou sem controle do capital social – já vou concluir, Sr. Presidente, e peço a V. Ex^a a tolerância cristã de um minuto –, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal condicionarão a aquisição à garantia de preservação dos empregos nas instituições em que estão adquirindo participação.

O que a gente mais vê hoje, Sr. Presidente, é que os bancos demitem. É só caixa eletrônico. As pessoas,

hoje, têm bancos enormes, uma lucratividade imensa, cobram 10% de juros no cheque especial e não têm funcionário! Você vai lá e é só caixa automático. Você aperta ali, tira o dinheiro, paga o dinheiro, paga isso, paga aquilo. E se o Banco do Brasil comprar e ainda houver demissões? Onde vai trabalhar o povo brasileiro? Onde estarão os funcionários? Nós estamos vivendo uma crise de desemprego mundial, e eu me preocupo com isso.

Então, eu peço aos meus companheiros, Senadores e Senadoras, que a gente possa aprovar essa emenda, garantindo que, nas aquisições que o Governo fizer no sistema financeiro, não haverá desemprego do povo trabalhador.

Sr. Presidente, muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já tive ocasião de, durante o encaminhamento dos pressupostos, mostrar a importância e a relevância dessa medida provisória para garantir as conquistas do povo brasileiro, efetivadas nesses últimos anos pelo Governo do Presidente Lula.

Contudo, Sr. Presidente, com a devida vênia, eu gostaria de fazer um destaque, o registro, da maior importância, de um ato histórico acontecido em Aracaju, no Estado de Sergipe, qual seja a realização de uma exposição denominada “O Mundo de Carvalho Déda”, organizada pelo professor Jorge Carvalho do Nascimento e pelo Dr. Carlos Alberto Déda.

A realização dessa exposição, Sr. Presidente, representou, sem dúvida alguma, uma enorme contribuição à cultura de Sergipe, do Nordeste e, quiçá, do Brasil. Através dela foi possível mostrar as obras literárias e os trabalhos jornalísticos do inesquecível Carvalho Déda.

Como disse o professor Jorge Carvalho, “o homem foi um gigante, bem mais sólido do que aquilo que nos permitiriam ver até agora os registros publicados sobre ele. Jornalista, radialista, chargista, xilografurista, folclorista, historiador, escritor, advogado e político; de tudo há registro em diversos arquivos sergipanos, além de um acervo muito bem preservado sob os cuidados do seu filho Beto Déda. Portanto, urgia cuidar desta memória antes que ela fosse, como diria Karl Marx, devorada pela crítica roedora das traças”.

Carvalho Déda, com uma dedicação exemplar, fazia entregar em Simão Dias, a minha terra, o jornal *A Semana*, trazendo a charge identificadora do assunto principal do dia, as principais notícias locais e nacio-

nais, bem como um editorial bem escrito, traduzindo o pensamento e a opinião do jornalista.

Na exposição que teve como curador do projeto o Professor Jorge Carvalho do Nascimento, foram apresentados cinquenta painéis nos quais podíamos encontrar exemplares dos jornais *A Semana* e *Correio de Aracaju*, os quais foram dirigidos por ele e nos quais ele colocou sua pena de escriba com coragem, com brilho e com inteligência. Também foram expostas as obras literárias do homenageado: *Breféias e Burudangas do Folclore Sergipano*, *Simão Dias*, *Fragmentos da sua História* e *Formigas de Asa*, depoimentos de contemporâneos dele, artigos e discursos parlamentares. Ele foi Deputado Estadual, Líder da UDN na Assembléia Legislativa de Sergipe.

É da lavra do jornalista e intelectual Luiz Antônio Barreto as palavras que sintetizam a personalidade e a obra magistral do homenageado:

Homem simples, de fácil contato com o povo, dividiu suas atividades intelectuais entre anotações da cultura espontânea das massas sertanejas, onde estavam guardadas velhas tradições, e o gosto pela pesquisa histórica, revirando arquivos, registrando fatos...

Carvalho Déda foi um exemplo de homem público e de intelectual, que procurou em vida interpretar os sentimentos e a alma simples e gloriosa do sertanejo, que, na frase lapidar de Euclides da Cunha, é “antes de tudo, um forte”.

Sr. Presidente, gostaria também de aproveitar esta oportunidade para solicitar às Lideranças e à Presidência desta Casa que colocassem como prioridade máxima a votação, ainda antes de encerrar o período legislativo, hoje, à noite, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Vereadores.

Tive a oportunidade, Sr. Presidente, de ser o Relator da PEC nº 55, que, de forma equivocada, de forma demagógica, foi derrubada por este Senado Federal há cerca de dois ou três anos. A PEC nº 55 dispunha sobre despesas e falava do número de Vereadores. Portanto, era uma PEC que traduzia, sem dúvida alguma, os anseios das Câmaras dos Municípios brasileiros. Entretanto, levados pela pressão da mídia e daqueles que querem aparecer perante os jornais como bonzinhos, como campeões da ética e da decência, derrubaram uma PEC que iria, sem dúvida alguma, carregar as Câmaras de Vereadores de decência, de trabalho e, acima de tudo, de autonomia para o exercício legítimo de suas funções democráticas.

Por isso, Sr. Presidente, essa nova PEC que aqui está – e votarei com ela, sem medo de errar – vai resolver o problema da legitimidade da representação popular nas Câmaras Municipais de todo o Brasil.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero comunicar ao Plenário da Casa que, por unanimidade dos votos – somos dezesseite Senadores presentes da Bancada do PMDB –, foi escolhido o nome do Senador Garibaldi Alves Filho, que preside a sessão neste momento, como candidato da Bancada à Presidência da Casa. Assim sendo, dois bons candidatos estão disputando a Presidência do Senado Federal. São dois homens experientes. O Senador Tião Viana também já presidiu a Mesa do Senado nesta Legislatura, e V. Ex^a, Sr. Presidente, vem presidindo com brilhantismo e com muita eficiência o Senado Federal.

Estão postas as duas candidaturas: inicialmente, a do Senador Tião, e agora, por unanimidade dos dezessete membros presentes da Bancada – faltaram apenas três, pois dois estavam viajando, e um se ausentou por motivo de força maior –, a do Senador Garibaldi Alves Filho. Então, registro, aqui, o lançamento do nome do Senador Garibaldi Alves Filho como candidato à Presidência do Senado Federal pela Bancada do PMDB. Sei que será uma disputa tranqüila, já que são dois companheiros. Sei que não haverá grandes problemas nessa disputa.

Por último, solicito à Mesa que iniciemos os trabalhos de votação. Vejo aqui, Senador, que temas importantes estão sendo debatidos na tribuna, mas eles não têm muito a ver com o que estamos discutindo, que é a Medida Provisória nº 443. Vamos começar os trabalhos! Sei que, dificilmente, votaremos tudo hoje. Mas, para tranqüilizar os que estão aí sofrendo, à espera da PEC nº 20, a PEC dos Vereadores, quero dizer que, se não votarmos hoje, se não der tempo de votarmos tudo hoje, votaremos amanhã. (*Manifestação das galerias.*)

Então, vamos votar ainda hoje. Mesmo que não dê tempo, teremos o dia de amanhã todo ou mesmo esta noite toda para votarmos. Se for preciso, viraremos a noite para votá-la. Ninguém sabe quanto tempo poderemos demorar, se uma hora, duas horas ou três horas, para votarmos uma única matéria. Mas, se for preciso, viraremos a noite, passaremos da meia-noite, votando essas matérias importantes.

Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp a comunicação que acaba de fazer sobre a escolha da Bancada.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, pela ordem

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consideração acerca da candidatura de V. Ex^a, não sobre o anúncio da Bancada do PMDB da sua candidatura, que acho respeitável. E já disse a V. Ex^a que tenho simpatia por V. Ex^a. Penso que V. Ex^a contribuiu muito para mudar o perfil da Casa. V. Ex^a combateu o nepotismo. V. Ex^a devolveu uma medida provisória imoral. V. Ex^a tem seu estilo próprio, parece... Não encontro a palavra para descrevê-lo, mas V. Ex^a é um homem ativo, ao contrário do que demonstra ser. No entanto, Sr. Presidente, tenho dúvidas quanto à possibilidade de V. Ex^a, juridicamente, ser candidato à reeleição. Vi um trecho do parecer apresentado e não me convenci. Precisamos sedimentar essa possibilidade, sob pena de a decisão ser judicializada. Ou seja, como V. Ex^a tem a possibilidade de registrar sua candidatura no dia 1º, que é o dia da eleição – as regras não o impedem disso –, pode ser que V. Ex^a, eleito, por que tem prestígio na Casa, por que fez um grande trabalho, possa ter sua reeleição anulada no Supremo Tribunal Federal.

Não é que eu tenha convicção absoluta de que V. Ex^a não possa ser candidato, mas, aparentemente, o texto da Constituição fala em “reeleição imediata”, e reeleição imediata é o que V. Ex^a vai enfrentar. Gostaria de ter acesso aos pareceres que V. Ex^a tem, para que pudesse haver uma discussão mais aprofundada sobre o caso.

Digo e repito que, aparentemente, para mim, V. Ex^a não pode disputar a reeleição. Se pudesse fazê-lo, teria meu voto. Inclusive, eu disse ao Senador Tião Viana que trabalho para que minha Bancada se convença de que ele é o melhor candidato das candidaturas postas até agora. Por quê? Porque penso que S. Ex^a representa um padrão importante para a Casa, um padrão ético decente. Se V. Ex^a puder ser candidato, também esse será um padrão ético muito bom para a Casa. Seriam dois candidatos excelentes, não é? E eu não teria dificuldade alguma em votar em V. Ex^a com a ressalva de que, nós, dos Democratas, decidimos que vamos votar de forma fechada, ou seja, a Bancada vai votar conjuntamente. Cada qual defende seu candidato e, no final, vamos votar juntos.

Então, respeito a postura de V. Ex^a, respeito até a postulação de V. Ex^a, mas não sei se V. Ex^a pode, juridicamente, ser candidato. É a ressalva que faço, sem querer, com isso, diminuir sua candidatura e seu prestígio, até porque tenho muito apreço por V. Ex^a, e isso é público, isso não é reservado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Demóstenes. Vou enviar-lhe o parecer de Manoel Gonçalves Ferreira Filho – certamente, V. Ex^a, Senador Demóstenes, conhece a sabedoria jurídica dele, o prestígio dele –, o parecer do também jurista Dr. Luís Barroso e ainda o do jurista Diogo Figueiredo, além do parecer do Ministro Rezek. Os dois pareceres mesmo foram de Figueiredo e de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que, inclusive, ficaram de complementar os pareceres. Foi dado pouco tempo a eles para estudarem a matéria, mas eles já os adiantaram.

Agradeço ao Senador Demóstenes Torres a maneira como ele colocou a minha candidatura. Eu não esperava outra coisa de um amigo como ele, de um colega pelo qual tenho tanta estima e admiração.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, muito obrigado. Sei que o tema não é o do momento; mas, como os Senadores Valdir Raupp e Demóstenes Torres se pronunciaram, para que V. Ex^a não veja a minha opinião em um jornal ou outro, penso que é importante eu falar também em Plenário para que V. Ex^a conheça a minha opinião com relação a sua candidatura.

Da mesma forma, a candidatura de V. Ex^a surgiu na semana passada. Ela não estava colocada porque, na nossa compreensão e inclusive na de V. Ex^a, haveria e há, na minha avaliação, um impedimento à candidatura de V. Ex^a. Ela não foi avaliada por nós enquanto candidatura.

Respeitamos a posição do PMDB, naturalmente, a posição de V. Ex^a, mas o PSB já tomou a decisão de apoiar a candidatura de Tião Viana. O PSB, o PDT, o PRB, o PR, alguns Partidos e alguns Parlamentares já tomaram a decisão com relação à candidatura de Tião Viana, porque também compreendemos que o Senador Tião Viana tem todas as características para conduzir, assim como V. Ex^a está conduzindo, o mandato no Senado.

Minha preocupação está baseada em um debate que temos feito aqui no Senado, e participamos até com o Ministro Gilmar Mendes de alguns debates sobre o tema – V. Ex^a esteve presente. Nós estamos

questionando, nos últimos meses, o processo de judicialização da política.

A política está sendo levada à Justiça, que está, em alguns momentos, interferindo diretamente aqui na ação do Congresso Nacional, em algumas matérias como fidelidade partidária e número de vereadores nas câmaras, que foram decididas pelo Poder Judiciário e não pelo Congresso Nacional.

A minha preocupação é que possamos causar uma instabilidade na Casa, porque haverá, possivelmente, a necessidade da fala do Poder Judiciário com relação à candidatura de V. Ex^a e isso seria um processo de judicialização da política.

O mais adequado talvez fosse V. Ex^a ou o próprio PMDB fazer uma consulta ao Supremo sobre a possibilidade real da candidatura de V. Ex^a, para que não tivéssemos esse ponto de instabilidade colocado aqui dentro do Senado. Fora essa questão, todo o meu respeito à posição do PMDB e de V. Ex^a e a nossa posição de apoio à candidatura do Senador Tião Viana.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vejo a coisa de maneira diferente. Em termos de eleição para Prefeito ou Governador, por exemplo, é incompatível quem exerceu o mandato, mesmo que tenha sido por um dia. Mas, por acaso, os dois candidatos, V. Ex^a e o Senador Tião Viana, exerceram mandato de presidente nesse período. Não quero discutir a posição desses advogados que prestaram parecer para V. Ex^a. Mas, olhando bem, são dois ex-Presidentes, V. Ex^a e Tião Viana, que estão disputando hoje a sucessão à Presidência do Senado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Epitácio Cafeteira.

Pela ordem, com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, o tema ainda vai ser colocado, mas só para lembrar que a Constituição Federal não impede que ex-Presidentes sejam candidatos. Ex-Presidentes podem ser candidatos. O Senador Sarney, se quiser, pode ser candidato; não tem problema algum. O Senador Renan Calheiros pode ser candidato. O Senador Tião Viana, que ocupou interinamente, mas foi Presidente, pode ser candidato. O que a Constituição veda, no §4º, é muito

claro: "...vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente". Esta seria a hipótese de V. Ex^a. Mas eu vou ler os pareceres que nós temos em mãos para que nós possamos dar uma opinião abalizada acerca do tema. É o art. 57, §4º da Constituição *in fine*.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Demóstenes. Senador Demóstenes, apenas para lembrar a V. Ex^a que o Senador Renan é inelegível. Esse mandato que está findando agora é o mandato inicial do Senador Renan.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não é.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não é inelegível. O Senador Renan não é inelegível.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Claro!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Ele perdeu o mandato porque renunciou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Ele renunciou ao mandato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sim, mas o mandato não é dele. O mandato...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É o mandato dele. É continuação do mandato. Ele foi reeleito e estava cumprindo o segundo mandato.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^{as} para que possamos voltar à Ordem do Dia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Mas não é a mesma situação do Governador e do Presidente da República, porque há uma outra disposição na Constituição. É para o mandato imediatamente subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, pela ordem.

Faço um apelo para que nós possamos voltar a discutir o assunto da Ordem do Dia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, a questão de ordem levantada pelo Senador Demóstenes Torres é muito importante. Eu quero apenas salientar que esta é uma decisão política e a Casa deve decidir politicamente. O artigo lido pelo ilustre Senador diz: "É vedada a reeleição para o mandato seguinte".

O Dr. Ulysses Guimarães foi Presidente da Câmara por dois anos e foi reeleito no mandato seguinte. Aí, se argumentou que pode ser no mandato seguinte porque foi em legislatura diferente. Onde está escrito "legislatura diferente"? Nós inventamos. Não está escrito "legislatura diferente".

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agora, o que está escrito é o seguinte:

Art. 57.

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Acontece que o Dr. Garibaldi não foi eleito no início da legislatura. Não houve sessão preparatória – "Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente".

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Senador Garibaldi foi eleito para completar o mandato do Senador anterior.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Mas o mandato dele...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele não foi eleito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Foi eleito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Senador não foi eleito por dois anos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu votei nele.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele não foi eleito por dois anos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Ele foi eleito. Se não me engano, eu votei nele, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E aqui só fala que não pode ser candidato quem foi eleito por dois anos. Não é o caso do Senador Garibaldi.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não, não é.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Este é o problema: nós vamos ficar debatendo isso e vai ficar um...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Olhe, não merece guarida.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadores.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – A Constituição...

Olhe, eu respeito muito V. Ex^a, mas a Constituição é claríssima.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A lei é clara, a decisão é política: não merece guarida porque não é o que ele quer; se quisesse, mereceria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A dele não merece guarida porque não é o que eu quero. A questão é política.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não. E merece guarida porque é o que V. Ex^a quer.

Então, esse tipo de discussão não vale. Aqui não é Fla-Flu. Aqui é uma Casa de leis, não é? Então, nós temos que respeitar as leis. O que diz...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu li o argumento do nosso querido Manoel Gonçalves Ferreira Filho na internet. Vou ler agora o restante.

Mas é clara a Constituição: “vedada a recondução.”

O que nós estamos dizendo é algo completamente ridículo. Se o mandato é de Renan Calheiros, ele tinha que estar sentado aí como Presidente. O mandato do Senador eleito é do nosso querido Garibaldi Alves.

Não estou me posicionando contra a pretensão dele. O que disse aqui o Senador Simon em relação ao Senador Antonio Carlos Magalhães é verdade: o Senado inventou a recondução considerando-se a legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – A Constituição não permite isso, mas, politicamente, nós queríamos aquilo. E aí – não é nem na minha época –, ninguém questionou, passou. Se todos quiserem o mandato de V. Ex^a e ninguém questionar judicialmente, estará acertado politicamente, mas contrário à Constituição. Se alguém for ao Supremo Tribunal Federal, V. Ex^a corre o sério risco de, eleito, perder o mandato da Mesa, naturalmente, pois o mandato de V. Ex^a como Senador é assegurado. Agora, o argumento que o Senador usou aqui, do jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, só por ele, dizer: “Não, isso está prevendo; é a primeira eleição no início da Legislatura”, não é verdade, porque usa a expressão “recondução”, e não existe recondução no primeiro dia da primeira Legislatura.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador Demóstenes Torres, da forma como V. Ex^a está falando, se ele renunciar ao mandato hoje e assumir um outro

presidente, ele poderá ser candidato. Se o Senador Garibaldi renunciar ao mandato hoje e assumir um outro presidente, ele poderá sair candidato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Em tese, poderia sim.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Em tese não, real.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não, em tese. Por que em tese? Aí nós temos que dizer. Porque existe algo que se chama burla para poder ser candidato. A Justiça Eleitoral, e aí temos de pegar a similitude, tem decidido o seguinte: muitos ex-governadores, muitos ex-prefeitos tentaram, especialmente ex-prefeitos, a renúncia...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Demóstenes...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – ...antes do prazo fatal – Só para concluir, Sr. Presidente, para não ficar inconcluso –, com o objetivo de se candidatar novamente. Quando a renúncia é para burlar a lei, para buscar um novo mandato, ela não existe. No caso do Senador Renan Calheiros, ele não renunciou para ser candidato hoje, ele renunciou premido pelas circunstâncias. Então, se ele quisesse ser candidato hoje, ele poderia. Se o Senador Garibaldi renunciasse para ser candidato, ele estaria fazendo isso para burlar uma norma. Tenho certeza de que a Justiça não daria guarida a ele. As situações são diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador César Borges.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.661, DE 2008

Requeiro na forma do art. 312, II, do RISF, destaque para votação em separado do art. 7º e seus §§ 1º e 2º do PLV nº 30 de 2008.

Justificação

O art. 7º do PLV nº 30, acrescentado no último momento pelo Relator da MP nº 443/2008 na Câmara dos Deputados, dispõe sobre benefício às empresas contratadas pelo Governo para executar obras do Programa de Aceleração do Crescimento –PAC. O dispositivo autoriza a União a conceder crédito especial a essas empresas por meio do BNDES, no valor de R\$3 bilhões. Para esse financiamento, a União poderá emitir – sob a forma de colocação direta em favor do BNDES – títulos da dívida pública mobiliária federal. No nosso entender, não há qualquer fundamentação,

a não ser política, que justifique esse tratamento diferenciado. Por essa razão, requeremos que esse art. 7º seja retirado do Projeto de Lei de Conversão.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. – Senador **Tasso Jereissati**.

REQUERIMENTO Nº 1.662, DE 2008

Requeiro na forma do art. 312, II, do RISF, destaque para votação em separado da Emenda nº 4, que dá nova redação ao art. 1º à MP nº 443 (PLV nº 30), de 21 de outubro de 2008.

Justificação

Não faz sentido tornar a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil braços permanentes do Governo em processo de estatização de instituição financeira ou não financeiras. Por essa razão é que apresentamos emenda para que essa permissão tenha prazo determinado de seis meses, e utilizada em circunstâncias muito especiais em caso de necessidade de reduzir a possibilidade de risco sistemática decorrente do possível fechamento de instituições financeira.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. – Senador **Tasso Jereissati**.

REQUERIMENTO Nº 1.663, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro **Destaque para Votação em Separado** da Emenda nº 12, de autoria do Deputado Guilherme Campos, oferecida à Medida Provisória nº 443, de 2008 (Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008).

Sala das Sessões, 17 dezembro de 2008. – Senador **José Aripino**.

REQUERIMENTO Nº 1.664, DE 2008

Destaque de emenda para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 14 ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (MP nº 443/2008).

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB – GO.

REQUERIMENTO Nº 1.665, DE 2008

Destaque de emenda para votação em separado

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado

da Emenda nº 15 ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (MP nº 443/2008).

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB – GO.

REQUERIMENTO Nº 1.666, DE 2008

Destaque de emenda para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 29 ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (MP nº 443/2008).

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB – GO.

REQUERIMENTO Nº 1.667, DE 2008

Destaque de emenda para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 36 ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (MP nº 443/2008).

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB – GO.

REQUERIMENTO Nº 1.668, DE 2008

Requeiro na forma do art. 312, II, do RISF, destaque para votação em separado da Emenda nº 55 que suprime o art. 4º da MP nº 443 (PLV nº 30), de 21 de outubro de 2008.

Justificação

O art. 4º da MP nº 443 dispõe sobre a criação da Caixa-PAR. O País, segundo justificativas do próprio Governo Federal ao vetar a criação do BNB-PAR, durante a recriação da Sudene, já conta com o BNDES-PAR que atua como banco de investimento, participações e demais operações previstas em lei. Além disso, representantes do setor de construção civil declararam que este dispositivo, que possibilita a participação da Caixa Econômica Federal em construtoras, é completamente desnecessário, já que o melhor para setor seria o aumento de crédito.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. – Senador **Tasso Jereissati**.

REQUERIMENTO Nº 1.669, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 84, de autoria

do Deputado José Aníbal, oferecida à Medida Provisória nº 443, de 2008 (Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008).

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. – Senador **José Agripino**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votação, em globo, dos requerimentos de destaque.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Aprovados os requerimentos de destaque.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos tentando construir um acordo exatamente para que os destaques não precisassem ser votados e pudéssemos fechar um texto mais geral.

Eu pediria, se pudesse, para colocar em votação um pouco depois. Ou então, se já foi aprovado, vou pedir verificação nominal exatamente para que possamos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas os destaques não poderiam ser retirados? Se há um acordo...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Quantos destaques são, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nove.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nove destaques?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto ao Senador...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Agripino, Líder dos democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só vejo uma opção, uma alternativa, para que alguns desses destaques possam ser retirados. É se o acordo que for feito entre o Governo e os autores dos destaques for acolhido, se os termos dos destaques forem acolhidos no texto do Relator. Ou o texto exato da emenda ou uma negociação entre o texto da emenda e o que seja colocado no texto do Relator.

Eu, por exemplo, tenho a informação de que tenho dois destaques. Um que coloca prazo de vigência

de um ano da Medida Provisória nº 443, porque entendendo que, se essa crise passar mais do que um ano vigorando, o Brasil virará pó. Então, eu mantenho. O outro é não concordar com que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica sejam instrumentos de compra de passivos podres de instituições financeiras. Eu não abro mão disso. Agora, tenho informação de que o Governo estaria evoluindo para a concessão do prazo de um ano e, se a crise persistir, um ano mais. Se proceder, eu até concordaria em discutir a retirada do destaque que estabelece o prazo. O outro, relativo à abertura da perspectiva para que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica sejam instrumentos de compra ao invés de o próprio Tesouro, por hipótese alguma. As outras emendas podem ser, pelo Líder do Governo, negociadas com seus autores, na medida em que possa o texto ser acolhido no texto do Relator. É a sugestão que faço.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se são águas passadas, são águas passadas, mas eu estava inscrito. Estava junto da televisão e não me ouvi chamado para discutir a matéria no mérito. E eu estava pronto para discutir a matéria no mérito. Fui surpreendido com a votação da parte principal. Eu estava inscrito, estava inscrito o Senador Jereissati, estava inscrito o Senador Marconi Perillo. Nós...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço desculpas a V. Ex^{as}. Talvez a transição que se efetiva entre um Presidente e outro tenha levado a essa omissão. Eu não estava presidindo desde início, porque fui participar de uma reunião partidária. Cheguei aqui e não levei em consideração, certamente, as inscrições.

Peço desculpas a V. Ex^a e acho que, durante a votação, ainda haverá oportunidade de V. Ex^a colocar os argumentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vou fazer a V. Ex^a um pedido. Senador Tasso, vou fazer um pedido.

Nós temos um entendimento em andamento. Nós levantamos... Inclusive, aqui, vou repetir qual é a preocupação do PSDB: são quatro pontos. Queria pedir a V. Ex^a que concedesse o tempo necessário, para que o Senador Tasso Jereissati fizesse uma exposição sobre a nossa visão do PSDB sobre a matéria e sobre o entendimento que está em andamento, deixando

bem claro que levantamos uma lebre e já, sobre ela, conversamos com o Líder Romero Jucá.

Aqui, acertamos uma porção de coisas. E vai para a Câmara a matéria, como se fossem dois Governos, como se houvesse o Governo do A e o Governo do B. De repente, cai tudo na Câmara. Nós ficamos com a boa intenção, porque as propostas que fizemos ao Governo e a que o Governo contrapropôs-se, chegando-se a um consenso, a um meio-termo, são boas, melhoram substancialmente a feição dessa lei. Mas perguntamos ao Líder qual seria a garantia que teríamos de que o Governo não seria um na Câmara e outro no Senado, porque aqui já ouvimos falar de pressão, para negociar TCU. Nós não vamos negociar nada disso. Estamos chegando perto desse acordo.

Estou-me sentido muito surpreendido, Sr. Presidente, porque não estava nos nossos planos esse corte. Peço-lhe algo em nome do bom andamento da Casa. O Senador Jereissati falaria, explicaria...

Foi votado o texto principal, não foi?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só foram votados os requerimentos.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, para encaminhar a votação.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, não foi votado nada do mérito da matéria ainda?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ainda não. Só os requerimentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, Sr. Presidente, mas estávamos inscritos para discutir. Não fomos chamados, a discussão se encerrou, passando-se por cima de uma prerrogativa nossa. Essa é a questão. Estamos sem voz. Ou seja, deixamos o forte dos nossos argumentos para a fase do mérito e...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Ex^{as} podem encaminhar a votação, inclusive fazendo um debate sobre o mérito. Não vejo impedimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, o Senador Tasso Jereissati fala sobre o que falaríamos na parte do mérito, discorre sobre nossa preocupação em cima dos acordos e sobre cada ponto de acordo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, queria primeiro agradecer ao Presidente a compreensão.

Trata-se de uma medida provisória que requer de todos nós muita atenção. E, por essa razão, queríamos colocar previamente ao Plenário do Senado – para que

todos os Senadores possam ouvir, principalmente os Senadores da Oposição e também os Senadores da base – que está sendo encaminhado um acordo para votação, com base em alguns pontos que colocamos como vitais, para que essa medida provisória possa ser aprovada. São pontos que, se não forem acertados, na nossa opinião, causarão danos importantes ao Erário e ao andamento, inclusive, desta sessão. Quais são os pontos?

É colocada na medida provisória a possibilidade de o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal comprarem instituições e manterem subsidiárias, compradas e adquiridas durante esse processo sem nenhum tipo de licitação, sem nenhum tipo de controle, sem nenhum tipo de supervisão. Entendemos que, num momento como este, essa medida pode e é necessária, desde que seja provisória e que haja determinados controles, para que a sociedade brasileira possa ter consciência daquilo que está acontecendo com o Tesouro Nacional em função da solução da crise.

Primeiro ponto: ao vigorar, essa medida não pode ser por tempo indeterminado. É claro, lógico, cristalino que uma medida que dá ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, duas instituições de crédito que pertencem ao Governo, o direito de comprar bancos e instituições financeiras sem qualquer tipo de limite ou fiscalização e sem licitação não pode ser indefinida. Tem de haver um limite de prazo que perdure durante a época em que consideramos que essa crise possa vir a perdurar, e colocamos como sugestão à proposta do Governo que essa liberdade, essa liberalidade das instituições perdure por um ano, com a possibilidade de prorrogação por mais um ano, desde que, acabado o período de um ano, seja feita uma prestação de contas ao Senado Federal. Isso nós achamos fundamental. Acho que não precisa haver maiores esclarecimentos, porque é cristalino que nenhum governo do mundo tem esse poder, até governos autoritários não tiveram esse poder.

Segundo ponto: à Caixa Econômica foi dada também a possibilidade de comprar construtoras em função da crise, para que obras não sejam paradas. Ora, achamos absolutamente inconveniente, sob todos os sentidos, desde o ético ao econômico, que a Caixa Econômica Federal passe a ser a grande financiadora de construtoras nas quais vai ter participação acionária e pode vir a ter até controle acionário. Não vemos sequer a justificativa para que a Caixa Econômica venha a ser dona de construtoras. Se a justificativa é procedente para instituições financeiras é porque essas têm risco sistêmico. Um banco, ao quebrar, quebra outro, que quebra outro, e assim se vai causando

uma cadeia de problemas e de desastres, que devem ser evitados.

Já no caso de construtora, não existe o risco sistêmico. E construtoras não precisam de capital. Precisam, sim, de capital de giro, e não de capital societário, para ter o Governo como seu sócio. Não vemos nenhuma razão para isso.

No entanto, mesmo em função disso, para mostrar a nossa boa vontade com o Governo e que estamos querendo, sim, cooperar, aceitamos uma proposta. Em vez de a Caixa Econômica se tornar sócia ou comprar construtoras, que possa fazer investimentos em projetos por meio da criação de uma sociedade de propósitos específicos para aquele determinado projeto. E isso seria feito mediante limitação: a de que o total de recursos públicos aportados nesse projeto privado não poderia ser superior a 40% do total de investimentos, para evitar, evidentemente, que haja lucro privado com total investimento público – como já o discutimos, quando da discussão das PPPs.

Essa é uma situação que colocamos como essencial, porque não entendemos que projetos totalmente privados e imobiliários venham a ter um aporte essencial – porque já o terão; 40% já são um aporte importante – do Erário, do dinheiro do contribuinte brasileiro.

O terceiro ponto que colocamos, e para o qual pedimos a retirada, é aquele em que a União colocaria R\$3 bilhões no BNDES para que este emprestasse às empreiteiras responsáveis pelo PAC. Evidentemente que essa é uma discriminação inaceitável, é uma discriminação inconstitucional e, efetivamente, não tem o menor fundamento, não tem a menor justificativa sob nenhum ponto de vista. E me parece que o próprio Governo já reconhece que isso é quase que uma excrescência dentro desse projeto que aí foi colocado.

O último ponto que colocamos é referente ao fato de o Banco do Brasil e a Caixa Econômica virem a constituir subsidiárias sem a autorização do Congresso Nacional, o que também é inconstitucional. Não sei se já me referi a esse ponto. Pedimos e colocamos na nossa proposta de reformulação da medida provisória que, em caso de urgência, de dificuldade que possa causar algum tipo de risco sistêmico, o banco possa fazer a aquisição, mas, após o período de 180 dias, no máximo, essa aquisição venha a ser ratificada pelo Senado Federal. Dessa maneira, a subsidiária terá o aval do Legislativo, como já é proposto na Constituição Federal e como acontece em praticamente todos os projetos que envolvem diretamente recursos públicos.

Senador Arthur Virgílio quer apartear.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Tasso Jereissati, resumindo, V. Ex^a apresentou os ter-

mos do que foi acordado com o Governo. O prazo para aquisição de bancos privados por bancos oficiais seria de um ano, haveria apresentação de um relatório e, a partir desse relatório, poderia haver a prorrogação por mais um ano. Segundo ponto, a Caixa Econômica não poderia ser sócia, seria criada uma sociedade de propósitos específicos e o máximo...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Para um determinado projeto...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Para um determinado episódio, para cada episódio, e o máximo de recursos públicos, incluindo fundos de pensão, incluindo recursos da Caixa Econômica, o máximo de recursos públicos seria 40%. Ou seja, o empresário não fugiria do risco. Nós não ficaríamos naquele socialismo atoleimado de “o povo paga o prejuízo”; enfim, o empresário não tem risco nenhum e o povo, ou seja, a Caixa Econômica, se der tudo errado, arca com o prejuízo. Terceiro, o que nos chamou muita atenção...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E o empresário tem um lucro garantido, porque o empresário é o...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – E, na pior das hipóteses, quem perde é quem não é empresário, quem perde é quem está fora. Terceiro ponto, o PAC das empreiteiras, como já está sendo conhecido, R\$3 bilhões, fica fora. Ou seja, aquilo ali era um episódio vitorioso. Quarto, o banco oficial que comprasse um banco privado não poderia abrir subsidiárias. Alguém, na conversa que tivemos na bancada, deu um exemplo: alguém adquire o banco Tintintint e não pode ser uma subsidiária. Em 60 dias, teria que haver um pronunciamento desta Casa para que se pudesse...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB- CE) – Convalidar.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Convalidar ou não. Muito bem. Aí surgiu um quinto ponto, muito relevante, que foi levantado pelo senso óbvio de cada um de nós, que é: o Governo é uno e nós estamos negociando com o Ministro da Fazenda, com o Líder do Governo no Senado, mas, sobretudo, com o Ministro da Fazenda, porque o Governo tem o seu Líder na Câmara e os Líderes da base governista tanto lá como cá. O Ministro da Fazenda faz um acordo conosco aqui, depois faz outro lá, ou isso fica valendo. Creio que essa é a definição – e chamo a atenção do Senador Romero Jucá – que temos de obter do Governo, porque, senão – vamos ser bem francos –, ficamos nós com a boa intenção: isso aqui é bom, acredito que é bom. Ainda há pouco, dizia-me um companheiro muito respeitado por todos nós: “Por que não votamos contra, marcando nossa posição?”. Fico em dúvida porque votar contra isso, com esse aperfeiçoamento, não sei se é o mais

justo, não sei se é o mais correto. Agora, terrível é se votarmos a favor de um acordo muito bom e, depois, o acordo, porventura, não venha a ser honrado pelo Governo, porque “ah, os Deputados erraram; os Deputados não concordaram”, enfim. Não seria a primeira vez, já vimos esse filme outras vezes. Creio que teríamos que ouvir uma palavra do Líder do Governo para sabermos se estamos falando com a parte do Governo no Senado ou com o Governo como um todo, porque, senão, fica cosmético. Não podem nos acusar de não ter havido maturação. Não podem nos acusar de não ter havido tentativa de discutir e nem de fechamento para o diálogo. Fizemos o diálogo necessário. Credenciamos V. Ex^a, que conversou com o Líder do Governo, e as coisas avançaram a esses pontos que eu percebo que a nossa bancada inteira julga satisfatórios. A dúvida está em se esses pontos viram fumaça depois, servem para queimarmos etapa para votarmos não sei mais o que após ou se esses pontos são a nossa contribuição, aceita democraticamente pelo Governo na Câmara e no Senado, a nossa contribuição para uma lei melhor. Porque a partir do momento em que o que a gente opina aqui e que vira vontade do Senado se esfarea por lá, é negar os nossos eleitores, é negar a nossa representatividade, é negar o nosso direito de participar do processo legislativo. Felizmente, parece-me que ficou na história da boataria aquela coisa espúria de dizerem que, se não aprovássemos aqui o tal Fundo Soberano, que de soberano não tem coisa alguma, não se votaria na Câmara o nome do Senador José Jorge. Recuso-me a qualquer coisa que signifique eu chantagear alguém ou alguém me chantagear. Recuso-me terminantemente. Prefiro morrer a ser chantageado ou a chantagear; as duas coisas. Viver chantageando é melhor morrer, e morrer é melhor do que ser chantageado. Então, nós nem podemos conversar nesse nível. Eles têm que cumprir o dever, porque desfeitear agora a decisão do Senado é literalmente desfeitear a decisão do Senado. Estou tratando com agrupamentos políticos e não com a turma da molequeira. Estou tratando com agrupamentos políticos. Ontem, o Senado decidiu, em um prélio democrático, por 41 votos a 34, que tinha um candidato do Senado, não mais de quem quer que fosse, ao Tribunal de Contas da União. Se esse método é o correto, eu nem sei. Se fosse por mim, não haveria nomeação política; se fosse por mim, seria carreira mesmo. Mas não é assim. Dentro das regras legitimamente postas aí, fizemos uma eleição ontem. E a eleição agora vai virar moeda de troca por qualquer coisa? Inadmissível que seja assim! Inadmissível! Então, afastada essa história – e o Líder Jucá foi muito pronto em dizer que, se isso foi tolice ou primarismo, foi primarismo de quem

quer que fosse lá, mas é algo que está morto –, pergunto: alguém que é capaz de pensar uma coisa tola como esta, de desfeitear o Senado, não vai amanhã desfeitear o Senado de novo, desfazendo o que nós aqui acertamos? Eu gostaria muito de ouvir o Líder sobre esse tema, porque eu tenho, Sr. Presidente, a noção de que todo mundo aqui se leva a sério e eu, com certeza, me levo a sério. Não é brincadeira termos família, como temos, e estarmos às vésperas do Natal, como estamos, e pessoas esperando votações que interessam a elas nas galerias, na tribuna de honra, e nós aqui votando algo que talvez seja faz-de-conta; que seja faz-de-conta. Sinceramente, recuso-me a esse papel. Outro dia, eu disse a V. Ex^a precisamente, Senador Jereissati, que tem horas em que sinto como se eu participasse de um grande teatro; um grande teatro. Cada um joga o seu papel, enfim, e a gente não percebe – tamanha a perda de força desta Casa – o poder real. A decisão de ontem vai ser contestada a não ser que votemos o Fundo Soberano? Aqui, o que decidirmos, como decisão do Senado, não é acatado na Câmara? Então, não vale o que esta Casa pensa? Aí eu pergunto: o que estamos fazendo nós aqui às vésperas do Natal, perto do Ano Novo, com família, como temos? Pessoas que estão todas elas, todos nós estamos com desgaste de saúde, com desgastes psicológicos, estamos todos à beira da exaustão, porque não foi pouco o que trabalhamos, o que labutamos aqui. São perguntas que eu quero fazer.

Mas quero parabenizar V. Ex^a pela clarividente, pela lúcida gestão que fez, que redundou nesses quatro pontos. E acrescentamos, como da Bancada, um quinto ponto: como se garantirá o cumprimento desse acordo? Foi um bom acordo. Entendo que isso é ser construtivo. Amanhã, não me venha o Presidente dizer que estão rezando para dar errado, porque estamos aqui com essas medidas protegendo o Governo dele, evitando negociatas, evitando escândalos, evitando corrupção no Governo dele. Esse é o papel de quem faz oposição a sério, é o papel de quem não se opõe ao País, mas se opõe a erros de um governo. E o Governo não pode ter a pretensão de achar que o que escreveu no Palácio do Planalto é a forma última e acabada de uma lei. Então, eu me pergunto: para que eu? Para que V. Ex^a, Senador Arruda? Para que V. Ex^a, Senador Garibaldi? Então, é melhor nós reentronizarmos o General Médici no comando do País. Não entendo que alguém possa aceitar que seu mandato não vale nada! O meu mandato vale! E meu mandato está expressado aqui. Quem exprime meu mandato é isto aqui. O que veio de lá não é meu mandato. Meu mandato está aqui no acordo que V. Ex^a fez e que nós avalizamos. Temos, portanto, de ter a garantia de que

esse acordo vai funcionar. Parabéns a V. Ex^a! Entendo que é uma contribuição madura e consciente que estamos dando para o aperfeiçoamento de uma lei que chegou aqui torta, mas que sairá daqui com boa cara, com cara de país, se é que somos capazes de segurar até o final. Eu gostaria de ouvir o Líder Romero Jucá sobre esse episódio. Seria terrível se isso tudo fosse em vão. De novo, parabéns a V. Ex^a!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Ouço o Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – O Senador Arthur Virgílio tocou em alguns pontos centrais dessa matéria e, de forma muito oportuna, na questão da consistência do que decidimos aqui. Todos reconhecem – uns mais, outros menos – que o País vive momentos de provável dificuldade. Mais do que sinais de desemprego, já há algum desemprego. Há problemas generalizados de confiança. Nesse cenário, o Governo deseja – pelo menos é o que diz – tomar providências para enfrentar, agora e no futuro, uma crise possível, na qual ninguém acreditava antes, mas que se vai confirmando lentamente. Ora, o Presidente da República foi à televisão dezenas de vezes – ele o faz todo dia –, com sua imensa popularidade. Entre as muitas coisas que vem dizendo, no núcleo do que fala, está o seguinte: “Eu desejo que essa crise não se apresente ao Brasil, que tem musculatura para enfrentar essa crise. Porém, alguns brasileiros, que não são verdadeiramente patriotas [não é com esse vocabulário que o Presidente fala, mas, sim, com outro], esses torcem para que a crise chegue”. Deve ficar claro e está ficando muito claro mesmo, pela palavra do Líder Arthur Virgílio, pelo exemplo da negociação que o Senador Tasso fez com o Senador Líder do Governo, que não queremos outra coisa senão contribuir para que a crise não se agrave. Essa discussão de hoje, a gente a faz com enorme boa vontade, considerando que efetivamente o Brasil precisa de alguns instrumentos excepcionais para enfrentar uma crise que não foi inventada aqui, que nada tem a ver com o governo que acabou. Fizemos uma negociação honesta, tranqüila e segura com o Líder Romero, que consideramos. Os pontos acertados são, se não suficientes, importantes para que as possibilidades de dano da má utilização dessas medidas e algum conteúdo dessas medidas com o qual não concordamos sejam de uma ou de outra forma controlados. Houve acerto, aprovação. É coisa muito séria, mas mais sério ainda é que, se decidirmos isso aqui, numa matéria que interessa ao País inteiro, não teremos 10% de certeza de que isso vai se confirmar lá adiante, na Câmara, logo a seguir, algumas horas a seguir. No passado, muitas vezes,

coisas foram acertadas aqui e desfeitas lá. O Governo cedeu hoje, fez alguns ajustes aqui que podem ser amanhã alterados na Câmara. Há uma crise, há um Presidente da República, e só existe para nós a presença do Líder Romero Jucá para dizer que vai fazer o possível para que o que ele combine, acerte e seja aprovado aqui prevaleça na Câmara. Com todo o respeito e consideração que temos pelo Líder Romero, digo que isso é muito pouco, em face da forma como o Governo regularmente não cumpre o que combina, muito menos quando há a possibilidade de alterar a matéria na Câmara, sempre com aquele argumento de que não é possível controlar na Câmara o que aqui é possível acertar. Essa questão tem de ser resolvida, e faz-se necessária uma manifestação clara para que ela seja resolvida e equacionada, se é que o Governo leva a sério a crise, se é que há a necessidade de essa Medida Provisória ser concretizada. Por que não a manifestação do Governo? Eu me lembro muito bem que, na votação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), já estávamos quase todos decididos a ir embora, quando chegou aqui uma carta do Presidente Lula que mal foi lida e na qual ele dizia que iria cumprir, se fizessem o acordo, as adaptações que estavam defendendo que fossem feitas no Senado Federal. Por que o Governo não se manifesta agora para dizer que o que fizemos agora vai ser respeitado na Câmara? Por que essa manifestação não se dá de forma absolutamente convincente? Por que o Ministro da Casa Civil – nem sei se é esse o Ministro –, o Ministro que cuida do Congresso, o Ministro José Múcio, o Ministro da Fazenda, alguém não toma providência, se é que está preocupado, como estamos, com a crise, no sentido de, imediatamente, dirigir-se ao Senado para dizer: “O acordo feito aí pelo Líder Romero Jucá, nós vamos honrá-lo na Câmara”. O Governo que está representado no Senado é o mesmo Governo que está representado na Câmara. O Governo que tem maioria no Senado é o mesmo Governo que tem maioria na Câmara. E esse Governo tem, seguramente, competência para garantir suas maiorias, porque já o fez muitas vezes, especialmente na Câmara Federal. Então, Senador Tasso Jereissati, o que sugiro é que haja uma manifestação do Governo, no sentido de que esse seu acordo, o acordo feito com V. Ex^a e com o Líder Romero Jucá, apoiado por todos nós, seja honrado na Câmara Federal. Que a palavra do Governo esteja empenhada mais do que a palavra do Senador Romero Jucá, na qual acreditamos, mas que não é suficiente, porque S. Ex^a não é o Governo! S. Ex^a não pode dizer o que vai acontecer na Câmara, mas, seguramente, o Governo do Presidente Lula pode fazê-lo, pelo menos é o que esperamos – temos

convicção disso. Que se faça isso logo, para que possamos votar essa matéria com a consciência tranqüila, com absoluta clareza sobre o que estamos fazendo! Todas as emendas que foram apresentadas, todos os acertos que foram discutidos com o Senador Tasso Jereissati são absolutamente pertinentes, absolutamente lógicos, absolutamente defensáveis, publicamente sustentáveis. Se o fizermos, poderemos sustentá-lo perante a opinião pública, da mesma forma que o Governo pode fazer perante aqueles que estão do seu lado e que têm compromisso com ele. São emendas feitas para melhorar o projeto, não para prejudicá-lo. Então, que o Governo fale que vai cumprir na Câmara o que acertou aqui o Líder Romero Jucá!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio e Senador Sérgio Guerra. As ponderações que V. Ex^{as} fazem agora são claramente resultado do consenso dentro da nossa Bancada, que tem uma preocupação bastante clara. Não é uma preocupação à toa, pois decorre de outros momentos em que já fizemos acordos aqui com o Senador Jucá. E quero ressaltar que, em todo entendimento com o Senador Jucá, S. Ex^a manifestou a maior boa vontade no sentido de haver uma negociação, uma abertura, e conseguimos fazê-lo num nível muito bom de entendimento, procurando ajudar e procurando acertar. No entanto, sabemos que, em muitas decisões do Senador Jucá – aqui isso já aconteceu –, ao chegarem as matérias na Câmara, por iniciativa do próprio Governo, eles voltaram atrás.

Então, é fundamental – concordo com tudo aquilo que foi dito – que haja aqui uma palavra do Governo, pública, com relação a isso. É fundamental a palavra do Governo nos entendimentos políticos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço que V. Ex^a me inscreva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Marconi Perillo, V. Ex^a vai ser inscrito para encaminhar a votação da matéria.

Tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tivemos uma longa discussão, um debate, procurando exatamente construir uma alternativa que pudesse fazer com que a votação da Medida Provisória nº 443, que tem polêmica, tem divergência de entendimentos entre a base

do Governo e a oposição, pudesse fluir e ser votada rapidamente.

Construímos alternativas junto à Oposição, Sr. Presidente. Quero anunciar aqui, em nome do Governo, e quero dizer ao Senador Arthur Virgílio que entendo as suas preocupações, mas que aqui falo pelo Governo, porque estou autorizado tanto na área técnica, pelo Ministério da Fazenda, com quem tratei essas emendas, quanto com a área política, tendo tratado com o Ministro José Múcio. Portanto, a posição que vou relatar aqui é uma posição de Governo. Essa posição será mantida pela coordenação política do Governo na Câmara dos Deputados, segundo posicionamento do Ministro José Múcio, coordenador político do Governo.

Acertamos seis emendas, que serão acrescidas pelo Senador Raupp, que está atuando como relator *ad hoc* no lugar do Senador Valter Pereira. Seis emendas que foram inicialmente colocadas pela Oposição e foram ajustadas no texto por mim, com a supervisão, com a discussão técnica da equipe do Ministério da Fazenda. A primeira emenda dá ao § 4º do art. 2º uma redação que diz o seguinte:

“Art.2º.....

.....

§ 4º *A autorização prevista no caput desse artigo é válida até 31 de dezembro de 2009, podendo ser prorrogada até (doze) meses, por decreto do Presidente da República, que deverá conter, em seu corpo, a justificativa circunstanciada da necessidade de tal prorrogação de prazo, e, acompanhado de relatório das operações realizadas, a ser encaminhado ao Senado Federal. (NR)”*

Portanto, o prazo de duração dos instrumentos de atuação do Governo Federal que estamos aprovando nessa medida provisória será de dois anos. Um ano, renovada automaticamente por mais um ano, com relatório de acompanhamento e de justificativa encaminhado ao Senado Federal. Essa emenda está acatada da forma como está redigida.

Uma segunda emenda que trata da questão renumera o art. 3º para art. 4º e o atual art. 4º para o art. 3º, alterando o atual parágrafo único do art. 3º, já renumerado pelo art. 4º para o § 1º. E acrescenta os §§ 2º e 3º ao PLV nº 30. Esse artigo trata especificamente da alocação de recursos públicos e empreendimentos e diz o seguinte:

“Art. 4º. A realização dos negócios jurídicos de que tratam os arts. 1º, 2º e 3º dessa lei poderá ocorrer sob qualquer forma de aquisição de ações ou participação societárias previstas em lei.”

§ 1º. Os negócios jurídicos referidos no caput desse artigo com sociedades do ramo da construção civil serão realizados por empresas constituídas sob a forma de Sociedades de Propósito Específico – SPE para a execução de empreendimentos imobiliários, inclusive mediante a emissão de debêntures conversíveis em ações.

§ 2º. No caso dos negócios jurídicos de que trata o Art. 3º, não poderão exceder a 40% (quarenta por cento) do total das fontes de recursos financeiros da sociedade de propósito específico, de contribuições de capital realizado cumulativamente por ...

Quero chamar a atenção nesse § 2º de que na proposição encaminhada pela oposição, havia também limitação para as operações de crédito. Mas nós, em tratativa com o Senador Tasso Jereissati, e a equipe técnica da oposição, retiramos essa questão das operações de crédito. É importante que fique clara essa questão.

Então, voltando.

“Contribuições de capital realizadas cumulativamente por:

I – entidades fechadas de previdência complementar, que tenham contribuições patronais de empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União;

II – empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º neste artigo, entende-se por fonte de recursos financeiros as operações de crédito e contribuições de capital à sociedade de propósito específico.”

Aliás, aqui têm que sair também as operações de crédito, que estão repetidas aqui embaixo.

Outra modificação feita no relatório é que: Suprima-se, em sua integralidade, o Art. 7º do PLV, o que definia recursos específicos do BNDES, como linhas de financiamento para construtoras de obras do PAC.

Outra modificação: Acrescenta-se ao art. 1º do PLV um parágrafo único com os seguintes dizeres:

Parágrafo único. As subsidiárias integrais ou controladas de que trata o caput, serão constituídas e dependerão, em cada caso, de convalidação no prazo de 180 dias pelo Senado Federal.(NR)”

Por fim, há ainda duas emendas:

Acrescente-se, onde couber, um § ao art. 2º do PLV.

“Art.2º.....
.....

§. A realização dos negócios jurídicos mencionados no caput, quando resultar em alienação de controle acionário da instituição adquirida, será condicionada à aprovação prévia do legislativo, de acordo com os incisos XIX e XX, do art. 37, da Constituição Federal, observado o que dispõe o seu art. 62.

Por fim, dá-se uma nova redação ao § 2º do art. 2º do PLV.

Art. 2º (...)

§ 2º Na hipótese prevista do caput será observado o seguinte:

I – do preço a ser desembolsado na operação de aquisição de participação societária, deverá ser apartada parcela para depósito em conta aberta junto à instituição financeira adquirente, para fazer frente a eventuais passivos contingentes não identificados;

II – fica o Banco do Brasil S. A ou a Caixa Econômica Federal, conforme o caso, autorizada a debitar a referida conta sempre que identificado passivo de que trata o inciso I, nos termos estabelecidos no contrato de aquisição;

III – a parcela de que trata o inciso I será definida por auditor externo independente, considerada a análise de risco da respectiva operação.”

Ou seja, em vez do limite de 20%, colocado inicialmente pelo Relator Valter Pereira, na emenda do Senador Tasso Jereissati, nós estamos construindo que haverá uma identificação de risco e a parcela será a de identificação de risco.

Para determinadas operações será menos do que 20% e para determinadas operações poderá ser mais do que 20%. Portanto, não se onera a operação de forma igual se os riscos são diferentes.

Portanto, Sr. Presidente, essas são as modificações feitas dentro do entendimento que passo à mão do Senador Raupp para ser incluído no relatório que nós vamos votar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentei quatro

destaques a emendas que foram apresentadas na Câmara e rejeitadas por ela: Emenda nº 36, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia, Emenda nº 14, do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, Emenda nº 29, do Deputado José Aníbal, Emenda nº 15, de autoria do Deputado Guilherme Campos.

A Emenda nº 36 determina que se acrescente um parágrafo ao art. 2º da Medida Provisória nº 443, renumerando-se os demais parágrafos. Esse parágrafo ficaria assim escrito:

§ 1º As aquisições de participação em instituições privadas a que se refere o caput dependerão, em cada caso, de aprovação de projeto de lei pelo Congresso Nacional.

Justificação

A emenda visa sanar flagrante vício de inconstitucionalidade observado no *caput* do art. 2º da Medida Provisória nº 443, em vista do que dispõe o art. 37º, XX, da Constituição Federal:

“depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada”.

Como as medidas provisórias possuem caráter de lei a partir de sua edição, não se verifica o cumprimento da “autorização legislativa” prévia determinada pela Carta Magna, o que torna a MP inconstitucional.

Com efeito, a emenda proposta – ao estabelecer a necessidade de autorização legislativa, via projeto de lei, para cada caso de aquisição de participações em instituições privadas – busca sanar evidente vício de inconstitucionalidade do art. 2º desta medida provisória, tornando-o consonante com o inciso XX do art. 37 da Constituição Federal.

Penso que esse destaque e essa emenda, salvo melhor juízo, Senador Tasso Jereissati, que requer aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei, já estão contemplados no acordo de V. Exª com o Senador Romero Jucá. Se estiverem, no momento oportuno, certamente vamos fazer a retirada do destaque.

A Emenda nº 14, de iniciativa do Deputado Mendes Thame, sugere que se dê ao inciso I do art. 1º da MP nº 443 a seguinte redação:

I – estabelecer critérios e condições especiais de avaliação e de aceitação de ativos recebidos pelo Banco Central do Brasil em operações de redesconto em moeda nacional ou em garantia de operações de empréstimo em moeda estrangeira, preferencialmente para as operações denominadas Antecipação de

Contratos de Câmbio (ACC) com empresas brasileiras exportadoras e para crédito agrícola; e.

Eu creio, Senador Romero Jucá, que essa emenda, de iniciativa do Deputado Mendes Thame, aperfeiçoa e dá garantias reais à medida provisória.

A atual crise de liquidez que se evidencia nos mercados brasileiros está colocando em risco a continuidade do crescimento das exportações, que costumam se financiar por meio das Antecipações de Contrato de Câmbio (ACC), operações bastante comuns no âmbito das instituições bancárias de grande e médio porte brasileiras. Por outro lado, a pauta de nossas exportações apresenta particular pujança a partir do agronegócio, que não apenas está representado pelo complexo soja, mas que também envolve carnes *in natura* e processada, e outras *commodities*.

Pediria a atenção do Líder do Governo – daqui a pouco vou falar com S. Exª – para essa emenda que, na minha opinião, aperfeiçoa a questão.

De iniciativa do Deputado José Aníbal, apresento destaque à Emenda nº 29, que também sugere uma nova redação para o art. 2º da MP nº 443. Ficaria assim a redação do § 2º:

Art. 2º
.....

§ 2º Na hipótese prevista no caput, o Conselho Monetário Nacional deverá fixar percentual mínimo do preço a ser desembolsado na operação de aquisição de participação societária, que deverá ser apartado para depósito em conta aberta junto à instituição financeira adquirente, para fazer frente a eventuais passivos contingentes não identificados, ficando o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal, conforme o caso, autorizado a debitar a referida conta sempre que identificado algum passivo dessa ordem, nos termos fixados no contrato de aquisição.

§ 3º Os dirigentes do Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal responderão civil e criminalmente, na hipótese de detecção de passivos não identificados em valor excedente ao percentual a que se refere o parágrafo anterior.

Creio também que essa emenda esteja contemplada no acordo. Se estiver, certamente vamos reavaliar.

Por último, um destaque a uma emenda de iniciativa do Deputado Guilherme Campos, que também sugere a inclusão do § 3º ao art. 1º.

§ 3º A autorização de que trata o caput restringe-se a instituições e/ou empresas.

A emenda visa minimizar os riscos ao sistema financeiro nacional, fixando critérios que, se atendidos, justificam a aquisição, pelo Tesouro Nacional, de participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, situadas no Brasil.

Esta Medida Provisória nº 443, editada pelo Governo Federal em outubro, que autoriza a Caixa Econômica e o Banco do Brasil a constituírem subsidiárias e adquirirem participações em instituições financeiras privadas sediadas no Brasil, com o objetivo de reforçar as garantias para se evitar um possível risco sistêmico, precisa ser aprimorada. Portanto, tem razão o PSDB bem como o Democratas ao propugnarem por um acordo que garanta alguns pressupostos mínimos para que as apurações sejam corretas.

Sr. Presidente, encerrando aqui o meu encaminhamento, gostaria de propor ao Senador Romero Jucá que aceitasse, aquiescesse a uma inversão de pauta. Gostaríamos de votar as duas medidas provisórias, e estamos concluindo os ajustes necessários, mas pediria a V. Exª que invertesse a pauta, pois precisamos colocar em votação a Emenda nº 20 antes do fundo soberano, que é muito polêmico. Digo isso porque, pelo que estamos percebendo claramente, se não votarmos a Emenda nº 20 antes do fundo soberano, certamente restará prejudicada a apreciação da referida emenda.

Todos que estamos acompanhando sabemos que, se formos votar primeiro o fundo soberano, não vamos concluir a votação no dia de hoje.

Esse é um apelo que faço aos líderes, especialmente ao Líder Romero Jucá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O Senador Arthur Virgílio ainda deseja encaminhar a votação? *(Pausa.)*

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, observamos o episódio de um acordo. E volto a repisar os termos desse acordo para encaminhar, com a consciência tranquila, a favor da aprovação da matéria.

Designamos o Senador Tasso Jereissati para cuidar do assunto, para debastar as dúvidas, e S. Exª se houve com muita competência. Reconhecemos a boa vontade com que trabalhou o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, e não tenho dúvida de que o caminho mais justo não seria o de meramente marcarmos posição, votando contra uma matéria ruim, mas

seria transformarmos uma matéria ruim numa matéria boa, que virasse efetivamente um instrumento de combate à crise econômica que aí está.

Então, as mexidas foram quatro: o período para aquisição de bancos privados por bancos oficiais é de um ano, com um relatório que o Governo apresentaria, e depois poderia prorrogar por um ano se fosse necessário – e eu não vejo sequer que tivesse havido a primeira necessidade, porque, em função do Proer, que foi tão combatido por quem está no governo hoje, o Brasil não apresentou o menor risco de quebra de bancos. A Europa foi a uma situação extrema. O sistema financeiro brasileiro é mais sólido que o da Europa graças àquele Proer, tão criticado nas passeatas e tão útil como instrumento de defesa da estabilidade da economia brasileira.

O segundo ponto foi o limite de 40% de recursos públicos para as sociedades de propósitos específicos que fossem constituídas pela Caixa Econômica Federal a cada aquisição que porventura viesse a fazer, a cada participação societária que essa sociedade específica fosse fazer com alguma construtora em dificuldades. Seria uma medida de proteção ao emprego. Entendemos que não tem por que ser mais que 40% de recursos públicos – não tem por quê. Não podemos ficar fazendo esse capitalismo em que não tem risco para o empresário. Tem que ter risco. Portanto, tem que entrar com 60% para que, na hora do socorro, se limite em 40% a participação estatal.

O terceiro item, Senador Romero, qual foi?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O socorro às empreiteiras.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ah, sim, o socorro às empreiteiras do PAC no valor de R\$3 bilhões, abrindo uma possibilidade discricionária, que não cheiraria a um encaminhamento ético. Isso foi extirpado do projeto.

E, finalmente, o quarto item, Senador Romero Jucá, qual foi? *(Pausa.)*

Ah, sim, não poderia haver a criação de subsidiárias. E, 60 dias depois de uma eventual...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Em até 180 dias o Senado terá que convalidar a abertura da subsidiária.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sob pena de o negócio ser invalidado.

Julgamos que isso é muito satisfatório e que isso é bom para o País, não deixa de ser um bom instrumento na mão do Governo e é uma boa satisfação que a Oposição dá.

Perguntamos uma quinta coisa: isso não seria desfeito na Câmara?

O Governo, amanhã, diria que o acerto do Senado não tinha nada a ver com o da Câmara, como se houvesse o governo do “a” e o governo do “b”. O Senador Romero Jucá foi à tribuna e disse que falava em nome do Governo, portanto em nome do Presidente da República, em nome dos Ministros da área econômica, em nome do Ministro da área política do Governo.

Nós, então, entendemos que a nossa opção ficava restrita entre termos feito um acordo bom e, por desconfiança, não votarmos naquilo que construímos, ou votarmos naquilo que construímos por entender que isso é bom para o País. Se, amanhã, o Governo não honrar, nós cobraremos de outro jeito. Não vamos jogar na desconfiança, vamos jogar na boa-fé. Esse é um instrumento.

Há gente apressada, que acha que devia ter sido votado antes. Votar o quê? Uma coisa ruim? É melhor não votar nunca do que votar uma coisa ruim. Então, votamos com muita consciência. Sabemos o que estamos votando e acreditamos que esse debate valeu, teve um conteúdo pedagógico muito importante.

E estribado nisso, Sr. Presidente, nós do PSDB encaminharemos o voto “sim” à matéria, em função desse acordo, que, tenho certeza, será cumprido pelo Governo com hombridade, com espírito público, com honradez. Porque não se faz acordo para não se cumprir; faz-se acordo para se cumprir. Se as cláusulas são impossíveis, que o Governo diga e que, em algum momento, nos enfrente no voto. Mas, se quer o consenso, cumpra aquilo com que se comprometeu.

Portanto, Sr. Presidente, encaminho, pelo PSDB, o voto “sim”, favorável à aprovação do projeto que converte em lei a Medida Provisória nº 443.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Relator, que tem prioridade para falar a qualquer momento da votação.

PARECER Nº 1.302, DE 2008–PLEN

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para proferir parecer.) – É com muito prazer, Sr. Presidente, é que relato *ad hoc*, tendo em vista que o Relator, Senador Valter Pereira, teve que se deslocar ao Mato Grosso do Sul para receber uma homenagem. Ele já está voltando, mas não vai chegar a tempo de fazer este relatório.

Foram seis emendas. As emendas não têm número ainda, mas foram seis emendas acordadas com a Liderança do Governo, e o nosso relatório é pela aprovação, Sr. Presidente.

São as seguintes as emendas:

EMENDA Nº 123 – REL

(Ao PLV Nº 30, de 2008)

Dê-se ao § 4º do Art. 2º do PLV nº 30, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 2º
.....

§ 4º A autorização prevista no **caput** deste artigo é válida até 31 de dezembro de 2009, podendo ser prorrogada por até (doze) meses, por decreto do Presidente da República, que deverá conter, em seu corpo, a justificativa circunstanciada da necessidade de tal prorrogação de prazo, e, acompanhado de relatório das operações realizadas, ser encaminhado ao Senado Federal. (NR)”

Justificação

Esta emenda procura estabelecer um prazo de validade para que o prazo que o Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) possam participar das operações de aquisição de participações em instituições financeiras e/ou constituição de subsidiárias de que trata esse PLV. Não faz sentido tornar a CEF e o BB, permanentemente, como braços do governo em processo de estatização de instituições financeiras ou não financeiras. Essa permissão deve ser temporária e utilizada em circunstâncias muito especiais em caso de necessidade de reduzir a possibilidade de risco sistêmico decorrente do possível fechamento de instituições financeiras.

Sala das Sessões,

EMENDA Nº 124 – REL

Renumere-se o atual art. 3º para art. 4º, o atual art. 4º para art. 3º, alterando o atual parágrafo único do art. 3º, já renumerado para art. 4º, para parágrafo § 1º e acrescente os parágrafos 2º e 3º ao PLV Nº 30, de 2008, com as seguintes redações:

“Art. 4º: A realização dos negócios jurídicos de que tratam os arts. 1º, 2º e 3º desta lei poderá ocorrer sob qualquer forma de aquisição de ações ou participações societárias previstas em lei”.

§ 1º Os negócios jurídicos referidos no **caput** deste artigo com sociedades do ramo da construção civil serão realizados com empresas constituídas sob a forma de Sociedades de Propósito Específico – SPE para a execução de empreendimentos imobiliários, inclusive mediante emissão de debêntures conversíveis em ações.

§ 2º No caso dos negócios jurídicos de que trata o art. 3º, não poderão exceder a 40%

(quarenta por cento) do total das fontes de recursos financeiros da sociedade de propósito específico, contribuições de capital realizadas cumulativamente por:

I – entidades fechadas de previdência complementar, que tenham contribuições patronais de empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União;

II – empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º neste artigo, entende-se por fonte de recursos financeiros contribuições de capital à sociedade de propósito específico”.

EMENDA Nº 125 – REL
(Ao PLV Nº 30, de 2008)

Suprima-se, em sua integralidade, o Art. 7º do PLV nº 30 de 2008, a seguinte redação:

Justificação

O Art. 7º do PLV Nº 30, acrescentado no último momento pelo Relator da MP Nº 443/2008 na Câmara dos Deputados, dispõe sobre benefício às empresas contratadas pelo governo para executar obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O dispositivo autoriza a União a conceder crédito especial a essas empresas por meio do BNDES, no valor de R\$3 bilhões. Para esse financiamento, a União poderá emitir – sob a forma de colocação direta em favor do BNDES – títulos da dívida pública mobiliária federal. No nosso entender, não há qualquer fundamentação, a não ser política, que justifique esse tratamento diferenciado. Por essa razão, requeremos que esse art. 7º seja retirado do Projeto de Lei de Conversão.

Sala das Sessões

EMENDA Nº 126–REL
(AO PLV nº 30 DE 2008)

Acrescente-se ao art. 1º do PLV Nº 30, de 2008, um Parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 1º

Parágrafo único. As subsidiárias integrais ou controladas de que trata o caput, serão constituídas e dependerá, de convalidação no prazo de cento oitenta dias pelo Senado Federal. “(NR)

EMENDA Nº 127 – REL.
(Ao PLV nº 30, de 2008)

Acrescente-se, onde couber, um § ao art. 2º do PLV 30, de 2008 (MP 443, de 2008), com as seguintes redações:

“Art. 2º

§ A realização dos negócios jurídicos mencionados no caput, quando resultar em alienação de controle acionário da instituição adquirida, será condicionada à aprovação prévia do legislativo, de acordo com os incisos XIX e XX, do art. 37, da Constituição Federal, observado o que dispõe o seu art. 62.

Justificação

O acréscimo do § visa sanar a inconstitucionalidade que poderá ocorrer quando os negócios de aquisição implicarem na alienação do controle acionário da instituição adquirida.

Sala das Sessões,

EMENDA Nº 128 – Rel
(Ao PLV nº 30 de 2008)

Dê-se a seguinte redação ao § 2º, do art. 2º, do PLV 30, de 2008:

“Art. 2º

§ 2º Na hipótese prevista no caput, será observado o seguinte:

I – do preço a ser desembolsado na operação de aquisição de participação societária, deverá ser apartada parcela para depósito em conta aberta junto à instituição financeira adquirente, para fazer frente a eventuais passivos contingentes não identificados;

II – fica o Banco do Brasil S.A. ou a Caixa Econômica Federal, conforme o caso, autorizado a debitar a referida conta sempre que identificado passivo de que trata o inciso I, nos termos estabelecidos no contrato de aquisição;

III – a parcela de que trata o inciso I será definida por auditor externo independente, considerada a análise de risco da respectiva operação.

.....”

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me considero atendido na emenda da definição do prazo. Há uma emenda destacada por mim que estabelece o prazo de um ano para a vigência da MP Nº 443, principalmente na atuação Banco do Brasil e Caixa Econômica na compra de ativos.

Eu me considero atendido na medida em que o Governo considera, em seu relatório, o prazo de um ano, renovável por um ano automaticamente, submetendo um relatório da crise ao Poder Legislativo.

Eu retiraria, portanto, essa emenda.

Com relação à segunda emenda, da qual não abro mão, faço uma proposta. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica estão autorizados pela MP Nº 443 a comprar ativos de instituições financeiras em dificuldades. Na minha opinião, a partir de agora, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica estariam como que com a reserva de mercado do pior, do lixo. À medida que a crise prosseguir, o que não desejamos, vai ficar reservada ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica a tarefa de comprar o que os outros não compraram, autorizados pela MP Nº 442. O que o mercado possibilitou já aconteceu.

Se a situação piorar, quem vai comprar compulsoriamente para salvar o barco do naufrágio serão o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, com a clara mazelação das duas instituições que hoje são sãs, ou seja, a MP Nº 443 está destinando ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica o papel de mazelação, vão ficar mazeladas as instituições que hoje são sãs.

E, mais do que isso, o estabelecimento da estatização do setor financeiro está sinalizado. Se o Relator concordar em colocar no texto, sim, Banco do Brasil e Caixa Econômica, mas com a obrigação de, no prazo de um ano, comprarem compulsoriamente de volta os ativos financeiros saneados, eu até retiraria a minha emenda. Do contrário, eu mantenho a minha emenda e pedirei verificação de quórum para apreciação da emenda que retira o Banco do Brasil e a Caixa Econômica da atuação para compra de ativos e coloca essa tarefa nas mãos do Tesouro, como é feito nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Alemanha e como foi feito por ocasião da salvação da agricultura brasileira, quando, em função de uma maxidesvalorização, criou-se o Pesa que foi operado não pelo Banco do Brasil, não pelo Banco do Nordeste, não pelo Basa, mas pelo Tesouro Nacional.

Por que agora, nesta crise, não se adota o mesmo critério? Em vez de mazelar Banco do Brasil e Caixa Econômica, dá-se a tarefa de sanear o sistema ao Tesouro Nacional.

É a proposta que faço aguardando uma posição do Governo para manter o meu destaque e a votação nominal da minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Raimundo Colombo. E faço um apelo a S. Ex^a para que seja breve, apesar de estar sendo injusto com V. Ex^a, porque deixei de pedir a outros, mas o processo está afunilando aqui para a votação.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Seirei breve e observarei o tempo regulamentar de cinco minutos.

Esse momento é importante, porque a verdade é que essa crise foi tratada com certa irresponsabilidade por autoridades do Governo que a colocaram ora como marolinha, ora como se não fosse aqui chegar, como se o Brasil não fosse sofrer nenhum impacto dessa crise, e todos sabemos que isso não é verdade. Lamentavelmente, a crise é global e vai chegar até o nosso País. É absolutamente necessário que o Governo tenha instrumentos, e outros países estão agindo dessa forma, estão mostrando o caminho para enfrentar esta que talvez seja uma das maiores crises da economia após aquela catástrofe de 29.

Por essa razão, a oposição – e o Senador Arthur Virgílio foi brilhante quando colocou isto aqui – poderia fazer o debate político, poderia inclusive votar apenas contra, mas esse não é o compromisso de Governo de oposição. Aqui está se discutindo uma questão essencial para o País como um todo, e o papel da oposição é exatamente contribuir, enriquecer, qualificar ainda mais a medida provisória. Essa, sim, se justifica como medida provisória, dado que é relevante e urgente pela realidade econômica em que estamos vivendo.

Então, no nosso ponto de vista, as ações que a oposição desenvolve aqui, as colaborações que estão aqui colocadas, como, por exemplo, a de estabelecer um prazo de vigor dessa medida provisória, e, evidentemente, se a crise se agravar, pode ser renovado. Ela está absolutamente sustentada na história do serviço público brasileiro, em que você faz uma lei para atacar uma questão de emergência e depois ela vai ficando, vai ficando, e o Governo se vale dela para tudo. Realmente, essa é uma emergência, mas, após a normalidade, não pode haver essa excepcionalidade. De tal forma que estabelecer um prazo é algo essencial para que se construa o consenso; do contrário, não é possível aprovar.

Sei, Senador Romero Jucá, que já tem prazo, e eu estou justificando que isso é necessário, como é necessário colocar também o limite para os recursos públicos em relação às empresas, às construtoras que vão ser incorporadas. Do contrário, vamos colocar um pronto-socorro com dinheiro público, para atender àqueles que, de forma ineficiente, conduziram os seus negócios.

Veja bem o que está acontecendo com as montadoras nos Estados Unidos. Está havendo um amplo debate, a situação é extremamente grave, mas, nem

assim, o Senado liberou da forma que queriam, porque exatamente tem que corrigir as coisas que estão erradas, porque eles perderam o mercado, ao longo do tempo, por não terem tido a competência de se inserir no mercado em condições adequadas.

Então, a outra emenda que estabelece um limite para o socorro – não gosto da palavra empreiteira – às construtoras, enfim, o fato de não atuarem no PAC é absolutamente essencial para colocar um controle nisso. E nada impede que, se necessário for, se reavalie a questão e se ampliem os valores.

Portanto, hoje, a oposição cumpre bem o seu papel, de forma madura, responsável, ao contrário de uma outra oposição que tivemos há tempos atrás aqui, que era contra tudo, contra todos, o tempo todo. Estamos aqui para colaborar e para nos unirmos em favor de enfrentar esta crise. É assim, de forma madura, que nós cumprimos bem o nosso papel.

Portanto, sinto que hoje aqui estamos, de forma madura, melhorando significativamente a Medida Provisória Nº 443, que, por uma questão de emergência, precisa e deve ser aceita.

Por essa razão, o nosso líder José Agripino tem trazido esse debate internamente, e isso nos preocupa a todos. É exatamente esse o encaminhamento necessário.

Peço, Sr. Presidente, agora já concluindo, que a medida provisória que trata da questão de Santa Catarina seja incluída na pauta para que possamos votá-la hoje, já que essa também é uma emergência. É absolutamente necessário que possamos votá-la, para darmos as condições necessárias para enfrentar aquela que é uma grande crise. Só nós sabemos o que estamos passando, embora tenhamos contado, de forma excepcional, com o apoio de toda a sociedade brasileira e também do Governo Federal.

Agradeço ao Presidente, dentro do compromisso de horário que havia estabelecido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Nós já debatemos bastante. Penso que poderíamos voltar a matéria com as emendas colocadas pelo Senador Valdir Raupp e, depois, votaríamos os destaques.

Como grande parte dos destaques já foram acautados parcialmente e os pareceres serão contrários, portanto, poderemos votar os destaques com parecer contrário em globo também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.670, DE 2008

Retirada de requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1.669, de 2008.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. – Senador **José Agripino**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica retirado o destaque.

Votação do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, sem prejuízo dos destaques e das emendas do Relator revisor.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Marconi Perillo.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 30, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008)

Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal ficam autorizados a constituir subsidiárias integrais ou controladas, com vistas no cumprimento de atividades de seu objeto social.

Art. 2º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e demais ramos descritos nos arts. 17 e 18 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no inciso X do caput do art. 10 daquela Lei.

§ 1º Para a aquisição prevista no caput deste artigo, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal contratarão empresas avaliadoras especializadas, cujos dirigentes não possuam interesses nas empresas sujeitas à

avaliação, observada a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, dispensado o procedimento licitatório em casos de justificada urgência.

§ 2° Na hipótese prevista no caput deste artigo, percentual do preço a ser desembolsado na operação de aquisição de participação societária poderá ser apartado para depósito em conta aberta na instituição financeira adquirente, para fazer frente a eventuais passivos contingentes não identificados, ficando o Banco do Brasil S.A. ou a Caixa Econômica Federal, conforme o caso, autorizado a debitar a referida conta sempre que identificado algum passivo dessa ordem, nos termos fixados no contrato de aquisição.

§ 3° É vedada a participação ou a aquisição de controle acionário das instituições referidas no art. 77 da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001, assim como a aquisição exclusivamente de carteiras de planos de previdência privada na modalidade de benefício definido.

§ 4° A autorização prevista no caput deste artigo é válida até 30 de junho de 2011, podendo ser prorrogada por até 12 (doze) meses, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 3° A realização dos negócios jurídicos mencionados nos arts. 1° e 2° desta Lei poderá ocorrer sob qualquer forma de aquisição de ações ou participações societárias previstas em lei.

Parágrafo único. Os negócios jurídicos referidos no caput deste artigo com sociedades do ramo da construção civil serão realizados com empresas constituídas sob a forma de Sociedades de Propósito Específico - SPE para a execução de empreendimentos imobiliários, inclusive mediante emissão de debêntures conversíveis em ações.

Art. 4º Fica autorizada a criação da empresa CAIXA - Banco de Investimentos S.A., sociedade por ações, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, com o objetivo de explorar atividades de banco de investimento, participações e demais operações previstas na legislação aplicável.

Art. 5º Fica dispensada de procedimento licitatório a venda para o Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal de participação acionária em instituições financeiras públicas.

Art. 6º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a realizar operações de swap de moedas com bancos centrais de outros países, nos limites e condições fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 7º Fica a União autorizada a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, para ser utilizado na abertura de linhas de crédito para capital de giro das empresas contratadas pelos governos federal, estaduais ou municipais, para execução de obras de infraestrutura no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

§ 1º O crédito será concedido assegurada a equivalência econômica da operação em relação ao custo de captação de longo prazo do Tesouro Nacional, na data de sua efetivação.

§ 2º Para fazer frente aos recursos de que trata o caput deste artigo, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta em favor do BNDES, títulos da dívida pública mobiliária federal, cujas características serão definidas pelo Ministro da Fazenda.

Art. 8º Fica criada, no Congresso Nacional, a Comissão Mista de Acompanhamento da Crise Financeira - CMACF, a quem caberá o monitoramento e a fiscalização das operações realizadas com base no mencionado art. 2º desta Lei, na forma a ser estabelecida em ato do Poder Legislativo.

§ 1º A CMACF concluirá seus trabalhos com a apresentação de relatório em até 180 (cento e oitenta) dias após terminada a vigência da autorização prevista no art. 2º desta Lei.

§ 2º O Banco Central do Brasil encaminhará à CMACF, até o último dia útil do mês subsequente ao fechamento dos negócios, relatório sobre as operações realizadas com base no disposto no art. 2º desta Lei.

§ 3º O relatório de que trata o § 2º deste artigo deverá indicar, entre outras informações, a situação patrimonial das instituições objeto de aquisição ou participação por parte da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil S.A., e a fundamentada justificativa para a sua realização.

§ 4º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal deverão encaminhar à CMACF, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao fechamento dos negócios, relatório sobre as operações realizadas com base no disposto no art. 2º desta Lei, do qual deverão constar, no mínimo, as empresas envolvidas, os valores investidos na aquisição

ou na participação, a fundamentada justificativa, a projeção de resultados, e a avaliação realizada internamente e por empresas externas contratadas.

§ 5º Para a análise dos relatórios recebidos pela CMACF, essa Comissão poderá requerer técnicos do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Receita Federal do Brasil, da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

Art. 9º O inciso I do § 1º do art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea c:

“Art. 29.
 § 1º
 I -

.....
 c) bens de que trata o § 1º-C do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, que gozem do benefício referido no caput do mencionado artigo;

..... ” (NR)

Art. 10. O art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 11 e 12:

“Art. 40.

.....
 § 11. Para fins de caracterização como pessoa jurídica preponderantemente exportadora, as receitas decorrentes das operações de que trata o caput do art. 2º da Lei nº 10.996, de 15 de

dezembro de 2004, poderão ser adicionadas à receita bruta decorrente de exportação para o exterior.

§ 12. O disposto no § 11 deste artigo não alcança receitas de vendas dos produtos relacionados no § 1º do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, bem como receitas de bens de informática e automação de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.”(NR)

Art. 11. A Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

“Art. 13-A. As empresas dos setores de tecnologia da informação - TI e de tecnologia da informação e da comunicação - TIC poderão excluir do lucro líquido os custos e despesas com capacitação de pessoal que atua no desenvolvimento de programas de computador (*software*) e nos serviços de TI e TIC de que trata o § 4º do art. 14 desta Lei, para efeito de apuração do lucro real, sem prejuízo da dedução normal.

Parágrafo único. A exclusão de que trata o caput deste artigo fica limitada ao valor do lucro real antes da própria exclusão, vedado o aproveitamento de eventual excesso em período de apuração posterior.”

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à votação das matérias destacadas.

Em votação o art. 7º e §§ 1º e 2º do Projeto de Lei de Conversão, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no caso, seria para retirar os meus destaques, visto que foi feito acordo com o líder Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª requer a retirada de todos os destaques de autoria de V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecer a Casa: as seis emendas que o Senador Raupp entregou já foram incorporadas ao texto ou serão votadas separadamente depois? Refiro-me às emendas do acordo que fizemos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As emendas do Relator serão votadas em globo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Muito bem, posteriormente.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto ao Senador Marconi Perillo se mantém o seu requerimento de destaque.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Senador José Agripino, com relação à Emenda nº 12?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Mantenho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mantém.

O Senador Jarbas Vasconcelos tem a palavra.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Exª não percebeu, mas, na votação anterior, além do Senador por Goiás, Marconi Perillo, também eu votei contra. V. Exª registrou apenas o voto do Senador Marconi Perillo. Eu voto contra o projeto e contra todos os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Registro o voto do Senador Jarbas Vasconcelos, que já antecipa que votará contra todos os destaques, além de ter votado contra o projeto.

Em votação as emendas do Relator revisor.

As Srªs. e Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Passemos agora à votação das emendas destacadas.

Inicialmente, a Emenda nº 12.

O Senador José Agripino tem a palavra para encaminhar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em função de não ter ouvido resposta do Líder do Governo à proposta que fiz para tentar facilitar o processo de votação, eu mantenho o destaque e vou pedir votação nominal nesta emenda.

O que eu desejo? Desejo que não se entregue ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica a tarefa de comprar ativos podres de instituições financeiras, mas que se reserve essa tarefa ao Tesouro Nacional. Assim se fez quando a agricultura, atingida pela máxidesvalorização de anos atrás, foi socorrida – e não foi socorrida pelos bancos credores. Não se deu ao Banco do Brasil, ao Banco da Amazônia, ao BNB, a nenhum banco regional ou estatal a tarefa de socorrer a agricultura atingida pela maxi. Deu-se ao Tesouro o instrumento chamado Pesa para socorrer uma crise – friso: ao Tesouro Nacional.

Nesta crise, os Estados Unidos e a Inglaterra, que foram os mais atingidos no planeta, não determinaram nem ao Bank of England, nem ao Bank of America, nem a nenhum banco estatal a atitude de comprar ativos de seguradoras ou bancos quebrados. Foi o tesouro nacional que, autorizado pelo legislativo, no caso dos Estados Unidos, passou a dispor de US\$750 bilhões para sanear o setor financeiro daquele país. No Brasil, deseja-se, com essa atitude preconizada pela MP nº 443, mazelar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica.

Eu, inclusive, até concordaria que se mantivessem as duas instituições, mas com a obrigatoriedade da recompra das ações pelas instituições que tivessem vendido ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica, mas nem isso foi aceito.

Em função da não-aceitação e desejando a preservação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, mantenho o meu destaque e vou pedir o voto “sim” à preservação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica e à realização do socorro às instituições financeiras pelo Tesouro Nacional.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, esta crise impõe novos desafios e novas atitudes.

Se nós analisarmos o comportamento do governo americano, mas também dos governos da União Europeia e do Japão, veremos que, nos Estados Unidos, o governo estatizou, sim, duas importantes instituições financeiras do setor imobiliário, as duas principais instituições, com um aporte de recursos de US\$200 bilhões. O governo americano aportou, só no Citibank, que é o maior banco, US\$340 bilhões, sendo US\$40 bilhões de participação acionária do Estado no banco e US\$300 bilhões na compra de ativo podre. Dezesete bancos, os mais importantes bancos americanos, receberam participação acionária do Estado. Portanto, é uma participação do Estado.

Gordon Brown, na Inglaterra, no auge da crise, sinalizou que essa atitude era uma forma de o governo, inclusive, preservar o interesse do contribuinte para que, num momento futuro, quando as coisas se normalizassem, essas ações pudessem ser colocadas a mercado, porque, com um prejuízo de US\$32 trilhões das bolsas de valores do mundo, o mercado de capitais está paralisado, não há emissão de ações, e recuperar, dessa forma, num futuro, que espero próximo, os recursos que foram aplicados para preservar a integridade sistêmica da economia mundial.

O Brasil não tem banco insolvente. Temos oito bancos que respondem por 77% da carteira de crédito. E os três bancos estatais (BNDES, Banco do Brasil e Caixa) têm 37% do sistema financeiro, coisa que não existe nem nos Estados Unidos, nem na União Europeia e muito menos no Japão. E eles têm papel complementar ao do Banco Central de preservar a integridade sistêmica e prover liquidez.

O que temos tido é compra de carteira de bancos, mas não tivemos e não teremos, acredito – todos, tenho certeza, torcem por isso –, problema de insolvência no sistema financeiro. Quem vai assumir, em situações mais delicadas, é o Fundo Garantidor, que teve aporte de R\$6 bilhões a mais para comprar carteiras de ações e garantir os investidores.

A fase mais crítica da crise já passou, e estamos fortalecendo o Banco do Brasil e a Caixa para que sejam instrumentos auxiliares. Mas é evidente que não houve, durante todo esse processo, e não há, nessa medida provisória, qualquer intenção de aprofundar a participação do Estado no mercado bancário, no sistema financeiro brasileiro. Apenas se quer dar instrumentos adicionais ao Banco Central para manter a integridade sistêmica e superar a crise de liquidez que tivemos. Não foi uma crise de insolvência bancária.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação a Emenda nº 12, destacada pelo Senador José Agripino.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitada a emenda.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O apoio, a partir do Senador José Agripino, é do Senador Antonio Carlos Júnior, do Senador Marconi Perillo e do Senador Jarbas Vasconcelos.

Já há apoio de sobra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “não”. Teremos votação nominal, e eu gostaria de solicitar a presença das Sr^{as} e dos Srs. Senadores que estão em seus gabinetes para que venham ao plenário votar “não”, a fim de que possamos encerrar essa votação e votar a Medida Provisória nº 444.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel.

(Procede-se à votação)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Em nome da preservação do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, de procedimento igualitário ao que foi feito no

passado, por ocasião do Pesa, e, no presente, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha e no Japão, peço o voto “sim” para essa emenda.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, o PSDB vota “sim” em relação à essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PSDB vota “sim”, o DEM vota “não”...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – O DEM vota “sim”!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O DEM vota “sim”, e o PSDB, “sim”.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valdir Raupp, como vota V. Ex^a?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto “não”, até porque estive em audiência com o Ministro Henrique Meirelles, que já pertenceu a outros quadros partidários. Ele é favorável a esse projeto. É homem que tem profundo conhecimento do sistema financeiro mundial e nacional, é claro. Então, se o Presidente Henrique Meirelles está favorável a esse projeto, nós, que somos da base do Governo, não podemos jamais contrariá-lo.

O nosso encaminhamento é pelo voto “não”.

Conclamo as Sr^{as} e os Srs. Senadores da bancada do PMDB para que venham ao plenário votar, porque estamos em votação nominal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Osmar Dias, Líder do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o PDT também vota “não”, porque entendemos que é melhor esse expediente que está sendo utilizado, autorizando os bancos públicos a comprarem ações de bancos em dificuldades, do que foi outrora o Proer. Então, votamos “não”.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB) – Sr. Presidente, em nome do meu Partido, o PCdoB, nós nos posicionamos contrariamente à emenda que está sendo objeto de discussão.

Fundamentamos nossa posição de forma muito próxima a do pronunciamento do nosso colega Osmar Dias. Já assistimos a crises fortíssimas que atingiram o Brasil, vimos as medidas que foram adotadas. Primeiro, uma brutal desregulamentação da economia nacional. O Proer era um vazamento de dinheiro sem controle absolutamente de ninguém. Então, acho que, agora, tomam-se medidas com muita responsabilidade. O Governo não só ouve a Oposição, num interessante diálogo, como acata medidas da Oposição, que foram fruto de negociação aqui estabelecida no Senado. Já se negociou na Câmara, houve negociações aqui.

O Governo se antecipa. É muito interessante a posição do Presidente Lula, que se antecipa aos efeitos que a crise pode causar ao nosso País. Antes que esses efeitos cheguem, o Governo já toma medidas: liberou o compulsório, reduziu alíquotas de tributos, quer dizer, foi um conjunto de medidas acertadas, necessárias e importantes para o Brasil. Acho que o Lula se sai, portanto, de forma muito positiva, muito positiva!

É interessante: houve um período de desregulamentação. É o jogo chamado de neoliberalismo; era a desregulamentação a toda linha. Alguns ainda teimam nesse caminho, embora ele tenha causado um desastre econômico sem igual, nos países centrais de economia forte, e um desastre social sem precedentes na história, como ao que estamos assistindo agora no mundo.

Por isso, fortalecer o sistema público financeiro é muito, mas muito importante! Claro, com as correções que são justas, necessárias, para permitir que a economia brasileira não sofra com o que está acontecendo lá fora com tanta força.

Portanto, Sr. Presidente, o Pcdob não só já votou a medida provisória favoravelmente como se posiciona contrário à emenda, porque considera que o acordo já ajustou adequadamente a medida provisória aos interesses inclusive da Oposição, que não quer e jamais poderia querer que nosso País passasse dificuldades.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Para encaminhar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para votar, para orientar a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A orientação do Governo é o voto “não”, Sr. Presidente. Vamos rejeitar a emenda.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, eu apenas gostaria aqui de dizer que, hoje, estamos votando com muita lucidez e com a colaboração da Oposição. Assisti aos pronunciamentos do Senador Tasso Jereissati e de outros Líderes. Eles foram, a meu ver, Sr. Presidente, aperfeiçoamentos importantes e necessários a esta lei que agora estamos aprovando.

Acho que o Governo se municia de um instrumento importante neste momento de crise. O Senador Inácio Arruda já expressou que passamos, ultrapassamos e superamos as premissas do neoliberalismo. Isso é coisa do passado. Nem na Europa nem nos Estados Unidos se defende mais isso. Verificou-se que o mercado não é auto-regulável. Pelo contrário, o mercado é autodestrutivo, ele se destrói por *overdose*.

Na ambição desmedida, eu diria, insaciável, do lucro fácil e sem controle, Sr. Presidente, o mundo vai por água abaixo. Essa é que é a realidade, porque pouco se pensa no próximo, na produção, no emprego, e a economia fica desvairada. Foi isto o que vimos, Sr. Presidente: uma economia virtual destruindo o mundo formal.

Acho que estamos aqui construindo alguns instrumentos importantes para dotar o Governo de salvaguardas para vencermos essa crise, eu diria, com o mínimo de turbulência possível.

Sr. Presidente, então, vamos votar “não”. A Bancada do PRB vota “não”.

Espero, Sr. Presidente, que possamos construir, com o mesmo espírito cívico e amor à Nação que demonstramos nesta lei, o Fundo Soberano; que possamos encontrar um caminho e, depois, votarmos todas as PECs.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex^a a inclusão também da Lei da Pesca, que está sendo modernizada. Precisamos tratar disso hoje, Sr. Presidente. Há muita gente interessada, lá no Rio Grande do Norte, no Estado do Rio de Janeiro, no Espírito Santo, como os produtores de pescado. Precisamos dar aos nossos pescadores embarcações maiores, levando os benefícios fiscais e sociais que, agora, existem para as embarcações de dez metros para as embarcações de vinte metros. Podemos também, Sr. Presidente, trazer aqui barcos e equipamentos de produção estrangeira de maneira mais fácil. V. Ex^a sabe que, hoje, no Brasil,

com o pré-sal e com a exploração de petróleo, todos os estaleiros estão ocupados, de tal maneira que é preciso modernizar a Lei da Pesca, que é muito antiga. Eu gostaria de pedir isso a V. Ex^a. Há um substitutivo do Senador Flexa Ribeiro. Senador Flexa Ribeiro, precisamos fazer um apelo aqui, para votarmos seu substitutivo. O Rio de Janeiro precisa muito da pesca. Há muita gente que precisa da modernização da Lei da Pesca.

Então, Sr. Presidente, espero que saíamos daqui amanhã às 6h – talvez, um pouquinho antes, às 5h30 ou às 5h45 –, com o dever cumprido, consagrados pela opinião pública por termos feito votações importantes e dado ao nosso País e ao nosso povo leis justas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de dar a palavra às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores, quero prorrogar a sessão pelo tempo que for necessário para a apreciação das matérias que estão sobre a mesa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, podemos abrir o painel? Haverá outras votações. Assim, começamos a votação.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, só para responder ao Senador Crivella.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou abrir o painel, e, depois, V. Ex^a responde.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senador Flexa, se vamos falar pela ordem, então, vamos colocar ordem: pedi a palavra, primeiro.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Eu a pedi primeiro, Senadora.

(Procede-se à apuração.)

EMENDA Nº 12, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 443, DE 2008

(Verificação)


Num.Sessão: 1 Num.Votação: 1 Abertura: 17/12/2008 19:42:29
 Data Sessão: 16/12/2008 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 17/12/2008 19:51:54

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	NÃO
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	NÃO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NÃO
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	NÃO
DEM	MG	ELISEU RESENDE	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	NÃO
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	NÃO
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	NÃO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	NÃO
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	NÃO
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	NÃO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	NÃO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	NÃO
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	NÃO
DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	NÃO
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	NÃO
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	NÃO
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	NÃO
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	NÃO
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	SIM
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	NÃO
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	NÃO
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	NÃO

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 22
 Votos NÃO : 40 Total : 62
 Votos ABST. : 00


 Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 22 Sr^{as} e Srs. Senadores; NÃO, 40.

Não houve abstenção.

Total: 62 votos.

Fica, portanto, rejeitada a emenda.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Senador Nery pediu a palavra, primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Primeiro, vêm as mulheres, Senador José Nery.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de fazer um apelo, reforçando o pedido do Senador Crivella. Sei que é do interesse de todos que trabalhemos para a elaboração de uma nova Lei da Pesca. Tenho um interesse muito forte nisso, porque há uma emenda que fala da importância do apoio e da proteção à atividade da carcinicultura, o que também vai, de forma indireta, proteger a produção de sal. V. Ex^a sabe muito bem que são importantíssimos para nosso Estado tanto a criação de camarões, como a produção de sal. Noventa e seis por cento do sal brasileiro saem do nosso Estado, e a carcinicultura é importante na pauta de exportações do Brasil.

A pesca precisa, em todo o Brasil, dessa lei, urgentemente. Foi feito um acordo, que já está chegando à mesa. Esperamos que essa matéria também seja colocada na pauta, porque é de fundamental importância para milhões e milhões de pescadores, para homens e mulheres trabalhadores do nosso Brasil.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos votar.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero justificar, Sr. Presidente, que não consegui registrar meu voto “sim”. Quero que conste da Ata meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vai constar da Ata o voto “sim” do Senador Papaléo Paes.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente...

A SRA. PATRÍCIA SABÓIA (PDT – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos continuar a votação.

Concedo a palavra à Senadora Patrícia Sabóia.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, espero que, depois, V. Ex^a me conceda a palavra, que estou pedindo há meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – São as mulheres, Senador José Nery. Seja cortês, seja cavalheiro!

A SRA. PATRÍCIA SABÓIA (PDT – CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, Senador. Como fez a Senadora Rosalba, eu queria pedir a V. Ex^a, como há acordo, que votássemos hoje o projeto referente à Lei da Pesca, um projeto que há muito tempo está na pauta e que, para o Ceará, também é muito importante. Isso é de fundamental importância. Todos aqueles interessados já estão aqui com um acordo, que foi feito com muito cuidado, que é muito minucioso. Então, eu também pediria a V. Ex^a apoio para que votássemos essa matéria. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Nery.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves; Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, quero fazer um breve comunicado. O tema que quero abordar trata exatamente dessa questão da sucessão da Mesa do Senado Federal. Na semana passada, externei, publicamente, alguns pressupostos que considero imprescindíveis para os candidatos à eleição da Mesa Diretora do Senado Federal, no período de 2009 a 2011. Fiz um pronunciamento, detalhando

o que considero fundamental para que a futura Mesa Diretora, em especial o Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Nery, faço um apelo a V. Ex^a, porque estamos em processo de votação. Eu até gostaria de pedir seu voto, mas estamos em processo de votação, e o Senador Tião Viana está aqui, vigilante.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, quantas vezes estivemos em processo de votação? Há quanto tempo?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, vamos votar os outros destaques, porque há outras matérias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Nery, faço um apelo a V. Ex^a, para que conclua. Desculpe-me.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, muitos, aqui, falaram no meio da votação e não tiveram seu pronunciamento tolhido. Eu me recuso a continuar e peço a V. Ex^a que me conceda a palavra logo que concluir a votação dos destaques. É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Nery.

Vamos continuar a votação.

Votação da Emenda n^o 14, destacada pelo Senador Marconi Perillo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir ao Senador Romero Jucá e, especialmente, aos Senadores Sérgio Guerra e Arthur Virgílio uma reflexão sobre o que estamos aprovando. Uma das emendas que fizeram parte do acordo – evidentemente, vamos sustentar o acordo, mas quero chamá-los, aqui, a uma reflexão – diz o seguinte:

A realização dos negócios jurídicos mencionados no caput, quando resultar em alienação de controle acionário de instituição adquirida, será condicionada à aprovação prévia do Legislativo, de acordo com os incisos XIX e XX do art. 37 da Constituição Federal, observado o que dispõe o seu art. 62.

Então, basicamente o que estamos dizendo? Se houver uma compra de uma instituição por parte do Banco do Brasil ou da Caixa Federal – vou dar um exemplo concreto: a Nossa Caixa –, essa compra terá de ser aprovada previamente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Aqui está escrito “observado o que dispõe o art. 62”. O que pode haver é o Governo editar uma medida provisória específica para, num prazo de 180 dias, aguardar a aprovação prévia da Câmara e do Senado.

Sr. Presidente, o Banco do Brasil e a Nossa Caixa, especialmente o Banco do Brasil... Uma empresa de capital aberto, como é a Nossa Caixa, tem ações de mercado. Há uma ação já em andamento, que depende da anuência da Assembléia Legislativa de São Paulo, porque, no caso da Nossa Caixa, é um patrimônio do Governo do Estado de São Paulo, e estamos colocando mais uma exigência que acho que dificulta o papel do Banco do Brasil e da Caixa de serem instituições complementares na crise, para combater o risco sistêmico ou para permitir que esses bancos tenham condições de participação em mercado.

Eu ponderaria aos Senadores do PSDB que considero que não precisaríamos desse dispositivo.

Se houver interesse do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados em discutir, por exemplo, a compra da Nossa Caixa, convocaremos o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco do Brasil, o Presidente da Nossa Caixa, o Governador do Estado para debatermos com transparência, com oportunidade, fazendo a discussão, porque, até o momento, não houve nenhuma iniciativa nessa direção. Agora, numa crise bancária, com a velocidade que tem a crise sistêmica, com as dificuldades que temos em votar as matérias complexas com a agilidade de que precisamos, por que é que vamos colocar esse dispositivo? Então, traremos, no âmbito da Câmara e no do Senado, uma consulta prévia para uma operação de mercado que está sendo feita e bem recebida, como aconteceu entre o Banco do Brasil e a Nossa Caixa.

Se há alguma objeção na venda da Nossa Caixa, deve ser feita por São Paulo, já que é um banco estratégico. Mas não vejo nenhum comprometimento, nenhuma inquietação, nenhuma preocupação para que a gente aprove esse dispositivo. Por isso, ponderaria reflexão aos Senadores que propuseram esse entendimento para que pudéssemos fazer um destaque para poder retirá-lo. Acho que não foi o objetivo da proposta, mas as conseqüências práticas serão essas.

Portanto, faço um destaque, publicamente – evidentemente só mantereí o destaque se tivermos o entendimento nessa direção –, para se retirar esse dispositivo.

Estou dialogando, fazendo um apelo à oposição, pois acho desnecessário essa exigência que colocamos, e que poderá trazer dificuldades objetivas onde não são necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há um orador na tribuna.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu não pretendo atrapalhar a exposição do Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Não há problema. Eu aguardo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quero apenas responder ao questionamento feito pelo Senador... Mas eu posso ouvir, perfeitamente, o Senador Marconi Perillo e, em seguida, voltar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Essa matéria a que o Senador Mercadante se referiu não é a que se está discutindo agora. Ela vai ser discutida quando formos votar as seis emendas do Relator. Então, eu gostaria que tanto o Senador Mercadante quanto o Senador Arthur Virgílio aguardassem para falar no momento em que a matéria for votada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu posso perfeitamente esperar. Mas se não é a matéria, por que o Senador Mercadante falou?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – De minha parte não há problema. Eu aguardo a intervenção do Senador Arthur Virgílio.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Antes de mais nada, agradeço o Senador Marconi Perillo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Epitácio Cafeteira, logo em seguida, daremos a palavra a V. Ex^a.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria que V. Ex^a considerasse o meu voto nesta sessão, porque eu não faltei um dia sequer este ano. Eu queria que V. Ex^a considerasse o meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vai constar o “sim”.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pode ficar tranquilo, Senador Epitácio Cafeteira.

Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No momento não posso dar a palavra pela ordem a V. Ex^a.

Com a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, devo dizer que levei a sério o acatamento às colocações aqui feitas, aqui expendidas pelo Senador Aloizio Mercadante. Por outro lado, designamos o Senador Tasso Jereissati para conduzir com o Senador Romero Jucá essa negociação. Isso mostra como não tínhamos mesmo de sair correndo. Se fôssemos ouvir os conselhos do próprio Senador Mercadante, teríamos votado isso às duas da tarde. Ele levanta uma dúvida importante às 20h03min. Ou seja, isso mostra como não se deve correr em matéria alguma. Imaginem, agora, fundo soberano? Vamos correr para votar fundo soberano e, mais tarde, lá pelas duas horas da manhã, o Senador Mercadante levanta que há algo muito complicado para algum Estado brasileiro ou para o País?

Estou aguardando o Senador Tasso Jereissati porque mantenho nele toda a confiança intelectual e, sem dúvida, toda a confiança política. Nós queremos o bom senso. Agora, é óbvio que a leitura que aqui fizemos, a partir do questionamento inteligente do Senador Mercadante, deu-me a entender que, por uma parte, isso pode burocratizar e, por outra parte, pode, aqui para nós, expor, quem sabe, à chantagem uma operação dessa – sabemos que não é tão raro, no meio político, encontrarmos essa figura. Por outro lado, percebo que a idéia, muito nitidamente posta, é a de se dar transparência ao processo. Se para se vender precisa-se de autorização legislativa, então, seria lógico que para se comprar se precisasse de autorização legislativa também.

Muito bem. Então, eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer a V. Ex^a que vou ouvir o Senador Marconi Perillo, e estou aguardando o Senador Tasso Jereissati, para, aqui, conversarmos com ele e ouvirmos as suas razões. Mas sei que dois movimentos impulsionaram o Senador: primeiro, transparência, e o segundo, a lógica, porque, repito, se para vender precisa, para comprar precisaria também de autorização do Legislativo. Vamos aguardar o Senador Tasso Jereissati.

Agradeço o Senador Mercadante, por duas razões também: a primeira, pelo alerta que fez. Nós queremos o melhor. Não foi à toa que nós impedimos a votação até esta hora, a não ser pela busca do melhor; e a segunda, pelo reconhecimento que S. Ex^a fez, porque S. Ex^a, às vezes, apressa, e, por ele, teríamos feito o jogo do Governo – soldadinho de chumbo do Governo – e votado às nove da manhã. E a sabedoria de ficarmos

até esta hora ainda não impediu as dúvidas. Isso só nos estimula a continuarmos muito vigilantes, atentos inclusive a críticas como a que ele fez, para que possamos fazer o melhor. Quem sabe daqui para frente S. Ex^a fique ao nosso lado, mais perto, porque poderia ter ponderado isso antes. Mas não importa. Voltamos a dizer: não temos pressa para votar nenhuma matéria. Todas são importantes. Queremos discuti-las a fundo. Então, não nos acusem de estar querendo postergar nada, porque a melhor coisa é até demorar a fazer, na comparação, algo imperfeito.

Aguardo o Senador Tasso Jereissati, que certamente vai se manifestar, para, então, aqui, vermos o encaminhamento. Mas está reafirmada a confiança na atitude tomada pelo Senador, que foi no sentido de dar maior transparência ao processo de compra de bancos por bancos oficiais dentro do quadro da Medida Provisória N° 443, que ainda está em tela, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador Marconi Perillo.

Obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma das grandes evidências e talvez uma das principais conseqüências da crise mundial que atinge fortemente o Brasil é a restrição ao crédito para exportações.

Esta Emenda N° 14, cujo destaque é de minha autoria, é a Emenda de iniciativa do Deputado Mendes Thame, que tem como objetivo exatamente priorizar as antecipações de contrato de crédito, as chamadas ACCs. Esta é uma Emenda modificativa, que propõe que as operações autorizadas ao Banco Central do Brasil tenham prioridade para as aquisições ou antecipações de contrato de câmbio, principalmente para o crédito agrícola, Sr. Presidente.

Eu sou de um Estado que tem uma força econômica muito grande na agricultura, na pecuária, no agronegócio, e eu considero fundamental que o Estado tenha condições de continuar exportando suas **commodities**, seus produtos semi-elaborados, seus produtos industrializados.

Por isso, fiz um apelo ao Senador Jucá para que S. Ex^a acolhesse esta emenda, que é importante para o Governo inclusive.

A justificativa é no sentido de oferecer maior liquidez para o setor exportador e o setor do agronegócio brasileiro, responsáveis pelo superavit da balança comercial em cerca 50% das exportações, mais de 30% do nosso PIB e mais de 30% dos empregos gerados no Brasil, e que sofrerão, ou estão sofrendo fortemente, os efeitos da recessão, da retração econômica, principalmente pela redução das exportações e da falta de crédito.

Sr. Presidente, vou pedir aos Colegas, Senadores, que aprovem esta emenda, que é justa. Lamentavelmente, o Senador Jucá não teve condições de conversar com o Governo, mas esta emenda é justa e é importante para os Estados exportadores, Senador João Tenório, ela é muito importante para os Estados que têm como base econômica o agronegócio.

Agora, numa demonstração de boa vontade, sobretudo numa demonstração de que quero ver celeridade nesta sessão, e principalmente porque quero, de verdade, ver a PEC N° 20 votada – lamentavelmente, ficam aí colocando o fundo soberano à frente, prejudicando a votação da PEC N° 20.

Eu vou retirar, em uma demonstração de que quero ver a PC n° 20 votada, vou retirar os três destaques, os de n°s 15, 29 e 36, pedindo a aprovação do destaque à Emenda n° 14, porque ela é justa, é importante para o Brasil, ela é importante para as exportações brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O parecer é contrário, Sr. Presidente.

A Liderança do Governo encaminha o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Em votação a Emenda n° 14.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

O Senador Marconi Perillo retirou as demais emendas.

Sobre a mesa, requerimentos passo a ler.

São lidos os seguintes:

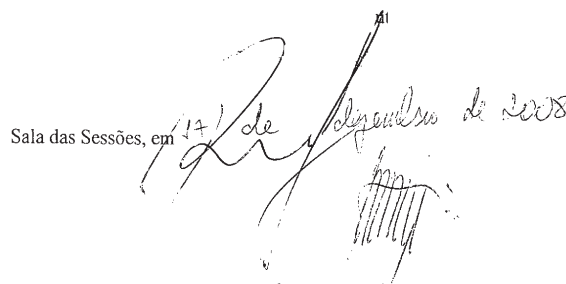
REQUERIMENTO N° 1.671, DE 2008

Retirada de emenda.

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada da Emenda n° 112, de minha autoria, oferecida ao Projeto de Lei de Conversão n° 30/08.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008.

Sala das Sessões, em 17 de Dezembro de 2008

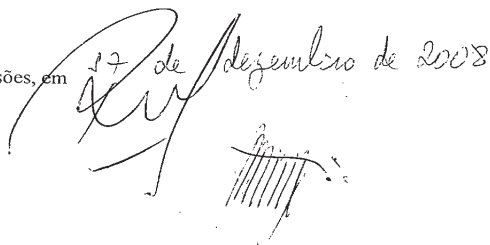


REQUERIMENTO Nº 1.672, DE 2008**Retirada de emenda.**

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada da Emenda nº 114, de minha autoria, oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 30/08.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 2008



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Em votação a retirada das **Emendas nºs 114 e 112**. Autor: Senador Valdir Raupp. Trata-se de retirada de emendas do Relator, porque não há mais necessidade, em face da substituição por outras emendas.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão com emendas, ficam prejudicadas a Medida Provisória e as demais emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final à matéria, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.303, DE 2002

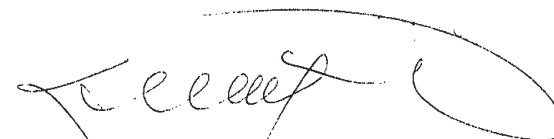
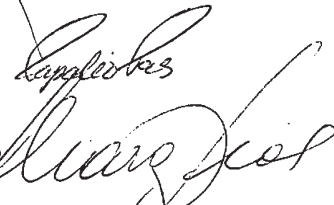
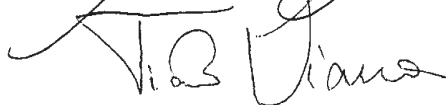
(Da Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (Medida Provisória nº 443, de 2008).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e

11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 17 de dezembro de 2008.

ANEXO AO PARECER Nº 1.303, DE 2008.

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (Medida Provisória nº 443, de 2008).

Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 126 – Relator-revisor)

Acrescente-se ao art. 1º do Projeto o seguinte parágrafo único:

“Art. 1º

Parágrafo único. As subsidiárias integrais ou controladas de que trata o **caput** serão constituídas e dependerão de convalidação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias pelo Senado Federal”.

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 128 – Relator-revisor)

De-se ao § 2º do art. 2º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 2º Na hipótese prevista no **caput**, será observado o seguinte:

I – do preço a ser desembolsado na operação de aquisição de participação societária, deverá ser apartada parcela para depósito em conta aberta junto à instituição financeira adquirente, para fazer frente a eventuais passivos contingentes não identificados;

II – fica o Banco do Brasil S.A. ou a Caixa Econômica Federal, conforme o caso, autorizado a debitar a referida conta sempre que identificado passivo de que trata o inciso I, nos termos estabelecidos no contrato de aquisição;

III – a parcela de que trata o inciso I será definida por auditor externo independente, considerada a análise de risco da respectiva operação.

.....”

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 123 – Relator-revisor)

Dê-se ao § 4º do art. 2º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

§ 4º A autorização prevista no **caput** deste artigo é válida até 31 de dezembro de 2009, podendo ser prorrogada por até 12 (doze) meses, por decreto do Presidente da República, que deverá conter, em seu corpo, a justificativa circunstanciada da necessidade de tal prorrogação de prazo, e, acompanhado de relatório das operações realizadas, a ser encaminhado ao Senado Federal”.

EMENDA Nº 4

(Corresponde à Emenda nº 113 – Relator-revisor)

Inclua-se o seguinte § 5º ao art. 2º do Projeto:

“Art. 2º

§ 5º A instituição financeira adquirente fica autorizada a definir, com a concordância prévia do Banco Central do Brasil, cronograma de desembolsos dos valores apartados, conforme disposto no § 2º deste artigo, a partir da quantificação dos eventuais passivos contingentes”.

EMENDA Nº 5

(Corresponde à Emenda nº 127 – Relator-revisor)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte parágrafo ao art. 2º do Projeto:

“Art. 2º

§ A realização dos negócios jurídicos mencionados no **caput**, quando resultar em

alienação de controle acionário da instituição adquirida, será condicionada à aprovação prévia do Legislativo, de acordo com os incisos XIX e XX do art. 37 da Constituição Federal, observado o que dispõe o seu art. 62.”

EMENDA Nº 6

(Corresponde à Emenda nº 124 –Relator-revisor)

Renumere-se o atual art. 3º para art. 4º, o atual art. 4º para art. 3º, alterando o atual parágrafo único do art. 3º, já renumerado para art. 4º, para § 1º e acrescente os §§ 2º e 3º, todos do Projeto, com as seguintes redações:

“Art. 4º A realização dos negócios jurídicos de que tratam os arts. 1º, 2º e 3º desta Lei poderá ocorrer sob qualquer forma de aquisição de ações ou participações societárias previstas em lei.

§ 1º Os negócios jurídicos referidos no **caput** deste artigo com sociedades do ramo da construção civil serão realizados com empresas constituídas sob a forma de Sociedades de Propósito Específico – SPE para a execução de empreendimentos imobiliários, inclusive mediante emissão de debêntures conversíveis em ações.

§ 2º No caso dos negócios jurídicos de que trata o **caput** deste artigo, não poderão exceder a 40% (quarenta por cento) do total das fontes de recursos financeiros da Sociedade de Propósito Específico, as contribuições de capital realizadas cumulativamente por:

I – entidades fechadas de previdência complementar, que tenham contribuições patronais de empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União;

II – empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União.

§ 3º Para os fins do disposto no § 2º deste artigo, entende-se por fonte de recursos financeiros as contribuições de capital à sociedade de propósito específico.”

EMENDA Nº 7

(Corresponde à Emenda nº 125 –Relator-revisor)

Suprima-se, em sua integralidade, o art.7º do Projeto, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº 8

(Corresponde à Emenda nº 116 –Relator-revisor)

Acrescente-se o seguinte § 6º ao art. 8º do Projeto:

“Art. 8º

.....

§ 6º O Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal manterão em seus sítios eletrônicos informações atualizadas sobre as operações realizadas com base no art. 2º desta Lei.

EMENDA Nº 9

(Corresponde à Emenda nº 117 –Relator-revisor)

Suprima-se o art. 10 do Projeto, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº 10

(Corresponde à Emenda nº 118 – Relator-revisor)

Suprima-se a expressão “e nos serviços de TI e TIC de que trata o § 4º do art. 14 desta lei” na redação do **caput** do art. 13-A da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, na forma do art. 11 do Projeto.

EMENDA Nº 11

(Corresponde à Emenda nº 119 –Relator-revisor)

Inclua-se, no Projeto, onde couber, os seguintes artigos:

Art. Nas operações ativas e passivas realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, é permitida pactuação da capitalização de juros com periodicidade inferior a 1 (um) ano.

Parágrafo único. Sempre que necessário ou quando solicitado pelo devedor, a apuração do valor exato da obrigação, ou de seu saldo devedor, será feita pelo credor por meio de planilha de cálculo que evidencie de modo claro, preciso e de fácil entendimento e compreensão, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais.

Art. Ficam convalidados os atos praticados com base no art. 5º da Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001.

Art. Fica revogado o art. 5º da Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001.

EMENDA Nº 12

(Corresponde à Emenda nº 120 –Relator-revisor)

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Fica a União autorizada a convalidar o encontro de contas, por meio da compensação de créditos e débitos, vencidos e vincendos, entre o Fundo de Compensação de Va-

riações Salariais – FCVS, a Caixa Econômica Federal, o Fundo de Garantia de Depósitos e Letras Imobiliárias – FGDLI e as entidades repassadoras, na forma adotada pelo Conselho Curador do FCVS.

EMENDA Nº 13

(Corresponde à Emenda nº 121 –Relator-revisor)

Inclua-se, onde couber, no Projeto, o seguinte artigo:

“Art. Ficam incluídas na Tabela **D** a que se refere o art. 4º, inciso II, da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, sujeitas à alíquota de 0,05% (cinco centésimos por cento), as operações de registro de distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e de Certificados de Recebíveis Imobiliários.”

EMENDA Nº 14

(Corresponde à Emenda nº 122 –Relator-revisor)

Inclua-se, onde couber, no Projeto, o seguinte artigo:

“Art. O art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º.....

.....

§ 6º O prazo para contratação das operações encerra-se em 30 de junho de 2009.

..... (NR)“

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 2:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 444, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 444, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Transcorre hoje a décima sessão da matéria constando da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- à Medida Provisória foram apresentadas 5 emendas.
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 12 de novembro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 18 de novembro.
- a Relatora da matéria naquela Casa foi a Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 47, de 2008, e se esgotará no dia 8 de abril de 2009.
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 24 de novembro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Relator revisor da matéria, Senador Eduardo Suplicy, Relator revisor da matéria. S. Ex^a está no plenário? (Pausa.)

PARECER Nº 1.304, DE 2008–PLEN

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, prezados Vereadores e Prefeitos de todo o Brasil que acompanham os nossos trabalhos hoje, até em respeito ao anseio de V. Ex^{as} procurarei ser breve com relação ao parecer da Medida Provisória nº 444, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.

Segundo a Exposição de Motivos elaborada pelos Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores e do Desenvolvimento Agrário, a proposição tem como causa motivadora a conclusão do Grupo Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, do Ministério das Relações Exteriores, que identificou a necessidade de apoio urgente às populações desses quatro países, porquanto afetados por eventos meteorológicos adversos, de grandes proporções, que ocasionaram mortes, desabastecimento e situação de risco para suas populações, por falta de alimentos.

A medida provisória destina aos beneficiários os seguintes bens dos estoques públicos de alimentos, cabendo à Chancelaria brasileira a decisão quanto

ao percentual cabível a cada país, ouvidos os demais Ministérios signatários da EM:

I – até quarenta e cinco mil toneladas de arroz beneficiado, à conta de dotações orçamentárias da Política de Garantia de Preços Mínimos, inclusive as despesas da Companhia Nacional de Abastecimento para a conversão do arroz em casca em produto beneficiado posto no local do destino;

II – até duas mil toneladas de leite em pó; e

III – até quinhentos quilos de sementes de hortaliças, essas duas últimas quantidades à conta Programa de Aquisição de Alimentos.

A MPV recebeu cinco emendas, três das quais de autoria do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, as demais subscritas pelos Deputados Paulo Piauí e Milton Monti.

A primeira emenda, de caráter supressivo e autoria do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, visa a eliminar o § 2º do art. 1º da MPV por entender que o beneficiamento do arroz, objeto da doação prevista na Medida Provisória nº 444, configura-se despesa desnecessária, além de medida de redução do valor nutritivo do alimento.

A segunda emenda, modificativa, prevê a participação das Casas do Congresso Nacional na decisão sobre os destinos dos gêneros doados.

A terceira emenda, aditiva, acrescenta artigo ao texto da proposição, vedando a doação em casos de eventos meteorológicos adversos, de grandes proporções, ocorridos em território nacional.

A justificativa residiria, segundo o autor, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, no fato de que, possuindo o Brasil 32% da população abaixo do nível de pobreza, grande parte dela localizada no Nordeste, seria inconcebível que o Governo realizasse doações de alimentos para outros países, enquanto, no Brasil, a população mais carente sofre com a falta de alimentos, principalmente quando nos aproximamos dos efeitos de grave crise econômica mundial.

A Emenda nº 4 também visa a acrescentar novo artigo à MPV, autorizando o Executivo a doar bens e serviços, destinados à recuperação da infra-estrutura rodoviária e geração emergencial de energia elétrica até o equivalente ao montante de R\$300 milhões aos países contemplados pelas doações de alimentos originais.

A Emenda nº 5, aditiva, autoriza o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes a utilizar recursos federais para executar obra de conservação, recuperação, restauração, construção, adequação e

sinalização das rodovias transferidas aos Estados e para supervisionar e elaborar os estudos e projetos de engenharia que se fizerem necessários para tal.

A MPV tramitou na Casa Iniciadora sob a relatoria da Deputada Jô Moraes, onde foi aprovada com a rejeição das emendas apresentadas.

O pressuposto constitucional da relevância encontra-se atendido, tendo em vista que a medida provisória trata, certamente, de matéria importante, qual seja a ajuda humanitária aos países contemplados, vitimados por cataclismos naturais.

Quanto à urgência, ela está presente, considerada a necessidade premente.

A Medida Provisória foi editada em conformidade com as normas previstas no art. 62 da Constituição Federal e no §1º do art. 2º da Resolução do Congresso Nacional nº 01, de 2002.

Quanto à constitucionalidade, não nos parece haver qualquer tipo de vício. Trata-se de tema que deve ser veiculado por lei ordinária, de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Adicionalmente, não dispõe o texto da medida provisória sobre matéria cuja deliberação e tramitação esbarre nos limites materiais estabelecidos na Carta Magna. O ato não trata de tema estranho ao seu escopo.

A proposição é também adequada do ponto de vista econômico e financeiro. Conforme assevera a respectiva Exposição de Motivos, a utilização dos estoques públicos não acarreta despesa adicional ao Orçamento da União. No caso do arroz, sua doação impacta a rubrica orçamentária da Conab denominada Formação de Estoques Públicos, cuja dotação orçamentária para 2008 é R\$2,3 bilhões. Admitindo-se que serão utilizadas no máximo 120 mil toneladas dos estoques de arroz em casca para gerar o teto de 45 mil toneladas de arroz beneficiado, a doação representaria um custo aproximado de R\$80 milhões (3,5% da dotação orçamentária global existente).

A estimativa do impacto orçamentário da MPV é de cerca de R\$283 milhões para o exercício de 2007 e de R\$484 milhões para os subseqüentes.

A Emenda nº 1 deve ser rejeitada porque impõe um padrão alimentar incomum, ainda que, em tese, mais saudável aos consumidores.

Quanto à nº 2, opinamos pela rejeição, uma vez que a decisão sobre a destinação dos alimentos doados é atividade típica do Poder Executivo. Caso o Poder Legislativo queira participar da orientação dessas decisões, os critérios deveriam ser estabelecidos na própria lei.

No tocante à Emenda nº 3, a redação do artigo contrasta com os propósitos pretendidos pela medida provisória.

Finalmente, no que concerne às Emendas nºs 4 e 5, essas não guardam atinência com o seu objeto.

Quando ao mérito, é inegável a urgência humanitária por que têm passado os países beneficiários da doação e parece-nos uma obrigação dos países irmãos acorrerem em sua ajuda, a exemplo do que o povo brasileiro realizou em dias recentes, com a extraordinária ajuda que, felizmente, foi dada aos acidentados no Estado de Santa Catarina. Foi muito importante vermos brasileiros de todos os Estados com a vontade de ajudar irmãos em Santa Catarina.

Em vista do que, somos pela admissibilidade e pela adequação econômico-financeira da Medida Provisória nº 444 e, no mérito, pela sua aprovação, rejeitadas as emendas a ela apresentadas.

Gostaria de, uma vez que estamos aqui inclusive aprovando a ajuda, dentre outros países, a Cuba, de informar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que nada menos do que 75 Senadores e 215 Deputados assinaram o abaixo-assinado dirigido ao Exmº Sr. Presidente eleito dos Estados Unidos da América, Barack Hussein Obama, para expressar o apoio incondicional do Congresso Nacional brasileiro pelo fim do bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto a Cuba. Nessa manifestação, reiteramos a decisão aprovada por 185 dos 192 membros da ONU, em assembléia ocorrida em 29 de outubro último, e o cumprimento dessa decisão está fundamentado nos princípios da soberania das nações e auto-determinação dos povos, inscritos na Carta das Nações Unidas.

Informo a todos que, na tarde de hoje, em companhia da Deputada Federal Vanessa Grazziotin, entregamos em mãos do Embaixador dos Estados Unidos da América, Clifford Sobel, essa manifestação. Na oportunidade, dissemos que Senadores de todos os partidos, mesmo aqueles que não concordam com a ideologia vigente em Cuba, assinaram, por se tratar de uma atitude humanitária. Ao mesmo tempo, expressamos nosso ponto de vista de que o fim do bloqueio econômico, comercial e financeiro a Cuba colaborará para o aperfeiçoamento das instituições democráticas de Cuba. O Embaixador Clifford Sobel, então, nos agradeceu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2008**De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 444, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.**Relator-Revisor: Senador **Eduardo Suplicy****I — Relatório**

Chega ao exame desta Casa a Medida Provisória (MPV) nº 444, de 2008, editada em 29 de outubro do corrente ano, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.

Segundo a Exposição de Motivos (EM) elaborada pelos Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores e do Desenvolvimento Agrário, a proposição tem como causa motivadora a conclusão do Grupo Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GIAHI), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que identificou a necessidade de apoio urgente às populações desses quatro países, porquanto afetados por eventos meteorológicos adversos, de grandes proporções, que ocasionaram mortes, desabastecimento e situação de risco para suas populações, por falta de alimentos.

A Medida Provisória destina aos beneficiários os seguintes bens dos estoques públicos de alimentos, cabendo à Chancelaria brasileira a decisão quanto ao percentual cabível a cada país, ouvidos os demais ministérios signatários da EM:

I – até quarenta e cinco mil toneladas de arroz beneficiado, à conta de dotações orçamentárias da Política de Garantia de Preços Mínimos, inclusive as despesas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para a conversão do arroz em casca em produto beneficiado posto no local de destino;

II – até duas mil toneladas de leite em pó; e

III – até quinhentos quilos de sementes de hortaliças, essas duas últimas quantidades à conta Programa de Aquisição de Alimentos.

A MPV recebeu cinco emendas, três das quais de autoria do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, as demais subscritas pelos Deputados Paulo Piauí e Milton Monti.

A primeira emenda, de caráter supressivo e autoria do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, visa a eliminar o § 2º do art. 1º a MPV por entender que o beneficiamento do arroz, objeto da doação prevista na Medida Provisória nº 444, configura-se despesa desnecessária, além de medida de redução do valor nutritivo do alimento.

A segunda emenda, modificativa, prevê a participação das Casas do Congresso Nacional na decisão sobre o destino dos gêneros doados.

A terceira emenda, aditiva, acrescenta artigo ao texto da proposição, vedando a doação em caso de eventos meteorológicos adversos, de grandes proporções, ocorridos em território nacional

A justificativa residiria, segundo o autor, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, no fato de que possuindo o Brasil 32% da população abaixo do nível de pobreza, grande parte dela localizada no nordeste, região mais assolada pela seca, seria inconcebível que o governo realizasse doações de alimentos para outros países enquanto no Brasil a população mais carente sofre com a falta de alimentos, e principalmente quando nos aproximamos dos efeitos de grave crise econômica mundial.

A Emenda nº 4 também visa a acrescentar novo artigo à MPV, autorizando o Executivo a doar bens e serviços, destinados à recuperação da infra-estrutura rodoviária e geração emergencial de energia elétrica até o equivalente ao montante de trezentos milhões de reais aos países contemplados pelas doações de alimentos originais.

A Emenda nº 5, aditiva, autoriza o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) a utilizar recursos federais para executar obras de conservação, recuperação, restauração, construção, adequação e sinalização das rodovias transferidas aos Estados e para supervisionar e elaborar os estudos e projetos de engenharia que se fizerem necessários para tal.

A MPV tramitou na Casa Iniciadora sob a relatoria da Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG), onde foi aprovada com a rejeição das emendas apresentadas.

II — Análise

O pressuposto constitucional da relevância encontra-se atendido, tendo em vista que a Medida Provisória trata, certamente, de matéria importante, qual seja, a ajuda humanitária aos países contemplados, vitimados por cataclismos naturais.

Quanto à urgência, ela está presente, considerando a necessidade premente dessa mesma ajuda.

A Medida Provisória foi editada em conformidade com as normas previstas no art. 62 da Constituição Fe-

deral e no § 1º do art. 2º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002.

Quanto à constitucionalidade da matéria, não nos parece haver qualquer tipo de vício. Trata-se de tema que deve ser veiculado por lei ordinária, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1º, II, **a e c**, da Constituição Federal.

Adicionalmente, não dispõe o texto da Medida Provisória sobre matéria cuja deliberação ou tramitação esbarre nos limites materiais estabelecidos no art. 62, § 1º, da Carta Magna.

Além disso, o ato não trata de tema estranho ao seu escopo, cumprindo os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A proposição é também adequada, do ponto de vista econômico-financeiro. Conforme assevera a respectiva Exposição de Motivos, a utilização dos estoques públicos não acarreta despesa adicional ao Orçamento da União. No caso do arroz, por exemplo, sua doação impacta a rubrica orçamentária da Conab denominada Formação de Estoques Públicos –PGPM, cuja dotação orçamentária para 2008 é de R\$2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de reais). Admitindo que serão utilizadas no máximo 120 mil toneladas dos estoques de arroz em casca para gerar o teto de 45 mil toneladas de arroz beneficiado, a doação representaria um custo de aproximadamente R\$80 milhões[1] (3,5% da dotação orçamentária global existente).

A estimativa do impacto orçamentário da MPV é de cerca de duzentos e oitenta e três milhões de reais, para o exercício de 2007, e de quatrocentos e oitenta e quatro milhões de reais, para os exercícios subseqüentes

A Emenda nº 1 deve ser rejeitada porque impõe um padrão alimentar incomum, ainda que em tese mais saudável aos consumidores.

Quanto à Emenda nº 2, opinamos pela sua rejeição, uma vez que a decisão sobre a destinação dos alimentos doados é atividade típica do Poder Executivo. Caso o Poder Legislativo queira participar da orientação dessas decisões, os critérios deveriam ser estabelecidos na própria lei.

No tocante à Emenda nº 3, a redação do artigo contrasta com os propósitos pretendidos pela Medida Provisória.

Finalmente, no que concerne às Emendas nºs 4 e 5, essas não guardam atinência com o seu objeto.

Quanto ao mérito, é inegável a urgência humanitária por que tem

passado os países beneficiários da doação e parece-nos uma obrigação dos países irmãos correrem em sua ajuda.

III — Voto

Em vista do que, somos pela admissibilidade e pela adequação econômico – financeira da Medida Provisória nº 444, de 2008, e, no mérito, pela sua aprovação, rejeitadas as emendas a ela apresentadas.

Sala das Sessões, 17 de Dezembro de 2008. – Senador **Eduardo Suplicy**, Relator-Revisor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O parecer do Relator revisor, Senador Eduardo Suplicy, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária da medida provisória.

No mérito, favorável à matéria.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o enunciado da medida provisória se afigura justo: auxílio humanitário a países que vivem, Senador Jereissati, em situação mais difícil do que o Brasil.

Isso é verdade. Porém, nós estamos vendo aqui o fato de vir por medida provisória. Poderia ser um projeto de lei, que seria aprovado com boa vontade, desde que a pauta não estivesse trancada – e a pauta fica trancada precisamente pelo excesso de medidas provisórias que o Governo edita. Nós poderíamos aprová-la, porque eu não duvidaria do caráter humanitário de nenhum Senador. Ou seja, imaginar que isso só acontece porque senão o Senado não aprovaria seria duvidar do caráter humanitário do conjunto desta Casa. Esse raciocínio me parece bastante cristalino.

Eu fui alertado pelo Senador Flexa Ribeiro, Sr. Presidente, a esse respeito. O Senador Flexa dizia: “Muito bem, nada contra ajudar Cuba, ajudar Jamaica, ajudar países que possam estar vivendo situações de dificuldade maior”.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E o Haiti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E Haiti. Agora, ele chamou a atenção para o fato de que, neste momento, no Estado dele, na Ilha de Marajó, está havendo um surto de fome bastante preocupante. Assim como, nessa mesma linha de raciocínio, o Senador Tasso Jereissati levantou que, no Ceará, tem uma região que está padecendo de fome bastante dura. E, se eu

pudesse fazer uma passagem, uma viagem pelos Municípios do meu Estado, eu veria a região do rio Purus como grave. É a região da insalubridade, a região da hepatite delta, a região de vidas que são ceifadas por falta de vacina contra a hepatite B. A hepatite B, Senador Tião Viana – V. Ex^a é especialista nessa matéria –, não sendo prevenida por vacina, vira hepatite D. A hepatite B, salva-se dela ou não, escapa-se dela ou não. A D não, ela é letal mesmo. E lá nós temos – creio que na sua região não é diferente – um abecedário de doenças: hepatite A, B, C, D, E e F. Não sei se já chegaram à hepatite G, mas até a F, com certeza. E todas são letais. E as últimas desse alfabeto são absolutamente desconhecidas em relação ao tanto que já se conhece da hepatite A. Portanto, eu gostaria de chamar a atenção para esse fato.

Eu sinceramente não vejo que essa matéria seja típica de medida provisória. Não vejo. Eu vejo que essa matéria poderia ter vindo por um projeto de lei. E aí, eu volto a dizer, pode argumentar o Governo: “Mas projeto de lei? E a pauta não está trancada?”. Aí, eu respondo: “Está trancada precisamente, Senador Colombo, porque o Governo não pára de mandar para cá medidas provisórias, que trancam a pauta. É por isso que a pauta vive trancada”.

Chamo a atenção do Senador Jefferson Praia para o fato de que, certa vez, houve aqui uma medida provisória que liberava FGTS para uma região do Nordeste que padecia da seca. Nós, prontamente, nos dispusemos a liberar imediatamente esse FGTS, entendendo que aquilo era uma medida provisória justa. Depois, chegou a informação que dizia: “Não há ninguém entre esses flagelados que seja detentor de reserva de FGTS”. Logo, a medida provisória era absolutamente alienada da realidade, era tola, porque, simplesmente, se propunha a beneficiar a quem não tinha como se beneficiar, por não ser detentor de conta do FGTS.

Ainda há pouco, o Senador João Pedro falou de Cuba. E falou o Senador Suplicy do embargo, dizendo que pessoas... Aliás, a iniciativa foi do Senador João Pedro, e quem se referiu a isso aqui foi o Senador Suplicy. Entre os setenta e tantos parlamentares que assinaram o manifesto ao Presidente eleito Barack Obama, pedindo o fim do bloqueio econômico a Cuba, lá está minha assinatura. Eu não concordo com regime que não prevê eleições, que não prevê alternância de poder; não concordo com fuzilamento sumário de dissidentes, não concordo com nada disso. Entendo, por outro lado, que não é justificado nem justificável, a esta altura, impor esse bloqueio econômico. Aliás, jamais com ele concordei. Em nenhum momento, concordei com o bloqueio. Em nenhum momento, eu me

coloquei a favor do bloqueio. Sempre entendi que o bloqueio era algo que não servia ao povo cubano, e, se era uma medida para impedir que se consolidasse lá uma ditadura, essa ditadura se consolidou, independentemente do bloqueio, por esse tempo todo. Não via como justificável o bloqueio econômico.

Digo mais: no meu primeiro mandato, tive a honra de ter participado, já na Comissão de Relações Exteriores, do grupo de Deputados que lutou muito pelo restabelecimento de relações, na linha do que sempre foi a política externa brasileira. Inclusive, na Conferência de Punta del Este, através de debates muito célebres entre Dean Rusk, Secretário de Estado norte-americano à época, e San Tiago Dantas, Chanceler brasileiro, a posição que o Brasil adotou foi a abstenção, junto com o México, na hora em que os Estados Unidos impunham e queriam a exclusão de Cuba do sistema interamericano.

Minha posição, na Câmara, era muito coerente com esse passado de anos atrás. Era coerente. O Senador Suplicy participou disso. O principal articulador do reatamento do Brasil com Cuba foi o Deputado Márcio Santilli, que hoje preside a organização não-governamental Instituto Socioambiental, o ISA. Foi a principal figura. Vamos, pois, resgatar, porque é um fato verdadeiro.

Então, vamos colocar: não sou um homem de Direita, não concordo com ditadura; segundo, fui a favor do reatamento das relações, lutei por isso; terceiro, sou contra a política de embargo; e, quarto, assinei, com convicção, o requerimento que me foi colocado pelo ilustre colega, Senador João Pedro.

Aí vamos para uma quinta situação: medida provisória para se doarem alimentos. Pergunto: como ficam as regiões que padecem de fome neste País? Algumas delas vão ser descritas aqui. O Senador Flexa, o Senador Tasso vão falar sobre isso. Mas estamos diante de um fato, aliás, consumado; a medida provisória já produziu seus efeitos. É por isso que – e será voto simbólico – votarei, na admissibilidade, contra a medida provisória.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur, concede um aparte, por favor?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Senador.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a analisa bem a inconveniência de uma medida provisória. Esse é um fato consumado. Essas doações já foram entregues.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Negá-las não quer dizer nada.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Se rejeitássemos essa medida provisória, nada aconteceria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Há mecanismo legal para repor a situação jurídica. V. Ex^a tem toda razão.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Exatamente. Nós estamos aqui fazendo uma encenação. Aliás, quem faz a encenação é o Governo, e nós acabamos homologando-a. Tenho certeza de que essas doações chegaram rapidamente a Cuba, enfim, a todos os países. Já as doações, as liberações de recursos para Santa Catarina não chegam com tanta rapidez. O que se anunciou ainda não chegou. Chegou parte, mas a totalidade dos recursos anunciados num primeiro momento e consagrados por meio de medida provisória ainda não chegou a Santa Catarina. Quem sabe se, pelo fato de estarmos agora votando uma medida provisória que já doou recursos a Cuba e a outros países, já há algum tempo, e que só hoje estamos convalidando, aprovando, o Presidente da República aproveite a inspiração desta sessão deliberativa para determinar à sua equipe que transfira, o mais rapidamente possível, todos os recursos prometidos ao Estado de Santa Catarina.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concederei um aparte a V. Ex^a, mas antes respondo ao Senador Alvaro Dias.

V. Ex^a tem razão. Ontem, inclusive, estávamos discutindo o que seria votado no interregno entre a última medida provisória e o início da discussão sobre o chamado Fundo Soberano. Houve aqui uma discussão sobre se cabia ou não incluir a questão de Santa Catarina; e, depois, se evoluiu para saber como incluir a questão de Santa Catarina.

V. Ex^a tem absoluta razão, seria essa a parte final dessa fala. Entendo que não é adequada a via da medida provisória. E mais: é um gesto simbólico, porque a doação já foi feita. Sei que seremos tratados com todo o respeito. Não vai aparecer ninguém para dizer que estamos negando comida a um pobrezinho. Isso ninguém fará, porque sabemos que a comida já foi devidamente deglutida. Estamos aqui vendo os dois pesos e as duas medidas. Ontem se discutia se cabia ou não discutir Santa Catarina; agora estamos aqui colocando como uma coisa mais humanitária do mundo aprovarmos essa medida provisória.

Entendo que não é a doação em si. Não sou contra a doação; sou contra o instrumento legal de que se utiliza o Governo, para, atravancando a pauta do Congresso, impedir a votação de outras matérias. Essa matéria, se viesse por projeto de lei, não seria refugada, porque iríamos discutir, colocar as nossas opiniões. Mas a bondade não reside no Palácio do Planalto, e a maldade, aqui, no Congresso. Não vamos

chegar a essa dicotomia, a esse maniqueísmo, que sequer seria algo muito inteligente.

Concedo o aparte ao Senador João Pedro, com muito prazer.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Arthur Virgílio, pela nossa convivência política no nosso Estado, conheço o padrão de solidariedade de V. Ex^a. V. Ex^a deixou claro que não é contra a matéria no mérito, mas na forma como ela chegou aqui. Gostaria de fazer uma ponderação. A América Central, em agosto deste ano, foi vítima de um furacão violento; Cuba foi praticamente destruída. A medida provisória vem em função de um episódio lamentável, que provocou muitas dores na América Central. Essa é a razão. Foi uma tragédia que aconteceu na América Central e que passou pelos Estados Unidos. Gostaria de fazer essa ponderação. Conheço-o pela convivência política. Quero lembrar que V. Ex^a – sei que não pode esquecer jamais – é um embaixador e pertence ao Itamaraty; que V. Ex^a tem uma relação além-Brasil sempre, permanentemente; que V. Ex^a representa o Brasil lá fora. Gostaria de fazer essa ponderação. A medida provisória tem um grande cunho humanitário, um apelo da solidariedade internacional. E essas mazelas no Brasil, precisamos encará-las, denunciá-las e resolvê-las. Mas o Brasil é grande, e penso que o gesto do Governo brasileiro foi no sentido de socorrer, de forma emergencial, esses países da América Central. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes de conceder o aparte ao Senador Jefferson Praia, digo que V. Ex^a no começo já me explica: não sou contra, no mérito, a matéria. Eu discuto a forma legal. E digo mais: está na hora mesmo de pensarmos em mudar o rito de tramitação das medidas provisórias. Por mim, a medida provisória entraria em vigor imediatamente, haveria um prazo muito estrito para as duas Comissões de Justiça, e não mais o Plenário, deliberarem sobre a validade delas, ou sobre a nulidade delas e dos seus efeitos.

Eu sou a favor disso. Era uma idéia que nasceu do Senador Antonio Carlos Magalhães, que queria que a medida provisória entrasse em vigor depois, “*post*”, e eu gostaria de dar uma arma ao Presidente da República a mais e, portanto, aceitaria, como única diferença em relação à proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães, que entrasse “*ante*”, mas com prazo muito curto.

Mas volto a dizer, não havendo pauta trancada – estou querendo discutir uma questão estrutural –, a matéria bate aqui, é para atender vítimas de um furacão: não consigo imaginar que os Senadores, na mesma hora, não dessem o seu aval, e assim os Deputados,

porque não haveriam eles de recusar essa oportunidade de gesto humanitário a eles próprios. E entendo que temos, por outro lado, de discutir essa questão legal. No mérito, passando a matéria na questão da admissibilidade, voto a favor, não sou contra. Mas remarco isso, por entender que precisamos mesmo dar um jeito na questão da soberania do Legislativo.

Ouçó, Sr. Presidente, o Senador Jefferson Praia, para encerrar a minha fala.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Arthur, vou ser breve. V. Ex^a fez uma reflexão dentro do contexto da medida provisória e da urgência que caberia nesse caso. Acredito que desse assunto, dessa medida provisória de que estamos tratando, tiramos uma lição. Veja bem, estamos discutindo uma questão que já passou. Era urgente e importante. Imagine bem se votarmos aqui o contrário. Já imaginou? Vamos dizer que rejeitássemos essa medida provisória, olhe o fato que estaríamos criando. Os alimentos já foram doados. Quer dizer, tem-se uma medida provisória, vamos agora passar, sabe Deus, uma ou duas horas discutindo, de forma improdutiva, uma questão que já se deu. Então, mais um momento...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – (...) para refletirmos sobre essa questão das medidas provisórias. E, Sr. Presidente, embora tenha feito a minha inscrição, peço a V. Ex^a que a retire com relação ao mérito, porque entendo que não dá mais para discutirmos essa medida provisória. Os alimentos já foram doados e entregues; o Brasil fez a sua parte. Mas se deveria perceber também que, no nosso País, há milhões de pobres. Há muitas pessoas hoje com fome, no Brasil. Se, de um lado, fizemos a nossa parte, ajudamos países irmãos; de outro, contudo, tiramos duas lições: a primeira, não nos esquecermos dos seres humanos do nosso País que também estão precisando de alimentos neste momento, principalmente, como falou muito bem o nosso Senador Osmar Dias, as pessoas lá de Santa Catarina; a segunda, a questão das medidas provisórias. Num caso como esse, passarmos aqui muito tempo, discutindo uma coisa que já passou? Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador. Respondo a V. Ex^a, concordando: é isso mesmo, ou seja, se não houvesse o excesso de medidas provisórias e se tivesse vindo o projeto de lei, aprovar-se-ia o projeto de lei muito rapidamente, sem delonga alguma. Não veio o projeto de lei, veio a medida provisória. Mas há remédio jurídico, ou seja, se porventura se rejeita a medida provisória, por um símbolo, para se afirmar a soberania do Legislativo, não há problema, pois o Governo tem todo o remédio

jurídico para refazer a situação e tornar legal aquilo que praticou.

Apenas corroborando, talvez, meu ponto de vista, quero dizer que a medida provisória que está hoje atravancando a pauta poderia não ter sido medida provisória, poderia ter vindo sob outro aspecto e, assim, teria merecido o mesmo critério, talvez ensejando as mesmas observações que estão sendo feitas por Senadores como V. Ex^a, como o Senador Alvaro Dias e como muitos outros que dizem: “Puxa, isto aqui não é a Suécia, nosso País não é a Suécia; neste País, há famintos, e é preciso não haver dois pesos e duas medidas”.

Ontem, discutia-se se era conveniente fazer-se determinado benefício à Santa Catarina ou não, antes da votação do tal fundo soberano. E, agora, estamos aqui, entendendo que a bondade do mundo se resumiria em aprovarmos uma medida provisória, mas, se a aprovarmos ou se a reprovamos, dará no mesmo, porque não há prejuízo legal para o Governo, e o benefício já foi destinado e já atingiu as pessoas que dele precisavam.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, faço um apelo a V. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerrei, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, para encaminhar os pressupostos de relevância e de urgência da matéria, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lógico que o Senador Arthur Virgílio esgotou bem esse assunto no que tange à relevância e à urgência da matéria. Como já disse o Senador Jefferson Praia, os alimentos já foram até entregues, e estamos aqui fazendo, portanto, papel de bobos, eu diria, ao apreciar uma medida dessas. Mas é importante chamar, sim, a atenção – mesmo isso tendo acontecido – para a usurpação que o Poder Executivo faz num caso desses: faz medida provisória, executa a coisa, e nós ficamos aqui. Parece até que o Brasil está muito bem, obrigado; parece que não há gente passando fome em Roraima, no Amazonas, no Nordeste; parece que, em Santa Catarina, não há problema algum.

Falo isso sem preconceito algum. Assinei o requerimento do Senador João Pedro contra o bloqueio de Cuba, fui a Cuba para buscar professores e médicos para Roraima, para implantarmos o curso de Medicina e também para atender às populações do interior. Não

tenho preconceito quanto a isso, mas continuo dizendo que sou contra essa questão de o Governo abusar de edição de medida provisória, principalmente para fazer este tipo de coisa: doações internacionais, ao arrepio do Congresso Nacional. Podia fazê-lo perfeitamente por outro mecanismo.

Como disse o Senador Arthur Virgílio, qual o Senador que votaria contra uma medida humanitária? Eu, como médico, por exemplo, seria o primeiro a encabeçar o encaminhamento a favor. Mas esse mecanismo de botar uma medida provisória da bondade e de, muitas vezes, enxertar um monte de coisas junto é que temos de acabar.

Repito: a Câmara tem de cumprir seu papel de aprovar a mudança dos ritos, que já foi aprovada no Senado, de autoria do ex-Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem quero aqui, inclusive, homenagear, porque essa foi uma luta dele, para que realmente essa tristeza, para não dizer outro nome, praticada contra o Poder Legislativo não continuasse.

Portanto, voto contra os pressupostos de urgência e de relevância da matéria. E, obviamente, no mérito, não posso ser contra um atendimento humanitário, embora ache que a prioridade deva ser atender àqueles que passam fome e necessidade no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, Sr^{as} e Srs. Senadores, voltamos à tribuna, para tratar dos pressupostos de uma Medida Provisória, agora a de nº 444, de 2008. Vou até adiantar, Presidente: em vez de falar somente dos pressupostos, já vou falar do mérito e, mais tarde, do encaminhamento. Mas, agora, pelo menos, no mérito, vou avançar dois passos.

Nada temos contra a aprovação da Medida Provisória que vem ajudar aos necessitados de Cuba, do Haiti, de Honduras e da Jamaica. A Medida Provisória autoriza o Governo brasileiro a doar arroz, leite em pó e semente de hortaliças para esses países, Senador João Tenório. Temos de observar bem o objeto da Medida Provisória. Senador Tião Viana, V. Ex^a, que, como eu, é de uma região periférica, sabe que existem irmãos nossos com dificuldade de alimentação no Nordeste, do Senador João Tenório. A justificativa diz que a Medida visa a atender às populações desses países afetados por eventos climáticos adversos de grandes proporções. Segundo a justificativa do Executivo, esses eventos causaram mortes, desabastecimento e situação de risco para a população dos quatro países. De acordo com a Medida Provisória, Senador Gilvam Borges, o

Governo brasileiro ficou autorizado a doar até 45 mil toneladas de arroz beneficiado, até duas mil toneladas de leite em pó e até quinhentos quilos de sementes de hortaliças. As doações são efetivadas mediante termo firmado pelo Executivo, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e ocorrem, no caso das doações de arroz, a partir de dotações orçamentárias da política de garantia de preços mínimos. Ainda, segundo a proposição, as doações de leite e de sementes de hortaliças ficam a cargo de dotações orçamentárias do programa de aquisição de alimentos. Cabe à Conab fazer o transporte das mercadorias até o local do destino, utilizando meios próprios ou de terceiros, utilizando dotações consignadas no Orçamento da União. O Ministério das Relações Exteriores ficou incumbido de definir a quantidade dos alimentos para os quatro países, a partir de consulta junto aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário.

A Medida, sem sombra de dúvida, tem sua importância humanitária, uma vez que o Brasil já mantém acordos de cooperações internacionais em diversas áreas essenciais para as populações desses países. Jamais deixaríamos de votar e aprovar essa matéria. Entretanto, Senador Agripino, é importante que se abra o pensamento deste Governo, para que ele entenda que o Brasil também, lamentavelmente, atravessa problemas climáticos que causaram mortes em Santa Catarina, em Minas Gerais, em outros Estados, em diversas regiões, como no meu Estado do Pará. Não é como o Senador Arthur Virgílio disse aqui, que há uma crise de fome em Marajó. Não há uma crise de fome em Marajó. O que eu disse ao Senador Arthur Virgílio é que há miséria no Estado do Pará, como há no Amapá, como há no Nordeste, como há até em São Paulo. Há brasileiros precisando também de ser atendidos pelo nosso Governo. Então, que se atendam aos irmãos desses países necessitados, mas que não se negue o atendimento aos brasileiros!

O que vimos ontem aqui, Senador Garibaldi Alves? Ao que assistimos ontem, aqui, numa discussão? O Governo negar a proposta que o Senador Colombo e o Vice-Governador de Santa Catarina, o nosso ex-Senador Leonel Pavan, trouxeram ao Senado Federal e ao Governo Federal, de que, por seis meses, fosse suspenso o pagamento da dívida do Estado – não era anistia –, e que essa suspensão de seis meses fosse colocada ao final do contrato. Nada mais justo para que o Estado de Santa Catarina pudesse, Senadora Patrícia, atender os seus necessitados. Qual foi a resposta do Governo? “Não! Não aceitamos fazer essa suspensão do pagamento proposto pelo Governo de Santa Catarina.”

Então, o Senador Mercadante, tentando conciliar o problema, levantou a idéia, que vamos aprovar amanhã na CAE, de criar uma mega-sena especial, cujos recursos venham a atender os necessitados de Santa Catarina.

Nós não podemos aceitar isso, Senador Garibaldi Alves! Nós não podemos aceitar isso. Santa Catarina, quando pedia a ajuda do Governo Federal, referia-se a postergar o pagamento de R\$500 milhões. E o que o Senador Aloizio Mercadante coloca em troca? Uma mega-sena que pode – e tenho certeza absoluta de que terá o apoio de todos os brasileiros – dar a Santa Catarina algo em torno de R\$20 ou 30 milhões, o que é insuficiente para atender a essa demanda.

O Governo brasileiro já ajudou Santa Catarina? Já. Mas, pelo que o Vice-Governador Leonel Pavan e o Senador Colombo colocaram aqui, ainda há necessidade de ajuda, como há necessidade de ajuda em Minas Gerais, como há necessidade de ajuda no Pará àquelas pessoas que lamentavelmente têm dificuldade de atendimento em várias áreas, inclusive na questão da alimentação.

Hoje pela manhã... Senador Jucá, V. Ex^a, que é amazônida, fica meio aborrecido de a gente estar aqui defendendo os brasileiros, principalmente da nossa região. Sei que V. Ex^a concorda com tudo isso que estamos falando aqui, mas a sua posição de Líder do Governo faz com que V. Ex^a não tenha, neste momento, essa visão. Hoje, quem teve a oportunidade de assistir, Senador Flávio Arns, ao “Bom Dia Brasil”, da Rede Globo, viu uma matéria, no âmbito nacional, mostrando a situação de total abandono em que se encontra a Ilha de Marajó, sem atendimento médico, sem remédio, e declarações de pessoas que estão com dificuldade de alimentação.

Agora, lamentavelmente, é preciso que a Rede Globo coloque isso em programa nacional para que, talvez, a Governadora Ana Júlia acorde do sonho que ela está vivendo, achando que está governando algo que está indo para o precipício, que é a população do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu já termino, Presidente. Sei que, se V. Ex^a vivesse no seu Estado do Rio Grande do Norte a situação que os paraenses vivem no Estado, V. Ex^a não sairia da tribuna. V. Ex^a, combativo como é, defensor de seu povo, não sairia da tribuna denunciando o descaso, o desgoverno que está instalado no Estado do Pará. E é preciso que os brasileiros tomem conhecimento. Lamentavelmente, de forma negativa, pelo noticiário nacional, como foi feito hoje no “Bom Dia Brasil”.

Somos a favor da aprovação da Medida Provisória nº 444, mas somos, antes disso, a favor do atendimento das necessidades dos brasileiros de todos os Estados, principalmente daquelas regiões mais necessitadas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, para encaminhar os pressupostos, ao Senador Sérgio Guerra. (*Pausa.*)

Estando ausente o Senador Sérgio Guerra... Ah, o Senador Sérgio Guerra está presente, como sempre.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, mais um dia de discussões intensas aqui no Senado Federal, como se fosse possível discutir tantas matérias, de tamanha dificuldade, em tão pouco tempo. É essa incapacidade estrutural do Parlamento, no geral, e também do Senado que nos remete à crise que atravessamos. Matérias de imensa representatividade, de conseqüências relevantes são tratadas aqui num grau de total e completa falta de discussão intensa, de discussão real, de discussão organizada, de discussão informada. Palavras para um lado, palavras para o outro, ajustes de última hora, combinações que são feitas na caneta e que mudam o destino de muita gente, que mexem com milhões e milhões de reais são processadas aqui sem que sobre elas verdadeiramente se faça uma reflexão.

É verdade que o Executivo tem recursos de logística, de estrutura e de organização que não são possíveis de reunir nos parlamentos. Esta não é uma questão do Parlamento brasileiro, é uma questão dos parlamentos no mundo inteiro: dotar os parlamentos de estruturas competentes para que eles possam opinar sobre matérias intensamente comprometedoras para o destino da sociedade, da economia e do povo.

Hoje, votamos aqui matérias que são muito importantes. Fico de várias formas assustado quando encontro companheiros que me dizem: “Por que não votamos logo? Por que não avançamos com rapidez? Por que não tratamos logo disso e não resolvemos logo aquilo?”.

Efetivamente, votar matérias como as que estão sendo votadas hoje, com a importância que essas matérias têm, não deveria se dar em apenas um dia, dois dias ou três dias, mas em semanas de trabalho. No entanto, teria de ser trabalho mesmo, trabalho organizado, trabalho metódico, trabalho democrático, ouvindo todo mundo, organizando a opinião de todo mundo. Em vez disso, nos submetemos aqui à humilhação de um plenário e de um Senado que tem de sofrer a definição de uma agenda, cuja prioridade e princípio comecem e terminem com medidas provisórias – em todos os casos, por muito mais de 50%, inadequadas,

matérias que não têm suficiente característica para se apresentarem como medidas provisórias.

Esta é uma delas.

Um dos grandes problemas da medida provisória é que ela só se justificaria para situações excepcionais, de urgência e relevância. Nenhuma dessas características essenciais são consideradas aqui, são sequer consideradas no sentido mais geral. Votamos por votar, porque elas estão aí e estão fechando a pauta, interrompendo um processo que a gente não sabe se tem sentido, se faz sentido e que resultado produzirá.

Eu estou vindo agora do interior do Nordeste nesses dias. Não há chuva por lá. Em algumas áreas, choveu; em outras áreas, continua faltando água. Eu conheço famílias que andam quatro, cinco, seis quilômetros para pegar água e, apesar disso, como já se disse, as águas do rio São Francisco já foram transpostas. Há quatro anos, eu ligava as estações de televisão e o Governo do Presidente Lula apresentava torneiras cheias d'água, derramando água do rio São Francisco na casa dos pobres, que jamais viram essa água. E não a verão jamais, porque esse projeto não andar.

Nesse contexto de absurdos atrás de absurdos, estamos todos sentados aqui hoje, ou nem sempre sentados, em pé, ou, quando não em pé, sentados conversando. Ouvimos ou fazemos que ouvimos.

Sinceramente, esse é um grande exemplo de dispersão; dispersão total. Pede-me o Senador Líder do meu Partido que também me pronuncie hoje sobre matéria que está sendo agora objeto de votação. Pelo que sei, remessa de ajuda a países que precisam de ajuda. Remessa de alimentos que já foram remetidos e que, como disse o Líder Romero Jucá, não podem retornar senão de forma inadequada, que não precisamos nem desejamos. Então, nesse cenário de perplexidade e de dispersão, eu me ponho a pensar sobre a questão de medidas provisórias, a questão da minha região e da pobreza no Brasil.

Anteontem, fui a São Luís do Maranhão, terra da minha amiga Senadora Roseana Sarney. Quando passava numa imensa avenida, vi o mangue e, em cima daquele mangue, algumas centenas de casas na lama; absolutamente fixadas na lama. Ninguém pode viver em cima da lama, ninguém deve viver assim, mas estavam lá brasileiros vivendo dessa maneira. Eu me pergunto: do que eles vivem? Não sei. Qual é o emprego que eles têm? Não têm. Qual é a casa em que eles vivem? Não é uma casa. Qual é a condição de vida que dispõem? Nenhuma. Tudo aquilo é um padrão de pobreza absurdo que vejo também em centenas e centenas de milhares de casas no Nordeste inteiro. E ficamos tirando fotografias para o mundo, remetendo alimentos para países que precisam de

alimentos, ajuda para países que precisam de ajuda. Água não é o caso, mas alimentos para centenas e centenas de milhares de pessoas que precisam de colaboração fora do Brasil. Não consigo entender que um país desse possa, rigorosamente, ter grande responsabilidade social.

Não tem a menor importância se o nosso Presidente é aplaudido lá fora e o Brasil passa de bonito ajudando aqueles que precisam, longe daqui, de ajuda brasileira quando precisamos, de maneira total, absolutamente total. Não é demagogia, não é um raciocínio simples de que se não deve ajudar lá fora, porque há muita pobreza aqui dentro. É apenas um raciocínio claro de que temos um mandato e o nosso mandato é uma delegação dos brasileiros, de quem nos elegeu. E todos eles precisam de providências, de ação do Executivo para as quais o Congresso pode e deve influir e deve influir no sentido de atender as demandas da população e dessas regiões desassistidas.

Então, estamos aqui. O Senador Eduardo Suplicy, uma figura da esquerda brasileira, preocupado com os pobres e com a renda mínima, preocupado com a renda mínima dos que estão lá fora. O Senador Eduardo Suplicy, que é uma lenda na política e na esquerda brasileira a pronunciar aqui palavras que têm todo o sentido, só não tem prioridade. A prioridade é essa, a nossa prioridade. A prioridade são os milhares e milhões daqui que ainda precisam de tudo e que ainda não têm quase nada. Essa que é a prioridade. E essa que é a verdadeira esquerda; a outra não. A outra tem a ver com a fotografia, a cena, a beleza, a idéia de progresso, mas não tem nada a ver com o progresso real do povo. Nada a ver! Não resolve a questão do povo que não é visível aos olhos de uma esquerda que, há muitos anos, morreu, que foi enterrada quando o Presidente Lula assumiu para fazer um governo neoliberal, rigorosamente neoliberal, absolutamente paulista.

Esse terá sido de todos os Governos o mais paulista que conheci, dos Ministros da Fazenda aos que administram a economia nacional. Então, nessas cenas de perplexidade em que a Petrobras toma dinheiro da Caixa Econômica, a Caixa Econômica que não devia financiar a Petrobras mas a pobreza brasileira, a construção de casas para todos, neste País absurdo, estamos votando aqui há muitas horas e vamos continuar a votar em muitas horas para fazer não sei o quê. Com responsabilidade social que não imagino, mas, seguramente, num caminho que não engrandece o Parlamento e que não ajuda o enfrentamento de uma crise que, no Brasil, até hoje não mereceu uma palavra do Presidente da República, senão para dizer que alguns torcem pela crise, quando não é verdade; senão para dizer que a crise era lá fora e não era aqui,

quando não é verdade; senão para afirmar que é coisa dos neoliberais, quando o neoliberalismo é do seu Governo. É efetivamente do seu Governo, que na semana passada manteve as taxas de juros nas estrelas, com a aprovação do Governo e com a aprovação do PT e de todos os Partido que apóiam o Governo.

Esses é que são os verdadeiros neoliberais deste País, com discursos de esquerda e prática absolutamente oportunista de fazer um discurso para cá e uma realidade para lá; um discurso pelo povo e uma ação que não é pelo povo, é para acomodar o povo lá embaixo e não para melhorar as condições reais de vida do povo. Esse povo precisa de organização, precisa efetivamente se mobilizar, pressionar, de estruturas sindicais limpas e claras, que não são de pelegos, mas de gente que trabalha pela população. Desses a gente não ouve falar, estão arquivados. O que cresce é uma burocracia em torno do Governo fazendo a campanha do PT e daqueles que querem se eleger com recursos públicos passados, que transitam por estas instituições, ONGs, que, muitas vezes, não têm nada a ver com a população brasileira e com as suas necessidades.

Então, vamos salvar aqui países do mundo se não estamos salvando nosso povo. Conversa de elefante. Não acreditamos nisso e não vamos votar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação os pressupostos de relevância, urgência, adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da medida provisória e das emendas, em turno único.

Para discutir concedo a palavra... (Pausa.)

O Senador Arthur Virgílio resolveu não discutir a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, queria primeiro registrar o voto “não”, na admissibilidade. E vou discutir a matéria, sim, Sr. Presidente, por um tempo breve, mas vou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para discutir. (Pausa.)

Antes do Senador Arthur Virgílio, eu quero anunciar que, após a votação desta medida provisória, a pauta estará destrancada; finalmente destrancada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. N° 876/08/PS-GSE

Brasília, 17 de dezembro de 2008

Assunto: Envio de PLv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão n° 32, de 2008 (Medida Provisória n° 448, de 2008, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 16/12/08, que “Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 32, de 2001.

Remeto, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

É o seguinte o Projeto de Lei de Conversão recebido:

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
N° 32, DE 2008**

(Proveniente da Medida Provisória n° 448, de 2008)

Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de um bilhão e seiscentos milhões de reais, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aberto crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para atender às programações constantes do Anexo desta lei.

Art. 2° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1° desta lei decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2007, no valor de R\$990.000.000,00 (novecentos e noventa milhões de reais), e

II – excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$610.000.000,00 (seiscentos e dez milhões de reais).

Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO: 53000 Ministério da Integraçãc Nac. JRE:
UNIDADE: 53101 Ministério da Integração Nacional

ANEXO I		CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCAIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	C	F	M	L	P	VALOR
		P	D	P	O	D	E	
1027	Prevenção e Preparação para Desastres							240.000.000
ATIVIDADES								
06182	1027 8348 Apoio a Obras Preventivas de Desastres							240.000.000
06182	1027 8348 0098 Apoio a Obras Preventivas de Desastres - No Estado de Santa Catarina	F	4	2	90	0	100	120.000.000
06182	1027 8348 4003 Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2	90	0	100	120.000.000
1029	Resposta aos Desastres e Reconstrução							480.000.000
ATIVIDADES								
06182	1029 4564 Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres							210.000.000
06182	1029 4564 0098 Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres - No Estado de Santa Catarina	F	3	2	90	0	300	50.000.000
		F	4	2	90	0	300	20.000.000
		F	5	2	90	0	100	35.000.000
06182	1029 4564 0103 Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres - SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	100	105.000.000
		F	3	2	90	0	300	55.000.000
		F	4	2	90	0	300	20.000.000
06182	1029 4570 Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres							270.000.000
06182	1029 4570 0098 Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres - No Estado de Santa Catarina	F	4	2	90	0	100	135.000.000
		F	3	2	90	0	100	5.000.000
		F	3	2	90	0	300	5.000.000
06182	1029 4570 0103 Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres - RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS	F	3	2	90	0	300	135.000.000
		F	4	2	90	0	100	5.000.000
		F	3	2	90	0	100	5.000.000
TOTAL - GERAL								720.000.000
TOTAL - FISCAL								720.000.000

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL

N.º 448, DE 2008

Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Medida Provisória.

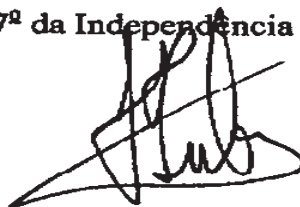
Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2007, no valor de R\$ 990.000.000,00 (novecentos e noventa milhões de reais); e

II - excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 610.000.000,00 (seiscentos e dez milhões de reais).

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de novembro de 2008; 187ª da Independência e 120ª da República.



ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
			F							
1462 VETOR LOGISTICO SUL										350.000.000
PROJETOS										
26 784	1462 120B	RECONSTRUCAO EMERGENCIAL DO PORTO DE ITAJAI								350.000.000
26 784	1462 120B 0101	RECONSTRUCAO EMERGENCIAL DO PORTO DE ITAJAI - EM SANTA CATARINA - SC (CREDITO EXTRAORDINARIO)								350.000.000
		OBRA REALIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F	4	2	90	0	300		350.000.000
TOTAL - FISCAL										350.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										350.000.000

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
 UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
			S							
1444 VIGILANCIA, PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS E AGRAVOS										100.000.000
ATIVIDADES										
10 305	1444 6160	VIGILANCIA, PREVENCAO E CONTROLE DE SURTOS, EPIDEMIAS, CALAMIDADES PUBLICAS E EMERGENCIAS EM SAUDE								100.000.000
10 305	1444 6160 0101	VIGILANCIA, PREVENCAO E CONTROLE DE SURTOS, EPIDEMIAS, CALAMIDADES PUBLICAS E EMERGENCIAS EM SAUDE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								100.000.000
			S	3	2	90	0	300		70.000.000
			S	4	2	90	0	300		30.000.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										100.000.000
TOTAL - GERAL										100.000.000

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D			
0663 SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS									280.000.000
PROJETOS									
26 782	0663 1F48	OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAIS							280.000.000
26 782	0663 1F40 0101	OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							280.000.000
			F	4	2	90	0	300	280.000.000
TOTAL - FISCAL									280.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									280.000.000

ORGÃO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA

UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D			
1029 RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO									150.000.000
ATIVIDADES									
05 182	1029 4564	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES							150.000.000
05 182	1029 4564 0105	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							150.000.000
			F	3	2	90	0	300	150.000.000
TOTAL - FISCAL									150.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

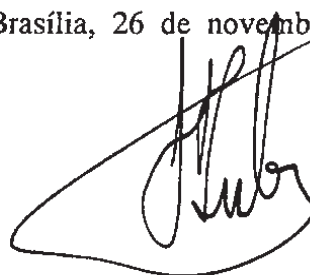
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
1027		PREVENCAO E PREPARACAO PARA DESASTRES						240.000.000
		ATIVIDADES						
06 182	1027 8348	APOIO A OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRES						240.000.000
06 182	1027 8348 4003	APOIO A OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						240.000.000
			F	4	2	90	0 100	240.000.000
1029		RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUCAO						480.000.000
		ATIVIDADES						
06 182	1029 4564	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES						210.000.000
06 182	1029 4564 0103	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						210.000.000
			F	3	2	90	0 100	110.000.000
			F	3	2	90	0 300	60.000.000
			F	4	2	90	0 300	40.000.000
06 182	1029 4570	RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES						270.000.000
06 182	1029 4570 0103	RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL						270.000.000
			F	3	2	90	0 100	10.000.000
			F	3	2	90	0 300	10.000.000
			F	4	2	90	0 100	250.000.000
		TOTAL - FISCAL						720.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						720.000.000

Mensagem nº 930

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 26 de novembro de 2008.



EM nº 00345/2008/MP

Brasília, 26 de novembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente dos órgãos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

R\$ 1,00

Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
Presidência da República	350.000.000	
Secretaria Especial de Portos	350.000.000	
Ministério da Saúde	100.000.000	
Fundo Nacional de Saúde	100.000.000	
Ministério dos Transportes	280.000.000	
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	280.000.000	
Ministério da Defesa	150.000.000	
Ministério da Defesa (Administração direta)	150.000.000	
Ministério da Integração Nacional	720.000.000	
Ministério da Integração Nacional (Administração direta)	720.000.000	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2007		990.000.000
Excesso de arrecadação de Recursos Ordinários		610.000.000
Total	1.600.000.000	1.600.000.000

Congresso Nacional
 Secretaria de Coordenação
 Legislativa do Congresso Nacional
 MP nº 448/2008
 Fls. 11

3. Na Presidência da República, os recursos serão utilizados pela Secretaria Especial de Portos na reconstrução do Porto de Itajaí, que teve grande parte de sua estrutura danificada ou destruída, o que

gerou impedimento na escoação de toda a carga com alto valor agregado. Vale destacar que o porto tem apresentado o segundo maior fluxo de cargas do Brasil e sua paralisação pode impactar significativamente no volume de transações comerciais do País. Entre as ações emergenciais necessárias, estão previstas a recuperação das instalações de acostagem e da área retroportuária e a realização de obras de contenção no rio Itajaí-Açu.

4. No que tange ao Ministério da Saúde, o crédito permitirá a adequação das estruturas físicas e logísticas para o enfrentamento das calamidades geradas pelo excesso de chuvas no País, bem como ao monitoramento e avaliação da estruturação institucional no enfrentamento dessas emergências.

5. No que se refere ao Ministério dos Transportes, os recursos garantirão a realização de obras emergenciais em rodovias federais de diversos Estados, cuja situação de degradação em que se encontram foi provocada pelas fortes chuvas ocorridas no mês de novembro, o que danificou parte significativa da malha rodoviária federal e levou alguns entes a decretarem estado de calamidade pública.

6. Quanto ao Ministério da Defesa, possibilitarão a aquisição dos insumos necessários para o transporte de alimentos, de medicamentos, de materiais e de equipamentos de reconstrução, entre outros, bem como o pagamento de profissionais de diversas áreas voltadas ao socorro e ao atendimento das vítimas das enchentes. Serão também realizadas operações de apoio e de resgate aéreo e terrestre, de atendimento médico e de restauração de infra-estrutura, além da montagem e da manutenção de acampamentos para os desabrigados.

7. No Ministério da Integração Nacional, o crédito viabilizará o atendimento às populações vítimas de desastres naturais em vários Estados, entre os quais, o de Santa Catarina, atingido por chuvas intensas que provocaram inundações, alagamentos e desabamentos em diversos Municípios, resultando no reconhecimento pelo Governo Federal do estado de calamidade pública ou da situação de emergência em que se encontram.

8. Na Presidência da República, a relevância e urgência justificam-se pela necessidade de realização de intervenções para impedir as graves conseqüências ao transporte de cargas resultantes da paralisação de um dos principais portos do País.

9. Em relação ao Ministério da Saúde, a relevância e urgência do presente crédito decorrem da necessidade de reduzir o elevado potencial de disseminação e/ou riscos à saúde pública da população residente nas áreas atingidas, evitando efeitos mais devastadores em termos de mortalidade na população nacional, principalmente em crianças.

10. No tocante ao Ministério dos Transportes, a relevância e urgência advêm da necessidade de realização de intervenções imprescindíveis em diversos trechos, os quais requerem ações de recuperação imediata, e pela possibilidade do agravamento do estado de trafegabilidade das rodovias, sob pena de ocorrência de acidentes com danos materiais e riscos à vida de seus usuários.

11. Quanto aos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, a relevância e urgência da matéria estão pautadas nas graves conseqüências oriundas das fortes chuvas, como riscos à saúde da população e a danificação da infra-estrutura local. Em ambos os casos, tais desastres provocaram sérios transtornos com significativos danos humanos, materiais e ambientais, inclusive com mortes de dezenas de pessoas.

12. Esclareça-se que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, e será atendida com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2007 e de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários.

13. Nessas condições, tendo em vista a relevância e urgência da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência, em anexo, proposta de Medida Provisória, que visa a efetivar a abertura do referido crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Fonte 00: Recursos Ordinários		2008		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO
NATUREZA		LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	(C) = (B) - (A)
11100000	Impostos	117.992.833.376	126.402.926.494	8.410.093.118
12100000	Contribuições Sociais	37.678.864.916	40.262.410.141	2.583.545.225
12200000	Contribuições Econômicas	2.580.599.909	2.203.408.150	-377.191.759
13100000	Receitas Imobiliárias	190.994.425	341.262.262	150.267.837
13900000	Outras Receitas Patrimoniais	20.133.282	55.398.715	35.265.433
17400000	Transferências do Exterior	670.524	0	-670.524
17500000	Transferências de Pessoas	59.389	0	-59.389
19100000	Multas e Juros de Mora	2.801.373.157	4.197.729.112	1.396.355.955
19200000	Indenizações e Restituições	596.698.277	768.154.009	171.455.732
19300000	Receita da Dívida Ativa	1.696.655.115	1.488.151.654	-208.503.461
19900000	Receitas Diversas	1.194.670.458	1.282.917.288	88.246.830
22100000	Alienações de Bens Móveis	5.695.406	474.062	-5.221.344
22200000	Alienações de Bens Imóveis	0	1.679.896	1.679.896
24600000	Transferências de Outras Instituições Públicas	0	8.418	8.418
25900000	Outras Receitas	1.530.061	349.323	-1.180.738
71100000	Impostos - Operações Intra- orçamentárias	0	81.792	81.792
Total		164.760.778.295	177.004.951.316	12.244.173.021
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)				0
Créditos Extraordinários abertos (E) (1)				610.000.000
Créditos Suplementares e Especiais (F)				11.978.620.724
Abertos				2.920.098.096
Em tramitação				9.058.522.628
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)				-15.144.936.085
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)				14.800.488.382

(1) Inclui o valor do presente crédito em 26.11.2008.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Fonte 00: Recursos Ordinários	R\$ 1,00
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2007 (A)	33.553.993.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	-1.075.413.244
Créditos Extraordinários (C)	-14.795.627.689
Abertos	-13.805.627.689
Em tramitação (1)	-990.000.000
Créditos Suplementares e Especiais (D)	-17.551.469.720
Abertos	-7.701.402.368
Em tramitação	-9.850.067.352
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	-123.176.330
Saldo F = (A-B-C-D-E)	8.306.017

(A) Portaria STN nº 209, de 22 de abril de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2008.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 26 de novembro de 2008.

OF. n. 876/08/PS-GSE

Brasília, 17 de dezembro de 2008.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de PLv para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2008 (Medida Provisória nº 448, de 2008, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 16.12.08, que " Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscientos milhões de reais), para os fins que especifica.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Remeto, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente,


Deputado OSMAR SERRAGLIO
Primeiro-Secretário

MPV Nº 448

Publicação no DO	26 -11-2008 (Ed.Extra)
Emendas	até 2-12-2008
Prazo na Comissão	26-11-2008 a 9-12-2008 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	9-12-2008
Prazo na CD	10-12-2008 a 2-2-2009 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	2-2-2009
Prazo no SF	3-2-2009 a 16-2-2009 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	16-2-2009
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	17-2-2009 a 19-2-2009 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	20-2-2009 (46º dia)
Prazo final no Congresso	6-3-2009 (60 dias)

Senado Federal
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

**Nota Técnica de Adequação Financeira e Orçamentária da
Medida Provisória nº 448, de 2008**

Brasília, 01 de dezembro de 2008.

Assunto: Subsídios para exame da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008, que *“Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica”*.

Interessado: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

1 INTRODUÇÃO

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, combinado com o § 3º do art. 167, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008, que *“Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica”*.

A presente Nota Técnica atende à determinação constante do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, *in verbis*:

“O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator de Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória”.

A mesma Resolução, no §1º do art. 5º, estabelece ainda que:

“O exame da compatibilidade e adequação orçamentária das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas financeiras e orçamentárias vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

2 SÍNTESE DA MEDIDA PROVISÓRIA

O Quadro 1, a seguir, apresenta, de forma sucinta, os créditos abertos pela Medida Provisória nº 448/2008 - MP 448/08, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com indicação dos órgãos e unidades orçamentárias beneficiadas, assim como a origem e o montante dos recursos oferecidos como contrapartida aos créditos abertos.

Quadro 1 - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (Anexo I - MP 448/2008)		R\$ 1,00
ÓRGÃOS/UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	APLICAÇÃO DE RECURSOS	ORIGEM DOS RECURSOS
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	350.000.000	-
- Secretaria Especial de Portos	350.000.000	
MINISTÉRIO DA SAÚDE	100.000.000	-
- Fundo Nacional de Saúde	100.000.000	-
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	280.000.000	-
- DNIT - Depto. Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	280.000.000	-
MINISTÉRIO DA DEFESA	150.000.000	-
- MD/Administração Central	150.000.000	-
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	720.000.000	-
- MIN - Administração Central	720.000.000	-
SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO	-	990.000.000
- Recursos Ordinários	-	990.000.000
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	610.000.000
- Recursos Ordinários	-	610.000.000
TOTAL ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL	1.600.000.000	1.600.000.000

3 SUBSÍDIOS ACERCA DA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

3.1 Pressupostos constitucionais de imprevisibilidade, urgência e relevância

O § 3º do artigo 167 da Constituição diz que *"A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62"*. A caracterização de uma despesa como imprevisível e urgente é certamente passível de alguma subjetividade. O exame do texto constitucional, entretanto, lança luzes ao entendimento dos casos passíveis de serem considerados como imprevisíveis: guerra, comoção interna ou calamidade pública. A listagem feita pela Constituição é apenas exemplificativa, mas certamente elucidativa do que pode ser objeto de um crédito extraordinário.

Portanto, a despesa atendida por um crédito extraordinário deve ser **imprevisível**, ou seja, aquela que não se pode prever, que não pode ser pressuposta. Mais do que isso, tal despesa deve ser **urgente**, isto é, deve ser executada com rapidez, sem demora. Por outro lado, o art. 62, exige ainda que o caso a ser atendido, além de **urgente**, deve caracterizar-se como **relevante**.

Os créditos abertos pela MP 448/2008 com certeza atendem aos pressupostos constitucionais de imprevisibilidade e urgência, pois têm como objetivo socorrer as vítimas de fortes chuvas ocorridas em Santa Catarina ao final do mês de novembro. O governador do Estado assinou decreto que coloca 12 municípios em estado de calamidade pública. São esperados recursos do governo federal para atendimento emergencial às vítimas e reconstrução da infra-estrutura danificada, sobretudo do Porto de Itajaí e das principais rodovias federais do Estado. Com efeito, as despesas atendidas pelos créditos estão relacionadas a situações excepcionais que colocam em risco de forma inequívoca a integridade de pessoas ou do patrimônio público.

A seguir serão analisadas, por órgão e unidades orçamentárias, as despesas cobertas pelos créditos abertos pela Medida Provisória nº 448, de 2008, com fundamento nas informações constantes da Exposição de Motivos nº 00345/2008 – MP, de 26 de novembro de 2008 (EM 345/2008-MP), do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a Medida:

20000 – Presidência da República

No âmbito do Orçamento Fiscal, a Medida Provisória nº 448/2008 abre créditos para a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, no valor de R\$ 350 milhões. Esses recursos destinam-se à Reconstrução Emergencial do Porto de Itajaí, pertencente ao Vetor Logístico Sul.

Em vista da contribuição desse porto para o escoamento de cargas do Brasil, sua paralisação pode impactar significativamente, segundo análise do Executivo, o volume de transações comerciais do País. Serão necessárias ações emergenciais para recuperação das instalações de acostagem e da área retroportuária, além de obras de contenção no rio Itajaí-Açu.

36000 – Ministério da Saúde

No âmbito deste ministério, segundo consta da mencionada EM, o crédito de R\$ 100 milhões permitirá a adequação das estruturas físicas e logísticas para o enfrentamento das calamidades geradas pelo excesso de chuvas, bem como o monitoramento e avaliação da estruturação institucional para a solução dessas emergências. A ação rápida do Ministério é exigida para reduzir o elevado potencial de risco e disseminação de doenças, principalmente em crianças, e evitar, assim, o agravamento da situação.

39000 – Ministério dos Transportes

O Ministério dos Transportes contará com R\$ 280 milhões para a realização de obras emergenciais em rodovias federais de diversos Estados, cuja situação de degradação em que se encontram foi provocada pelas fortes chuvas ocorridas no mês de

novembro. Será necessária imediata ação do governo federal para a restauração das condições normais de trafegabilidade das rodovias, sob pena de ocorrência de acidentes e transtornos aos seus usuários.

52000 – Ministério da Defesa

O Ministério da Defesa será responsável pelo apoio aos profissionais de diversas áreas responsáveis pelo socorro e atendimento das vítimas das enchentes. O valor de R\$ 150 milhões possibilitará a aquisição dos insumos necessários para o transporte de alimentos, de medicamentos, de materiais e de equipamentos de reconstrução, entre outros. Serão realizadas, também, operações de resgate aéreo e terrestre, de atendimento médico e de restauração de infra-estrutura, além da montagem e da manutenção de acampamentos para os desabrigados.

53000 – Ministério da Integração Nacional

Estão sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional as ações de apoio a obras preventivas de desastres, socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres e restabelecimento da normalidade no cenário de desastres. Portanto, estão previstos para o Ministério R\$ 720 milhões que serão aplicados nos municípios que decretarem estado de calamidade pública em virtude das inundações, alagamentos e desabamentos causados pelas fortes chuvas do mês de novembro, em ações emergenciais que se fizerem necessárias.

3.2 Resultado primário

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 (LDO 2008), em seu art. 61, § 13, estabelece que:

“§ 13. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no anexo de metas fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.”

O crédito extraordinário, dada a sua excepcionalidade, não se sujeita às mesmas regras às quais estão submetidas outras espécies de crédito adicional (nomeadamente, o crédito suplementar e o crédito especial, ambos encaminhados ao Congresso por meio de projeto de lei do Poder Executivo).

Ainda que a LDO/2008 refira-se a “projetos de lei”, entende-se que a regra estabelecida no art. 61, § 13, deveria ser observada, também, para a abertura de créditos por meio de provisória, especialmente nos casos como o presente, no qual a totalidade das despesas primárias estão classificadas como RP-2, sendo a contrapartida prioritariamente de receitas financeiras (R\$ 990 milhões em receitas de exercícios

anteriores). O Poder Executivo, porém, não fez nenhuma consideração sobre o impacto do crédito extraordinário em análise na meta do resultado primário prevista para o corrente exercício. No entanto, o ajuste em outras despesas será inevitável, com vista ao cumprimento da meta de superávit primário estabelecida pela LDO 2008 para o exercício.

3.3 Compatibilização com a LDO/2008 e PPA 2008-2011

O § 1º do art. 63 da LDO/2008 dispõe que:

“§ 1º A medida provisória relativa a crédito extraordinário, admissível unicamente para atender a despesas relevantes, urgentes e imprevisíveis, não poderá abranger mais de uma área temática de que trata o caput do art. 61, exceto quanto aos assuntos correlatos”.

A toda evidência, a medida provisória em exame observou a regra estabelecida na LDO/2008, vez que engloba créditos destinados a diversos órgãos do Poder Executivo, abrangendo diferentes áreas temáticas, com vistas a atender a variados tipos de situações, todas ligadas ao socorro das vítimas das fortes chuvas ocorridas no País no mês de novembro.

Por outro lado, a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008 (Lei do Plano Plurianual 2008-2011 – LPPA 2008-2011), em seu art. 15, § 5º, estabelece que:

“§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano”.

A presente MP 448/08 cria nova ação em relação ao PPA vigente ao prever recursos para a reconstrução emergencial do Porto de Itajaí. Essa possibilidade, no entanto, não foi prevista pela LPPA 2008-2011, que limita aos créditos especiais essa faculdade.

No entanto, devido ao caráter emergencial da ação a ser executada, qualquer outro instrumento que fosse utilizado pelo Poder Executivo para a atualização do plano inviabilizaria a execução da programação enquanto o PPA não fosse alterado. A exposição de motivos que acompanha a MP 448/08 silencia a esse respeito e não expressa qual o entendimento do Executivo sobre a matéria.

4 CONCLUSÕES

Diante do exposto, conclui-se que a Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008, que *“Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica”*:

a) atende aos pressupostos constitucionais de imprevisibilidade e urgência dos gastos, nos termos do que dispõe o § 3º do art. 167 da Constituição Federal, tendo em vista que:

- destina créditos a programações em decorrência de evento excepcional que justifica o tratamento por crédito extraordinário; e

- essas programações se revestem do caráter de imprevisibilidade e urgência e, por isso, não poderiam ser adequadamente atendidas mediante projeto de lei de crédito especial;

b) observa o disposto no § 1º do art. 63 da LDO/2008, vez que destina créditos a diversos órgãos do Poder Executivo, abrangidos por várias áreas temáticas, com vistas a atender a diferentes situações, consideradas, no entanto, como “assuntos correlatos”;

c) não faz referência ao impacto dos créditos abertos no resultado primário previsto no Anexo de Metas Fiscais da LDO/2008, em desacordo com o disposto no art. 61, § 13, da LDO/2008, sendo claro que os créditos abertos afetam o referido resultado, vez que destinam recursos para despesas primárias e indicam como contrapartida receitas financeiras;

d) cria nova ação plurianual por meio de Medida Provisória sem observar o previsto no art. 15, § 5º, da Lei do Plano Plurianual 2008-2011 (Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008), que limita a alteração do PPA vigente a créditos especiais.


Ana Cláudia Castro Silva Borges
Consultora de Orçamentos – SF

**PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 448, DE 2008, E
EMENDAS (PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO).**

O SR. JOÃO MATOS (Bloco/PMDB-SC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desta tribuna, passarei a apresentar meu relatório e voto sobre a Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de 1 bilhão e 600 milhões de reais, para os fins que especifica.

Antes de passar à leitura do relatório, gostaria de tecer alguns comentários muito objetivos acerca de acontecimentos no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, sobretudo na região do Médio e do Baixo Vale, região que constitui parte de minha base eleitoral e onde resido, pois tenho moradia fixa na cidade de Navegantes, em Santa Catarina, e represento neste Parlamento, evidentemente, aquela unidade da Federação, mas, com destaque, o Vale do Itajaí.

E como esta medida provisória, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, trata da abertura de crédito extraordinário para atender a despesas com ações para amenizar efeitos de catástrofes provocadas por enchentes em várias partes do Brasil e desmoronamentos, sobretudo em Santa Catarina, quero apresentar a V.Exas., rapidamente, um panorama da região, sobejamente apresentado pela imprensa nacional e internacional.

Há muitas semanas chove em Santa Catarina em quantidade muitas vezes superior à média dos anos anteriores. Essa concentração de precipitação pluviométrica ocasionou o encharcamento das terras da região do Médio Vale do Itajaí e da foz do rio, provocando as enchentes que foram divulgadas em todo o País e desalojando cerca de 80 mil catarinenses residentes nas cidades localizadas naquela parte do Vale do Itajaí, principalmente, pois que sobre algumas outras regiões do Estado também se abateram catástrofes provocadas por muitas chuvas e por desmoronamentos de parte dos morros.

Mas na região do Médio, sobretudo da foz do Rio Itajaí, um maior número de cidades ficaram totalmente tomadas pelas águas e houve desmoronamentos decorrentes de deslizamento de lama dos morros circunvizinhos, soterrando muitas casas e ceifando muitas vidas.

Sr. Presidente, do total de 126 mortes contabilizadas — ainda há muitos desaparecidos —, 3 tiveram como causa, reconhecidamente, afogamento; os outros 123 morreram em decorrência de deslizamentos de terra, que soterraram casas em toda a região. Os efeitos dessa catástrofe foram minimizados graças à ação imediata do Governo Federal.

Na condição de Deputado residente naquela região, pude acompanhar de perto a ação emergencial, pronta do Governo Federal, capitaneado pelo Presidente Lula, que por 2 vezes lá esteve, e do Governo Estadual, capitaneado pelo Governador Luiz Henrique da Silveira. Os Governos dessas 2 esferas marcaram presença desde o primeiro momento.

Graças à ação eficaz dos agentes do Poder Público, foram diminuídos, com certeza, os efeitos da catástrofe em termos de vidas humanas. Muitas foram poupadas graças a essa ação eficaz.

Como o assunto já foi sobejamente divulgado pela imprensa do Estado de Santa Catarina, pela imprensa nacional e internacional, não vou me estender nos comentários a esse respeito.

Passo, então, a apresentar meu relatório e voto.

Relatório.

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República, mediante a Mensagem nº 189, de 2008, submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008, que *“Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica”*.

O Poder Executivo alega, conforme a Exposição de Motivos nº 345, de 2008, que a matéria cumpre os requisitos impostos pelo § 3º do art. 167, bem como pelo art. 62 da Constituição Federal, no tocante à imprevisibilidade, urgência e relevância.

O quadro a seguir apresenta, de forma sucinta, os créditos abertos pela Medida Provisória nº 448, de 2008, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com indicação dos órgãos e unidades orçamentárias beneficiadas, assim como a origem e o montante dos recursos oferecidos como contrapartida aos créditos abertos.

A Medida Provisória nº 448, de 2008, abre créditos para a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República no valor de 350 milhões de reais. Esses recursos destinam-se à reconstrução emergencial do Porto de Itajaí, em Santa Catarina, com previsão de recuperação das instalações de acostagem e da área retroportuária e realização de obras de contenção no Rio Itajaí-Açu.

O Porto de Itajaí teve grande parte de sua estrutura danificada ou destruída, o que tem impedido o escoamento de cargas com alto valor agregado. Com o segundo maior fluxo de cargas entre os portos brasileiros, sua paralisação pode impactar significativamente o volume de transações comerciais do País.

Os créditos para o Ministério da Saúde, no montante de 100 milhões de reais, têm como justificativa para a relevância e urgência a necessidade de reduzir o elevado potencial de disseminação e/ou riscos à saúde pública da população residente nas áreas atingidas, evitando efeitos mais devastadores em termos de mortalidade, sobretudo em relação à mortalidade infantil.

Informa a exposição de motivos que, no caso do Ministério dos Transportes, os recursos, da ordem de 280 milhões de reais, garantirão a realização de obras emergenciais em rodovias federais de diversos Estados, as quais se encontram em situação de degradação provocada pelas fortes chuvas que têm danificado a malha rodoviária federal e têm levado alguns entes federativos a decretarem estado de calamidade pública.

Em relação aos recursos para o Ministério da Defesa, a relevância e a urgência justificam-se pela necessidade de aquisição de insumos para o transporte de alimentos, medicamentos, materiais e equipamentos de reconstrução. Os créditos, no valor de 150 milhões de reais, também possibilitarão o pagamento de profissionais envolvidos no socorro e atendimento às vítimas das enchentes, assim como a realização de operações de apoio e de resgate aéreo e terrestre e de atendimento médico e de restauração de infra-estrutura.

Os recursos destinados pela MP nº 448, de 2008, ao Ministério da Integração Nacional, no valor de 720 milhões, viabilizarão o atendimento às populações vítimas de

desastres naturais em vários Estados, atingidos por intensas chuvas, que provocaram inundações, alagamentos e desabamentos em diversos Municípios, nos quais já foi reconhecido, pelo Governo Federal, o estado de calamidade pública ou a situação de emergência.

Para viabilizar a abertura do crédito, são oferecidos recursos no montante de 990 milhões, provenientes do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007, e recursos da ordem de 610 milhões, originários do excesso de arrecadação de recursos ordinários.

No prazo regimental, foram apresentadas 14 emendas à presente medida provisória.

Passo à sua análise.

No tocante aos aspectos de constitucionalidade e aos pressupostos de relevância e urgência, o § 3º do art. 167 da Constituição Federal diz que *"A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62."*

Portanto, a despesa atendida por um crédito extraordinário deve ser imprevisível, ou seja, aquela que não se pode prever, que não pode ser pressuposta. Mais do que isso, tal despesa deve ser urgente, isto é, deve ser executada com rapidez, sem demora. O art. 62 da Constituição exige, ainda, que o caso a ser atendido, além de urgente, deve caracterizar-se como relevante.

Os créditos abertos pela MP 448, de 2008, com certeza atendem aos pressupostos constitucionais de imprevisibilidade e de urgência. Com efeito, as despesas atendidas pelos créditos a que ela se refere estão relacionadas a situações excepcionais que

colocam em risco, de forma inequívoca, a integridade de pessoas ou do patrimônio público.

Além disso, as despesas também podem ser caracterizadas como relevantes, pois se destinam, entre outros objetos, à recuperação da infra-estrutura de transportes, bastante danificada pelas intensas chuvas que atingem diversos Estados, e à aquisição de alimentos, medicamentos, materiais e equipamentos necessários ao atendimento às vítimas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 (Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 — LDO 2008), em seu art. 61, § 13, estabelece que *“os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no anexo de metas fiscais desta lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.”*

O crédito extraordinário, dada a sua excepcionalidade, em tese, não se sujeita às mesmas regras às quais estão submetidas as outras espécies de crédito adicional, sobretudo o crédito suplementar e o crédito especial, ambos encaminhados ao Congresso por meio de projeto de lei do Poder Executivo. Entretanto, dado que o uso de recursos provenientes do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007 terá impacto sobre a meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, deverá o Poder Executivo proceder aos necessários ajustes financeiros posteriormente.

As 14 emendas oportunamente apresentadas são de indubitável mérito. No entanto, algumas não merecem prosperar.

De acordo com nossa análise:

a) as emendas de nºs 1, 5, 7, 10 e 13 devem ser declaradas inadmitidas, por contrariarem o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006/CN. Tal artigo dispõe que "*somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente*". No entanto, as emendas citadas propõem acréscimo de dotações;

b) as emendas de nºs 2, 3, 4, 11 e 12 devem ser declaradas inadmitidas, porque contrariam o § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002/CN. Tal parágrafo dispõe que "*é vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na medida provisória*". As emendas, contudo, propõem regulamentar temas divergentes do que trata a medida provisória, tais como a suspensão da exigibilidade de obrigações e a alteração de dispositivo de lei;

c) a emenda de nº 10 deve ser declarada inadmitida porque contraria o inciso I do art. 109 da Resolução nº 1, de 2006/CN. Tal dispositivo estabelece que "*as emendas serão inadmitidas quando contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito.*"

Entretanto, como se pode observar, a emenda analisada inclui os Ministérios da Agricultura, dos Esportes e do Turismo entre as unidades beneficiárias dos recursos, os quais não constam originariamente da medida provisória;

d) a Emenda nº 14, por fim, embora possa ser admitida, não merece provimento no mérito porque restringe a necessária flexibilidade na administração financeira dos recursos objeto do crédito em análise. Ao procurar estabelecer dispositivo que fixa prazo para a liberação total dos recursos, a emenda negligencia a realidade dos fatos que, pelo menos em tese, visa proteger. É que as ações, na sua execução, podem demandar a liberação dos recursos em maior ou menor volume que os programados e em tempo

menor ou maior que os esperados, o que não se ajusta ao previsto na emenda. Assim sendo, o melhor é deixar que os acontecimentos determinem o ritmo e o montante das deliberações financeiras, razão pela qual os dispositivos da MP em análise devem permanecer tais quais constantes da redação original; e

e) as Emendas n^{os} 6, 8 e 9 devem ser aprovadas em razão do seu mérito, sobretudo para corrigir a imprecisão na programação enviada pelo Poder Executivo, tendo em vista a não-designação, nos quadros orçamentários, de dotações específicas ao atendimento da população de Santa Catarina, conforme as justificativas apresentadas pelo próprio Poder Executivo para a elaboração da presente medida provisória.

Explicito, Sr. Presidente, que a aprovação dessas 3 emendas, as de n^{os} 6, 8 e 9, significa que este Relator, acolhendo-as, garante carimbar para Santa Catarina o valor de 360 milhões de reais para, através do Ministério da Integração Nacional, destiná-los àquele Estado, que foi, sem dúvida nenhuma, o mais afetado entre todas as unidades da Federação.

Dessa forma, a medida provisória que estaremos a votar garante para Santa Catarina, a partir deste relatório, recursos da ordem de 350 milhões de reais, vinculados através da Secretaria dos Portos, para a reconstrução do Porto de Itajaí, e de 360 milhões de reais, carimbados através do Ministério da Integração Nacional, para as ações diversas vinculadas à programação daquele Ministério. Serão, portanto, 710 milhões de reais, recursos que estarão carimbados na presente medida provisória, se aprovada por este Plenário.

Diante do exposto, votamos no sentido de que a Medida Provisória n^o 448, de 26 de novembro de 2008, atende aos preceitos constitucionais e legais que orientaram sua adoção e, por conseguinte, no mérito, somos por sua aprovação, nos termos do projeto de lei de conversão, devendo ser inadmitidas, de acordo com o art. 146 da Resolução n^o 1, de 2006, do Congresso Nacional, as Emendas n^{os} 1 a 5, 7 e 10 a 13, relacionadas no Anexo I, rejeitada a n^o 14 e aprovadas as n^{os} 6, 8 e 9.

O anexo, objeto do acordo feito entre este Relator, Liderança do Governo e Oposição, está sendo feito, ou foi feito, a fim de vincular a utilização de 50% do montante de 720 milhões de reais do Ministério da Integração Nacional ao Estado de Santa Catarina.

É o parecer.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA

PARECER Nº , DE 2008

Sobre a Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008, que "Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00, para os fins que especifica."

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado JOÃO MATOS

1 RELATÓRIO

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República, mediante a Mensagem nº 189, de 2008-CN (nº 930/2008, na origem), submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008, que *"abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica."*

O Poder Executivo alega, conforme a Exposição de Motivos nº 00345/2008 – MP, (EM 345/2008-MP), que a matéria cumpre os requisitos impostos pelo § 3º do art. 167, bem como pelo art. 62, da Constituição Federal, no tocante à imprevisibilidade, urgência e relevância.

O quadro a seguir apresenta, de forma sucinta, os créditos abertos pela Medida Provisória nº 448/2008 - MP 448/08, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com indicação dos órgãos e unidades orçamentárias beneficiadas, assim como a origem e o montante dos recursos oferecidos como contrapartida aos créditos abertos.

Órgão Unidade Orçamentária	Programa	Ação/Subtítulo	Em R\$ 1,00	
			Suplementação (Anexo I do PL)	Origem dos Recursos (Anexo II do PL)
Presidência da República (20000) Secretaria Especial de Portos (20128)	Vetor Logístico Sul (1462)	Reconstrução Emergencial do Porto de Itajaí - Em Santa Catarina - SC - Crédito Extraordinário (120B/0001)	350.000.000	
SUBTOTAL - Presidência da República			350.000.000	0
Ministério da Saúde (36000) Fundo Nacional de Saúde (36901)	Vigilância, Preservação e Controle de Doenças e Agravos (1444)	Vigilância, Preservação e Controle de Surto, Epidemias, Calamidades Públicas e Emergenciais em Saúde - Nacional (Crédito Extraordinário) (6160/0101)	100.000.000	
SUBTOTAL - Ministério da Saúde			100.000.000	0
Ministério dos Transportes (39000) Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (39252)	Segurança Pública nas Rodovias Federais (0063)	Obras Rodoviárias emergenciais - Nacional (Crédito Extraordinário) (1F40/0101)	280.000.000	
SUBTOTAL - Ministério dos Transportes			280.000.000	0
Ministério da Defesa (52000) Ministério da Defesa (52101)	Resposta aos Desastres e Reconstrução (1029)	Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastre - Nacional (Crédito extraordinário) (4564/0105)	150.000.000	
SUBTOTAL - Ministério da Defesa			150.000.000	0
Ministério da Integração Nacional (53000) Ministério da Integração Nacional - Administração Direta (53101)	Prevenção e Preparação para Desastres (1027)	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nacional (Crédito Extraordinário) (8348/4003)	240.000.000	
		Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres - Nacional (Crédito Extraordinário) (4564/0103)	210.000.000	
	Resposta aos Desastres e Reconstrução (1029)	Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres - Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) - Nacional (4570/0103)	270.000.000	
SUBTOTAL - Ministério da Integração Nacional			720.000.000	0
Superávit Financeiro - Balanço Patrimonial da União - 2007				990.000.000
Excesso de Arrecadação				610.000.000
TOTAL DO CRÉDITO			1.600.000.000	1.600.000.000

A Medida Provisória nº 448/2008 abre créditos para a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República no valor de R\$ 350 milhões. Esses recursos destinam-se à Reconstrução Emergencial do Porto de Itajaí, em Santa Catarina, com previsão de recuperação das instalações de acostagem e da área retroportuária e realização de obras de contenção no rio Itajaí-Açu.

O Porto de Itajaí teve grande parte de sua estrutura danificada ou destruída, o que tem impedido a escoação de cargas com alto valor agregado. Com o segundo maior fluxo de cargas entre os portos brasileiros, sua paralisação pode impactar significativamente o volume de transações comerciais do País.

Os créditos para o Ministério da Saúde, no montante de R\$ 100 milhões, têm como justificativa para a relevância e urgência a necessidade de reduzir o elevado potencial de disseminação e/ou riscos à saúde pública da população residente nas áreas atingidas, evitando efeitos mais devastadores em termos de mortalidade, sobretudo em relação à mortalidade infantil.

Informa a Exposição de Motivos que, no caso do Ministério dos Transportes, os recursos, da ordem de R\$ 280 milhões, garantirão a realização de obras emergenciais em rodovias federais de diversos Estados, as quais se encontram em situação de degradação provocada pelas fortes chuvas que têm danificado a

malha rodoviária federal e tem levado alguns entes federativos a decretarem estado de calamidade pública.

Em relação aos recursos para o Ministério da Defesa, a relevância e a urgência justificam-se pela necessidade de aquisição de insumos para o transporte de alimentos, medicamentos, materiais e equipamentos de reconstrução. Os créditos, no valor de R\$ 150 milhões, também possibilitarão o pagamento de profissionais envolvidos no socorro e atendimento às vítimas das enchentes, assim como a realização de operações de apoio e de resgate aéreo e terrestre e de atendimento médico e de restauração de infra-estrutura.

Os recursos destinados pela MP nº 448/2008 ao Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 720 milhões, viabilizarão o atendimento às populações vítimas de desastres naturais em vários Estados, atingidos por intensas chuvas, que provocaram inundações, alagamentos e desabamentos em diversos Municípios, nos quais já foi reconhecido, pelo Governo Federal, o estado de calamidade pública ou a situação de emergência.

Para viabilizar a abertura do crédito, são oferecidos recursos no montante de R\$ 990 milhões, provenientes do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007, e recursos da ordem de R\$ 610 milhões, originários do excesso de arrecadação de recursos ordinários.

No prazo regimental, foram apresentadas catorze emendas à presente medida provisória.

2 ANÁLISE

No tocante aos aspectos de constitucionalidade e aos pressupostos de relevância e urgência, o § 3º do artigo 167 da Constituição Federal diz que “*A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.*”

Portanto, a despesa atendida por um crédito extraordinário deve ser **imprevisível**, ou seja, aquela que não se pode prever, que não pode ser pressuposta. Mais do que isso, tal despesa deve ser **urgente**, isto é, deve ser executada com rapidez, sem demora. O art. 62 da Constituição exige, ainda, que o caso a ser atendido, além de **urgente**, deve caracterizar-se como **relevante**.

Os créditos abertos pela MP 448/2008 com certeza atendem aos pressupostos constitucionais de imprevisibilidade e de urgência. Com efeito, as despesas atendidas pelos créditos a que ela se refere estão relacionadas a situações excepcionais que colocam em risco, de forma inequívoca, a integridade de pessoas ou do patrimônio público. Além disso, as despesas também podem ser caracterizadas como relevantes, pois se destinam, entre outros objetivos, à recuperação da infra-estrutura de transportes, bastante danificada pelas intensas chuvas que atingem diversos Estados, e à aquisição de alimentos, medicamentos, materiais e equipamentos necessários ao atendimento às vítimas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 (Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 – LDO 2008), em seu art. 61, § 13, estabelece que “os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no anexo de metas fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.”

O crédito extraordinário, dada a sua excepcionalidade, em tese, não se sujeita às mesmas regras às quais estão submetidas as outras espécies de crédito adicional, sobretudo, o crédito suplementar e o crédito especial, ambos encaminhados ao Congresso por meio de projeto de lei do Poder Executivo. Entretanto, dado que o uso de recursos provenientes do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007 terá impacto sobre a meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, deverá o Poder Executivo proceder aos necessários ajustes financeiros posteriormente.

As 14 emendas oportunamente apresentadas são de indubitável mérito. No entanto, algumas não merecem prosperar. De acordo com nossa análise:

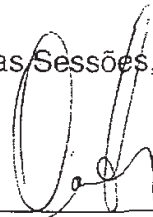
- a) as emendas de nºs 1, 5, 7, 10 e 13 devem ser declaradas inadmitidas, por contrariarem o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006 – CN. Tal artigo dispõe que *somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente*. No entanto, as emendas citadas propõem acréscimo de dotações;
- b) as emendas de nºs 2, 3, 4, 11 e 12 devem ser declaradas inadmitidas, porque contrariam o § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002 – CN. Tal parágrafo dispõe que *é vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na Medida Provisória*. As emendas, contudo, propõem regulamentar temas divergentes do que trata a MP, tais como a suspensão da exigibilidade de obrigações e a alteração de dispositivo de lei;
- c) a emenda de nº 10 deve ser declarada inadmitida, porque contraria o inciso I do art. 109 da Resolução nº 1, de 2006 – CN. Tal dispositivo estabelece que *as emendas serão inadmitidas quando contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito*. Entretanto, como se pode observar, a emenda analisada inclui os ministérios da Agricultura, dos Esportes e do Turismo entre as unidades beneficiárias dos recursos, os quais não constam originariamente da MP;

- d) a emenda nº 14, por fim, embora possa ser admitida, não merece provimento no mérito, porque restringe a necessária flexibilidade na administração financeira dos recursos objeto do crédito em análise. Ao procurar estabelecer dispositivo que fixa prazo para a liberação total dos recursos, a emenda negligencia a realidade dos fatos que, pelo menos em tese, visa proteger. É que as ações, na sua execução, podem demandar a liberação dos recursos em maior ou menor volume que os programados e em tempo menor ou maior que os esperados, o que não se ajusta ao previsto na emenda. Assim sendo, o melhor é deixar que os acontecimentos determinem o ritmo e o montante das liberações financeiras, razão pela qual os dispositivos da MP em análise devem permanecer tais quais constantes da redação original; e
- e) as emendas 6, 8 e 9 devem ser aprovadas em razão de seu mérito e sobretudo para corrigir a imprecisão na programação enviada pelo Poder Executivo, tendo em vista a não designação nos quadros orçamentários de dotações específicas ao atendimento da população de Santa Catarina, conforme as justificativas apresentadas pelo próprio Poder Executivo para a elaboração da presente medida provisória.

3 VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, votamos no sentido de que a Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008, atende aos preceitos constitucionais e legais que orientaram sua adoção e, por conseguinte, no mérito, somos por sua aprovação nos termos do Projeto de Lei de Conversão, devendo ser inadmitidas, de acordo com o art. 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN, as emendas de nºs 1 a 5, 7, 10 a 13 (relacionadas no Anexo I), rejeitada a de nº 14 e aprovadas as emendas nº 6, 8 e 9.

Sala das Sessões, em _____ de dezembro de 2008.



Deputado JOÃO MATOS
Relator

O anexo, objeto do acordo feito entre este Relator, liderança do Governo e a oposição, está sendo refeita a fim de vincular à utilização de 50% do montante de 720 milhões de reais do M. Inst.Nacional do Estado de SC.

Anexo I

(Ao Parecer nº , de 2008)

Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008 – Demonstrativo de que trata o §1º art. 109 c/c o §1º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

Emenda	Autor	Unidade Orçamentária	Proposição	Valor (R\$)	Parecer
1	Dep. João Pizzolatti	39252 – DNIT	Dragagem do rio Itajaí-Açu a Montante 9,5 Km do Porto de Itajaí - SC (Crédito Extraordinário).	36.000.000	Inadmissão, por contrariar o art. 111 da Res. 1/2006-CN
2	Dep. Paulo Bornhausen	N/A	Modificação no texto, para suspender exigibilidade de obrigações.	N/A	Inadmissão, por contrariar o §4º do art. 4º da Res. 1/2002-CN
3	Dep. Paulo Bornhausen	N/A	Modificação no texto da MP com vistas a alterar o art. 20 da Lei 8.036/90.	N/A	Inadmissão, por contrariar o §4º do art. 4º da Res. 1/2002-CN
4	Dep. Paulo Bornhausen	N/A	Modificação no texto, para suspender exigibilidade de obrigações	N/A	Inadmissão, por contrariar o §4º do art. 4º da Res. 1/2002-CN
5	Dep. Paulo Bornhausen	39252 – DNIT	Obras Rodoviárias Emergenciais – no Estado de Santa Catarina (Créditos Extraordinários)	130.000.000	Inadmissão, por contrariar o art. 111 da Res. 1/2006-CN
6	Dep. Paulo Bornhausen	53101 – Ministério da Integração Nacional	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - No Estado de Santa Catarina (Crédito Extraordinário)	120.000.000	Aprovada
7	Dep. Paulo Bornhausen	36901 - Fundo Nacional da Saúde	Vigilância, Preservação e Controle de Surto, Epidemias, Calamidades Públicas e Emergenciais em Saúde - Santa Catarina (Crédito Extraordinário)	100.000.000	Inadmissão, por contrariar o art. 111 da Res. 1/2006-CN
8	Dep. Paulo Bornhausen	53101 – Ministério da Integração Nacional	Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres - No Estado de Santa Catarina (Crédito Extraordinário)	105.000.000	Aprovada
9	Dep. Paulo Bornhausen	53101 – Ministério da Integração Nacional	Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres - Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) - Nacional	135.000.000	Aprovada
			Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres - Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) - No Estado de Santa Catarina	135.000.000	
10	Dep. Edinho Bez	Min. da Agricultura, dos Esportes e do Turismo	Inclui, no texto, outras UOs como beneficiárias do crédito.	N/A	Inadmissão, por contrariar o inciso I do art. 109 da Res. 1/2006-CN.
11	Dep. Edinho Bez	N/A	Modifica o texto, para propor a prorrogação da exigibilidade de pagamento de dívidas.	N/A	Inadmissão, por contrariar o §4º do art. 4º da Res. 1/2002-CN
12	Dep. João Pizzolatti	N/A	Modificação no texto, para suspender exigibilidade de obrigações	N/A	Inadmissão, por contrariar o §4º do art. 4º da Res. 1/2002-CN
13	Dep. Raimundo Gomes de Matos	39252 – DNIT	Obras Rodoviárias emergenciais - Nacional (Crédito Extraordinário)	140.000.000	Inadmissão, por contrariar o art. 111 da Res. 1/2006-CN
		55101 - Min. do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos - No Estado de Santa Catarina	70.000.000	
			Serviços Específicos de Proteção Social - No Estado de Santa Catarina	70.000.000	

Obs.: N/A = não aplicável

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2008
(DECORRENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 448, de 26 de novembro 2008)

Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Medida Provisória.

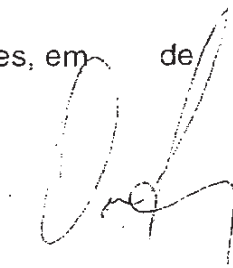
Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balaço Patrimonial da União de 2007, no valor de R\$ 990.000.000,00 (novecentos e noventa milhões de reais); e

II – excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 610.000.000,00 (seiscentos e dez milhões de reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2008.



Consulta Tramitação das Proposições

Cadastrar para Acompanhamento

NovaPesquisa

Proposição: [MPV-448/2008](#) -> Integra disponível em formato doc**Autor:** Poder Executivo**Data de Apresentação:** 26/11/2008**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário**Regime de tramitação:** Urgência**Situação:** PLEN: Aguardando Encaminhamento; MESA: Aguardando Recebimento.**Ementa:** Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00, para os fins que especifica**Indexação:** Abertura de crédito, crédito extraordinário, Presidência da República, Ministério da Saúde, Ministério dos Transportes, Ministério da Defesa, Ministério da Integração Social.**Despacho:**

12/12/2008 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

[MSC 930/2008 \(Mensagem\) - Poder Executivo](#)**Legislação Citada****Emendas**- [MPV44808 \(MPV44808\)](#)[EMC 1/2008 MPV44808 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - João Pizzolatti](#)[EMC 2/2008 MPV44808 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Paulo Bornhausen](#)[EMC 3/2008 MPV44808 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Paulo Bornhausen](#)[EMC 4/2008 MPV44808 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Paulo Bornhausen](#)[EMC 5/2008 MPV44808 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Paulo Bornhausen](#)[EMC 6/2008 MPV44808 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Paulo Bornhausen](#)[EMC 7/2008 MPV44808 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Paulo Bornhausen](#)[EMC 8/2008 MPV44808 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Paulo Bornhausen](#)[EMC 9/2008 MPV44808 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Paulo Bornhausen](#)[EMC 10/2008 MPV44808 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Edinho Bez](#)[EMC 11/2008 MPV44808 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Valdir Colatto](#)[EMC 12/2008 MPV44808 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - João Pizzolatti](#)[EMC 13/2008 MPV44808 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Raimundo Gomes de Matos](#)[EMC 14/2008 MPV44808 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Raimundo Colombo](#)**Pareceres, Votos e Redação Final**- [MPV44808 \(MPV44808\)](#)[PPP 1 MPV44808 \(Parecer Proferido em Plenário\) - João Matos](#)**Originadas**

- PLEN (PLEN)

[PLV 32/2008 \(Projeto de Lei de Conversão\) - João Matos](#)**Última Ação:**

12/12/2008 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

16/12/2008 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 448-A/08) (PLV 32/08).

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
26/11/2008	Poder Executivo (EXEC) Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
26/11/2008	CONGRESSO NACIONAL (CN) Prazo para Emendas: 27/11/2008 a 02/12/2008. Comissão Mista: 26/11/2008 a 09/12/2008. Câmara dos Deputados: 10/12/2008 a 02/02/2009. Senado Federal: 03/02/2009 a 16/02/2009. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 17/02/2009 a 19/02/2009. Sobrestar Pauta: a partir de 20/02/2009. Congresso Nacional: 26/11/2008 a 06/03/2009. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 07/03/2009 a 05/05/2009.
12/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da MSC 930/2008, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto da Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008, que "Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$1.600.000.000,00, para os fins que especifica".
12/12/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido Ofício nº 755/2008, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 448/2008, que "Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00, para os fins que especifica". Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 14

	(catorze) emendas.
12/12/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
12/12/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
12/12/2008	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 13/12/2008.
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Cancelada a Ordem do Dia, por acordo dos Srs. Líderes (Sessão Extraordinária - 9:00).
16/12/2008	Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator Dep. João Matos (PMDB-SC), para proferir parecer em Plenário pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Cancelada a Ordem do Dia, por acordo dos Srs. Líderes (Sessão Extraordinária - 15:00).
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria sobre a mesa (Sessão Extraordinária - 19:05).
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Moreira Mendes, na qualidade de Líder do PPS, que solicita preferência para votação do MPV 448/08, item 2 da pauta, sobre a MPV 447/08, item 1.
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Fernando Coruja (PPS-SC).
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento.
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirados pelo Autor, Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM, os Requerimentos que solicitam: a retirada de pauta desta MPV, o adiamento da discussão por duas sessões, a discussão desta MPV por grupo de artigos, o adiamento da votação por duas sessões, e a votação desta MPV artigo por artigo.
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. João Matos (PMDB-SC), pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; pela admissibilidade desta MPV e das Emendas de nºs. 6, 8, 9 e 14; pela inadmissibilidade das Emendas de nºs. 1 a 5, 7 e 10 a 13; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e das Emendas de nºs. 6, 8 e 9, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição da Emenda nº 14.
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discutiram a Matéria: Dep. Paulo Bornhausen (DEM-SC), Dep. Fernando Coruja (PPS-SC) e Dep. Jorginho Maluly (DEM-SP).
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação em turno único.
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Fernando Gabeira (PV-RJ).
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inadmissibilidade das Emendas de nºs. 1 a 5, 7 e 10 a 13, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência, as Emendas de nºs. 1 a 5, 7 e 10 a 13 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Medida Provisória nº 448, de 2008, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2008.
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. João Matos (PMDB-SC).
16/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 448-A/08) (PLV 32/08).

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com referência ao **Projeto de Lei de Conversão nº 32**, que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que no dia 19 de fevereiro de 2009, esgotar-se-á o prazo de 45 dias para sua apreciação.

Esclareço ainda que o prazo de 60 dias de vigência do referido projeto de lei de conversão encerrar-se-á no dia 6 de março de 2009.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia de hoje, tendo em vista que contém recursos para atendimento às vítimas das enchentes de Santa Catarina.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer a V. Ex^a pela leitura muito oportuna dessa MP e, depois, quero fazer um comentário.

Estamos apreciando uma medida provisória que destinou ao Haiti, um país muito pobre, a doação de alimentos e de recursos financeiros adjutórios. O Brasil todo ainda está assistindo a cenas tétricas de desmoroamentos, de desabamentos de residências, de inundações, de toda sorte de prejuízos, de desemprego e de morte no Estado de Santa Catarina. V. Ex^a acabou de ler uma medida provisória que não tranca a pauta, é verdade, mas que vai seqüenciar a apreciação, por esta Casa, de uma medida provisória que destinou recursos ao Haiti.

Estamos com a oportunidade na mão de votar e aprovar uma MP que destina recursos para enchentes, sendo que, dos recursos destinados, 50% são para Santa Catarina e mais recursos para a recuperação do Porto de Itajaí.

Eu gostaria de fazer um apelo à Casa para, em nome da humanidade tão referida aqui agora, votarmos de imediato a 444 e, em seguida, a 448, tendo como argumento que, na Câmara, ontem, essa matéria passou na frente da 447, foi apreciada, foi votada e chegou com urgência ao Senado.

Se quisermos ter um gesto com Santa Catarina – e ficou pactuado que teríamos, antes de votar o fundo soberano, um gesto com Santa Catarina –, proponho à Casa e aos Líderes que votássemos, em seguida, a MP nº 444 como veio da Câmara, imediatamente – imediatamente, sem maiores discussões –, e proponho, sem maiores discussões, a imediata aprovação dessa medida que vai destinar, aí sim, recursos graúdos para a recuperação dos prejuízos do Estado de Santa Catarina. Cinquenta por cento da verba contida nesta MP iria para Santa Catarina, que, claro, é o Estado mais

atingido e garantiríamos também, de imediato, recursos para a recuperação do porto de Itajaí.

É a proposta que faço à Casa com o compromisso de eu, em nome do meu Partido, não me manifestar e dar apenas o voto “sim” pela constitucionalidade, urgência, relevância e mérito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem dúvida alguma, ponho-me de acordo com a sugestão do Senador José Agripino Maia, porque, de fato, é a coerência que se põe.

Estamos a considerar que não há nada mais humanitário do que se aprovar uma medida provisória cujos efeitos já se esgotaram, e não temos como manter coerência virando as costas para Santa Catarina. Portanto...

Vou esperar o Senador Romero Jucá se acalmar para nós... Eu espero o Senador se acalmar para eu continuar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço ao Senador Arthur Virgílio que prossiga.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos aqui discutindo a Medida Provisória nº 444. Vozes levantaram-se justificando sua urgência, sua relevância, seu sentido humanitário. O Senador Líder do DEM, José Agripino Maia, de maneira muito oportuna, pergunta se não podemos, desta vez, quebrar a praxe. A praxe pode muito bem ser quebrada com a anuência de todos os Líderes. Quero saber qual vai ser o Líder que se vai colocar contra um episódio que beneficia Santa Catarina, a menos que privilegiemos a solidariedade a Cuba, à Jamaica, ao Haiti ou a sei lá mais que outro país em detrimento e quem sabe burocratizando nossa relação com o socorro a Santa Catarina.

Portanto, de parte do PSDB, estamos prontos, Senador Gilvam Borges, Sr. Presidente, para quebrar a praxe e votar essa matéria. Ainda gostaria de dizer, Senador Raimundo Colombo, que vimos, na Medida Provisória nº 444, o Governo doando 45 mil toneladas de arroz, duas mil toneladas de leite em pó e 500 quilos de sementes de hortaliça, todos provenientes dos estoques públicos, para Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica. A semente de hortaliça já não tem um caráter de urgência, tem que se esperar primeiro germinar, enfim.

Países que foram vítimas de tempestades e furacões não têm o sentido humanitário – e eu discuti, aqui, o instrumento; no mérito, não voto contra isso, Senador José Agripino; vou votar a favor, no mérito, da 444 – por

que os alimentos são de estoque público e a doação tem o objetivo de ajudar esses países que sofreram perdas humanas e materiais por causa de furacões e tempestades tropicais neste ano. A temporada de furacões de 2008, no Caribe, começou em 1º de junho e deve se estender até 30 de novembro. Até meados de novembro, 16 furacões ou tempestades já haviam atingido a região do Caribe com variados graus de força. A necessidade de ajudar os países foi identificada pelo Grupo Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional. Os fortes ventos provocaram mortes, falta de abastecimento e situações de risco para os moradores.

O Governo venderá, em Bolsa de Mercadorias, partes dos estoques reguladores da Companhia Nacional de Abastecimento – a Conab, formados exclusivamente por arroz com grão em casca. Em troca de 120 mil toneladas sem beneficiamento oferecidas pelo Governo, os compradores entregarão 45 mil toneladas do produto beneficiadas. Em termos financeiros, essa quantidade representa um custo de aproximadamente R\$80 milhões ou 3,5% da dotação orçamentária da Conab para formação de estoques públicos por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

A Deputada mineira Jô Moraes explicou – ela, se não me engano, foi a Relatora na Câmara – que a doação de arroz não influenciará na formação do preço do produto no Brasil, pois se trata apenas de pequeno percentual das 687 mil toneladas do estoque público.

Ou seja, fiz uma avaliação aqui, Senador Raimundo Colombo, bastante técnica – e quero conceder um aparte a V. Ex^a –, justificando o voto a favor, no mérito, dessa medida provisória que tem o sentido humanitário.

Agora, é óbvio que vamos ouvir cada Líder. Vamos saber se concordam ou não em quebrar a praxe que é uma defesa da Oposição nesta Casa, Senador Alvaro Dias. A praxe de se esperar três dias de tramitação de uma medida provisória para só então votá-la é uma defesa da Minoria, uma defesa da Oposição. Então, estamos abrindo mão da praxe para fazermos um gesto por Santa Catarina, Estado que V. Ex^a representa tão bem nesta Casa. E ouço o seu aparte.

O Sr. Raimundo Colombo (DEM – SC) – Senador Arthur Virgílio, gostaria de cumprimentar V. Ex^a e cumprimentar também o Presidente da Casa. Eu acho que a leitura da medida provisória atende ao interesse de todos, e a medida é consensual. E vamos conseguir votar rapidamente, porque ninguém vai discutir. Assim, já que é consenso, podemos rapidamente concluir. Eu acho que seria uma coisa absurda votarmos uma medida provisória – e vou votar a favor – ajudando Cuba, Haiti, Jamaica, Honduras e postergar a medida provisória de Santa Catarina. Para mim isso é incompreensível e

acho que também para todas as pessoas de bom senso. De tal forma que V. Ex^a está muito bem, tal como o Líder José Agripino. Vamos votar em seguida a medida provisória de Santa Catarina, que é consenso, não precisamos perder muito tempo, vai ser rápido. Mas se por acaso ela não for aceita, aí, sim, vamos demorar bastante tempo para discutir, porque seremos obrigados a discutir todos os assuntos e demorar. Só para dar um exemplo, na Câmara dos Deputados, ela foi antecipada em relação às outras – a 447 nem foi votada ainda e a 448 já está aqui –, foi votada por consenso na Comissão de Orçamento, foi votada por unanimidade no plenário, todos os Deputados de todos os partidos de todos os Estados votaram a favor e aprovaram por unanimidade, e mudaram a pauta para colocar a medida provisória de Santa Catarina como prioridade. Esse foi o tratamento que a Câmara dos Deputados deu ao Estado de Santa Catarina. E tenho a certeza absoluta que aqui no Senado ninguém vai deixar de fazer isso e vamos poder aprovar por unanimidade, e rapidamente, como todos querem. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a um pequeno tempo para concluir, dizendo que tenho no Senador Romero Jucá além de um prezado amigo, uma figura de maturidade, de paciência política e de jogo de cintura político.

O ano está acabando, esgotado todo mundo está, mas não vamos, de forma alguma, inverter certos valores aqui. Ou seja, o Senador Raimundo Colombo, com seu espírito cordato, acaba de dizer que, se não for assim, discutiremos. Senador Raimundo Colombo, independentemente de ser assim ou ser assado temos o direito de discutir. E sinto-me no dever de fazer a discussão.

Gostaria de dizer que lendo o Código Penal não vejo nenhum crime em eu ter a posição que tenho em relação ao tal fundo soberano. Não está capitulado no Código de Processo Penal, não está capitulado. Então, não somos obrigados a nos pautar por quem quer que seja do Governo. Somos obrigados a cumprir com o nosso dever.

Já tenho o meu prezado Senador Aloizio Mercadante que gosta muito de chegar conosco para dizer o que ele acha que é o melhor para o PSDB fazer. Eu adoraria que ele fosse um quadro valioso do PSDB, mas ele não é. Sendo assim, quem decide o que é melhor para o PSDB sou eu próprio como Líder, junto com os meus liderados, que são todos eles capazes de me liderar até por terem a qualidade política que têm.

Peço muita paciência ao Senador Romero Jucá, mas temos aqui o nosso dever. Não tenho compromisso de pressão com o Governo. Não tenho compromisso de entregar nenhum diploma para o Governo, nada. Não

tenho. As minhas convicções estou aqui a defendê-las em cada matéria dessas.

Às vezes, é desagradável. Precisamos cultivar a tolerância. Levantamos, porque é um direito meu, aí alguém diz: de novo? De novo. Ora, se fosse uma coisa criminosa, então faria a CPI do microfone e me enquadrariam, enfim. Mas não é cabível isso. Temos o direito, sim, de discutir.

Agora, gostaria de saber qual é a explicação para não se votar esta matéria, se inclusive, nesta e só nesta, estamos dizendo que votaríamos sem mais delongas, sem mais discursos.

Um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Arthur Virgílio, eu acho que a oposição não tem obrigação de aprovar matérias do Governo e nem o Governo de facilitar a vida da oposição. Tenho procurado aqui construir entendimentos e melhorar as matérias que votamos. Nós fizemos um entendimento na reunião de líderes, construímos uma pauta conjunta, que previa a votação das medidas provisórias, o início da votação com o nome do Tribunal de Contas da União, a votação das operações de crédito. Discutiríamos e votaríamos, sem compromisso de mérito, o fundo soberano. Isso foi combinado. E uma série de matérias. Nós nos comprometemos, desde ontem, com os Vereadores que aqui estão, a votarmos com prioridade a PEC nº 20 dos vereadores. Pois bem, espero que a oposição cumpra o acordo. Fico aqui até de manhã, para mim não há problema algum. Porém, eu não vou aceitar a inversão da pauta, porque nós combinamos uma pauta, e estou cumprindo-a religiosamente, estou ajudando, uma vez que modificamos a MP nº 443, com muitas emendas, exatamente para facilitar a votação e para melhorar o texto. Então, entendo a situação, a proposta do Senador Colombo, apesar de entender que a medida provisória dos desastres, que V. Ex^a quer votar com prioridade, está vigendo, e os recursos estão sendo enviados. O Presidente esteve em Santa Catarina duas vezes, não estão faltando recursos ao Estado. Os Senadores de Santa Catarina podem atestar aqui a quantidade de recursos recebidos, nenhum Estado recebeu o que Santa Catarina está recebendo – e é merecido, é importante que receba. Então, não há nenhuma urgência para votar essa medida provisória, porque os recursos estão destinados. Urgência há para votar o fundo soberano, que, se não for votado até o dia 31 de dezembro, não vai para o superávit para o ano. Há também urgência em votar a PEC nº 20, porque precisa ser promulgada para que os vereadores sejam diplomados e possam assumir em 1º de janeiro. Então, essa é a nossa premência.

É por isso que eu estou lutando com toda a paciência, respeitando o posicionamento da oposição. A oposição está discutindo uma medida provisória de recursos para o Haiti, recursos que já foram gastos. Quer dizer, qualquer queda dessa medida provisória, como ela já foi executada, não acarreta nenhuma mudança. Ou seja, o que está havendo é o bloqueio da votação. Se houver depois, no fundo soberano, a intenção de derrubar a sessão, é importante que se fale claro, que se fale aos vereadores: nós queremos derrubar a sessão para não votar a PEC dos vereadores. Vamos falar claro. Não adianta a gente estar aqui dizendo uma coisa e fazendo outra. Nós, da base do Governo, queremos votar o fundo soberano e queremos votar a PEC dos vereadores. Nós vamos ficar aqui até de madrugada para fazer essas duas coisas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Jucá, antes de mais nada, devo dizer a V. Ex^a e espero que me ouça, eu gostaria de zelar muito pelo seu bem-estar. Não o quero agastado, não o quero nervoso. Percebo que V. Ex^a está saindo da sua habitual tranquilidade, da sua habitual calma, e isso não é bom. Se eu souber que eu causei mal a V. Ex^a... Não é o que eu quero. V. Ex^a sabe como eu tenho estima por V. Ex^a. Se V. Ex^a estivesse tão seguro do que diz, tão seguro, não teria havido todo aquele quiproquó causado por mim para levar o Governo a cumprir a palavra que ele quis descumprir em relação à votação do TCU.

Ainda hoje mesmo tivemos aqui uma embaixada de pessoas que estavam falando: ou vota isso ou não aprova lá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR. Fora do microfone.) – Nós não fizemos isso aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu vou colocar a coisa com muita tranquilidade. V. Ex^a falou e agora eu vou falar. A primeira coisa que eu lhe peço é tranquilidade. Se eu souber que eu altero a sua pressão arterial em algum minuto, eu renuncio ao meu mandato, mas eu não quero mal... Eu não quero. Quero V. Ex^a bem, tranquilo, com saúde do melhor calibre, enfim.

Mas eu vou repetir e já concedo um aparte a V. Ex^a, Senador José Agripino, aqui e agora nós temos que realmente...

V. Ex^a me dê tempo para que eu possa expor as questões todas, inclusive esse tal compromisso com os vereadores.

Vamos ver o outro lado da moeda; tem a cara e tem a coroa.

No dia em que se votou aqui o TCU, aquela disputa bonita, acirrada entre José Jorge e Leomar Quintanilha, nós tivemos que falar alto aqui, porque não queriam cumprir, ou seja, estavam condicionando uma

coisa a não sei o quê. E nós dissemos não. Não aceitamos condicionamentos. E o Governo taticamente, sabiamente recuou e possibilitou que se começasse a votar. Em nenhum momento, assumimos compromisso com votar fundo soberano. Assumimos compromisso com chegar a um acordo – e chegamos – em relação à Medida Provisória nº 443.

Discutir isso aqui, o Senador cai numa contradição. Então, essa medida não tem urgência, porque o dinheiro está sendo gasto. Agora, a de Cuba tinha urgência, e o dinheiro já tinha sido gasto. Não quero ficar perdido no meio da contradição.

Em relação aos vereadores, vamos colocar aqui os pingos nos is. Vamos colocar os pingos nos is. Se há efetivo compromisso com votar a PEC dos vereadores, ela pode ser votada, já que V. Ex^a e eu estamos – simbolicamente, porque somos ambos cabeludos – carecas de saber que essa PEC demandará muito tempo para discussão. Se V. Ex^a tem, de fato, compromisso com essa PEC, compromisso com esses mandatos, permita a votação antes da discussão do fundo soberano, e ficamos até de madrugada para votar o fundo soberano.

Olhe, as mesmas mãos que acenaram para V. Ex^a estão acenando para mim.

Ou seja, gostaria que retomássemos o compromisso. Não tenho obrigação nenhuma com não obstruir, não tenho obrigação nenhuma com ajudar o Governo, V. Ex^a não tem obrigação nenhuma de ajudar a oposição. Agora, o que faz nos entendermos tão bem, V. Ex^a, eu e todos nós? O que faz? Uma coisa bem simples: além da amizade que nos liga e do sentimento democrático que nos une no respeito à Casa, tem o fato de que, aqui nesta Casa neste momento, diferentemente de outros momentos quando, por exemplo, o PT tinha oito Senadores e era oposição – não temos oito Senadores. Temos mais de trinta Senadores – não é uma tarefa fácil atropelar uma oposição que tem mais de trinta pessoas, uma oposição forte como a que temos aqui.

Então, não dá para se trabalhar patrulha, patrol. Não dá para se trabalhar isso. Dá para percebermos que aqui qualquer atitude mais brusca significa retaliação a seguir. Não anda a Casa sem haver esse entendimento.

V. Ex^a tem sido precisamente um traço de união entre oposição e Governo, por sua tranquilidade, seu jogo de cintura, muitas vezes até atrapalhado por pessoas açodadas e afoitas dos partidos da sua base. V. Ex^a não pode fazer isso. Se V. Ex^a estivesse do nosso lado, o Governo estaria perdido. V. Ex^a é um grande líder. Agora, se V. Ex^a fica açodado e perde a calma e a paciência, V. Ex^a se ombréia àqueles que V. Ex^a ampara com sua capacidade de consolá-los.

Gostaria de dizer, então, de maneira muito tranquila, se V. Ex^a acha que não dá para votar, que não se vote. Entendo que daria para se votar em cinco minutos, quebrando o interstício, em favor de Santa Catarina. Em relação aos vereadores, eu também fico aqui até de madrugada. Vamos ficar o tempo inteiro. Todos os Senadores têm responsabilidade. Vamos fazer o debate que nos cabe fazer. Em relação aos vereadores, se eles são prioridade efetiva, é só colocar antes; se não são prioridade efetiva, vamos, então, discutir por muito tempo o fundo soberano.

O resultado que der eu vou respeitar, vou acatar, porque é o resultado que vai espelhar a vontade da Casa, vai espelhar a maioria da Casa. Não estou aqui para contrariar a maioria da Casa. Reconheço-me minoria. Às vezes, não; às vezes forjamos uma maioria na medida em que conseguimos adesões conjunturais, mas sabemos que, estando todos presentes, quem ganha é o Governo.

Portanto, Senador Romero Jucá, digo-lhe que continua de minha parte todo entendimento normal, todo entendimento habitual. Espero descer daqui e lhe dar um abraço, enfim, mas não vou passar do abraço. O abraço lhe dou com o maior carinho, mas não vou passar do abraço, porque não estou disposto a abrir mão das minhas conveniências, porque quaisquer outras razões se imponham. E vamos discutir de maneira qualitativa o Fundo Soberano.

Ouçó o Senador Papaléo.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Arthur Virgílio, eu não poderia ficar alheio ao seu discurso, exatamente por causa da intervenção. Concordo plenamente com o que V. Ex^a falou, mas a intervenção do Senador Romero Jucá deixa em dúvida quem está nos assistindo. S. Ex^a coloca como se nós não quiséssemos votar a PEC nº 20, porque não queremos votar o fundo soberano. Ou melhor, queremos discutir na profundidade que deve ser discutida essa questão do fundo soberano. Então, que as pessoas não pensem que estamos atrapalhando, obstruindo a votação da PEC nº 20. Não estamos não. A proposta que V. Ex^a faz de votar a PEC primeiro e o Fundo Soberano depois é exatamente a lógica, se existe, do Governo, a intenção de votar essa PEC. Mas estamos sentindo, passei a sentir, passamos a sentir que o fundo soberano é uma forma de tentar nos chantagear – não caímos nesse tipo de chantagem – e tentar fazer também com que fosse postergada a votação da PEC nº 20, fazendo com que todas essas pessoas que vieram aqui saiam frustradas e queiram passar isso para a nossa conta. Então, Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a já explicou completamente: não vamos cair na chantagem. Eu sei que ouvi de Deputados lá que só iriam votar o nosso indi-

cado aqui para o Tribunal de Contas, o Senador José Jorge, se nós votássemos o Fundo Soberano.

Ou seja, é chantagem explícita, e V. Ex^a se posiciona como nós, da Oposição, devemos nos posicionar: com seriedade, com confiança e com determinação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a tem razão. E mais: se perdermos a parada do fundo soberano, simplesmente teremos perdido uma tese; se nós a ganharmos, teremos vencido em nossa tese. Isso não vai criminalizar ninguém, não vamos trocar de mal com ninguém em razão disso. Ou seja, vamos entender o exercício parlamentar como ele deve ser entendido.

Ouçó V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Arthur Virgílio, quero me somar à proposta de V. Ex^a de que invertamos a pauta, de que votemos a PEC dos Vereadores antes do fundo soberano. Essa, sim, será uma demonstração clara de que temos compromisso. O contrário será uma demonstração de que queremos enrolar os Vereadores que estão aqui. Quero, portanto, concordar plenamente com a proposta de V. Ex^a de que votemos, após essa discussão, a PEC dos Vereadores. E votaremos o fundo soberano depois.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente!

Concederei um aparte ao Senador José Agripino, mas, antes, pergunto ao Senador Aloizio Mercadante se há alguma coisa nesta minha fala que prejudique o Governador Serra. Há alguma coisa que o prejudique? (Pausa.) Nada? Então, está bem.

O Senador José Agripino tem a palavra.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a sabe, como sei, que, na democracia, quem ganha é voto, número: quem tem mais vence; quem não tem não vence. Aqui há uma matéria que, conceitualmente, tem a rejeição dos democratas, dos tucanos e pode ser que de mais alguns Senadores: é o fundo soberano. Entendemos que é um *bypass* no Orçamento, que é uma forma disfarçada de promover investimentos sem estabelecer o caráter de prioridade exigido pelo Congresso Nacional. Fazemos restrições legítimas a isso. Mas vamos votar. A matéria consta da pauta, foi feito um acordo, vamos votar. Ocorre que a PEC nº 20, que traz às galerias essa quantidade enorme de Vereadores, precisa ser votada, e é nosso desejo votá-la. O que quero dizer aqui? Quero fazer uma proposta clara ao Líder do Governo: ficaremos todos aqui, não vai sair ninguém daqui, do meu partido não sairá ninguém, e votaremos a PEC nº 20. Quem quiser votar a favor dela vota, quem quiser votar contra ela vota, mas ficaremos todos nós aqui e votaremos a PEC nº 20 logo. Destravada a pauta, votaremos a PEC nº 20 logo, até antes mesmo dos próprios empréstimos, com

o compromisso que assumo em nome do meu Partido. Discutiríamos o fundo soberano. Somos contra o fundo soberano e usaremos os recursos que pudermos usar, amparados pelo Regimento. Eu disse ao Senador Romero Jucá, por quem tenho especial apreço, carinho e respeito, e falo francamente, que o direito de derrotar uma matéria envolve a obstrução, envolve o pedido de voto nominal e a obstrução. Se o Governo tem número para ganhar – a base do Governo é numerosa e conta, teoricamente, com maior número do que a Oposição –, podemos fazer este pacto: não retiramos ninguém, mas nós, democratas, entraremos em obstrução na votação da matéria que diz respeito ao fundo soberano. Discutiremos a matéria com a brevidade devida, faremos o pedido de votação nominal, daremos três presenças nossas pelo menos, ou dos tucanos, e a votação poderá ser feita. E o Governo que coloque número para ganhar ou, se não o tiver, para perder, mas esse assunto será decidido democraticamente. A proposta que faço é a de votarmos a PEC nº 20 agora, antes da votação do fundo soberano, mas que decidamos essa questão pelo número, pelo voto e pela maioria!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem!

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que considero uma boa proposta a que o Senador José Agripino faz, uma proposta justa. No mais, aqui, compreendemos o papel de cada um. S. Ex^a falou muito bem: quem tem número ganha.

Inclusive, vamos fugir de um falso dilema. Mandei levantar quem da minha bancada está aqui, e o Líder Jucá, certamente, fez a mesma coisa, bem como V. Ex^a. Se tivesse de votar amanhã, eu pediria para suspendermos os compromissos todos. Há essa história de que “amanhã é quinta-feira”. O que tem ser quinta-feira? Depois de amanhã, é sexta-feira, e, depois, vem o sábado. Esta Casa já funcionou no domingo, quando se tratou de trocar o presidencialismo pelo parlamentarismo para se salvar o regime democrático.

Senador Jereissati, amanhã, haverá um jantar muito tradicional, com amigos meus muito queridos, em que não permitimos a presença de pessoas que não sejam muito queridas. Faça esse jantar – V. Ex^a já vai calcular – há vinte anos, ou seja, desde que eu tinha cinco anos de idade. São vinte anos! Se for preciso que eu a ele falte, vou faltar. Se o Governo tem confiança na sua base, muito bem! Mas não estamos aqui para fazer as conveniências. Estamos aqui para explicar bem o que é o fundo soberano, porque senão parece que estamos votando contra uma idéia belíssima. Quem achar que é belíssima que a exponha! Quem achar que ela não é boa que faça o que vamos fazer!

Então, agradeço-lhe, Sr. Presidente, a tolerância e me disponho a ouvir os demais líderes. O Senador Romero Jucá já disse que não aceita votar a matéria de Santa Catarina, mas percebo a contradição: a matéria de Santa Catarina não, porque o dinheiro está saindo; a de Cuba sim, e o dinheiro já saiu. Estou realmente sem entender a lógica dessa formulação, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto o Senador Sérgio Guerra se ainda quer discutir a matéria. (Pausa.)

Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação, em globo, as emendas com pareceres contrários.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a medida provisória aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 444, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica, para atender às populações afetadas por eventos meteorológicos adversos de grandes proporções, os seguintes bens dos estoques públicos de alimentos:

I - até 45.000 (quarenta e cinco mil) toneladas de arroz beneficiado;

II - até 2.000 (duas mil) toneladas de leite em pó; e

III - até 500 (quinhentos) quilos de sementes de hortaliças.

§ 1º As doações serão efetivadas mediante termo firmado pelo Poder Executivo, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, e correrão, no caso do inciso I do caput deste artigo, à conta de dotações orçamentárias da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e, nos casos dos incisos II e III do caput deste artigo, à conta de dotações orçamentárias do Programa de Aquisição de Alimentos.

§ 2º Também correrão à conta das dotações orçamentárias da PGPM as despesas da Conab para a conversão do arroz em casca em produto beneficiado posto no local de destino.

§ 3º Caberá à Conab promover o transporte dos bens de que trata este artigo até o local de destino, por meios próprios ou de terceiros, correndo as despesas decorrentes à conta de dotações consignadas no orçamento da União.

§ 4º As despesas com as doações previstas no caput deste artigo não deverão afetar a implementação eficiente da PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos.

Art. 2º Caberá ao Ministério das Relações Exteriores definir os quantitativos e respectivos destinatários dos bens identificados nos incisos I a III do caput do art. 1º desta Lei, ouvidos os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A pauta está finalmente destrancada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quanto à proposta que fiz ao Plenário para que apreciássemos, agora, rapidamente, a Medida Provisória nº 448, que destina recursos para Santa Catarina, quero dizer que, se o Governo está disposto, a par de dar recursos para o Haiti, a atender ao Estado de Santa Catarina, aos emergenciados, às vítimas da inundação,

está na hora de fazermos justiça. Assim como o Brasil ajudou o Haiti, está na hora de ajudar os brasileiros, votando agora uma matéria que foi aprovada ontem na Câmara por acordo – nada foi feito fora de acordo na Câmara dos Deputados –, com o apoio da base do Governo. Peço que esse apoio se reproduza também no Senado, votando-a agora, numa homenagem a Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a posição da base do Governo é votar o PRS nº 51, conforme o

acordo que foi montado na reunião de Líderes, com V. Ex^a. Votamos os empréstimos, a operação de crédito e, depois, o fundo soberano. Foi isso que foi combinado. A nossa posição será esta: votarmos o PRS nº 51, que trata de recursos para Corumbá.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Raimundo Colombo.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Líder Romero Jucá, que se tem mostrado uma pessoa equilibrada, de bom senso, e a gente tem procurado ajudá-lo no que é possível: proponho que a gente nem discuta a matéria de Santa Catarina, matéria que foi votada unanimemente na Câmara por todos os partidos, e que, de forma muito rápida, a gente já possa dar esse atestado de apoio ao nosso Estado e mesmo à medida provisória, que é de autoria do Governo, obviamente, e que tem o apoio de todos os Senadores. Só o tempo que já perdemos discutindo se votamos ou não é muito maior do que o tempo que vamos levar na votação, que vai levar três minutos, pois é unânime.

Então, não vejo por que essa quase, desculpe-me a palavra, teimosia, que, para mim, não é própria do Senador Romero Jucá, que se tem mostrado, ao longo do tempo, pessoa de extremo bom senso. E tenho certeza de que o bom senso, nesta hora, orienta todos nós: votaremos rapidamente, é consenso, e já passaremos para as demais matérias em seguida.

Se por acaso não for esse o encaminhamento, a tendência é complicar cada vez mais a sessão, ela vai se enrolando, e vamos prejudicar o andamento de matérias como as que queremos votar, como a PEC nº 20.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de contribuir nessa questão. Acredito que, para tranquilizarmos o Senador Colombo e outros Senadores de Santa Catarina, talvez a questão seja: iremos votar hoje essa questão de Santa Catarina? Se isso for acordado, acredito que, como disse muito bem o nosso Senador Neuto De Conto, isso tranquilizará a todos. A medida provisória está valendo, mas essa é uma questão urgente e relevante e cai como

uma luva dentro do contexto do que estabelece a medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Comunico aos Srs. Senadores que iremos cumprir o acordo realizado ontem. Realmente, lamentamos que o Senador Romero Jucá não quisesse abrir uma exceção, mas vamos cumprir o acordo, Senador José Agripino.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou votar a medida provisória de Santa Catarina com o maior carinho depois de votar a PEC dos vereadores. Fico aqui até de manhã. É votação simbólica, não é votação nominal, não tem problema nenhum. Votação nominal, vai ser Fundo Soberano e as quatro PECs que pactuamos, Sr. Presidente. Depois, serão votações simbólicas.

Então, não tem nenhum problema. Eu me comprometo com o Senador Colombo que a gente vota hoje o projeto de Santa Catarina, sem nenhum tipo de problema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 51, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 51, de 2008, (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.030, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Renato Casagrande), que *autoriza o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA,) no valor de até US\$3.217.500,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.*

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto.

Concedo a palavra para discutir o projeto ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer um registro sobre a importância dessa operação para minha cidade, Corumbá.

Coincidentemente, hoje discutimos esse financiamento; já havíamos debatido essa operação na

Comissão de Assuntos Econômicos, e hoje vejo essa operação vindo para o plenário do Senado.

Quero dizer, Sr. Presidente, que minha cidade, Corumbá, precisa desse investimento; precisa de investimentos em infra-estrutura urbana. Minha cidade é a cidade mais histórica, a cidade que tem a maior cultura do nosso Estado e da região Centro-Oeste. Minha cidade, apesar das dificuldades, passa por um momento de desenvolvimento. Muitas pessoas, hoje, têm um mercado de trabalho que se expande, exigindo qualificação de mão-de-obra e, acima de tudo, qualidade de vida, Sr. Presidente.

Portanto, peço aos meus colegas Senadores e Senadoras que votem esse projeto, que vai ser muito importante. Ele vai garantir cidadania, dignidade e um grande futuro ao meu povo, aos meus irmãos e irmãs corumbaenses.

Quero também parabenizar toda a população de Corumbá, toda a população pantaneira e todas as lideranças do meu Estado por esse esforço para trazer mais desenvolvimento para minha cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para discutir a matéria, concedo a palavra a esse Líder matogrossense, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Recebo com muito orgulho essa designação de V. Ex^a, mas pedi para discutir porque a Senadora Marisa Serrano, que é Senadora por Mato Grosso, está em missão no Parlamento do Mercosul e não pôde estar aqui para essa votação. S. Ex^a lutou muito na CAE para que esse projeto fosse aprovado, juntamente com o Senador Delcídio Amaral e com o Senador Valter Pereira.

Então, quero aqui registrar também a solicitação da Senadora Marisa Serrano para que votemos e aprovemos o financiamento para a cidade de Corumbá, como já foi dito pelo Senador Delcídio Amaral.

Apenas quis fazer o registro e expressar a solicitação da Senadora Marisa Serrano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o financiamento é justo, vai beneficiar uma cidade de parques recursos para tocar seu próprio desenvolvimento; é merecido.

Eu gostaria de registrar, sim, o que vi: o esforço do Senador Delcídio Amaral, que, aliás, também vai se saindo muito bem na confecção da peça orçamentária, enfrentando vendavais, enfrentando dificuldades junto com o Relator, Deputado Mendes Ribeiro. Estão tendo a missão ingrata de descontentar diversos setores, mas isso não os diminui, ao contrário, engrandece-os, porque é preciso que se trate com seriedade o quadro da crise que por aí está.

E gostaria de repisar a preocupação da Senadora Marisa Serrano, que, estando hoje no Parlamento do Mercosul com a missão muito clara de passar a Comissão de Educação desse Parlamento para seu sucessor, recomendou-nos que não saíssemos daqui sem votar matéria tão relevante para seu sentimento. E mais: não posso olvidar o Senador Valter Pereira, que foi tão correto ao longo de todas as discussões em torno da Medida Provisória nº 443 e que também fez a mais absoluta questão, o tempo inteiro, de que o empréstimo para Corumbá fosse concedido por este Plenário, ele que já vinha absolutamente aprovado da Comissão de Assuntos Econômicos e que tem todos os méritos revelados por tantos aqui.

Portanto, eu gostaria de creditar a idéia do empréstimo ser aprovado do jeito que está sendo ao Senador Delcídio, à minha querida companheira e colega, Senadora Marisa Serrano, e ao Senador Valter Pereira, que se empenhou sobremaneira para que chegássemos a este momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não havendo mais quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final ao Projeto de Resolução nº 51, de 2008, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador César Borges.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.305, DE 2008
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 51, de 2008.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 51, de 2008, que autoriza o Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor de até US\$3.217.500,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do “Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto – Curupah”.

Sala de Reuniões da Comissão, 17 de dezembro de 2008.

ANEXO AO PARECER Nº 1.305, DE 2008

Redação final do Projeto de Resolução nº 51, de 2008.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulga a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2008

Autoriza o Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor de até US\$3,217.500,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do “Projeto de Melhoria e Expan-

são da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor de até US\$3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares norte-americanos), observado o disposto no art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento adicional do “Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *credor*: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata);

II – *devedor*: Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul;

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor do empréstimo*: até US\$3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares norte-americanos);

V – *valor da contrapartida municipal*: US\$3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares norte-americanos);

VI – *prazo de desembolsos*: 60 (sessenta) meses, contado a partir da data de vigência do contrato;

VII – *amortização*: o empréstimo será pago dentro do prazo de 20 (vinte) anos, em parcelas semestrais e consecutivas, pagas no vigésimo dia dos meses de abril e outubro de cada ano, vencendo-se a primeira parcela na primeira dessas datas que ocorrer depois de transcorridos 180 (cento e oitenta) dias a partir do vencimento do prazo de desembolsos;

VIII – *juros aplicáveis*: exigidos semestralmente no vigésimo dia dos meses de abril e outubro de cada ano, vencendo-se a primeira parcela na primeira dessas datas, uma vez transcorridos 180 (cento e oitenta) dias do primeiro desembolso e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros Libor semestral para dólar norte-americano acrescidos de um “spread” de 250 (duzentos e cinquenta) pontos-base;

IX – *juros de mora*: 20% a.a (vinte por cento ao ano) da taxa de juros determinada pelo atraso no pagamento das quotas de amortização;

X – *comissão de administração*: US\$32,175.00 (trinta e dois mil, cento e setenta e cinco dólares norte-americanos), o equivalente a 1% a.a (um por cento ao

ano) do valor do financiamento, debitada do empréstimo pelo credor, quando cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso;

XI – *comissão de compromisso*: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), sobre o saldo não desembolsado, exigidos a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura do contrato; e que, caso o prazo de desembolso seja ampliado, será aumentada para 1 % a.a. (um por cento ao ano) a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de desembolso.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada a que o Município, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, atenda aos seguintes requisitos:

I – formalize o respectivo contrato de contragarantia;

II – cumpra os seguintes requisitos prévios à realização do primeiro desembolso, inclusive mediante manifestação do Fonplata:

a) Demonstre à satisfação do Fonplata, a constituição da Unidade de Gerenciamento do Projeto, com a respectiva designação do pessoal responsável pelo controle e acompanhamento do Projeto;

b) Apresente o Plano Operativo Anual referente ao primeiro ano de execução do Projeto, bem como o respectivo Manual Operacional.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.673, DE 2008

Dispensa de publicação de redação final.

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 51, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.030, de 2008, da Comissão

de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Renato Casagrande), que autoriza o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata,) no valor de até três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. – Senadora **Serys Silhessarento**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Peço a V. Ex^a que, ouvido o Colégio de Líderes, possamos também votar o empréstimo do BID, aprovado na reunião da CAE de ontem, para o Município de Belém, no valor de US\$68.758.000.00. É o PRS nº 68.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Já está na programação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vai ser votado, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu sabia que V. Ex^a não faltaria com o apoio a Belém e ao Pará.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em homenagem ao povo de Belém e ao seu representante, que, inclusive, expande sua representação até Mato Grosso do Sul.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – PRS nº 59 agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 59, de 2008 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão do Parecer nº 1.123, de 2008, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko), que *autoriza o Município de Goiânia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até cinqüenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns.*

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Anicuns.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Alguém me corrige?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Anicuns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Anicuns, que, por sinal, é a cidade onde este Senador nasceu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É uma cidade privilegiada!

Discussão do projeto, em turno único.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, para discutir a matéria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me dizer que esse é um projeto ambiental da maior importância, que foi iniciado ainda na gestão do PT, do então Prefeito Pedro Wilson, hoje Deputado Federal, que visa a sanear esses dois córregos, que são muito importantes em Goiânia, e todos aqueles outros que fazem parte da bacia do Rio Meia Ponte.

Então, por ser algo muito importante para a cidade de Goiânia e para os arredores, eu peço a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores que votem favoravelmente a essa proposição, para ajudar o Prefeito, que é do PMDB, Iris Rezende, que já foi Senador e, embora nós façamos oposição a ele, tem feito uma gestão belíssima, merecendo que esses recursos possam ir para suas mãos.

Era isso, Sr. Presidente

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu acredito que o Senador Arthur Virgílio vai ter todo o prazer em ceder a palavra a V. Ex^a.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Eu também acho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – **Ladies first**, Sr. Presidente.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria, neste momento, de me associar às palavras do Senador Demóstenes Torres, que representa, no Senado, o nosso Estado, assim como eu e o Senador Marconi Perillo.

Nós não poderíamos deixar de externar a nossa satisfação por ver aprovado esse projeto, uma vez que é um projeto importante para a cidade de Goiânia e atenderá um pleito do Prefeito Iris Rezende Machado, que tem feito um trabalho importante para Goiânia. Esse, sem dúvida nenhuma, ajudará a completar todo o trabalho que ele tem realizado na área do meio ambiente.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que essas também seriam as palavras do Senador Marconi Perillo, que não está presente, e de registrar sua satisfação, também, por ver aprovado esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Senadora Lúcia Vânia já falou, e falou muito bem, sobre o interesse maior de sua cidade, da capital do Estado de Goiás. O Senador Demóstenes Torres, com igual generosidade, acabou de se manifestar favoravelmente ao empréstimo. Isso é uma demonstração de maturidade, porque não está em jogo, aqui, se é adversário, se não é, mas, sim, se é legítimo o pleito. Sendo legítimo o pleito, que se o apóie.

Dou o testemunho, agora, do ex-Governador e Senador Marconi Perillo, que, falando sobre esse empréstimo, me disse com muita clareza: “Não estou, aqui, vendo a relação de rivalidade que tenho com o Governador, Prefeito e Senador Iris Rezende. Estou vendo o interesse de Goiânia”.

Portanto, é com muita satisfação que vejo a bancada oposicionista no Estado de Goiás e oposicionista no plano federal, a Bancada composta por Marconi Perillo, Lúcia Vânia e Demóstenes Torres, dizer que pretende ver essa quantia significativa nas mãos de um adversário. É um gesto elogiável, que revela maturidade e espírito público. Por isso, obviamente, o PSDB apóia a concessão desse empréstimo à capital do Estado de Goiás, a cidade de Goiânia, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar este momento em que está aqui, ao nosso lado, a Senadora Kátia Abreu, para relembrar o momento, ontem, da posse da Senadora como primeira mulher Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Como mulher, eu me senti orgulhosa quando a Senadora Kátia, no palco, foi aplaudida de pé por uma multidão que lotava as dependências do Centro de Convenções. O senhor estava presente e lembra muito bem. Naquele discurso, ela demonstrou garra, determinação, uma força interior muito grande e a certeza de que ela já fez história na Câmara dos Deputados, faz história aqui, neste Senado, e o fará na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, pelo seu trabalho, pela sua coragem.

Kátia, na realidade, V. Ex^a é uma mulher de coragem, que honra todas nós, mostrando caminhos para continuarmos na luta por igualdade, na defesa da presença da mulher em todos os recantos da atividade econômica e política, mostrando que, realmente, a mulher com sensibilidade, sem perder a ternura, é forte, é brava e está indo à luta.

Parabéns. Eu tenho certeza de que o seu mandato à frente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil vai ser marcante, porque a senhora tem uma visão moderna. V. Ex^a tem uma visão realmente empreendedora e é disso que a agricultura brasileira está precisando: de quem acredite, de quem confie, de quem conheça e saiba que o Brasil passa pelos campos, o Brasil passa pelo agronegócio. O futuro deste País precisa, cada vez mais, da força do campo, porque sem a vida do campo não existe a vida das cidades.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a exemplo do que fez, aqui, a Senadora Rosalba, eu não poderia deixar de externar, também, os meus votos de muito sucesso à Senadora Kátia, uma vez que é uma goiana. Nós nos sentimos muito orgulhosos por vê-la à frente da CNA e temos certeza de que, pelo seu dinamismo, pela sua competência, pela sua persistência, ela fará um belíssimo trabalho, que honrará o papel da mulher naquele local.

É muito bonito a gente sentir e ver uma mulher tão prestigiada como foi, ontem, a Senadora Kátia na

aquele evento, e todas nós nos sentimos prestigiadas por ela naquele momento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Eu cedo a palavra, Sr. Presidente, à Senadora Kátia Abreu, que a está solicitando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Senadora Kátia Abreu.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Antes da Senadora Kátia, quero dizer que só esqueci um detalhe: ela é uma mulher democrata.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer as palavras da Senadora Rosalba, da Senadora Lúcia Vânia e de todos os meus colegas Senadores, inclusive de V. Ex^a, que me deu a honra e o privilégio de estar presente à minha posse na Confederação Agricultura e Pecuária do Brasil.

V. Ex^a fez um belo discurso e teve uma participação bastante emocionada. Eu o agradeço pela presença e, também, todos os meus colegas: meu Líder, Senador José Agripino, o Presidente Arthur Virgílio, o Líder Jucá, o Presidente Sérgio Guerra e todos os Senadores, de todos os Partidos, que prestigiaram a minha posse na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Quero dizer que as nossas portas continuam abertas para os Senadores, para todo o Congresso Nacional. Com essa grande parceria do Legislativo com as entidades de classe deste País, tenho certeza absoluta de que, em todos os segmentos, iremos avançar. Conhecendo as idéias dos segmentos econômicos, como a agricultura, o Senado poderá estar mais balizado ainda para tomar decisões que envolvam pessoas, empregos, desenvolvimento e, principalmente, produção de alimentos.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada a todos os meus colegas Senadores que estiveram presentes e àqueles que lá não puderam estar, mas que manifestaram, pessoalmente ou através de correspondência, por escrito, seu apoio, seus parabéns e cumprimentos pelo meu novo mandato, nos próximos três anos, na CNA.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de dar a palavra ao Senador José Agripino, quero-me associar a essa nova homenagem à

Senadora Kátia Abreu. Inclusive, a sua posse, ontem, suspendeu a sessão do Senado e já estou com receio de que V. Ex^a suspenda-a de novo, tal é o prestígio de V. Ex^a neste Senado.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Arthur Virgílio e eu estamos encaminhando a V. Ex^a um requerimento solicitando preferência da matéria, para que V. Ex^a a coloque em votação, após a votação simbólica dos empréstimos e do SNV, Sistema Nacional de Viação.

O requerimento diz:

Sr. Presidente, venho requerer a V. Ex^a, nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno do Senado, a preferência para a votação da PEC nº 20, de 2008, sobre os demais itens constantes da ordem de votação do dia 17 de dezembro de 2008.

Eu o encaminho a V. Ex^a, assinado pelo Senador Arthur Virgílio e por mim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 59, de 2008, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador César Borges.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.306, DE 2008
(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de
Resolução nº 59, de 2008.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 59, de 2008, que *autoriza o Município de Goiânia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 56.700.000,00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 17 de dezembro de 2008.

The image shows several handwritten signatures in black ink. The most prominent ones are 'César Borges' and 'Garibaldi Alves Filho'. There are also other less legible signatures and some scribbles below them.

ANEXO AO PARECER Nº 1.306, DE 2008.

Redação final do Projeto de Resolução
nº 59, de 2008.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2008

Autoriza o Município de Goiânia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 56,700,000.00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns”.

O SENADO FEDERAL resolve: -

Art. 1º É o Município de Goiânia, Estado de Goiás, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 56,700,000.00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares norte-americanos), observado o disposto no art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, com a redação dada pela Resolução nº 32, de 2006, ambas do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

II – valor do empréstimo: até US\$ 56,700,000.00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares norte-americanos);

III – modalidade: moeda única (mecanismo unimonetário);

IV – prazo de desembolsos: até 60 (sessenta) meses, contado a partir da data de vigência do contrato;

V – amortização do saldo devedor: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas no dia 15 dos meses de abril e de outubro de cada ano, vencendo-se a primeira 6 (seis) meses, a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última, o mais tardar, 25 (vinte e cinco) anos após a assinatura do contrato;

VII – juros aplicáveis: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela: a) taxa de juros *Libor* trimestral para dólar norte-americano; b) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos da modalidade *Libor*; c) mais o valor líquido de qualquer custo ou lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da *Libor*; e d) mais a margem para empréstimos do capital ordinário; sendo que, 30 (trinta) dias antes do primeiro desembolso, o interessado deverá confirmar a opção pela taxa de juros, a qual poderá ser alterada para a modalidade baseada no custo do capital ordinário do BID;

VIII – comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo BID e calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, e que em caso algum poderá exceder ao percentual de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

IX – despesas com inspeção e supervisão geral: por decisão de política atual, o BID não cobrará montante para atender despesas com inspeção e supervisão geral; por revisão periódica de suas políticas, notificará ao mutuário um valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Goiânia, Estado de Goiás, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º A autorização prevista no *caput* é condicionada a que o Município, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, formalize o respectivo contrato de contragarantia.

§ 2º Preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, o Ministério da Fazenda deverá verificar o grau de cumprimento das seguintes condicionalidades, inclusive mediante manifestação prévia do BID:

I – a constituição, contratação e/ou designação do pessoal definido no item 4.02 do Anexo Único do Contrato de Empréstimo e a entrada em funcionamento da Unidade Executora do Programa (UEP), de acordo com os termos de referência previamente acordados com o BID; e

II – a implantação do Sistema de Informação Gerencial (SIG), de acordo com os termos previamente acordados com o BID.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 60, de 2008 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.124, de 2008, Relator: Senador Tasso Jereissati), que *autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América.*

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer breves considerações.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, para discutir o projeto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este Projeto de Resolução, na Comissão de Assuntos Econômicos, teve como Relator o Senador Tasso Jereissati que, de forma célere, apresentou relatório àquela Comissão, posicionando-se, desde a primeira hora, favorável à pretensão do Governo de Sergipe, do Governador Marcelo Déda, em trazer para o nosso Estado US\$20,8 milhões, para serem aplicados no chamado Projeto Nordeste; ou seja, para beneficiar a zona rural mais pobre do nosso Estado. Portanto, este projeto tem a melhor repercussão social e estava sendo bastante esperado há quase dois anos e, graças às gestões desenvolvidas pelo Governador Marcelo Déda, ele conseguiu, com o “aprove-se” dos órgãos competentes do Governo Federal, esses recursos ora aprovados pelo nosso Senado.

Por isso, meus agradecimentos ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e também ao Senador Tasso Jereissati pela celeridade e boa vontade com que desempenhou sua tarefa ao apresentar parecer favorável ao Estado de Sergipe. Meus agradecimentos, Senador Tasso Jereissati, em nome do Governador e em nome do povo de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Relator, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Quero dizer que, apesar de não ser do meu Partido, examinei com todo o cuidado, com toda a acuidade o projeto, solicitando empréstimo, financiamento ao Governo do Estado de Sergipe.

Trata-se de projeto de altíssima qualidade e de méritos indiscutíveis. O Governo do Estado de Sergipe realmente fez um trabalho de reestruturação financeiro-administrativa no Estado para, depois de muitos anos, se qualificar, se credenciar a receber esse empréstimo internacional, que tem finalidades as mais meritórias possíveis, já que serão aplicados justamente no interior do Estado de Sergipe, em zonas carentes, e que terá, com certeza, resultados importantes para a sua população.

Congratulo-me, portanto, com todo o Estado de Sergipe, com o Governador, com o povo de Sergipe, com o Senador Valadares, que sempre acompanhou de perto a aprovação e a feitura do relatório para este projeto, que, sem dúvida alguma hoje se transforma em momento importante, uma virada, portanto, na história econômica do Estado de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é outro momento de maturidade: o Governador pelo PT, Marcelo Déda, e o Relator do PSDB, Senador Tasso Jereissati. Vimos aqui também a expressão correta, bastante afinada com os interesses do seu Estado, do nosso prezado colega Senador Antonio Carlos Valadares. Gostaria muito de ressaltar que isso deve, com certeza, encher de júbilo o Senador Almeida Lima, o Senador Virgínio de Carvalho, e não posso me esquecer da Senadora Maria do Carmo Alves, que hoje mesmo enviou mensagem a todos nós pedindo esse empenho. Esteve conosco hoje o Governador João Alves. S. Ex^a veio aqui exatamente para pedir que incluíssemos nas prioridades da Casa essa matéria tão relevante para o seu Estado. Ou seja, o empréstimo para Sergipe une a todos, e muito bem se expressou a esse respeito o Senador Antonio Carlos Valadares.

Do mesmo modo, congratulo-me com o Senador Jereissati pelo relatório que fez. Relatório competente, conciso e que, com muita clarividência, com olho muito clínico, detectou o ponto mais fundamental a partir do qual se beneficiaria o povo sergipano, que é tão bem representado nesta Casa pelos três Senadores acima referidos, pelos quatro Senadores acima referidos. Não

posso nunca me esquecer da Senadora Maria do Carmo Alves, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 60, de 2008, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador César Borges.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.307, DE 2008

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 60, de 2008.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 60, de 2008, que autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$20.800.000,00 (vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sala de Reuniões da Comissão, 17 de dezembro de 2008.

ANEXO AO PARECER Nº 1.307, DE 2008

Redação final do Projeto de Resolução nº 60, de 2008.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2008

Autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$20,800,000.00 (vinte milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Sergipe autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$20,800,000.00 (vinte milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos).

§ 1º Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Integrado do Estado de Sergipe: Pobreza Rural – 2ª Fase”.

§ 2º São facultadas a conversão da taxa de juros, de flutuante para fixa, ou vice-versa, aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, e a alteração da moeda de referência da operação de crédito, tanto para o montante já desembolsado quanto para o montante a desembolsar, sendo que o exercício dessas opções implicará a cobrança de encargos incorridos pelo Bird na sua realização e de uma comissão de transação que varia de 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre os valores afetados.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Estado de Sergipe;

II – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$20,800,000.00 (vinte milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos);

V – *prazo* de desembolso: até 31 de dezembro de 2011;

VI – *carência*: 60 (sessenta) meses;

VII – *amortização*: em 20 (vinte) parcelas semestrais, sucessivas e, sempre que possível, iguais, pagas nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de março de 2014 e a última em 15 de setembro de 2023, sendo cada parcela correspondente a 5,0% (cinco por cento) do valor total do empréstimo;

VIII – *juros*: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calcula-

dos sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela Libor semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem fixa a ser determinada pelo Bird a cada exercício fiscal e fixada na data de assinatura do contrato;

IX – *comissão à vista*: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

X – *juros de mora*: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos, caracterizada a mora 30 (trinta) dias após a data prevista para pagamento dos juros.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Sergipe na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no capta é condicionado a que o Estado de Sergipe celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

A matéria vai à promulgação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Há um requerimento aqui lido pelo Senador José Agripino, pedindo inversão de pauta e, portanto, preferência para a PEC nº 20.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o momento de votação, segundo o Senador José Agripino, seria após a votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Seria após, sim.

Queria me certificar: já chegou aí?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento já foi recebido. Mas o Senador Agripino...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou plenamente de acordo, plenamente de acordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...pediu para ser depois dos empréstimos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já está aí. Isso me tranquiliza.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 61, de 2008 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão do Parecer nº 1.188, de 2008, Relator: Senador Osmar Dias), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Terceira Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)”*.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Em discussão o projeto (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador César Borges.

É lido o seguinte:

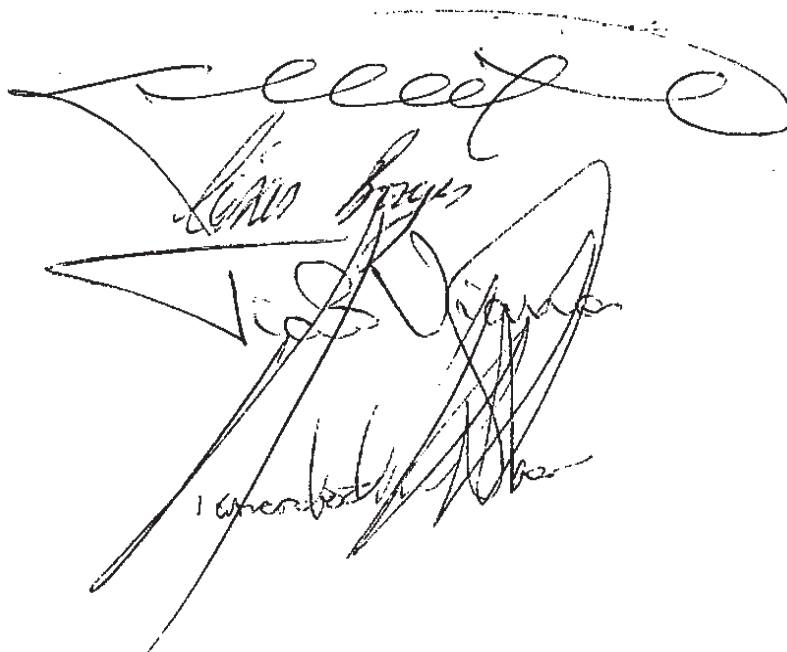
PARECER Nº 1.308, DE 2008

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de
Resolução nº 61, de 2008.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 61, de 2008, que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Terceira Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)”*.

Sala de Reuniões da Comissão, em 12 de dezembro de 2008.



The image shows several handwritten signatures in black ink. The most prominent signature at the top is a large, stylized cursive signature. Below it, there are several other signatures, some of which are more legible and appear to be names like 'Luis Braga' and 'José Gomes'. The signatures are written over a white background.

ANEXO AO PARECER Nº 1.308, DE 2008.

Redação final do Projeto de Resolução
nº 61, de 2008.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2008

Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas - Terceira Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)”.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento do “Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas - Terceira Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

II – valor do empréstimo: até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos);

III – modalidade: mecanismo unimonetário do capital ordinário do BID, com taxa de juros baseada na *Libor*;

IV – moeda de desembolso: dólar norte-americano ou, por solicitação do BNDES, real, mediante realização de conversão de moeda por parte do BID, ao custo de até 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do montante convertido;

V – prazo de desembolsos: até 4 (quatro) anos, contado da data de vigência do contrato;

VI – amortização do saldo devedor em dólar: em 32 (trinta e duas) parcelas semestrais, sucessivas, tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses após a data de assinatura do contrato e a última 20 (vinte) anos após essa data;

VII – amortização do saldo devedor em real: fixada para cada desembolso, por meio de Carta do BID, com base em condições propostas pelo BNDES, podendo ser em parcelas mensais, trimestrais, semestrais, anuais ou única (*bullet*) ao final do vencimento, desde que o prazo máximo de amortização não exceda 20 (vinte) anos, a contar da assinatura do contrato, e a vida média do empréstimo não seja superior a 12,25 anos (doze anos e vinte e cinco centésimos de ano);

VIII – juros aplicáveis aos saldos devedores em dólar: exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela taxa de juros *Libor* trimestral para dólar norte-americanos, mais (ou menos) uma margem de custo relacionada às captações que financiam os empréstimos modalidade *Libor*, mais o valor líquido de qualquer custo ou lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da *Libor*, e mais a margem (*spread*) atual para empréstimos do capital ordinário;

IX – juros aplicáveis aos saldos devedores em real: definidos para cada desembolso, constante de Carta de Notificação de Conversão enviada pelo BID, em percentual previamente aceito pelo BNDES, e pagos juntamente com a amortização;

X – comissão de crédito: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

XI – despesas com inspeção e supervisão geral: até 1% (um por cento) do valor do financiamento.

Art. 3º A autorização prevista no *caput* é condicionada a que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado pelo Ministério da Fazenda o cumprimento das condições prévias à realização do primeiro desembolso, constantes da minuta do contrato de empréstimo, e que exige que o Regulamento de Crédito do Programa, revisado em comum acordo com o BID, tenha sido aprovado pelo órgão competente do mutuário e esteja em vigor para reger os subempréstimos.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Em discussão a redação final (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação (*Pausa.*)

As Sr^{as} e os Srs Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 65 DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 65, de 2008 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.219, de 2008, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que *autoriza o Estado do Acre a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

Ao projeto poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio, para discutir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do Orador.) – Sr. Presidente, é justo o empréstimo e com ele se põem obviamente de acordo o Senador Geraldo Mesquita, o Senador Tião Viana e a Senadora Marina Silva. Não há como alguém pensar em obstaculizar um empréstimo dessa sorte, que visa a injetar recursos substanciais num Estado que é conhecido por sua carência de capitais.

Portanto, nós, do PSDB, apoiamos com muito interesse esse empréstimo do BIRD, até porque sabemos que a tramitação é longa e temos todas as razões. Temos, hoje, uma mecânica aqui, e digo isso não por causa do Acre, porque não tenho nenhuma desconfiança, ao contrário, tenho respeito por quem governa o Estado do Acre. Nós, aqui, quando pedimos empréstimos para o Estado do Amazonas, estabelecemos que, daqui para a frente, todos esses empréstimos serão fiscalizados não só pelo Senado Federal, mas também pelo Tribunal de Contas da União; ou seja, não temos mesmo como negar benefícios a populações pobres, que podem encontrar por aí uma aplicação correta

desses recursos, um caminho para ascenderem na escala do desenvolvimento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, para discutir, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Senador Tião Viana, que deu uma pequena saída, está muito angustiado e me pediu, por telefone, que eu fizesse o registro da importância desse empréstimo para o Estado do Acre, que ele tão dignamente... Ah, ele acaba de chegar. Estou passando a palavra para o Senador Tião.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Tião Viana. Pensei que ele iria demorar mais um pouco.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador) – Presidente Garibaldi, apenas para agradecer aos Senadores por essa matéria estar sendo votada hoje. Trata-se de matéria da maior importância, que reflete um propósito de governo que hoje tem o Estado do Acre, conduzido pelo Governador Binho Marques, com US\$120 milhões, cujo propósito é o investimento nas áreas de educação e saúde. Ou seja, em programas como o Saúde da Família, redução da mortalidade infantil, redução da mortalidade materna, proteção à criança em relação às doenças evitáveis e programa de inclusão de crianças fora da escola, na primeira infância, para que possam ter acolhida na escola, proteção do Estado. É algo, de fato, inovador, que temos muito orgulho em mostrar. Em regra, os empréstimos são muitas vezes voltados para obras e esquecem o desenvolvimento humano. O Governo do Acre, hoje, tem como propósito determinado a redução da desigualdade dos indicadores de desenvolvimento humano, ou seja, acolher a população carente em níveis de desenvolvimento social que sejam compatíveis com a dignidade humana.

Esse projeto de financiamento nos orgulha muito. Eu fico muito agradecido ao Senado, a V. Ex^a, a todos da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Aloizio Mercadante, Senador Suplicy, que foi o Relator da matéria, pela aprovação, nos termos que o Senador faz no dia de hoje.

Então, parabéns ao Governador Binho Marques! A matéria teve início no Governo Jorge Viana e é concluída, em início de execução, no Governo Binho Marques.

Faço o registro de que falo em meu nome e no da Senadora Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador César Borges.

É lido o seguinte:

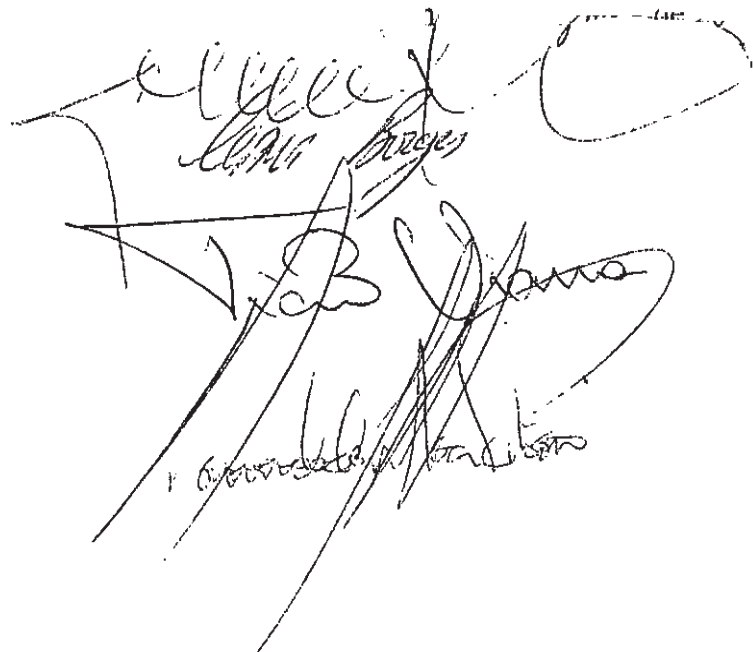
PARECER Nº 1.309, DE 2008

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 65, de 2008.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 65, de 2008, que *autoriza o Estado do Acre a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Sala de Reuniões da Comissão, em 17 de dezembro de 2008.



Handwritten signatures and initials, including 'Garibaldi Alves Filho' and 'César Borges'.

ANEXO AO PARECER Nº 1.309, DE 2008.

Redação final do Projeto de Resolução
nº 65, de 2008.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 2008

Autoriza o Estado do Acre a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares norte-americanos).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Acre autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares norte-americanos).

§ 1º Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – Proacre”.

§ 2º São facultadas a conversão da taxa de juros, de flutuante para fixa, ou vice-versa, aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, e a alteração da moeda de referência da operação de crédito, tanto para o montante já desembolsado quanto para o montante a desembolsar, sendo que o exercício dessas opções implicará a cobrança de encargos incorridos pelo Bird na sua realização e de uma comissão de transação que varia de 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre os valores afetados.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Acre;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares norte-americanos);

V – prazo de desembolso: até 31 de março de 2015;

VI – carência: 84 (oitenta e quatro) meses;

VII – amortização: em 42 (quarenta e duas) parcelas semestrais, sucessivas, e sempre que possível, iguais, pagas nos dias 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2016 e a última em 15 de outubro de 2036, sendo cada uma das 41 (quarenta e uma) primeiras parcelas correspondente a 2,38% (dois inteiros e trinta e oito centésimos por cento) do valor total do empréstimo e a última a 2,42% (dois inteiros e quarenta e dois centésimos por cento);

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela *Libor* semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem fixa a ser determinada pelo Bird a cada exercício fiscal e fixada na data de assinatura do contrato;

IX - comissão à vista: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

X – juros de mora: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos, caracterizada a mora 30 (trinta) dias após a data prevista para pagamento dos juros.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Acre na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no *caput* é condicionado a que o Estado do Acre celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Em discussão a redação final. (Pausa)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de 2008 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão de seu Parecer nº 1.280, de 2008, Relator ad hoc: Senador Marcelo Crivella), que autoriza as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até treze milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e um centavos, com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) da República Federal da Alemanha, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto Complexo São Bernardo – Tranche 1.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria também de registrar a importância desse projeto. Esse é um financiamento alemão para a Eletrobrás, principalmente, no sentido de viabilizar projetos de PCHs no sul do Brasil, projetos esses que têm sido muito importantes para a composição da matriz energética.

Eu não poderia deixar de destacar esse esforço da Diretoria da Eletrobrás, por meio do Presidente José Antônio e do Diretor Cardeal, pela maneira como têm conduzido a holding Eletrobrás, mais uma vez livrando um tento importante, especialmente na geração de energia renovável, uma energia rápida de ser instalada como são as pequenas centrais hidrelétricas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passamos à votação.

Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar a votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Pois não, Sr. Presidente, para encaminhar a matéria.

O Senador Delcídio me chamou a atenção para a importância das PCHs, antes de mais nada, fazendo uma boa linguagem de comunicação. Não se trata de votação, até porque nós somos todos a favor. Trata-se de ressaltarmos o valor, para a economia brasileira, do investimento em PCHs. Vamos traduzir: pequenas centrais hidrelétricas. É a questão da comunicação. O Senador Delcídio é um perito no assunto, mas eu, como leigo, encantei-me com o seu raciocínio.

Eu precisaria manifestar-me sempre favoravelmente aos investimentos em PCHs. Agora, mais do que nunca, entendo que se impulsiona a economia a partir também desses investimentos, que não são grandiosos, que causam um pequeno dano ambiental e que, sem dúvida alguma, revertem em soluções para o déficit de energia no País. Portanto, todo o apoio às PCHs, a partir da bela expressão do Senador Delcídio Amaral, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final ao Projeto de Resolução nº 68, de 2008, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador César Borges.

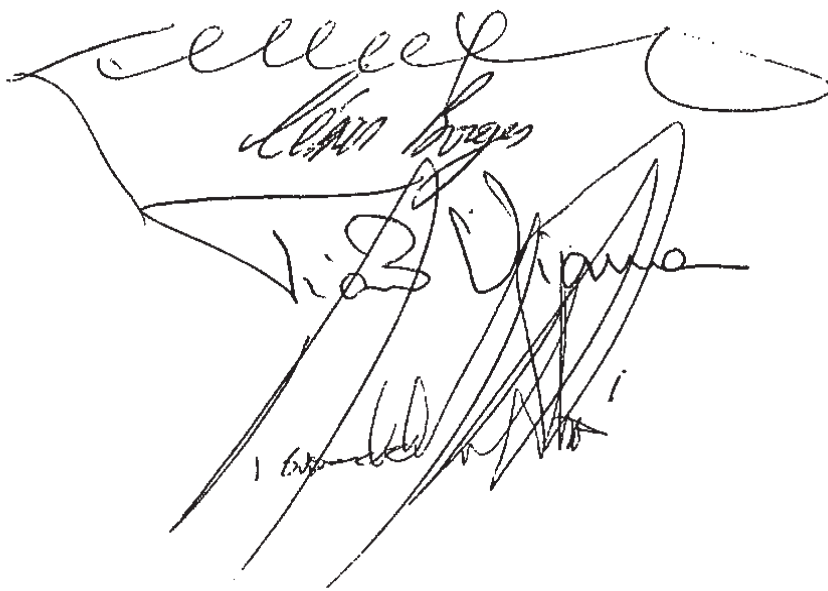
É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.310, DE 2008
(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução
nº 68, de 2008.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 68, de 2008, que *autoriza as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS) contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até € 13.293.588,91 (treze milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e um centavos), com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) da República Federal da Alemanha, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto Complexo São Bernardo – Tranche 1.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 17 de dezembro de 2008.



Handwritten signatures and initials in black ink, including "Luan Borges" and "Lia D'Amora".

ANEXO AO PARECER Nº 1.310, DE 2008.

Redação final do Projeto de Resolução nº 68, de 2008.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2008

Autoriza as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até € 13.293.588,91 (treze milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e um centavos), com o *Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)* da República Federal da Alemanha, destinada a financiar, parcialmente, o “Projeto Complexo São Bernardo – *Tranche 1*”.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º São as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) autorizadas a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até € 13.293.588,91 (treze milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e um centavos), com o *Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)* da República Federal da Alemanha.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Complexo São Bernardo – *Tranche 1*”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – credor: *Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)* da República Federal da Alemanha;
- II – devedor: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor do empréstimo: até € 13.293.588,91 (treze milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e um centavos);

V – valor da contrapartida: € 11.970.500,00 (onze milhões, novecentos e setenta mil e quinhentos euros);

VI – prazo de desembolsos: até 4 (quatro) anos, contado a partir da data de vigência do contrato;

VII – amortização: o empréstimo será pago em 41 (quarenta e uma) parcelas semestrais, sucessivas, aproximadamente iguais, vencendo-se a primeira depois de decorridos 10 (dez) anos da assinatura do contrato e a última 30 (trinta) anos após essa data;

VIII – juros aplicáveis: exigidos semestralmente, em 30 de junho e em 30 de dezembro, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo a uma taxa fixa de 2,0% a.a. (dois por cento ao ano);

IX – juros de mora: 3,0% a.a. (três por cento ao ano) acrescidos sobre a taxa básica de juros cobrada pelo Banco Central da Alemanha;

X – comissão de crédito: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), sobre o saldo não desembolsado, exigidos a partir de 3 (três) meses contados da assinatura do contrato.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput é condicionada a que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam cumpridas as seguintes condições:

I - as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. formalizem o respectivo contrato de contragarantia;

II – seja verificado pelo Ministério da Fazenda o cumprimento das condições prévias à realização do primeiro desembolso, as quais constam da Cláusula 10.8 da minuta do contrato de empréstimo.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 69, de 2008 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão de seu Parecer nº 1.281, de 2008, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko), que *autoriza o Município de Belém, Estado do Pará, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até sessenta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN).*

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A discussão já passou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Só para parabenizar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a encaminha agora a votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Encaminho. Agradeço à Senadora Serys Slhessarenko, que foi a Relatora do Projeto, aos membros da CAE, que aprovaram, no dia de ontem, esse empréstimo para o Município de Belém, que será utilizado no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada

Nova. É um programa bastante importante para uma área que necessita desses recursos para que seja saneada, melhore a qualidade de vida da população que lá habita e a imagem de Belém, porque vai dar a oportunidade de abrir para o rio a visão que está hoje impedida.

Parabenizo o Prefeito Duciomar Costa, que foi reeleito em outubro passado e que, com os recursos que vinha buscando há alguns anos, vai acelerar e tornar realidade esse grande projeto de saneamento da bacia da Estrada Nova, e agradeço aos Senadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, para encaminhar, o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Essas matérias, Sr. Presidente, mobilizam opiniões e vontades. Justificou a preocupação do ex-Governador Almir Gabriel, do ex-Governador Simão Jatene, justificou a preocupação da ex-vice-Governadora Valéria Pires Franco, justificou, obviamente, a preocupação do nosso ex-Colega e prezado amigo, atual Prefeito de Belém, Duciomar Costa, Prefeito reeleito daquela cidade.

Isso coloca por terra, Senador Flexa Ribeiro, qualquer dúvida a respeito da sua intenção com o seu Estado. Nós estamos aqui para examinar toda e qualquer melhoria para qualquer Estado, se os processos estiverem dentro da melhor e mais adequada forma de apresentação.

Portanto, eu gostaria de parabenizar o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Mário Couto, que está com o filho para nascer. O Senador Mário Couto nos pediu muito expressamente que lutássemos por isso, e o Senador José Nery, atento por igual aos interesses do seu Estado, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final ao Projeto de Resolução nº 69, de 2008, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador César Borges.

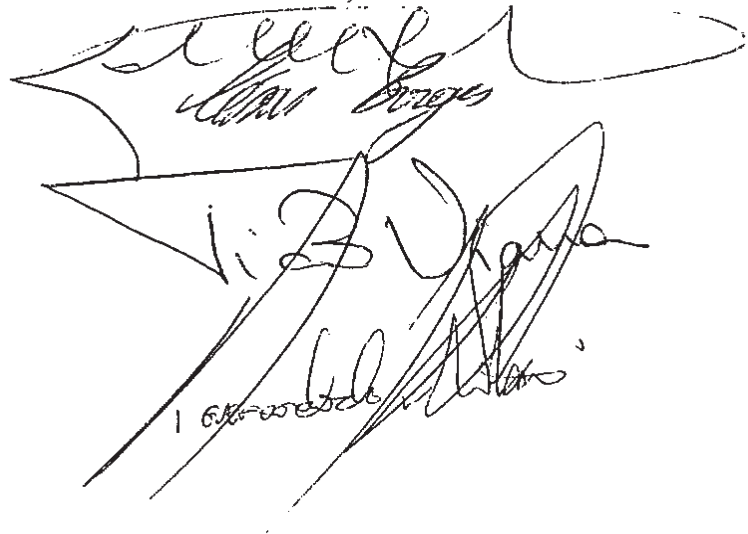
É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.311, DE 2008
COMISSÃO DIRETORA

Redação final do Projeto de
Resolução nº 69, de 2008.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 69, de 2008, que *autoriza o Município de Belém, Estado do Pará, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 68.750.000,00 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN)”*.

Sala de Reuniões da Comissão, em 17 de dezembro de 2008.



The image shows several handwritten signatures in black ink. The most prominent signature at the top is 'Cláudio Borges'. Below it, there are several other signatures, some of which are more stylized and overlapping. The signatures are written on a white background.

ANEXO AO PARECER Nº 1.311, DE 2008.

Redação final do Projeto de Resolução
nº 69, de 2008.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2008

Autoriza o Município de Belém, Estado do Pará, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 68,750,000.00 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben)”.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Belém, Estado do Pará, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 68,750,000.00 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), observado o disposto no art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, com a redação dada pela Resolução nº 32, de 2006, ambas do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- II – valor do empréstimo: até US\$ 68,750,000.00 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil dólares norte-americanos);
- III – modalidade: moeda única (mecanismo unimonetário);

IV – prazo de desembolsos: até 60 (sessenta) meses, contado a partir da data de vigência do contrato;

V – amortização do saldo devedor: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas no dia 15 dos meses de junho e de dezembro de cada ano, vencendo a primeira após transcorridos 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses e a última, o mais tardar, 25 (vinte e cinco) anos após a assinatura do contrato;

VI – juros aplicáveis para saldo devedor em dólares: a taxa de juros será ajustável e os juros incidirão sobre os saldos devedores diários do empréstimo a uma taxa anual ajustável para cada semestre determinada em função do Custo dos Empréstimos Qualificados com uma Taxa de Juros Ajustável na Moeda Única do Financiamento, acrescida da margem vigente (*spread*) para empréstimos do capital ordinário expressa em termos de uma porcentagem anual;

VII – comissão de crédito: de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

VIII – despesas com inspeção e supervisão geral: até 1% (um por cento) do valor do financiamento, mas por decisão de política atual, o BID não tem cobrado esta comissão.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Belém, Estado do Pará, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º A autorização prevista no *caput* é condicionada a que o Município, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, formalize o respectivo contrato de contragarantia.

§ 2º Preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, o Ministério da Fazenda deverá verificar o grau de cumprimento das seguintes condicionalidades, inclusive mediante manifestação prévia do BID:

I – nomeação da equipe de profissionais necessários para compor a UCP (Unidade de Coordenação do Programa);

II – assinatura dos instrumentos jurídicos adequados junto à Companhia de Saneamento do Estado do Pará – Cosampa e junto às Centrais Elétricas do Pará – Rede Celpa, ou junto às empresas que venham a operar os serviços de saneamento básico e de energia elétrica, respectivamente, para a execução de atividades relacionadas ao programa; e

III – entrada em vigência do ROP (Regulamento Operacional do Programa).

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB) – Sr^{as} e Srs. Senadores, com referência ao **Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008**, que foi apreciado na presente sessão, a Presidência comunica ao Plenário que a Emenda nº 115, apresentada pelo Relator Revisor, altera dispositivo do art. 7º, o qual foi suprimido pela Emenda nº 125, apresentada também pelo Relator Revisor.

Nesses termos, a Presidência declara prejudicada a **Emenda nº 115**, por perda de objeto.

Passa-se, agora, à apreciação do Projeto de Lei da Câmara de iniciativa do Senhor Presidente da República, *que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.*

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2000

Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), *que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.*

Relator na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o Senador Eliseu Resende, com parecer favorável com a Emenda nº 1.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o Projeto e a Emenda. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Emenda nº 1.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, acho que V. Ex^a não percebeu o Ministro Eliseu Resende... Valeria a pena, em homenagem a figura tão ilustre e tão querida, concedermos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Eliseu Resende, V. Ex^a, além de dar parecer sobre as emendas, certamente vai nos dizer alguma coisa sobre o projeto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para fazer um registro. O Senador Eliseu Resende é ex-Ministro dos Transportes, ex-Ministro da Fazenda, ex-Diretor Geral do antigo DNER, é um *expert* no assunto, e dedicou parte de sua vida parlamentar ao Sistema Nacional de Viação, que trata da atualização, em função da nova realidade econômica do País, dos aeroportos, das ferrovias, das rodovias, das aquavias, dos portos, de toda infraestrutura brasileira.

S. Ex^a fez um trabalho primoroso como Relator. Primoroso! E fizemos questão de incluir esta matéria como prioritária antes da votação das PECs, para que S. Ex^a, ele que é um orgulho do Democratas, pudesse ter a oportunidade de fazer a exposição de um projeto que é de absoluto interesse nacional, é o retrato das necessidades da infra-estrutura brasileira, à luz da realidade econômica de hoje, do Brasil, da agroindústria, do agronegócio, do Brasil industrial, do Brasil que precisa de portos novos, de aeroportos novos, de ferrovias novas.

S. Ex^a preparou com esmero o trabalho que, com certeza, esta Casa vai aplaudir e aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Eliseu Resende, Relator designado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que vai nos falar sobre o projeto e, depois, apreciar as emendas.

PARECER Nº 1.313, DE 2008–PLEN

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é um projeto simples, mas da maior importância para o desenvolvimento econômico do País e para a integração nacional.

Neste projeto, estamos apresentando a fotografia do mapa viário do Brasil. Aqui se reúnem as diversas modalidades de transporte: as estradas de rodagem, as estradas de ferro, as hidrovias, os portos marítimos, os portos fluviais e lacustres, os aeroportos internacionais e domésticos.

Toda uma atualização de uma programação, para orientar o Governo na execução das obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento do País, à integração nacional e à cômoda e segura locomoção dos passageiros e de cargas no Brasil.

Essa é uma lei que entrou no Congresso Nacional em 1995, por uma Mensagem do Executivo, para atender a um ditame da nova Constituição de 1988, que estabelece que uma lei estabelecerá os princípios e as diretrizes relativas ao Sistema Nacional de Viação.

Na Câmara dos Deputados, depois de longa tramitação, o Deputado Eliseu Resende pôde aprovar,

por unanimidade, a Mensagem do Executivo, que foi, então, encaminhada ao Senado Federal. Esse projeto chegou ao Senado no ano de 2000 e só agora, no apagar das luzes de 2008, está sendo apresentado à votação deste Plenário do Senado da República.

Na verdade, Srs. Senadores, esse projeto de lei substitui uma lei que ainda está em vigor, a Lei nº 5.917, de 1973. Ou seja, há 35 anos, existe uma lei orientando o crescimento e a expansão da infra-estrutura viária do País.

Atualizamos, nesse projeto, o Plano Nacional de Viação, para orientar os passos governamentais e também o Congresso Nacional, na Lei das Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual e no Plano Nacional de Investimentos, sobre os passos a serem seguidos para o mais rápido desenvolvimento da infra-estrutura, que será o suporte do crescimento e d'a produção de cargas e do deslocamento de passageiros ao longo do Território Nacional.

No exame desse texto, consideramos indispensável a elaboração de nova redação para o projeto, por meio do substitutivo que ora apresentamos, que contém pontos relevantes. Ele classifica todas as rodovias federais, destacando, em cada caso, os Estados que atravessam os principais pontos de passagem, suas extensões totais e seus segmentos de superposição com outras estradas. A extensão total do sistema rodoviário federal, incluindo-se as estradas pavimentadas, de terra e planejadas, passa a ser de 120.491km.

O substitutivo apresenta, também, a descrição de todas as ferrovias federais, em operação ou planejadas, destacando, em cada caso, os Estados que atravessam, os pontos de passagem, suas extensões e suas superposições com outras linhas férreas. A descrição passa a conter novos e longos trechos planejados, tendo em vista presentes e futuras demandas de fluxos de produção. A extensão da malha ferroviária federal passa a ser de 46.127km, ou seja, 51% do sistema rodoviário federal.

O projeto de lei relaciona também todos os trechos navegáveis dos rios que compõem as diversas regiões hidrográficas do País: Região Hidrográfica Amazônica; Região Hidrográfica do Tocantins/Araguaia; Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental; Região Hidrográfica do Parnaíba; Região Hidrográfica do São Francisco; Região Hidrográfica Atlântico Sudeste; Região Hidrográfica Atlântico Sul; Região Hidrográfica do Uruguai; Região Hidrográfica do Paraná; e Região Hidrográfica do Rio Paraguai. Os trechos navegáveis de cada rio são descritos de montante para jusante e suas extensões são medidas pelo talvegue do curso d'água. A extensão total das vias navegáveis do Brasil está estimada em 56.594km. Somente a Região Hidrográfica Amazônica possui 28.890km de vias na-

vegáveis, ou seja, cerca da metade da malha hidrográfica nacional.

Mas o projeto relaciona também os portos marítimos, fluviais e lacustres que compõem o sistema nacional de viação. A primeira relação se refere aos 47 portos marítimos, com detalhes sobre suas denominações, os Estados onde se situam e suas localizações hidrográficas. A segunda relação enumera 215 portos fluviais e lacustres, classificando-os por bacias hidrográficas e apresentando detalhes sobre suas denominações, os Estados onde se situam e os rios ou lagos onde se localizam. A relação seguinte descreve as eclusas e outros dispositivos de transição de nível, implantados ou passíveis de implantação em rios federais. São 26 eclusas listadas, com detalhes de sua denominação, os rios em que estarão instaladas e os Estados em que se localizam. O sistema de eclusagem proposto ampliará expressivamente, talvez dobrará, a extensão total da malha de vias navegáveis do Brasil.

Finalmente, o projeto de lei passa à transcrição da relação descritiva dos aeroportos federais administrados pela Infraero. São 69 aeroportos no total, dos quais 31 aeroportos são internacionais. Haverá também mais 87 aeroportos relacionados com a integração nacional e a defesa nacional.

Esse projeto de lei, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi aprovado, por unanimidade, na Comissão de Infra-estrutura da Casa. Antes, na Câmara dos Deputados, houve também aprovação por unanimidade.

Temos aqui um projeto que será da maior importância para o planejamento da expansão da infra-estrutura nacional, particularmente a infra-estrutura viária, que promoverá o acelerado desenvolvimento da economia e da integração nacional.

Recebemos, Sr. Presidente, e estão sobre a mesa, cinco emendas – não houve emendas na Comissão de Infra-estrutura: uma emenda, apresentada pelo Senador Valdir Raupp, que acrescenta a listagem dos aeroportos administrados pela Infraero e dos aeroportos relacionados com a integração e a defesa nacional, conforme sugerido pelo Ministério da Defesa; duas emendas, apresentadas pelo Senador Marconi Perillo, que se referem ao aperfeiçoamento da malha viária do Estado de Goiás; uma emenda do Senador Flexa Ribeiro, que aperfeiçoa o sistema portuário do Estado do Pará; e uma emenda do Senador Delcídio Amaral, para o aperfeiçoamento da malha rodoviária do Mato Grosso do Sul.

Analizadas essas emendas, Sr. Presidente, o relator as acata e vai inseri-las no seu parecer, se aprovadas pelo Plenário do Senado da República.

Era o que tinha de relatar, Sr. Presidente.

São as seguintes as Emendas de Plenário:

**EMENDA Nº 1 – PLEN
PLC 18, (SUBSTITUTIVO), DE 2000**

Adicione-se ao Anexo VII (SUBSISTEMA AEROVIÁRIO FEDERAL) RELAÇÃO DESCRITIVA DOS AEROPORTOS, mencionada no art. 35 do PLC 18, de 2000, a tabela que se segue abaixo:

**TABELA DE AEROPORTOS
A SEREM INSERIDOS NO ANEXO VII DO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18 (SUBSTITUTIVO), DE 2000**

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO		UF
70	ZZZZ	ASSIS BRASIL	AC
71	ZZZZ	FOZ DO BREU	AC
72	SDOQ	MARECHAL THAUMAURGO	AC
73	ZZZZ	SANTA ROSA DO PURUS	AC
74	ZZZZ	SÃO SALVADOR	AC
75	SBTK	TARAUACÁ	AC
76	SWBC	BARCELOS	AM
77	SWJP	BITTENCOURT-JAPURÁ	AM
78	SWNK	BOCA DO ACRE-N.CAMPO-	AM
79	SWCA	CARAUARI	AM
80	SWKU	CUCUÍ	AM
81	SWEI	EIRUNEPÉ	AM
82	SWEE	ESTIRÃO DO EQUADOR	AM
83	SBYA	IAUARETÊ	AM
84	SWII	IPIRANGA-STO ANT. DO IÇÁ	AM
85	SBIC	ITACOATIARA	AM
86	SWLB	LÁBREA	AM
87	SBMY	MANICORÉ	AM
88	SWMK	MATURACÁ	AM
Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO		UF
89	SWJV	PALMEIRAS DO JAVARI	AM

90	SWPC	PARI-CACHOEIRA	AM
91	SWPI	PARINTINS	AM
92	SBMN	PONTA PELADA-MANAUS	AM
93	SWQE	QUERARI	AM
94	SBUA	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM
95	SWSQ	SÃO JOAQUIM	AM
96	ZZZZ	TUNUÍ CACHOEIRA	AM
97	SBAM	AMAPÁ	AP
98	SBOI	OIAPOQUE	AP
99	SBCV	CARAVELAS	BA
100	ZZZZ	EUZÉBIO	CE
101	SBAN	ANÁPOLIS	GO
102	SNCW	ALCÂNTARA	MA
103	SBBQ	BARBACENA	MG
104	SBLS	LAGOA SANTA	MG
105	SSAM	AMAMBAI	MS
106	SSBV	BELA VISTA	MS
107	SSFK	FORTE COIMBRA-MS	MS
108	SSPM	PORTO MURTINHO	MS
109	SSTL	TRÊS LAGOAS	MS
110	SBAT	ALTA FLORESTA	MT
111	SWKC	CÁCERES	MT
112	SWCV	CASAL VASCO	MT
113	ZZZZ	PORTO ESPERIDIÃO	MT
114	SWSI	SINOP	MT
115	SBCC	CACHIMBO	PA
116	SBEK	JACAREACANGA	PA
117	SNFX	SÃO FÉLIX DO XINGU	PA
118	SBTS	TIRIÓS	PA
119	SBFN	FERNANDO DE NORONHA	PE
120	SBCA	CASCADEL	PR
121	SSGY	GUAÍRA	PR
122	SBMG	MARINGÁ	PR
123	SBAF	AFONSOS	RJ
124	SBCB	CABO FRIO	RJ
125	SDRS	RESENDE	RJ
126	SBSC	SANTA CRUZ	RJ
Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO		UF
127	SNXX	MAXARANGUAPE	RN

128	SBMS	MOSSORÓ-RN	RN
129	ZZZZ	CACOAL	RO
130	SWCQ	COSTA MARQUES	RO
131	SWPB	FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA-RO	RO
132	SBGM	GUAJARÁ MIRIM	RO
133	SWJI	JI-PARANÁ	RO
134	SWPM	PIMENTA BUENO	RO
135	SBVH	VILHENA	RO
136	ZZZZ	ROLIM DE MOURA	RO
137	SWBV	AUARIS	RR
138	ZZZZ	BV8-VILA PACARAIMA	RR
139	SWQI	CARACARAÍ	RR
140	ZZZZ	ERICÓ	RR
141	SWNM	NORMANDIA	RR
142	SWUQ	SURUCUCU	RR
143	ZZZZ	UIRAMUTÃ	RR
144	SSCQ	CACEQUI-SAICÃ	RS
145	SBCO	CANOAS	RS
146	SSEZ	ESPUMOSO	RS
147	SSJR	JAGUARÃO	RS
148	SBPF	PASSO FUNDO	RS
149	SBSM	SANTA MARIA	RS
150	ZZZZ	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS
151	SBCH	CHAPECÓ	SC
152	SBLJ	LAGES	SC
153	SBGW	GUARATINGUETÁ	SP
154	SBYS	PIRASSUNUNGA-AFA	SP
155	SBST	SANTOS	SP
156	SWIY	SANTA IZABEL DO MORRO	TO

Legenda:

ZZZZ – Aeródromos Planejados

JUSTIFICACÃO

Visa a presente Emenda atualizar a relação descritiva dos aeroportos existentes e planejados, integrantes do Subsistema Aeroviário Federal, mencionados no Anexo VII, conforme prevê o Art. 35 da Seção IV do PLC nº 18, de 2000.

Não obstante os elevados méritos do PLC nº 18 de 2000, constatamos que à época quando a matéria foi recebida pelo Senado Federal, em 03 de maio de 2000, o contexto Aeroviário Federal encontrava-se em uma condição diferenciada do que se observa nos dias atuais. Durante os últimos oito anos de tramitação da matéria nesta Casa legislativa, foi aprovada a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que criou a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério da Defesa. A Lei de Criação da Agência determina em seu artigo 5º que a ANAC atuará como autoridade da Aviação Civil, e no seu artigo 8º, determina que a ANAC deverá *“adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento e fomento da aviação civil, da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária do País, atuando com independência, legalidade, impessoalidade e publicidade”*. Além disso, o Decreto Nº 6.223, de 4 de outubro de 2007, criou a Secretaria de Aviação Civil (SAC), órgão da estrutura organizacional do Ministério da Defesa, cuja função é assessorar o Ministro de Estado da Defesa na coordenação e supervisão dos órgãos e das entidades ligados ao Setor de Aviação Civil responsáveis pela gestão, regulação e fiscalização, infra-estrutura aeroportuária e infra-estrutura de navegação aérea.

Além disso, há necessidade que sejam listados os aeroportos de interesse para integração nacional, em virtude de servirem localidades isoladas do território nacional, bem como outros que em virtude da sua posição geográfica são considerados de importância para a Defesa Nacional.

Face então à temporalidade de tramitação desta matéria e ao novo ordenamento estrutural e funcional da Aviação Civil em nosso país, torna-se imprescindível a atualização da lista dos aeroportos de interesse federal que o mencionado projeto elenca em seu anexo VII. Afinal o Subsistema Aeroviário Federal proposto pelo projeto de lei em pauta envolverá aspectos estratégicos, de integração e de Defesa Nacional, sendo imprescindível a ampliação do rol de aeroportos inclusos na malha aeroviária nacional.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008.

Senador **Valdir Raupp**



EMENDA Nº 2 – PLEN

(ao PLC nº 18 de 2000)

Inclua-se na Relação descritiva das Rodovias Integrantes do Subsistema Rodoviário Federal, anexa ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000, os seguintes trechos rodoviários:

Rodovia	Pontos de Passagem	Extensão
GO – 244	São Miguel do Araguaia – Porangatu	125,0
GO – 237	Uruaçu – Niquelândia – GO 132	118,0
GO – 230	Ceres – Goianésia – BR 414	145,1
GO – 070	Itapirapuã – Goiás – Itaberaí – BR 153	96,0
GO – 213	GO 320 – BR 153 – Morrinhos – Ipameri	214,0

JUSTIFICAÇÃO

O sistema rodoviário brasileiro sofre uma nova composição com o projeto em suma, que visa reestruturar o sistema nacional de viação através da federalização de rodovias importantes para a logística brasileira. Ademais apresentamos rodovias de suma importância para a integralização do Estado de Goiás com as rodovias federais existentes.

Sala da Sessões, 17 de dezembro de 2008.



Senador **MARCONI PERILLO**
PSDB – GO

128	SBMS	MOSSORÓ NR 3	RN
129	ZZZZ	CACOAL	RO
130	SWCQ	COSTA MARQUES	RO
131	SWPB	FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA-RO	RO
132	SBGM	GUAJARÁ MIRIM	RO
133	SWJI	JI-PARANÁ	RO
134	SWPM	PIMENTA BUENO	RO
135	SBVH	VILHENA	RO
136	ZZZZ	ROLIM DE MOURA	RO
137	SWBV	AUARIS	RR
138	ZZZZ	BV8-VILA PACARAIMA	RR
139	SWQI	CARACARAÍ	RR
140	ZZZZ	ERICÓ	RR
141	SWNM	NORMANDIA	RR
142	SWUQ	SURUCUCU	RR
143	ZZZZ	UIRAMUTÃ	RR
144	SSCQ	CACEQUI-SAICÃ	RS
145	SBCO	CANOAS 17	RS
146	SSEZ	ESPUMOSO	RS
147	SSJR	JAGUARÃO	RS
148	SBPF	PASSO FUNDO	RS
149	SBSM	SANTA MARIA	RS
150	ZZZZ	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS
151	SBCH	CHAPECÓ	SC
152	SBLJ	LAGES	SC
153	SBGW	GUARATINGUETÁ	SP
154	SBYS	PIRASSUNUNGA-AFA	SP
155	SBST	SANTOS	SP
156	SWIY	SANTA IZABEL DO MORRO	TO

Legenda:

ZZZZ – Aeródromos Planejados

JUSTIFICACÃO

Visa a presente Emenda atualizar a relação descritiva dos aeroportos existentes e planejados, integrantes do Subsistema Aeroviário Federal, mencionados no Anexo VII, conforme prevê o Art. 35 da Seção IV do PLC nº 18, de 2000.

EMENDA Nº 4 – PLEN
(ao PLC nº 18 de 2000)


Inclua-se na Relação descritiva das Rodovias Integrantes do Subsistema Rodoviário Federal, anexa ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000, os seguintes trechos rodoviários:

Rodovia	Pontos de Passagem	Extensão
GO – 331	cocalinho – GO 454 - BR 080 -	125,0
GO – 132	Minaçu – Colinas - Niquelândia	169,0

JUSTIFICAÇÃO

O sistema rodoviário brasileiro sofre uma nova composição com o projeto em suma, que visa reestruturar o sistema nacional de viação através da federalização de rodovias importantes para a logística brasileira. Ademais apresentamos rodovias de suma importância para a integralização do Estado de Goiás com as rodovias federais existentes.

Sala da Sessões, 17 de dezembro de 2008.


Senador **MARCONI PERILLO**
PSDB – GO

EMENDA Nº 5 - PLEN
(ao PLC nº 18, de 2000)

1ª Rodoviário

Federal, integrante do Anexo I da Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000, rodovia de ligação com a seguinte descrição:

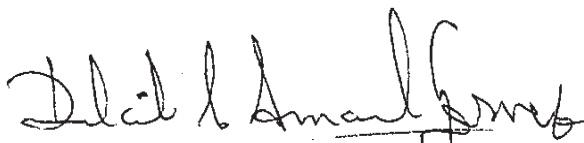
B R	Pontos de Passagem	Unidade da Federaçã o	Extensã o (km)	Superposiçã o BR km
	Entroncamento com a BR-163 (anel viário de Campo Grande) - Santa Rita do Pardo - entroncamento com a BR-158 (Brasilândia) - divisa MS/SP (ponte sobre o rio Paraná)	MS	300	

.....(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O trecho rodoviário em tela visa ligar a BR-163, no contorno de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, à ponte sobre o rio Paraná, situada na BR-158, na divisa com o Estado de São Paulo. A nova ligação, com extensão de aproximadamente 300 km, vai possibilitar a redução do percurso entre Campo Grande e a ponte mencionada em cerca de 130 km. A redução do traçado, além de diminuir as despesas com transporte, cria alternativa para o fluxo das rodovias BR-262 e BR-267, ampliando o intercâmbio entre os dois Estados.

Sala da Sessões, 17 de dezembro de 2008.


 Senador **DELCÍDIO AMARAL**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço...

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Presidente, para discutir.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Preciso dar encaminhamento à discussão; logo

após, terei a maior satisfação em conceder a palavra aos Senadores.

Votação da Emenda nº CI-1 Substitutivo, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Aprovada a Emenda nº CI-1 Substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora que vai oferecer a redação do vencido para o turno suplementar, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador César Borges.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.312, DE 2008

COMISSÃO DIRETORA

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176, de 1995, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176, de 1995, na Casa de origem), que *estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 17 de dezembro de 2008.

The image shows several handwritten signatures in black ink. The most prominent signature at the top is that of César Borges. Below it, there are other signatures, some of which are partially obscured or less legible. The signatures are written in a cursive style.

ANEXO AO PARECER Nº 1.312, DE 2008.

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176, de 1995, na Casa de origem).

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação (SNV) e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação (SNV), sua composição, objetivos e critérios para sua implantação, em consonância com os incisos XII e XXI do art. 21 da Constituição Federal.

Art. 2º O SNV é constituído pela infra-estrutura física e operacional dos vários modos de transporte de pessoas e bens, sob jurisdição dos diferentes entes da Federação.

§ 1º Quanto à jurisdição, o SNV é composto pelo Sistema Federal de Viação e pelos sistemas de viação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º Quanto aos modos de transporte, o SNV compreende os subsistemas rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário.

CAPÍTULO II**DO SISTEMA FEDERAL DE VIAÇÃO**

Art. 3º O Sistema Federal de Viação (SFV) é composto pelos seguintes subsistemas:

- I – Subsistema Rodoviário Federal;
- II – Subsistema Ferroviário Federal;
- III – Subsistema Aquaviário Federal; e
- IV – Subsistema Aeroviário Federal.

Art. 4º São objetivos do Sistema Federal de Viação (SFV):

- I – assegurar a unidade nacional e a integração regional;

- II – garantir a malha viária estratégica necessária à segurança do território nacional;
- III – promover a integração física com os sistemas viários dos países limítrofes;
- IV – atender aos grandes fluxos de mercadorias em regime de eficiência, por meio de corredores estratégicos de exportação e abastecimento;
- V – prover meios e facilidades para o transporte de passageiros e cargas, em âmbito interestadual e internacional.

Art. 5º Compete à União, nos termos da legislação vigente, a administração do SFV, que compreende o planejamento, a construção, a manutenção, a operação e a exploração dos respectivos componentes.

Art. 6º A União exercerá suas competências relativas ao SFV, diretamente, por meio de órgãos e entidades da administração federal, ou mediante:

- I – delegação a Estado, Distrito Federal, Município ou consórcio entre esses entes, que atuarão em seu nome;
- II – concessão, autorização ou arrendamento a empresa pública ou privada;
- III – parceria público-privada.

§ 1º A delegação de que trata o inciso I do *caput* será formalizada mediante convênio, respeitadas as prerrogativas da União e assegurada a integridade do patrimônio objeto da delegação, na forma da Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão explorar a infra-estrutura delegada, diretamente ou mediante concessão, autorização ou arrendamento a empresa pública ou privada, respeitada a legislação federal.

Art. 7º A União poderá aplicar recursos financeiros no SFV, qualquer que seja o regime de administração adotado.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas nos incisos I a III do art. 6º, é vedada a aplicação de recursos da União em obra ou serviço que, nos termos do respectivo contrato ou outro instrumento de delegação, constitua responsabilidade de qualquer das demais partes envolvidas.

Art. 8º Os componentes físicos dos subsistemas integrantes do SFV integram as relações descritivas anexas a esta Lei e sujeitam-se às especificações e normas técnicas formuladas pela autoridade competente, qualquer que seja o regime de administração adotado.

Art. 9º As rodovias, ferrovias e vias navegáveis terão seu traçado indicado por localidades intermediárias ou pontos de passagem.

Parágrafo único. No caso de rodovias, ferrovias e vias navegáveis planejadas, as localidades intermediárias mencionadas nas relações descritivas são indicativas de traçado, não constituindo pontos obrigatórios de passagem do traçado definitivo.

Art. 10. A alteração de características ou a inclusão de novos componentes nas relações descritivas constantes dos anexos desta Lei somente poderá ser feita com base em critérios técnicos e econômicos que justifiquem as alterações e dependerão de:

- I – aprovação de lei específica, no caso do transporte terrestre e aquaviário;

II – ato administrativo da autoridade competente, designada nos termos da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, no caso do transporte aéreo.

§ 1º São dispensadas de autorização legislativa as mudanças de traçado decorrentes de ampliação de capacidade ou da construção de acessos, contornos ou variantes, em rodovias, ferrovias e vias navegáveis.

§ 2º Nos casos previstos no § 1º, as mudanças serão definidas e aprovadas pela autoridade competente, em sua esfera de atuação.

Art. 11. A implantação de componente do SNV será precedida da elaboração do respectivo projeto de engenharia e da obtenção das devidas licenças ambientais.

§ 1º No caso de empreendimento cujo valor total seja superior a dez vezes o limite estabelecido no art. 23, I, c, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, serão exigidos estudos prévios que comprovem a viabilidade econômica e indiquem a prioridade do investimento.

§ 2º Para fins de implantação de componentes do SNV, serão considerados prioritários os investimentos que visem a:

I - conclusão de obras já iniciadas, desde que comprovada, em avaliação econômica e social, a viabilidade dos investimentos complementares ou marginais necessários, atendidas as exigências ambientais;

II - estruturação ou complementação de corredores estratégicos.

CAPÍTULO III

DOS SUBSISTEMAS FEDERAIS DE VIAÇÃO

Seção I

Do Subsistema Rodoviário Federal

Art. 12. O Subsistema Rodoviário Federal compreende todas as rodovias administradas pela União, direta ou indiretamente, nos termos dos arts. 5º e 6º desta Lei.

Art. 13. As rodovias integrantes do Subsistema Rodoviário Federal são classificadas, de acordo com a sua orientação geográfica, nas seguintes categorias:

I – Rodovias Radiais: as que partem da Capital Federal, em qualquer direção, para ligá-la a capitais estaduais ou a pontos periféricos importantes do País;

II – Rodovias Longitudinais: as que se orientam na direção Norte-Sul;

III – Rodovias Transversais: as que se orientam na direção Leste-Oeste;

IV – Rodovias Diagonais: as que se orientam nas direções Nordeste-Sudoeste ou Noroeste-Sudeste; e

V – Rodovias de Ligação: as que, orientadas em qualquer direção e não enquadradas nas categorias discriminadas nos incisos I a IV, ligam pontos importantes de duas ou mais rodovias federais, ou permitem o acesso a instalações federais de importância estratégica, a pontos de fronteira, a áreas de segurança nacional ou aos principais terminais marítimos, fluviais, ferroviários ou aeroviários constantes do SNV.

Art. 14. As rodovias integrantes do Subsistema Rodoviário Federal são designadas pelo símbolo “BR”, seguido de um número de três algarismos, assim constituído:

I – o primeiro algarismo indica a categoria da rodovia, sendo:

- a) 0 (zero), para as rodovias radiais;
- b) 1 (um), para as rodovias longitudinais;
- c) 2 (dois), para as rodovias transversais;
- d) 3 (três), para as rodovias diagonais; e
- e) 4 (quatro) para as rodovias de ligação;

II – os outros dois algarismos referem-se à posição geográfica da rodovia relativamente a Brasília e aos pontos cardeais, segundo sistemática definida pelo órgão competente.

Art. 15. O Anexo I apresenta a relação descritiva das rodovias pertencentes ao Subsistema Rodoviário Federal.

Art. 16. Fica instituída, no âmbito do Subsistema Rodoviário Federal, a Rede de Integração Nacional (Rinter), composta pelas rodovias que satisfaçam a um dos seguintes requisitos:

- I - promover a integração regional, interestadual e internacional;
- II - ligar capitais de Estados entre si ou ao Distrito Federal;
- III - atender a fluxos de transporte de grande relevância econômica; e
- IV - prover ligações indispensáveis à segurança nacional.

Art. 17. O Anexo II apresenta a relação descritiva das rodovias integrantes da Rinter.

Art. 18. Fica a União autorizada a transferir aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, mediante doação:

- I – acessos e trechos de rodovias federais envolvidos por área urbana ou substituídos em decorrência da construção de novos trechos;
- II – rodovias ou trechos de rodovias não integrantes da Rinter.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II, até que se efetive a transferência definitiva, a administração das rodovias será, preferencialmente, delegada aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios.

Art. 19. Fica a União autorizada a incorporar à malha rodoviária sob sua jurisdição trechos de rodovias estaduais existentes, cujo traçado coincida com diretriz de rodovia federal integrante da Rinter, mediante anuência dos Estados a que pertençam.

Seção II

Do Subsistema Ferroviário Federal

Art. 20. O Subsistema Ferroviário Federal é constituído pelas ferrovias existentes ou planejadas, pertencentes aos grandes eixos de integração interestadual, inter-regional e internacional, que satisfaçam a pelo menos um dos seguintes critérios:

- I – atender grandes fluxos de transporte de carga ou de passageiros;
- II – possibilitar o acesso a portos e terminais do Sistema Federal de Viação;
- III – possibilitar a articulação com segmento ferroviário internacional;

IV – promover ligações necessárias à segurança nacional.

Parágrafo único. Integram o Subsistema Ferroviário Federal os pátios e terminais, as oficinas de manutenção e demais instalações de propriedade da União.

Art. 21. As ferrovias integrantes do Subsistema Ferroviário Federal são classificadas, de acordo com a sua orientação geográfica, nas seguintes categorias:

I – Ferrovias Longitudinais: as que se orientam na direção Norte-Sul;

II – Ferrovias Transversais: as que se orientam na direção Leste-Oeste;

III – Ferrovias Diagonais: as que se orientam nas direções Nordeste-Sudoeste e Noroeste-Sudeste;

IV – Ferrovias de Ligação: as que, orientadas em qualquer direção e não enquadradas nas categorias discriminadas nos incisos I a III, ligam entre si ferrovias ou pontos importantes do País, ou se constituem em ramais coletores regionais; e

V – Acessos Ferroviários: segmentos de pequena extensão responsáveis pela conexão de pontos de origem ou destino de cargas e passageiros a ferrovias discriminadas nos incisos I a IV.

Art. 22. As ferrovias integrantes do Subsistema Ferroviário Federal são designadas pelo símbolo “EF” ou “AF”, indicativo de estrada de ferro ou de acesso ferroviário, respectivamente.

§ 1º O símbolo “EF” é acompanhado por um número de três algarismos, com os seguintes significados:

I – o primeiro algarismo indica a categoria da ferrovia, sendo:

a) 1 (um), para as longitudinais;

b) 2 (dois), para as transversais;

c) 3 (três), para as diagonais; e

d) 4 (quatro) para as ligações;

II – os outros dois algarismos indicam a posição da ferrovia relativamente a Brasília e aos pontos cardeais, segundo sistemática definida pelo órgão competente.

§ 2º O símbolo “AF” é seguido pelo número da ferrovia ao qual está ligado o acesso e complementado por uma letra maiúscula, seqüencial, indicativa dos diferentes acessos ligados à mesma ferrovia.

Art. 23. O Anexo III apresenta a relação descritiva das ferrovias que integram o Subsistema Ferroviário Federal.

Art. 24. Fica a União autorizada a desativar ou erradicar trechos ferroviários de tráfego inexpressivo, não passíveis de arrendamento ou concessão, assegurada a existência de alternativa de transporte para o atendimento aos usuários do trecho a ser desativado ou erradicado.

Parágrafo único. A União poderá alienar os bens decorrentes da desativação ou erradicação dos trechos ferroviários previstos no *caput* deste artigo.

Seção III

Do Subsistema Aquaviário Federal

Art. 25. O Subsistema Aquaviário Federal é composto de:

I – vias navegáveis;

II – portos marítimos e fluviais;

III – eclusas e outros dispositivos de transposição de nível;

IV – interligações aquaviárias de bacias hidrográficas;

V – facilidades, instalações e estruturas destinadas à operação e à segurança da navegação aquaviária.

Art. 26. O Anexo IV apresenta a relação descritiva das vias navegáveis existentes e planejadas integrantes do Subsistema Aquaviário Federal, segundo a bacia ou rio em que se situem.

Art. 27. O Anexo V apresenta a relação descritiva dos portos marítimos e fluviais integrantes do Subsistema Aquaviário Federal, segundo a localidade e, no caso de portos fluviais, a bacia ou rio em que se situem.

Art. 28. O Anexo VI apresenta a relação descritiva das eclusas e outros dispositivos de transposição de nível existentes e planejados integrantes do Subsistema Aquaviário Federal, segundo a localidade e a bacia ou rio em que se situem.

Art. 29. A utilização de águas navegáveis de domínio de Estado ou do Distrito Federal, para navegação de interesse federal, nos termos da alínea “d” do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal, será disciplinada em convênio firmado entre a União e o titular das águas navegáveis.

Art. 30. Qualquer intervenção destinada a promover melhoramentos nas condições do tráfego em via navegável interior deverá adequar-se aos princípios e objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 31. As intervenções em corpo de água incluído na relação descritiva constante do Anexo V deverão preservar as condições de navegabilidade atual ou futura e dependem de autorização prévia da autoridade de transporte competente.

Art. 32. A exploração dos portos organizados e de instalações portuárias atenderá ao disposto na Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, independentemente do regime de administração adotado.

Art. 33. A exploração de travessia aquaviária coincidente com diretriz de rodovia ou ferrovia federal será sempre de competência da União.

Seção IV

Do Subsistema Aeroviário Federal

Art. 34. O Subsistema Aeroviário Federal é constituído de:

I – os aeródromos públicos que atendam ao tráfego aéreo civil, regular e alternativo, doméstico e internacional, no País ou sejam estratégicos para a integração e a segurança nacional;

II – o conjunto de aerovias, áreas terminais de tráfego aéreo e demais divisões do espaço aéreo brasileiro, necessárias à operação regular e segura do tráfego aéreo;

III – o conjunto de facilidades, instalações e estruturas terrestres de proteção ao voo e auxílio à navegação aérea.

Art. 35. O Anexo VII apresenta a relação descritiva dos aeroportos existentes e planejados integrantes do Subsistema Aeroviário Federal.

Art. 36. Serão classificados como de interesse federal os aeródromos públicos que se enquadrem em uma das seguintes situações:

I – os que atendem ou venham a atender, de acordo com as projeções de demanda por transporte aéreo, elaboradas pela autoridade aeronáutica, ao tráfego aéreo civil, regular ou não-regular, doméstico ou internacional, situados nas capitais dos Estados da Federação e do Distrito Federal;

II – aqueles que se situem nas áreas terminais de tráfego aéreo ou nas regiões metropolitanas, ou outros grandes aglomerados urbanos que exijam para sua gestão e planejamento a ação coordenada de todos os níveis da administração pública federal, estadual e municipal;

III – os que atendem ou venham a atender, de acordo com as projeções de demanda por transporte aéreo elaboradas pela autoridade aeronáutica, ao tráfego aéreo civil, regular, doméstico ou internacional no País;

IV – os que, em virtude da sua posição geográfica, venham a ser considerados alternativos aos aeroportos definidos nos incisos I, II e III, em conformidade com as exigências técnicas, operacionais e de segurança do tráfego aéreo;

V – aqueles que sejam de interesse para integração nacional, em razão de servirem a localidade isolada do território nacional, não atendida regularmente por outro modo de transporte;

VI – aqueles que sejam sede de facilidades, instalações e estruturas terrestres de proteção ao voo e auxílio à navegação aérea necessários à operação regular e segura do tráfego aéreo;

VII – os que, em virtude da sua posição geográfica, venham a ser considerados de importância para a segurança nacional, tais como os localizados nas faixas de fronteira, em regiões insulares do mar brasileiro e que forem sede ou apoio de instalações ou organizações voltadas à defesa do território;

VIII – os que, em virtude de sua posição geográfica, venham a ser considerados de importância para o desenvolvimento socioeconômico do País, tais como os localizados em áreas próximas a grandes empreendimentos de exploração mineral de interesse nacional.

Art. 37. Fica a União autorizada a transferir para Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante convênio, a implantação, administração, operação, manutenção e exploração de aeródromos públicos, de acordo com esta Lei, a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, e a legislação aeronáutica em vigor.

CAPÍTULO IV

DOS SISTEMAS DE VIAÇÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS

Art. 38. Os Sistemas de Viação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios abrangem os diferentes meios de transporte e constituem parcelas do Sistema Nacional de Viação, com os objetivos principais de:

I – promover a integração do Estado e do Distrito Federal com o Sistema Federal de Viação e com as unidades federadas limítrofes;

II – promover a integração do Município com os Sistemas Federal e Estadual de Viação e com os Municípios limítrofes;

III – conectar, respectivamente:

a) a capital do Estado às sedes dos Municípios que o compõem;

b) a sede do Distrito Federal às suas regiões administrativas; e

c) a sede do Município a seus distritos;

IV – possibilitar a circulação econômica de bens e prover meios e facilidades de transporte coletivo de passageiros, mediante oferta de infra-estrutura viária adequada e operação racional e segura do transporte intermunicipal e urbano.

Art. 39. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão, em legislação própria, os elementos físicos da infra-estrutura viária que comporão os respectivos sistemas de viação, em articulação com o Sistema Federal de Viação.

Art. 40. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão adequar suas estruturas administrativas para assumirem segmentos da infra-estrutura viária federal e a execução de obras e serviços que lhes forem outorgados pela União.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 41. Fica a União autorizada a realizar investimentos nas rodovias objeto da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, ainda não transferidas a Estado ou ao Distrito Federal, desde que destinados a:

I – manter condições normais de tráfego até a efetivação da transferência;

II – proporcionar as condições técnicas para efetivação da transferência, mediante projeto de restauração aprovado pela unidade da Federação para a qual a rodovia será transferida.

Parágrafo único. A realização dos investimentos a que se refere o inciso II fica condicionada a prévio compromisso do Estado ou Distrito Federal de receber definitivamente a rodovia beneficiada.

Art. 42. Para garantir a continuidade e a qualidade do atendimento aos usuários, a União poderá prorrogar por prazo de até 15 (quinze) anos, contados da data de publicação desta Lei, as permissões e autorizações de prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros alcançadas pelo art. 42 da Lei nº 8.987, de 13 fevereiro de 1995, desde que requerido pelo permissionário, observada a necessidade de assinatura de novo contrato de permissão que contenha cláusula de renúncia a eventuais direitos preexistentes que contrariem as disposições da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Parágrafo único. O requerimento de prorrogação pelo permissionário deverá ser apresentado no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 43. O art. 2º da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

“Art. 2º

XIV – navegação de travessia: aquela realizada:

- a) transversalmente aos cursos dos rios e canais;
- b) entre dois pontos das margens em lagos, lagoas, baías, angras e enseadas;
- c) entre ilhas e margens de rios, de lagos, lagoas, baías, angras e enseadas, numa extensão inferior a onze milhas náuticas;
- d) entre dois pontos de uma mesma rodovia ou ferrovia interceptada por corpo de água.” (NR)

Art. 44. Ficam aprovadas as relações constantes dos Anexos desta Lei, que descrevem os componentes físicos da infra-estrutura existente ou planejada dos transportes rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário, com as respectivas regras de nomenclatura, que passam a compor o Sistema Federal de Viação, sob jurisdição da União.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Art. 46. Revogam-se a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; os arts. 1º a 3º da Lei nº 6.261, de 14 de novembro de 1975; a Lei nº 6.346, de 6 de julho de 1976; os arts. 1º a 3º da Lei nº 6.406, de 21 de março de 1977; a Lei nº 6.504, de 13 de dezembro de 1977; a Lei nº 6.555, de 22 de agosto de 1978; a Lei nº 6.574, de 30 de setembro de 1978; a Lei nº 6.630, de 16 de abril de 1979; a Lei nº 6.648, de 16 de maio de 1979; a Lei nº 6.671, de 4 de julho de 1979; a Lei nº 6.776, de 30 de abril de 1980; a Lei nº 6.933, de 13 de julho de 1981; a Lei nº 6.976, de 14 de dezembro de 1981; a Lei nº 7.003, de 24 de junho de 1982; a Lei nº 7.436, de 20 de dezembro de 1985; a Lei nº 7.581, de 24 de dezembro de 1986; a Lei nº 9.060, de 14 de junho de 1995; a Lei nº 9.078, de 11 de julho de 1995; a Lei nº 9.830, de 2 de setembro de 1999; a Lei nº 9.852, de 27 de outubro de 1999; a Lei nº 10.030, de 20 de outubro de 2000; a Lei nº 10.031, de 20 de outubro de 2000; a Lei nº 10.540, de 1º de outubro de 2002; a Lei nº 10.606, de 19 de dezembro de 2002; a Lei nº 10.680, de 23 de maio de 2003; a Lei nº 10.739, de 24 de setembro de 2003; a Lei nº 10.789, de 28 de novembro de 2003; a Lei nº 10.960, de 7 de outubro de 2004; a Lei nº 11.003, de 16 de dezembro de 2004; a Lei nº 11.122, de 31 de maio de 2005; os arts. 2º a 7º da Lei nº 11.297, de 9 de maio de 2006; o art. 20 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006; a Lei nº 11.475, de 29 de maio de 2007; o art. 12 da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007; o art. 11 da Lei nº 11.518, de 5 de setembro de 2007; a Lei nº 11.550, de 19 de novembro de 2007; a Lei nº 11.701, de 18 de junho de 2008; a Lei nº 11.729, de 24 de junho de 2008; a Lei nº 11.731, de 26 de junho de 2008; e os arts. 1º a 3º da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

ANEXO I
SUBSISTEMA RODOVIÁRIO FEDERAL
RELAÇÃO DESCRITIVA DAS RODOVIAS

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
	RODOVIAS RADIAIS				
010	Brasília - Paraná - Porto Nacional - Palmas - Carolina - Estreito - Porto Franco - São Miguel do Guamá - Belém	DF / GO / TO / MA / PA	1.951,2		
020	Brasília - Posse - Barreiras - Picos - Fortaleza	DF / GO / BA / PI / CE	2.081,0	010	33,6
040	Brasília - Três Marias - Belo Horizonte - Barbacena - Juiz de Fora - Três Rios - Rio de Janeiro (Praça Mauá)	DF / GO / MG / RJ	1.178,7		
050	Brasília - Cristalina - Uberlândia - Uberaba - Ribeirão Preto - Campinas - São Paulo - Santos	DF / GO / MG / SP	1.036,2	040	95,7
060	Brasília - Anápolis - Goiânia - Rio Verde - Jataí - Campo Grande - Fronteira com o Paraguai	DF / GO / MS	1.397,8		
070	Brasília - Jaraguá - Aragarças - Barra do Garças - Cuiabá - Cáceres - Fronteira com a Bolívia	DF / GO / MT	1.320,5		
080	Brasília - Uruaçu - São Miguel do Araguaia - Luiz Alves (Divisa GO/MT) - Aló Brasil - São José do Xingu - Matupá - Cotriguaçu - Colniza - Nova União - Machadinho d'Oeste - Vale do Inaí - Ariquemes	DF / GO / MT / RO	1.850,0		
	RODOVIAS LONGITUDINAIS				
101	Touros - Natal - João Pessoa - Recife - Maceió - Aracaju - Feira de Santana - Itabuna - São Mateus - Vitória - Campos - Niterói - Rio de Janeiro - Mangaratiba - Angra dos Reis - Caraguatatuba - Santos - Iguape - Antonina - Joinville - Itajaí - Florianópolis - Tubarão - Osório - São José do Norte - Rio Grande	RN / PB / PE / AL / SE / BA / ES / RJ / SP / PR / SC / RS	4.563,1	040	12,6
104	Macaú - Pedro Avelino - Lajes - Cerro Corá - Ligação - Santa Cruz - Campina Grande - Caruaru - Maceió	RN / PB / PE / AL	674,6	101	6,2
110	Areia Branca - Mossoró - Augusto Severo - Patos - Monteiro - Cruzeiro do Nordeste - Petrolândia - Paulo Afonso - Ribeira do Pombal - Alagoinhas - entroncamento com BR-324	RN / PB / PE / BA	1.059,3	101	13,2

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
116	Fortaleza - Russas - Jaguaribe - Salgueiro - Canudos - Feira de Santana - Vitória da Conquista - Teófilo Otoni - Muriaé - Leopoldina - Além Paraíba - Teresópolis - entroncamento com BR-493 - entroncamento com BR-040 - Rio de Janeiro - Barra Mansa - Lorena - São Paulo - Registro - Curitiba - Lages - Porto Alegre - Pelotas - Jaguarão	CE / PB / PE / BA / MG / RJ / SP / PR / SC / RS	4.564,1	040 / 101	19,8
120	Araçuaí - Capelinha - Guanhães - Itabira - Nova Era - São Domingos da Prata - Ponte Nova - Ubá - Cataguases - Leopoldina - Providência - Volta Grande - Bom Jardim - Ponta do Forno	MG / RJ	989,2		
122	Chorozinho (BR-116) - Iguatu - Juazeiro do Norte - Petrolina - Juazeiro - Urandi - Montes Claros	CE / PE / BA / MG	1.801,9	116	4,5
135	São Luís - Peritoró - Pastos Bons - Bertolínea - Bom Jesus - Corrente - Cristalândia do Piauí - Barreiras - Correntina - Montalvânia - Januária - Montes Claros - Curvelo - Cordisburgo - Belo Horizonte	MA / PI / BA / MG	2.520,3	020 / 040	136,2
146	Patos de Minas - Araxá - Poços de Caldas - Bragança Paulista	MG / SP	683,0		
153	Marabá - Araguaína - Gurupi - Ceres - Goiânia - Itumbiara - Prata - Frutal - São José do Rio Preto - Ourinhos - Irati - União da Vitória - Porto União - Erechim - Passo Fundo - Soledade - Cachoeira do Sul - Bagé - Aceguá	PA / TO / GO / MG / SP / PR / SC / RS	3.565,0	060 / 080	57,0
154	Itumbiara - Ituiutaba - Campina Verde - Nhandeara - entroncamento com BR-153	GO / MG / SP	465,3		
156	Fronteira com a Guiana Francesa - Oiapoque - Calçoene - Macapá - Cachoeira de Santo Antônio - Laranjal do Jari	AP	804,2		
158	Marabá (entroncamento com BR-230) - Xinguara - Redenção - Ribeirão Cascalheira - Nova Xavantina - Aragarças - Jataí - Cassilândia - Paranaíba - Três Lagoas - Brasilândia - Panorama - Presidente Venceslau - Campo Mourão - Laranjeiras do Sul - Maravilhas - Irai - Cruz Alta - Santa Maria - Rosário do Sul - Santana do Livramento	PA / MT / MS / GO / SP / PR / SC / RS	3.696,2	060 / 070	37,4
163	Fronteira com o Suriname - Tiríós - Óbidos - Alenquer - Santarém - Cachimbo - Cuiabá - Rondonópolis - Campo Grande - Rio Brillhante - Dourados - Guaira - Barracão - São Miguel D'Oeste - Itapiranga - Tenente Portela	PA / MT / MS / PR / SC / RS	4.483,5	060 / 070	216,0
174	Fronteira com a Venezuela - Boa Vista - Caracará - Manaus - Canumã - Vilhena	RR / AM / MT	2.558,0		
	RODOVIAS TRANSVERSAIS				

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
210	Macapá - Caracará - Içana - Fronteira com a Colômbia	AP / PA / RR / AM	2.464,7	156 / 163 / 174	400,0
222	Fortaleza - Piripiri - Itapecuru-Mirim - Santa Inês - Açailândia - Marabá - entroncamento com BR-158	CE / PI / MA	1.558,1	010 / 020 / 135	120,6
226	Natal - Santa Cruz - Currais Novos - Augusto Severo - Pau dos Ferros - Jaguaribe - Crateús - Teresina - Presidente Dutra - Grajaú - Porto Franco - entroncamento com BR-153	RN / CE / PI / MA / TO	1.745,6	010 / 104 / 110 / 116 / 135	112,7
230	Cabedelo - João Pessoa - Campina Grande - Patos - Cajazeiras - Lavras da Mangabeira - Picos - Floriano - Pastos Bons - Balsas - Carolina - Estreito - Marabá - Altamira - Itaituba - Jacareacanga - Humaitá - Lábrea - Benjamin Constant	PB / PE / PI / MA / TO / PA / AM	4.995,7	010 / 020 / 101 / 116 / 135 / 153 / 163	345,7
232	Recife - Arco Verde - Salgueiro - Parnamirim	PE	557,1		
235	Aracaju - Jeremoabo - Canudos - Juazeiro - Petrolina - Remanso - Caracol - Bom Jesus - Alto Parnaíba - Araguacema - Cachimbo	SE / BA / PE / PI / PA	2.549,9	101 / 135	155,9
242	São Roque - Seabra - Ibotirama - Barreiras - Luís Eduardo Magalhães - Paraná - Querência - Gaúcha do Norte - Nova Ubitatã - Sorriso - Brasnorte - Juína	BA / TO / MT	2.691,0	010 / 020 / 101 / 122 / 135 / 153 / 158	168,4
251	Ilhéus - Pontal - Buerarema - Camacan - Salinas - Montes Claros - Unaí - Brasília - Ceres - Cocalinho - Campinápolis - Marzagão - Fazenda São João - Novo Diamantino - Cuiabá - Tangará da Serra - Reserva do Cabaçal - Pontes e Lacerda - Vila Bela da Santíssima Trindade - Fronteira com a Bolívia	BA / MG / DF / GO / MT	3.520,0	080 / 101 / 116 / 122 / 158	147,9
259	João Neiva (BR-101) - Governador Valadares - Guanhanês - Serro - Gouveia - Curvelo - Felixlândia (BR-040)	ES / MG	732,9	116 / 135	9,7
262	Vitória - Realeza - Belo Horizonte - Araxá - Uberaba - Frutal - Icém - Três Lagoas - Campo Grande - Aquidauana - Porto Esperança - Corumbá	ES / MG / SP / MS	2.294,8	040 / 060 / 101 / 153	148,4

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
265	Muriáé - Barbacena - São João Del Rei - Lavras - Boa Esperança - Carmo do Rio Claro - São Sebastião do Paraíso - Bebedouro - São José do Rio Preto	MG / SP	921,7	120	19,6
267	Leopoldina - Juiz de Fora - Caxambu - Poços de Caldas - Araraquara - Lins - Presidente Venceslau - Rio Brillante - Porto Murtinho	MG / SP / MS	1.921,9	050 / 060 / 146 / 163	74,3
272	São Paulo - Sorocaba - Ibaiti - Campo Mourão - Goio Ere - Guaira	SP / PR	904,1	153 / 158 / 163	11,6
277	Paranaguá - Curitiba - Irati - Relógio - Laranjeiras do Sul - Cascavel - Foz do Iguaçu	PR	760,8	116	23,6
280	São Francisco do Sul - Joinville - Porto União - São Lourenço do Oeste - Barracão - Dionísio Cerqueira	SC / PR	634,1	116 / 153 / 158 / 163	90,1
282	Florianópolis - Lages - Joaçaba - São Miguel D'Oeste - Fronteira com Argentina	SC	680,4	101	11,1
283	Campos Novos (BR-282) - Capinzal - Concórdia - Seara - Chapecó - São Carlos - Palmito - Mondai - Itapiranga - fronteira com a Argentina	SC	350,7	158 / 282	3,8
285	Araranguá - Jacinto Machado - Timbé - Bom Jesus - Vacaria - Passo Fundo - Santo Ângelo - São Borja	SC / RS	747,8	101 / 116 / 153	17,1
287	Montenegro - Santa Cruz do Sul - Rincão dos Cabrais - Santa Maria - Santiago - São Borja	RS	538,3	153 / 158 / 287	28,5
290	Osório - Porto Alegre - São Gabriel - Alegrete - Uruguaiana	RS	730,5	116 / 153	75,0
293	Pelotas - Bagé - Santana do Livramento - Quaraí - Ponte da Concórdia - Uruguaiana	RS	535,7	116 / 158 / 290	62,9
RODOVIAS DIAGONAIS					
304	Natal - Lajes - Mossoró - Aracati - Boqueirão do Cesário	RN / CE	424,6	101	10,2
307	Fronteira com a Venezuela - Içana - Benjamin Constant - Cruzeiro do Sul - Porto Valter - Marechal Taumaturgo	AM	1.707,4		

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
308	Belém - Capanema - Bragança - Vizeu - Carutapera - Turiacu - Madragoa - Cururupu - Mirinzal - Joaquim Antônio - Bequimano - entroncamento com MA-106 - Itaúna	PA / MA	633,6	010	105,5
316	Belém - Capanema - Peritoró - Teresina - Picos - Pamamirim - Cabrobó - Floresta - Petrolândia - Palmeiras dos Índios - Maceió	PA / MA / PI / PE / AL	2.056,1	010 / 020 / 110 / 135 / 222 / 226 / 230 / 308	188,3
317	Lábrea - Boca do Acre - Rio Branco - Xapuri - Brasília - Assis Brasil - Fronteira com o Peru	AM / AC	942,4		
319	Manaus - Careiro - Humaitá - Porto Velho - entroncamento com BR-364 (Trevo do Roque)	AM / RO	885,4	230	22,9
324	Balsas (entroncamento com BR-230) - Ribeiro Gonçalves - São Raimundo Nonato (entroncamento com BR-020) - Remanso (entroncamento com BR-235) - Jacobina - Capim Grosso - Feira de Santana - Salvador	MA / PI / BA	1.270,9	116 / 135	112,2
330	Balsas - Bom Jesus - Xiquexique - Seabra - Jequié - Ubaitaba	MA / PI / BA	1.266,5	116	3,3
342	Carinhanha - Espinosa - Salinas - Araçuaí - Teófilo Otoni - Linhares	BA / MG / ES	784,1	116	66,3
343	Luís Correia - Parnaíba - Piripiri - Teresina - Floriano - Bertolínea	PI	751,6	135 / 222 / 226 / 230 / 316 / 324	221,7
349	Araçaju - entroncamento com BR-101 - Itapicuru - Olindina - Mundo Novo - Seabra - Bom Jesus da Lapa - Santa Maria da Vitória - Correntina - Posse (entroncamento com BR-020)	SE / BA / GO	1.247,8	020 / 101 / 122 / 235 / 242	117,3
352	Goiânia - Ipameri - Patos de Minas - Arapuá - Tiros - Cedro do Abaeté - Abaeté - Pitangui - Pará de Minas	GO / MG	817,3	050 / 146	28,1
354	Cristalina - Patos de Minas - Formiga - Lavras - Cruzília - Caxambu - Vidinha - Engenheiro Passos	GO / MG / RJ	852,7	146 / 262 / 267 / 352	97,1
356	Belo Horizonte - Muriaé - Campos - São João da Barra	MG / RJ	472,9	040 / 101 / 120	37,7

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
359	Cocalinho - Alto Taquari - Alcinópolis - Coxim - Corumbá	GO / MT	1.216	262	13,7
361	Patos - Piancó - São José do Belmonte - entroncamento com BR-232	PB / PE	260,3		
363	Baía de Santo Antônio (Porto) - Alto da Bandeira	PE (Fernando de Noronha)	13,6		
364	Limeira - Matão - Frutal - Campina Verde - Chaveslândia - São Simão - Jataí - Rondonópolis - Cuiabá - Cáceres - Vilhena - Porto Velho - Abunã - Rio Branco - Sena Madureira - Feijó - Tarauacá - Cruzeiro do Sul - Mâncio Lima - fronteira com Peru	SP / MG / GO / MT / RO / AC	4.379,3	060 / 153 / 163	426,9
365	Montes Claros - Pirapora - Patos de Minas - Patrocínio - Uberlândia - Ituiutaba - Chaveslândia	MG	875,7	050 / 364	22,2
367	Santa Cruz de Cabrália - Coroa Vermelha - Porto Seguro - Aracaju - Diamantina - Gouveia	BA / MG	793,3	259 / 342	14,9
369	Oliveira - Campo Belo - Boa Esperança - Campos Gerais - Alfenas - Serrania - Cacoede - Pirassununga - Ourinhos - Londrina - Apucarana - Jandaia do Sul - Campo Mourão - Cascavel	MG / SP / PR	1.232,0	153 / 158 / 265 / 267 / 272 / 354	104,2
373	Limeira - Itapetinga - Apiaí - Ponta Grossa - Três Pinheiros - Francisco Beltrão - Barracão	SP / PR	961,9	163 / 280 / 272 / 277	182,1
374	Presidente Venceslau - Ourinhos - Avaré - Boituva - São Paulo	SP	573,9		
376	Dourados - Paranavai - Maringá - Apucarana - Ponta Grossa - São Luiz do Purunã - Curitiba - Garuva (entroncamento com BR-101)	MS / PR / SC	977,0	101 / 116 / 158 / 277 / 369 / 373	121,6
377	Carazinho - Santa Bárbara - Cruz Alta - Santiago - Alegrete - Quaraí	RS	505,5	158 / 285 / 290	112,8
381	São Mateus - Nova Venécia - Barra de São Francisco - Mantena - Central de Minas - Divino das Laranjeiras - Governador Valadares - Ipatinga - Belo Horizonte - Betim - Pouso Alegre - Bragança Paulista - São Paulo	ES / MG / SP	1.264,2	040 / 262	44,5
383	Conselheiro Lafaiete - São João Del Rei - Caxambu - Vidinha - Itajubá - Campos do Jordão - Pindamonhangaba - Ubatuba	MG / SP	571,4	040 / 116 / 267 / 354	54,0

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
386	São Miguel D'Oeste - Irai - Carazinho - Soledade - Porto Alegre	SC / RS	531,7	153 / 158 / 163 / 287 / 377	160,6
392	Rio Grande (Porto) - Pelotas - Santa Maria - Tupanciretã - Santo Ângelo - fronteira com a Argentina	RS	715,8	116 / 158	88,5
393	Cachoeiro do Itapemirim - Itaperuna - Além Paraíba - Três Rios - Volta Redonda - entroncamento com BR-116	ES / RJ	458,2	040 / 116	5,1
	RODOVIAS DE LIGAÇÃO				
401	Boa Vista - Normandia - fronteira com a Guiana	RR	194,2		
402	Entroncamento com BR-135 - Paraiaba (BR-343) - Granja - Itaipoca - Umirim (entroncamento com BR-222)	MA / PI / CE	713,3	343	18,4
403	Acarau - Sobral - Crateús (entroncamento com BR-226)	CE	338,0	222 / 402	141,3
404	Piripiri - Crateús - Novo Oriente - Catarina - Iguatu - Icó	PI / CE	487,8	122 / 343	5,5
405	Mossoró - Jucuri - Mulungu - Apodi - Itaú - São Francisco do Oeste - Pau dos Ferros - Rafael Fernandes - José da Penha - Uirauna - Antenor Navarro - Marizópolis (entroncamento com BR-230)	RN / PB	255,0		
406	Macau - Jandaira - João Câmara - Natal	RN	175,4	101 / 104	10,3
407	Piripiri - São Miguel do Tapuio - Pimenteiras - Bocaina - Picos - Petrolina - Juazeiro - Capim Grosso - Rui Barbosa - Iramaia - Contendas do Sincorá - Sussuarana (entroncamento com BR-030) - Anagé (entroncamento com BR-116)	PI / PE / BA	1.482,6	020 / 230 / 235 / 242 / 343 / 404	90,0
408	Campina Grande - Recife	PB / PE	188,3	230	30,3
409	Feijó - Santa Rosa	AC	152,0		
410	Ribeira do Pombal - Tucano	BA	33,8		
411	Entroncamento com BR-307 - Elvira (fronteira com a Colômbia)	AM	85,0		
412	Farinha - Sumé - Monteiro	PB	146,6	110	17,6
413	Entroncamento com BR-307 - Caxias (Estrão do Equador) (fronteira com a	AM	40,0		

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
	Colômbia)				
414	Porangatu - Niquelândia - Anápolis	GO	441,7	070 / 153 / 251	51,6
415	Ilhéus - Itabuna - Vitória da Conquista	BA	201,3		
416	Entroncamento com BR-101 (Novo Lino) - Colônia Leopoldina - Ibateguara - entroncamento com BR-104 (São José da Laje)	AL	62,7	101 / 104	12,7
417	Afuá - Anajás - Ponta de Pedra	PA (Ilha de Marajó)	235,0		
418	Caravelas - Nauque - Carlos Chagas - Teófilo Otoni	BA/MG	302,2		
419	Entroncamento com BR-163 - Rio Verde de Mato Grosso - Aquidauana - Jardim (entroncamento com BR-060)	MT	381,7	060 / 163	64,1
420	Pojuca (entroncamento com BR-110) - Santo Amaro - São Roque - Nazaré - Laje - Mutuipe - Jequiriçá - Ubaira - Santa Inês - Itaquara - Jaguaquara - entroncamento com BR-116	BA	354,8	101 / 110 / 242 / 324	65,7
422	Entroncamento com BR-230 - Tucuruí - Cameté - Limoeiro do Ajuru	PA	335,7		
423	Caruaru - Garanhuns - Paulo Afonso - Juazeiro	PE / BA	542,8	110 / 232	24,6
424	Arco Verde - Garanhuns - Maceió	PE / AL	261,6	316	18,0
425	Abunã - Guajará-Mirim	RO	142,7	364	17,7
426	Entroncamento com BR-230 - Santana dos Garrotes - Princesa Isabel - entroncamento com BR-232	PB / PE	200,3	361	5,0
427	Currais Novos - Pombal	RN / PB	198,7	226	1,4
428	Cabrobó (entroncamento com BR-116) - Petrolina	PE	193,4	122 / 316	63,8
429	Ji-Paraná (entroncamento com BR-364) - Costa Marques (Rio Guaporé)	RO	385,9	364	41,9
430	Barreiras - Santana - Bom Jesus da Lapa - Caetitê	BA	414,7	242 / 349	90,7
431	Jundiá (entroncamento com BR-174) - Santa Maria do Boiaçu	RR	125,0		
432	Entroncamento com BR-401 - Cantá - Novo Paraíso - entroncamento com BR-174/BR-210	RR	217,2		

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
433	Entroncamento com BR-401 (km 183) - Boa Vista - Normandia - entroncamento com BR-174 (km 675,5)	RR	191,0		
434	Uiraúna (entroncamento com BR-405) - Poço D'Antas - divisa PB/CE - Icó (entroncamento com BR-116)	PB / CE	75,0		
436	Entroncamento com BR-158 (Aparecida do Taboado) - ponte rodoferroviária sobre o rio Paraná	MS	14,4		
437	Entroncamento com BR-405 (Jucuri) - Divisa RN/CE - entroncamento com BR-116	RN / CE	77,0		
439	Barra do Bugre - Cáceres	MT	146,0		
440	Entroncamento BR-040- entroncamento com BR-267 (Juiz de Fora)	MG	9,0		
445	Entroncamento com BR-290 - São Gabriel - entroncamento com BR-293 (Dom Pedrito)	RS	90,0		
447	Porto de Vitória (Cais de Capuaba) - entroncamento com BR-262	ES	13,9		
448	Entroncamento com BR-116/RS-118 - entroncamento com BR-290	RS	22,0		
450	Entroncamento com BR-020 - entroncamento com BR-040	DF	36,8		
451	Bocaiúva (BR-135) - Governador Valadares	MG	439,5	116 / 120 / 367	84,2
452	Rio Verde - Itumbiara - Tupaciguara - Uberlândia - Araxá	GO / MG	508,9	050 / 153 / 154 / 365	70,4
453	Entroncamento com BR-287 - Lajeado - Caxias do Sul - Aratinga - Torres	RS	324,7	386	5,1
454	Porto Esperança - Forte Coimbra (fronteira com a Bolívia)	MT	71,0		
455	Uberlândia - Campo Florido - Planura	MG	137,3		
456	Nhandeara - São José do Rio Preto - Matão	SP	218,2		
457	Cristalina - Goiânia	GO	235,8	050	29,5
458	Conselheiro Pena - Tarumirim - Iapu - entroncamento com BR-381	MG	175,9	116	15,7
459	Poços de Caldas - Lorena (entroncamento com BR-116) - Mabucaba (entroncamento com BR-101)	MG / SP	391,5	101 / 116 / 146	68,0

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
460	Cambuçira - Lambari - São Lourenço	MG	84,3		
461	Divisa SP/MG (Hidroelétrica de água Vermelha) - Iturama (entroncamento com BR-497) - União de Minas - entroncamento com BR-365 (Chaveslândia)	MG	110,0		
462	Patrocínio - Perdizes - entroncamento com BR-262	MG	100,6	452	4,6
463	Dourados - Ponta Porã	MS	112,5		
464	Inuitaba - Prata - Uberaba - entroncamento com BR-146	MG	494,9	050	34,9
465	Garganta Viúva Graça (entroncamento com BR-116) - Santa Cruz (entroncamento com BR-101)	RJ	31,9	101	9,1
466	Apucarana - Ivaiporã - Pitanga - Guarapuava - União da Vitória - Porto União	PR / SC	433,4	153 / 369 / 376	28,7
467	Porto Mendes - Toledo - Cascavel	PR	120,9	163	79,7
468	Palmeira das Missões (entroncamento com BR-158) - Coronel Bicaço - Campo Novo - Três Passos - fronteira com a Argentina	RS	140,3		
469	Porto Meira - Foz do Iguaçú - Parque Nacional	PR	35,3		
470	Navegantes - Itajaí - Blumenau - Curitiba - Campos Novos - Lagoa Vermelha - Nova Prata - Montenegro - São Jerônimo - Camaquã (entroncamento com BR-116)	SC / RS	833,4		
471	Soledade - Santa Cruz do Sul - Encruzilhada do Sul - Canguçu - Pelotas - Chuí	RS	671,2		
472	Frederico Whestphalen - Três Passos - Santa Rosa - Porto Lucena - Porto Xavier - São Borja - Itaquí - Uruguai - Barra do Quaraí	RS	649,5	290 / 468	13,1
473	São Gabriel (BR-290) - Bagé (BR-293) - Aceguá - Herval - entroncamento com BR-471	RS	392,8	153 / 290	60,3
474	Aimorés - Ipanema - Caratinga	MG	166,9		
475	Lage - Tubarão	SC	214,4	101 / 282	63,9
476	Apiáí - Curitiba - Lapa - São Mateus - Porto União	SP / PR / SC	400,9		

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
477	Canoinhas - Papanduva - Blumenau	SC	213,9	116 / 470	18,6
478	Limeira - Sorocaba - Registro - Cananéia	SP	321,6	116	50,8
479	Januária - Arinos - Brasília	MG / GO / DF	470,0		
480	Pato Branco - entroncamento com BR-280 - São Lourenço do Oeste - Xanxerê - Chapecó - Erechim	PR / SC / RS	259,2	158 / 282	66,7
481	Cruz Alta - Arroio do Tigre - Sobradinho - entroncamento com BR-287 (Rincão dos Cabrais)	RS	175,2		
482	Safrá (entroncamento com BR-101) - Cachoeiro do Itapemirim - Jerônimo Monteiro - Guaçuí - Carangola - Fervedouro (BR-116) - Viçosa - Piranga - Conselheiro Lafaiete (entroncamento com BR-040/BR-383)	ES / MG	406,8	356	29,9
483	Itumbiara - Paranaíba	GO / MS	329,3	154 / 364	21,5
484	Colatina - Itaguaçu - Afonso Cláudio - Guaçuí - São José do Calçado - Bom Jesus do Itabapoana - Itaperuna	ES / RJ	343,4	262 / 356 / 393	55,9
485	Entroncamento com BR-116 - Parque Nacional das Agulhas Negras - Vale dos Lírios - Garganta do Registro (entroncamento com BR-354)	RJ / MG	51,4		
486	Itajaí - Brusque - Vidal Ramos - Bom Retiro (entroncamento com BR-282)	SC	182,4	101	2,4
487	Porto Felicidade (entroncamento com BR-163) - Pontal do Tigre - Campo Mourão - Ponta Grossa	MS / PR	659,9	163 / 272 / 373	99,5
488	Entroncamento com BR-116 - Santuário Nacional de Aparecida	SP	5,9		
489	Prado - entroncamento com BR-101	BA	51,5		
490	Campo Alegre (BR-050) - Ipameri - Caldas Novas - Morrinhos (BR-153)	GO	181,0		
491	São Sebastião do Paraíso (entroncamento com BR-265) - Monte Santo de Minas - Arceburgo - Guaxupé - Alfenas - Varginha - entroncamento com BR-381	MG	263,6	146	29,2
492	Morro do Coko (BR-101) - Cardoso Moreira (BR-356) - São Fidélis - Cordeiro - Nova Friburgo - Bom Sucesso - Sobradinho (BR-116) - Posse (BR-040) - Pedro do Rio (BR-040) - Avelar - Maçambará (BR-393)	RJ	390,5	040 / 116 / 356	16,6

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
493	Manilha - Magé - entroncamento com BR-116/BR-040 - Porto de Itaguaí	RJ	124,5	116	22,5
494	Entroncamento com BR-262 - Divinópolis - São João Del Rei - Andrélândia - Volta Redonda - Angra dos Reis	MG / RJ	519,2	101 / 381 / 383 / 393	84,4
495	Teresópolis - Itaipava (BR-040)	RJ	33,4	154 / 483	15,8
496	Pirapora - Corinto	MG	135,7		
497	Uberlândia - Campina Verde - Iturama - Porto Alencastro - entroncamento com BR-158	MG / MS	353,5		
498	Monte Pascoal - entroncamento com BR-101	BA	14,2		
499	Entroncamento com BR-040 - Cabangu	MG	14,9		
TOTAL			127.483,6		7.115,3
TOTAL SEM SUPERPOSIÇÃO			120.368,3		

ANEXO II
SUBSISTEMA RODOVIÁRIO FEDERAL
REDE DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (RINTER)
RELAÇÃO DESCRITIVA DAS RODOVIAS

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
	RODOVIAS RADIAIS				
010	Brasília - Paraná - Porto Nacional - Palmas - Carolina - Estreito - Porto Franco - São Miguel do Guamá - Belém	DF / GO / TO / MA / PA	1.951,2		
020	Brasília - Posse - Barreiras - Picos - Fortaleza	DF / GO / BA / PI / CE	2.081,0	010	33,6
040	Brasília - Três Marias - Belo Horizonte - Barbacena - Juiz de Fora - Três Rios - Rio de Janeiro (Praça Mauá)	DF / GO / MG / RJ	1.178,7		
050	Brasília - Cristalina - Uberlândia - Uberaba - Ribeirão Preto - Campinas - São Paulo - Santos	DF / GO / MG / SP	1.036,2	040	95,7
060	Brasília - Anápolis - Goiânia - Rio Verde - Jataí - Campo Grande - fronteira com Paraguai	DF / GO / MS	1.397,8		
070	Brasília - Jaraguá - Aragarças - Barra do Garças - Cuiabá - Cáceres - fronteira com Bolívia	DF / GO / MT	1.320,5		
080	Brasília - Uruaçu	DF / GO	228,6		
	RODOVIAS LONGITUDINAIS				
101	Touros - Natal - João Pessoa - Recife - Maceió - Aracaju - Feira de Santana - Itabuna - São Mateus - Vitória - Campos - Niterói - Rio de Janeiro - Mangaratiba - Angra dos Reis - Caraguatatuba - Santos - Iguape - Antonina - Joinville - Itajaí - Florianópolis - Tubarão - Osório	RN / PB / PE / AL / SE / BA / ES / RJ / SP / PR / SC / RS	4.563,1	040	12,6
116	Fortaleza - Russas - Jaguaribe - Salgueiro - Canudos - Feira de Santana - Vitória da Conquista - Teófilo Otoni - Muriaé - Leopoldina - Além Paraíba - Teresópolis - entroncamento com BR-493 - entroncamento com BR-040 - Rio de Janeiro - Barra Mansa - Lorena - São Paulo - Registro - Curitiba -	CE / PB / PE / BA / MG / RJ / SP / PR / SC / RS	4.564,1	040 / 101	19,8

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
	Lages - Porto Alegre - Pelotas - Jaguarão				
135	São Luís - Peritoró - Pastos Bons - Bertolínea - Bom Jesus - Corrente - Cristalândia do Piauí - Barreiras - Correntina - Montalvânia - Januária - Montes Claros - Curvelo - Cordisburgo - Belo Horizonte	MA / PI / BA / MG	2.520,3	020 / 040	136,2
153	Marabá - Araguaína - Gurupi - Ceres - Goiânia - Itumbiara - Prata - Frutal - São José do Rio Preto - Ourinhos - Irati - União da Vitória - Porto União - Erechim - Passo Fundo - Soledade - Cachoeira do Sul - Bagé - Aceguá	PA / TO / GO / MG / SP / PR / SC / RS	3.565,0	060 / 080	57,0
156	Fronteira com Guiana Francesa - Oiapoque - Calçoene - Macapá - Cachoeira de Santo Antônio - Laranjal do Jari	AP	804,20		
158	Marabá (entroncamento com BR-230) - Xinguara - Redenção - Ribeirão Cascalheira - Nova Xavantina - Aragarças - Jataí	PA / MT / GO	1.966,5	070	10,2
163	Santarém - Cachimbo - Cuiabá - Rondonópolis - Campo Grande - Rio Brilhante - Dourados - Guaira - Barracão - São Miguel D'Oeste	PA / MT / MS / PR / SC	3.356,0	060 / 070	216,0
174	Fronteira com Venezuela - Boa Vista - Caracará - Manaus	RR / AM	1.000,9		
RODOVIAS TRANSVERSAIS					
222	Fortaleza - Sobral - Piripiri	CE / PI	424,0	020	11,5
226	Estreito - Araguaína	MA / TO	123,8	153	52,0
230	Cabedelo - João Pessoa - Campina Grande - Patos - Cajazeiras - Lavras da Mangabeira - Picos - Floriano - Pastos Bons - Balsas - Carolina - Estreito - Marabá - Altamira - Itaituba - Jacareacanga - Humaitá - Lábrea	PB / PE / PI / MA / TO / PA / AM	4.284,4	010 / 020 / 101 / 116 / 135 / 153 / 163	345,7
232	Recife - Arco Verde - Salgueiro - Pamamirim	PE	557,1		
242	São Roque - Seabra - Ibotirama - Barreiras - Luís Eduardo Magalhães	BA	889,5		

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
251	Entroncamento com BR-116 - Salinas - Montes Claros	MG	349,1		
262	Vitória - Realeza - Belo Horizonte - Araxá - Uberaba - Frutal - Icém - Três Lagoas - Campo Grande - Aquidauana - Porto Esperança - Corumbá	ES / MG / SP / MS	2.294,8	040 / 060 / 101 / 153	148,4
277	Paranáguá - Curitiba - Irati - Relógio - Laranjeiras do Sul - Cascavel - Foz do Iguaçu	PR	760,8	116	23,6
282	Florianópolis - Lages - Joaçaba - São Miguel D'Oeste - Fronteira com Argentina	SC	680,4	101	11,1
285	Vacaria - Passo Fundo - Santo Angelo - São Borja	RS	377,5		
290	Osório - Porto Alegre - São Gabriel - Alegrete - Uruguaiana	RS	730,5	116 / 153	75,0
RODOVIAS DIAGONAIS					
304	Natal - Lajes - Mossoró - Aracati - Boqueirão do Cesário	RN / CE	424,6	101	10,2
316	Belém - Capanema - Peritoró - Teresina - Picos - Parnamirim	PA / MA / PI / PE	1.470,6		
317	Rio Branco - Xapuri - Brasília - Assis Brasil - fronteira com Peru	AC	344,7		
319	Manaus - Careiro - Humaitá - Porto Velho	AM / RO	885,4	230	22,9
324	Capim Grosso - Feira de Santana - Salvador	BA	270,2	116	18,7
343	Luís Correia - Parnaíba - Piriá - Teresina - Floriano	PI	592,8	230 / 316	88,8
364	Limeira - Matão - Frutal - Campina Verde - Chaveslândia - São Simão - Jataí - Rondonópolis - Cuiabá - Cáceres - Vilhena - Porto Velho - Abunã - Rio Branco - Sena Madureira - Feijó - Tarauacá - Cruzeiro do Sul - Mâncio Lima - Fronteira com Peru	SP / MG / GO / MT / RO / AC	4.379,3	060 / 153 / 163	426,9
365	Montes Claros - Pirapora - Patos de Minas - Patrocínio - Uberlândia - Ituitaba - Chaveslândia	MG	875,7	050 / 364	22,2

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
369	Ourinhos - Londrina - Jandaia do Sul - Apucarana - Campo Mourão - Cascavel	SP / PR	525,6	153	11,4
376	Dourados - Paranavai - Maringá - Apucarana - Ponta Grossa - São Luiz do Purunã - Curitiba - Garuva	MS / PR	977,0	101 / 116 / 277 / 369	90,9
381	Governador Valadares - Ipatinga - Belo Horizonte - Betim - Pouso Alegre - Bragança Paulista - São Paulo	MG / SP	889,7	040 / 262	44,5
393	Além Paraíba - Três Rios - Volta Redonda - entroncamento com BR-116	RJ	194,0	040 / 116	2,9
	RODOVIAS DE LIGAÇÃO				
401	Boa Vista - Normandia - fronteira com Guiana	RR	194,2		
407	Picos - Petrolina - Juazeiro - Capim Grosso	PI / PE / BA	554,9	020 / 230	10,3
425	Abunã - Guajará-Mirim	RO	142,7		
463	Dourados - Ponta Porã	MS	112,5		
469	Porto Meira - Foz do Iguaçu - Parque Nacional	PR	35,3		
471	Pelotas - Chui	RS	256,9		
485	Entroncamento com BR-116 - Parque Nacional das Agulhas Negras - Vale dos Lirios - Garganta do Registro (BR-354)	RJ / MG	51,4		
488	Entroncamento com a BR-116 - Santuário Nacional de Aparecida	SP	5,9		
493	Entroncamento com BR-101 Norte (Manilha) - Magé - entroncamento com BR-116 Norte (Santa Guilhermina) - Entroncamento com BR-116/BR-040 - entroncamento com BR-116 Sul - entroncamento com BR-101 Sul - porto de Itaguaí	RJ	124,5	116	22,5
498	Monte Pascoal - entroncamento com BR-101	BA	14,2		
499	Entroncamento com BR-040 - Cabangu	MG	14,9		

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
TOTAL			56.343,00		2.020,60
TOTAL SEM SUPERPOSIÇÃO			54.322,40		

ANEXO III
SUBSISTEMA FERROVIÁRIO FEDERAL
RELAÇÃO DESCRITIVA DAS FERROVIAS

EF / AF	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				EF	EXTENSÃO (km)
	FERROVIAS LONGITUDINAIS				
EF-101	Macau - Natal - Paula Cavalcante - Itabaiana - Recife - Escada - Catende - Lourenço Albuquerque - Aracajú - São Francisco	RN/PB/AL/PE/SE/BA	1.772		
AF-101 A	Cabedelo - João Pessoa - Paula Cavalcante	PB	50		
AF-101 B	Prazeres - Cinco Pontas	PE	12		
AF-101 C	Lourenço Albuquerque - Maceió	AL	35		
AF-101 D	Escada - Suape	PE	16		
EF-103	Salvador - Mapele - Araújo Lima - Brumado - Corinto - Sete Lagoas - General Carneiro (BH)	BA / MG	1.646		
EF-105	Pecém - Catuana - Água Verde - Quixeramobim - Arrojado - Missão Velha - Salgueiro - Parnamirim - Petrolina - Juazeiro - Senhor do Bonfim - São Francisco - Camaçari - Mapele	CE / PE / BA	1.330		
AF-105 A	Missão Velha - Crato	CE	37		
AF-105 B	Senhor do Bonfim - Campo Formoso	BA	32		
EF-110	Cachoeiro do Itapemirim - Ponta do Ubu - Vitória	ES	150		
EF-118	Vitória - Cachoeiro do Itapemirim - Murundu - Campos - Visconde de Itaboraí - São Bento - Barão de Mauá - Praia Formosa	ES / RJ	656		
EF-124	Ferrugem - Ibitiré - Jeceaba - Joaquim Murinho - Juiz de Fora - Três Rios - Barra do Pirai - Japeri - Brisamar - Sepetiba	MG / RJ	619		
AF-124 A	Ibitiré - Águas Claras	MG	20		

EF / AF	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				EF	EXTENSÃO (km)
AF-124 B	Japeri - Honório Gurgel - Arará	RJ	62		
AF-124 C	Brisamar - Itaguaí	RJ	5		
AF-124 D	Brisamar - Guaíba	RJ	29		
EF-128	Belo Horizonte - Andaime - Jeceaba - Pátio de Itutinga - Saudade - Barra Mansa	MG / RJ	350		
EF-130	Divinópolis - Engenheiro Bhering - Três Corações - / Cruzeiro	MG / SP	565		
AF-130 A	Três Corações - Varginha	MG	34		
EF-140	Roncador Novo - Brasília	GO / DF	245		
EF-143	Anápolis - Jarina - Roncador Novo - Goiandira - Araguari - Uberlândia - Uberaba - Ribeirão Preto - Aguai - Boa Vista - Mairinque	GO / MG / SP	1.200		
AF-143 A	Jarina - Goiânia	GO	26		
AF-143 B	Aguai - Bauxita	SP / MG	65		
AF-143 C	Goiandira - Catalão	GO	34		
EF-151	Belém - Barcarena - Açailândia - Porto Franco - Araguaína - Colinas do Tocantins - Guaraí - Porto Nacional - Alvorada - Porangatu - Uruaçu - Anápolis - Rio Verde - Aparecida do Taboado - Santa Fé do Sul - Panorama	PA / MA / TO / GO / MG / MS / SP	3.100		
EF-152	Tubarão - Esplanada - Engenheiro Paz Ferreira - Posto União - Rio Fiorita	SC	125		
AF-152 A	Paz Ferreira - Posto Sangão	SC	9		
AF-152 B	Esplanada - Urussanga	SC	33		
EF-153	Iperó - Itapeva - Entroncamento - Pinhalzinho - Uvaranas / Engenheiro Bley - Mafra - Lages - Jaboticaba - Roca Sales -	SP / PR / SC / RS	1.242		

EF / AF	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				EF	EXTENSÃO (km)
	Corvo - General Luz - Pelotas				
AF-153 A	Entroncamento - Apiaí	SP	30		
AF-153 B	Jaboticaba - Bento Gonçalves - Carlos Barbosa	RS	68		
AF-153 C	Corvo - Estrela	RS	14		
EF-154	Marques dos Reis - Jaguariava - Raul de Mesquita - Uvaranas / Engenheiro Gutierrez - Porto União - Passo Fundo - Cruz Alta - Santa Maria - Dilermando de Aguiar - Cacequi - Entroncamento - Santana do Livramento	PR / SC / RS	1.643		
AF-154 A	Jaguariava - Sengés	PR	52		
EF-156	Serra do Navio - Porto Santana	AP	194		
EF-165	Indubrasil - Maracaju - Ponta Porã	MS	304		
EF-170	Santarém - Cuiabá	PA / MT	1.800		
	FERROVIAS TRANSVERSAIS				
EF-201	Mucuripe - Parangaba - Fortaleza - Catuana - Sobral - Nova Russas - Crateús - Altos - Teresina - São Luís	CE / PI / MA	1.218		
AF-201 A	Piçarra - Itaquí	MA	17		
EF-203	Cabedelo - João Pessoa - Paula Cavalcante - Souza - Itabaiana - Arrojado	PB / CE	579		
EF-232	Recife - Salgueiro - Trindade - Araripina - Eliseu Martins - Ribeiro Gonçalves - Balsas - Estreito	PE / PI / MA	1.770	EF-105	65
EF-262	Vitória - Km 15 - Piraqueçu - Governador Valadares - Desembargador Drumont - Itabira - Nova Era - Santa Bárbara - General Carneiro - Eldorado - Divinópolis - Garças de Minas - Ibiá - Patrocínio - Araguari - Uberlândia - Alto Araguaia	ES / MG / GO / MT	1.462	EF-143	46

EF / AF	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				EF	EXTENSÃO (km)
AF-262 A	Km 15 - Tubarão	ES	11		
AF-262 B	Piraqueçu - Portocel - Mucuri	ES	42		
EF-262 C	Desembargador Drumont - Itabira - João Paulo	MG	5		
AF-262 D	Desembargador Drumont - Piçarrão	MG	12		
EF-265	Santos - Perequê - Paratinga - Evangelista de Sousa - Mairinque - Iperó - Rubião Junior - Bauru - Campo Grande - Indubrasil - Agente Inocêncio - Corumbá	SP / MS	1.797		
AF-265 A	Agente Inocêncio - Porto Esperança	MS	4		
AF-265 B	Corumbá - Ladário	MS	6		
EF-266	Itirapina - Bauru - Panorama	SP	506		
EF-267	Panorama - Maracaju - Porto Murinho	SP / MS	750		
EF-270	Rubião Junior - Ourinhos - Presidente Eptácio	SP	567		
EF-271	Rio de Janeiro - Nova Iguaçu - Barra Mansa - Resende - Cruzeiro - Guaratinguetá - São José dos Campos - Mogi das Cruzes - São Paulo - Campinas	RJ / SP	550	381	100
AF-276	Morretes - Antonina	PR	15		
AF-276	Desvio Ribas - Tibagi	PR	17		
EF-276	Paranaguá - Morretes - Pinhais - Araucária - Engenheiro Bley - Desvio Ribas - Uvaranas - Ipiranga - Guarapuava - Cascavel - Foz do Iguaçu	PR / MS	693		
EF-277	Paranaguá - Alexandra - Pinhais	PR	102		
EF-280	Itajai - Santa Cecília - Herval D'Oeste	SC	330		
EF-285	Dilermando de Aguiar - Santiago - São Borja	RS	224		

EF / AF	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				EF	EXTENSÃO (km)
EF-290	Porto Alegre - General Luz - Santa Maria - Dilermando de Aguiar - Cacequi - Entroncamento - Uruguaiana	RS	705	EF 154	122
	FERROVIAS DIAGONAIS				
EF-302	General Carneiro - Esperança - Lafaiete Bandeira - Ponte Nova - Ligação - Recreio - Campos - Goitacazes	MG / RJ	665		
AF-302 A	Miguel Burnier - Joaquim Murinho	MG	20		
EF-315	Ponta da Madeira - Açailândia - Carajás	MA / PA	892		
EF-334	Ilhéus - Brumado - Bom Jesus da Lapa - Barreiras - Luís Eduardo Magalhães - Alvorada - Lucas do Rio Verde	BA / TO / MT	2.675		
EF-348	Garças de Minas - Arcos - Engenheiro Bhering - Barra Mansa - Angra dos Reis	MG / RJ	602		
AF-348 A	Arcos - CSN	MG	12		
EF-350	Corinto - Pirapora - Unai - Luziânia	MG / GO	450		
EF-351	Barra do Pirai - Barra Mansa - Saudade - Cruzeiro - São José dos Campos - Manuel Feio - Campo Limpo Paulista - Jundiá - Campinas	RJ / SP	387		
AF-351 A	Campo Limpo Paulista - Brás	SP	52		
AF-351 B	Manuel Feio - Brás	SP	31		
EF-352	São José dos Campos - Mogi das Cruzes	SP	101		
EF-354	Litoral Norte Fluminense - Muriaé - Ipatinga - Paracatu - Brasília - Uruaçu - Lucas do Rio Verde - Vilhena - Porto Velho - Rio Branco - Cruzeiro do Sul - fronteira com Peru (Boqueirão da Esperança)	RJ / MG / GO / DF / MT / RO / AC	4400	EF-334	500
EF-360	Ribeirão Preto - Itaú	SP / MG	184		

EF / AF	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				EF	EXTENSÃO (km)
EF-362	Manuel Feio - Vila Califórnia - Rio Grande da Serra - Paranaipacaba - Piaçaguera - Areais - Santos	SP	79		
AF-362 A	Rio Grande da Serra - Brás	SP	35		
AF-362 B	Piaçaguera - Conceiçãozinha	SP	17		
EF-363	Araraquara - Colômbia	SP	253		
EF-364	Santos - São Paulo - Campinas - Araraquara - Rubinéia - Aparecida do Taboado - Rondonópolis - Cuiabá	SP / MS / MT	1.724	EF-151	5
EF-365	Ourinhos / Marques dos Reis / Apucarana / Cianorte	SP / PR	413		
EF-370	Pátio de Itutinga - São Paulo	MG / RJ	408		
EF-375	Santos - Samaritã - Cajati	SP	164		
EF-381	Belo Horizonte - Divinópolis - Varginha - Poços de Caldas - Campinas - São Paulo - Sorocaba - Itapetininga - Apiaí - Curitiba	MG / SP / PR	1.150	EF-271	100
EF-385	Araucária - Rio Branco do Sul	PR	81		
EF-390	Rio Grande - Quinta - Pelotas - Bagé - Cacequi	RS	475		
AF-390 A	Quinta - 4ª Seção da Barra	RS	27		
AF-390 B	Pelotas - Porto	RS	20		
	FERROVIAS DE LIGAÇÃO				
EF-401	Catuna - Água Verde	CE	67		
EF-402	Quixeramobim - Nova Russas	CE	200		
EF-403	Arrojado - Souza - Itabaiana	CE / PB	490		
EF-406	Vila Califórnia - Evangelista de Souza	SP	45		
EF-410	Areia Branca - Mossoró - Souza	RN / PB	310		
AF-410	Macaú - Mossoró	RN	100		

EF / AF	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				EF	EXTENSÃO (km)
EF-430	Ibiá - Araxá - Uberaba	MG	273		
AF-430 A	Araxá - Arafértil	MG	12		
EF-431	Patrocínio - Sete Lagoas	MG	230		
EF-435	Ribeirão Preto - Passagem	SP	63		
EF-444	Nova Era - Costa Lacerda - Lafaiete Bandeira - Fábrica	MG	138		
EF-451	São Francisco do Sul - Itajaí - Imbituba	SC	270		
EF-454	Recreio - Três Rios	MG / RJ	128		
EF-463	Ipatinga - Capitão Martins - Ponte Nova - Ubá - Ligação - Furtado Campos - Bica - Três Rios	MG / RJ	412		
EF-471	Roca Sales - Passo Fundo	RS	152		
EF-473	Ipiranga - Apucarana	PR	241		
EF-478	Guarapuava - Engenheiro Gutierrez	PR	139		
EF-482	Raul de Mesquita - Harmonia	PR	116		
EF-484	Maracaju - Dourados - Mundo Novo - Guaíra - Toledo - Cascavel	MS / PR	500		
EF-485	São Francisco do Sul - Mafra - Porto União	SC	460	EF-451	25
EF-493	Cruz Alta - Santo Ângelo - Santa Rosa	RS	181		
EF-494	Santiago - Cerro Largo - Santo Ângelo	RS	224		
TOTAL			46.332		863
TOTAL SEM SUPERPOSIÇÃO			45.469		

ANEXO IV
SUBSISTEMA AQUAVIÁRIO FEDERAL
RELAÇÃO DESCRITIVA DAS VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES

VIA NAVEGÁVEL¹	TRECHO²	EXTENSÃO³ (km)
REGIÃO HIDROGRÁFICA AMAZÔNICA		
Abunã	Da cidade de Plácido de Castro (AC) à foz, no rio Madeira	270
Acre	Da cidade de Brasiléia (AC) à foz, no rio Purus, afluente do rio Solimões	640
Alegre (afluente do rio Guaporé)	Da latitude 15°50' Sul à foz, no rio Guaporé, afluente do rio Mamoré	220
Amazonas	Da confluência dos rios Negro e Solimões à foz, no Oceano Atlântico	1.488
Anajás (Ilha do Marajó)	Da longitude 49°33' Oeste à foz, no rio Amazonas	240
Arinos (afluente do rio Juruena)	Do rio Preto, afluente da margem esquerda, à foz, no rio Juruena, formador do rio Tapajós	450
Aripuanã (afluente do rio Madeira)	Da foz, junto à cidade de Novo Aripuanã, até o cruzamento com a BR-230 (Transamazônica), no município de Prainha	328
Atuá (ilha do Marajó)	Do rio São Miguel, afluente da margem esquerda, à foz, no rio Tocantins, na Baía de Marajó	80
Branco	Da confluência dos rios Uraricoera e Tacutu à foz, no rio Negro, formador do rio Amazonas	594
Canhumã ou Arariazinho, paraná	Do rio Canumã até à foz, no rio Madeira, próximo à cidade de Nova Olinda do Norte (AM)	27
Canumã	Da confluência dos rios Acari e Sucunduri, seus formadores, à foz, no paraná Canhumã (Arariazinho), que o interliga ao rio Madeira	210
Coari	Da foz, no lago Coari, até 60 km das bases da PETROBRAS	358
Coari, lago (AM)	Do rio Urucu à confluência com o rio Solimões	65
Cuminã / Paru D'Oeste	Da foz até 10km a jusante de Tiriós	430
Embira ou Envira	Da cidade de Novo Japão (AC) à foz no rio Tarauacá, afluente do rio Juruá, tributário do rio Solimões	280
Guaporé	Da latitude 59°30' Oeste até a foz, no rio Mamoré, formador do rio Madeira	1.240
Iaco	Da cidade de São Pedro do Icó (AC) à foz, no rio	105

¹ As vias navegáveis compreendem: Rio, Riacho, Lago, Lagoa, Córrego, Ribeirão, Paraná e Canal. Quando não for explicitado o tipo, trata-se de Rio.

² Não havendo indicação contrária, os trechos são descritos de montante para jusante.

³ Extensão aproximada, medida pelo talvegue do curso d'água.

VIA NAVEGÁVEL ¹	TRECHO ²	EXTENSÃO ³ (km)
	Purus, afluente do rio Solimões	
Içá	Da fronteira do Brasil com a Colômbia à foz, no rio Solimões, formador do rio Amazonas	390
Iriri (afluente do rio Xingu)	Da latitude 6°20' Sul à foz, no rio Xingu, afluente do rio Amazonas	570
Japurá	Da Vila Bittencourt (AM) à foz, no rio Solimões, formador do rio Amazonas	721
Jari	Do sopé da Cachoeira Santo Antônio à foz, no rio Amazonas	150
Javari	Da boca do rio Javari-Mirim, seu afluente da margem esquerda, à foz, no rio Solimões	510
Juruá	Da cidade de Marechal Taumaturgo (AC) à foz, no rio Solimões	3.400
Juruena	Da latitude 11°05' Sul à confluência com o rio Teles Pires, formador do rio Tapajós	550
Jutai	Da confluência com o rio Mutum à foz, no rio Solimões	800
Machado ou Ji-paraná (afluente do rio Madeira)	Da cidade de Ji-Paraná (RO) à sua foz, no rio Madeira, afluente do rio Amazonas	700
Madeira	Da confluência dos rios Beni (Bolívia) e Mamoré à foz, no rio Amazonas	1.470
Madeirinha (afluente do rio Madeira)	Da foz, no rio Aripuanã, até próximo a Ji-Paraná	480
Mamoré	Do rio Guaporé à confluência com o rio Beni (Bolívia), formador do rio Madeira	268
Manacapuru	Da foz, no rio Solimões, até 319,34 km a montante	320
Mapuera	Da foz (1 km a montante da cachoeira Porteira) à reserva indígena Nhamundá/Mapuera	140
Nhamundá	Da latitude 1°50' Sul à foz, no rio Amazonas (grande calha), próximo à cidade de Nhamundá (AM)	80
Negro	Da cidade de Cucuí (AM) à confluência com o rio Solimões	1.160
Oiapoque	Da cidade de Oiapoque (AP) à foz, no Oceano Atlântico	60
Paru	Da latitude 0°20' Sul à foz, no rio Amazonas, próximo a Almeirim (PA)	200
Pimenteiras (afluente do rio Guaporé)	Da foz, no rio Guaporé, até 48,75 km a montante	50
Piracutu (afluente do rio Nhamundá)	Da latitude 2°05' Sul à foz, na margem direita do rio Nhamundá, afluente do rio Amazonas	30
Purus	Da cidade de Manoel Urbano (AC) à foz, no rio Solimões, formador do rio Amazonas	3.000

VIA NAVEGÁVEL ¹	TRECHO ²	EXTENSÃO ³ (km)
Sangue (formador do rio Guaporé)	Da foz, no rio Juruena, até 313,45 km a montante	315
Solimões	Da cidade de Tabatinga (AM) à confluência com o rio Negro, formador do rio Amazonas	1.620
Sucunduri (formador do rio Canumã)	Da latitude 6°45' Sul à sua confluência com o rio Acari, também formador do rio Canumã	280
Tapajós	Da confluência dos rios Juruena e Teles Pires à foz, no rio Amazonas	851
Tarauacá	Da cidade de Tarauacá (AC) à foz, no rio Juruá, afluente do rio Solimões	570
Tefé	Da comunidade de Conceição, no Município de Tefé (AM) à foz, no Lago Tefé (AM)	250
Tefé, lago (Estado do Amazonas)	Do rio Tefé à confluência com o rio Solimões	40
Teles Pires ou São Manuel	Do sopé da Cachoeira Os car Miranda, no Município de Sinop (MT), à confluência com o rio Juruena, formador do rio Tapajós	725
Trombetas	Do sopé da Cachoeira Porteira, no Município de Oriximiná (PA), à foz, no rio Amazonas	260
Uapés	Da latitude 1°25' Sul à foz, no rio Negro, afluente do rio Amazonas	310
Uatumã	Do sopé da Barragem da UHE de Balbina (AM) até à foz, no rio Amazonas	295
Urucu	Da longitude 64°45' Oeste à foz, no Lago Coari (AM)	400
Xingu	Da latitude 10°45' Sul à foz, no rio Amazonas	900
Total		28.890
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TOCANTINS-ARAGUAIA		
Anapu (afluente do rio Pará)	Da cidade de Carvalho (PA) à foz, no rio Pará, na Baía do Portel	150
Araguaia	Do ribeirão Guariroba, seu afluente da margem esquerda, à foz, no rio Tocantins	1.938
Caxiuanã (afluente do rio Anapu)	Da cidade de Carvalho (PA) até 10 km do divisor de águas	150
Capim	Do cruzamento com a rodovia PA-256, no Município de Paragominas (PA), à foz, no rio Guamá	372
Claro	Da cidade de Israelândia (GO) à foz, no rio Araguaia	180
Guamá	Da cidade de São Miguel do Guamá (PA) à foz, no rio Tocantins, na Baía de Marajó	157
Itacaiúnas (afluente do rio Tocantins)	Da latitude 6°30' Sul à foz, na margem esquerda do rio Tocantins	420
Mortes (afluente do	Da cidade de Nova Xavantina (MT) à foz, no rio	500

VIA NAVEGÁVEL¹	TRECHO²	EXTENSÃO³ (km)
rio Araguaia)	Araguaia	
Moju	Da cidade Cairari (PA) à foz, no rio Guamá	170
Pará	Da cidade de Portel (PA) à foz, no rio Tocantins	140
Paraná	Da cidade de Paranã (TO) à foz, no rio Tocantins	60
Sono	Da nascente, na Lagoa Três Rios, na divisa BA/TO, à foz, no rio Tocantins	400
Tocantins	Do lago da Barragem de Serra da Mesa (GO), inclusive, à foz, no Oceano Atlântico	2.100
Total		6.737
REGIÃO HIDROGRÁFICA ATLÂNTICO NORDESTE OCIDENTAL		
Aurá	De São Bento (MA) à foz, na Baía de São Marcos	40
Grajaú (afluente do rio Mearim)	Da cidade de Grajaú (MA) à foz, no rio Mearim	624
Gurupi	Da foz do rio Gurupi-Mirim, seu afluente da margem esquerda, à foz, na Baía Gurupi, no Oceano Atlântico	160
Mearim	Da cidade de Barra do Corda (MA) à foz, na Baía de São Marcos	645
Munim	Da cidade de Nina Rodrigues (MA) à foz, na Baía de São José	110
Pindaré (afluente do rio Mearim)	Da cidade de Buriticupu (MA) à foz, no rio Mearim	456
Itapecuru	Da cidade de Mirador (MA) à foz, na Baía de São José	650
Total		2.685
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARNAÍBA		
Balsas	Da cidade de Balsas (MA) à foz, no rio Parnaíba	225
Gurguéia	Da cidade de Canavieira (PI) à foz, na margem direita do rio Parnaíba	130
Igarçu	Da embocadura do Canal de São José, situado na sua margem esquerda, à foz, no Oceano Atlântico	18
Parnaíba	Da cidade de Santa Filomena (PI) à foz, na baía das Canárias	1.176
São José, canal	Da embocadura no rio Parnaíba à embocadura no rio Igarçu, próximo à cidade de Luiz Corrêa (PI)	6
Total		1.555
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO		
Carinhanha	Da cidade de Juvenília (MG), à foz, na margem esquerda do rio São Francisco	80
Corrente	Da confluência dos rios Correntina (ou Éguas) e Formoso, seus formadores, à foz, na margem esquerda do rio São Francisco	105

VIA NAVEGÁVEL ¹	TRECHO ²	EXTENSÃO ³ (km)
Grande	Da cidade de Barreiras (BA) à foz, na margem esquerda do rio São Francisco	358
Paracatu (afluente do rio São Francisco)	Da latitude 18°12' Sul à foz, na margem esquerda do rio São Francisco	430
São Francisco (baixo rio)	Da cidade de Piranhas (AL) para jusante até a foz, no Oceano Atlântico	208
São Francisco (médio e alto rio)	Da longitude 46°10' Oeste para jusante até a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga), na divisa PE/BA	2.292
Urucuia	Do sopé da Cachoeira Poço Fundo, a jusante do córrego Constantino, seu afluente da margem direita, à foz, na margem esquerda do rio São Francisco	138
Total		3.611
REGIÃO HIDROGRÁFICA ATLÂNTICO SUDESTE		
Paraíba do Sul	Da foz do rio Pomba à foz, no Oceano Atlântico	126
Pomba (afluente do rio Paraíba do Sul)	Da cidade de Santo Antônio de Pádua (RJ) à foz, na margem esquerda do rio Paraíba do Sul	25
Ribeira do Iguape	Da cidade de Registro (SP) à foz, no Oceano Atlântico	70
Total		221
REGIÃO HIDROGRÁFICA ATLÂNTICO SUL		
Caí (afluente do rio Jacuí)	Da cidade de São Sebastião do Caí (RS) à foz, no Delta do rio Jacuí	93
Camaquã	Da cidade de São José do Patrocínio (RS) à foz na Lagoa dos Patos	120
Gravataí (afluente do rio Jacuí)	Da cidade de Gravataí (RS) à foz, no Delta do rio Jacuí	12
Guaíba, lago	Do delta do rio Jacuí à confluência com a lagoa dos Patos	50
Jacuí	Da cidade de Dona Francisca (RS) à foz, no lago Guaíba	370
Jaguarão	Da cidade de Jaguarão (RS) à foz, na Lagoa Mirim	32
Mirim, lagoa	Do arroio São Miguel à embocadura de montante do canal de São Gonçalo (RS)	180
Patos, lagoa	Da confluência com o lago Guaíba à confluência com o Oceano Atlântico	250
São Gonçalo, canal	Da lagoa Mirim à foz, na lagoa dos Patos (RS)	70
Sinos (afluente do rio Jacuí)	Da cidade de São Leopoldo (RS) à foz, no delta do rio Jacuí	44
Taquari (afluente do rio Jacuí)	Da cidade de Muçum (RS) à foz, no rio Jacuí	200
Vacacaí (rio afluente do rio Jacuí)	Da latitude 30°35' Sul à foz, no rio Jacuí	260

VIA NAVEGÁVEL ¹	TRECHO ²	EXTENSÃO ³ (km)
Total		1.681
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI		
Cacequi (afluente do rio Santa Maria)	De Azevedo Sodré (RS) à foz, no rio Santa Maria	50
Ibicuí	Da longitude 54°50' Oeste à foz, no rio Uruguai	290
Ijuí	Da longitude 55°08' Oeste à foz, no rio Uruguai	50
Quaraí	Da cidade de Quaraí (RS) à foz, no rio Uruguai	100
Santa Maria (afluente do rio Ibicuí)	Da latitude 30°35' Sul à foz, no rio Ibicuí	110
Uruguai	Da longitude 52°55' Oeste à fronteira com o Uruguai	900
Total		1.500
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARANÁ		
Amambai	Da cidade de Porto Felicidade (MS) à foz, na margem direita do rio Paraná	90
Aporé ou do Peixe (divisa MS/GO)	Do ribeirão da Cachoeira, afluente da margem direita, à foz, na margem direita do rio Paraná	36
Bois	Do rio Turvo à foz, no rio Paranaíba, formador do rio Paraná	160
Brilhante (formador do rio Ivinheima)	Da latitude 21° 25' Sul à foz, no rio Ivinheima, tributário do rio Paraná	120
Corumbá	Da cidade de Pires do Rio (GO) à foz, no rio Paranaíba	170
Grande	Da barragem de Água Vermelha à confluência com o rio Paranaíba	83
Iguaçu (baixo rio)	Do sopé das Cataratas do Iguaçu à foz, na margem esquerda do rio Paraná	20
Iguatemi	Do rio Jogui, afluente da margem esquerda, à foz, na margem direita do rio Paraná	90
Inhanduí ou Inhanduí-Guaçu (afluente do rio Pardo)	Da longitude 53°50' Oeste à foz, no rio Pardo	70
Ivaí	Da cidade de Teresa Cristina (PR) à foz, no rio Paraná	632
Ivinheima	Da confluência dos rios Brilhante e Santa Maria, seus formadores, à foz, no rio Paraná	270
Paraná	Da confluência dos rios Grande e Paranaíba à confluência com o rio Iguaçu	828
Paranaíba	De Cachoeira Dourada à confluência com o rio Grande	335
Paranapanema	De Ourinhos à foz, no rio Paraná	427
Pardo	Da cidade de Ribas do Rio Pardo (MS) à foz, no rio Paraná	280

VIA NAVEGÁVEL ¹	TRECHO ²	EXTENSÃO ³ (km)
Piquiri	Do Salto do Apertados à foz, na margem esquerda do rio Paraná	100
Piracicaba (afluente do rio Tietê)	Da cidade de Paulínia (SP) à foz, na margem direita do rio Tietê	153
Sucuriú	Do remanso da barragem de Jupiá à antiga foz, no rio Paraná	85
Tietê	Da longitude 46°00' Oeste à foz, no rio Paraná	820
Verde	Da latitude 19°40' Sul à foz, no lago da Represa de Porto Primavera, no rio Paraná	315
Total		5.084
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARAGUAI		
Aguapeí (afluente do rio Jauru)	Da latitude 15°50' Sul à foz, no rio Jauru, afluente da margem direita do alto rio Paraguai	220
Coxim (afluente do rio Taquari)	Da longitude 54°15' Oeste, a montante da foz do ribeirão Camapuã, seu afluente da margem direita, à foz, no rio Taquari	165
Cuiabá	Da cidade de Rosário do Oeste (MT) à foz, no rio Paraguai	785
Jauru (afluente do rio Paraguai)	Do rio Aguapeí à foz, no rio Paraguai	170
Miranda	Da latitude 20°55' Sul à foz, no rio Paraguai	400
Paraguai	Do ribeirão Vermelho, seu afluente da margem direita, à foz do rio Apa, seu afluente da margem esquerda	1.650
Piquiri ou Itiquira (afluente do rio São Lourenço)	Da cidade de Itiquira (MT) à foz, na margem esquerda do rio São Lourenço, tributário do rio Cuiabá	215
São Lourenço (afluente do rio Cuiabá)	Da cidade de Rondonópolis (MT) à foz, no rio Cuiabá, afluente do rio Paraguai	370
Taquari	Da cidade de Alto Taquari (MT) à foz, no rio Paraguai	655
Total		4.630
TOTAL GERAL		56.594

ANEXO V
SUBSISTEMA AQUAVIÁRIO FEDERAL
RELAÇÃO DESCRITIVA DOS PORTOS

A – MARÍTIMOS

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
01	Manaus	AM	Rio Negro
02	Itacoatiara	AM	Rio Amazonas
03	Santarém	PA	Rio Tapajós
04	Vila do Conde	PA	Rio Pará
05	Belém	PA	Rio Guamá
06	Sotave	PA	Rio Pará
07	Salinópolis	PA	Oceano Atlântico
08	Macapá	AP	Oceano Atlântico
09	São Luis / Itaqui	MA	Baía de São Marcos
10	Luis Correia	PI	Rio Parnaíba
11	Camocim	CE	Oceano Atlântico
12	Pecém	CE	Oceano Atlântico
13	Fortaleza	CE	Enseada de Mucuripe
14	Areia Branca	RN	Oceano Atlântico
15	Macau	RN	Rio Açu
16	Natal	RN	Rio Potengi
17	Cabedelo	PB	Rio Paraíba
18	Recife	PE	Foz dos rios Capibaribe e Beberibe
19	Suape	PE	Oceano Atlântico
20	Maceió	AL	Enseada de Jaraguá
21	Aracaju	SE	Rio Sergipe
22	Barra dos Coqueiros	SE	Oceano Atlântico
23	Salvador	BA	Baía de Todos os Santos
24	Aratu	BA	Baía de Todos os Santos
25	Campinho	BA	Oceano Atlântico
26	Ilhéus	BA	Ponta do Malhado
27	Porto-Sul (Ilhéus)	BA	Oceano Atlântico
28	Vitória / Capuaba	ES	Rio Santa Maria
29	Praia Mole	ES	Oceano Atlântico
30	Barra do Riacho	ES	Oceano Atlântico
31	Forno	RJ	Enseada dos Anjos
32	Niterói	RJ	Baía da Guanabara
33	Rio de Janeiro	RJ	Baía da Guanabara
34	Itaguaí	RJ	Baía de Sepetiba
35	Angra dos Reis	RJ	Baía da Ilha Grande
36	São Sebastião	SP	Canal de São Sebastião
37	Santos	SP	Estuário de Santos
38	Paranaguá	PR	Baía de Paranaguá
39	Antonina	PR	Baía de Paranaguá
40	São Francisco do Sul	SC	Baía de São Francisco do Sul

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
41	Itajaí	SC	Rio Itajaí-Açu
42	Navegantes	SC	Rio Itajaí-Açu
43	Imbituba	SC	Enseada de Imbituba
44	Laguna	SC	Lagoa de Santo Antônio
45	Porto Alegre	RS	Rio Guaíba
46	Pelotas	RS	Canal de São Gonçalo
47	Rio Grande	RS	Lagoa dos Patos

B – FLUVIAIS E LACUSTRES

Nº	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
REGIÃO HIDROGRÁFICA AMAZÔNICA			
1	Brasiléia	AC	Rio Acre
2	Cruzeiro do Sul	AC	Rio Juruá
3	Feijó	AC	Rio Envira
4	Rio Branco	AC	Rio Acre
5	Tarauacá	AC	Rio Tarauacá
6	Alvarães	AM	Rio Solimões
7	Amaturá	AM	Rio Solimões
8	Anamã	AM	Rio Solimões
9	Anori	AM	Rio Solimões
10	Apuí	AM	Rio Aripuanã
11	Atalaia do Norte	AM	Rio Solimões
12	Autazes	AM	Rio Autazes-Açu
13	Barcelos	AM	Rio Negro
14	Barreirinha	AM	Rio Envira
15	Benjamin Constant	AM	Rio Javari
16	Beruri	AM	Rio Purus
17	Boa Vista do Ramos	AM	Rio Amazonas
18	Boca do Acre	AM	Rio Purus
19	Borba	AM	Rio Madeira
20	Caapiranga	AM	Rio Solimões
21	Cacau Pireira	AM	Rio Negro
22	Canutama	AM	Rio Purus
23	Carauari	AM	Rio Juruá
24	Careiro da Várzea	AM	Rio Solimões
25	Coari	AM	Rio Solimões
26	Codajás	AM	Rio Solimões
27	Cucuí	AM	Rio Negro
28	Eirunepé	AM	Rio Juruá
29	Eirunepé	AM	Rio Juruá
30	Envira	AM	Rio Tarauacá
31	Fonte Boa	AM	Rio Xié

Nº	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
32	Guajará	AM	Rio Juruá
33	Humaitá	AM	Rio Madeira
34	Iauaretê	AM	Rio Uauapés
35	Ipixuna	AM	Rio Juruá
36	Irlanduba	AM	Rio Solimões
37	Itamarati	AM	Rio Juruá
38	Itapiranga	AM	Rio Amazonas
39	Japurá	AM	Rio Japurá
40	Juruá	AM	Rio Japurá
41	Jutaí	AM	Rio Solimões
42	Lábrea	AM	Rio Purus
43	Manacapuru	AM	Rio Solimões
44	Manaquiri	AM	Rio Solimões
45	Manicoré	AM	Rio Madeira
46	Maraã	AM	Rio Japurá
47	Maués	AM	Rio Amazonas (Maués Açu, Paraná do Urariá)
48	Nhamundá	AM	Rio Nhamundá
49	Nova Olinda do Norte	AM	Rio Madeira
50	Novo Airão	AM	Rio Negro
51	Novo Aripuanã	AM	Rio Madeira
52	Parintins - Vila Amazonas	AM	Rio Amazonas
53	Pauini	AM	Rio Purus
54	Rio Preto da Eva	AM	Rio Preto da Eva
55	Santa Izabel do Rio Negro	AM	Rio Negro
56	Santo Antônio do Içá	AM	Rio Solimões
57	São Gabriel daCachoeira	AM	Rio Negro
58	São Paulo do Olivença	AM	Rio Solimões
59	São Raimundo	AM	Rio Negro
60	São Sebastião do Uatumã	AM	Rio Uatumã
61	Silves	AM	Rio Amazonas
62	Tabatinga	AM	Rio Amazonas
63	Tapauá	AM	Rio Purus
64	Tapuruquara	AM	Rio Negro
65	Tefé	AM	Rio Solimões
66	Tonantins	AM	Rio Solimões
67	Uarini	AM	Rio Solimões
68	Urucará	AM	Rio Amazonas
69	Urucurituba	AM	Rio Amazonas
70	Vila Bittencourt	AM	Rio Japurá
71	Vila Ipiranga	AM	Rio Içá
72	Abaetetuba	PA	Rio Pará
73	Altamira	PA	Rio Xingu
74	Ananindeua	PA	Rio Pará
75	Augusto Correia	PA	Rio Urumajó
76	Aveiro	PA	Rio Tapajós
77	Barcarena	PA	Rio Mucuruçá
78	Belo Monte	PA	Rio Xingu

Nº	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
79	Breves	PA	Rio Amazonas
80	Cametá	PA	Rio Tocantins
81	Colares	PA	Baía de Marajó
82	Floresta do Araguaia	PA	Rio Araguaia
83	Gurupá	PA	Rio Amazonas
84	Itaituba	PA	Rio Tapajós
85	Itupiranga	PA	Rio Tocantins
86	Juruti	PA	Rio Amazonas
87	Limoeiro do Ajuru	PA	Rio Tocantins
88	Moju	PA	Rio Moju
89	Monte Alegre	PA	Rio Amazonas
90	Muaná	PA	Rio Muaná
91	Óbidos	PA	Rio Amazonas
92	Oeiras do Pará	PA	Rio Pará
93	Oriximiná	PA	Rio Trombetas
94	Parintins	PA	Rio Amazonas
95	Portel	PA	Rio Pará
96	Porto De Moz	PA	Rio Xingu
97	Prainha	PA	Rio Amazonas
98	Quatipuru - Boa Vista	PA	Rio Boa Vista
99	Quatipuru - Sede	PA	Rio Quatipuru
100	Santa Bárbara do Pará	PA	Rio Tauarué
101	Santa Maria das Barreiras	PA	Rio Araguaia
102	Santarém Novo	PA	Rio Maracanã
103	Santo Antônio do Tauá	PA	Rio Mujuí
104	São Félix do Xingu	PA	Rio Xingu
105	São João do Araguaia	PA	Rio Araguaia
106	São Miguel do Guamá	PA	Rio Guamá
107	São Sebastião da Boa Vista	PA	Baía de Marajó
108	Senador José Porfírio	PA	Rio Xingu
109	Terra Santa	PA	Rio Nhamundá
110	Viseu	PA	Rio Gurupi
111	Vitória do Xingu	PA	Rio Xingu
112	Guajará-Mirim	RO	Rio Mamoré
113	Porto Velho	RO	Rio Madeira
114	Boa Vista	RR	Rio Branco
115	Caracará	RR	Rio Branco
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TOCANTINS-ARAGUAIA			
1	Conceição do Araguaia	PA	Rio Araguaia
2	Marabá	PA	Rio Tocantins
3	Tucuruí	PA	Rio Tocantins
4	Carolina	MA	Rio Tocantins
5	Imperatriz	MA	Rio Tocantins
6	Porto Franco	MA	Rio Tocantins
7	Aragarças	GO	Rio Araguaia
8	Aruanã	GO	Rio Araguaia
9	Aguiarnópolis	TO	Rio Tocantins

Nº	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
10	Araguacema	TO	Rio Araguaia
11	Araguatins	TO	Rio Araguaia
12	Caseara	TO	Rio Araguaia
13	Couto Magalhães	TO	Rio Araguaia
14	Pau d'Arco	TO	Rio Araguaia
15	Xambioá	TO	Rio Araguaia
16	Miracema do Norte	TO	Rio Tocantins
17	Palmas	TO	Rio Tocantins
18	Porto Nacional	TO	Rio Tocantins
19	São Felix do Araguaia	TO	Rio Araguaia
20	Água Boa	MT	Rio das Mortes
21	Barra do Garças	MT	Rio Araguaia
22	Nova Xavantina	MT	Rio das Mortes
REGIÃO HIDROGRÁFICA ATLÂNTICO NORDESTE			
1	Água Doce do Maranhão	MA	Rio Água Doce
2	Araioses	MA	Rio Santa Rosa
3	Arari	MA	Rio Pindaré
4	Barra do Corda	MA	Rio Mearim
5	Bequimão	MA	Rio Pericumã
6	Caxias	MA	Rio Itapicuru
7	Cururupu	MA	Rio São Lourenço
8	Guimarães	MA	Rio Guarapiranga
9	Palmeirândia	MA	Rio Pericumã
10	Penalva	MA	Rio Cajari
11	Pindaré-Mirim	MA	Rio Pindaré
12	Pinheiro	MA	Rio Pericumã
13	Porto Rico do Maranhão	MA	Rio Cateauá
14	Santa Inês	MA	Rio Pindaré
15	São Bento do Maranhão	MA	Rio Aura
16	Turiação	MA	Rio Turiação
17	Tutóia	MA	Baía de Tutóia
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARNAÍBA			
1	Alto Parnaíba	MA	Rio Parnaíba
2	Balsas	MA	Rio das Balsas
3	Timon	MA	Rio Parnaíba
4	Amarante	PI	Rio Parnaíba
5	Floriano	PI	Rio Parnaíba
6	Longá	PI	Rio Parnaíba
7	Parnaíba	PI	Rio Parnaíba
8	Santa Filomena	PI	Rio Parnaíba
9	Teresina	PI	Rio Parnaíba
10	Uruçuí	PI	Rio Parnaíba
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO			
1	Petrolina	PE	Rio São Francisco
2	Penedo	AL	Rio São Francisco
3	Propriá	SE	Rio São Francisco
4	Barra	BA	São Francisco

Nº	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
5	Barreiras	BA	Rio Grande
6	Bom Jesus da Lapa	BA	São Francisco
7	Cotegipe	BA	Rio Grande
8	Formosa do Rio Preto	BA	Rio Preto
9	Ibotirama	BA	São Francisco
10	Juazeiro	BA	Rio São Francisco
11	Riachão das Neves	BA	Rio Grande
12	Santa Rita de Cássia	BA	Rio Preto
13	Iguatama	MG	Rio São Francisco
14	Pirapora	MG	Rio São Francisco
REGIÃO HIDROGRÁFICA ATLÂNTICO SUDESTE			
1	Campos	RJ	Rio Paraíba do Sul
2	Regência	ES	Rio Doce
REGIÃO HIDROGRÁFICA ATLÂNTICO SUL			
1	Cachoeira Do Sul	RS	Rio Jacuí
2	Charqueadas	RS	Rio Jacuí
3	Estrela	RS	Rio Taquari
4	Jaguarão	RS	Rio Jaguarão
5	Mariante	RS	Rio Taquari
6	Rio Pardo	RS	Rio Jacuí
7	Santa Vitória do Palmar	RS	Lagoa Mirim
8	São Jerônimo	RS	Rio Jacuí
9	São José do Norte	RS	Lagoa dos Patos
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI			
1	Barra do Quaraí	RS	Rio Quaraí
2	São Borja	RS	Rio Uruguai
3	Uruguaiana	RS	Rio Uruguai
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARANÁ			
1	Agua Vermelha	SP	Rio Grande
2	Corumbataí	SP	Rio Piracicaba
3	Jahú	SP	Rio Tietê
4	Panorama	SP	Rio Paraná
5	Pederneiras	SP	Tietê
6	Rosana	SP	Rio Paranapanema
7	Foz do Iguaçu	PR	Rio Iguaçu
8	Guaíra	PR	Rio Paraná
9	Presidente Epitácio	PR	Rio Paraná
10	Porto Barragem de Jupia	PR	Rio Paraná
11	Iturama	MG	Rio Grande
12	Chaveslândia	MG	Rio Paranaíba
13	Porto Mendes	MS	Rio Paraná
14	São Simão	GO	Rio Paranaíba

REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARAGUAI			
1	Corumbá	MS	Rio Paraguai
2	Ladário	MS	Paraguai
3	Porto Esperança	MS	Paraguai
4	Porto Murtinho	MS	Rio Paraguai
5	Cáceres	MT	Rio Paraguai
6	Cuiabá	MT	Rio Cuiabá
7	Manga	MT	Rio Paraguai
8	Porto Cercado	MT	Rio Cuiabá
9	Rondonópolis	MT	Rio São Lourenço
10	Vila Bela da SS.Trindade	MT	Rio Guaporé

ANEXO VI
SUBSISTEMA AQUAVIÁRIO FEDERAL
RELAÇÃO DESCRITIVA DAS ECLUSAS E OUTROS
DISPOSITIVOS DE TRANSPOSIÇÃO DE NÍVEL EM RIOS
FEDERAIS

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	RIO	UF
1	Caracaráí	Branco	AM/RR
2	Santo Antônio	Madeira	RO/AM
3	Jirau	Madeira	RO/AM
4	Guajará-mirim	Mamoré	RO/Bolívia
5	Eclusas do Rio Tapajós	Tapajós	PA
6	Eclusas do Rio Teles-Pires	Teles-Pires	MT
7	Eclusas do Rio Juruena	Juruena	MT
8	Araguanã	Araguaia	TO/P A
9	Santa Isabel	Araguaia	TO/PA
10	Tucuruí	Tocantins	PA
11	Marabá	Tocantins	PA
12	Serra Ouebrada	Tocantins	TO/MA
13	Estreito	Tocantins	MA
14	Lajeado	Tocantins	TO
15	Ipueiras	Tocantins	TO
16	Tupiratins	Tocantins	TO
17	Peixe-Angical	Tocantins	TO
18	Boa Esperança	Parnaíba	PI
19	Sobradinho	São Francisco	BA/PE
20	São Simão	Paranaíba	MG/GO
21	Ilha Solteira	Paraná	SP/MS
22	Jupia	Paraná	SP/MS
23	Porto Primavera	Paraná	SP/MS
24	Ilha Grande	Paraná	PR/MS
25	Itaipu	Paraná	PR/Paraguai
26	Rosana	Paranapanema	SP/PR

ANEXO VII
SUBSISTEMA AEROVIÁRIO FEDERAL
RELAÇÃO DESCRITIVA DOS AEROPORTOS

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	UF
1	SBRB - Aeroporto Internacional de Rio Branco	AC
2	SBCZ - Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul	AC
3	SBEG - Aeroporto Internacional de Manaus	AM
4	SBTF - Aeroporto de Tefé	AM
5	SBTT - Aeroporto Internacional de Tabatinga	AM
6	SBBV - Aeroporto Internacional de Boa Vista	RR
7	SBBE - Aeroporto Internacional de Belém	PA
8	SBJC - Aeroporto Júlio César	PA
9	SBSN - Aeroporto de Santarém	PA
10	SBHT - Aeroporto de Altamira	PA
11	SBMA - Aeroporto de Marabá	PA
12	SBMQ - Aeroporto Internacional de Macapá	AP
13	SBSL - Aeroporto de São Luís	MA
14	SBIZ - Aeroporto de Imperatriz	MA
15	SBTE - Aeroporto de Teresina	PI
16	SBPB - Aeroporto Internacional de Parnaíba	PI
17	SBFZ - Aeroporto Internacional de Fortaleza	CE
18	SBJU - Aeroporto de Juazeiro do Norte	CE
19	SBNT - Aeroporto Internacional de Natal	RN
20	SBJP - Aeroporto Internacional de João Pessoa	PB
21	SBKG - Aeroporto de Campina Grande	PB
22	SBRF - Aeroporto Internacional de Recife	PE
23	SBPL - Aeroporto de Petrolina	PE
24	SBMO - Aeroporto Internacional de Maceió	AL
25	SBAR - Aeroporto de Aracaju	SE
26	SBSV - Aeroporto Internacional de Salvador	BA
27	SBIL - Aeroporto de Ilhéus	BA
29	SBUF - Aeroporto Paulo Afonso	BA
31	SBVT - Aeroporto de Vitória	ES
32	SBCF - Aeroporto Internacional de Confins	MG
33	SBBH - Aeroporto da Pampulha	MG
34	SBPR - Aeroporto Carlos Prates	MG
35	SBJF - Aeroporto de Juiz de Fora	MG
36	SBMK - Aeroporto de Montes Claros	MG
37	SBUL - Aeroporto de Uberlândia	MG
38	SBUR - Aeroporto de Uberaba	MG
39	SBGL - Aeroporto Internacional do Galeão	RJ
40	SBRJ - Aeroporto Santos-Dumont	RJ
41	SBJR - Aeroporto de Jacarepaguá	RJ
42	SBCP - Aeroporto de Campos	RJ
43	SBME - Aeroporto de Macaé	RJ
44	SBGR - Aeroporto Internacional de Guarulhos	SP

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	UF
45	SBSP - Aeroporto Internacional de Congonhas	SP
46	SBKP - Aeroporto Internacional de Campinas	SP
47	SBSJ - Aeroporto de São José dos Campos	SP
48	SBMT - Aeroporto Campo de Marte	SP
49	SBCT - Aeroporto Internacional de Curitiba	PR
50	SBBI - Aeroporto de Bacacheri	PR
51	SBFI - Aeroporto Internacional de Foz de Iguaçu	PR
52	SBLO - Aeroporto de Londrina	PR
53	SBFL - Aeroporto Internacional de Florianópolis	SC
54	SBJV - Aeroporto de Joinville	SC
55	SBNF - Aeroporto de Navegantes	SC
56	SBCM - Aeroporto de Criciúma/Forquilha	SC
57	SBPA - Aeroporto Internacional de Porto Alegre	RS
58	SBPK - Aeroporto Internacional de Pelotas	RS
59	SBUG - Aeroporto Internacional de Uruguaiana	RS
60	SBBG - Aeroporto de Bagé	RS
61	SBCG - Aeroporto Internacional de Campo Grande	MS
62	SBCR - Aeroporto Internacional de Corumbá	MS
63	SBPP - Aeroporto Internacional de Ponta Porã	MS
64	SBBR - Aeroporto Internacional de Brasília	DF
65	SBGO - Aeroporto de Goiânia	GO
66	SBPJ - Aeroporto de Palmas	TO
67	SWG N - Aeroporto de Araguaína	TO
68	SBCY - Aeroporto Internacional de Cuiabá	MT
69	SBPV - Aeroporto Internacional de Porto Velho	RO

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação, em turno suplementar.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para encaminhar a votação em turno suplementar. (*Pausa.*)

V. Ex^a conseguiu ser mais rápido do que Flexa Ribeiro!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra para encaminhar a votação também, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Também peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou mais falar de Pequena Central Hidrelétrica (PCH), porque reconheço que hoje o maior especialista em energia do Senado Federal, disparadamente, é o Senador Arthur Virgílio, pela aula que deu sobre as Pequenas Centrais Hidrelétricas e pela atenção dele...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Delcídio, permita-me dizer que não sou o maior especialista em energia, não, mas que, talvez, eu o seja em PCH.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, só quero parabenizar o Senador Eliseu Resende pelo belo trabalho, que dispensa comentários. É um homem competente, que prestou grandes serviços ao País.

Quero agradecer, em nome do povo sul-matogrossense, ao meu caro Senador Eliseu Resende, por ter acatado minha emenda ao Plano Nacional de Viação, com a federalização da MS-040, uma rodovia fundamental, que atende à Região do Bolsão, de Santa Rita do Pardo, do Bataguassu, chegando até Campo Grande. Esse é um tremendo avanço para o desenvolvimento da Região do Bolsão e para o desenvolvimento do nosso Estado, Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado, meu caro Senador Eliseu Resende.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço vênica a V. Ex^a, mas o Ministro Eliseu Resende permanece na tribuna.

V. Ex^a quer ouvir as ponderações dos Senadores da tribuna? Deixo V. Ex^a à vontade, Senador Eliseu Resende.

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG) – Prefiro tomar meu assento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – S. Ex^a prefere responder da bancada, prestar algum esclarecimento da bancada.

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG) – Estou à disposição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a brilhante exposição ao Senador Eliseu Resende.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos e, em seguida, eu a concederei ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente. Quero apenas manifestar meu apreço, meu carinho, meu respeito a esse grande brasileiro e Senador da República Eliseu Resende, que já foi Ministro de Estado deste País e que fez um trabalho exemplar, quando Ministro dos Transportes, em todo o território brasileiro.

Sr. Presidente, o relatório apresentado pelo nosso companheiro Senador Eliseu Resende foi um dos mais competentes e sábios realizados na Comissão de Infra-Estrutura. Teve como critério, não só a precaução, de atender as demandas reprimidas que haviam em relação às federalizações das estradas deste imenso País. Mato Grosso foi contemplado com cinco estradas que foram federalizadas. Dessa maneira, hoje, o Plano Nacional de Viação, que está sendo aprovado neste

plenário, é um dos planos de viação mais modernos que existem no mundo atual, tendo em vista a preocupação, a forma transparente e competente com que foi realizado pelo Senador Eliseu Resende.

Portanto, Senador Eliseu Resende, nossos efusivos cumprimentos, como também nossa eterna gratidão, e falo em nome do Senador Jayme Campos; da Senadora Serys Slhessarenko; do saudoso Senador Jonas Pinheiro, que, certamente, lá do céu, contempla também suas propostas; e do Senador Gilberto Gollner. Um trabalho conjunto permitiu que, hoje, Mato Grosso, por esse novo Plano Nacional, não só pudesse federalizar suas estradas, mas, acima de tudo, Senadora Serys Slhessarenko, pudesse preparar-se com uma melhor logística para atender à grande produção agrícola daquela região e, certamente, de toda a Região Centro-Oeste do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parabênizo o Senador Eliseu Resende!

Senador Eliseu Resende, V. Ex^a, pela experiência que tem, por todos os cargos que já ocupou, inclusive o de Ministro, fez um trabalho exemplar, que merece de todos nós os elogios e as honrarias, ao sistematizar nosso Plano Nacional de Viação. Hoje, esse projeto, que era anseio de toda a sociedade brasileira, torna-se realidade pelo trabalho desenvolvido por V. Ex^a. Quero agradecer pessoalmente a V. Ex^a o atendimento da emenda que fiz e que V. Ex^a acatou, incluindo no Plano Nacional de Viação o porto do Espadarte, no Município de Curuçá, no Estado do Pará. Trata-se de um porto para o futuro, entendo, mas que vai ter condições de calado, quando estiver implementado, superiores às do porto de Itaqui, hoje, em São Luís do Maranhão. V. Ex^a, ao acatar a emenda que apresentei, dá oportunidade ao Pará, no futuro, a médio e longo prazo, de tornar realidade a implantação do porto do Espadarte, no Município de Curuçá.

Faço esses agradecimentos também em nome do Senador Mário Couto, que não está presente aqui em função do nascimento de seu filho, e do Senador José Nery, que também não está presente, mas que agradece a V. Ex^a por ter atendido o Estado do Pará com a possibilidade de ter um porto de calado, como eu disse, superior ao calado do porto de Itaqui.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, inscreva-me para encaminhar a votação da matéria, por favor.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De acordo com a ordem de inscrições, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo; em seguida, eu a concederei ao Senador Romero Jucá.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria também que V. Ex^a me inscrevesse.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Senadora Kátia Abreu está aí já.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço que me inscreva, Sr. Presidente.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo, em rápidas palavras, cumprimentar o Senador Eliseu Resende pelo excelente trabalho que produziu, construindo o novo Plano Nacional de Viação (PNV). Trata-se de obra que, mais uma vez, demonstra a alta competência do ex-Ministro Eliseu Resende e seu conhecimento da realidade brasileira.

O último Plano Nacional de Viação que conhecemos, Sr. Presidente, data, se eu não estou equivocado, da década de 1970 do século passado, e a atualização que ora é feita vai dar ao País um plano que guarda uma plena completeza, isto é, que chama a atenção para as nossas prioridades no campo rodoviário, no campo ferroviário, no campo aquaviário, mas também extrapola para outros campos, inclusive para o setor energético. Daí por que eu não poderia deixar de tributar a merecida homenagem ao ex-Ministro, hoje Senador, Eliseu Resende.

Aproveito a ocasião para dizer, mais uma vez, a S. Ex^a que, quando Governador de Pernambuco, contei com a colaboração sempre leal e solícita do então Ministro de Transportes Eliseu Resende. Sem ele, certamente, eu não teria realizado o programa de rodovias que realizei em Pernambuco. Isso se tornou possível graças, portanto, a Eliseu Resende – ao seu talento, ao seu descortino e ao seu espírito cooperativo.

Portanto, eu não poderia deixar, encerrando as minhas palavras, de fazer o nosso agradecimento a essa contribuição que Eliseu Resende presta, desta feita, com o novo Plano Nacional de Viação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, inscreva-me, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a acaba de se inscrever.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero lembrar que o Brasil é um País em ocupação ainda, em desenvolvimento; é um país que tem vastas áreas que estão sendo urbanizadas. Portanto, é fundamental que esse plano viário seja atualizado.

Nós tínhamos um plano antigo, e o trabalho feito pelo Senador Eliseu Resende, meu colega de Minas Gerais, merece todo aplauso. Pude acompanhá-lo e pude ver a magnitude do seu esforço, desde o período em que era Deputado Federal, sempre lembrando a sua grande experiência como Ministro dos Transportes e como Diretor-Geral do DNER.

Portanto, nunca é demais discutirmos essa questão do Brasil novo, esse Brasil que vem ao oeste, que vem sendo ocupado no norte. Quando discutimos aqui a questão dos novos Municípios, muitos criticam, dizendo que não precisamos de mais Municípios. Não precisa em São Paulo, mas precisa no Brasil que cresce, no Brasil que é novamente ocupado, como no norte de Minas, onde vastas regiões recebem população.

De maneira que queria realmente cumprimentar o Senador Eliseu e, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizer que ele fez o que poderia fazer, que é o plano. Agora, as obras cabem ao Governo Federal em especial, e aí é lamentável. O Governo Federal não fez obras de infra-estrutura nesse período de seis anos que justificassem... Dinheiro existe, é um período de bonança que se viveu até hoje, e o que foi feito de obras de infra-estrutura neste País? Muito pouco, Sr. Presidente! Seja na área de estradas, seja na área de aeroportos, seja nos portos, muito pouco se fez.

De maneira que eu não poderia deixar de, mais uma vez, fazer esse alerta de que o Governo precisa investir mais na infra-estrutura de que o Brasil precisa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu, por concessão do Senador Arthur Virgílio. Houve uma troca.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Gostaria também de fazer coro com os colegas Senadores e Senadoras a respeito desse belo trabalho feito pelo nosso Ministro Eliseu Resende, do Democratas de Minas Gerais, e dizer do apreço que temos por S.

Ex^a, pela sua competência, pelo seu conhecimento, pelo seu brilhantismo.

O art. 21 da Constituição Federal prevê a regulamentação por lei do Sistema Nacional de Viação, SNV – antes da Constituição, chamado de Plano Nacional de Viação.

Tenho certeza de que, com a competência de V. Ex^a, esse sistema, esse projeto, esse relatório apresentado, com certeza, faz jus às necessidades do País.

Após 13 anos de encaminhamento a esta Casa – ainda quando o Ministro Eliseu foi Deputado Federal, relatou esse projeto na Câmara, e, agora, o relata como Senador da República –, o projeto é apreciado.

Gostaria apenas de ressaltar a importância da logística, a importância das vias neste País para escoamento da produção, produção de todos os segmentos. Mas, em especial, aqui o Ministro Eliseu Resende, o Senador Eliseu, falou sobre as eclusas do País, a importância de nós viabilizarmos as hidrovias. Apenas no Centro-Oeste brasileiro, o Brasil possui três rios que equivalem a um Mississipi. Nós temos três rios Mississipi apenas no Centro-Oeste, que poderiam viabilizar definitivamente a produção no Centro-Oeste, onde os preços ficam deprimidos pelas distâncias enormes dos portos do País: Teles Pires-Tapajós, Madeira e Tocantins, no meu rio Tocantins. E nós estamos, infelizmente, ao longo dos anos, vendo a construção de hidroelétricas sem a construção de eclusas, para viabilizar a passagem das barcas com a produção nacional. Isso é um desperdício de um bem natural que Deus nos deu, que são os nossos rios navegáveis.

As hidroelétricas são extremamente importantes, mas nós não podemos nos esquecer do uso múltiplo das nossas águas. Não podemos nos esquecer de planejar a construção das hidroelétricas e, simultaneamente, a construção das eclusas, haja vista que, para transportar uma tonelada de alimentos, uma tonelada de grãos, em mil quilômetros de rodovia, nós gastamos US\$43,00; a mesma tonelada em mil quilômetros de ferrovia, nós gastamos US\$28,00; e a mesma tonelada em mil quilômetros de hidrovias, nós gastamos apenas US\$18,00.

Isso vem demonstrar o quanto são importante para o País não só as rodovias e as ferrovias, mas principalmente as hidrovias. É assim que os países emergentes estão se deslocando, aumentando os seus investimentos em hidrovias em detrimento das rodovias. Infelizmente, nós ainda temos nesse plano, que vai contemplar também o investimento nos portos... Os portos no Brasil têm visto apenas um investimento de 0,014% do PIB ao longo de quase 20 anos. Nós precisamos reverter essa situação, pois com um crescimento na movimentação de portos no Brasil em

torno de 12% ao ano, nós precisaremos de um novo Brasil portuário daqui a sete anos, e nós levamos oito anos para construir um porto.

Quero, então, mais uma vez, parabenizar o Ministro Eliseu e dizer da importância desse trabalho que ele deixa para o Senado Federal, para todos nós e para os Senadores do futuro. Agradeço por esse trabalho, dizendo que o nosso partido, o Democratas, se orgulha muito em tê-lo como um dos nossos quadros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A votação do nome do Sr. José Jorge na Câmara dos Deputados foi realizada há pouco. O Sr. José Jorge, ex-Senador, teve 270 votos “sim” para ocupar a vaga do Senado no Tribunal de Contas – portanto, 270 votos favoráveis ao nome dele –, e 60 votos “não”. Houve 6 abstenções.

Agora, vamos conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio; em seguida, ao Senador César Borges.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, o regozijo do Senado – eu tenho a impressão de que dá para interpretá-lo no inteiro – pelo fato de a Câmara dos Deputados, de maneira muito pronta, muito lisa, muito limpa, haver se decidido sem nenhum condicionamento por fazer a sua parte nessa votação. Quando é o contrário, nós aqui cumprimos com a nossa parte. Desta vez, coube ao Senado Federal a indicação, e não poderia ser outra a postura da Casa, enfim.

É bom nós espantarmos esses fantasmas do “senão”, do “se”, porque isso não é uma coisa boa para a relação entre adversários nesta Casa, nem para a própria democracia brasileira.

Mas eu gostaria de falar um pouco do que vi relatado pelo Senador Eliseu Resende. O Ministro Eliseu Resende é uma figura que nos enternece a todos, é uma figura de enorme calibre, de enorme coturno, de enorme peso nesta Casa. Especialista em transportes, é pai de um ilustre especialista também, o Dr. Alexandre Resende, que já foi diretor da agência reguladora do setor.

Eliseu Resende coloca o olho estratégico em cima de toda a malha de transporte do País: estradas, ferrovias, portos, hidrovias e aeroportos, definindo o que é mais relevante, o que é mais estratégico.

De fora, ficam os metrô, e por uma razão bem simples: os metrô fazem parte da rede urbana, enquanto o relatório do Ministro Eliseu Resende diz respeito ao restante; portanto, à maior parte e à parte mais nevrálgica para a economia brasileira.

Eu gostaria de render a minha homenagem a uma figura tão insigne, tão jovem no seu espírito pú-

blico, tão experimentada na sua trajetória tão brilhante, saudado por todos nesta Casa, e respeitado por todos nesta República.

Parabenizo Minas Gerais por ter um parlamentar que, ao lado do meu querido companheiro, Eduardo Azeredo, ao lado dessa figura estimada, que é o Wellington Salgado, um Parlamentar que se destaca por ser um conselheiro de todos nós, por ser uma figura da palavra ponderada, aquele a quem sempre ouvimos no momento das decisões mais nevrálgicas.

O relatório do Ministro Eliseu Resende de fato representa a história de uma vida, a história de uma competência, representa a história de alguém que dedicou sua vida a ver o Brasil bem infra-estruturado do ponto de vista dos transportes e da logística para poder deslançar de maneira sustentável na direção do verdadeiro desenvolvimento econômico e social, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de, neste momento, também parabenizar a determinação e o esforço do Senador Eliseu Resende, esse homem que marcou a cena da Engenharia Civil e Rodoviária, em particular, do Brasil nas últimas décadas como Deputado e agora, como Senador, mostrou a sua determinação em dar ao país um Plano Nacional de Viação totalmente revisado. É um orgulho para nós vermos o Senador Eliseu Resende apresentar esse relato tão bem analisado, tão bem estruturado, analisando principalmente as hidrovias e as potencialidades visando fazer do Brasil um país infra-estruturado nos diversos modais de transporte, tão importantes para o país desenvolvido que queremos.

Parabéns, Senador Eliseu Resende. Eu, particularmente, tenho de agradecer em nome da Bahia pelo trabalho que ele fez com a inclusão do novo Porto, o Porto Sul, o porto que vai dar escoamento à produção de minérios, de novas províncias minerais da Bahia e também dos grãos do Oeste, através da ferrovia Oeste-Leste que esperamos que seja uma realidade muito em breve, que esteja com o seu primeiro trecho construído nos próximos dois anos, aproximadamente da cidade de Ilhéus, do Porto Sul até a cidade de Caitité, futuramente até o Oeste da Bahia e chegando até Tocantins. Tudo isto está incluso no novo plano de viação. E agradeço, Senador Eliseu Resende, esse trabalho e lhe parabenizo. Sinto-me um engenheiro civil, orgulhoso de ter, na engenharia civil nacional um nome como ele que hoje também é colega no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes. Em seguida, ao Senador Renato Casagrande e à Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero felicitar o ex-Senador José Jorge que se encontra aqui em Plenário e que acaba de ser aprovado na Câmara como futuro membro do Tribunal de Contas da União.

É uma vitória da classe política e, acima de tudo, uma vitória desse extraordinário homem público que teve uma consagradora maioria na Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

Em segundo lugar, não poderia deixar de parabenizar o ex-Ministro Eliseu Resende. Esse é um homem vocacionado para o serviço público e o seu plano é uma demonstração do seu talento.

Agora quero dizer, Sr. Presidente, que voto esse plano, Senador Eliseu Resende, com um pouquinho de tristeza. V. Ex^a não tem culpa, a culpa é dos governantes do Piauí que não tiveram empenho para que o Estado fosse beneficiado com verbas determinadas, por exemplo, para o Porto de Luís Correia, para a Transnordestina, para a revitalização da estrada de ferro ligando Luís Correia a Teresina, tudo falácia, tudo balela, tudo enganação. O Governador chega em Teresina pregando obras, e no plano que está sendo aprovado aqui não tiveram o cuidado sequer de reivindicar para o Estado recursos para essa área.

Tenho certeza que V. Ex^a, que já deu demonstrações de amor ao Piauí, pois foi sob o seu comando do DNER a construção da ponte rodoviária ligando Teresina a Timon. Se tivesse sido procurado pelo Governador do Estado, pelos membros do Governo, teria dado uma atenção especial àquele Estado. Mas o Piauí está vivendo de enganação e de embromação e a maior prova está aqui, neste documento votado por esta Casa, que demonstra o descaso das autoridades estaduais e federais contra o meu querido Estado.

Era o registro que tinha que fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande, Líder do PSB.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Só para parabenizar também o Senador Eliseu Resende e dizer que esse plano organiza toda infra-estrutura logística do Brasil.

Nós, naturalmente, temos necessidades maiores em alguns modais. No modal ferroviário é fundamental que nós possamos fazer investimentos. O modal portuário também é um gargalo hoje para o desenvolvimento do nosso País.

Portanto, vamos discutir daqui a pouco o fundo soberano, que pode injetar quase R\$15 bilhões para que possamos fazer, num momento de crise, investimentos importantes na área do desenvolvimento.

A minha palavra é de que nós precisamos continuar numa parceria da iniciativa pública e da iniciativa privada, que, especialmente com investimentos maiores do Governo Federal, nós possamos dar seqüência à implementação efetiva desse Plano Nacional de Viação.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini e em seguida ao Senador Marcelo Crivella.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade, falar da competência, da inteligência, da experiência e da determinação do Senador Eliseu Resende é cair na seara comum.

Ele está de parabéns pelo brilhante trabalho que sempre realiza em todas as missões que lhe são entregues.

Eu gostaria também de dizer da importância desse projeto para todo o Brasil e, de uma maneira especial, lembrar na questão da logística desse Plano Nacional de Viação o nosso aeroporto de São Gonçalo, para que possamos agora, com base nesse Plano Nacional de Viação, fazer com que o aeroporto que é um sonho, que é uma necessidade, que é um equipamento de desenvolvimento, não somente do Rio Grande do Norte, mas de todo o Brasil, possa realmente vir a acontecer.

Quero dizer que esse plano, na malha ferroviária, também inclui o nosso Rio Grande do Norte na Transnordestina, porque tendo como base outras leis aqui aprovadas, fruto de uma emenda de nossa autoria, existe o trecho da ferrovia interligando a cidade de Macau como Mossoró e Souza e fazendo com que também possamos ter o direito de estarmos na Transnordestina.

Sem esquecer da importância dos portos, apelo para que, dentro dos investimentos que o Governo Federal venha a fazer, além do Aeroporto de São Gonçalo, além da ferrovia que interliga todo o nosso Estado, a Transnordestina, que não esqueçamos tam-

bém do Porto de Natal e da ampliação do Porto Ilha de Areia Branca.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do Rio de Janeiro e, tenho certeza, em nome da bancada do bravo Estado do Rio de Janeiro, do Senador Dornelles e do Senador Paulo Duque, aplaudimos esse plano tão bem elaborado pelo Senador Eliseu Resende, uma figura destacada na vida pública brasileira, especialmente em Minas Gerais, nas mais altas tradições da política mineira.

Sr. Presidente, em especial nós do Rio de Janeiro queremos felicitá-lo, porque o Relator contemplou uma das maiores reivindicações da bancada do Rio de Janeiro, do povo do Rio de Janeiro, que é o trem-bala. Hoje, Sr. Presidente, o Rio de Janeiro vive com expectativa a aproximação da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

O Rio é candidato aos Jogos Olímpicos de 2016. Mas precisamos de transportes de massa que possam atender a esses eventos monumentais que estão se aproximando a cada dia.

Portanto, o projeto do trem-bala, que é uma antiga reivindicação do povo do meu Estado, está contemplado nesse plano, Sr. Presidente. Quero, então, parabenizar o Relator e agradecer a S. Ex^a em nome do povo do Rio de Janeiro.

Muitas pessoas não distinguem, mas o plano é federal, não trata de transportes municipais. Recebo muitos *e-mails*, sobretudo da capital do Rio de Janeiro, falando sobre Linha 4 do Metrô, falando sobre a ligação com o outro lado da Baía. Esses são projetos municipais.

Aqui, falamos dos modais federais, nacionais, aqueles que ligam Estados e que, portanto, são regulamentados por leis federais. Então, o metrô fica para a fase do Estado, para a discussão na Assembléia Legislativa. Aqui, vamos cuidar dos recursos para ele. E os temos colocado. A bancada do Rio de Janeiro tem colocado, prioritariamente, no Orçamento da União, os recursos para o metrô da nossa capital.

Mas o que queremos realmente celebrar aqui, Sr. Presidente, é que, no nosso Plano de Viação Nacional, temos agora a previsão legal do trem-bala, o que é fundamental para que ele possa ocorrer, ligando Rio, São Paulo e Campinas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia e, em seguida, ao Senador Valter Pereira.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a exemplo do que fizeram meus Pares aqui, gostaria de também externar meus cumprimentos ao Senador Eliseu Resende pelo seu trabalho. Não é surpresa, para nós que o conhecemos, um trabalho dessa qualidade. Mas gostaria de ressaltar principalmente a sua dedicação a esse setor, seu trabalho em relação à infra-estrutura.

Como aqui mencionaram, todos os Estados foram contemplados, de uma maneira ou de outra, e o meu Estado não ficou de fora. Assim, em nome do Estado de Goiás, quero externar meus cumprimentos e parabenizar o Senador Eliseu Resende. Ao mesmo tempo, também quero valorizar a pessoa do Senador Eliseu Resende, pois, sem dúvida nenhuma, trata-se de uma pessoa diferenciada por sua competência, por seu modo de tratar os colegas, os companheiros. É uma pessoa, para nós aqui nesta Casa, muito especial.

Portanto, Senador Eliseu Resende, receba os meus cumprimentos. Tenho certeza de que seu trabalho servirá não apenas para agora, mas para o futuro deste País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação e, finalmente, um apelo.

Olhando a fisionomia de brasileiros que disputaram eleições, olhando a fisionomia daqueles que foram em busca de votos, caminhando, palmilhando cada pedaço de chão deste País para chegar à Câmara Municipal, vejo um ar de cansaço, de desapontamento e de desesperança por estar aqui desde ontem.

Alguns já tiveram até que ser atendidos pelo serviço médico; outros estão até passando privações aqui nas instalações do Senado Federal. Fico com vergonha, porque eles esperam e nós não respondemos pela espera deles.

O apelo, Sr. Presidente, a todos os colegas: vamos abdicar de falar agora e vamos votar em favor dos vereadores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Inclusive, para fazer justiça, quero dizer que eles estão obedecendo ao nosso Regimento, porque nem aplaudir eles aplaudem. Ficam o tempo todo assim. *(Palmas.)*

Concedo a palavra...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Acabou, acabou...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Acabou a lista dos oradores. Vamos encerrar a discussão...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora é V. Ex^a?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu só quero fazer uma observação. Há um requerimento do Senador José Agripino e do Senador Arthur Virgílio de inversão da ordem desta sessão. Eu quero dizer o seguinte: concordo com a inversão se, logo após a inversão da ordem desta sessão, entrar a minha matéria, que é o fundo soberano.

Se houver isso, se houver a concordância de votarem o requerimento de urgência, concordamos e, nesta sessão, vamos para o item seguinte que será a PEC nº 20 dos Vereadores.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra, pela ordem, V. Ex^a

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de saber do Senador Romero Jucá sobre a nossa medida provisória de Santa Catarina.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Votaremos essa medida provisória logo após o fundo soberano, porque é votação simbólica, não precisa... As pessoas poderão ir, mas vamos aprovar, garanto que vamos aprovar.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por favor, estamos num processo...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, vamos votar, então, os dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Estamos num processo de votação. Vamos encerrar o processo. Senador Sérgio Zambiasi, não ouvi a voz de V. Ex^a hoje à noite, quero ouvi-la, pelo menos...

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a sua generosidade, Sr. Presidente. Apenas para me solidarizar a esse processo da PEC dos Vereadores, acho que pode até ser votada, mas entendo que também devemos votar a PEC dos Municípios, pois temos dois meses de prazo para resolvermos uma questão que pode levar à condição de distrito Municípios importantes do Brasil. E essa PEC exige quórum qualificado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer um registro e parabenizar o Líder Romero Jucá e parabenizá-lo por essa decisão soberana que faz justiça aos vereadores do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

Votação do substitutivo do Plano Nacional de Viação, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação das emendas de parecer favorável.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria, que será lida pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

PARECER Nº ,DE 2008
(Comissão Diretora)

Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176, de 1995, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176, de 1995, na Casa de origem), que *estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 17 de dezembro de 2008.

The image shows several handwritten signatures in black ink. The most prominent signature at the top is that of the President of the Commission, Garibaldi Alves Filho. Below it are other signatures, including one that appears to be 'Wale' at the bottom right. The signatures are written in a cursive, flowing style.

ANEXO AO PARECER Nº 1.314, DE 2008.

Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176, de 1995, na Casa de origem).

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação (SNV) e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação (SNV), sua composição, objetivos e critérios para sua implantação, em consonância com os incisos XII e XXI do art. 21 da Constituição Federal.

Art. 2º O SNV é constituído pela infra-estrutura física e operacional dos vários modos de transporte de pessoas e bens, sob jurisdição dos diferentes entes da Federação.

§ 1º Quanto à jurisdição, o SNV é composto pelo Sistema Federal de Viação e pelos sistemas de viação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º Quanto aos modos de transporte, o SNV compreende os subsistemas rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário.

CAPÍTULO II**DO SISTEMA FEDERAL DE VIAÇÃO**

Art. 3º O Sistema Federal de Viação (SFV) é composto pelos seguintes subsistemas:

- I – Subsistema Rodoviário Federal;
- II – Subsistema Ferroviário Federal;
- III – Subsistema Aquaviário Federal; e
- IV – Subsistema Aeroviário Federal.

Art. 4º São objetivos do Sistema Federal de Viação (SFV):

- I – assegurar a unidade nacional e a integração regional;
- II – garantir a malha viária estratégica necessária à segurança do território nacional;

III – promover a integração física com os sistemas viários dos países limítrofes;

IV – atender aos grandes fluxos de mercadorias em regime de eficiência, por meio de corredores estratégicos de exportação e abastecimento;

V – prover meios e facilidades para o transporte de passageiros e cargas, em âmbito interestadual e internacional.

Art. 5º Compete à União, nos termos da legislação vigente, a administração do SFV, que compreende o planejamento, a construção, a manutenção, a operação e a exploração dos respectivos componentes.

Art. 6º A União exercerá suas competências relativas ao SFV, diretamente, por meio de órgãos e entidades da administração federal, ou mediante:

I – delegação a Estado, Distrito Federal, Município ou consórcio entre esses entes, que atuarão em seu nome;

II – concessão, autorização ou arrendamento a empresa pública ou privada;

III – parceria público-privada.

§ 1º A delegação de que trata o inciso I do *caput* será formalizada mediante convênio, respeitadas as prerrogativas da União e assegurada a integridade do patrimônio objeto da delegação, na forma da Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão explorar a infra-estrutura delegada, diretamente ou mediante concessão, autorização ou arrendamento a empresa pública ou privada, respeitada a legislação federal.

Art. 7º A União poderá aplicar recursos financeiros no SFV, qualquer que seja o regime de administração adotado.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas nos incisos I a III do art. 6º, é vedada a aplicação de recursos da União em obra ou serviço que, nos termos do respectivo contrato ou outro instrumento de delegação, constitua responsabilidade de qualquer das demais partes envolvidas.

Art. 8º Os componentes físicos dos subsistemas integrantes do SFV integram as relações descritivas anexas a esta Lei e sujeitam-se às especificações e normas técnicas formuladas pela autoridade competente, qualquer que seja o regime de administração adotado.

Art. 9º As rodovias, ferrovias e vias navegáveis terão seu traçado indicado por localidades intermediárias ou pontos de passagem.

Parágrafo único. No caso de rodovias, ferrovias e vias navegáveis planejadas, as localidades intermediárias mencionadas nas relações descritivas são indicativas de traçado, não constituindo pontos obrigatórios de passagem do traçado definitivo.

Art. 10. A alteração de características ou a inclusão de novos componentes nas relações descritivas constantes dos anexos desta Lei somente poderá ser feita com base em critérios técnicos e econômicos que justifiquem as alterações e dependerão de:

I – aprovação de lei específica, no caso do transporte terrestre e aquaviário;

II – ato administrativo da autoridade competente, designada nos termos da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, no caso do transporte aéreo.

§ 1º São dispensadas de autorização legislativa as mudanças de traçado decorrentes de ampliação de capacidade ou da construção de acessos, contornos ou variantes, em rodovias, ferrovias e vias navegáveis.

§ 2º Nos casos previstos no § 1º, as mudanças serão definidas e aprovadas pela autoridade competente, em sua esfera de atuação.

Art. 11. A implantação de componente do SNV será precedida da elaboração do respectivo projeto de engenharia e da obtenção das devidas licenças ambientais.

§ 1º No caso de empreendimento cujo valor total seja superior a dez vezes o limite estabelecido no art. 23, I, c, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, serão exigidos estudos prévios que comprovem a viabilidade econômica e indiquem a prioridade do investimento.

§ 2º Para fins de implantação de componentes do SNV, serão considerados prioritários os investimentos que visem a:

I - conclusão de obras já iniciadas, desde que comprovada, em avaliação econômica e social, a viabilidade dos investimentos complementares ou marginais necessários, atendidas as exigências ambientais;

II - estruturação ou complementação de corredores estratégicos.

CAPÍTULO III

DOS SUBSISTEMAS FEDERAIS DE VIAÇÃO

Seção I

Do Subsistema Rodoviário Federal

Art. 12. O Subsistema Rodoviário Federal compreende todas as rodovias administradas pela União, direta ou indiretamente, nos termos dos arts. 5º e 6º desta Lei.

Art. 13. As rodovias integrantes do Subsistema Rodoviário Federal são classificadas, de acordo com a sua orientação geográfica, nas seguintes categorias:

I – Rodovias Radiais: as que partem da Capital Federal, em qualquer direção, para ligá-la a capitais estaduais ou a pontos periféricos importantes do País;

II – Rodovias Longitudinais: as que se orientam na direção Norte-Sul;

III – Rodovias Transversais: as que se orientam na direção Leste-Oeste;

IV – Rodovias Diagonais: as que se orientam nas direções Nordeste-Sudoeste ou Noroeste-Sudeste; e

V – Rodovias de Ligação: as que, orientadas em qualquer direção e não enquadradas nas categorias discriminadas nos incisos I a IV, ligam pontos importantes de duas ou mais rodovias federais, ou permitem o acesso a instalações federais de importância estratégica, a pontos de fronteira, a áreas de segurança nacional ou aos principais terminais marítimos, fluviais, ferroviários ou aeroviários constantes do SNV.

Art. 14. As rodovias integrantes do Subsistema Rodoviário Federal são designadas pelo símbolo “BR”, seguido de um número de três algarismos, assim constituído:

I – o primeiro algarismo indica a categoria da rodovia, sendo:

- a) 0 (zero), para as rodovias radiais;
- b) 1 (um), para as rodovias longitudinais;
- c) 2 (dois), para as rodovias transversais;
- d) 3 (três), para as rodovias diagonais; e
- e) 4 (quatro) para as rodovias de ligação;

II – os outros dois algarismos referem-se à posição geográfica da rodovia relativamente a Brasília e aos pontos cardeais, segundo sistemática definida pelo órgão competente.

Art. 15. O Anexo I apresenta a relação descritiva das rodovias pertencentes ao Subsistema Rodoviário Federal.

Art. 16. Fica instituída, no âmbito do Subsistema Rodoviário Federal, a Rede de Integração Nacional (Rinter), composta pelas rodovias que satisfaçam a um dos seguintes requisitos:

- I - promover a integração regional, interestadual e internacional;
- II - ligar capitais de Estados entre si ou ao Distrito Federal;
- III - atender a fluxos de transporte de grande relevância econômica; e
- IV - prover ligações indispensáveis à segurança nacional.

Art. 17. O Anexo II apresenta a relação descritiva das rodovias integrantes da Rinter.

Art. 18. Fica a União autorizada a transferir aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, mediante doação:

- I – acessos e trechos de rodovias federais envolvidos por área urbana ou substituídos em decorrência da construção de novos trechos;
- II – rodovias ou trechos de rodovias não integrantes da Rinter.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II, até que se efetive a transferência definitiva, a administração das rodovias será, preferencialmente, delegada aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios.

Art. 19. Fica a União autorizada a incorporar à malha rodoviária sob sua jurisdição trechos de rodovias estaduais existentes, cujo traçado coincida com diretriz de rodovia federal integrante da Rinter, mediante anuência dos Estados a que pertençam.

Seção II

Do Subsistema Ferroviário Federal

Art. 20. O Subsistema Ferroviário Federal é constituído pelas ferrovias existentes ou planejadas, pertencentes aos grandes eixos de integração interestadual, inter-regional e internacional, que satisfaçam a pelo menos um dos seguintes critérios:

- I – atender grandes fluxos de transporte de carga ou de passageiros;
- II – possibilitar o acesso a portos e terminais do Sistema Federal de Viação;
- III – possibilitar a articulação com segmento ferroviário internacional;
- IV – promover ligações necessárias à segurança nacional.

Parágrafo único. Integram o Subsistema Ferroviário Federal os pátios e terminais, as oficinas de manutenção e demais instalações de propriedade da União.

Art. 21. As ferrovias integrantes do Subsistema Ferroviário Federal são classificadas, de acordo com a sua orientação geográfica, nas seguintes categorias:

- I – Ferrovias Longitudinais: as que se orientam na direção Norte-Sul;
- II – Ferrovias Transversais: as que se orientam na direção Leste-Oeste;
- III – Ferrovias Diagonais: as que se orientam nas direções Nordeste-Sudoeste e Noroeste-Sudeste;

IV – Ferrovias de Ligação: as que, orientadas em qualquer direção e não enquadradas nas categorias discriminadas nos incisos I a III, ligam entre si ferrovias ou pontos importantes do País, ou se constituem em ramais coletores regionais; e

V – Acessos Ferroviários: segmentos de pequena extensão responsáveis pela conexão de pontos de origem ou destino de cargas e passageiros a ferrovias discriminadas nos incisos I a IV.

Art. 22. As ferrovias integrantes do Subsistema Ferroviário Federal são designadas pelo símbolo “EF” ou “AF”, indicativo de estrada de ferro ou de acesso ferroviário, respectivamente.

§ 1º O símbolo “EF” é acompanhado por um número de três algarismos, com os seguintes significados:

I – o primeiro algarismo indica a categoria da ferrovia, sendo:

- a) 1 (um), para as longitudinais;
- b) 2 (dois), para as transversais;
- c) 3 (três), para as diagonais; e
- d) 4 (quatro) para as ligações;

II – os outros dois algarismos indicam a posição da ferrovia relativamente a Brasília e aos pontos cardeais, segundo sistemática definida pelo órgão competente.

§ 2º O símbolo “AF” é seguido pelo número da ferrovia ao qual está ligado o acesso e complementado por uma letra maiúscula, seqüencial, indicativa dos diferentes acessos ligados à mesma ferrovia.

Art. 23. O Anexo III apresenta a relação descritiva das ferrovias que integram o Subsistema Ferroviário Federal.

Art. 24. Fica a União autorizada a desativar ou erradicar trechos ferroviários de tráfego inexpressivo, não passíveis de arrendamento ou concessão, assegurada a existência de alternativa de transporte para o atendimento aos usuários do trecho a ser desativado ou erradicado.

Parágrafo único. A União poderá alienar os bens decorrentes da desativação ou erradicação dos trechos ferroviários previstos no *caput* deste artigo.

Seção III

Do Subsistema Aquaviário Federal

Art. 25. O Subsistema Aquaviário Federal é composto de:

- I – vias navegáveis;
- II – portos marítimos e fluviais;
- III – eclusas e outros dispositivos de transposição de nível;
- IV – interligações aquaviárias de bacias hidrográficas;
- V – facilidades, instalações e estruturas destinadas à operação e à segurança da navegação aquaviária.

Art. 26. O Anexo IV apresenta a relação descritiva das vias navegáveis existentes e planejadas integrantes do Subsistema Aquaviário Federal, segundo a bacia ou rio em que se situem.

Art. 27. O Anexo V apresenta a relação descritiva dos portos marítimos e fluviais integrantes do Subsistema Aquaviário Federal, segundo a localidade e, no caso de portos fluviais, a bacia ou rio em que se situem.

Art. 28. O Anexo VI apresenta a relação descritiva das eclusas e outros dispositivos de transposição de nível existentes e planejados integrantes do Subsistema Aquaviário Federal, segundo a localidade e a bacia ou rio em que se situem.

Art. 29. A utilização de águas navegáveis de domínio de Estado ou do Distrito Federal, para navegação de interesse federal, nos termos da alínea “d” do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal, será disciplinada em convênio firmado entre a União e o titular das águas navegáveis.

Art. 30. Qualquer intervenção destinada a promover melhoramentos nas condições do tráfego em via navegável interior deverá adequar-se aos princípios e objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 31. As intervenções em corpo de água incluído na relação descritiva constante do Anexo V deverão preservar as condições de navegabilidade atual ou futura e dependem de autorização prévia da autoridade de transporte competente.

Art. 32. A exploração dos portos organizados e de instalações portuárias atenderá ao disposto na Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, independentemente do regime de administração adotado.

Art. 33. A exploração de travessia aquaviária coincidente com diretriz de rodovia ou ferrovia federal será sempre de competência da União.

Seção IV

Do Subsistema Aeroviário Federal

Art. 34. O Subsistema Aeroviário Federal é constituído de:

I – os aeródromos públicos que atendam ao tráfego aéreo civil, regular e alternativo, doméstico e internacional, no País ou sejam estratégicos para a integração e a segurança nacional;

II – o conjunto de aerovias, áreas terminais de tráfego aéreo e demais divisões do espaço aéreo brasileiro, necessárias à operação regular e segura do tráfego aéreo;

III – o conjunto de facilidades, instalações e estruturas terrestres de proteção ao voo e auxílio à navegação aérea.

Art. 35. O Anexo VII apresenta a relação descritiva dos aeroportos existentes e planejados integrantes do Subsistema Aeroviário Federal.

Art. 36. Serão classificados como de interesse federal os aeródromos públicos que se enquadrem em uma das seguintes situações:

I – os que atendem ou venham a atender, de acordo com as projeções de demanda por transporte aéreo, elaboradas pela autoridade aeronáutica, ao tráfego aéreo civil, regular ou não-regular, doméstico ou internacional, situados nas capitais dos Estados da Federação e do Distrito Federal;

II – aqueles que se situem nas áreas terminais de tráfego aéreo ou nas regiões metropolitanas, ou outros grandes aglomerados urbanos que exijam para sua gestão e planejamento a ação coordenada de todos os níveis da administração pública federal, estadual e municipal;

III – os que atendem ou venham a atender, de acordo com as projeções de demanda por transporte aéreo elaboradas pela autoridade aeronáutica, ao tráfego aéreo civil, regular, doméstico ou internacional no País;

IV – os que, em virtude da sua posição geográfica, venham a ser considerados alternativos aos aeroportos definidos nos incisos I, II e III, em conformidade com as exigências técnicas, operacionais e de segurança do tráfego aéreo;

V – aqueles que sejam de interesse para integração nacional, em razão de servirem a localidade isolada do território nacional, não atendida regularmente por outro modo de transporte;

VI – aqueles que sejam sede de facilidades, instalações e estruturas terrestres de proteção ao vôo e auxílio à navegação aérea necessários à operação regular e segura do tráfego aéreo;

VII – os que, em virtude da sua posição geográfica, venham a ser considerados de importância para a segurança nacional, tais como os localizados nas faixas de fronteira, em regiões insulares do mar brasileiro e que forem sede ou apoio de instalações ou organizações voltadas à defesa do território;

VIII – os que, em virtude de sua posição geográfica, venham a ser considerados de importância para o desenvolvimento socioeconômico do País, tais como os localizados em áreas próximas a grandes empreendimentos de exploração mineral de interesse nacional.

Art. 37. Fica a União autorizada a transferir para Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante convênio, a implantação, administração, operação, manutenção e exploração de aeródromos públicos, de acordo com esta Lei, a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, e a legislação aeronáutica em vigor.

CAPÍTULO IV

DOS SISTEMAS DE VIAÇÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS

Art. 38. Os Sistemas de Viação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios abrangem os diferentes meios de transporte e constituem parcelas do Sistema Nacional de Viação, com os objetivos principais de:

I – promover a integração do Estado e do Distrito Federal com o Sistema Federal de Viação e com as unidades federadas limítrofes;

II – promover a integração do Município com os Sistemas Federal e Estadual de Viação e com os Municípios limítrofes;

III – conectar, respectivamente:

- a) a capital do Estado às sedes dos Municípios que o compõem;
- b) a sede do Distrito Federal às suas regiões administrativas; e
- c) a sede do Município a seus distritos;

IV – possibilitar a circulação econômica de bens e prover meios e facilidades de transporte coletivo de passageiros, mediante oferta de infra-estrutura viária adequada e operação racional e segura do transporte intermunicipal e urbano.

Art. 39. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão, em legislação própria, os elementos físicos da infra-estrutura viária que comporão os respectivos sistemas de viação, em articulação com o Sistema Federal de Viação.

Art. 40. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão adequar suas estruturas administrativas para assumirem segmentos da infra-estrutura viária federal e a execução de obras e serviços que lhes forem outorgados pela União.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 41. Fica a União autorizada a realizar investimentos nas rodovias objeto da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, ainda não transferidas a Estado ou ao Distrito Federal, desde que destinados a:

I – manter condições normais de tráfego até a efetivação da transferência;

II – proporcionar as condições técnicas para efetivação da transferência, mediante projeto de restauração aprovado pela unidade da Federação para a qual a rodovia será transferida.

Parágrafo único. A realização dos investimentos a que se refere o inciso II fica condicionada a prévio compromisso do Estado ou Distrito Federal de receber definitivamente a rodovia beneficiada.

Art. 42. Para garantir a continuidade e a qualidade do atendimento aos usuários, a União poderá prorrogar por prazo de até 15 (quinze) anos, contados da data de publicação desta Lei, as permissões e autorizações de prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros alcançadas pelo art. 42 da Lei nº 8.987, de 13 fevereiro de 1995, desde que requerido pelo permissionário, observada a necessidade de assinatura de novo contrato de permissão que contenha cláusula de renúncia a eventuais direitos preexistentes que contrariem as disposições da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Parágrafo único. O requerimento de prorrogação pelo permissionário deverá ser apresentado no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 43. O art. 2º da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

“Art. 2º

.....

XIV – navegação de travessia: aquela realizada:

- a) transversalmente aos cursos dos rios e canais;
- b) entre dois pontos das margens em lagos, lagoas, baías, angras e enseadas;
- c) entre ilhas e margens de rios, de lagos, lagoas, baías, angras e enseadas, numa extensão inferior a onze milhas náuticas;
- d) entre dois pontos de uma mesma rodovia ou ferrovia interceptada por corpo de água.” (NR)

Art. 44. Ficam aprovadas as relações constantes dos Anexos desta Lei, que descrevem os componentes físicos da infra-estrutura existente ou planejada dos transportes rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário, com as respectivas regras de nomenclatura, que passam a compor o Sistema Federal de Viação, sob jurisdição da União.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Art. 46. Revogam-se a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; os arts. 1º a 3º da Lei nº 6.261, de 14 de novembro de 1975; a Lei nº 6.346, de 6 de julho de 1976; os arts. 1º a 3º da Lei nº 6.406, de 21 de março de 1977; a Lei nº 6.504, de 13 de dezembro de 1977; a Lei nº 6.555, de 22 de agosto de 1978; a Lei nº 6.574, de 30 de setembro de 1978; a Lei nº 6.630, de 16 de abril de 1979; a Lei nº 6.648, de 16 de maio de 1979; a Lei nº 6.671, de 4 de julho de 1979; a Lei nº 6.776, de 30 de abril de 1980; a Lei nº 6.933, de 13 de julho de 1981; a Lei nº 6.976, de 14 de dezembro de 1981; a Lei nº 7.003, de 24 de junho de 1982; a Lei nº 7.436, de 20 de dezembro de 1985; a Lei nº 7.581, de 24 de dezembro de 1986; a Lei nº 9.060, de 14 de junho de 1995; a Lei nº 9.078, de 11 de julho de 1995; a Lei nº 9.830, de 2 de setembro de 1999; a Lei nº 9.852, de 27 de outubro de 1999; a Lei nº 10.030, de 20 de outubro de 2000; a Lei nº 10.031, de 20 de outubro de 2000; a Lei nº 10.540, de 1º de outubro de 2002; a Lei nº 10.606, de 19 de dezembro de 2002; a Lei nº 10.680, de 23 de maio de 2003; a Lei nº 10.739, de 24 de setembro de 2003; a Lei nº 10.789, de 28 de novembro de 2003; a Lei nº 10.960, de 7 de outubro de 2004; a Lei nº 11.003, de 16 de dezembro de 2004; a Lei nº 11.122, de 31 de maio de 2005; os arts. 2º a 7º da Lei nº 11.297, de 9 de maio de 2006; o art. 20 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006; a Lei nº 11.475, de 29 de maio de 2007; o art. 12 da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007; o art. 11 da Lei nº 11.518, de 5 de setembro de 2007; a Lei nº 11.550, de 19 de novembro de 2007; a Lei nº 11.701, de 18 de junho de 2008; a Lei nº 11.729, de 24 de junho de 2008; a Lei nº 11.731, de 26 de junho de 2008; e os arts. 1º a 3º da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

ANEXO I
SUBSISTEMA RODOVIÁRIO FEDERAL
RELAÇÃO DESCRITIVA DAS RODOVIAS

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
	RODOVIAS RADIAIS				
010	Brasília - Paraná - Porto Nacional - Palmas - Carolina - Estreito - Porto Franco - São Miguel do Guamá - Belém	DF / GO / TO / MA / PA	1.951,2		
020	Brasília - Posse - Barreiras - Picos - Fortaleza	DF / GO / BA / PI / CE	2.081,0	010	33,6
040	Brasília - Três Marias - Belo Horizonte - Barbacena - Juiz de Fora - Três Rios - Rio de Janeiro (Praça Mauá)	DF / GO / MG / RJ	1.178,7		
050	Brasília - Cristalina - Uberlândia - Uberaba - Ribeirão Preto - Campinas - São Paulo - Santos	DF / GO / MG / SP	1.036,2	040	95,7
060	Brasília - Anápolis - Goiânia - Rio Verde - Jataí - Campo Grande - Fronteira com o Paraguai	DF / GO / MS	1.397,8		
070	Brasília - Jaraguá - Itaberai - Goiás - Itapirapuã - Aragarças - Barra do Garças - Cuiabá - Cáceres - Fronteira com a Bolívia	DF / GO / MT	1.320,5		
080	Brasília - Uruaçu - São Miguel do Araguaia - Luiz Alves (Divisa GO/MT) - Aló Brasil - São José do Xingu - Matupá - Cotriguaçu - Colniza - Nova União - Machadinho d'Oeste - Vale do Inaí - Ariqueemes	DF / GO / MT / RO	1.850,0		
	RODOVIAS LONGITUDINAIS				
101	Touros - Natal - João Pessoa - Recife - Maceió - Aracaju - Feira de Santana - Itabuna - São Mateus - Vitória - Campos - Niterói - Rio de Janeiro - Mangaratiba - Angra dos Reis - Caraguatatuba - Santos - Iguape - Antonina - Joinville - Itajaí - Florianópolis - Tubarão - Osório - São José do Norte - Rio Grande	RN / PB / PE / AL / SE / BA / ES / RJ / SP / PR / SC / RS	4.563,1	040	12,6
104	Macau - Pedro Avelino - Lajes - Cerro Corá - Ligação - Santa Cruz - Campina Grande - Caruaru - Maceió	RN / PB / PE / AL	674,6	101	6,2
110	Areia Branca - Mossoró - Augusto Severo - Patos - Monteiro - Cruzeiro do Nordeste - Petrolândia - Paulo Afonso - Ribeira do Pombal - Alagoínhas - entroncamento com BR-324	RN / PB / PE / BA	1.059,3	101	13,2

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
116	Fortaleza - Russas - Jaguaribe - Salgueiro - Canudos - Feira de Santana - Vitória da Conquista - Teófilo Otoni - Muriaé - Leopoldina - Além Paraíba - Teresópolis - entroncamento com BR-493 - entroncamento com BR-040 - Rio de Janeiro - Barra Mansa - Lorena - São Paulo - Registro - Curitiba - Lages - Porto Alegre - Pelotas - Jaguarão	CE / PB / PE / BA / MG / RJ / SP / PR / SC / RS	4.564,1	040 / 101	19,8
120	Araçuaí - Capelinha - Guanhães - Itabira - Nova Era - São Domingos da Prata - Ponte Nova - Ubá - Cataguases - Leopoldina - Providência - Volta Grande - Bom Jardim - Ponta do Forno	MG / RJ	989,2		
122	Chorozinho (BR-116) - Solonópole - Iguatu - Juazeiro do Norte - Petrolina - Juazeiro - Urandi - Montes Claros	CE / PE / BA / MG	1.801,9	116	4,5
135	São Luís - Peritoró - Pastos Bons - Bertolínea - Bom Jesus - Corrente - Cristalândia do Piauí - Barreiras - Correntina - Montalvânia - Januária - Montes Claros - Curvelo - Cordisburgo - Belo Horizonte	MA / PI / BA / MG	2.520,3	020 / 040	136,2
146	Patos de Minas - Araxá - Poços de Caldas - Bragança Paulista	MG / SP	683,0		
153	Marabá - Araguaína - Gurupi - Ceres - Goiânia - Itumbiara - Prata - Frutal - São José do Rio Preto - Ourinhos - Irati - União da Vitória - Porto União - Erechim - Passo Fundo - Soledade - Cachoeira do Sul - Bagé - Aceguá	PA / TO / GO / MG / SP / PR / SC / RS	3.565,0	060 / 080	57,0
154	Itumbiara - Ituiutaba - Campina Verde - Nhandeara - entroncamento com BR-153	GO / MG / SP	465,3		
156	Fronteira com a Guiana Francesa - Oiapoque - Calçoene - Macapá - Cachoeira de Santo Antônio - Laranjal do Jari	AP	804,2		
158	Marabá (entroncamento com BR-230) - Xinguara - Redenção - Ribeirão Cascalheira - Nova Xavantina - Aragarças - Jataí - Cassilândia - Paranaíba - Três Lagoas - Brasilândia - Panorama - Presidente Venceslau - Campo Mourão - Laranjeiras do Sul - Maravilhas - Irai - Cruz Alta - Santa Maria - Rosário do Sul - Santana do Livramento	PA / MT / MS / GO / SP / PR / SC / RS	3.696,2	060 / 070	37,4
163	Fronteira com o Suriname - Tiriós - Obidos - Alenquer - Santarém - Cachimbo - Cuiabá - Rondonópolis - Campo Grande - Rio Brilhante - Dourados - Guaitã - Barracão - São Miguel D'Oeste - Itapiranga - Tenente Portela	PA / MT / MS / PR / SC / RS	4.483,5	060 / 070	216,0
174	Fronteira com a Venezuela - Boa Vista - Caracará - Manaus - Canumã - Vilhena	RR / AM / MT	2.558,0		

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
	RODOVIAS TRANSVERSAIS				
210	Macapá - Caracarái - Içana - Fronteira com a Colômbia	AP / PA / RR / AM	2.464,7	156 / 163 / 174	400,0
222	Fortaleza - Pipiriri - Itapecuru-Mirim - Santa Inês - Açailândia - Marabá - entroncamento com BR-158	CE / PI / MA	1.558,1	010 / 020 / 135	120,6
226	Natal - Santa Cruz - Currais Novos - Augusto Severo - Pau dos Ferros - Jaguaribe - Crateús - Teresina - Presidente Dutra - Grajaú - Porto Franco - entroncamento com BR-153	RN / CE / PI / MA / TO	1.745,6	010 / 104 / 110 / 116 / 135	112,7
230	Cabedelo - João Pessoa - Campina Grande - Patos - Cajazeiras - Lavras da Mangabeira - Picos - Floriano - Pastos Bons - Balsas - Carolina - Estreito - Marabá - Altamira - Itaituba - Jacareacanga - Humaitá - Lábrea - Benjamin Constant	PB / PE / PI / MA / TO / PA / AM	4.995,7	010 / 020 / 101 / 116 / 135 / 153 / 163	345,7
232	Recife - Arco Verde - Salgueiro - Pamamirim	PE	557,1		
235	Aracaju - Jeremoabo - Canudos - Juazeiro - Petrolina - Remanso - Caracol - Bom Jesus - Alto Parnaíba - Araguacema - Cachimbo	SE / BA / PE / PI / PA	2.549,9	101 / 135	155,9
242	São Roque - Seabra - Ibotirama - Barreiras - Luis Eduardo Magalhães - Paranã - Querência - Gaúcha do Norte - Nova Ubiratã - Sorriso - Brasnorte - Juína	BA / TO / MT	2.691,0	010 / 020 / 101 / 122 / 135 / 153 / 158	168,4
251	Ilhéus - Pontal - Buerarema - Camacan - Salinas - Montes Claros - Unai - Brasília - Goianésia - Ceres - Cocalinho - Campinápolis - Marzagão - Fazenda São João - Novo Diamantino - Cuiabá - Tangará da Serra - Reserva do Cabaçal - Pontes e Lacerda - Vila Bela da Santíssima Trindade - Fronteira com a Bolívia	BA / MG / DF / GO / MT	3.520,0	080 / 101 / 116 / 122 / 158	147,9
259	João Neiva (BR-101) - Governador Valadares - Guanhães - Serro - Gouveia - Curvelo - Felixlândia (BR-040)	ES / MG	732,9	116 / 135	9,7
262	Vitória - Realeza - Belo Horizonte - Araxá - Uberaba - Frutal - Icém - Três Lagoas - Campo Grande - Aquidauana - Porto Esperança - Corumbá	ES / MG / SP / MS	2.294,8	040 / 060 / 101 / 153	148,4
265	Muriae - Barbacena - São João Del Rei - Lavras - Boa Esperança - Carmo do Rio Claro - São Sebastião do Paraíso - Bebedouro - São José do Rio Preto	MG / SP	921,7	120	19,6

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
267	Leopoldina - Juiz de Fora - Caxambu - Poços de Caldas - Araraquara - Lins - Presidente Venceslau - Rio Brillhante - Porto Murinho	MG / SP / MS	1.921,9	050 / 060 / 146 / 163	74,3
272	São Paulo - Sorocaba - Ibaiti - Campo Mourão - Goio Ère - Guaíra	SP / PR	904,1	153 / 158 / 163	11,6
277	Paranáguá - Curitiba - Irati - Relógio - Laranjeiras do Sul - Cascavel - Foz do Iguaçu	PR	760,8	116	23,6
280	São Francisco do Sul - Joinville - Porto União - São Lourenço do Oeste - Barracão - Dionísio Cerqueira	SC / PR	634,1	116 / 153 / 158 / 163	90,1
282	Florianópolis - Lages - Joaçaba - São Miguel D'Oeste - Fronteira com Argentina	SC	680,4	101	11,1
283	Campos Novos (BR-282) - Capinzal - Concórdia - Seara - Chapecó - São Carlos - Palmito - Mondai - Itapiranga - fronteira com a Argentina	SC	350,7	158 / 282	3,8
285	Araranguá - Jacinto Machado - Timbé - Bom Jesus - Vacaria - Passo Fundo - Santo Angelo - São Borja	SC / RS	747,8	101 / 116 / 153	17,1
287	Montenegro - Santa Cruz do Sul - Rincão dos Cabrais - Santa Maria - Santiago - São Borja	RS	538,3	153 / 158 / 287	28,5
290	Osório - Porto Alegre - São Gabriel - Alegrete - Uruguaiana	RS	730,5	116 / 153	75,0
293	Pelotas - Bagé - Santana do Livramento - Quaraí - Ponte da Concórdia - Uruguaiana	RS	535,7	116 / 158 / 290	62,9
	RODOVIAS DIAGONAIS				
304	Natal - Lajes - Mossoró - Aracati - Boqueirão do Cesário	RN / CE	424,6	101	10,2
307	Fronteira com a Venezuela - Içana - Benjamin Constant - Cruzeiro do Sul - Porto Valter - Marechal Taumaturgo	AM	1.707,4		
308	Belém - Capanema - Bragança - Vizeu - Carutapera - Turiacu - Madragoa - Cururupu - Mirinzal - Joaquim Antônio - Bequimano - entroncamento com MA-106 - Itaúna	PA / MA	633,6	010	105,5
316	Belém - Capanema - Peritoró - Teresina - Picos - Pamamirim - Cabrobó - Floresta - Petrolândia - Palmeiras dos Índios - Maceió	PA / MA / PI / PE / AL	2.056,1	010 / 020 / 110 / 135 / 222 / 226 / 230 / 308	188,3

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
317	Lábrea - Boca do Acre - Rio Branco - Xapuri - Brasília - Assis Brasil - Fronteira com o Peru	AM / AC	942,4		
319	Manaus - Careiro - Humaitá - Porto Velho - entroncamento com BR-364 (Trevo do Roque)	AM / RO	885,4	230	22,9
324	Balsas (entroncamento com BR-230) - Ribeiro Gonçalves - São Raimundo Nonato (entroncamento com BR-020) - Remanso (entroncamento com BR-235) - Jacobina - Capim Grosso - Feira de Santana - Salvador	MA / PI / BA	1.270,9	116 / 135	112,2
330	Balsas - Bom Jesus - Xiquexique - Seabra - Jequié - Ubaitaba	MA / PI / BA	1.266,5	116	3,3
342	Carinhanha - Espinosa - Salinas - Araçuaí - Teófilo Otoni - Linhares	BA / MG / ES	784,1	116	66,3
343	Luis Correia - Parnaíba - Piripiri - Teresina - Floriano - Bertolínea	PI	751,6	135 / 222 / 226 / 230 / 316 / 324	221,7
349	Araçaju - entroncamento com BR-101 - Itapicuru - Olindina - Mundo Novo - Seabra - Bom Jesus da Lapa - Santa Maria da Vitória - Correntina - Posse (entroncamento com BR-020)	SE / BA / GO	1.247,8	020 / 101 / 122 / 235 / 242	117,3
352	Goiania - Ipameri - Patos de Minas - Arapua - Tiros - Cedro do Abaeté - Abaeté - Pitangui - Pará de Minas	GO / MG	817,3	050 / 146	28,1
354	Cristalina - Patos de Minas - Formiga - Lavras - Cruzília - Caxambu - Vidinha - Engenheiro Passos	GO / MG / RJ	852,7	146 / 262 / 267 / 352	97,1
356	Belo Horizonte - Muriaé - Campos - São João da Barra	MG / RJ	472,9	040 / 101 / 120	37,7
359	Cocalinho - Alto Taquari - Alcinópolis - Coxim - Corumbá	GO / MT	1.216	262	13,7
361	Patos - Piancó - São José do Belmonte - entroncamento com BR-232	PB / PE	260,3		
363	Baía de Santo Antônio (Porto) - Alto da Bandeira	PE (Fernando de Noronha)	13,6		
364	Limeira - Matão - Frutal - Campina Verde - Chaveslândia - São Simão - Jataí - Rondonópolis - Cuiabá - Cáceres - Vilhena - Porto Velho - Abunã - Rio Branco - Sena Madureira - Feijó - Tarauacá - Cruzeiro do Sul - Mâncio Lima - fronteira com Peru	SP / MG / GO / MT / RO / AC	4.379,3	060 / 153 / 163	426,9
365	Montes Claros - Pirapora - Patos de Minas - Patrocínio - Uberlândia - Ituitaba - Chaveslândia	MG	875,7	050 / 364	22,2

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
367	Santa Cruz de Cabrália - Coroa Vermelha - Porto Seguro - Aracuaí - Diamantina - Gouveia	BA / MG	793,3	259 / 342	14,9
369	Oliveira - Campo Belo - Boa Esperança - Campos Gerais - Alfenas - Serraia - Cacoede - Pirassununga - Ourinhos - Londrina - Apucarana - Jandaia do Sul - Campo Mourão - Cascavel	MG / SP / PR	1.232,0	153 / 158 / 265 / 267 / 272 / 354	104,2
373	Limeira - Itapetininga - Apiaí - Ponta Grossa - Três Pinheiros - Francisco Beltrão - Barracão	SP / PR	961,9	163 / 280 / 272 / 277	182,1
374	Presidente Venceslau - Ourinhos - Avaré - Boituva - São Paulo	SP	573,9		
376	Dourados - Paranavai - Maringá - Apucarana - Ponta Grossa - São Luiz do Purunã - Curitiba - Garuva (entroncamento com BR-101)	MS / PR / SC	977,0	101 / 116 / 158 / 277 / 369 / 373	121,6
377	Carazinho - Santa Bárbara - Cruz Alta - Santiago - Alegrete - Quaraí	RS	505,5	158 / 285 / 290	112,8
381	São Mateus - Nova Venécia - Barra de São Francisco - Mantena - Central de Minas - Divino das Laranjeiras - Governador Valadares - Ipatinga - Belo Horizonte - Betim - Pouso Alegre - Bragança Paulista - São Paulo	ES / MG / SP	1.264,2	040 / 262	44,5
383	Conselheiro Lafaiete - São João Del Rei - Caxambu - Vidinha - Itajubá - Campos do Jordão - Pindamonhangaba - Ubatuba	MG / SP	571,4	040 / 116 / 267 / 354	54,0
386	São Miguel D'Oeste - Irajá - Carazinho - Soledade - Porto Alegre	SC / RS	531,7	153 / 158 / 163 / 287 / 377	160,6
392	Rio Grande (Porto) - Pelotas - Santa Maria - Tupanciretã - Santo Ângelo - fronteira com a Argentina	RS	715,8	116 / 158	88,5
393	Cachoeiro do Itapemirim - Itaperuna - Além Paraíba - Três Rios - Volta Redonda - entroncamento com BR-116	ES / RJ	458,2	040 / 116	5,1
	RODOVIAS DE LIGAÇÃO				
401	Boa Vista - Normandia - fronteira com a Guiana	RR	194,2		
402	Entroncamento com BR-135 - Parnaíba (BR-343) - Granja - Itapipoca - Umirim (entroncamento com BR-222)	MA / PI / CE	713,3	343	18,4
403	Acarau - Sobral - Crateús (entroncamento com BR-226)	CE	338,0	222 / 402	141,3

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
404	Piripiri - Crateús - Novo Oriente - Catarina - Iguatu - Icó	PI / CE	487,8	122 / 343	5,5
405	Mossoró - Jucuri - Mulungu - Apodi - Itaú - São Francisco do Oeste - Pau dos Ferros - Rafael Fernandes - José da Penha - Uirauna - Antenor Navarro - Marizópolis (entroncamento com BR-230)	RN / PB	255,0		
406	Macaú - Jandaíra - João Câmara - Natal	RN	175,4	101 / 104	10,3
407	Piripiri - São Miguel do Tapuio - Pimenteiras - Bocaina - Picos - Petrolina - Juazeiro - Capim Grosso - Rui Barbosa - Iramaia - Contendas do Sincorá - Sussuarana (entroncamento com BR-030) - Anagé (entroncamento com BR-116)	PI / PE / BA	1.482,6	020 / 230 / 235 / 242 / 343 / 404	90,0
408	Campina Grande - Recife	PB / PE	188,3	230	30,3
409	Feijó - Santa Rosa	AC	152,0		
410	Ribeira do Pombal - Tucano	BA	33,8		
411	Entroncamento com BR-307 - Elvira (fronteira com a Colômbia)	AM	85,0		
412	Farinha - Sumé - Monteiro	PB	146,6	110	17,6
413	Entroncamento com BR-307 - Caxias (Estrão do Equador) (fronteira com a Colômbia)	AM	40,0		
414	São Miguel do Araguaia - Porangatu - Minaçu - Colinas - Niquelândia - Anápolis	GO	719,7	070 / 153 / 251	51,6
415	Ilhéus - Itabuna - Vitória da Conquista	BA	201,3		
416	Entroncamento com BR-101 (Novo Lino) - Colônia Leopoldina - Ibateguara - entroncamento com BR-104 (São José da Laje)	AL	62,7	101 / 104	12,7
417	Afuá - Anajás - Ponta de Pedra	PA (Ilha de Marajó)	235,0		
418	Caravelas - Nauque - Carlos Chagas - Teófilo Otoni	BA/MG	302,2		
419	Entroncamento com BR-163 - Rio Verde de Mato Grosso - Aquidauana - Jardim (entroncamento com BR-060)	MT	381,7	060 / 163	64,1
420	Pojuca (entroncamento com BR-110) - Santo Amaro - São Roque - Nazaré - Laje - Muntipe - Jequiñá - Ubaira - Santa Inês - Itaquara - Jaguaquara - entroncamento com BR-116	BA	354,8	101 / 110 / 242 / 324	65,7
422	Entroncamento com BR-230 - Tucuruí - Cametá - Limoeiro do Ajuru	PA	335,7		
423	Caruaru - Garanhuns - Paulo Afonso - Juazeiro	PE / BA	542,8	110 / 232	24,6

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
424	Arco Verde - Garanhuns - Maceió	PE / AL	261,6	316	18,0
425	Abunã - Guajará-Mirim	RO	142,7	364	17,7
426	Entroncamento com BR-230 - Santana dos Garrotes - Princesa Isabel - entroncamento com BR-232	PB / PE	200,3	361	5,0
427	Currais Novos - Pombal	RN / PB	198,7	226	1,4
428	Cabrobó (entroncamento com BR-116) - Petrolina	PE	193,4	122 / 316	63,8
429	Ji-Paraná (entroncamento com BR-364) - Costa Marques (Rio Guaporé)	RO	385,9	364	41,9
430	Barreiras - Santana - Bom Jesus da Lapa - Caetitê	BA	414,7	242 / 349	90,7
431	Jundiá (entroncamento com BR-174) - Santa Maria do Boiaçu	RR	125,0		
432	Entroncamento com BR-401 - Cantá - Novo Paraíso - entroncamento com BR-174/BR-210	RR	217,2		
433	Entroncamento com BR-401 (km 183) - Boa Vista - Normandia - entroncamento com BR-174 (km 675,5)	RR	191,0		
434	Uiraúna (entroncamento com BR-405) - Poço D'Antas - divisa PB/CE - Icó (entroncamento com BR-116)	PB / CE	75,0		
436	Entroncamento com BR-158 (Aparecida do Taboado) - ponte rodoferroviária sobre o rio Paraná	MS	14,4		
437	Entroncamento com BR-405 (Jucuri) - Divisa RN/CE - entroncamento com BR-116	RN / CE	77,0		
439	Barra do Bugre - Cáceres	MT	146,0		
440	Entroncamento BR-040- entroncamento com BR-267 (Juiz de Fora)	MG	9,0		
441	Uruaçu - Niquelândia	GO	76		
445	Entroncamento com BR-290 - São Gabriel - entroncamento com BR-293 (Dom Pedrito)	RS	90,0		
447	Porto de Vitória (Cais de Capuaba) - entroncamento com BR-262	ES	13,9		
448	Entroncamento com BR-116/RS-118 - entroncamento com BR-290	RS	22,0		
449	Entroncamento com a BR-163 (anel viário de Campo Grande) - Santa Rita do Pardo - entroncamento com a BR-158 (Brasília) - divisa MS/SP (ponte sobre o rio Paraná)	MS	300		
450	Entroncamento com BR-020 - entroncamento com BR-040	DF	36,8		

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
451	Bocaiúva (BR-135) - Governador Valadares	MG	439,5	116 / 120 / 367	84,2
452	Rio Verde - Itumbiara - Tupaciguara - Uberlândia - Araxá	GO / MG	508,9	050 / 153 / 154 / 365	70,4
453	Entroncamento com BR-287 - Lajeado - Caxias do Sul - Aratinga - Torres	RS	324,7	386	5,1
454	Porto Esperança - Forte Coimbra (fronteira com a Bolívia)	MT	71,0		
455	Uberlândia - Campo Florido - Planura	MG	137,3		
456	Nhandeara - São José do Rio Preto - Matão	SP	218,2		
457	Cristalina - Goiânia	GO	235,8	050	29,5
458	Conselheiro Pena - Tarumirim - Iapu - entroncamento com BR-381	MG	175,9	116	15,7
459	Poços de Caldas - Lorena (entroncamento com BR-116) - Mabucaba (entroncamento com BR-101)	MG / SP	391,5	101 / 116 / 146	68,0
460	Cambuquira - Lambari - São Lourenço	MG	84,3		
461	Divisa SP/MG (Hidroelétrica de água Vermelha) - Iturama (entroncamento com BR-497) - União de Minas - entroncamento com BR-365 (Chaveslândia)	MG	110,0		
462	Patrocínio - Perdizes - entroncamento com BR-262	MG	100,6	452	4,6
463	Dourados - Ponta Porã	MS	112,5		
464	Inuitaba - Prata - Uberaba - entroncamento com BR-146	MG	494,9	050	34,9
465	Garganta Viúva Graça (entroncamento com BR-116) - Santa Cruz (entroncamento com BR-101)	RJ	31,9	101	9,1
466	Apucarana - Ivaiporã - Pitanga - Guarapuava - União da Vitória - Porto União	PR / SC	433,4	153 / 369 / 376	28,7
467	Porto Mendes - Toledo - Cascavel	PR	120,9	163	79,7
468	Palmeira das Missões (entroncamento com BR-158) - Coronel Bicaço - Campo Novo - Três Passos - fronteira com a Argentina	RS	140,3		
469	Porto Meira - Foz do Iguaçu - Parque Nacional	PR	35,3		
470	Navegantes - Itajaí - Blumenau - Curitiba - Campos Novos - Lagoa Vermelha - Nova Prata - Montenegro - São Jerônimo - Camaquã (entroncamento com BR-116)	SC / RS	833,4		
471	Soledade - Santa Cruz do Sul - Encruzilhada do Sul - Canguçu - Pelotas - Chuí	RS	671,2		

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
472	Frederico Wneshphalen - Três Passos - Santa Rosa - Porto Lucena - Porto Xavier - São Borja - Itaqui - Uruguiana - Barra do Quaraí	RS	649,5	290 / 468	13,1
473	São Gabriel (BR-290) - Bagé (BR-293) - Aceguá - Herval - entroncamento com BR-471	RS	392,8	153 / 290	60,3
474	Aimorés - Ipanema - Caratinga	MG	166,9		
475	Lage - Tubarão	SC	214,4	101 / 282	63,9
476	Apiai - Curitiba - Lapa - São Mateus - Porto União	SP / PR / SC	400,9		
477	Canoinhas - Papanduva - Blumenau	SC	213,9	116 / 470	18,6
478	Limeira - Sorocaba - Registro - Cananéia	SP	321,6	116	50,8
479	Januária - Arinos - Brasília	MG / GO / DF	470,0		
480	Pato Branco - entroncamento com BR-280 - São Lourenço do Oeste - Xanxerê - Chapecó - Erechim	PR / SC / RS	259,2	158 / 282	66,7
481	Cruz Alta - Arroio do Tigre - Sobradinho - entroncamento com BR-287 (Rincão dos Cabrais)	RS	175,2		
482	Safrá (entroncamento com BR-101) - Cachoeiro do Itapemirim - Jerônimo Monteiro - Guaçuí - Carangola - Fervedouro (BR-116) - Viçosa - Piranga - Conselheiro Lafaiete (entroncamento com BR-040/BR-383)	ES / MG	406,8	356	29,9
483	Itumbiara - Paranaíba	GO / MS	329,3	154 / 364	21,5
484	Colatina - Itaguaçu - Afonso Cláudio - Guaçuí - São José do Calçado - Bom Jesus do Itabapoana - Itaperuna	ES / RJ	343,4	262 / 356 / 393	55,9
485	Entroncamento com BR-116 - Parque Nacional das Agulhas Negras - Vale dos Lirios - Garganta do Registro (entroncamento com BR-354)	RJ / MG	51,4		
486	Itajaí - Brusque - Vidal Ramos - Bom Retiro (entroncamento com BR-282)	SC	182,4	101	2,4
487	Porto Felicidade (entroncamento com BR-163) - Pontal do Tigre - Campo Mourão - Ponta Grossa	MS / PR	659,9	163 / 272 / 373	99,5
488	Entroncamento com BR-116 - Santuário Nacional de Aparecida	SP	5,9		
489	Prado - entroncamento com BR-101	BA	51,5		
490	Campo Alegre (BR-050) - Ipameri - Caldas Novas - Morrinhos (BR-153)	GO	181,0		
491	São Sebastião do Paraíso (entroncamento com BR-265) - Monte Santo de Minas - Arceburgo - Guaxupé - Alfenas - Varginha - entroncamento com BR-381	MG	263,6	146	29,2

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
492	Morro do Coco (BR-101) - Cardoso Moreira (BR-356) - São Fidélis - Cordeiro - Nova Friburgo - Bom Sucesso - Sobradinho (BR-116) - Posse (BR-040) - Pedro do Rio (BR-040) - Avelar - Maçambará (BR-393)	RJ	390,5	040 / 116 / 356	16,6
493	Manilha - Magé - entroncamento com BR-116/BR-040 - Porto de Itaguaí	RJ	124,5	116	22,5
494	Entroncamento com BR-262 - Divinópolis - São João Del Rei - Andrelândia - Volta Redonda - Angra dos Reis	MG / RJ	519,2	101 / 381 / 383 / 393	84,4
495	Teresópolis - Itaipava (BR-040)	RJ	33,4	154 / 483	15,8
496	Pirapora - Corinto	MG	135,7		
497	Uberlândia - Campina Verde - Iturama - Porto Alencastro - entroncamento com BR-158	MG / MS	353,5		
498	Monte Pascoal - entroncamento com BR-101	BA	14,2		
499	Entroncamento com BR-040 - Cabangu	MG	14,9		
TOTAL			128.137,6		
TOTAL SEM SUPERPOSIÇÃO			121.022,3		7.115,3

ANEXO II
SUBSISTEMA RODOVIÁRIO FEDERAL
REDE DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (RINTER)
RELAÇÃO DESCRITIVA DAS RODOVIAS

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
	RODOVIAS RADIAIS				
010	Brasília - Paraná - Porto Nacional - Palmas - Carolina - Estreito - Porto Franco - São Miguel do Guamá - Belém	DF / GO / TO / MA / PA	1.951,2		
020	Brasília - Posse - Barreiras - Picos - Fortaleza	DF / GO / BA / PI / CE	2.081,0	010	33,6
040	Brasília - Três Marias - Belo Horizonte - Barbacena - Juiz de Fora - Três Rios - Rio de Janeiro (Praça Mauá)	DF / GO / MG / RJ	1.178,7		
050	Brasília - Cristalina - Uberlândia - Uberaba - Ribeirão Preto - Campinas - São Paulo - Santos	DF / GO / MG / SP	1.036,2	040	95,7
060	Brasília - Anápolis - Goiânia - Rio Verde - Jataí - Campo Grande - fronteira com Paraguai	DF / GO / MS	1.397,8		
070	Brasília - Jaraguá - Aragarças - Barra do Garças - Cuiabá - Cáceres - fronteira com Bolívia	DF / GO / MT	1.320,5		
080	Brasília - Uruaçu	DF / GO	228,6		
	RODOVIAS LONGITUDINAIS				
101	Touros - Natal - João Pessoa - Recife - Maceió - Aracaju - Feira de Santana - Itabuna - São Mateus - Vitória - Campos - Niterói - Rio de Janeiro - Mangaratiba - Angra dos Reis - Caraguatatuba - Santos - Iguape - Antonina - Joinville - Itajaí - Florianópolis - Tubarão - Osório	RN / PB / PE / AL / SE / BA / ES / RJ / SP / PR / SC / RS	4.563,1	040	12,6
116	Fortaleza - Russas - Jaguaribe - Salgueiro - Canudos - Feira de Santana - Vitória da Conquista - Teófilo Otoni - Muriaé - Leopoldina - Além Paraíba - Teresópolis - entroncamento com BR-493 - entroncamento com BR-040 - Rio de Janeiro - Barra Mansa - Lorena - São Paulo - Registro - Curitiba - Lages - Porto Alegre - Pelotas - Jaguarão	CE / PB / PE / BA / MG / RJ / SP / PR / SC / RS	4.564,1	040 / 101	19,8

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
135	São Luís - Peritoró - Pastos Bons - Bertolínea - Bom Jesus - Corrente - Cristalândia do Piauí - Barreiras - Correntina - Montalvânia - Januária - Montes Claros - Curvelo - Cordisburgo - Belo Horizonte	MA / PI / BA / MG	2.520,3	020 / 040	136,2
153	Marabá - Araguaína - Gurupi - Ceres - Goiânia - Itumbiara - Prata - Frutal - São José do Rio Preto - Ourinhos - Irati - União da Vitória - Porto União - Erechim - Passo Fundo - Soledade - Cachoeira do Sul - Bagé - Aceguá	PA / TO / GO / MG / SP / PR / SC / RS	3.565,0	060 / 080	57,0
156	Fronteira com Guiana Francesa - Oiapoque - Calçoene - Macapá - Cachoeira de Santo Antônio - Laranjal do Jari	AP	804,20		
158	Marabá (entroncamento com BR-230) - Xinguara - Redenção - Ribeirão Cascalheira - Nova Xavantina - Aragarças - Jataí	PA / MT / GO	1.966,5	070	10,2
163	Santarém - Cachimbo - Cuiabá - Rondonópolis - Campo Grande - Rio Brillante - Dourados - Guaira - Barracão - São Miguel D'Oeste	PA / MT / MS / PR / SC	3.356,0	060 / 070	216,0
174	Fronteira com Venezuela - Boa Vista - Caracará - Manaus	RR / AM	1.000,9		
RODOVIAS TRANSVERSAIS					
222	Fortaleza - Sobral - Piripiri	CE / PI	424,0	020	11,5
226	Estreito - Araguaína	MA / TO	123,8	153	52,0
230	Cabedelo - João Pessoa - Campina Grande - Patos - Cajazeiras - Lavras da Mangabeira - Picos - Floriano - Pastos Bons - Balsas - Carolina - Estreito - Marabá - Altamira - Itaituba - Jacareacanga - Humaitá - Lábrea	PB / PE / PI / MA / TO / PA / AM	4.284,4	010 / 020 / 101 / 116 / 135 / 153 / 163	345,7
232	Recife - Arco Verde - Salgueiro - Parnamirim	PE	557,1		
242	São Roque - Seabra - Ibotirama - Barreiras - Luis Eduardo Magalhães	BA	889,5		
251	Entroncamento com BR-116 - Salinas - Montes Claros	MG	349,1		
262	Vitória - Realeza - Belo Horizonte - Araxá - Uberaba - Frutal - Icém - Três Lagoas - Campo Grande - Aquidauana - Porto Esperança - Corumbá	ES / MG / SP / MS	2.294,8	040 / 060 / 101 / 153	148,4
277	Paranaguá - Curitiba - Irati - Relógio - Laranjeiras do Sul - Cascavel - Foz do Iguaçu	PR	760,8	116	23,6
282	Florianópolis - Lages - Joaçaba - São Miguel D'Oeste - Fronteira com Argentina	SC	680,4	101	11,1
285	Vacaria - Passo Fundo - Santo Angelo - São Borja	RS	377,5		

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
290	Osório - Porto Alegre - São Gabriel - Alegrete - Uruguiana	RS	730,5	116/ 153	75,0
RODOVIAS DIAGONAIS					
304	Natal - Lajes - Mossoró - Aracati - Boqueirão do Cesário	RN / CE	424,6	101	10,2
316	Belém - Capanema - Peritoró - Teresina - Picos - Parnamirim	PA / MA / PI / PE	1.470,6		
317	Rio Branco - Xapuri - Brasília - Assis Brasil - fronteira com Peru	AC	344,7		
319	Manaus - Careiro - Humaitá - Porto Velho	AM / RO	885,4	230	22,9
324	Capim Grosso - Feira de Santana - Salvador	BA	270,2	116	18,7
343	Luis Correia - Pamaiba - Piripiri - Teresina - Floriano	PI	592,8	230/ 316	88,8
364	Limeira - Matão - Frutal - Campina Verde - Chaveslândia - São Simão - Jataí - Rondonópolis - Cuiabá - Cáceres - Vilhena - Porto Velho - Abunã - Rio Branco - Sena Madureira - Feijó - Tarauacá - Cruzeiro do Sul - Mâncio Lima - Fronteira com Peru	SP / MG / GO / MT / RO / AC	4.379,3	060/ 153 / 163	426,9
365	Montes Claros - Pirapora - Patos de Minas - Patrocínio - Uberlândia - Ituiutaba - Chaveslândia	MG	875,7	050/ 364	22,2
369	Ourinhos - Londrina - Jandaia do Sul - Apucarana - Campo Mourão - Cascavel	SP / PR	525,6	153	11,4
376	Dourados - Paranavaí - Maringá - Apucarana - Ponta Grossa - São Luiz do Purunã - Curitiba - Garuva	MS / PR	977,0	101 / 116 / 277 / 369	90,9
381	Governador Valadares - Ipatinga - Belo Horizonte - Betim - Pouso Alegre - Bragança Paulista - São Paulo	MG / SP	889,7	040 / 262	44,5
393	Além Paraíba - Três Rios - Volta Redonda - entroncamento com BR-116	RJ	194,0	040 / 116	2,9
RODOVIAS DE LIGAÇÃO					
401	Boa Vista - Normandia - fronteira com Guiana	RR	194,2		
407	Picos - Petrolina - Juazeiro - Capim Grosso	PI / PE / BA	554,9	020 / 230	10,3
425	Abunã - Guajará-Mirim	RO	142,7		
463	Dourados - Ponta Porã	MS	112,5		

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	EXTENSÃO (km)
469	Porto Meira - Foz do Iguaçu - Parque Nacional	PR	35,3		
471	Pelotas - Chui	RS	256,9		
485	Entroncamento com BR-116 - Parque Nacional das Agulhas Negras - Vale dos Lírios - Garganta do Registro (BR-354)	RJ / MG	51,4		
488	Entroncamento com a BR-116 - Santuário Nacional de Aparecida	SP	5,9		
493	Entroncamento com BR-101 Norte (Manilha) - Magé - entroncamento com BR-116 Norte (Santa Gútherrmina) - Entroncamento com BR-116/BR-040 - entroncamento com BR-116 Sul - entroncamento com BR-101 Sul - porto de Itaguaí	RJ	124,5	116	22,5
498	Monte Pascoal - entroncamento com BR-101	BA	14,2		
499	Entroncamento com BR-040 - Cabangu	MG	14,9		
TOTAL			56.343,00		2.020,60
TOTAL SEM SUPERPOSIÇÃO			54.322,40		

ANEXO III
SUBSISTEMA FERROVIÁRIO FEDERAL
RELAÇÃO DESCRITIVA DAS FERROVIAS

EF / AF	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				EF	EXTENSÃO (km)
	FERROVIAS LONGITUDINAIS				
EF-101	Macau - Natal - Paula Cavalcante - Itabaiana - Recife - Escada - Catende - Lourenço Albuquerque - Aracajú - São Francisco	RN / PB / AL / PE / SE / BA	1.772		
AF-101 A	Cabedelo - João Pessoa - Paula Cavalcante	PB	50		
AF-101 B	Prazeres - Cinco Pontas	PE	12		
AF-101 C	Lourenço Albuquerque - Maceió	AL	35		
AF-101 D	Escada - Suape	PE	16		
EF-103	Salvador - Mapele - Araújo Lima - Brumado - Corinto - Sete Lagoas - General Carneiro (BH)	BA / MG	1.646		
EF-105	Pecém - Catuana - Água Verde - Quixeramobim - Arrojado - Missão Velha - Salgueiro - Parnamirim - Petrolina - Juazeiro - Senhor do Bonfim - São Francisco - Camaçari - Mapele	CE / PE / BA	1.330		
AF-105 A	Missão Velha - Crato	CE	37		
AF-105 B	Senhor do Bonfim - Campo Formoso	BA	32		
EF-110	Cachoeiro do Itapemirim - Ponta do Ubu - Vitória	ES	150		
EF-118	Vitória - Cachoeiro do Itapemirim - Murundu - Campos - Visconde de Itaboraí - São Bento - Barão de Mauá - Praia Formosa	ES / RJ	656		
EF-124	Ferrugem - Ibirité - Jeceaba - Joaquim Murtinho - Juiz de Fora - Três Rios - Barra do Pirai - Japeri - Brissamar - Sepetiba	MG / RJ	619		
AF-124 A	Ibirité - Águas Claras	MG	20		
AF-124 B	Japeri - Honório Gurgel - Arará	RJ	62		

EF / AF	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				EF	EXTENSÃO (km)
AF-124 C	Brisamar - Itaguaí	RJ	5		
AF-124 D	Brisamar - Guaíba	RJ	29		
EF-128	Belo Horizonte - Andaima - Jeceaba - Pátio de Itutinga - Saudade - Barra Mansa	MG / RJ	350		
EF-130	Divinópolis - Engenheiro Bhering - Três Corações - / Cruzeiro	MG / SP	565		
AF-130 A	Três Corações - Varginha	MG	34		
EF-140	Roncador Novo - Brasília	GO / DF	245		
EF-143	Anápolis - Jarina - Roncador Novo - Goiandira - Araguari - Uberlândia - Uberaba - Ribeirão Preto - Aguai - Boa Vista - Mairinque	GO / MG / SP	1.200		
AF-143 A	Jarina - Goiânia	GO	26		
AF-143 B	Aguai - Bauxita	SP / MG	65		
AF-143 C	Goiandira - Catalão	GO	34		
EF-151	Belém - Barcarena - Açailândia - Porto Franco - Araguaína - Colinas do Tocantins - Guaraí - Porto Nacional - Alvorada - Porangatu - Uruaçu - Anápolis - Rio Verde - Aparecida do Taboado - Santa Fé do Sul - Panorama	PA / MA / TO / GO / MG / MS / SP	3.100		
EF-152	Tubarão - Esplanada - Engenheiro Paz Ferreira - Posto União - Rio Fiorita	SC	125		
AF-152 A	Paz Ferreira - Posto Sangão	SC	9		
AF-152 B	Esplanada - Urussanga	SC	33		
EF-153	Iperó - Itapeva - Entroncamento - Pinhalzinho - Uvaranas / Engenheiro Bley - Mafra - Lages - Jaboticaba - Roca Sales - Corvo - General Luz - Pelotas	SP / PR / SC / RS	1.242		
AF-153 A	Entroncamento - Apiáí	SP	30		
AF-153 B	Jaboticaba - Bento Gonçalves - Carlos Barbosa	RS	68		

EF / AF	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				EF	EXTENSÃO (km)
AF-153 C	Corvo - Estrela	RS	14		
EF-154	Marques dos Reis - Jaguariáiva - Raul de Mesquita - Uvaranas / Engenheiro Gutierrez - Porto União - Passo Fundo - Cruz Alta - Santa Maria - Dilermando de Aguiar - Cacequi - Entroncamento - Santana do Livramento	PR / SC / RS	1.643		
AF-154 A	Jaguariáiva - Sengés	PR	52		
EF-156	Serra do Navio - Porto Santana	AP	194		
EF-165	Indubrasil - Maracaju - Ponta Porã	MS	304		
EF-170	Santarém - Cuiabá	PA / MT	1.800		
	FERROVIAS TRANSVERSAIS				
EF-201	Mucuripe - Parangaba - Fortaleza - Catuana - Sobral - Nova Russas - Crateús - Altos - Teresina - São Luís	CE / PI / MA	1.218		
AF-201 A	Piçarra - Itaquí	MA	17		
EF-203	Cabedelo - João Pessoa - Paula Cavalcante - Souza - Itabaiana - Arrojado	PB / CE	579		
EF-232	Recife - Salgueiro - Trindade - Araripina - Eliseu Martins - Ribeiro Gonçalves - Balsas - Estreito	PE / PI / MA	1.770	EF-105	65
EF-262	Vitória - Km 15 - Piraqueçu - Governador Valadares - Desembargador Drumont - Itabira - Nova Era - Santa Bárbara - General Carneiro - Eldorado - Divinópolis - Garças de Minas - Ibiá - Patrocínio - Araguari - Uberlândia - Alto Araguaia	ES / MG / GO / MT	1.462	EF-143	46
AF-262 A	Km 15 - Tubarão	ES	11		
AF-262 B	Piraqueçu - Portocel - Mucuri	ES	42		
EF-262 C	Desembargador Drumont - Itabira - João Paulo	MG	5		
AF-262 D	Desembargador Drumont - Piçarrão	MG	12		

EF / AF	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				EF	EXTENSÃO (km)
EF-265	Santos - Perequê - Paratinga - Evangelista de Sousa - Mairinque - Iperó - Rubião Junior - Bauru - Campo Grande - Indubrasil - Agente Inocêncio - Corumbá	SP / MS	1.797		
AF-265 A	Agente Inocêncio - Porto Esperança	MS	4		
AF-265 B	Corumbá - Ladário	MS	6		
EF-266	Itirapina - Bauru - Panorama	SP	506		
EF-267	Panorama - Maracaju - Porto Murtinho	SP / MS	750		
EF-270	Rubião Junior - Ourinhos - Presidente Epitácio	SP	567		
EF-271	Rio de Janeiro - Nova Iguaçu - Barra Mansa - Resende - Cruzeiro - Guaratinguetá - São José dos Campos - Mogi das Cruzes - São Paulo - Campinas	RJ / SP	550	381	100
AF-276	Morretes - Antonina	PR	15		
AF-276	Desvio Ribas - Tibagi	PR	17		
EF-276	Paranaguá - Morretes - Pinhais - Araucária - Engenheiro Bley - Desvio Ribas - Uvaranas - Ipiranga - Guarapuava - Cascavel - Foz do Iguaçu	PR / MS	693		
EF-277	Paranaguá - Alexandra - Pinhais	PR	102		
EF-280	Itajaí - Santa Cecília - Herval D'Oeste	SC	330		
EF-285	Dilermando de Aguiar - Santiago - São Borja	RS	224		
EF-290	Porto Alegre - General Luz - Santa Maria - Dilermando de Aguiar - Cacequi - Entroncamento - Uruguiana	RS	705	EF 154	122
	FERROVIAS DIAGONAIS				
EF-302	General Carneiro - Esperança - Lafaiete Bandeira - Ponte Nova - Ligeação - Recreio - Campos - Goitacazes	MG / RJ	665		
AF-302 A	Miguel Burnier - Joaquim Murtinho	MG	20		

EF / AF	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				EF	EXTENSÃO (km)
EF-315	Ponta da Madeira - Açailândia - Carajás	MA / PA	892		
EF-334	Ilhéus - Brumado - Bom Jesus da Lapa - Barreiras - Luis Eduardo Magalhães - Alvorada - Lucas do Rio Verde	BA / TO / MT	2.675		
EF-348	Garças de Minas - Arcos - Engenheiro Bhering - Barra Mansa - Angra dos Reis	MG / RJ	602		
AF-348 A	Arcos - CSN	MG	12		
EF-350	Corinto - Pirapora - Unai - Luziânia	MG / GO	450		
EF-351	Barra do Pirai - Barra Mansa - Saudade - Cruzeiro - São José dos Campos - Manuel Feio - Campo Limpo Paulista - Jundiá - Campinas	RJ / SP	387		
AF-351 A	Campo Limpo Paulista - Brás	SP	52		
AF-351 B	Manuel Feio - Brás	SP	31		
EF-352	São José dos Campos - Mogi das Cruzes	SP	101		
EF-354	Litoral Norte Fluminense - Muriaé - Ipatinga - Paracatu - Brasília - Unaçu - Lucas do Rio Verde - Vilhena - Porto Velho - Rio Branco - Cruzeiro do Sul - fronteira com Perú (Boqueirão da Esperança)	RJ / MG / GO / DF / MT / RO / AC	4400	EF-334	500
EF-360	Ribeirão Preto - Itaú	SP / MG	184		
EF-362	Manuel Feio - Vila Califórnia - Rio Grande da Serra - Paranapiacaba - Piaçaguera - Areais - Santos	SP	79		
AF-362 A	Rio Grande da Serra - Brás	SP	35		
AF-362 B	Piaçaguera - Conceiçãozinha	SP	17		
EF-363	Araraquara - Colômbia	SP	253		
EF-364	Santos - São Paulo - Campinas - Araraquara - Rubinéia - Aparecida do Taboado - Rondonópolis - Cuiabá	SP / MS / MT	1.724	EF -151	5
EF-365	Ourinhos / Marques dos Reis / Apucarana / Cianorte	SP / PR	413		
EF-370	Pátio de Itutinga - São Paulo	MG / RJ	408		

EF / AF	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				EF	EXTENSÃO (km)
EF-375	Santos - Samaritã - Cajati	SP	164		
EF-381	Belo Horizonte - Divinópolis - Varginha - Poços de Caldas - Campinas - São Paulo - Sorocaba - Itapetininga - Apiaí - Curitiba	MG / SP / PR	1.150	EF-271	100
EF-385	Araucária - Rio Branco do Sul	PR	81		
EF-390	Rio Grande - Quinta - Pelotas - Bagé - Cacequi	RS	475		
AF-390 A	Quinta - 4ª Seção da Barra	RS	27		
AF-390 B	Pelotas - Porto	RS	20		
	FERROVIAS DE LIGAÇÃO				
EF-401	Catuana - Água Verde	CE	67		
EF-402	Quixeramobim - Nova Russas	CE	200		
EF-403	Arrojado - Souza - Itabaiana	CE / PB	490		
EF-406	Vila Califórnia - Evangelista de Souza	SP	45		
EF-410	Areia Branca - Mossoró - Souza	RN / PB	310		
AF-410	Macau - Mossoró	RN	100		
EF-430	Ibiá - Araxá - Uberaba	MG	273		
AF-430 A	Araxá - Arafétil	MG	12		
EF-431	Patrocínio - Sete Lagoas	MG	230		
EF-435	Ribeirão Preto - Passagem	SP	63		
EF-444	Nova Era - Costa Lacerda - Lafaiete Bandeira - Fábrica	MG	138		
EF-451	São Francisco do Sul - Itajaí - Imbituba	SC	270		
EF-454	Recreio - Três Rios	MG / RJ	128		
EF-463	Ipatinga - Capitão Martins - Ponte Nova - Ubá - Ligação - Furtado Campos - Bica - Três Rios	MG / RJ	412		
EF-471	Roca Sales - Passo Fundo	RS	152		

EF / AF	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				EF	EXTENSÃO (km)
EF-473	Ipiranga - Apucarana	PR	241		
EF-478	Guarapuava - Engenheiro Gutierrez	PR	139		
EF-482	Raul de Mesquita - Harmonia	PR	116		
EF-484	Maracaju - Dourados - Mundo Novo - Guaíra - Toledo - Cascavel	MS / PR	500		
EF-485	São Francisco do Sul - Mafra - Porto União	SC	460	EF-451	25
EF-493	Cruz Alta - Santo Ângelo - Santa Rosa	RS	181		
EF-494	Santiago - Cerro Largo - Santo Ângelo	RS	224		
TOTAL			46.332		863
TOTAL SEM SUPERPOSIÇÃO			45.469		

ANEXO IV
SUBSISTEMA AQUAVIÁRIO FEDERAL
RELAÇÃO DESCRITIVA DAS VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES

VIA NAVEGÁVEL ¹	TRECHO ²	EXTENSÃO ³ (km)
REGIÃO HIDROGRÁFICA AMAZÔNICA		
Abunã	Da cidade de Plácido de Castro (AC) à foz, no rio Madeira	270
Acre	Da cidade de Brasiléia (AC) à foz, no rio Purus, afluente do rio Solimões	640
Alegre (afluente do rio Guaporé)	Da latitude 15°50' Sul à foz, no rio Guaporé, afluente do rio Mamoré	220
Amazonas	Da confluência dos rios Negro e Solimões à foz, no Oceano Atlântico	1.488
Anajás (Ilha do Marajó)	Da longitude 49°33' Oeste à foz, no rio Amazonas	240
Arinos (afluente do rio Juruena)	Do rio Preto, afluente da margem esquerda, à foz, no rio Juruena, formador do rio Tapajós	450
Aripuanã (afluente do rio Madeira)	Da foz, junto à cidade de Novo Aripuanã, até o cruzamento com a BR-230 (Transamazônica), no Município de Prainha	328
Atuá (ilha do Marajó)	Do rio São Miguel, afluente da margem esquerda, à foz, no rio Tocantins, na Baía de Marajó	80
Branco	Da confluência dos rios Uraricoera e Tacutu à foz, no rio Negro, formador do rio Amazonas	594
Canhumã ou Arariazinho, paraná	Do rio Canumã até à foz, no rio Madeira, próximo à cidade de Nova Olinda do Norte (AM)	27
Canumã	Da confluência dos rios Acari e Sucunduri, seus formadores, à foz, no paraná Canhumã (Arariazinho), que o interliga ao rio Madeira	210
Coari	Da foz, no lago Coari, até 60 km das bases da PETROBRAS	358
Coari, lago (AM)	Do rio Urucu à confluência com o rio Solimões	65
Cuminã / Paru D'Oeste	Da foz até 10km a jusante de Tiriós	430
Embira ou Envira	Da cidade de Novo Japão (AC) à foz no rio Tarauacá, afluente do rio Juruá, tributário do rio Solimões	280
Guaporé	Da latitude 59°30' Oeste até a foz, no rio Mamoré, formador do rio Madeira	1.240
Iaco	Da cidade de São Pedro do Icó (AC) à foz, no rio Purus, afluente do rio Solimões	105
Içá	Da fronteira do Brasil com a Colômbia à foz, no rio Solimões, formador do rio Amazonas	390
Iriri (afluente do rio Xingu)	Da latitude 6°20' Sul à foz, no rio Xingu, afluente do rio Amazonas	570

¹ As vias navegáveis compreendem: Rio, Riacho, Lago, Lagoa, Córrego, Ribeirão, Paraná e Canal. Quando não for explicitado o tipo, trata-se de Rio.

² Não havendo indicação contrária, os trechos são descritos de montante para jusante.

³ Extensão aproximada, medida pelo talvegue do curso d'água.

VIA NAVEGÁVEL ¹	TRECHO ²	EXTENSÃO ³ (km)
Japurá	Da Vila Bittencourt (AM) à foz, no rio Solimões, formador do rio Amazonas	721
Jari	Do sopé da Cachoeira Santo Antônio à foz, no rio Amazonas	150
Javari	Da boca do rio Javari-Mirim, seu afluente da margem esquerda, à foz, no rio Solimões	510
Juruá	Da cidade de Marechal Taumaturgo (AC) à foz, no rio Solimões	3.400
Juruena	Da latitude 11°05' Sul à confluência com o rio Teles Pires, formador do rio Tapajós	550
Jutai	Da confluência com o rio Mutum à foz, no rio Solimões	800
Machado ou Ji-paraná (afluente do rio Madeira)	Da cidade de Ji-Paraná (RO) à sua foz, no rio Madeira, afluente do rio Amazonas	700
Madeira	Da confluência dos rios Beni (Bolívia) e Mamoré à foz, no rio Amazonas	1.470
Madeirinha (afluente do rio Madeira)	Da foz, no rio Aripuanã, até próximo a Ji-Paraná	480
Mamoré	Do rio Guaporé à confluência com o rio Beni (Bolívia), formador do rio Madeira	268
Manacapuru	Da foz, no rio Solimões, até 319,34 km a montante	320
Mapuera	Da foz (1 km a montante da cachoeira Porteira) à reserva indígena Nhamundá/Mapuera	140
Nhamundá	Da latitude 1°50' Sul à foz, no rio Amazonas (grande calha), próximo à cidade de Nhamundá (AM)	80
Negro	Da cidade de Cucuí (AM) à confluência com o rio Solimões	1.160
Oiapoque	Da cidade de Oiapoque (AP) à foz, no Oceano Atlântico	60
Paru	Da latitude 0°20' Sul à foz, no rio Amazonas, próximo a Almeirim (PA)	200
Pimenteiras (afluente do rio Guaporé)	Da foz, no rio Guaporé, até 48,75 km a montante	50
Piracutu (afluente do rio Nhamundá)	Da latitude 2°05' Sul à foz, na margem direita do rio Nhamundá, afluente do rio Amazonas	30
Purus	Da cidade de Manoel Urbano (AC) à foz, no rio Solimões, formador do rio Amazonas	3.000
Sangue (formador do rio Guaporé)	Da foz, no rio Juruena, até 313,45 km a montante	315
Solimões	Da cidade de Tabatinga (AM) à confluência com o rio Negro, formador do rio Amazonas	1.620
Sucunduri (formador do rio Canumã)	Da latitude 6°45' Sul à sua confluência com o rio Acari, também formador do rio Canumã	280
Tapajós	Da confluência dos rios Juruena e Teles Pires à foz, no rio Amazonas	851
Tarauacá	Da cidade de Tarauacá (AC) à foz, no rio Juruá, afluente do rio Solimões	570
Tefé	Da comunidade de Conceição, no Município de Tefé	250

VIA NAVEGÁVEL ¹	TRECHO ²	EXTENSÃO ³ (km)
	(AM) à foz, no Lago Tefé (AM)	
Tefé, lago (Estado do Amazonas)	Do rio Tefé à confluência com o rio Solimões	40
Teles Pires ou São Manuel	Do sopé da Cachoeira Oscar Miranda, no Município de Sinop (MT), à confluência com o rio Juruena, formador do rio Tapajós	725
Trombetas	Do sopé da Cachoeira Porteira, no Município de Oriximiná (PA), à foz, no rio Amazonas	260
Uapés	Da latitude 1°25' Sul à foz, no rio Negro, afluente do rio Amazonas	310
Uatumã	Do sopé da Barragem da UHE de Balbina (AM) até à foz, no rio Amazonas	295
Urucu	Da longitude 64°45' Oeste à foz, no Lago Coari (AM)	400
Xingu	Da latitude 10°45' Sul à foz, no rio Amazonas	900
Total		28.890
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TOCANTINS-ARAGUAIA		
Anapu (afluente do rio Pará)	Da cidade de Carvalho (PA) à foz, no rio Pará, na Baía do Portel	150
Araguaia	Do ribeirão Guariroba, seu afluente da margem esquerda, à foz, no rio Tocantins	1.938
Caxiuanã (afluente do rio Anapu)	Da cidade de Carvalho (PA) até 10 km do divisor de águas	150
Capim	Do cruzamento com a rodovia PA-256, no Município de Paragominas (PA), à foz, no rio Guamá	372
Claro	Da cidade de Israelândia (GO) à foz, no rio Araguaia	180
Guamá	Da cidade de São Miguel do Guamá (PA) à foz, no rio Tocantins, na Baía de Marajó	157
Itacaiúnas (afluente do rio Tocantins)	Da latitude 6°30' Sul à foz, na margem esquerda do rio Tocantins	420
Mortes (afluente do rio Araguaia)	Da cidade de Nova Xavantina (MT) à foz, no rio Araguaia	500
Moju	Da cidade de Cairari (PA) à foz, no rio Guamá	170
Pará	Da cidade de Portel (PA) à foz, no rio Tocantins	140
Paraná	Da cidade de Paranã (TO) à foz, no rio Tocantins	60
Sono	Da nascente, na Lagoa Três Rios, na divisa BA/TO, à foz, no rio Tocantins	400
Tocantins	Do lago da Barragem de Serra da Mesa (GO), inclusive, à foz, no Oceano Atlântico	2.100
Total		6.737
REGIÃO HIDROGRÁFICA ATLÂNTICO NORDESTE OCIDENTAL		
Aurá	De São Bento (MA) à foz, na Baía de São Marcos	40
Grajaú (afluente do rio Mearim)	Da cidade de Grajaú (MA) à foz, no rio Mearim	624
Gurupi	Da foz do rio Gurupi-Mirim, seu afluente da margem esquerda, à foz, na Baía Gurupi, no Oceano Atlântico	160
Mearim	Da cidade de Barra do Corda (MA) à foz, na Baía de São Marcos	645
Munim	Da cidade de Nina Rodrigues (MA) à foz, na Baía de São	110

VIA NAVEGÁVEL ¹	TRECHO ²	EXTENSÃO ³ (km)
	José	
Pindaré (afluente do rio Mearim)	Da cidade de Buriticupu (MA) à foz, no rio Mearim	456
Itapecuru	Da cidade de Mirador (MA) à foz, na Baía de São José	650
Total		2.685
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARNAÍBA		
Balsas	Da cidade de Balsas (MA) à foz, no rio Parnaíba	225
Gurguéia	Da cidade de Canaveira (PI) à foz, na margem direita do rio Parnaíba	130
Igarauçu	Da embocadura do Canal de São José, situado na sua margem esquerda, à foz, no Oceano Atlântico	18
Parnaíba	Da cidade de Santa Filomena (PI) à foz, na baía das Canárias	1.176
São José, canal	Da embocadura no rio Parnaíba à embocadura no rio Igarauçu, próximo à cidade de Luiz Corrêa (PI)	6
Total		1.555
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO		
Carinhanha	Da cidade de Juvenília (MG), à foz, na margem esquerda do rio São Francisco	80
Corrente	Da confluência dos rios Correntina (ou Éguas) e Formoso, seus formadores, à foz, na margem esquerda do rio São Francisco	105
Grande	Da cidade de Barreiras (BA) à foz, na margem esquerda do rio São Francisco	358
Paracatu (afluente do rio São Francisco)	Da latitude 18°12' Sul à foz, na margem esquerda do rio São Francisco	430
São Francisco (baixo rio)	Da cidade de Piranhas (AL) para jusante até a foz, no Oceano Atlântico	208
São Francisco (médio e alto rio)	Da longitude 46°10' Oeste para jusante até a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga), na divisa PE/BA	2.292
Urucuia	Do sopé da Cachoeira Poço Fundo, a jusante do córrego Constantino, seu afluente da margem direita, à foz, na margem esquerda do rio São Francisco	138
Total		3.611
REGIÃO HIDROGRÁFICA ATLÂNTICO SUDESTE		
Paraíba do Sul	Da foz do rio Pomba à foz, no Oceano Atlântico	126
Pomba (afluente do rio Paraíba do Sul)	Da cidade de Santo Antônio de Pádua (RJ) à foz, na margem esquerda do rio Paraíba do Sul	25
Ribeira do Iguape	Da cidade de Registro (SP) à foz, no Oceano Atlântico	70
Total		221
REGIÃO HIDROGRÁFICA ATLÂNTICO SUL		
Caí (afluente do rio Jacuí)	Da cidade de São Sebastião do Caí (RS) à foz, no Delta do rio Jacuí	93
Camaquã	Da cidade de São José do Patrocínio (RS) à foz na Lagoa dos Patos	120
Gravataí (afluente do rio Jacuí)	Da cidade de Gravataí (RS) à foz, no Delta do rio Jacuí	12
Guaíba, lago	Do delta do rio Jacuí à confluência com a lagoa dos Patos	50

VIA NAVEGÁVEL¹	TRECHO²	EXTENSÃO³ (km)
Jacuí	Da cidade de Dona Francisca (RS) à foz, no lago Guaíba	370
Jaguarão	Da cidade de Jaguarão (RS) à foz, na Lagoa Mirim	32
Mirim, lagoa	Do arroio São Miguel à embocadura de montante do canal de São Gonçalo (RS)	180
Patos, lagoa	Da confluência com o lago Guaíba à confluência com o Oceano Atlântico	250
São Gonçalo, canal	Da lagoa Mirim à foz, na lagoa dos Patos (RS)	70
Sinos (afluente do rio Jacuí)	Da cidade de São Leopoldo (RS) à foz, no delta do rio Jacuí	44
Taquari (afluente do rio Jacuí)	Da cidade de Muçum (RS) à foz, no rio Jacuí	200
Vacacaí (rio afluente do rio Jacuí)	Da latitude 30°35' Sul à foz, no rio Jacuí	260
Total		1.681
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI		
Cacequi (afluente do rio Santa Maria)	De Azevedo Sodré (RS) à foz, no rio Santa Maria	50
Ibicuí	Da longitude 54°50' Oeste à foz, no rio Uruguai	290
Ijuí	Da longitude 55°08' Oeste à foz, no rio Uruguai	50
Quaraí	Da cidade de Quaraí (RS) à foz, no rio Uruguai	100
Santa Maria (afluente do rio Ibicuí)	Da latitude 30°35' Sul à foz, no rio Ibicuí	110
Uruguai	Da longitude 52°55' Oeste à fronteira com o Uruguai	900
Total		1.500
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARANÁ		
Amambai	Da cidade de Porto Felicidade (MS) à foz, na margem direita do rio Paraná	90
Aporé ou do Peixe (divisa MS/GO)	Do ribeirão da Cachoeira, afluente da margem direita, à foz, na margem direita do rio Paraná	36
Bois	Do rio Turvo à foz, no rio Paranaíba, formador do rio Paraná	160
Brilhante (formador do rio Ivinheima)	Da latitude 21° 25' Sul à foz, no rio Ivinheima, tributário do rio Paraná	120
Corumbá	Da cidade de Pires do Rio (GO) à foz, no rio Paranaíba	170
Grande	Da barragem de Água Vermelha à confluência com o rio Paranaíba	83
Iguaçu (baixo rio)	Do sopé das Cataratas do Iguaçu à foz, na margem esquerda do rio Paraná	20
Iguatemi	Do rio Jogui, afluente da margem esquerda, à foz, na margem direita do rio Paraná	90
Inhanduí ou Inhanduí-Guaçu (afluente do rio Pardo)	Da longitude 53°50' Oeste à foz, no rio Pardo	70
Ivaí	Da cidade de Teresa Cristina (PR) à foz, no rio Paraná	632
Ivinheima	Da confluência dos rios Brilhante e Santa Maria, seus formadores, à foz, no rio Paraná	270
Paraná	Da confluência dos rios Grande e Paranaíba à confluência com o rio Iguaçu	828

VIA NAVEGÁVEL¹	TRECHO²	EXTENSÃO³ (km)
Paranaíba	De Cachoeira Dourada à confluência com o rio Grande	335
Parapanema	De Ourinhos à foz, no rio Paraná	427
Pardo	Da cidade de Ribas do Rio Pardo (MS) à foz, no rio Paraná	280
Piquiri	Do Salto do Apertados à foz, na margem esquerda do rio Paraná	100
Piracicaba (afluente do rio Tietê)	Da cidade de Paulínia (SP) à foz, na margem direita do rio Tietê	153
Sucuriú	Do remanso da barragem de Jupia à antiga foz, no rio Paraná	85
Tietê	Da longitude 46°00' Oeste à foz, no rio Paraná	820
Verde	Da latitude 19°40' Sul à foz, no lago da Represa de Porto Primavera, no rio Paraná	315
Total		5.084
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARAGUAI		
Aguapeí (afluente do rio Juru)	Da latitude 15°50' Sul à foz, no rio Juru, afluente da margem direita do alto rio Paraguai	220
Coxim (afluente do rio Taquari)	Da longitude 54°15' Oeste, a montante da foz do ribeirão Camapuã, seu afluente da margem direita, à foz, no rio Taquari	165
Cuiabá	Da cidade de Rosário do Oeste (MT) à foz, no rio Paraguai	785
Juru (afluente do rio Paraguai)	Do rio Aguapeí à foz, no rio Paraguai	170
Miranda	Da latitude 20°55' Sul à foz, no rio Paraguai	400
Paraguai	Do ribeirão Vermelho, seu afluente da margem direita, à foz do rio Apa, seu afluente da margem esquerda	1.650
Piquiri ou Itiquira (afluente do rio São Lourenço)	Da cidade de Itiquira (MT) à foz, na margem esquerda do rio São Lourenço, tributário do rio Cuiabá	215
São Lourenço (afluente do rio Cuiabá)	Da cidade de Rondonópolis (MT) à foz, no rio Cuiabá, afluente do rio Paraguai	370
Taquari	Da cidade de Alto Taquari (MT) à foz, no rio Paraguai	655
Total		4.630
TOTAL GERAL		56.594

ANEXO V
SUBSISTEMA AQUAVIÁRIO FEDERAL
RELAÇÃO DESCRITIVA DOS PORTOS

A – MARÍTIMOS

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
01	Manaus	AM	Rio Negro
02	Itacoatiara	AM	Rio Amazonas
03	Santarém	PA	Rio Tapajós
04	Vila do Conde	PA	Rio Pará
05	Belém	PA	Rio Guamá
06	Sotave	PA	Rio Pará
07	Espardate	PA	Curuça - Oceano Atlântico
08	Salinópolis	PA	Oceano Atlântico
09	Macapá	AP	Oceano Atlântico
10	São Luis / Itaqui	MA	Baía de São Marcos
11	Luis Correia	PI	Rio Parnaíba
12	Camocim	CE	Oceano Atlântico
13	Pecém	CE	Oceano Atlântico
14	Fortaleza	CE	Enseada de Mucuripe
15	Areia Branca	RN	Oceano Atlântico
16	Macau	RN	Rio Açu
17	Natal	RN	Rio Potengi
18	Cabedelo	PB	Rio Paraíba
19	Recife	PE	Foz dos rios Capibaribe e Beberibe
20	Suape	PE	Oceano Atlântico
21	Maceió	AL	Enseada de Jaraguá
22	Aracaju	SE	Rio Sergipe
23	Barra dos Coqueiros	SE	Oceano Atlântico
24	Salvador	BA	Baía de Todos os Santos
25	Aratu	BA	Baía de Todos os Santos
26	Campinho	BA	Oceano Atlântico
27	Ilhéus	BA	Ponta do Malhado
28	Porto-Sul (Ilhéus)	BA	Oceano Atlântico
29	Vitória / Capuaba	ES	Rio Santa Maria
30	Praia Mole	ES	Oceano Atlântico
31	Barra do Riacho	ES	Oceano Atlântico
32	Forno	RJ	Enseada dos Anjos
33	Niterói	RJ	Baía da Guanabara
34	Rio de Janeiro	RJ	Baía da Guanabara
35	Itaguaí	RJ	Baía de Sepetiba
36	Angra dos Reis	RJ	Baía da Ilha Grande
37	São Sebastião	SP	Canal de São Sebastião
38	Santos	SP	Estuário de Santos
39	Paranaguá	PR	Baía de Paranaguá
40	Antonina	PR	Baía de Paranaguá
41	São Francisco do Sul	SC	Baía de São Francisco do Sul
42	Itajaí	SC	Rio Itajaí-Açu
43	Navegantes	SC	Rio Itajaí-Açu
44	Imbituba	SC	Enseada de Imbituba

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
45	Laguna	SC	Lagoa de Santo Antônio
46	Porto Alegre	RS	Rio Guaíba
47	Pelotas	RS	Canal de São Gonçalo
48	Rio Grande	RS	Lagoa dos Patos

B – FLUVIAIS E LACUSTRES

Nº	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
REGIÃO HIDROGRAFICA AMAZÔNICA			
1	Brasiléia	AC	Rio Acre
2	Cruzeiro do Sul	AC	Rio Juruá
3	Feijó	AC	Rio Envira
4	Rio Branco	AC	Rio Acre
5	Tarauacá	AC	Rio Tarauacá
6	Alvarães	AM	Rio Solimões
7	Amaturá	AM	Rio Solimões
8	Anamá	AM	Rio Solimões
9	Anori	AM	Rio Solimões
10	Apuí	AM	Rio Aripuanã
11	Atalaia do Norte	AM	Rio Solimões
12	Autazes	AM	Rio Autazes-Açu
13	Barcelos	AM	Rio Negro
14	Barreirinha	AM	Rio Envira
15	Benjamin Constant	AM	Rio Javari
16	Beruri	AM	Rio Purus
17	Boa Vista do Ramos	AM	Rio Amazonas
18	Boca do Acre	AM	Rio Purus
19	Borba	AM	Rio Madeira
20	Caapiranga	AM	Rio Solimões
21	Cacau Pireira	AM	Rio Negro
22	Canutama	AM	Rio Purus
23	Carauari	AM	Rio Juruá
24	Careiro da Várzea	AM	Rio Solimões
25	Coari	AM	Rio Solimões
26	Codajás	AM	Rio Solimões
27	Cucuí	AM	Rio Negro
28	Eirunepé	AM	Rio Juruá
29	Eirunepê	AM	Rio Juruá
30	Envira	AM	Rio Tarauacá
31	Fonte Boa	AM	Rio Xié
32	Guajará	AM	Rio Juruá
33	Humaitá	AM	Rio Madeira
34	Iauaretê	AM	Rio Uauapés
35	Ipixuna	AM	Rio Juruá
36	Iranduba	AM	Rio Solimões
37	Itamarati	AM	Rio Juruá
38	Itapiranga	AM	Rio Amazonas

Nº	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
39	Japurá	AM	Rio Japurá
40	Juruá	AM	Rio Japurá
41	Jutaí	AM	Rio Solimões
42	Lábrea	AM	Rio Purus
43	Manacapuru	AM	Rio Solimões
44	Manaquiri	AM	Rio Solimões
45	Manicoré	AM	Rio Madeira
46	Maraã	AM	Rio Japurá
47	Maués	AM	Rio Amazonas (Maués Açu, Paraná do Urariá)
48	Nhamundá	AM	Rio Nhamundá
49	Nova Olinda do Norte	AM	Rio Madeira
50	Novo Airão	AM	Rio Negro
51	Novo Aripuanã	AM	Rio Madeira
52	Parintins – Vila Amazonas	AM	Rio Amazonas
53	Pauini	AM	Rio Purus
54	Rio Preto da Eva	AM	Rio Preto da Eva
55	Santa Izabel do Rio Negro	AM	Rio Negro
56	Santo Antônio do Içá	AM	Rio Solimões
57	São Gabriel da Cachoeira	AM	Rio Negro
58	São Paulo do Olivença	AM	Rio Solimões
59	São Raimundo	AM	Rio Negro
60	São Sebastião do Uatumã	AM	Rio Uatumã
61	Silves	AM	Rio Amazonas
62	Tabatinga	AM	Rio Amazonas
63	Tapauá	AM	Rio Purus
64	Tapuruquara	AM	Rio Negro
65	Tefé	AM	Rio Solimões
66	Tonantins	AM	Rio Solimões
67	Uarini	AM	Rio Solimões
68	Urucará	AM	Rio Amazonas
69	Urucurituba	AM	Rio Amazonas
70	Vila Bittencourt	AM	Rio Japurá
71	Vila Ipiranga	AM	Rio Içá
72	Abaetetuba	PA	Rio Pará
73	Altamira	PA	Rio Xingu
74	Ananindeua	PA	Rio Pará
75	Augusto Correia	PA	Rio Urumajó
76	Aveiro	PA	Rio Tapajós
77	Barcarena	PA	Rio Mucuruçá
78	Belo Monte	PA	Rio Xingu
79	Breves	PA	Rio Amazonas
80	Cametá	PA	Rio Tocantins
81	Colares	PA	Baía de Marajó
82	Floresta do Araguaia	PA	Rio Araguaia
83	Gurupá	PA	Rio Amazonas
84	Itaituba	PA	Rio Tapajós
85	Itupiranga	PA	Rio Tocantins
86	Juruti	PA	Rio Amazonas
87	Limoeiro do Ajuru	PA	Rio Tocantins
88	Moju	PA	Rio Moju
89	Monte Alegre	PA	Rio Amazonas

Nº	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
90	Muaná	PA	Rio Muaná
91	Óbidos	PA	Rio Amazonas
92	Oeiras do Pará	PA	Rio Pará
93	Oriximiná	PA	Rio Trombetas
94	Parintins	PA	Rio Amazonas
95	Portel	PA	Rio Pará
96	Porto De Moz	PA	Rio Xingu
97	Prainha	PA	Rio Amazonas
98	Quatipuru - Boa Vista	PA	Rio Boa Vista
99	Quatipuru - Sede	PA	Rio Quatipuru
100	Santa Bárbara do Pará	PA	Rio Tauaruê
101	Santa Maria das Barreiras	PA	Rio Araguaia
102	Santarém Novo	PA	Rio Maracanã
103	Santo Antônio do Tauá	PA	Rio Mujuí
104	São Félix do Xingu	PA	Rio Xingu
105	São João do Araguaia	PA	Rio Araguaia
106	São Miguel do Guamá	PA	Rio Guamá
107	São Sebastião da Boa Vista	PA	Baía de Marajó
108	Senador José Porfírio	PA	Rio Xingu
109	Terra Santa	PA	Rio Nhamundá
110	Viseu	PA	Rio Gurupi
111	Vitória do Xingu	PA	Rio Xingu
112	Guajará-Mirim	RO	Rio Mamoré
113	Porto Velho	RO	Rio Madeira
114	Boa Vista	RR	Rio Branco
115	Caracarái	RR	Rio Branco
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TOCANTINS-ARAGUAIA			
1	Conceição do Araguaia	PA	Rio Araguaia
2	Marabá	PA	Rio Tocantins
3	Tucuruí	PA	Rio Tocantins
4	Carolina	MA	Rio Tocantins
5	Imperatriz	MA	Rio Tocantins
6	Porto Franco	MA	Rio Tocantins
7	Aragarças	GO	Rio Araguaia
8	Aruanã	GO	Rio Araguaia
9	Aguiarnópolis	TO	Rio Tocantins
10	Araguacema	TO	Rio Araguaia
11	Araguatins	TO	Rio Araguaia
12	Caseara	TO	Rio Araguaia
13	Couto Magalhães	TO	Rio Araguaia
14	Pau d'Arco	TO	Rio Araguaia
15	Xambioá	TO	Rio Araguaia
16	Miracema do Norte	TO	Rio Tocantins
17	Palmas	TO	Rio Tocantins
18	Porto Nacional	TO	Rio Tocantins
19	São Felix do Araguaia	TO	Rio Araguaia
20	Água Boa	MT	Rio das Mortes
21	Barra do Garças	MT	Rio Araguaia
22	Nova Xavantina	MT	Rio das Mortes
REGIÃO HIDROGRÁFICA ATLÂNTICO NORDESTE			
1	Água Doce do Maranhão	MA	Rio Água Doce

Nº	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
2	Araioses	MA	Rio Santa Rosa
3	Arari	MA	Rio Pindaré
4	Barra do Corda	MA	Rio Mearim
5	Bequimão	MA	Rio Pericumã
6	Caxias	MA	Rio Itapicuru
7	Cururupu	MA	Rio São Lourenço
8	Guimarães	MA	Rio Guarapiranga
9	Palmeirândia	MA	Rio Pericumã
10	Penalva	MA	Rio Cajari
11	Pindaré-Mirim	MA	Rio Pindaré
12	Pinheiro	MA	Rio Pericumã
13	Porto Rico do Maranhão	MA	Rio Cateauá
14	Santa Inês	MA	Rio Pindaré
15	São Bento do Maranhão	MA	Rio Aura
16	Turiação	MA	Rio Turiação
17	Tutóia	MA	Baía de Tutóia
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARNAÍBA			
1	Alto Parnaíba	MA	Rio Parnaíba
2	Balsas	MA	Rio das Balsas
3	Timon	MA	Rio Parnaíba
4	Amarante	PI	Rio Parnaíba
5	Floriano	PI	Rio Parnaíba
6	Longá	PI	Rio Parnaíba
7	Parnaíba	PI	Rio Parnaíba
8	Santa Filomena	PI	Rio Parnaíba
9	Teresina	PI	Rio Parnaíba
10	Uruçuí	PI	Rio Parnaíba
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO			
1	Petrolina	PE	Rio São Francisco
2	Penedo	AL	Rio São Francisco
3	Propriá	SE	Rio São Francisco
4	Barra	BA	São Francisco
5	Barreiras	BA	Rio Grande
6	Bom Jesus da Lapa	BA	São Francisco
7	Cotegipe	BA	Rio Grande
8	Formosa do Rio Preto	BA	Rio Preto
9	Ibotirama	BA	São Francisco
10	Juazeiro	BA	Rio São Francisco
11	Riachão das Neves	BA	Rio Grande
12	Santa Rita de Cássia	BA	Rio Preto
13	Iguatama	MG	Rio São Francisco
14	Pirapora	MG	Rio São Francisco
REGIÃO HIDROGRÁFICA ATLÂNTICO SUDESTE			
1	Campos	RJ	Rio Paraíba do Sul
2	Regência	ES	Rio Doce
REGIÃO HIDROGRÁFICA ATLÂNTICO SUL			
1	Cachoeira do Sul	RS	Rio Jacuí
2	Charqueadas	RS	Rio Jacuí
3	Estrela	RS	Rio Taquari
4	Jaguarão	RS	Rio Jaguarão
5	Mariante	RS	Rio Taquari

Nº	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
6	Rio Pardo	RS	Rio Jacuí
7	Santa Vitória do Palmar	RS	Lagoa Mirim
8	São Jerônimo	RS	Rio Jacuí
9	São José do Norte	RS	Lagoa dos Patos
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI			
1	Barra do Quaraí	RS	Rio Quaraí
2	São Borja	RS	Rio Uruguai
3	Uruguaiana	RS	Rio Uruguai
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARANÁ			
1	Água Vermelha	SP	Rio Grande
2	Corumbataí	SP	Rio Piracicaba
3	Jahú	SP	Rio Tietê
4	Panorama	SP	Rio Paraná
5	Pederneiras	SP	Tietê
6	Rosana	SP	Rio Paranapanema
7	Foz do Iguaçu	PR	Rio Iguaçu
8	Guaira	PR	Rio Paraná
9	Presidente Epitácio	PR	Rio Paraná
10	Porto Barragem de Jupia	PR	Rio Paraná
11	Iturama	MG	Rio Grande
12	Chaveslândia	MG	Rio Paranaíba
13	Porto Mendes	MS	Rio Paraná
14	São Simão	GO	Rio Paranaíba
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARAGUAI			
1	Corumbá	MS	Rio Paraguai
2	Ladário	MS	Paraguai
3	Porto Esperança	MS	Paraguai
4	Porto Murtinho	MS	Rio Paraguai
5	Cáceres	MT	Rio Paraguai
6	Cuiabá	MT	Rio Cuiabá
7	Manga	MT	Rio Paraguai
8	Porto Cercado	MT	Rio Cuiabá
9	Rondonópolis	MT	Rio São Lourenço
10	Vila Bela da SS.Trindade	MT	Rio Guaporé

ANEXO VI
SUBSISTEMA AQUAVIÁRIO FEDERAL
RELAÇÃO DESCRITIVA DAS ECLUSAS E OUTROS DISPOSITIVOS DE
TRANSPOSIÇÃO DE NÍVEL EM RIOS FEDERAIS

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	RIO	UF
1	Caracarái	Branco	AM/RR
2	Santo Antônio	Madeira	RO/AM
3	Jirau	Madeira	RO/AM
4	Guajará-mirim	Mamoré	RO/Bolívia
5	Eclusas do Rio Tapajós	Tapajós	PA
6	Eclusas do Rio Teles-Pires	Teles-Pires	MT
7	Eclusas do Rio Juruena	Juruena	MT
8	Araguanã	Araguaia	TO/PA
9	Santa Isabel	Araguaia	TO/PA
10	Tucuruí	Tocantins	PA
11	Marabá	Tocantins	PA
12	Serra Quebrada	Tocantins	TO/MA
13	Estreito	Tocantins	MA
14	Lajeado	Tocantins	TO
15	Ipueiras	Tocantins	TO
16	Tupiratins	Tocantins	TO
17	Peixe-Angical	Tocantins	TO
18	Boa Esperança	Parnaíba	PI
19	Sobradinho	São Francisco	BA/PE
20	São Simão	Paranaíba	MG/GO
21	Ilha Solteira	Paraná	SP/MS
22	Jupia	Paraná	SP/MS
23	Porto Primavera	Paraná	SP/MS
24	Ilha Grande	Paraná	PR/MS
25	Itaipu	Paraná	PR/Paraguai
26	Rosana	Paranapanema	SP/PR

ANEXO VII
SUBSISTEMA AEROVIÁRIO FEDERAL
RELAÇÃO DESCRITIVA DOS AEROPORTOS

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	UF
1	SBRB - Aeroporto Internacional de Rio Branco	AC
2	SBCZ - Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul	AC
3	SBEG - Aeroporto Internacional de Manaus	AM
4	SBTF - Aeroporto de Tefé	AM
5	SBTT - Aeroporto Internacional de Tabatinga	AM
6	SBBV - Aeroporto Internacional de Boa Vista	RR
7	SBBE - Aeroporto Internacional de Belém	PA
8	SBJC - Aeroporto Júlio César	PA
9	SBSN - Aeroporto de Santarém	PA
10	SBHT - Aeroporto de Altamira	PA
11	SBMA - Aeroporto de Marabá	PA
12	SBMQ - Aeroporto Internacional de Macapá	AP
13	SBSL - Aeroporto de São Luís	MA
14	SBIZ - Aeroporto de Imperatriz	MA
15	SBTE - Aeroporto de Teresina	PI
16	SBPB - Aeroporto Internacional de Parnaíba	PI
17	SBFZ - Aeroporto Internacional de Fortaleza	CE
18	SBJU - Aeroporto de Juazeiro do Norte	CE
19	SBNT - Aeroporto Internacional de Natal	RN
20	SBJP - Aeroporto Internacional de João Pessoa	PB
21	SBKG - Aeroporto de Campina Grande	PB
22	SBRF - Aeroporto Internacional de Recife	PE
23	SBPL - Aeroporto de Petrolina	PE
24	SBMO - Aeroporto Internacional de Maceió	AL
25	SBAR - Aeroporto de Aracaju	SE
26	SBSV - Aeroporto Internacional de Salvador	BA
27	SBIL - Aeroporto de Ilhéus	BA
29	SBUF - Aeroporto Paulo Afonso	BA
31	SBVT - Aeroporto de Vitória	ES
32	SBCF - Aeroporto Internacional de Confins	MG
33	SBBH - Aeroporto da Pampulha	MG
34	SBPR - Aeroporto Carlos Prates	MG
35	SBJF - Aeroporto de Juiz de Fora	MG
36	SBMK - Aeroporto de Montes Claros	MG
37	SBUL - Aeroporto de Uberlândia	MG
38	SBUR - Aeroporto de Uberaba	MG
39	SBGL - Aeroporto Internacional do Galeão	RJ
40	SBRJ - Aeroporto Santos-Dumont	RJ
41	SBJR - Aeroporto de Jacarepaguá	RJ
42	SBCP - Aeroporto de Campos	RJ
43	SBME - Aeroporto de Macaé	RJ
44	SBGR - Aeroporto Internacional de Guarulhos	SP
45	SBSP - Aeroporto Internacional de Congonhas	SP
46	SBKP - Aeroporto Internacional de Campinas	SP
47	SBSJ - Aeroporto de São José dos Campos	SP

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	UF
48	SBMT - Aeroporto Campo de Marte	SP
49	SBCT - Aeroporto Internacional de Curitiba	PR
50	SBBI - Aeroporto de Bacacheri	PR
51	SBFI - Aeroporto Internacional de Foz de Iguaçu	PR
52	SBLO - Aeroporto de Londrina	PR
53	SBFL - Aeroporto Internacional de Florianópolis	SC
54	SBJV - Aeroporto de Joinville	SC
55	SBNF - Aeroporto de Navegantes	SC
56	SBCM - Aeroporto de Criciúma/Forquilha	SC
57	SBPA - Aeroporto Internacional de Porto Alegre	RS
58	SBPK - Aeroporto Internacional de Pelotas	RS
59	SBUG - Aeroporto Internacional de Uruguaiana	RS
60	SBBG - Aeroporto de Bagé	RS
61	SBCG - Aeroporto Internacional de Campo Grande	MS
62	SBCR - Aeroporto Internacional de Corumbá	MS
63	SBPP - Aeroporto Internacional de Ponta Porã	MS
64	SBBR - Aeroporto Internacional de Brasília	DF
65	SBGO - Aeroporto de Goiânia	GO
66	SBPJ - Aeroporto de Palmas	TO
67	SWG N - Aeroporto de Araguaína	TO
68	SBCY - Aeroporto Internacional de Cuiabá	MT
69	SBPV - Aeroporto Internacional de Porto Velho	RO
70	ZZZZ - Assis Brasil	AC
71	ZZZZ - Foz do Breu	AC
72	SDOQ - Marechal Taumaturgo	AC
73	ZZZZ - Santa Rosa do Purus	AC
74	ZZZZ - São Salvador	AC
75	SBTK - Tarauacá	AC
76	SWBC - Barcelos	AM
77	SWJP - Bittencourt- Japurá	AM
78	SWNK - Boca do Acre- N. Campo	AM
79	SWCA - Carauari	AM
80	SWKU - Cucuí	AM
81	SWEI - Eirunepé	AM
82	SWEE - Estirão do Equador	AM
83	SBYA - Iauaretê	AM
84	SWII - Ipiranga- Sto. Ant. do Içá	AM
85	SBIC - Itacoatiara	AM
86	SWLB - Lábrea	AM
87	SBMY - Manicoré	AM
88	SWMK - Maturacá	AM
89	SWJV - Palmeiras do Javari	AM
90	SWPC - Pari-Cachoeira	AM
91	SWPI - Parintins	AM
92	SBMN - Ponta Pelada-Manaus	AM
93	SWQE - Querari	AM
94	SBUA - São Gabriel da Cachoeira	AM
95	SWSQ - São Joaquim	AM
96	ZZZZ - Tunuí Cachoeira	AM
97	SBAM - Amapá	AP

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	UF
98	SBOI – Oiapoque	AP
99	SBCV – Caravelas	BA
100	ZZZZ – Euzébio	CE
101	SBAN – Anápolis	GO
102	SNCW – Alcântara	MA
103	SBBQ – Barbacena	MG
104	SBLS – Lagoa Santa	MG
105	SSAM – Amambai	MS
106	SSBV – Bela Vista	MS
107	SSFK – Forte Coimbra- MS	MS
108	SSPM – Porto Murтинho	MS
109	SSTL – Três Lagoas	MS
110	SBAT – Alta Floresta	MT
111	SWKC – Cáceres	MT
112	SWCV – Casal Vasco	MT
113	ZZZZ – Porto Esperidião	MT
114	SWSI – Sinop	MT
115	SBCC – Cachimbo	PA
116	SBEK – Jacareacanga	PA
117	SNFX – São Félix do Xingu	PA
118	SBTS – Tiriós	PA
119	SBFN – Fernando de Noronha	PE
120	SBCA – Cascavel	PR
121	SSGY – Guairá	PR
122	SBMG – Maringá	PR
123	SBAF – Afonsos	RJ
124	SBCB – Cabo Frio	RJ
125	SDRS – Resende	RJ
126	SBSC – Santa Cruz	RJ
127	SNXX – Maxaranguape	RN
128	SBMS – Mossoró-RN	RN
129	ZZZZ – Cacoal	RO
130	SWCQ – Costa Marques	RO
131	SWPB – Forte Príncipe da Beira-RO	RO
132	SBGM – Guajará Mirim	RO
133	SWJI – Ji-Paraná	RO
134	SWPM – Pimenta Bueno	RO
135	SBVH – Vilhena	RO
136	ZZZZ – Rolim de Moura	RO
137	SWBV – Auaris	RR
138	ZZZZ – BV8 – Vila Pacaraima	RR
139	SWQI – Caracará	RR
140	ZZZZ – Ericó	RR
141	SWNM – Normandia	RR
142	SWUQ – Surucucu	RR
143	ZZZZ – Uiramutã	RR
144	SSCQ – Cacequi-Saicã	RS
145	SBCO – Canoas	RS
146	SSEZ – Espumoso	RS
147	SSJR – Jaguarão	RS
148	SBPF – Passo Fundo	RS
149	SBSM – Santa Maria	RS
150	ZZZZ – Santana do Livramento	RS
151	SBCH – Chapecó	SC
152	SBLJ – Lages	SC
153	SBGW – Guaratinguetá	SP
154	SBYS – Pirassununga-AFA	SP
155	SBST – Santos	SP
156	SWIY – Santa Izabel do Morro	TO

Legenda: ZZZZ – Aeródromos Planejados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência comunica ao Plenário que a sessão conjunta do Congresso Nacional, para apreciação do Orçamento da União, será reaberta amanhã, às 10 horas, no plenário da Câmara dos Deputados.

E se os Líderes concordarem, após a sessão do Congresso, faremos uma nova sessão do Senado, porque não vamos esgotar a pauta na noite de hoje. E ainda temos um compromisso depois daqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos votar os requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para registrar com muita satisfação a decisão do Supremo Tribunal Federal de manter o piso nacional do professores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

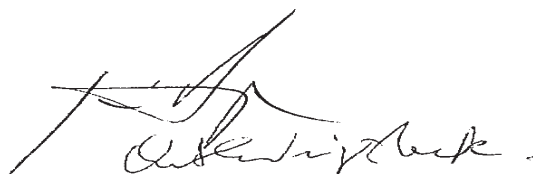
REQUERIMENTO Nº 1.674, DE 2008

Requer a preferência da matéria.

Senhor Presidente,

Venho requerer a V. Ex^a, nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a preferência para votação da PEC nº 20, de 2008, sobre os demais itens constantes da ordem de votação do dia 17/12/2008.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008.



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.675, DE 2008

Preferência para apreciação de matéria antes de outras da Ordem do Dia.

Nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno, requeiro preferência para PLC nº 164 – Fundo Soberano a fim de ser apreciado após a discussão do 1º dia da PEC nº 20 dos Vereadores.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2008. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o novo requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

REQUERIMENTO Nº 1.676, DE 2008

Requeremos, nos termos do inciso II do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC/164/2008, que “Cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB, dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações e dá outras providências”.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 2008

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2008 (nº 333/2004, na Câmara dos Deputados), que *altera a redação do inciso IV do caput do art. 29 da Constituição Federal e do art. 29-A, tratando das disposições relativas à recomposição das câmaras municipais.*

Parecer sob o nº 1.272-A, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, pela aprovação dos arts. 1º e 3º da proposta e pelo destaque do art. 2º para constituir proposição autônoma.

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 164, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 2008, de iniciativa do Presidente da República, *que cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB, dispõe sobre sua estrutura, fonte de recursos e aplicações e dá outras providências.*

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, relator...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, e a PEC 20? Não houve inversão de pauta?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, a PEC já foi. Foi o primeiro dia de discussão. Vamos votar agora o Fundo Soberano e vamos encerrar a sessão. Depois, vamos convocar mais quatro sessões de discussão e votaremos na quinta sessão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, não, não. Aí não, aí não. Aí não, Sr. Presidente, não é justo isso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – O que foi acordado é que seria feita a votação da PEC.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. Fazendo soar a campainha.) – Vamos fazer silêncio, para ouvirmos os oradores.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos tratando, e até hoje...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Primeiro, os vereadores.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me assegurasse a palavra. Sr. Presidente, estamos tratando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou assegurar a palavra a V. Ex^a, mas não quero cassar a dos outros.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Claro!

Sr. Presidente, estamos tratando aqui entre pessoas sérias, que falam português. Não é hebraico ou chinês. Foi feito um acordo claro para que votássemos.

Quando se fala em votar, é votar em definitivo. É votar a primeira, a segunda, a terceira, a quarta, a quinta sessão. Enfim, é votar em definitivo, aprovar ou rejeitar a PEC dos Vereadores. Em seguida, foi até uma proposta do próprio Senador Romero Jucá, votar o fundo soberano. Querer agora sofismar em cima de interpretações regimentais, sem o acordo político da palavra empenhada, isso, além do mais, é muito feito. Não fica bem para a relação congressional entre Parlamentares que sempre se deram tão bem. Acho que é de bom alvitre que se faça o pacto aqui de entendimento claro, porque, se não houver esse pacto, a sessão vai acabar, não vai haver mais nada, vai haver obstrução permanente, não vamos chegar mais a lugar algum, não vai ter nenhuma objetividade. Essa história de colocar uma pegadinha para dizer que é assim e não de outra forma vai quebrar completamente a harmonia. Não vai ter sessão nenhuma amanhã.

Tenho impressão de que V. Ex^a precisará usar da energia de Presidente para colocar ordem e dizer: "Foi feito aqui um acordo político de votar". Votar significa votar a primeira, a segunda, a terceira, a quarta, a quinta sessão. Vota-se rapidamente, e eu proponho: votar até sem encaminhamento.

Os meus Senadores, do Democratas, ficarão todos no plenário. Vamos garantir aqui que o nosso quórum esteja presente. Porém, vamos fazer obstrução. O Governo que coloque – como eu disse e vou repetir – número para ganhar ou perder o Fundo Soberano.

Mas aquilo que foi pactuado, vamos ver quem é que tem número para aprovar ou não a PEC dos Vereadores. E vamos acabar com o sofisma e vamos fazer o entendimento, para que possamos votar toda a pauta que foi pactuada; do contrário, vamos interromper o processo de votação, em definitivo. Esta sessão estará acabada.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que a Mesa lesse o requerimento que foi feito pelo Senador José Agripino e pelo Líder Arthur Virgílio. Eles pediram que, nesta sessão, se invertesse a ordem e se colocasse primeiro a PEC 20. Eu concordei e pedi que, logo após a PEC 20, se colocasse a questão do Fundo Soberano. Isso foi pedido por eles e por mim. Foi colocada a PEC 20, contou o primeiro dia de discussão...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Isso é subjetivo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – ...e depois entrou o meu projeto. Foi isso que aconteceu. A PEC terá que ter quatro sessões, vamos ter que encerrar....

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Encerra um minuto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – ...fazer quatro sessões. Junto com essa PEC vão transitar mais quatro, que vamos votar também, porque foi feito o acordo. E vamos votar, na hora certa, todas as PEC's. Não vamos deixar de votar não. Agora, o que foi solicitado por eles e por mim foi atendido pela Mesa, e o Regimento é assim. Simplesmente, o que foi feito é o que foi solicitado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se não for feito o acordo político como nós nos entendemos, quero dizer que, a partir deste momento, meu Partido entrará em obstrução.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que mantenham a serenidade devida neste momento.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Romero Jucá: são 23h30, não vai alterar muita coisa votar integralmente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Vereadores, para, depois, votar o fundo soberano. Penso que, em dez minutos, votamos a PEC dos Vereadores. Podemos votar, porque vai sendo quebrado o interstício. Assim, poderemos votar rapidamente. E vamos ficar todos aqui para votar o fundo soberano. Podemos até votar contra, mas o compromisso é o de ficarem todos no plenário para votar as outras matérias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até agora, a Oposição não cumpriu nada do acordo que fez comigo, mas vou continuar a confiar nela. Se a Oposição se comprometer a ficar no plenário, a votarmos o primeiro

turno da PEC e, logo após, votarmos o fundo soberano – a Oposição votando “não”, mas votando junto –, estarei de acordo. Contudo, se for para obstruir, de modo a não haver número, não será possível. Assim, não vamos votar dois turnos da PEC e não vamos votar o fundo soberano. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio; em seguida, eu a concederei ao Senador Mão Santa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou tentar me explicar com a maior tranquilidade. Vamos lá! Senador José Agripino, peço a V. Ex^a que acompanhe o raciocínio. Vou tentar me explicar com a maior tranquilidade. O requerimento que fizemos, de fato, dá margem à interpretação aqui expendida pelo Senador Romero Jucá.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – É mais uma grande aula do mestre Jucá!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não acredito que tenha havido aula de ninguém, ninguém aqui é aluno, e certas lições, a gente não deve aprender. Certas lições, a gente não deve aprender. Isso aqui não é escola de esperteza, não é escola de golpe, enfim. Deixe-me tentar explicar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há um orador que está com a palavra. Vamos ouvi-lo!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, vou tentar ser bem claro. Vamos lá! O requerimento apresentado por mim e pelo Senador José Agripino dá margem à interpretação, sim, que foi expendida pelo Senador Romero Jucá, porque, de fato, lá não explicitamos a necessidade de se quebrar interstício para se atender à demanda dos Vereadores que estão aqui, há dois dias, lotando os departamentos da Casa. Sob esse aspecto formal, S. Ex^a pode argüir que tem razão, e não estou aqui para discutir isso. Nós tínhamos a intenção de ver a PEC votada por inteiro. S. Ex^a continua condicionando, portanto, à votação, primeiro, do fundo soberano e, se der tempo, quando der tempo – talvez, não dê tempo, enfim –, das demais PECs. Vamos deixar bem claro: é verdade, formalmente, que nós não requeremos as sessões todas num momento só. S. Ex^a tem razão formal.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur, permita-me um aparte importante para o esclarecimento de V. Ex^a?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Há, sobre a mesa, Sr. Presidente, um requerimento, assinado por

todos os líderes, de quebra de interstício para uma seqüência de PECs, entre as quais a PEC nº 20. Só esse documento já fala da importância e da correção do requerimento que o Senador Arthur Virgílio e eu apresentamos de votação nesta sessão. Há, sobre a mesa, um requerimento, assinado por todos os líderes, de quebra de interstício para quatro ou cinco PECs, entre as quais a PEC nº 20.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, prossigo, então. Veja bem: admito e reconheço o direito do Senador Romero Jucá de dizer que, da forma como pedimos, sem a especificação toda... Reconheço o direito formal. Não estou aqui para tergiversar. Por outro lado, S. Ex^a haverá de ter a mesma honestidade intelectual que estou tendo em relação a S. Ex^a, dizendo-me que não é uma prioridade para S. Ex^a ver essa votação realizada. Isso é fato.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Tanto é prioridade para mim, que eu estou propondo votar o primeiro turno da PEC.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peça o aparte, Senador. Peça o aparte.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Conceda-me um aparte? Vou explicar a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo-lhe o aparte. Estou preocupado com V. Ex^a. Concedo-lhe o aparte. Pressão tem de ser 12 por 8; fora disso, não é bom.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Tanto é prioridade, que estou propondo que votemos a PEC no primeiro turno, que depois votemos o fundo soberano, que é prioridade para o País – não dá para haver embate político-eleitoral em cima dessa questão, porque ninguém sabe o que vai acontecer daqui a um mês; para o País, isso é prioridade –, e que depois votemos a PEC no segundo turno, logo após a votação do fundo soberano. E há outras PECs. Nós combinamos, na reunião da Presidência, de votar quatro PECs, ou melhor, cinco PECs. Há a PEC da regularização dos Municípios...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Jucá. Obrigado.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Há várias PECs.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador. Obrigado. Muito bem! O Senador está irreconhecível, está fora do seu eixo natural. Está completamente fora do seu eixo. É como uma metamorfose do tipo “Dr. Jekyll and Mr. Hyde”, uma transformação da água para o vinho. Vou manter minha serenidade, com muita clareza. O Senador não pode exigir que aceitemos dele esta onipresença e esta onisciência: ser Líder do Governo e tentar liderar meu Partido, li-

derar as oposições. Então, vamos ser bem claros: a opção que S. Ex^a fez foi por enfrentar a nossa obstrução com o sacrifício – é bem nítido que vai ser assim – da votação dessas PECs todas.

Tenho interesse particular, por exemplo, na PEC dos Precatórios, que é muito importante para livrarmos os Municípios de decisões de primeira instância que desorganizam a vida de Municípios e de Estados com precatórios que, muitas vezes, são oriundos de Governos para trás. Mas estou consciente de que, com a obstrução que vamos fazer – digo isto com muita clareza, para não ficarmos aqui perdendo tempo –, vai ser muito difícil chegarmos a votar qualquer outra matéria.

Então, é verdade que poderíamos ter esmiuçado mais nosso raciocínio. Não fizemos isso. Não quero retirar a razão formal de S. Ex^a. Mas insisto – este é meu ponto de vista, e S. Ex^a terá de fazer uma força danada para tentar aceitar um ponto de vista contraditório, porque hoje não está o democrata que sempre foi – que não vejo sinceridade nessa história de dizer que quer priorizar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A prioridade é votar o fundo soberano. E S. Ex^a diz: “Não aceitamos embate eleitoral e político”. Também não é esse o linguajar habitual dele. Nós não estamos aqui fazendo embate eleitoral nenhum. S. Ex^a tem o direito de achar que aí está a solução para todos os problemas da humanidade, inclusive para a cura da Aids, do câncer, de tudo o que ele quiser. Agora, entendo que é uma péssima solução para o País! É um direito meu! Vamos discutir mérito. Mas vamos, então, liberar os Vereadores e deixar claro que a comédia acabou. A comédia acabou. Então, os Vereadores estão liberados para irem para suas casas, para os seus hotéis, para aproveitarem o restante da noite, porque nós, aqui, vamos cuidar, ao longo do que nos resta de tempo, exclusivamente do fundo soberano. Tenho a impressão de que seria sincero de nossa parte admitirmos isso. Isso seria sincero de nossa parte. O Senador não pretende fazer aquilo que viabilizaria a votação.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Eu pretendo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não. V. Ex^a pretende, então, que eu... Eu não obedeceria a uma ordem dessa nem que eu fosse o Severino Cavalcanti e tivesse a Diretoria que fura poço da Petrobras. Eu não aceitaria isso! Então, não vou fazer o que ele quer! Vou fazer o que eu quero!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Vamos debater dentro da ordem e dentro do Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu vou fazer o que eu quero, e o que eu quero é combater aqui. E vou combater, usando instrumentos regimentais. Isso vai inviabilizar a votação dessas outras PECs. Mas é tão simples admitirmos isso! Pelo amor de Deus, é tão simples! Vamos para o fundo! Vamos para o fundo! Vamos para o fundo, porque eu tenho a impressão de que essas medidas que tangenciam a crise, que não enfrentam a crise de verdade, essas medidas vão levar o País para o fundo mesmo. Essa é a impressão que tenho. Estão liberados os Vereadores. Não vamos iludir os senhores. A decisão que tomaram foi essa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa; em seguida, falará o Senador Demóstenes Torres.

Vamos dar objetividade aos nossos trabalhos em função do adiantado da hora. Faço um apelo ao nosso querido Senador Mão Santa nesse sentido.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi, V. Ex^a tem feito muito aqui pelo Poder Legislativo, com muita coragem, com muita independência. Penso que V. Ex^a é até ungido por Deus. Mas atentai bem: esse negócio de democracia é uma história longa. A ignorância é audaciosa. Então, o povo, quando criou isso, acabou com o absolutismo, dividiu o poder nesses três Poderes, que têm de ser equipotentes, harmônicos, um freando o outro. Entendo, e entendo bem, que este Poder, sem dúvida, é a pilastra mais forte para sustentar a democracia. Somos mais fortes por que nós somos os filhos, iguais ao Poder Executivo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Há um orador com a palavra.

Tem a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Somos filhos da democracia, do voto e do povo. Aqui há mais votos do que tem o Presidente Luiz Inácio, com todo o respeito aos seus 60 milhões de votos. Já somei, aqui tem 80 milhões de votos. Então, somos o povo, somos a competência, os pais da Pátria, mas estamos desmoralizados a cada instante.

V. Ex^a avançou muito em tornar esta Casa a pilastra, como o mundo imaginou, a mais importante: somos nós. O Poder Executivo nos apequena com as

medidas provisórias. Ele quer fazer – e faz – a lei, e nós nos acocoramos. V. Ex^a, nesses 183 anos, já merece um busto, pois deu um freio nessas medidas provisórias. Mas isso não é o suficiente, Garibaldi, porque o Poder Executivo também se intromete aqui, e eles não têm a competência nem nossa vivência.

Estamos aqui por isso. Atentai bem: ninguém do Poder Judiciário foi como nós: vereadores, prefeitos e governadores. Entendo eu que os vereadores são senadores do Município, e nós somos vereadores federais.

Vou citar um quadro muito gritante: esse é um caso mal resolvido, que está a nos desmoralizar. Como disse a Serys, professora, isso é amor mal resolvido. Há mais de dois anos estamos aqui com amor mal resolvido, o que gera seqüelas horríveis. É amor!

Há mais de dois anos, o Poder Judiciário errou; errou e vou dar um exemplo, porque fui Prefeitinho. Aí, utilizou a mídia, a imprensa; utilizou a história do Goebbels – uma mentira repetida se torna verdade. Passou ao País que isso era austeridade, que iria economizar, que repassaria o dinheiro para as obras sociais. Faço uma pergunta aos 5.560 Municípios: qual foi a Câmara Municipal que devolveu dinheiro ao Prefeito, à Prefeitura, para fazer ações sociais? Nenhuma!

Então, essa medida nasceu. Está ali a professora Serys. Sou professor de fisiologia e parteiro. Houve uma gestação. A lei se faz assim, Papaléo! Ela foi às comissões, à Comissão de Constituição e Justiça, a audiências públicas, com os vereadores, com a população e tudo o mais. Nasceu uma lei igual e justa, como Deus fez as leis que entregou a Moisés. E não aquela de cima para baixo, que mostrou que essa interferência do Poder Judiciário não é boa. Nós é quem temos o poder de fazer leis; eles, de interpretá-las. E, assim, estamos fazendo essa lei.

Houve a gestação, e queremos, agora – eu que sou cirurgião –, fazer a cesariana; fazer nascer e aumentar a representatividade.

Quero, para terminar – um quadro vale por dez mil palavras –, dizer do respeito que temos que ter pelos vereadores. Primeiro, estamos dando mal exemplo; estamos dando mal exemplo. Estamos enganando, estamos protelando e não chegamos a uma decisão.

Eu me permitiria voltar à França, onde nasceu a democracia, onde o povo foi às ruas e gritou: liberdade, igualdade, fraternidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa!

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Mão Santa, está bom!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não está, não! Estamos votando agora!

É o seguinte: Giscard d'Estaing perdeu para Mitterrand, extraordinário estadista. Sete anos governou Mitterrand; era um Luiz Inácio. Havia sido derrotado várias vezes, mas ganhou com uma promessa de emprego. O funcionalismo da França cumpria oito horas de jornada. Ele disse: "Vou reduzir para cinco e vou criar empregos". Ganhou. Então, Giscard d'Estaing, discípulo de Charles de Gaulle, passou a faixa. A imprensa perguntou a Giscard d'Estaing: "E seu futuro político?" Ele disse: "Vou voltar para minha cidade e ser vereador".

Os vereadores são a estrutura mais importante desse organograma.

O que nós queremos é isso. Não vamos enganar, não. Esse negócio de Fundo Soberano... Não tem nada soberano, não. Soberano é o povo, e quem representa o povo, quem está abraçado com o povo e com seus reclamos são os vereadores. Essa é a verdade!

Estamos afastados do povo, o Luiz Inácio está afastado do povo, e o Judiciário, muito mais. Somos a Justiça, porque quem criou este Senado teve inspiração divina, foi justamente quando Deus chamou seu líder, como V. Ex^a, ungido por Deus. Moisés recebeu as leis, e não sendo elas obedecidas, ele quis desistir, quebrou as tábuas. Entoa, ouviu ele uma voz: "Busque os mais velhos, os mais sábios, que eles saberão ajudar a carregar o fardo do povo".

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Olha o horário, Sr. Presidente! Pelo amor de Deus, Sr. Presidente!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nasceu aí a idéia do Senado, melhorado na Grécia, na Itália e na França.

Vamos votar o dos vereadores. Sem vereador não tem base. Estamos acabando com a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ofereço a V. Ex^a uma solução regimental para o caso. V. Ex^a usou de um peso extraordinário para devolver uma medida provisória. Qual a alegação que V. Ex^a teve nesse caso? Que a medida provisória era imoral porque anistiava devedores e ladrões do dinheiro público. Agora, V. Ex^a se encontra frente a um dilema: primeiro, um requerimento de todos os Líderes para a quebra de interstício para a realização das sessões. Segundo, um requerimento assinado por todos para que se desse início à votação da PEC, que já teve a primeira sessão de discussão.

O que aconteceu? Aconteceu que o Senador Romero Jucá, espertamente, aeticamente, enganando a todos... Vou repetir: é regimental, sim, mas não foi o combinado o que ele escreveu.

Então, se V. Ex^a casar um requerimento com o outro, V. Ex^a tem a intenção plena e pode, na qualidade de Presidente, como já fez, primeiro, determinar o encerramento desta sessão; segundo, convocar outra para daqui a um minuto; fazer as sessões de discussão; votar a PEC – quantas sessões forem necessárias; e, em seguida, votar o Fundo Soberano. Isso é o que estava combinado, mas o Senador Romero Jucá conseguiu iludir toda a Oposição e escreveu outra coisa. Tanto é verdade que há uma revolta aqui no Plenário. Não é outra coisa a não ser isso.

Então, sugiro a V. Ex^a, que corriqueiramente tem usado o expediente da ética para comandar o Senado – e não tenho como exigir de V. Ex^a esta solução –, que, em nome da moralidade, em nome da ética, em nome da lisura e do que foi decidido aqui, delibere no sentido de encerrar esta sessão e de começar as sessões de discussão; em seguida, as votações da PEC e, por último, o Fundo Soberano.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

A Presidência vai decidir logo após a palavra de S. Ex^a.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, com muito prazer, colaboramos – a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Demóstenes e eu –, ainda há pouco, para a aprovação de um importantíssimo projeto que interessa à cidade de Goiânia, à nossa capital. Trata-se de empréstimo no valor de US\$52 milhões para o Projeto Macambira-Anicuns, projeto importantíssimo na área de saneamento básico, iniciado pelo então Prefeito de Goiânia Pedro Wilson Guimarães, cuja seqüência foi dada pelo atual Prefeito Iris Rezende Machado.

O Prefeito Iris Rezende Machado solicitou apoio a mim, à Senadora Lúcia e ao Senador Demóstenes, e, felizmente, nós pudemos aprovar, no dia de hoje, esse importante projeto.

Em segundo lugar, eu gostaria de enaltecer a aprovação do Plano Nacional de Viação, muito bem e competentemente relatado pelo ilustre Senador Eliseu Resende, a quem tive a satisfação de conceder a Relatoria desse projeto na Comissão de Infra-Estrutura.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que já há um consenso na Oposição. Os Líderes do PSDB e dos

Democratas já tomaram uma decisão: ou votamos a PEC nº 20 ou não se vota mais nada no dia de hoje. Nós vamos entrar em obstrução total. Esse acordo foi feito e está firmado. O requerimento já está na mesa de V. Ex^a e já há uma decisão tomada: ou votamos, em cinco sessões, a PEC dos Vereadores, a PEC nº 20, ou não se vota mais nada e vamos entrar em obstrução total a partir de agora. Nós aguardamos o veredito de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Raimundo Colombo.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de dizer que hoje, realmente, é um dia em que a confusão se estabelece. Eu nunca vi na minha vida, em algum país sério, a gente dar prioridade para votar empréstimo para Cuba, para Honduras, e deixar o Estado de Santa Catarina para depois. Eu nunca vi isso na vida! Faltou bom senso e faltou seriedade. É, realmente, uma coisa inaceitável, absurda!

O segundo aspecto, e vamos perdendo a paciência: os vereadores estão aqui há dois dias. Nós estamos enrolando! Não se está falando a verdade aqui! A verdade é que não se quer votar. Quer-se votar, primeiro, o Fundo Soberano, sabendo-se que ele vai impedir a votação.

Então, tem de ser sério, tem de dizer com clareza. Se não querem votar, então assumam essa responsabilidade com Santa Catarina e, também, com os vereadores do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência decide, de acordo com o requerimento assinado pelos Líderes, inclusive pelo Líder Romero Jucá, realizar sessões de quebra de interstício, de modo que sejam votadas as emendas constitucionais, inclusive a PEC nº 20.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Esse requerimento quebra interstícios e faz novas sessões a partir do encerramento desta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas eu vou encerrar esta.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, mas o meu requerimento pediu o Fundo Soberano logo após, nesta sessão, a PEC nº 20.

Estamos, aqui, conversando sobre um entendimento. Se houver o entendimento que foi feito – e quero saber do Líder José Agripino e do Líder Arthur Virgílio se está

correto o entendimento –, votaremos a PEC dos Vereadores, em primeiro e segundo turnos. Logo após, haverá obstrução e votaremos o Fundo Soberano com quatro Parlamentares da Oposição pedindo verificação e com discussão, de acordo com o tempo que combinamos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos encerrar esta sessão para possibilitar esse acordo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Quero saber se há o acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a quer saber sobre o acordo, aí eu não posso falar. Só os Líderes.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – V. Ex^a chamou o Relator Mercadante.

Nós estávamos, durante a sessão, discutindo o PLC nº 164. Nós estamos durante a discussão do PLC nº 164. O Senador Mercadante estava-se dirigindo à tribuna para dar o parecer.

Eu topo o entendimento. Agora, eu quero saber se é para cumprir ou não é para cumprir. Eu quero saber se é para cumprir ou não é para cumprir. Nós estamos, aqui, discutindo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, encerre a sessão. Encerre a sessão como V. Ex^a disse que ia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a sessão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E dentro de três minutos vamos reiniciar. A sessão fica encerrada por dois minutos... Um minuto!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Presidente, eu quero saber o seguinte:...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – ... nessa próxima sessão, o PLC nº 164 está onde? V. Ex^a o retirou de pauta ou ele está com a urgência requerida?

São as seguintes as matérias não apreciadas em virtude de acordo de Lideranças:

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos,

Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008*.

4

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências*. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social)*.

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto*

aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

11

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971* (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

12

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que *dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte*

dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2001

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que *altera o inciso II do § 7º do art. 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.*

Parecer favorável, sob nº 784, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador José Eduardo Dutra.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art.*

228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário

o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem, do Deputado José Roberto Batochio), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.* (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Re-

sende), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que *denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem, do Deputado Chico Alencar), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.*

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.*

Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Valdir Raupp.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.*

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Virgínio de Carvalho.

34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 208, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.039, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

35

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as*

condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças

Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

46

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

47

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

48

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

49

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys

Shlessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

50

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

51

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Mário Couto, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Romero Jucá, Romeu Tuma, a Srª Senadora Patrícia Saboya enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 6 de novembro, realizou-se reunião de instalação da Comissão Temporária para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Embora os pontos principais da reunião já tenham sido relatados pela imprensa e pelos meios de comunicação, considero importante comunicar a Vossas Excelências, em Plenário, com transmissão para todo o Brasil via TV e Rádio Senado, em que pé estamos no processo de modernização de nosso Regimento Interno.

A finalidade da referida Comissão Temporária, Senhoras e Senhores Senadores, é apresentar, no prazo de 90 dias, projeto de resolução para a reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

A Comissão foi criada pelo Requerimento nº 208, de 2008, aprovado no dia 5 de março deste ano. Somos seis os Senadores que compõem a Comissão: além de mim, temos a inestimável participação dos Senadores Marco Maciel – Presidente da Comissão –, Antonio Carlos Valadares – Vice-Presidente –, César Borges, Gerson Camata e Inácio Arruda.

Sr. Presidente, nunca é demais frisar a importância do trabalho que desenvolveremos na Comissão de Reforma de Regimento Interno.

Como toda norma, o Regimento Interno do Senado Federal é submetido, permanentemente, à prova do tempo. Uma de nossas atribuições, como Senadores e guardiães do Regimento, é testar constantemente sua adequação à modernidade, adaptando-o e aperfeiçoando-o no que for necessário.

A verdade é que, ao longo dos últimos anos, têm-se registrado e acumulado diversos pontos de defasagem entre nosso Regimento Interno e as demandas que se exigem de um processo legislativo adequado às práticas contemporâneas.

De maneira geral, mais celeridade, mais racionalidade e mais transparência são as principais exigências que se impõem, nos dias atuais, à norma que rege os trabalhos desta Casa.

Atender a essas exigências é justamente o trabalho da Comissão Temporária para Reforma do Regi-

mento Interno do Senado Federal. Temos convicção de que, no prazo que nos foi concedido, teremos condições de formular uma proposta que contemple as necessidades de mudança do Regimento e tenha capacidade de modernizar o processo legislativo, tornando-o mais ágil e mais transparente.

Como mencionei anteriormente, realizamos a primeira reunião no dia 6 de novembro, na qual elegemos o Senador Marco Maciel como Presidente e o Senador Antonio Carlos Valadares como Vice-Presidente.

Assim que assumiu a condução daquela reunião, já aclamado como Presidente da Comissão, o Senador Marco Maciel demonstrou seu completo engajamento com o importantíssimo debate que se travará nos próximos encontros daquele colegiado. A experiência política do Senador Marco Maciel, seus vários anos dedicados à vida pública e seu profundo conhecimento do processo legislativo serão fundamentais para que os trabalhos da Comissão de Reforma corram de forma tranqüila e organizada.

Sr. Presidente, é necessário também exaltar o espetacular trabalho realizado, nos últimos meses, pelo grupo, liderado pela Secretária-Geral da Mesa, Cláudia Lyra, que ficou encarregado de elaborar um estudo sobre as alterações necessárias no Regimento Interno. O grupo foi formado por consultores legislativos e servidores da Secretaria-Geral da Mesa, ou seja, por profissionais altamente qualificados, que se debruçaram sobre o assunto com a competência de sempre, recolheram as sugestões de modernização dos Senadores e produziram um documento fundamental, que será a base de todos os trabalhos futuros da Comissão.

Em nossa primeira reunião, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Secretária-Geral da Mesa, Cláudia Lyra, ao apresentar o estudo, destacou os principais pontos do documento. Eu gostaria, Senhor Presidente, de chamar a atenção para alguns aspectos dessa questão que eu considero particularmente importantes.

Em primeiro lugar, tendo em vista a proximidade da implantação, nesta Casa, do processo legislativo eletrônico, qualquer reforma que se pretenda fazer no Regimento Interno do Senado deve estar adaptada a essa nova realidade.

O estudo elaborado pela equipe coordenada por Cláudia Lyra já contempla todas as alterações necessárias nas questões de prazos, interstícios, de prejudicialidade, de uso da palavra e de outros instrumentos do Regimento que precisarão sofrer adaptações.

Em segundo lugar, o que julgo de extrema relevância, propõe-se o fortalecimento regimental das

comissões temáticas do Senado. No presente, apenas dois tipos de matérias são terminativos nas comissões: os Projetos de Lei Ordinária iniciados por Senador e os Projetos de Resolução da CCJ que tratam de suspensão da execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

A idéia do novo Regimento é ampliar esse quadro, incluindo, especialmente, os projetos aprovados por comissões da Câmara dos Deputados e os tratados e acordos internacionais.

Um terceiro ponto que desejo destacar são as novas regras sugeridas para o uso da palavra em Plenário. Todos os que analisarem o estudo terão oportunidade de verificar que as sugestões apresentadas dividem o tempo de tribuna de uma forma mais equilibrada entre oradores inscritos e líderes, e ampliam as oportunidades de manifestação em Plenário para os membros da Casa.

Outro importante aspecto que receberá novo regimento é o recurso ao artigo 14, nos casos em que um Senador é citado por outro durante um debate. A idéia da proposta é restringir essas manifestações, em nome do bom andamento dos debates. Pela regra proposta no estudo, o direito de resposta só seria concedido uma vez durante a sessão, por cinco minutos, e apenas para os casos em que se verificar que o Senador citado foi caluniado, injuriado ou difamado.

Sr. Presidente, essas são apenas algumas das diversas e interessantes propostas contidas no estudo, que será discutido pela Comissão de Reforma nas próximas reuniões. A próxima deve acontecer nos próximos dias, após o período de quinze dias concedido para que os membros da Comissão analisassem o estudo mais detalhadamente.

Acredito que o que se deve destacar, no momento, é que finalmente demos início ao aguardado e necessário processo de modernização de nosso Regimento Interno, que nunca sofreu uma reforma da profundidade e da abrangência como a que pretendemos realizar.

Agradeço aos demais Senadores que compõem a Comissão pelo comprometimento e pela dedicação que demonstraram até agora em relação aos trabalhos que nos aguardam. Agradeço, especialmente, ao Senador Marco Maciel, que aceitou presidir a Comissão e nos emprestar um pouco de sua experiência e de seus profundos conhecimentos sobre as engrenagens do processo legislativo.

Agradeço, mais uma vez, na pessoa da senhora Cláudia Lyra, aos servidores da Secretaria-Geral da Mesa e da Consultoria Legislativa a dedicação e o em-

penho na elaboração do criterioso estudo que embasará os trabalhos da Comissão nas próximas semanas.

Finalmente, convido todos os Senadores a acompanharem de perto os trabalhos da Comissão Temporária para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal, oferecendo sugestões, fazendo críticas, em suma, participando ativamente da modernização da norma que disciplina o trabalho legislativo nesta Casa e exerce papel fundamental sobre a transparência, a propriedade e a relevância de nossas leis.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que ninguém está imune aos efeitos da crise econômica, que bate à nossa porta e começa a fazer suas vítimas. As montadoras e revendedores de veículos já enfrentam a maior queda em suas vendas dos últimos anos. O crédito imobiliário ficou mais caro e este Natal terá de ser mais econômico. Uma notícia, entretanto, muito me entristeceu: a crise ameaça o que temos de mais importante, nossa saúde.

O cidadão que vai à farmácia todo mês, que compra remédio com o dinheiro do salário suado, sabe o que estou dizendo. Alguns medicamentos estão faltando nas drogarias e farmácias. Luftal Max, Diovan, Capoten, Feldene, Cefalium, Rinosoro, Zocor, alguns estranhos nomes que fazem parte do cotidiano de muita gente sumiram das prateleiras. Até mesmo medicamentos genéricos estão com dificuldade de serem encontrados.

A situação é alarmante!!

Muitos brasileiros dependem vitalmente desses remédios, alguns de uso controlado, o que dificulta ainda mais a sua aquisição. A escassez é notada até nos grandes mercados consumidores, como São Paulo, que representa 30% das vendas de remédios no Brasil. No interior é ainda pior.

O problema é que com saúde não se brinca!

Peço ao Governo Federal, que tanto tem fingido ignorar a crise, atenção para a gravidade do problema. As explicações dadas até agora não são suficientes. Alguns culpam a alta do dólar: muitos medicamentos têm componentes importados ou são trazidos do exterior. Com a alta súbita da moeda estrangeira, o custo de importação subiu demais. Como os preços são tabelados pelo Governo, os estoques não estariam sendo repostos.

Outra razão é o encarecimento generalizado do crédito, que dificultou a vida e os negócios de muita gente. As linhas de financiamento rarearam e estão mais salgadas. O setor farmacêutico é um dos que mais tem sofrido, principalmente as distribuidoras de

remédios, que trabalham com pequenos estoques e precisam de capital de giro. Com o dinheiro mais caro, as margens de lucro têm de ser reduzidas.

É uma situação que merece acompanhamento não apenas das autoridades sanitárias, mas da população e das entidades de defesa do consumidor. Esses choques de custo, combinados com a desaceleração econômica e a incerteza quanto ao futuro, são terreno fértil para a especulação. Precisamos coibir tentativas de reajustes abusivos nos preços dos remédios. Já vimos esse filme de terror no passado e não queremos repeti-lo.

Quem não se lembra do tempo da inflação galopante, antes da criação do real? Crise atrás de crise, o ônus costumava sempre recair sobre o mais fraco. Faltavam não somente remédios, mas tudo das prateleiras. Não havia carne nas gôndolas de supermercado, e o boi não podia ser tirado do pasto. Congelamentos de preços prenunciavam a escassez de produtos. Imperavam a desordem e a desilusão.

Alguns espertalhões, especuladores, sempre abusaram desses momentos para explorar o cidadão incauto, que ganha seu dinheiro honestamente e não tem poder econômico para brigar com os grandes. Esses maus empresários se aproveitam do desespero do consumidor, que precisa comprar o remédio para seu familiar, que não pode esperar, para cobrar absurdos. A saúde humana não deveria ser objeto da ganância humana, mas infelizmente, isso ocorre e temos de estar atentos.

Por isso, convoco o Governo Federal, os consumidores e os cidadãos deste País a reforçarem a vigília contra o aumento de preços. Não podemos desperdiçar a conquista do Plano Real, que trouxe a inflação a patamares civilizados e fez o brasileiro recuperar a confiança no País e na sua moeda. As políticas de saúde não podem negligenciar a oferta de medicamentos e devem ser prioridade máxima das autoridades. É hora de o SUS ajudar, pois tem tamanho e capilaridade para atender a demanda por medicamentos mais urgentes.

O Governo pode e deve fazer a sua parte!

Se não agirmos logo, a crise pode se espalhar e fazer mais vítimas. A medicina está ficando cada vez mais cara e menos acessível à população de baixa renda. Muitos exames e custos dependem de equipamentos importados e estão ligados à variação do dólar. A tendência é que fiquem mais caros. Isso não é bom. A saúde tem de estar disponível a todos.

Como terceiro e último assunto, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quero dizer que no dia 06 de

novembro, o Ministério da Saúde divulgou importante levantamento sobre as principais causas da mortalidade em nosso País. O estudo, "Saúde Brasil 2007", baseado em registros do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) referente a 2005, mostrou que as doenças provocadas pelo fumo, sedentarismo, estresse, consumo excessivo de álcool e alimentação inadequada, associadas a homicídios e acidentes de trânsito, são as maiores vilãs da vida dos brasileiros.

De acordo com esse Relatório, as doenças infecciosas e parasitárias mais comuns, como a diarreia, tuberculose, malária e as doenças causadas pela desnutrição e por outras condições sociais precárias, perderam o lugar no topo para o conjunto das enfermidades do aparelho circulatório, do aparelho respiratório e para a mortalidade por causas violentas.

Nos dias de hoje, as chamadas doenças da modernidade estão em primeiro lugar em todas as regiões e vitimam anualmente no Brasil milhares de homens e mulheres de todas as classes sociais. No final de 2005, as estatísticas mostraram que 283 mil 927 pessoas perderam a vida por problemas do aparelho circulatório. Essa causa foi a responsável pelo maior número de mortes registradas em todo o território nacional. Sem dúvida alguma, o número é assustador e precisa ser encarado de forma séria pelas autoridades governamentais, sobretudo aquelas que são responsáveis pela saúde do povo brasileiro.

Como mostra o estudo feito pelo Ministério da Saúde, a situação é ainda mais preocupante quando agregamos outras ocorrências igualmente fatais. Assim, ao lado dos derrames, infartos, hipertensão, diabetes e insuficiência cardíaca, que respondem por 32,2% do total de óbitos, nos deparamos com outras estatísticas igualmente chocantes. Os homicídios e a violência no trânsito apareceram com 14,5%, e as doenças diversas do aparelho respiratório, cujo principal culpado é o tabaco, figuraram com 11,1%. O câncer, por exemplo, que é considerado por todos como a moléstia mais temida, apareceu em segundo lugar com 16,7% das mortes. Apenas nas Regiões Sul e Sudeste os cânceres ocupam a segunda posição. Nas outras regiões, sua posição cai para o terceiro lugar.

Mesmo assim, as neoplasias malignas ocupam um segundo lugar muito distante das doenças ligadas ao aparelho circulatório. Esse espaço aumenta ainda mais se somarmos os percentuais das doenças circulatórias, das doenças do aparelho respiratório, da violência e acidentes de trânsito, que dão um total de 57,8% do total, contra apenas 16,7% de todos os tipos de câncer, dos quais cerca de 90% poderiam ser

evitados se detectados a tempo, conforme avaliação do próprio Ministério da Saúde. Os demais têm origem genética e algumas outras causas.

No Centro-Oeste, por exemplo, o câncer não chega a ocupar a segunda posição. Os homicídios e os acidentes de trânsito são a segunda e a terceira causa de mortes conforme mostra o Relatório Saúde Brasil 2007. Na região, os homicídios foram responsáveis por 18,4% das mortes, seguidos pelos acidentes de trânsito que mataram mais de 3 mil pessoas, sendo 23,7% apenas no Estado de Goiás. O Ministério da Saúde confirma essa situação e aponta essas duas causas como mais importantes do que o câncer como agente fatal.

Segundo levantamentos recentes feitos pelas autoridades de trânsito em nível nacional e por autoridades policiais das principais delegacias do País, a faixa etária mais afetada pela violência externa, assassinatos, acidentes fatais e pela incapacidade física definitiva pós-violência, engloba pessoas com idade entre 15 e 39 anos, em pleno vigor da vida, da definição profissional, familiar e afetiva. No caso dos homicídios, mais de 90% são do sexo masculino, e em 70% das ocorrências, o crime é cometido com arma de fogo.

Em 2005, morreram 47 mil 573 pessoas no Brasil vítimas de homicídio. Entre 1980 e 2006, os homicídios e os acidentes de trânsito mataram 2 milhões e 800 mil pessoas e deixaram outros milhares na incapacidade física. O risco de um homem morrer no Brasil antes de completar 70 anos é 40% maior do que o da mulher. Na Região Amazônica, 32% da população morre antes de completar 50 anos de idade, enquanto na Região Sul o percentual é de 45,2%. O número de negros que morrem antes dos 70 anos corresponde a 48,9%, e o de brancos, 36,1%.

No caso dos motociclistas, os mortos saltaram de 300 em 1990 para 7 mil em 2006. As maiores ocorrências se verificaram na faixa etária de 15 e 39 anos, nos Municípios de porte populacional menor que 100 mil habitantes e nas Regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste. Segundo o Ministério da Saúde, o ranking de óbitos é liderado pelos atropelamentos de pedestres, com um total de 27,9% dos casos, pelos motoristas de automóveis, com 21%, e, em terceiro lugar, pelos acidentes envolvendo os próprios motoqueiros, com 19,8%. O estudo do Ministério da Saúde sugere que o aumento da taxa de homicídios está migrando das grandes metrópoles para as capitais de menor densidade populacional. No ano de 2006, o País gastou 40 milhões de reais com internações causadas por agressões físicas.

Vale lembrar ainda que o Ministério da Saúde considera que cerca de 90% dos tumores cancerígenos são provocados por fatores como exposição contínua ao sol, alimentação incorreta e consumo excessivo de álcool e tabaco. Como podemos supor, são agravantes que podem ser afastados com custos financeiros reduzidos, com campanhas adequadas de esclarecimento e com exames simples aos primeiros sintomas. Mesmo para as populações mais pobres, se houver maior empenho das autoridades governamentais, já é possível tornar mais rápido e mais acessível um simples exame para identificar sinais suspeitos na pele, aftas na região bucal, tosse persistente ou outros sinais semelhantes. Nesses casos, basta a presença de um dermatologista, de um dentista ou de um pneumologista no hospital ou no posto de saúde para levantar uma suspeita após exame do paciente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como já fiz alusão no decorrer deste pronunciamento, a maioria das doenças crônicas têm ligação direta com a alimentação desregrada, com o consumo exagerado de gorduras, de açúcares e de sal, com a ingestão demasiada de bebidas alcoólicas, com o hábito do fumo, com o estresse e com a vida sedentária. Esses são inegavelmente os maiores detonadores das chamadas doenças crônicas como hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares e cerebrais, como o temível AVC, também conhecido como derrame, que não respeitam classe social e fulminam milhares de brasileiros, notadamente a partir dos 30 anos de idade.

No entanto, todas essas doenças, juntamente com o câncer, com os homicídios e com os acidentes de trânsito, responsáveis por mais de 70% dos óbitos de brasileiros, poderiam ser evitadas em sua grande maioria, se houvesse um sério compromisso do Governo com a cidadania, com a educação de qualidade, com a conscientização da população, com a prática de uma verdadeira medicina preventiva e com o cofre da Previdência Social, que gasta bilhões de reais em tratamentos que poderiam não existir. Dessa maneira, não são apenas as estatísticas cruéis que abalam a nossa consciência. O Governo tem grande parte de culpa nesse vergonhoso quadro de mortalidade porque não tem qualquer compromisso social. Deveria pensar urgentemente na vida das pessoas como pensou com tanta rapidez na economia e disponibilizou bilhões de dólares para salvar o mercado. Já é hora de pensar na saúde

dos que ainda vão morrer de doenças evitáveis até o final deste ano.

Como quarto assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro da entrevista “Lula tenta enganar, mas a crise está aí”, que o ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso concedeu a revista *Época*, em sua edição de 27 de outubro do corrente.

Na entrevista, Fernando Henrique faz sérios alertas contra a crise financeira internacional e relembra os momentos difíceis que enfrentou na Presidência principalmente nas crises econômicas do México e da Rússia. Ele analisa também o comportamento do Presidente Luis Inácio Lula da Silva no momento atual e faz projeções do impacto da crise na sucessão presidencial.

Como quinto assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo “Abaixo a Medida Provisória”, de autoria do economista e ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, na revista *Veja* em sua edição de 17 de dezembro de 2008.

No artigo, Maílson da Nóbrega analisa a banalização do instituto das Medidas Provisórias por parte do Governo Federal, descartando os critérios de relevância e urgência. Ele traça um paralelo bastante pertinente sobre a utilização das MP's, comparando este instrumento com os Decretos-Lei dos anos 1970 e 1980. Lembra também que existem outras formas e mecanismos regimentais de garantir celeridade às matérias de interesse da Sociedade.

Segundo o ex-Ministro, “a extinção da Medida Provisória exigiria a criação de regras para assegurar decisões rápidas em casos urgência. Isso é fácil. Livrar o país desse arbítrio é dar mais um passo na consolidação da democracia e eliminar os riscos a que a MP submete os cidadãos e as empresas, derivados de mudanças súbitas e nem sempre razoáveis das normas legais”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que as matérias citadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.*

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

ENTREVISTA**Fernando Henrique Cardoso**

“Lula tenta enganar, mas a crise está aí”

Para o ex-presidente, os gastos do governo podem complicar a economia e criar um cenário favorável a Serra

Ricardo Amaral

OS OITO ANOS DE GOVERNO DO EX-PRESIDENTE FERNANDO Henrique Cardoso foram pontuados por crises financeiras. Elas começaram antes mesmo da posse no primeiro mandato. Em 1994, logo depois de eleito, FHC viu o México quebrar e isso, segundo ele, retardou um necessário ajuste de câmbio da nova moeda, o real. Depois, o Brasil foi atingido pelas crises financeiras na Ásia, na Rússia e na Argentina, além de sofrer o impacto da retração provocada pelos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Para enfrentá-las, o Brasil teve de recorrer duas vezes ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesta entrevista a ÉPOCA, FHC analisa o comportamento do presidente Lula na crise atual e projeta seu impacto na sucessão presidencial.

ÉPOCA - De todas as crises que o senhor enfrentou em dois mandatos, qual foi a mais difícil?

Fernando Henrique Cardoso - Foi a de janeiro de 1999, porque perdemos o controle da situação. Perdemos uma votação sobre Previdência no Congresso, por pura desatenção. O Itamar Franco decretou a moratória de Minas, que era demagogia, aquilo tudo foi lido pelo mercado como perda de controle.

QUEM É

Sociólogo, político e presidente de honra do PSDB

O QUE FEZ

Foi presidente da República entre 1995 e 2003 e ministro das Relações Exteriores e da Fazenda no governo Itamar Franco. Exerceu dois mandatos como senador

O QUE PUBLICOU

É autor de 14 livros e co-autor de outros seis

O problema do câmbio foi muito ruim. Ali podia ter dado um desastre muito grande. Não fosse a habilidade de contornar a crise, teria sido muito grave. Mas vieram o Arminio Fraga (*ex-presidente do BC*), o câmbio flutuante e o sistema de metas de inflação, e a situação se recuperou rapidamente. A outra grande crise, de 2002, era obviamente a crise do Lula. Se fosse ruim, quem sofreria as conseqüências seria ele mesmo, mas em 1999 eu tinha acabado de ser reeleito.

ÉPOCA - Sem querer sugerir que o senhor dê conselhos ao Lula...

FHC - Ele é inaconselhável.

ÉPOCA - Como o presidente deve se comportar neste momento?

FHC - Depende do estilo de cada um. O estilo do Lula é enganar: “Não vem crise. Tá tudo bem. Vai ser o Natal melhor do mundo”. É ruim enganar. Animar, eu acho importante. Não vai dizer que está perdido, sabendo que não está. Mas esse estilo oba-oba inibe o Banco Central, inibe uma porção de coisas. Lula tem um estilo eleitoreiro. Ele não é

um homem de Estado, é de eleição. Ele é muito bom no estilo dele. Ele consegue, ao enganar, convencer. Pega um assunto complicado, explica fácil, muitas vezes de maneira tendenciosa, mas que o povo entende. Ele é uma pessoa que tem acuidade. Não acho que o Lula faça grandes besteiras. Agora ele tem de tomar cuidado, porque a tentação de manter uma taxa de crescimento elevada e soltar muito dinheiro pode criar problemas. O gasto foi muito grande. Não adianta dizer que, como proporção do PIB, a dívida não cresceu. Porque a taxa de juros aí sobe, e ele tem de pagar os juros. A dívida interna está altíssima e vai aumentar com esses gastos todos.

ÉPOCA - E a afinidade entre o Banco Central e a Fazenda?

FHC - Não tem nenhuma. Neste momento, o Lula arbitra pelo Banco Central, porque aprendeu que inflação é grave. Agora, o Banco Central tem de aprender que, embora a inflação seja grave, a paralisia da economia é mais grave ainda. Não pode ser fundamentalista. E há tendências fundamentalistas no BC também. Cabe ao presidente fazer o que o Lula faz: um certo equilíbrio entre umas posições e outras, ele vai jogando.

ÉPOCA - Pode-se comparar a crise atual com as crises financeiras que marcaram seu governo?

FHC - Peguei várias crises, mas de outra natureza. Não temos neste momento problema com contas externas. Temos problema de liquidez externa e interna. Uma parte o governo pode tentar amenizar, está tentando: soltar mais dinheiro. O Lula diz que ele não faz pacote... Já fez um pacotão enorme, bilhões e mais bilhões. Está dando capital de giro para as empresas e dando dinheiro para os bancos, para os bancos financiarem as empresas que fizeram apostas equivocadas, inclusive as que especularam. É uma injeção de dinheiro monumental.

ÉPOCA - O dinheiro que o governo fez circular é suficiente?

FHC - Com essa massa de dinheiro que está sendo dada lá fora e a massa de dinheiro que está sendo dada aqui, digamos que a crise aguda de liquidez se resolve. Mas isso é para apagar o incêndio. Não resolve o que foi destruído na casa: a economia real. Qual foi a parte da ►

economia real abalada? Quanto tempo vai levar para retomar? Esse crédito é para salvar os encalacrados, mas não é para expandir o consumo. Ninguém vai expandir consumo nenhum agora. O governo pode dizer o que quiser, porque o pessoal fica com medo.

ÉPOCA - É inútil o discurso do presidente para injetar otimismo?

FHC - Pode injetar o que quiser, mas o bolso conta mais. Não quero fazer prognósticos negativos, mas você terá no mundo um encolhimento do sistema financeiro, com conseqüências sobre a economia real, porque encolhe o crédito, e a economia capitalista depende de crédito. O pessoal pensa que bom é o sistema produtivo, o sistema financeiro é ruim. Estão equivocados: o sistema capitalista é um só. O coração dele é o sistema financeiro.

ÉPOCA - O Proer, que o PT criticou em 1995, garantiu a solidez do sistema financeiro no Brasil nesta crise?

FHC - Sem dúvida. Como não tínhamos o aprendizado dessas questões, diziam: Ah.. tá botando dinheiro para os banqueiros, não sei o quê... O Lula acabou de soltar muito mais dinheiro do que no Proer. E ninguém fala nisso, porque as pessoas entenderam que é preciso dar liquidez. Além de sanear bancos públicos e privados, também aumentamos o controle e a fiscalização. A alavancagem (relação entre o patrimônio de um banco e o dinheiro que ele

“ O LULA ACABOU DE SOLTAR MUITO MAIS DINHEIRO DO QUE NO PROER. E NINGUÉM FALA NISSO ”

empresta) dos bancos foi controlada. Na crise atual, houve falta de controle da CVM e do Banco Central, além de uma demora do governo para agir.

ÉPOCA - O senhor diz que aqui também faltaram controles? É a mesma crítica que o presidente Lula faz aos Estados Unidos?

FHC - Eles não atuaram sobre os derivativos (os contratos com base na variação futura de indicadores, que geraram prejuízos a grandes empresas) e deviam ter atuado. O Banco Central ficou frouxo no controle dessas operações, todas aqui. Elas passam pela Cetip (Câmara de Custódia e Liquidação), são registradas. Todo mundo estava sabendo que estava acontecendo isso. Cá entre nós, muitas empresas ganharam muito nos últimos anos por aí também. Se fizer o balanço, talvez estejam devolvendo parte do que ganharam.

ÉPOCA - E onde o senhor acha que houve demora do governo?

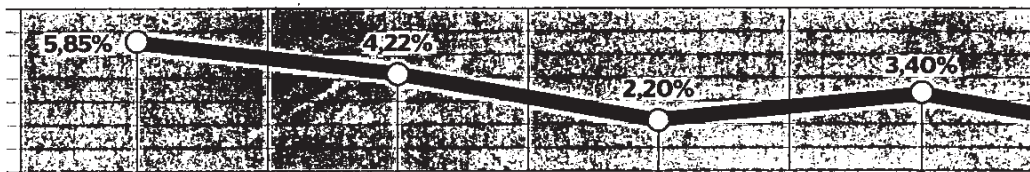
FHC - Se o BC tivesse se lançado a vender dólar mais depressa, talvez – talvez, porque não é tão fácil assim – tivesse amenizado a queda do real. E por que o Banco Central não agiu depressa? Porque teve medo de processo. Em 1999, o Fontecindam e o Marka, bancos cujo nome eu nunca tinha ouvido falar, apostaram no real. O BC tentou salvá-los, como está salvando agora o pessoal dos derivativos de câmbio. O Chico Lopes (ex-presidente do BC) está condenado, por incompetência da Justiça de entender que ele estava tentando salvar o sistema. O BC demorou agora, com o medo dos dirigentes de ser processados. Foi preciso uma medida provisória para dar mais cobertura.

ÉPOCA - Diz-se que Lula foi até agora beneficiado pela sorte. Mas ele não pegou a maior crise internacional de todas?

FHC - A crise é a maior, mas é mais manobrável. Ele foi beneficiado pela herança também, continua vivendo da herança. E está até aumentando o patrimônio. Aqui o problema é outro. O problema é fiscal. Já estão contratadas, para o ano que vem, despesas muito elevadas. Havendo contração da economia, você terá uma contração do fluxo de impostos. O fato de estar crescendo a 5% neste ano leva a que, no ano que vem, no mínimo, cresça 2,5%. Isso atenua, mas não resolve. Pode ser, tomara que resolvesse. Se não resolver, 2010 vai ser ruim.

Um governo de crise em crise

O crescimento do PIB, durante os anos FHC, foi fraco. O motivo foi a sucessão de problemas econômicos nos cenários externo e interno



1994 A CRISE DO MÉXICO

FHC é eleito presidente. O México quebra, mas o governo Itamar Franco mantém o real valorizado

1995 A CRISE DO PROER

Após a posse de FHC, o novo governo enfrenta problemas na primeira desvalorização do real. Grandes bancos não se adaptam à estabilização. O governo reage com o Proer, que injeta R\$ 34 bilhões (valores atualizados) para salvar o sistema financeiro

1996 A CRISE DO PROES

O governo institui o Proes, para sanear e privatizar bancos estaduais, como o Banespa

1997 A CRISE ASIÁTICA

A quebra de países da Ásia apanha o Brasil com déficit nas contas externas. O governo insiste no câmbio fixo. O real sofre ataque especulativo, consumindo as reservas cambiais. No fim do ano, o Congresso aprova um pacote de 51 medidas anticrise e acalenta o mercado financeiro

ÉPOCA - O cenário político do governo para 2010 não tinha crise. O plano era fazer um candidato...

FHC - Fazer o poste. Mas a eleição atual abalou a teoria do poste. O Lula deve ter percebido que a transferência de votos existe, mas não é assim uma coisa que resolva tudo. Quando a economia vai bem, vai bem. Pensando em 2010, é bastante possível que o candidato de oposição ganhe, sem prejuízo da popularidade do Lula.

ÉPOCA - O novo cenário econômico favorece a vitória da oposição?

FHC - Ficou mais possível. Isso também depende de como se faz a campanha. Eu ganhei do Lula no primeiro turno em 1998, no meio de uma crise. E a discussão era quem seria capaz de tirar o Brasil da crise. Não era negar a crise. A crise estava lá. Depende de como você politiza a questão.

ÉPOCA - Em 2002, o governo estava esgotado, e a economia lá mal. Isso poderá se repetir com a ministra Dilma?

FHC - Completamente esgotado. Em 2002, as cartas já estavam dadas. Foi um milagre o Serra ter ido ao segundo turno. Em 2010, isso dependerá um pouco da situação econômica, porque, em 2002, por causa do próprio Lula, a desordem financeira estava presente. A chance de um candidato de oposição ganhar é muito alta. Imaginar que um governo, qualquer governo, faça uma candidatura

em qualquer momento, só porque é popular, não dá. Se o Lula dispusesse no PT de alguém tipo Aécio ou tipo Serra, ele faria o sucessor. Não tem.

ÉPOCA - O senhor acha que ele vai com a ministra Dilma, mesmo que a economia piore?

FHC - Especialmente se a economia piorar. Em eleição, você não pode dizer um ano antes o que vai acontecer. É muito provável que vá de Dilma – e é muito provável que a Dilma tenha muita dificuldade para ganhar.

ÉPOCA - E, pela oposição, Serra, e não Aécio.

FHC - É provável. Todo mundo sabe o que eu acho. Na situação brasileira atual, o Serra tem mais probabilidade. Mas o Aécio é um cara que demonstrou não só que é bom de voto, como também ele governa bem. Eu não sentiria incômodo se fosse Aécio o candidato.

ÉPOCA - O presidente Lula defende uma reorganização do sistema financeiro internacional, como o senhor também defendia desde 1995. É a hora da política, ele diz.

FHC - O discurso do Lula é igual ao meu nesse sentido. Claro que tanto ele quanto eu somos utópicos. Você tem de fazer esse discurso e saber que não vai acontecer agora. O Lula não pode acreditar que isso vai acontecer, ou acreditar que a crise não vem até aqui. Pode até dizer que não, mas a crise já está aqui. ◆

MEMÓRIA

Paridade e moratória

Como o Brasil escapou desses dois problemas em 1998 e em 2002

ÉPOCA - Por que o senhor pediu ajuda a Bill Clinton na crise de 1998?

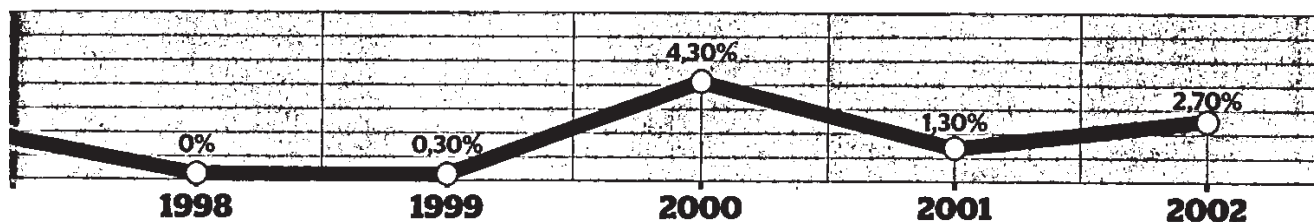
FHC - O Michel Camdessus (*diretor-gerente do FMI*) queria que fizéssemos como a Argentina: paridade com o dólar, 1 por 1. Eu disse: Ô, Bill, estão querendo condicionar o empréstimo a uma mudança que não posso fazer. Acabei de ganhar uma eleição e, se fizer a mudança, todo mundo vai achar que eu enganei...

ÉPOCA - O PT até hoje o acusa de ter segurado o real para se reeleger.

FHC - Balel! Eu queria desvalorização gradual. Mas o FMI exigia paridade, engessar a economia. O Clinton entrou. E eles deram o dinheiro. De má vontade.

ÉPOCA - Em 2002, estivemos perto da moratória?

FHC - Em agosto, o José Dirceu foi aos EUA e me telefonou: "Presidente, estão dizendo aqui que vamos à bancarrota". Eu disse: "Depende de vocês. Se o Lula continuar com esse discurso, ficamos sem condições de manejar e pedimos moratória mesmo". Ai, eles maneiraram. E bastante. ◆



A CRISE DA RÚSSIA

FHC é reeleito em meio aos reflexos da crise na Rússia. Para emprestar dinheiro ao Brasil, o FMI exige que o país adote o sistema argentino de paridade. FHC consegue ajuda do presidente dos EUA, Bill Clinton, para obter socorro, sem cumprir a exigência

A CRISE DO REAL

O novo presidente do Banco Central, Chico Lopes, fracassa na desvalorização gradual do real. Armínio Fraga assume o BC, adota o câmbio flutuante e as metas de inflação

A CRISE ARGENTINA

A crise na Argentina se agrava e contamina as expectativas em relação ao Brasil

A CRISE DE 11/9

A explosão das torres gêmeas por terroristas deprime mercados no mundo e afeta o Brasil

A CRISE DA ELEIÇÃO

Os mercados reagem mal à perspectiva de eleição de Lula. O FMI oferece o maior empréstimo até então para um único país, de US\$ 35 bilhões. Lula vence as eleições e decide aumentar o superávit primário. Isso normaliza os mercados a partir do ano seguinte

Abaixo a medida provisória

Dois acontecimentos recentes envolveram a medida provisória (MP), que dá ao presidente da República o poder de fazer leis sem a prévia anuência do Congresso. Primeiro, o senador Garibaldi Alves Filho, presidente do Senado, devolveu ao Executivo, por imprópria, a MP que anistiava dívidas de entidades filantrópicas. Segundo, a Câmara discutiu proposta de emenda constitucional (PEC) para reduzir o efeito paralisante da MP na atividade parlamentar. Acontece que a MP não tem conserto. É hora de questionar sua existência.

No início deste ano, o senador Garibaldi já havia feito críticas corajosas ao uso da MP: "Não é exagero afirmar que, a cada medida provisória editada sem os critérios de relevância e urgência, a Constituição é rasgada com desprezo. Sob tal pano de fundo, o que se distingue é um Congresso Nacional transformado em quarto de despejo de um presidencialismo de matiz absolutista".



A MP ficou muito mais poderosa e foi banalizada. Tem sido utilizada até para mudar o Orçamento da União, um absurdo institucional



A PEC busca evitar o trancamento da pauta de votações, mas mantém a hipótese de bloqueio dos trabalhos legislativos. Seria uma mudança cosmética. O incentivo à utilização excessiva da MP e as incertezas jurídicas associadas à sua edição permaneceriam intocados.

A MP fazia sentido na travessia para a estabilidade de preços. A indexação generalizada da economia tornara a inflação intratável por mecanismos convencionais. A desindexação fez parte de todas as tentativas de estabilização, do Plano Cruzado ao Plano Real. Era inevitável intervir nos contratos. Requeriam-se a surpresa e/ou a vigência imediata.

Diz-se que a MP é imprescindível para enfrentar crises externas. Sem ela — ou sem o decreto-lei do regime militar — teria sido mais grave o efeito das crises dos anos 1980 e 1990. Daí, nos dias de hoje, as MPs para permitir ao Banco Central lidar com a atual crise, mesmo

que o país esteja preparado para resistir a tais situações.

O mesmo objetivo seria alcançado com um projeto de lei e mecanismos regimentais para assegurar sua rápida apreciação. É o que ocorreu nos Estados Unidos com o recente pacote de 700 bilhões de dólares. Em meio à grave crise financeira, o Congresso aprovou a matéria em curto prazo. Ouviu opiniões e melhorou a proposta do Executivo. A sanção presidencial aconteceu no mesmo dia, sem necessidade de prévia publicação no *Diário do Congresso* e outras formalidades.

O decreto-lei (DL) versava apenas sobre (1) segurança nacional; (2) finanças públicas, inclusive normas tributárias; e (3) criação de cargos públicos e fixação de vencimentos. Não podia aumentar a despesa. A Constituição de 1988, que aboliu o DL e criou a MP, não fixou limitações. A MP ficou muito mais poderosa e foi banalizada. Tem sido utilizada até para mudar o Orçamento da União, um absurdo institucional.

O DL usurpava os poderes do Congresso. O regime militar o justificava como resposta à habitual demora em apreciar matérias relevantes e urgentes. Mais tarde, com as crises dos anos 1970 e 1980, o DL se tornou meio para a adoção de medidas emergenciais.

A MP se inspirou em medida idêntica adotada por uma democracia, a da Itália. Trata-se, todavia, de instrumento típico de regimes parlamentaristas, em que o Executivo tem de dispor de maioria estável para aprovação de suas propostas. A MP italiana é mera antecipação dessa condição, para casos urgentes. Não é a mesma situação de regimes presidencialistas como o brasileiro.

O Brasil atingiu estágio político, econômico e institucional que permite seguir o processo legislativo das democracias maduras, nas quais medidas legislativas emergenciais têm curso em regime especial de tramitação. Nesse contexto, a MP constitui uma excrescência. Não há justificativa plausível para mantê-la. O que justificaria a emissão de MPs para aumentar salários de servidores, anistiar dívidas ou criar a TV Brasil?

A extinção da MP exigiria a criação de regras para assegurar decisões rápidas em casos de urgência. Isso é fácil. Livrar o país desse arbítrio é dar mais um passo na consolidação da democracia e eliminar os riscos a que a MP submete os cidadãos e as empresas, derivados de mudanças súbitas e nem sempre razoáveis das normas legais.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Lula e PT foram derrotados no domingo”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 28 de outubro de 2008.

A matéria destaca a entrevista do historiador Antonio Villa, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

Na entrevista o professor destaca que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acreditou que sua popularidade, em alta, seria suficiente para eleger os candidatos que apoiasse e foi surpreendido pelas urnas. Para ele, os grandes perdedores das eleições municipais de domingo foram o presidente e o projeto político do PT.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Por uma economia livre”, publicada pela revista *Veja* de 3 de setembro de 2008.

A matéria destaca a entrevista com o economista americano James Roberts, de 58 anos. Coordenador do índice de liberdade econômica da Heritage Foundation, entidade de promoção de políticas liberais com sede em Washington, Roberts alerta para o crescimento do que considera um “capitalismo de comparsas” na América Latina. Segundo o Economista quando se dá oportunidade para que a população mais pobre prospere, a liberdade econômica é boa para todos. Quando esse conceito é implementado, a elite política fica impossibilitada de usar a máquina estatal para ganhar vantagens econômicas, o que ocorre em prejuízo dos mais fracos. “Essa situação terrível é o que chamamos de “capitalismo de comparsas”. Nos países onde essa prática é institucionalizada, os governantes e seus amigos sobrecarregam a população com burocracia e pesados impostos com o objetivo de massacrar os empreendedores, que vêem como uma ameaça.”

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pro-

nunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como terceiro assunto, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Pacote da era Lula chega a R\$207 bilhões”, publicada pelo jornal **O Globo**, de 23 de outubro de 2008.

A matéria destaca que a ação contra a crise já soma 22 medidas. Mais R\$ 49 bilhões podem ser liberados.

Como quarto assunto, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Risco de quebra-deira leva governo a editar MP”, publicada pelo jornal **O Globo**, de 23 de outubro de 2008.

A matéria destaca que a decisão de permitir que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal adquiram participação ou controle de instituições financeiras foi tomada para evitar uma crise sistêmica.

Como quinto assunto, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “Acenderam a luz vermelha”, publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo**, de 28 de outubro de 2008.

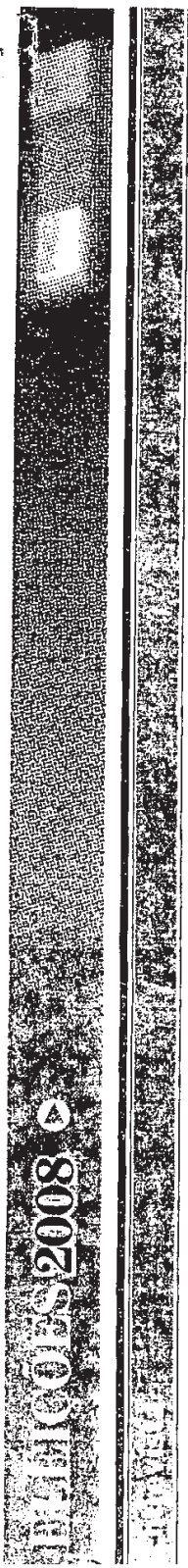
O artigo do professor do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) Marco Antonio Villa, destaca que o governo Lula tem uma idéia fixa: vencer a eleição presidencial de 2010. Todas as ações político-administrativas estarão voltadas para esse objetivo. E, se necessário, vencer a qualquer preço. Mas que os resultados surpreendentes (para o governo) das eleições municipais acenderam a luz vermelha. Desapareceu do espectro político a possibilidade de o próximo presidente da República ser escolhido por um só eleitor, e 125 milhões de cidadãos simplesmente referendarem o desejo imperial.

Sr. Presidente, requeiro que os artigos acima citados sejam considerados partes integrantes deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.*

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TERÇA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2008 | NACIONAL | A9
O ESTADO DE S. PAULO



Marco Antonio Villa: professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos

'Lula e PT foram derrotados no domingo'

Presidente acreditava que sua popularidade seria suficiente para eleger seus candidatos, mas foi surpreendido pelas urnas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acreditou que sua popularidade, em alta, seria suficiente para eleger os candidatos que apoiou e foi surpreendido pelas urnas. Essa é a opinião do historiador Marco Antonio Villa, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. Para ele, os grandes perdedores das eleições municipais de domingo foram o presidente e o projeto político do PT.

De acordo com as primeiras análises o governo perdeu espaço político nas eleições de domingo. O senador concorda? É difícil dizer se o governo perdeu ou não, considerando sua

ampla base, com mais de uma década de partidos. É certo, porém, que o projeto político do PT perdeu. O presidente Lula foi surpreendido pelos resultados do domingo. A primeira grande surpresa foi São Paulo, onde imaginou que sua candidatura poderia ganhar e ela teve menos votos do que na última eleição. No Rio, o presidente apoiou o bispo Marcelo Crivella, do PRB, que nem sequer chegou ao segundo turno. Em Belo Horizonte, o candidato apoiado pela seção estadual do PT venceu no segundo turno, mesmo enfrentando um opositor fraco. Em Porto Alegre, cidade administrada mais de uma vez pelo PT, a derrota teve proporções enormes: José Fogaça foi o primeiro prefeito reeleito naquela capital desde 1945. Em Salvador, o presidente apoiou o petista Walter Pinheiro, outro derrotado.

E o caso de Fortaleza?

A prefeita Luízianna Lins reeleitou-se sem o apoio do presidente. Foi uma vitória pessoal da candidata e da corrente da qual faz parte, não de Lula. Por esse quadro, que eu mencionei, pequeno, mas com colégios eleitorais importantes, posso dizer que o PT e Lula não foram vitoriosos.

Como entender isso diante da enorme popularidade de Lula?

As pesquisas sobre popularidade de registram um apoio político maior do que o existente na realidade, porque são feitas sem o contraditório. Não são produto de discussão política, como ocorre no processo eleitoral. Lula achou que, dada sua popularidade, bastaria apoiar um candidato para que fosse sagrado pelas urnas. O pior é que a oposição também acreditou nessa falácia.

É uma lição para 2010?

O PT vai pensar com mais cui-

dado na escolha de seu candidato para a Presidência. Será mesmo a Dilma Rousseff? Se alguém quiser dar nome a um poste, pode chamá-lo de Dilma. Ela nunca foi eleita para um cargo representativo, não tem experiência eleitoral. Como pretendem jogá-la na eleição de 2010, que se anuncia como a mais disputada da história republicana do Brasil?

O partido teria outras opções?

Eles não têm muitas escolhas. Boa parte da liderança do partido foi abatida pelo mensalão: José Dirceu, José Genoíno, Antonio Palocci, João Paulo Cunha e outros. E não houve renovação: os nomes mais expressivos do PT são de pessoas que ajudaram na sua fundação, 25 anos atrás. Se eu fosse do governo, um dos nomes que pensaria como pré-candidato é o do Patrúus Ananias. Ele assumiu o controle do maior programa assistencial

LIZIANE
Marco Antonio Villa
Historiador

"O presidente Lula foi surpreendido pelos resultados do domingo. A primeira grande surpresa foi São Paulo, onde imaginou que sua candidatura poderia ganhar e ela teve menos votos do que na última eleição" do ocidente, um programa que vinha naufragando nas mãos da Benedita da Silva, e consequiu torná-lo eficiente - sem entrar no mérito do programa.

Em que medida a crise econômica mundial, que começa a ter efeitos no Brasil, influenciará na sucessão?

A crise ainda está no começo. Se atingir o Brasil fortemente, como parece que vai atingir, um dos efeitos será a queda da popularidade do presidente. Quando isso ocorrer, o primeiro partido a sair da base do governo será o PMDB, que é um aliado dos bons momentos:

quando vê uma tempestade, ainda ao longe, o PMDB é o primeiro a abandonar o navio. Isso fará com que o partido chegue, ainda mais dividido em 2010, mais sujeito às decisões dos caciques regionais. Hoje sabemos que Jarbas Vasconcelos, de Pernambuco, apóia José Serra para a Presidência, enquanto Roberto Requião, do Paraná, apóia quem Lula indicou. Numa situação como essa, com a queda da popularidade e perdas na base de apoio, a possibilidade de vitória de um candidato indicado por Lula diminui ainda mais. ●

Entrevista JAMES ROBERTS

DUDA TEIXEIRA

Por uma economia livre

Pesquisador da Heritage Foundation, dos Estados Unidos, diz que o “capitalismo de comparsas” cresce na América Latina

O economista americano James Roberts, de 58 anos, é coordenador do índice de liberdade econômica da Heritage Foundation, entidade de promoção de políticas liberais com sede em Washington, nos Estados Unidos. A lista elaborada por Roberts compara a facilidade com que cidadãos de diferentes países conseguem começar um negócio, escolher um emprego, tomar dinheiro emprestado ou usar o cartão de crédito. Publicado anualmente desde 1995, o ranking tornou-se um termômetro da saúde e da eficiência das economias nacionais. Antes de assumir essa função, Roberts trabalhou no Departamento de Estado durante 25 anos. Como diplomata, coordenou programas destinados a assessorar a transição para o capitalismo em vários países do Leste Europeu. Roberts concedeu a seguinte entrevista a VEJA.

A liberdade econômica é capaz de diminuir a desigualdade social de um país? Em primeiro lugar, é preciso definir o que vem a ser igualdade social. Esse conceito pressupõe que todos sejam forçados a viver em casas idênticas, ganhar os mesmos salários, comer as mesmas comidas e acreditar nos mesmos valores? Essa abordagem totalitária já foi tentada na União Soviética e está em pleno vigor em Cuba. Os resultados foram e são desastrosos, para não dizer trágicos. Como os fundadores dos Estados Unidos sabiam muito bem, é impossível para um governo arcar com a missão de assegurar igualdade para todos os cidadãos. As pessoas não nascem iguais. Elas possuem habilidades e talentos próprios. Cada uma deve decidir sozinha o que quer fazer da vida: se prefere trabalhar duro ou levar uma existência mansa e tranquila. O principal papel de um governo não é ir contra essa realidade e forçar algo que não existe nem existirá. O bom

Entrevista JAMES ROBERTS

governante é aquele que oferece oportunidades iguais para todos buscarem a própria felicidade. O capitalismo promove níveis desiguais de prosperidade. Como diria o estadista Winston Churchill, isso é muito melhor do que produzir miséria igual para todos, como faz o socialismo.

A pobreza diminui nos países com liberdade econômica? Ao dar oportunidades para que a população mais pobre prospere, a liberdade econômica é boa para todos. Quando esse conceito é implementado, a elite política fica impossibilitada de usar a máquina estatal para ganhar vantagens econômicas, o que sempre ocorre em prejuízo dos mais fracos. Essa situação terrível é o que chamamos de “capitalismo de comparsas”. Nos países onde essa prática é institucionalizada, os governantes e seus amigos sobrecarregam a população com burocracia e pesados impostos com o objetivo de massacrar os empreendedores, que vêm como uma ameaça. Quando, por outro lado, existe liberdade, o poder econômico não está sujeito a forças políticas e sociais. Pequenas e médias companhias privadas, que são a espinha dorsal de uma economia e produzem a maior parcela dos impostos, têm melhores chances de crescer. A liberdade econômica é uma doutrina revolucionária que desafia o status quo e os que querem usar o poder em proveito próprio. No longo prazo, sua aplicação produz mais prosperidade, mais igualdade de renda, mais emprego e reduz os níveis de pobreza.

É possível medir esses benefícios?

Se dividimos os países do mundo em cinco grupos, usando o grau de liberdade econômica como parâmetro, vemos que o grupo de países mais livres tem uma renda per capita cinco vezes maior que a do grupo de nações que consideramos repressoras. O desemprego nos países livres é de 6%, enquanto nos economicamente repressores é de 19%. As nações mais livres também possuem menor inflação, que sabidamente corrói o salário dos mais pobres.

Os dois fatores que fizeram o Brasil cair no ranking da liberdade econômica foram a corrupção e a falta de abertura financeira. As leis brasileiras são pouco receptivas aos investimentos estrangeiros

Como está o Brasil no ranking de liberdade econômica? Em 2003, o primeiro ano do governo do presidente Lula, o país alcançou a sua melhor posição no ranking. Ficou em 58º lugar. No ranking deste ano caiu para a 101ª posição. Hoje o Brasil está ao lado de países como Zâmbia, Argélia, Camboja e Burkina Faso. Com isso, o Brasil mudou de categoria. Saiu do que chamamos de “moderadamente livre” para uma economia “majoritariamente não livre”.

O que fez o Brasil cair tanto no ranking?

Os dois fatores que empurram o país para baixo são a corrupção e a falta de liberdade financeira. No último ranking da Transparência Internacional, que mede o grau de corrupção dos países, o Brasil aparece em 72º lugar numa lista de 179 nações. Apesar de o uso da internet nas concorrências públicas estar crescendo no Brasil, o que é positivo, muitas das empresas participantes desses leilões afirmam ter encontrado corrupção em alguma parte do processo. As leis brasileiras são pouco receptivas aos investimentos estrangeiros. O país precisa melhorar as leis de investimen-

to, reduzir as restrições à moeda estrangeira e facilitar a vida dos empresários estrangeiros que queiram operar no país.

O senhor falou em capitalismo de comparsas. Em que países esse fenômeno é mais forte? Muitos países são vítimas desse mal, embora em diferentes graus. Os Estados Unidos já tiveram, em sua história, políticos corruptos que recebiam favores de empresários. Hoje, os americanos não vivem uma situação em que o capitalismo de comparsas possa ser considerado institucionalizado. Isso acontece mais claramente no México, na Argentina e na Venezuela. A economia mexicana é dominada por grandes empresas estatais e privadas, que exercem monopólios ou duopólios. Entre as estatais estão a Pemex, de petróleo, e a CFE, de eletricidade. O resultado é a falta de competição, que prejudica os consumidores mexicanos. Na Argentina, o governo populista dos Kirchner mostra claro favoritismo a setores dominados por colegas peronistas. Nas áreas em que há amigos, o governo não é tão severo ao exigir que as companhias obedeçam às regras ambientais, por exemplo. Já no regime do venezuelano Hugo Chávez, o capitalismo de comparsas domina inteiramente o país. A tal ponto de alguns economistas preferirem não chamar o sistema venezuelano de capitalismo. O governo Chávez é mais parecido com o fascismo ou com a ditadura da KGB, sob o comando de Vladimir Putin, na Rússia. Lá, ter sido um espião é essencial para se tornar um empresário de sucesso.

Quais são as nações que mais melhoraram em termos de liberdade econômica nos últimos anos? Qual foi o impacto disso? Eu destacaria Botsuana, Estônia, Irlanda e Mongólia. O padrão de vida nesses países melhorou muito na última década. Desde 1995, todos tiveram um aumento médio anual do PIB superior a 5%. Ao reforçar o estado de direito e a transparência no governo, todos ganharam estabilidade

política e econômica. A Irlanda hoje é um grande exportador de software da União Européia. A Estônia tem seguido o mesmo caminho e investe bastante em tecnologia e informática.

Por que as antigas colônias inglesas da Ásia estão entre os países com maior liberdade econômica? Parte da resposta está na cultura anglo-saxã. Dos dez países no topo do ranking, sete foram colônias inglesas. A Inglaterra é o décimo na lista. É uma tradição inglesa e do norte da Europa ter governos limpos, transparentes e responsáveis. Servidores públicos não tentam roubar, os tribunais de Justiça procuram ser honestos e não aceitam suborno. Outro fator é a relevância dada aos direitos de propriedade em países com influência anglo-saxã, como Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Austrália, Botsuana e Irlanda. Outros países protestantes dividem o mesmo legado. Em 1215, a Constituição inglesa já criava um sistema de pesos e contrapesos para o poder governamental, que evoluiu bastante desde então. Graças a isso, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não interferem uns nos outros e formam um sistema transparente, que previne abusos do poder. Uma das bandeiras da reforma protestante no século XVI foi a rejeição total da corrupção que permeava a Igreja Católica na época.

Como está a América Latina no ranking? Quando analisamos o continente americano como um todo, percebemos que a liberdade econômica está diminuindo. A culpa é claramente da América Latina. A região está dividida. De um lado estão governos baseados em uma democracia mais profunda, que estimula o livre mercado e traz prosperidade para a população. É o caso do Chile, que aparece em oitavo lugar no ranking mundial, à frente da Suíça e da Inglaterra. De outro estão governos populistas que vendem fórmulas desgastadas do passado. A Venezuela está entre os dez países mais repressivos, à frente apenas de notáveis

“O capitalismo promove níveis desiguais de prosperidade. Como diria o estadista inglês Winston Churchill, isso é muito melhor do que produzir miséria igual para todos, como faz o socialismo”

ditaduras como a de Robert Mugabe, no Zimbábue, ou a de Kim Jong Il, na Coreia do Norte. Desde que ganhou as eleições, Chávez promove um intenso ataque ao sistema privado. Muitos empresários pararam a produção porque não conseguem mais obter lucros. Na Argentina, a falta de liberdade econômica tem sido uma tragédia. O país, que em 1933 tinha um PIB equivalente à soma dos de Brasil e México e era uma das dez maiores economias do mundo, tornou-se periférico. Nos últimos 75 anos, seus governantes fizeram com que o país caminhasse para trás, apesar de ser muito rico em recursos naturais. Na Nicarágua, Daniel Ortega ressuscitou seu discurso antiamericano e sua política desestabilizadora, aproximando-se perigosamente de Hugo Chávez e do iraniano Mahmoud Ahmadinejad.

Qual dos dois grupos de países está mais forte na região? Muitos países estão caminhando em direção a modelos falidos do passado. No nosso ranking, isso se refletiu no desempenho dos países. Dezessete caíram de posição, enquanto doze tiveram melhora.

Que país poderia servir de modelo para a América Latina? O Brasil pode ser citado como exemplo no que diz respeito à manutenção de sua política antiinflacionária. Exceto pelo Chile, os demais países da região não mostram a mesma disciplina. A maioria dos governos prefere comprar vantagens políticas no curto prazo, mesmo sabendo que isso está sendo feito à custa do crescimento e da saúde econômica a longo prazo.

As mudanças que Raúl Castro está promovendo em Cuba vão ampliar a liberdade econômica na ilha? Não há nenhuma informação que me leve a concluir que Cuba esteja dando passos verdadeiros em direção à liberdade econômica. Não haverá democracia baseada em livre mercado até que o regime de Fidel Castro se vá definitivamente. A transição representada por Raúl não é para valer. Ele só está tentando fazer parecer que há uma mudança, quando não há nenhuma. Os camaradas do partido dizem que as pessoas agora podem comprar celulares, mas só os que ganham pesos conversíveis podem se conceder esse luxo. Isso exclui grande parcela da população de Cuba. O governo é quem decide quem pode ou não comprar computadores e aparelhos de DVD. Ninguém tem vontade de trabalhar na ilha, porque sabe que isso não compensa. O Exército controla 60% da economia e Raúl está no comando dos militares. Certamente não tomará nenhum passo em direção a uma liberdade econômica verdadeira, porque isso ameaçaria seu próprio poder. Tudo não passa de um grande teatro.

De maneira geral, a liberdade econômica tem diminuído ou aumentado no mundo? Quando se somam todos os países, é possível ver que a liberdade econômica tem aumentado, embora muito lentamente. Quem mais puxa a curva para cima são os países europeus. Dos vinte países mais livres, metade está na Europa. Outro destaque são as antigas colônias inglesas. Hong Kong é o campeão, seguido de Cingapura.

Pacote da era Lula chega a R\$ 207 bilhões

Ação contra crise já soma 22 medidas. Mais R\$ 49 bi podem ser liberados

Eliane Oliveira

• BRASÍLIA. Com o agravamento da crise financeira internacional, o governo vem anunciando a conta-gotas um arcabouço inédito que já soma 22 medidas e forma um dos maiores pacotes econômicos da era Lula. Ele já permitiu a liberação de R\$ 207,8 bilhões ao mercado. A munição oficial, que começou a ser usada em 24 de setembro, pode ser ainda maior. Há ao menos mais R\$ 49,3 bilhões em compulsórios que podem ser usados, segundo aviso prévio do Banco Central (BC).

Além disso, podem ser realizados ilimitados leilões de dólares e tomadas novas medidas de incentivo ao setor produtivo. Uma ajuda à construção civil, somando cerca de R\$ 4 bilhões está sendo gestada pela Caixa Econômica e o BNDES, por exemplo.

Esse pacote tem como meta o restabelecimento do crédito no país, que secou desde o acirramento do pânico internacional. Com a escassez e o encarecimento dos empréstimos, a economia real já está sendo fortemente atingida, com destaque para as exportações, a agricultura e o financiamento de bens de consumo duráveis, como veículos, e de imóveis.

O efeito colateral das medidas foi uma maxidesvalorização do real, que surpreendeu economistas, analistas do mercado financeiro e o governo, com impacto direto no comércio exterior brasileiro. Além da falta de crédito, os exportadores estão evitando fazer novos negócios, à espera da estabilização do dólar frente ao real. A moeda americana fechou ontem a R\$ 2,38.

Se, no início, o governo avaliava que o problema se situava meramente no setor financeiro — dando margem a avaliações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que os efeitos seriam apenas "uma marolinha" —, agora ele percebe que, se não irrigar o mercado com dólares e reais, usando reservas cambiais, compulsórios bancários e o caixa dos bancos públicos, as con-

seqüências sobre o setor produtivo brasileiro serão extremamente danosas.

Uma das grandes preocupações da equipe econômica é o setor de construção civil, grande gerador de empregos e parte fundamental na execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

— A crise começou pelos ricos e está chegando aos emergentes. Primeiro, atingiu o patrimônio, a liquidez e o crédito. Em outro momento, afetará emprego e renda — disse o economista da Rosenberg Associações Dirceu Bezerra Júnior.

Ele afirmou que considera correto o procedimento do governo no sentido de adotar medidas preventivas para enfrentar a crise. No entanto, em sua opinião, a solução para os problemas não está no Brasil.

— Se os países ricos ainda não solucionaram o problema, não há nada que possamos fazer por aqui, a não ser nos defender — ressaltou o economista.

Para o setor agrícola, governo já anunciou R\$ 15 bi

O governo já anunciou medidas que somam quase R\$ 15 bilhões de recursos para o setor agrícola. Uma das últimas foi liberação de mais R\$ 2,5 bilhões por intermédio do aumento da destinação obrigatória da captação dos bancos. Essa decisão deverá ser ratificada no dia 28, na reunião ordinária mensal do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Contudo, a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) faz um diagnóstico pessimista para 2009. A entidade projeta uma queda de pelo menos 5% na produção, devido à redução do uso de insumos e tecnologia e à dificuldade em obter financiamento para o plantio da safra 2008/2009.

Um levantamento preliminar mostra que 20% dos produtores não compraram insumos para o plantio. Com restrições de acesso ao crédito para plantar a safra e a alta do dólar, aumentam as dificuldades para custear a safra, pois vários produtos são atrelados à moeda americana. ■

Munição oficial contra a turbulência

MEDIDAS JÁ ANUNCIADAS

2 Medidas mais intervenções no mercado de câmbio



Total liberado ao mercado

R\$ 207,8 bilhões

Munição restante de compulsório

R\$ 29,6 bilhões

Ajuda futura à construção

Carência de R\$ 4 bilhões

COMPULSÓRIOS: R\$ 110,6 bilhões (pode chegar a R\$ 160 bilhões)



- Redução do compulsório para pequenos e médios bancos: **R\$ 13,2 bilhões**
- Liberação do compulsório de bancos para comprar carteira de instituições menores: **R\$ 23,5 bilhões**
- Redução da alíquota adicional do compulsório sobre depósitos à vista e a prazo: **R\$ 23,2 bilhões**
- Flexibilização de parte dos compulsórios para instituições que comprarem carteiras de parceiros menores: **R\$ 6 bilhões**
- Dedução que os bancos podem fazer sobre os compulsórios adicionais dos depósitos a prazo, à vista e poupança: **R\$ 8 bilhões**
- Dedução dos compulsórios de depósitos a prazo: **R\$ 13,1 bilhões**
- Instituições que participam dos leilões de dólares com compromisso de recompra poderá abater o valor negociado dos compulsórios dos recursos das empresas de leasing que ficam depositados: **R\$ 20 bilhões**
- Redução de 45% para 42% da alíquota do compulsório sobre depósitos à vista: **R\$ 3,6 bilhões**

OUTRAS MEDIDAS: R\$ 27,356 bilhões



- Autorização para empréstimo do BC (linha de redesconto) aos bancos tendo como garantia carteiras de crédito
- Utilização das reservas cambiais para financiar as exportações, por meio de leilão de compra de títulos de bancos que financiam o comércio exterior brasileiro. Os contratos prevêem a recompra desses papéis, mantendo os atuais níveis das reservas
- Possibilidade de empréstimo direto do BC a bancos privados em moeda estrangeira voltado exclusivamente para comércio exterior. O primeiro leilão foi feito na segunda-feira, com a venda de US\$ 1.62 bilhão (R\$ 3,856 bilhões)
- Repasse para o BNDES de R\$ 5 bilhões, no sistema de pré-embarque
- Retornada dos leilões de swap cambial, ou seja, contratos que cubram a variação da cotação do dólar. Isso é fundamental para dar segurança a quem possui dívidas em dólares e para dar liquidez aos importadores
- Capitalização do BNDES com recursos R\$ 7 bilhões do FGTS
- Aumento da capacidade de endividamento da Petrobras junto ao BNDES, no valor de R\$ 12 bilhões

AGRICULTURA: R\$ 1,350 bilhões



Preocupado em garantir crédito para o plantio da próxima safra de grãos, o governo tomou as seguintes medidas:

- Antecipação de recursos do BB: **R\$ 5 bilhões**
- Aumento da exigibilidade bancária (total de recursos que devem ser aplicados, obrigatoriamente, no crédito agrícola): **R\$ 5,5 bilhões**
- O Conselho Monetário Nacional (CMN) vai autorizar o aumento da alíquota do compulsório da poupança rural de 65% para 70%: **R\$ 2,5 bilhões**
- Uso das reservas cambiais para o financiamento ao setor por intermédio das *tradings*
- Uso dos recursos dos fundos constitucionais: **R\$ 500 milhões**
- Ajuda às cooperativas agropecuárias: **R\$ 1 bilhão**
- Repasse de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a agricultura familiar: **R\$ 350 milhões**

OS LEILÕES DE DÓLARES: US\$ 22,9 bilhões, ou R\$ 54,502 bilhões



- Mercado spot (venda de reservas): **US\$ 3,2 bilhões**
- Leilões com compromisso de compra: **US\$ 3,7 bilhões**
- Leilões de swap: **US\$ 12,9 bilhões**
- Não-resgate de swap reverso: **US\$ 1,5 bilhão**
- Leilão exclusivo para os exportadores: **US\$ 1,620 bilhão**

ABALO GLOBAL

Risco de quebraadeira leva governo a editar MP

Temor era de que os bancos pequenos fossem comprados a preço baixo pelas grandes instituições financeiras

Gerson Camarotti, Geralda Doca e Patrícia Duarte

o BRASILIA. A decisão de permitir que o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) adquiram participação ou controle de instituições financeiras — incluindo seguradoras e entidades de previdência privada — foi tomada para evitar uma crise sistêmica. É que os bancos pequenos estariam correndo o risco de serem estrangulados pelas grandes instituições financeiras.

A Medida Provisória 443, editada com estas diretrizes, seguiu-se à avaliação do governo de que as ações anteriores não teriam sido suficientes para equacionar a questão dos bancos menores. Entre as medidas estão a

possibilidade de as grandes instituições descontarem o valor da carteira comprada do compulsório a recolher e a permissão para o BC oferecer empréstimo aceitando carteiras de crédito como garantia.

Governo não quer banco pequeno refém da crise

O ministro de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, explicou que a MP visa proteger o sistema.

— É uma ação preventiva. Precisamos criar ferramentas para evitar problemas maiores, que possam vir a ocorrer por causa da crise financeira. A MP visa proteger os bancos pequenos evitando que eles fiquem reféns e fragilizados com a crise.

O líder do governo no Se-



Temos que evitar uma crise sistêmica, que levaria os bancos pequenos a serem comprados na bacia das almas

ROMERO JUCÁ, senador (PMDB-RR)

nado, Romero Jucá (PMDB-RR), confirma a tese afirmando que a MP tem como objetivo não deixar aviltar os preços.

— Temos que evitar uma crise sistêmica, que levaria os bancos pequenos a serem comprados na bacia das almas. Agora, o governo não colocará dinheiro em negócio ruim.

Nas últimas semanas, os

grandes bancos adotaram postura parecida: esperar o máximo de tempo possível para que os ativos se desvalorizassem e, assim, comprarem mais barato. Executivos de algumas destas instituições chegaram a comentar que preferiam ficar de braços cruzados, esperando que o banco quebrasse para fazer uma oferta de compra do controle total e não só das carteiras.

— Nesse caso, entra o poder de barganha entre os que precisam vender e os que não precisam comprar. — sintetiza o senador Francisco Dornelles (PP-RR).

Apesar das diversas tentativas, a diretoria do BC sabia que não tinha como obviar os grandes bancos a comprar as carteiras de crédito dos concorrentes. É que

os bancos privados têm independência para gerenciar seus negócios.

Apesar de considerá-la benéfica, Dornelles acha que a MP pode gerar expectativa de que existe uma situação de dificuldade no sistema bancário do país.

— Estamos vivendo uma crise de confiança. Tudo que o governo fizer para dar liquidez e confiança, ao mercado será bem recebido. Mas a MP só deveria ser editada no dia que houvesse necessidade concreta de comprar um banco, pois isso estimulada um clima de receio na praça. Ainda precisamos ver o aspecto psicológico dessa medida. ■

• BC JÁ LIBEROU R\$ 207,8 BILHÕESna página 26

Acenderam a luz vermelha

MARCO ANTONIO VILLA

GOVERNO federal tem uma idéia fixa: vencer a eleição presidencial de 2010. Todas as ações político-administrativas estarão voltadas para esse objetivo. E, se necessário, vencer a qualquer preço.

Mas os resultados surpreendentes (para o governo) das eleições municipais acenderam a luz vermelha. Desapareceu do espectro político a possibilidade de o próximo presidente da República ser escolhido por um só eleitor, e 125 milhões de cidadãos simplesmente referendarem o desejo imperial.

As análises que davam como certa uma onda vermelha fracassaram, assim como aquelas que imputavam ao presidente Lula uma espécie de varinha de condão para escolher os prefeitos. Sua popularidade era tal, diziam, que bastaria indicar o candidato a ser votado. Seu prestígio era tão grande, afirmavam, que o povo, obedientemente, seguiria a determinação do condutor.

Se Lula e seus apoiadores acreditavam nessa falácia, não cabe crítica. O estranho foi a oposição ter imaginado que esse delírio era real.

Como esperado, nos pequenos municípios, o índice de reeleição dos prefeitos foi o maior da história. O uso político do programa Bolsa Família —o cadastramento é controlado pelos prefeitos— fez com que a reeleição se transformasse em favas contadas: quando não foi o próprio prefeito, o candidato vencedor foi alguém do seu grupo político.

Assim, o Bolsa Família se transformou em um instrumento de petrificação política, de permanência das oligarquias, impedindo a alternância no poder municipal.

Pior: o governo Lula, que já conta com 11 milhões de famílias beneficiárias, ameaça incluir mais 4 milhões que já estão cadastradas no programa. Em outras palavras, o programa Bolsa Família será um dos instrumentos usados em 2010 para ganhar de qualquer jeito as eleições.

O final do ano será marcado por um cenário político confuso. Surpreendido pelo resultado das eleições municipais, ao governo interessa colocar vários obstáculos no caminho até chegar a 2010.

Vai lançar diversos balões de ensaio: transformar o Congresso em Assembleia Constituinte, voltar a insinuar o desejo de apresentar a proposta do terceiro mandato, falar em extinção da reeleição, defender um mandato presidencial de cinco anos —mas, no fundo, sabe que nada disso pode ser aprovado.

A maioria congressual que o governo Lula teve nos seis anos de mandato

vai diminuir paulatinamente. E diminuirá na relação inversa do tamanho da crise econômica internacional.

O governo continuará tentando dividir a oposição, buscando aqueles mais propensos à composição política em troca de algumas migalhas. Deverá explorar vaidades e esperanças frustradas.

Não faltarão adesistas. Estes, claro, vão se justificar argumentando que estão defendendo os interesses dos seus Estados. Vimos na campanha municipal que poucos candidatos tiveram a altivez de não se prostrarem frente ao presidente, como se o gestor municipal (ou estadual) tivesse de ter uma relação de subserviência em relação ao governo da União.

Até o momento, a oposição não esteve à altura das necessidades do país: teve receio de se contrapor, de remar contra a corrente, de enfrentar o governo no terreno da política; como se o índice de popularidade de Lula —que não será eterno— fosse um escudo que impedisse a construção de um outro projeto de país.

Mas os eleitores dos principais colégios eleitorais deram um recado: querem ter uma alternativa, não aceitam o voto de cabresto, não votarão em um poste na eleição de 2010, mesmo que indicado e apoiado ostensivamente por Lula.

O bloco anti-histórico que está no poder —o sindicalismo amarelo associado ao atraso oligárquico e aos interesses do grande capital financeiro— não cederá o governo facilmente. Vai lutar com todas as armas.

Teremos a eleição mais violenta da nossa história, com o uso da máquina administrativa e dos programas assistencialistas, com acusações e ameaças, dossiês à vontade, para todos os gostos, e, provavelmente, em um cenário econômico desfavorável.

Tivemos uma pequena mostra agora. Se o presidente foi tão agressivo na eleição de Natal, imagine quando estiver em jogo o Palácio do Planalto: o figurino “Lulinha paz e amor” será jogado no lixo.

O exército de aloprados prepara-se para o combate. Eles sabem que não podem perder o acesso privilegiado ao poder. Não mais sobrevivem distante dele. E farão de tudo para continuar mais quatro anos (oito seria melhor) usando e abusando das benesses produzidas em Brasília.

MARCO ANTONIO VILLA, 52, historiador, é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos). É autor, entre outros livros, de “Jango, um Perfil”.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “Perguntas, só por perguntar”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 03 de setembro de 2008.

O artigo do jornalista Clóvis Rossi aborda a questão do grampo no telefone do presidente do STF, Gilmar Mendes, e faz quatro perguntas intrigantes:

1 – Se o delegado Paulo Lacerda foi afastado da Abin em benefício da “transparência” da investigação sobre o grampo no telefone do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, significa que ele, se mantido no cargo, “embaçaria” o processo?

2 – Se é assim, como a lógica elementar indica, não seria o caso de demiti-lo em vez de afastá-lo temporariamente? Afinal, um funcionário suspeito de ser capaz de atrapalhar uma investigação não deve chefiar nada, certo?

3 – Se Lacerda fez um bom trabalho na PF – e o fez, sim -, por que agora humilhá-lo publicamente com o afastamento que coloca em suspeição sua lisura?

4 – Se Lacerda foi preventivamente afastado, por que não o foi também o general Jorge Félix, afinal, superior hierárquico de Lacerda como chefe do Gabinete de Segurança Institucional? A lógica não deveria ser a mesma?

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “A POLÍCIA NÃO SABE COMO GRAMPEAR O PT”, publicada na revista Isto É em sua edição de 3 de setembro de 2008.

A matéria destaca que numa das maiores operações da Polícia Federal deste ano, batizada de Operação João de Barro, uma ação que levou a prisão de prefeitos, empresários, e lobistas que desviavam dinheiro do Orçamento Federal, a mesma PF chefiada pelo ministro Tarso Genro deixou de fazer escutas solicitadas pelo Ministério Público Federal nos telefones de um alto dirigente do Partido dos Trabalhadores com o argumento simplista de “problemas técnicos”. O alvo era Romênio Pereira, que até a semana passada era o secretário nacional do PT.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Como terceiro assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Jobim diz que Abin comprou ilegalmente malas de grampo”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 3 de setembro de 2008.

A matéria destaca que a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) adquiriu ilegalmente maletas de interceptação telefônica, revelou o ministro da Defesa, Nelson Jobim, durante reunião de coordenação política do governo no Palácio do Planalto. Segundo a reportagem esta informação foi decisiva para o afastamento do diretor-geral da Abin, Paulo Lacerda, no episódio envolvendo o grampo ilegal do presidente do STF (Supremo Tribunal federal), Gilmar Mendes.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Como quarto assunto, quero fazer o registro do artigo intitulado “O Estado não é policial, é frouxo”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 2 de setembro de 2008.

O artigo do jornalista Clóvis Rossi destaca a fraqueza do Estado, frouxo, inerte, ausente exatamente onde a sua presença é mais necessária, o que, segundo o articulista, permite que os órgãos de informação saiam de qualquer tipo de controle.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Como quinto assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “O monstro vive”, publicado no jornal Folha de São Paulo em sua edição de 02 de setembro de 2008.

O artigo do jornalista Janio de Freitas destaca a crise de insegurança que atinge a privacidade do cidadão com a denúncia de que o presidente do STF, Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, foi grampeado pela Abin, Agência Brasileira de Informação. Ninguém, em nenhuma instância do governo ou do Judiciário – o que inclui a própria polícia, a Abin e os vários serviços secretos das Forças Armadas – sabe quem foi e quem está sendo gravado. Além das autorizações à polícia para gravação legal, cujo montante de 407 mil já atesta o estado de desatino, as gravações são corriqueiras também em serviços oficiais sem direito de

fazê-las e, ainda, nas vastas atividades clandestinas, mas tacitamente toleradas pelos governos e até utilizadas por policiais, como já reconhecido. Em síntese, a constatação é simples: com os gravadores oficiais e os ilegais como força nacional, “o monstro” que o general Golbery criou e depois identificou só mudou algumas formas, não morreu.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Como sexto assunto, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do editorial intitulado “As instituições reagem”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 5 de setembro de 2008.

O editorial faz uma profunda análise sobre a situação a que se chegou no Brasil onde a prática de monitoramento telefônico, com ou sem autorização judicial, não poupa os presidentes dos Três Poderes.

“A afronta da interceptação ilegal (...) começa a ter um desdobramento positivo: a aliança das instituições no combate “a endemia nacional do grampo”.

Como sétimo assunto, Sr. Presidente, ocupo a tribuna, neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “A riqueza do pré-sal depende do tamanho dos investimentos”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 31 de agosto de 2008.

A matéria destaca a entrevista com o deputado tucano Luiz Paulo Lucas (ES), ex-secretário de acompanhamento econômico do Ministério da Fazenda no governo FHC. Para o Tucano o debate sobre as reservas de pré-sal não deveria tratar de receitas e gastos, mas de investimentos.

Como oitavo assunto, Sr. Presidente, ocupo a tribuna, neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Grampo no poder”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 2 de setembro de 2008.

O editorial critica o grampo feito pela Abin, Agência Brasileira de Inteligência em autoridades dos poderes da República. “Escuta do STF tem raiz na leniência do Executivo e do Legislativo, omissos diante da cultura policial incrustada no Estado.”

Como nono assunto, Sr. Presidente, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria

intitulada “Entidades cobram investigação de escuta ilegal”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 2 de setembro de 2008.

A matéria destaca que quatro entidades de classe condenaram o grampo ilegal feito contra o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes. Todas defenderam a apuração dos fatos e evitaram culpar a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) pela realização da escuta clandestina. Para o presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Mozart Valadares, escutas telefônicas ilegais são incompatíveis com a democracia. “Isso é a negação do Estado democrático de Direito.” O presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Cezar Britto, comparou o episódio do grampo ilegal em Mendes ao reality show “Big Brother”. O presidente da Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil), Fernando de Mattos, disse que é inaceitável que se façam “escutas clandestinas em gabinetes e linhas telefônicas de qualquer autoridade da República, principalmente do presidente do Supremo”. “Se o chefe do Poder Judiciário tem sua vida privada invadida dessa forma ilegal e violenta, é de se imaginar os abusos que sofrem os cidadãos em seu cotidiano. Isso é intolerável.” O presidente da ADPF (Associação dos Delegados da Polícia Federal), Sandro Avelar, disse que a escuta ilegal feita contra Mendes é uma afronta ao trabalho das instituições públicas. “Caso se confirmem que esses grampos são feitos ilegalmente por instituições oficiais, além de apurar, tem de haver a punição.”

Como décimo assunto, Sr. Presidente, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “A sombra do PT sobre a PF”, publicada na revista **Época** em sua edição de 01 de setembro de 2008.

A matéria destaca que referências a ministros nos diálogos gravados entre um dirigente do PT e um lobista podem explicar a resistência da Polícia Federal em apurar corrupção no PAC.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que as referidas matérias passem a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

Perguntas, só por perguntar

SÃO PAULO - 1 - Se o delegado Paulo Lacerda foi afastado da Abin em benefício da “transparência” da investigação sobre o grampo no telefone do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, significa que ele, se mantido no cargo, “embaçaria” o processo?

2 - Se é assim, como a lógica elementar indica, não seria o caso de demiti-lo em vez de afastá-lo temporariamente? Afinal, um funcionário suspeito de ser capaz de atrapalhar uma investigação não deve chefiar nada, certo?

3 - Se Lacerda fez um bom trabalho na PF —e o fez, sim—, por que agora humilhá-lo publicamente com o afastamento que coloca em suspeição sua lisura?

4 - Se Lacerda foi preventivamente afastado, por que não o foi também o general Jorge Félix, afinal, superior hierárquico de Lacerda como chefe do Gabinete de Segurança Institucional? A lógica não deveria ser a mesma?

Ainda mais que o próprio general, segundo a **Folha**, teria dito que a

principal hipótese para os grampos é um ou mais funcionários da Abin terem sido contratados pelo banqueiro Daniel Dantas para executar o trabalho.

Se essa informação é correta, então o general demonstra ter “hipóteses” antes mesmo de a investigação começar, o que pode, ante seu nível hierárquico, conduzir o processo investigatório a uma linha que, de repente, é incorreta.

4 - Se, como já disse orgulhosamente o ministro da Justiça, Tarso Genro, todo mundo deve falar ao telefone com a “presunção” de que alguém está ouvindo, por que os chefes do crime organizado, mesmo quando presos, continuam falando ao telefone, até dos presídios, com a maior tranquilidade e, portanto, sem tal “presunção”?

Ou será que é mais difícil —além de bem mais perigoso— grampear prisioneiros condenados do que cidadãos em liberdade e sem crimes a eles imputados?

crossi@uol.com.br

Há poucos dias, o ministro da Justiça, Tarso Genro, alertou os brasileiros de que todos os cidadãos precisam se acostumar com a idéia de estarem sendo grampeados ao falar ao telefone. “Estamos chegando num ponto em que temos de nos acostumar com o seguinte: falar ao telefone com a presunção de que alguém está escutando.” No geral, a premissa vale para todos. Porém, sabe-se agora, o conselho do ministro não é tão amplo assim. Fato é que existem ilhas de comunicações seguras. Explicasse: numa das maiores operações da Polícia Federal deste ano, batizada de Operação João-de-Barro – uma ação que levou para trás das grades prefeitos, empresários e lobistas que desviavam dinheiro do Orçamento Federal –, a mesma PF chefiada por Genro deixou de fazer escutas solicitadas pelo Ministério Público Federal e autorizadas pelo Supremo Tribunal Federal nos telefones de um alto dirigente do Partido dos Trabalhadores com o argumento simplista de “problemas técnicos”. O alvo da investigação era Romênio Pereira, militante petista que até a última semana ocupava o cargo de secretário nacional do PT, antes que ISTOÉ revelasse suas

ligações com o lobista João Carlos de Carvalho, chefe de um suposto esquema criminoso que desviou mais de R\$ 700 milhões dos cofres públicos, incluindo verbas do PAC.

Durante a operação, foram identificadas várias ligações telefônicas entre o lobista e o secretário nacional do PT, o que levou a própria PF a requerer ao STF a quebra do sigilo telefônico de Romênio, solicitação que de pronto foi autorizada pelo ministro do Supremo Cezar Peluso. Na página 138 do relatório 3.683 de autos apartados, revelado por ISTOÉ com exclusividade na última semana, Peluso deixa claro: “Foram, ademais, captados, nas interceptações, diálogos que comprovam o envolvimento, no esquema, de Romênio Pereira, sob a suspeita de que atuaria politicamente para viabilizar, perante os Ministérios e outros órgãos federais, a rápida assinatura de convênios e a destinação dos recursos aos municípios.” Diante de fortes indícios do envolvimento do petista com a suposta quadrilha, os policiais foram a campo e não trouxeram nenhum resultado dos aparelhos de Romênio, com a justificativa de que o secretário nacional do PT utilizava o telefone da sede do partido, que, com muitos ramais, inviabilizava tecnicamente a escuta. O problema é que, a partir dessa explicação, a PF não grampeou nenhum outro telefone de Romênio, o que parece bem estranho, já que a ordem de Peluso autorizava a interceptação de qualquer linha

Depois das revelações feitas por ISTOÉ, o secretário nacional do PT pe

BRASIL

A POLÍCIA NÃO SABE COMO GRAMPEAR O PT

ALAN RODRIGUES E RUDOLFO LAGO

telefônica ou de fax, “onde haja”. Romênio tem quatro números de telefone registrados na lista telefônica.

A explicação da PF é no mínimo canhestra. Segundo ela, ao monitorar as ligações do lobista João Carlos de Carvalho, percebeu que ele nunca conversava nada de relevante com Romênio quando falava com ele pelo celular ou telefone residencial. O problema é que, segundo o inquérito da própria Polícia Federal, Romênio sempre pedia que a ligação fosse feita

através do telefone do PT. Normalmente, a PF monitora todos os telefones possíveis e depois seleciona o que for relevante para a investigação. O fato é que o erro nas investigações ou a suposta blindagem ao secretário nacional do PT abriu uma crise dentro da PF, que, já dividida por disputas internas, terá que dar explicações mais razoáveis à questão. Nos próximos dias, o PSDB vai encaminhar questionamento formal ao procurador-geral da República, Antonio Fernando

de Souza, e ao ministro do STF Cezar Peluso para entender por que os telefones de Romênio Pereira não foram grampeados. O partido também enviará ofício à Brasil Telecom, dona da linha do PT, para saber se realmente há impedimento técnico para o monitoramento em ramais telefônicos. “É preciso investigar isso a fundo”, defende o senador Álvaro Dias (PSDB-PR). “Além dessa postura de eficiência a toda prova da Polícia Federal, a verdade é que existem setores da PF que são visivelmente manipulados pelo governo. **Nesse caso, parece ter havido uma clara manipulação. E isso é um fato dos mais graves.** Não se pode generalizar porque a PF vem prestando um papel muito relevante no combate ao crime e à corrupção. Mas a PF não é uma. É por isso que é preciso se apurar tudo, até para preservar a instituição.”

O erro ou proteção da PF pode ter evitado mais revelações sobre a atuação de Romênio. Mas não livrou o ex-dirigente de dissabores. No sábado 23, pouco tempo depois de ISTOÉ chegar às bancas de todo o País – revelando os documentos de uma investigação sigilosa conduzida pela polícia e pelo Ministério Público Federal sobre desvio de mais de R\$ 700 milhões dos cofres públicos –, o

secretário nacional do PT não conseguiu explicar a seus pares os diversos encontros secretos com o chefe do esquema criminoso, o lobista João Carlos de Carvalho. Romênio decidiu assim pedir licença do PT. Apontado pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, como elo entre lobistas, empresários, prefeitos e deputados que comercializavam emendas parlamentares, Romênio não deixou barato sua saída e prometeu dar o troco nas correntes do partido

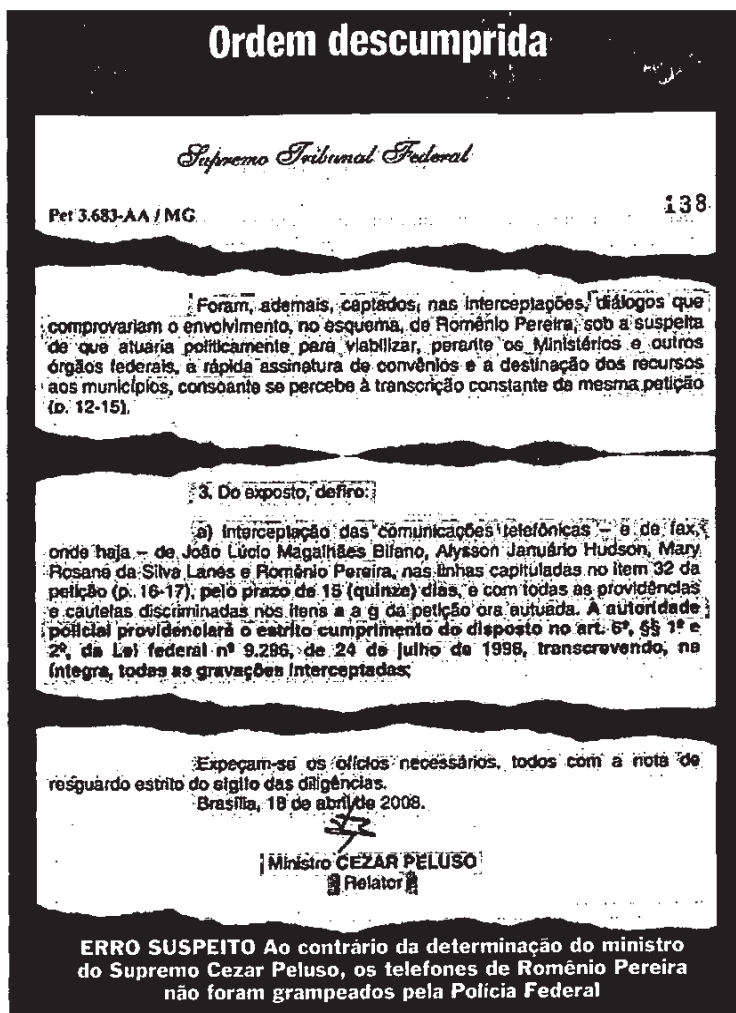
pediu afastamento do cargo por 60 dias e ameaçou “dar o troco”

que pediram sua cabeça. Para a platéia, os dirigentes deram as costas para as ameaças de Pereira. Na quarta-feira 27, já anunciaram uma substituta, a vice-reitora da Universidade Federal de Rondônia, Ivonete Tamboril. Por enquanto, ela ainda é apenas interina, já que Romênio pediu uma licença de 60 dias. Na verdade, porém, ela não foi efetivada porque os líderes petistas estão preocupados. **“O Romênio não é um Delúbio quando o assunto é agüentar pressões”**, disse um dirigente que pediu anonimato. Ao se afastar do cargo, Romênio tratou logo de estabelecer um cordão de proteção dentro do PT. Ele disse ao presidente Ricardo Berzoini que ninguém da Executiva do partido

que tenha se envolvido anteriormente com denúncias – Delúbio, José Genoino e Silvio Pereira – recebeu punição sumária. Disse mais: se houvesse investigação interna contra ele, sua tendência – Movimento PT – exigiria também apuração contra o ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, acusado pela Operação Satiagraha de fazer tráfico de influência em favor do banqueiro Daniel Dantas.

O certo é que Romênio decidiu pelo afastamento para abafar uma crise que poderia atingir a campanha eleitoral de estrelas petistas, principalmente Marta Suplicy, em São Paulo. Num telefonema a Berzoini, ele disse que não sabia que o empresário João Carlos de Carvalho

Ordem descumprida



era o que as investigações mostraram: “Eu não sabia que ele era lobista”, disse Romênio. Escaldado em escândalos pré-eleitorais, o presidente nacional aceitou o afastamento do secretário. Já desgastado politicamente dentro do PT por ser o único representante da executiva que dera apoio explícito à aliança com o PSDB em Belo Horizonte em favor do candidato do PSB à prefeitura, Márcio Lacerda, Romênio concluiu que não seria poupado. **“Pede para sair, eles vão te degolar”**, ele ouviu de um interlocutor. **“Ele fez bem em se afastar”**, comentou o secretário-geral do PT, deputado José Eduardo Cardozo (SP). No próximo mês, as conclusões do procurador-geral da República se-

rão enviadas ao STF. Cogita-se que pode chegar a 200 o número de processos que serão abertos.

Se no PT o caso está parcialmente resolvido, na Câmara dos Deputados a denúncia deverá ter desdobramentos nos próximos dias. Na terça-feira 2, o corregedor-geral da Câmara, Inocêncio Oliveira (PR-PE), fará uma reunião para traçar os destinos dos parlamentares envolvidos no esquema. O que começa a preocupar Inocêncio é a hipótese de que o caso evolua para um novo escândalo do Orçamento, nos moldes do esquema dos anos, descoberto em 1993. “Qualquer denúncia que envolva parlamentares e a elaboração do Orçamento, que é a principal lei do País, é altamente preocupante”, diz ele.

Tal preocupação foi tema de uma reunião na semana passada entre o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e os ministros do Tribunal de Contas da União. De acordo com o ministro Ubiratan Aguiar, uma idéia já deverá ser colocada em prática para coibir a corrupção: mesmo os contratos de obras que forem assinados por prefeitos ou governadores, se receberem dinheiro público, terão de ter a sua execução colocada no Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (Siafi). “Assim, no momento em que se constatar ali algum problema, o repasse pode ser imediatamente suspenso”, defende Ubiratan. “O fato é que parece mesmo estar em curso um novo esquema do Orçamento”, admite ■

“Existem setores da PF que são manipulados pelo governo”

Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)

Jobim diz que Abin comprou ilegalmente malas de grampo

Repassada a Lula, informação foi decisiva para o afastamento de Paulo Lacerda

Equipamento, que custa US\$ 500 mil, é capaz de realizar interceptações em celulares sem depender de operadoras telefônicas

ALAN GRIPP
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Abin (Agência Brasileira de Inteligência) adquiriu ilegalmente malas de interceptação telefônica, revelou o ministro Nelson Jobim (Defesa) durante reunião de coordenação política do governo, anteontem à noite, no Palácio do Planalto. A informação foi decisiva para o afastamento do diretor-geral da Abin, Paulo Lacerda, sacramentado logo após o encontro.

A revelação surpreendeu o presidente Lula, o vice José Alencar e outros seis ministros presentes, segundo relatos obtidos pela **Folha**. Por lei, a Abin é proibida de fazer escutas. As malas podem fazer grampos em celulares sem depender de operadoras telefônicas e, por isso, em tese, sem a necessidade de autorização judicial.

Jobim já foi presidente do STF, tem bom trânsito no tribunal e é visto como interlocutor entre o governo e Mendes.

A informação deixou Lacerda em situação insustentável. Além de lançar novas suspeitas sobre a Abin no episódio envolvendo o grampo ilegal do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes, contradiz seu depoimento na CPI dos Grampos, no dia 20 de agosto. Na ocasião, Lacerda negou que a Abin faça escutas.

Por meio de sua assessoria, a Abin negou que possua qualquer equipamento para o monitoramento telefônico. Disse ter adquirido apenas aparelhos de "contramedida", com objetivo de identificar grampos. A mala permite tanto a escuta como a contramedida.

A Defesa descobriu que a Abin adquiriu o equipamento por meio do sistema de compras do governo. Jobim recebeu documentos mostrando que a agência aproveitou uma licitação já feita pelas Forças Armadas para não ter de iniciar um novo processo. Essa modalidade de compra é conhecida como "registro de preço".

Esses equipamentos de interceptação estão hoje entre os mais modernos do mundo, usados por unidades de elite da Europa e dos EUA. À primeira vista, é apenas um laptop e uma antena condicionada em uma mala tipo 007. Mas o software que o acompanha é capaz de decodificar comunicação digitais criptografadas.

As malas custam em torno de US\$ 500 mil e são capazes de varrer as comunicações mantidas por meio de uma determinada ERB (Estação Rádio Base) —antena instalada pelas operadoras em postes e em cima de edifícios—, interceptar um sinal telefônico específico no ar e o decodificar. Segundo representantes dela no Brasil, localizados pela **Folha**, ela permite auditoria, ou seja, não é possível apagar os registros de interceptações feitas.

Embora sem provas, a segurança do STF considera o uso do equipamento como uma das mais fortes hipóteses para a "provável escuta" detectada mês passado na sala do assessor-chefe de Mendes.

No início da noite, o deputado Raul Jungmann (PPS-PE) questionou o ministro-chefe do GSI (Gabinete da Segurança Institucional), Jorge Felix, durante seu depoimento na CPI dos Grampos. Segundo Jungmann, Jobim apresentou na reunião da coordenação política nota de compra de um equipamento em Washington.

Felix disse ter pedido pericia, ainda não finalizada, para saber se o aparelho faz interceptações também. "O Jobim levantou essa hipótese. Tem que ver se o equipamento permite, mediante a aquisição de outros equipamentos, fazer a escuta."

Colaborou MARIA CLARA CABRAL
da Sucursal de Brasília

➔ LEIA MAIS A6 a A10

CLÓVIS ROSSI

O Estado não é policial, é frouxo

SÃO PAULO - Dois presidentes, Gilmar Mendes, do STF, e Garibaldi Alves, do Senado, viram nos “grampos” em seus telefones um “estado policalesco”.

É precisamente o contrário. Estado policalesco pressupõe um Estado forte, onipresente, hiperativo. O que existe no Brasil é um Estado frouxo, inerte, ausente exatamente onde a sua presença é mais necessária.

Episódios como o dos “grampos” contra duas das mais altas autoridades da República, para não mencionar Gilberto Carvalho, o mais próximo assessor do presidente Lula, só demonstram o quanto o atual governo é omissivo.

Prova-o a seguinte frase do ministro da Justiça, Tarso Genro, falando precisamente sobre interceptações telefônicas: “Estamos chegando a um ponto em que temos de nos acostumar com o seguinte: falar no telefone com a presunção de que alguém está escutando”.

Traduzindo: o chefe da Polícia Federal, em vez de se indignar e

agir em consequência, o que seria ainda mais relevante—, prefere conformar-se com a sua incompetência, impotência, inapetência ou tudo isso ao mesmo tempo para controlar atividades que desrespeitam o Estado de Direito.

Fosse menos relapso, o ministro diria que tomaria todas as providências para que a arapongagem deixasse de ser tão disseminada e que os inocentes poderiam ter a “presunção” de que só são ouvidos pelos seus interlocutores.

Se seu chefe, o presidente da República, também fosse menos relapso, teria afastado o ministro no ato, para demonstrar que não compactuava com a omissão do subordinado. Como não o fez, é forçado a agir tardiamente, punindo o policial, Paulo Lacerda, que foi o símbolo de uma elogiada PF.

Não há símbolo que resista no governo Lula. Cai um após o outro sempre que qualquer labareda chega perto do presidente.

A INSEGURANÇA da privacidade é total no Brasil de hoje e de alguns anos já, imprecisos embora. Ninguém, em nenhuma instância do governo ou do Judiciário — o que inclui a própria polícia, a Abin e os vários serviços secretos das Forças Armadas —, sabe quem foi e quem está sendo gravado. Além das autorizações à polícia para gravação legal, cujo montante de 407 mil já atesta o estado de desatino, as gravações são corriqueiras também em serviços oficiais sem direito de fazê-las e, ainda, nas vastas atividades clandestinas mas tacitamente toleradas pelos governos e até utilizadas por policiais, como já reconhecido. Com contrapartida de não saber quem foi gravado há, portanto, a ignorância sobre quem grava. E um mundo sem olhos e com ouvidos demais.

Uma certeza nesse mundo: toda a cúpula do governo, da Justiça e das atividades financeiras está sob pleno risco de haver deixado em gravações sigilosas, ilegais ou autorizadas, conversas que precisavam de reserva.

Ainda mais grave: ninguém pode nem sequer imaginar o material que as gravações, autorizadas ou ilegais, já recolheram e o que pode ser feito com isso. Ou melhor, com esse arsenal.

Dá uma idéia da vulnerabilidade, até mesmo por ameaça institucional, os recentes equipamentos de que a Polícia Federal está dotada (também a Abin estaria). São dispositivos, capazes de gravar telefônicas, mas sem utilizar os serviços das telefônicas, onde se fazem as conexões batizadas de “grampos”. Com isso, são possíveis gravações sem a autorização judicial, à distância e em qualquer lugar.

Esses novos recursos tecnológicos, cujo alto preço não impede sua posse por particulares, faz lembrar a única referência técnica à gravação da conversa do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Men-

JANIO DE FREITAS

O monstro vive

‘O monstro’ que o general Golbery criou e depois identificou só mudou algumas formas, não morreu

des, com o senador Demóstenes Torres, parece uma “gravação ambiental”. Como as gravações que não se fazem por intermédio das telefônicas.

Como ponto de partida para as várias investigações anunciadas (na PF, na Abin, na Câmara, no Senado), a gravação do ministro e do senador lança indagações à margem do problema de violações do recôndito pessoal. O teor da gravação dada a “Veja” não justifica a divulgação. Logo, o propósito não foi atingir Gilmar Mendes nem o STF. Pode ser contra a Abin. Mas imaginar que al-

chamado de Operação Satiagraha”, figurou como uma realidade merecedora de atenções, por seus possíveis efeitos, a contraposição das correntes lideradas pelo atual diretor da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, e do ex-diretor e hoje diretor afastado da Abin, Paulo Lacerda.

Ex-ocupante de cargos de relevo na PF, o deputado Marcelo Itagiba mencionou ontem, como uma das possíveis raízes da entrega de uma gravação e da referência à Abin, a “disputa” entre Corrêa e Lacerda. Presidente da atual CPI das Escutas Telefônicas, Marcelo Itagiba parece ter um ponto de partida para as investigações pela Câmara, se não tiver mais. Hoje já estará o general Jorge Felix, ministro da Segurança Institucional, a quem a Abin é subordinada. Mas a reconvocação de Paulo Lacerda, para novo depoimento, promete mais.

Em síntese, a constatação é simples: com os gravadores oficiais e os ilegais como força nacional, “o monstro” que o general Golbery criou e depois identificou só mudou algumas formas, não morreu.

algum agente da Abin seja tão puro e democrata que prefira denunciar más práticas da agência, como sugere a entrega da gravação “por um agente da Abin”, beirou anedótico. São, pois, duas obscuridades: as gravações como norma disseminada e o motivo da divulgação de uma delas sem, no entanto, qualquer implicação dos gravados, mas a pretensa indicação de origem — a Abin.

Só nos últimos dois meses, foram publicados aqui pelo menos seis artigos tratando, embora não só, de gravações telefônicas e da atividade ilegal da Abin a pretexto da Operação Satiagraha (“Escuta aqui”, em 15/7; “Vozes de mais e de menos”, 17/7; “Trechos de um mau enredo”, 20/7; “A recriação da bomba”, 22/7; “Conselhos ao telefone”, 27/7; “Da inação à ameaça”, 7/8). Em “Trechos”, sobre o aglomerado de “artefatos”, sobre incompetência e tapeaçõ-

**Fundado em 1875**

Julio Mesquita (1880-1927)
 Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
 Francisco Mesquita (1927-1969)
 Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
 José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
 Julio de Mesquita Neto (1959-1996)
 Luiz Vieira do Carmo (1975-1984)
 Américo de Campos (1975-1984)
 Nestor Bancel Postana (1927-1933)
 'Alino Barreto (1927-1988)

Conselho de Administração

Presidente:
 Aurélio de Almeida Prado Cidade

Membros
 Ferrão Lara Mesquita
 Francisco Mesquita Neto
 Julio César Mesquita
 Patrícia Maria Mesquita
 Roberto C. Mesquita

Opinião

Diretor de Opinião: Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Informação

Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editor-Chefe Responsável: Roberto Gazzi

Administração e Negócios

Diretor Superintendente: Celio Virgínio Santos Filho
Diretor de Mercado: Leitor Antônio Hércules Jr.
Diretor de Negócios Digitais: André Bianchi Monte-Raso
Diretor Financeiro: Raul G. Garra Boaventura
Diretor de Recursos Humanos: Rubens Praza Jr.
Diretor de Tecnologia: Roberto M. Portella Filho
Diretor Industrial: José Odair Bertoni

NOTAS & INFORMAÇÕES

As instituições reagem

A afrenta da interceptação ilegal de uma conversa telefônica do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, com o senador Demóstenes Torres, do DEM, revelada no último fim de semana, começa a ter um desdobramento positivo: a aliança das instituições no combate à epidemia nacional do grampo. A constatação uníssona e comitante de que se passou da conta em matéria de violação da privacidade dos brasileiros parece infundir nos Três Poderes um senso compartilhado de urgência da adoção de medidas de controle e repressão à bisbilhotagem. É fato que ainda agora o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix, recebeu "não abrir a boca" como única defesa contra a intrusão presumivelmente inevitável nos telefonemas de cada qual. É fato também que, há poucas semanas, o titular da Justiça, Tarso Genro, abriu o cofre dos resignados, aconselhando "falar ao telefone com a presunção de que alguém está escutando".

Apesar disso, ganha corpo a idéia de que se está longe de ter feito o possível para en-

frentar a praga das escutas clandestinas ou autorizadas. Estas últimas - mais de 400 mil no ano passado - constituem uma aberração que enfim começa a ser reconhecida como tal na cúpula do Judiciário. "Devemos fazer *mea culpa*", diz o novo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), César Asfor Rocha, sobre a "banalização" das quebras de sigilo telefônico determinadas por juízes em todo o País. Criou-se uma rotina perversa pela qual elas são solicitadas - e concedidas com naturalidade - não para confirmar suspeitas robustas no curso de investigações policiais, mas para ver no que dá. Duas iniciativas contra os arrastões telefônicos entraram na ordem do dia, configurando um pacto entre o Judiciário e o Legislativo em defesa do que, nas palavras irrefutáveis do ministro Asfor, há de mais sagrado para qualquer cidadão, "o resguardo de sua intimidade".

De um lado, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão de controle do Judiciário, presidido pelo titular do Supremo Tribunal Federal, está para emitir uma resolução con-

tendo normas destinadas a orientar a magistratura diante de pedidos de escuta para apuração de delitos. De outro lado, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, prevê que na próxima semana a Casa aprovará um projeto, negociado previamente com o Ministério da Justiça, estabelecendo parâmetros mais severos para a autorização e acompanhamento das gravações telefônicas. De autoria do senador Jarbas Vasconcelos, do PMDB, a proposta estipula, entre outras restrições, que o juiz deverá consultar o Ministério Público antes de permitir o grampo requerido. Além disso, a cada 60 dias os responsáveis pelo respectivo inquérito deverão submeter ao juiz as gravações efetuadas para que confira se elas correspondem ao autorizado ou se descambaram para a bisbilhotagem.

Ná mesma linha, o presidente do Superior Tribunal de Justiça propõe a criação de uma instância, na Corregedoria Nacional de Justiça, para julgar abusos. Ele cita o precedente do colegiado de juízes de primeiro grau instituído em São Paulo para receber denúncias

de excessos cometidos por colegas. Não há por que recear que esses procedimentos necessariamente "inviabilizem" as escutas em investigações, como diz o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. Trata-se de inviabilizar aquelas a partir das quais os investigadores imaginam pescar indícios veementes de malfetorias, o que deveria, isso sim, preceder as interceptações. Mais complexa é a repressão ao grampo clandestino, sobretudo quando feito por particulares. Em parte pelo acesso aos equipamentos eletrônicos que entram no País "até de forma legal", como admite Tarso Genro; em parte, no caso de órgãos públicos, quando o descontrole de suas atividades e a anarquia tolerada dentro deles é um incentivo aos arapongas a serviço seja lá de quem e do que for.

"O Estado não pode se tornar um Grande Irmão", disse ele, ao falar da nova versão do projeto do governo, já enviado ao Congresso, que aumenta as penas previstas no texto original para as escutas ilegais. Mas, conquanto desejável, o endurecimento das punições não exime o Planalto do principal: enquadrar e impor o estrito respeito à lei a organismos como a Abin e a Polícia Federal.



A riqueza do pré-sal depende do tamanho dos investimentos'

Para o deputado tucano, as descobertas das reservas gigantes na Bacia de Santos são fruto da Lei do Petróleo, de 97

Christiane Samarco
BRASÍLIA

O debate sobre as reservas do pré-sal não deveria tratar de receitas e gastos, mas de investimentos. O alerta é feito pelo ex-prefeito de Vitória (1996-2004) e deputado federal Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB-ES). Ele fala com a autoridade de quem participou, como alto funcionário do BNDES, no início dos anos 90, dos primeiros estudos sobre a regulação do mercado de petróleo e gás e do modelo que transformaria a Petrobrás numa potência investidora e líder do mercado depois do monopólio quebrado — o que foi feito no primeiro mandato do governo Fernando Henrique (1995-1999).

Vellozo Lucas diz que o governo está produzindo desconfianças desnecessárias entre os investidores privados e desvalorizando o trabalho e as ações da Petrobrás. O poder da estatal, afirma, deve ser controlado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), mas desde que o governo não use politicamente o órgão regulador.

Qual é a sua avaliação sobre o debate em torno das reservas do pré-sal?

Acho que o governo está conduzindo muito mal o debate. Desde descoberta de Tupi, no ano passado, e da retirada dos 41 campos próximos a Tupi da nona rodada (de leilões da ANP), o governo vem bombando a opinião pública com ameaças de mudança regulatória, fala em adequação do modelo e diz que as gigantes reservas pertencem ao povo brasileiro. As reservas já pertencem ao povo, como está na Constituição. Esse negócio de ficar dizendo que o pré-sal precisa gerar riqueza para o povo brasileiro não faz. Não é só desinformação.

O governo é seus porta-vozes dizem que é fundamental saber se a riqueza ficará com o Estado ou irá para o balanço das empresas? A riqueza entra no balanço das empresas para remunerar os investimentos, como se aprende no curso básico das escolas de Economia. A remuneração do Estado se dá na forma dos bônus, royalties e participações especiais. Só haverá investimento se houver remuneração. Quem compra ações da Petrobrás é um investidor, e ele compra porque a empresa gera dividendos e lucros.

Por que o sr. defende que não se mexa no modelo atual, que é baseado na Lei 9.478, de 1997, mesmo diante das descobertas do pré-sal?

De todas as reformas estruturais feitas no País, a do setor de petróleo, foi a mais espetacularmente bem sucedida. Produziu o sucesso

da reestruturação competitiva do setor de petróleo e gás. E a prova do sucesso absoluto do modelo são as descobertas do pré-sal.

O que foi que Lei de 1997 fez de tão espetacular? O setor de petróleo e gás era 2% do PIB, e hoje representa 10%. O Brasil produzía 800 mil barris de petróleo/dia, dez anos depois a produção/dia saltou para 1,9 milhões de barris. Não produzía nada de gás, e hoje são 62 milhões de metros cúbicos/dia. O Brasil tinha uma empresa de petróleo operando no mercado, a Petrobrás, e hoje são 71 empresas. Há dez anos, os investimentos eram do tamanho da capacidade da Petrobrás, da ordem de R\$ 4,5 bilhões, mas em 2007 os investimentos ficaram na casa dos R\$ 25 bilhões: em torno de R\$ 5 bilhões de setor privado e cerca de R\$ 20 bilhões da Petrobrás.

Mas não precisa mudar nada, mesmo diante da nova realidade das reservas?
É claro que tem de fazer ajustes. Todo mundo acha que pelo nível atual dos preços, pelo gigantismo das reservas, e pela redução do risco exploratório, a parte que cabe ao Estado brasileiro pode aumentar muito. Mas esqueçam a nova estatal. Isso é coisa de quem está querendo um Ministério do Petróleo.

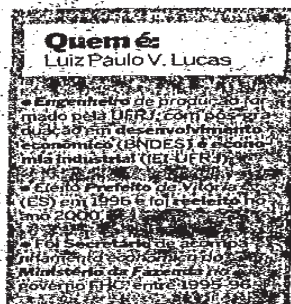
Dá para aumentar a parte da União e manter investimentos sem a nova estatal?

Não há nenhum ajuste que não possa ser feito dentro do marco regulatório da Lei do Petróleo (9.478/1997). Adaptações precisam ser feitas para que o Estado brasileiro participe da rentabilidade desse negócio nas proporções justas, que permitam os investimentos. Mas nada disso precisa de contrato de partilha nem de nova estatal. As

"A nova estatal é coisa de quem quer um Ministério do Petróleo"

multinacionais preferem contrato de partilha onde tem risco político, como no Iraque. É um modelo mais primitivo que concessão, que dá mais segurança política, jurídica, contratual. Não há nada que o contrato de partilha faça que o contrato de concessão não permita. A remuneração do Estado se dá através de bônus — outorga que a concessionária paga no leilão. Quanto menos risco, maior o valor do bônus de assinatura. Isso foi inventado exatamente para permitir que a participação do Estado brasileiro possa se adaptar a níveis mais altos de rentabilidade, seja quando o preço sobe muito ou se descobrem novas reservas, que é exatamente o caso do pré-sal.

O governo argumenta que a Petrobrás só fica com 30% do lucro do



que produz, que o resto fica com o capital privado, boa parte internacional.

A Petrobrás é uma operadora de petróleo, igual à Shell, à BG, à Galp etc. A remuneração do setor público não se dá pelos lucros da Petrobrás. Essa é outra confusão que o governo está fazendo. A missão da Petrobrás é ser empresa líder, o que inclusive dá segurança a seus parceiros internacionais, garante que não haverá no Brasil metretas do tipo das que foram promovidas por Evo Morales na Bolívia.

O argumento sobre o valor estratégico das reservas do pré-sal, o controle do óleo, se fica aqui ou pode ser exportado?

Petróleo vira riqueza na hora que é vendido. A agregação de valores é uma questão de política industrial. A discussão a partir dessas descobertas é como vamos mobilizar os investimentos necessários para aproveitar esse potencial de riqueza. Antes de mais nada, essa é uma discussão sobre investimentos, e não sobre receita e gastos. A riqueza de verdade virá dos investimentos públicos e privados que vamos mobilizar. O tamanho do setor depende do tamanho das reservas, mas depende principalmente do volume de investimentos que se consegue avançar. Uma fazenda só vira riqueza se um produtor investir e plantar.

O governo não fez bem em retirar 41 blocos da nona rodada de leilões da ANP, porque estavam próximos do pré-sal de Tupi e outros campos? Deve lembrar o seguinte: as descobertas de Tupi foram da rodada de 2000, sete anos depois. Está lá a Petrobrás junto com a BG, a Shell, a Repsol, a Petrógal, a Galp. Não é só Petrobrás. Tem as empresas que em grande parte investem junto com a Petrobrás, que é quem melhor conhece o setor e quem mais conhece a exploração em águas profundas.

Esse debate que está enfraquecendo a Petrobrás?
A Petrobrás já foi enfraquecida quando falaram em desapropriação dos contratos dela. Isso é uma sandice. Serviu para George Soros (megainvestidor dos EUA) comprar um monte de ações a preço baixo.

Foi para isso que serviu a especulação negativa feita pelo falatório do governo.

Há no governo muitas queixas contra a Petrobrás, que ela é uma empresa poderosa e que ninguém controla.

Se não controla, então vamos fortalecer a ANP, que está enfraquecida. A agência ficou sem diretor, a Fazenda continua a ficar sem direção, a ANP precisa para pesquisa. O governo resmoneou as agências desde o primeiro mandato. Dizem que Petrobrás está forte demais?! Culpa do governo que não fez o que devia. É só deixar a ANP forte e o trabalho dela, colocar gente competente lá, gente que sirva ao Estado brasileiro, e não a governo ou partido político.

O sr. quer dizer que a Petrobrás está agindo no vazão da ANP?

Na fraqueza normativa do lado regulador. O governo PT não acredita no Estado normativo. Contribuiu para desmoralizar o poder de regulamentação do Estado. Ele gosta de exaltar o papel do Estado produtor, provedor, que é o que é nobre na função. Estado não é lambuzar a mão de petróleo, mas fazer normas e regras para que o petróleo gere tecnologia, empregue renda e impostos. O modelo moderno. Quando foi criado, presidente da ANP, Haroldo Lima era deputado (PC/B-BA) e esbravejava contra Lei do Petróleo e do marco regulatório. Mas foram os "esbravejados" como ele diz que fizeram a auto-suficiência e a Petrobrás se internacionalizar para chegar à descoberta do pré-sal.

E o debate sobre a nova divisão dos royalties?

Esse debate dos royalties é parte do debate da reforma tributária e do pacto federativo. Nós, do PSDB, achamos que há dois debates. Estamos bem avançados: em um, que é questão do modelo, as adaptações da Lei do Petróleo e da exploração. O segundo é federativo porque trata da destinação dos recursos e não cabe misturar com o primeiro. Não vamos parar o setor porque os royalties não estão bem distribuídos. Se o governo federal acha injusto, que faça como fez o Espírito Santo, o único Estado que tomou a iniciativa de mexer no reparte. O governador Paulo Hartung (PMDB) pegou 25% dos royalties do Estado e distribuiu para os municípios que não têm petróleo, inversamente proporcional ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). A União pode fazer o mesmo e distribuir parte da fatia que lhe cabe entre os Estados que não têm petróleo.

Editoriais

Grampo no poder

Escuta no STF tem raiz na leniência do Executivo e do Legislativo, omissos diante da cultura policial incrustada no Estado

NÃO É de hoje que se espalha por Brasília a convicção de que as mais altas autoridades da República vêm sendo grampeadas. Reportagens são publicadas, varreduras dão em nada e ninguém sai responsabilizado. Agora, há um fato: conversa do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, com o senador opositor Demóstenes Torres (DEM-GO) foi gravada, vazada e publicada.

A comprovação chocante circulou com a revista "Veja", que aponta a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) como responsável pela bisbilhotice. A agência era já a principal suspeita, ao lado da Polícia Federal, nas prováveis escutas realizadas no contexto da Operação Satiagraha, que levou à prisão de Daniel Dantas. Gilmar Mendes, por ter libertado o banqueiro, teria sido incluído na conta de "inimigo".

Além de ministros do STF, até alvos no Palácio do Planalto ou próximos do Executivo teriam caído na mira pelo menos do baixo clero dos órgãos de investigação. As cúpulas da Abin e da Polícia Federal sempre negaram as escutas. Voltam agora a refutar seu envolvimento, mas a verossimilhança da negativa encolhe a

olhos vistos.

Existe, claro, a hipótese de que a escuta tenha sido realizada por terceiros. Há um cipal de interesses envolvidos, tanto na espionagem quanto na sua divulgação. Só uma investigação enérgica poderia desenredar o emaranhado, mas as primeiras reações diante do incabível sugerem que não se descarta o teatro de praxe das providências cabíveis.

Por um lado, fez bem o presidente da República de afastar a cúpula da Abin, depois de reunir-se com o chefe do Supremo. É o mínimo que lhe cabia fazer para tornar menos vaga a promessa de sempre, de investigação isenta (com a vigilância da Procuradoria Geral da República).

No Congresso, porém, o máximo que se conseguiu improvisar foi um depoimento, hoje, do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Felix, à CPI das Escutas Telefônicas Clandestinas. Já a "reunião de emergência" da Comissão Mista de Controle de Órgãos de Inteligência do Congresso ficou para o dia 9 (o órgão se reuniu pela última vez em 2005).

Está aí, na atitude leniente dos Poderes da República, a raiz do descontrole no aparelho policial e de segurança. Essa subcultura autoritária incrustada no Estado viceja à sombra dos interesses menores dos ocupantes dos cargos mais altos, useiros e vezeiros de dossiês e grampos. Se as instituições não lhe resistirem com comando e vigilância, terminarão carcomidos por ela.

Entidades cobram investigação de escuta ilegal

DA REDAÇÃO

Quatro entidades de classe ouvidas pela **Folha** condenaram o grampo ilegal feito contra o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Gilmar Mendes. Todas defenderam a apuração dos fatos e evitaram culpar a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) pela realização da escuta clandestina.

Para o presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Mozart Valadares, escutas telefônicas ilegais são incompatíveis com a democracia. "Você grampear a maior autoridade do Judiciário do país dá uma demonstração da vulnerabilidade que a sociedade brasileira hoje vive. Agora temos uma noção exata de como a intimidade do cidadão brasileiro está vulnerável. Isso é a negação do Estado democrático de Direito."

O presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Cezar Britto, comparou o episódio do grampo ilegal em Mendes ao reality show "Big Brother".

Em nota, Britto disse que as escutas telefônicas ilegais representam "agressões à cidadania e à Constituição brasileira". O advogado observou ainda que a Abin não tem competência legal para realizar investigações e que ela não pode se transformar em um "aparelho nacional de bisbilhotagem".

Também por meio de nota oficial, o presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil), Fernando de Mattos, disse que é inaceitável que se façam "escutas clandestinas em gabinetes e linhas te-

[+] entrevista

Lula não pode mais dizer que não sabia, diz Brossard

FREDERICO VASCONCELOS
DA REPORTAGEM LOCAL

Paulo Brossard, ex-presidente do Supremo, diz que o grampo no telefone do ministro Gilmar Mendes é uma coisa "inominável": "[Lula] não pode continuar dizendo que não sabia das coisas".

★

FOLHA - Como o sr. recebeu a notícia da suposta escuta no STF?

PAULO BROSSARD - Eu me senti, como cidadão, humilhado. Tenho visto muita coisa esdrúxula, pouco recomendável, e de vez em quando acontecem coisas que não são canônicas. Não me lembro de coisa parecida, ao menos no regime constitucional.

FOLHA - Nem no regime militar?

BROSSARD - É provável que no tempo do período autoritário o SNI [Serviço Nacional de Informações] fizesse todas as diabruras. Meu telefo-

ne era historicamente censurado. Mas agora, depois que a Constituição estabelece a garantia da inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, saber que o telefone do presidente do STF foi violado é espantoso.

FOLHA - Qual é a sua avaliação?

BROSSARD - Se o telefone do presidente do mais alto tribunal da nação não é respeitado, o que será do homem comum? Ninguém pode ter certeza de que seus telefones não estão censurados. E por quem? Por alguém que ocupa alto cargo na administração da República, imediatamente subordinado à Presidência. É inominável.

FOLHA - Como o sr. viu a iniciativa do presidente do STF de pedir reunião com o presidente Lula?

BROSSARD - Era o que tinha que fazer. Esse é um serviço do presidente, para o presidente. Se um de nós quiser um dado lá [Abin], não obtém. Acho que o presidente não pode continuar dizendo que não sabia das coisas. Não dá mais para continuar essa falta de seriedade.

lefônicas de qualquer autoridade da República, principalmente do presidente do Supremo". "Se o chefe do Poder Judiciário tem sua vida privada invadida dessa forma ilegal e violenta, é de se imaginar os abusos que sofrem os cidadãos em seu cotidiano. Isso é intolerável."

Defensor das interceptações telefônicas legais como um ins-

trumento "para combater, principalmente, os crimes de colarinho branco", o presidente da ADPF (Associação dos Delegados da Polícia Federal), Sandro Avelar, disse que a escuta ilegal feita contra Mendes é uma afronta ao trabalho das instituições públicas. "Caso se confirmem que esses grampos são feitos ilegalmente por ins-



Você grampeia a maior autoridade do Judiciário do país dá uma demonstração de vulnerabilidade que a sociedade brasileira hoje vive

MOZART VALADARES
presidente da AMB

Se o chefe do Poder Judiciário tem sua vida privada invadida dessa forma ilegal, é de se imaginar os abusos que sofrem os cidadãos em seu cotidiano

FERNANDO DE MATTOS
presidente da Ajufe

O que nos preocupa é que passa a haver uma desconfiança nas instituições. Enquanto isso o objeto das investigações fica mais próximo da impunidade

SANDRO AVELAR
presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal

tuições oficiais, além de apurar, tem de haver a punição."

Avelar ressaltou que casos como esse podem prejudicar as investigações criminais. "O que nos preocupa é que passa a haver uma desconfiança nas instituições, enquanto isso o objeto das investigações fica mais próximo da impunidade."

(AFONSO BENITES)

PERGUNTAS SEM RESPOSTA

- 1** Quem ordenou o grampo?
- 2** O grampo foi feito ilegalmente ou a Justiça o autorizou?
- 3** Se foi legal, foi no âmbito da Operação Satiagraha?
- 4** Como foi feito: via sistema telefônico, escuta ambiental, transmissão de sinal UHV para telefone fixo ou outro?
- 5** Quem estava grampeado: Mendes ou Demóstenes?
- 6** Se foi Mendes, qual é o interesse em ter o presidente do STF grampeado?
- 7** Segundo o "Painel", Mendes foi avisado no início de julho de grampo por uma desembargadora do TRF-3. Se a escuta existiu, era a mesma que captou o diálogo do dia 15? Como a desembargadora ficou sabendo do grampo?
- 8** Outros ministros do STF foram grampeados? Foi uma ação que visava apenas Mendes ou toda a instituição?
- 9** Com base em qual informação o governo acha que o grampo visaria atingir Paulo Lacerda e o próprio Lula?
- 10** A Abin, que é proibida por lei de fazer escutas, grampeou autoridades e ex-autoridades do governo Lula?

A sombra do PT sobre a PF

Referências a ministros nos diálogos gravados entre um dirigente do PT e um lobista podem explicar a resistência da Polícia Federal em apurar corrupção no PAC

Rodrigo Rangel e Murilo Ramos

Na quinta-feira passada, época.com.br revelou que a Polícia Federal poupou o secretário nacional de assuntos institucionais do PT, Romênio Pereira, de ser grampeado numa investigação sobre corrupção. A PF recebeu uma ordem judicial assinada pelo ministro Cezar Peluso, relator do caso no Supremo Tribunal Federal, para fazer a interceptação no ramal de Romênio na central telefônica da sede do PT, em Brasília. Sob o argumento de que não queria invadir a privacidade de outros membros do partido, cujas conversas poderiam ser captadas pelo sistema PABX, a polícia descumpriu a ordem da Justiça. Em busca de informações sobre o caso, a PF poderia ter grampeado três celulares de Romênio e seu telefone residencial – mas nem sequer tentou fazê-lo, como mostram documentos da investigação em poder de ÉPOCA.

A suspeita de acobertamento de um alto dirigente do partido do governo deixa em posição incômoda não apenas a polícia, mas também o próprio governo. A PF está subordinada hierarquicamente ao ministro Tarso Genro, da Justiça. Essa é uma parte do problema. A outra diz respeito exatamente ao que foi acobertado no caso. O nome de Romênio surgiu nas investigações da Operação João-de-Barro, cujo alvo era um esquema de desvio de dinheiro do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. As obras sob suspeita somam R\$ 700 milhões. Descobriu-se que Romênio

mantinha contatos com o lobista mineiro João Carlos Carvalho, preso na operação e acusado de comandar o esquema. Novos documentos obtidos por ÉPOCA revelam que Romênio também mantinha relações diretas com as empreiteiras envolvidas no suposto desvio das verbas. Num dos diálogos gravados pela PF a partir da escuta dos telefones de Carvalho, Romênio chega a fazer referência a conversas no alto escalão do governo, inclusive com ministros de Estado, com quem poderia tratar de assuntos de interesse de ambos – mas não dá nomes.

Vários relatórios transcrevem diálogos entre Romênio e Carvalho, num clima de intimidade, em que o lobista é chamado coloquialmente de “João”. Numa ocasião, o dirigente do PT o convida para uma “farra”. Alegando que acabara de submeter-se a uma cirurgia, o lobista recusa. No dia 2 de agosto do ano passado, seis meses depois do anúncio do PAC, quando as obras e as verbas eram definidas, ocorreu um diálogo especialmente revelador. Sempre preocupado

**Suspeita de acobertamento
deixa em posição
incômoda a Polícia Federal
e o governo**

RENÚNCIA
Romênio afastou-se da direção do PT depois de ÉPOCA revelar suas ligações com lobista preso por fraude

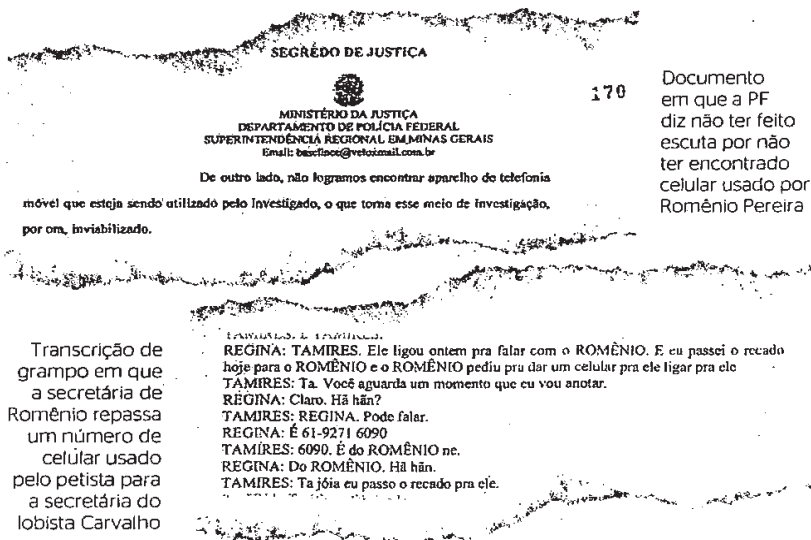
com o bem-estar do lobista, Romênio pergunta por sua saúde. Em seguida, o dirigente do PT diz: “Eu marquei hoje para dia 8 (...). Próximo ao horário de almoço, eu tenho uma audiência com o ministro, ele pediu para a gente tomar um café às 15 horas, pode ser?”. João Carlos responde que sim.

Como não se interessou por investigar Romênio, a PF não descobriu quem é o ministro em questão. Uma hipótese leva a Marcio Fortes, ministro das Cidades, cuja pasta fornece boa parte dos recursos do PAC. Procurado por ÉPOCA, Fortes disse por meio de sua assessoria que não conhece Romênio Pereira nem o lobista João Carvalho. Orlando Silva, dos Esportes, também tem verbas destinadas ao PAC. Procurado, disse que conhece Romênio como dirigente do PT. “Mas nunca conversamos sobre o PAC”, afirma Silva.

Outra hipótese é o ministro Tarso Genro, que só tem contatos espirituais com o PAC e não libera um centavo de seus recursos. Mas Tarso tem a palavra final sobre outra área de interesse de Carvalho – a Polícia ▶

Versão contraditória

Documentos da investigação desmentem a explicação da PF



Documento em que a PF diz não ter feito escuta por não ter encontrado celular usado por Romênio Pereira

Transcrição de grampo em que a secretária de Romênio repassa um número de celular usado pelo petista para a secretária do lobista Carvalho

TRANSCRIÇÃO DE GRAMPO

REGINA: TAMIREZ. Ele ligou ontem pra falar com o ROMÊNIO. E eu passei o recado hoje para o ROMÊNIO e o ROMÊNIO pediu pra dar um celular pra ele ligar pra ele.
TAMIREZ: Tá. Você aguarda um momento que eu vou anotar.
REGINA: Claro. Há hãh?
TAMIREZ: REGINA. Pode falar.
REGINA: É 61-9271 6090
TAMIREZ: 6090. É do ROMÊNIO né.
REGINA: Do ROMÊNIO. Há hãh.
TAMIREZ: Tá jóia eu passo o recado pra ele.

Rodoviária Federal, um gigante financeiro que mobiliza um orçamento de R\$ 2 bilhões por ano. Os diálogos gravados mostram que ele falou várias vezes do assunto com seu amigo Romênio, pois gostaria de indicar como novo diretor-geral do órgão o policial José Carlos Coutinho. Seria Tarso o ministro da tal reunião a que Romênio se refere no grampo? Tarso nega. Diz que não conhece o lobista Carvalho. Admite que conhece Romênio “como liderança do PT” e que só o recebeu em seu gabinete “como a outros membros do partido”, para tratar de questões internas da sigla.

As gravações da PF revelam um grau de subordinação de Romênio diante do lobista Carvalho. Ele recebe tarefas e presta contas. Uma gravação mostra que, mesmo com seus problemas de saúde, Carvalho segue no serviço, “mas agora atende em casa”. Noutro diálogo, um mês antes do encontro com o ministro misterioso, ele comenta sobre outra investida em Brasília: “Tá andando bem o negócio dele, né?”. Romênio responde: “Tá, muito bem, aí vou te dar notícias, tanto dele como do Coutinho e tudo”. “Não esquece do meu amigo não, viu?”, diz Carvalho. Ele já passara para outro item de sua lista de tarefas. “Não, é do outro que eu estou falando”, diz. Romênio afirma que não esqueceu e Carvalho conclui: “Não esquece, é responsabilidade minha”.

A leitura dos diálogos mostra que nada se diz às claras. Os nomes são sempre evitados. Muitas vezes, Carvalho pergunta sobre um negócio, mas a cautela é tamanha que Romênio não entende a pergunta e responde como se fosse outra coisa. Alguns momentos, porém, não deixam dúvida. Carvalho deixa claro que tem diversas cartas na manga numa conversa com o deputado federal Ademir Camilo, do PDT mineiro, também investigado

sob suspeita de destinar emendas para o esquema. Camilo também conversa com Carvalho em posição subalterna.

“Eu queria que você conhecesse o prefeito de Nanuque (*município mineiro*). Nós precisamos colocar ele no PAC”, diz Camilo a Carvalho. Este reage com uma série de perguntas sobre o município. Quer saber quantos habitantes tem Nanuque, um dado que pode indicar o tamanho da verba a buscar. Camilo responde e, em seguida, se dá por satisfeito com a reação de Carvalho. “Você gostou, né, filho da mãe?”, diz, rindo. Uma interpretação possível desse diálogo é a seguinte: graças a Romênio, o lobista Carvalho tornou-se uma espécie de gerente clandestino do PAC e poderia ter o poder de aprovar ou não investimentos. A PF teria obrigação de investigar até o fim esse tipo de suspeita.

Numa prova de que a investigação era promissora, lê-se num dos relatórios da PF: “Romênio apresenta João Carlos jun-

to a correligionários que ocupam cargos em órgãos federais, visando facilitar o atendimento de pleitos apresentados.

Algumas vezes captamos JC (*iniciais do nome de Carvalho*) conversando sobre ações do governo que ainda não foram divulgadas oficialmente, transmitindo a impressão de que recebe informações privilegiadas”. Carvalho também faz outros tipos de pedido a Romênio. Diz o relatório: “JC também recorre a Romênio no sentido de pedir apoio na nomeação de pessoas para ocuparem cargos de confiança no Executivo federal”.

Tais descobertas mostram que a Polícia Federal fez seu serviço de sempre — enquanto isso foi possível. A decisão de paralisar a investigação quando ela batia às portas de um alto representante da hierarquia do PT e das verbas de Brasília criou uma dessas ironias da história. Há um mês, durante a Operação Satiagraha, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) foi à tribuna protestar contra os métodos usados pela PF para investigar o grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, de quem é amigo. Na quinta-feira passada, Heráclito foi novamente à tribuna para protestar contra a PF. Desta vez, cobrou o cumprimento da ordem do ministro do Supremo que determinara o grampo em Romênio Pereira. Em nota, a PF diz que “não houve e não há qualquer pressão política” sobre suas ações. A nota diz que a polícia “investiga fatos, e não pessoas”. As versões contraditórias na investigação sobre Romênio colocam essa posição em xeque. ♦

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “O governo vai às compras?”, publicado pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, em sua edição de 23 de outubro de 2008.

O artigo do jornalista econômico Rolf Kuntz analisa a explicações a MP 443 e critica sua edição. “Mais uma vez o governo meteu os pés pelas mãos, ao preparar em segredo a Medida Provisória (MP) 443, para autorizar o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal a comprar ações – e até o controle – de instituições financeiras públicas ou privadas. Em vez de segurança, espalhou desconfiança e agitação no mercado. Alguém no Palácio do Planalto, ou na vizinhança, deve ter ouvido aquela conversa a respeito da oportunidade como outra face da crise. Como resultado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e companheiros decidiram aproveitar a ocasião para ampliar os negócios das duas instituições federais. O texto publicado ontem é uma caricatura malandra e ostensiva da política de capitalização bancária lançada no Reino Unido e depois adotada oficialmente nos dois lados do Atlântico – primeiro, do Atlântico Norte, mas o presidente Lula não poderia ficar fora de mais esse movimento transoceânico.”

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento, para

fazer o registro do artigo intitulado “Mal explicado”, publicado pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, em sua edição de 23 de outubro de 2008.

O artigo do jornalista econômico Celso Ming analisa as explicações do ministro Guido Mantega sobre a MP 443 e questiona as explicações do Ministro. “As explicações oficiais não foram lá muito convincentes e, por isso, a Medida Provisória 443 destinada a criar mecanismos de proteção à rede bancária deixou mais dúvidas do que certezas. Mas esta coluna apurou que a autorização para que o Banco Central possa trocar reais por moeda forte foi combinada com o banco central dos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed). E isso diz alguma coisa. O artigo 2º autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a comprar instituições financeiras estatais ou privadas. Oficialmente, a autorização para compra de instituições financeiras por bancos estatais vem para aumentar a competição. Normalmente, para comprar bancos privados, os estatais precisam de lei especial. A MP automatiza essa autorização.”

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.*

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O governo vai as compras?

A iniciativa lançada pelo primeiro-ministro Gordon Brown e logo acolhida pelos governantes dos EUA e da maior parte da Europa não é uma jogadinha de ocasião nem um lance para fortalecer instituições estatais. É uma forma de intervenção mais direta, mais pronta e mais simples do que a compra de créditos podres inicialmente imaginada pelas autoridades americanas.

A decisão desses governos foi bem explicada. Foi recebida com reservas por muita gente e anunciada com sinais de desagrado pelo próprio secretário do Tesouro dos EUA, Henry Paulson, mas acabou aceita como necessária. O caso brasileiro é diferente. O sistema bancário é sólido e não há risco de quebradeira, tem dito com insistência o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Além disso, grandes instituições têm comprado carteiras de bancos menores. Para isso, receberam incentivos do Banco Central. O programa, segundo as informações correntes, tem funcionado de forma satisfatória. O Banco do Brasil, como esperado, tem sido um dos compradores se já realizou, segundo o vice-presidente de Finanças do BB, Aldo Luiz Mendes, negócios no valor de R\$ 8 bilhões.

Nesse caso, para que autorizar bancos federais a comprar participação em instituições públicas ou privadas? Especialmen-

te públicas? AMP, segundo reconheceu Mendes, simplifica a compra da Nossa Caixa e do Banco Regional de Brasília (BRB).

Mas pode servir também para facilitar a compra de outras instituições. Isso permitiria ampliar a atuação do BB e da Caixa, aumentando seu poder de competição diante dos grandes bancos privados. No entanto, isso não tornaria mais concorrencial o próprio sistema financeiro. Produziria exatamente o efeito contrário, reduzindo o número de participantes e aumentando o poder dos maiores.

O ministro Mantega falou sobre o assunto, ontem, mas nada esclareceu de forma satisfatória e não contribuiu para reduzir a desconfiança em relação à MP. Insistiu em falar da robustez do sistema bancário brasileiro, descrito como "um dos mais sólidos do mundo".

Além disso, as carteiras de crédito, segundo ele, têm qualidade satisfatória, embora "algumas delas" possam apresentar dificuldades. Nenhuma dessas declarações pode servir como justificativa para um programa de compra de participação em bancos e outras instituições financeiras. É apenas "mais um conjunto de alternativas" para resolver os problemas de liquidez, - principalmente de bancos pequenos e médios, de acordo

com o ministro. Se os problemas são tão limitados, para que essa parafernália? Talvez para aproveitar a oportunidade de boas compras. Será esse um resultado provável, se os congressistas não impuserem restrições à ação do governo.

Alguns pontos são especialmente intrigantes. A MP autoriza a compra de participação nos mais diversos tipos de instituições financeiras. Fundos de pensão se incluem nesse conjunto e o ministro admitiu a hipótese de intervenção nesse tipo de entidade. Algum estará na mira? Será privado ou de estatal?

AMP autoriza também a criação de uma subsidiária da Caixa para atuar como banco de investimentos. Essa empresa poderá comprar ações de construtoras do setor habitacional. Que a construção civil seja um importante motor do crescimento econômico e da criação de empregos não se discute. Mas há uma diferença enorme entre estimular essa atividade, por meio dos financiamentos tradicionais concedidos pela Caixa, e socorrer firmas encerradas com a compra de terrenos supervalorizados. Também nesse caso o cidadão brasileiro tem fortes motivos para ficar alerta e muito desconfiado. ●

*Rolf Kuntz é jornalista

Mal explicado

As explicações oficiais não foram lá muito convincentes, por isso, a Medida Provisória 443 destinada a criar mecanismos de proteção à rede bancária deixou mais dúvidas do que certezas.

Mas esta coluna apurou que a autorização para que o Banco Central possa trocar reais por moeda forte foi combinada como banco central dos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed). E isso diz alguma coisa.

O artigo 2º autoriza o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e as instituições financeiras estatais ou privadas. Oficialmente, a autorização para compra de instituições financeiras por bancos estatais vem para aumentar a competição. Normalmente, para com-

partar bancos privados, os estatais precisam de lei especial. A MP autoriza essa autorização.

Ao longo da crise, alguns bancos, especialmente pequenos e médios (e lá cerca de cem deles no Brasil) podem ficar sem caixa. Não são problemas de falência patrimonial, nem de carga excessiva de ativos podres, nem tampouco de inadimplência dos devedores - problemas que atacaram alguns dos principais bancos dos Estados Unidos e da Europa. Trata-se de momentâneo descaçamento entre ativo e passivo.

Basta para isso que os correntistas façam seus depósitos em outros bancos ou acorram aos caixas. Como o dinheiro anteriormente confiava ao banco está emprestado para outros clientes e tem prazos mais longos de retorno, o caixa do banco fica a desco-

berto e, assim, a única saída pode ser a transferência de controle. O ministro Guido Mantega vinha intimando os bancos privados de maior porte a que saíssem em socorro desses bancos. Caso não fosse atendido, disse, acionaria os estatais para o que tem de ser feito. Assim, a MP cria um mecanismo que obriga os bancos privados a se mexer e isso pode ser bom.

A autorização dada ao BC para que troque reais por moeda estrangeira forte (especialmente dólares) foi apontada como instrumento "para ficar à disposição". O Fed tem acordos desse tipo com o Banco Central Europeu (BCE) e com os bancos centrais da Inglaterra, Suíça, Canadá, Austrália e países nórdicos. É instrumento de intervenção no câmbio.

Kisico aí! Haveria se esse instrumento fosse usado para fa-

zer política de boa vizinhança com bancos centrais da América Latina. O Conselho Monetário Nacional deve agir para barrar coisas assim.

O presidente do BC do Brasil, Henrique Meirelles, admitiu que não espera acionar o instrumento a curto prazo. E, se não há pressa, não precisaria vir por medida provisória.

Para dizer o mínimo, falta explicação. •

Contra

MOEDA DE REFUGIO

Variações, em porcentagem, das cotações do dólar americano sobre outras moedas até às 18 h de ontem

Real	-5,2%
Peso mexicano	-0,3%
Dólar canadense	-2,48%
Libra esterlina	-1,17%
Euro	-0,69%
Iene	-2,36%

FONTE: INFOCÁST

INFORMAÇÕES

Superverdião - Contra a escrita que aponta para desvalorização da moeda do país em crise financeira, o dólar continua sendo o refúgio dos aflitos. Apenas o iene continua mais forte do que ele. Confira o que aconteceu ontem nos mercados.

TURBULÊNCIA GLOBAL

O QUE É UMA MEDIDA PROVISÓRIA 443

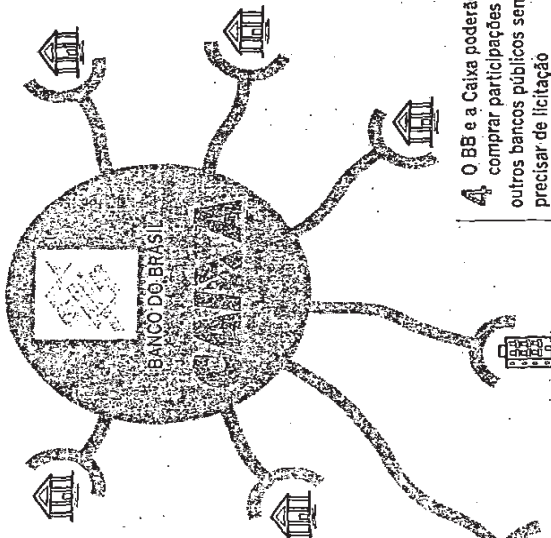
Capitalização



ANÁLISE DA MEDIDA

1 O Banco do Brasil (BB) e a Caixa poderão adquirir, diretamente ou por meio de suas subsidiárias, participações em bancos e em outras instituições financeiras públicas ou privadas. Eles poderão adquirir até mesmo o controle acionário das empresas

O governo diz que está atenta para as dificuldades que enfrentam as instituições de liquidez.



2 O BB e a Caixa poderão comprar cooperativas de crédito, seguradoras e entidade aberta de previdência social, ligada à instituição financeira

Esse item da Medida Provisória 443 não atinge os fundos de pensão, que são entidades fechadas de previdência mantidas por empresas patrocinadoras

3 A Caixa está autorizada a criar a Caixa Banco de Investimento para participar do capital de empresas, principalmente da construção civil

Para o governo, a crise interrompeu o fluxo de capitalização do setor, o que dificultaria a continuidade de suas atividades. Com a medida, espera-se que as empresas não interrompam seus empreendimentos

4 O BB e a Caixa poderão comprar participações de outros bancos públicos sem precisar de licitação

O BC poderá trocar moedas (operação de swap) com outros bancos centrais de países que tenham moeda de "alto nível de aceitação internacional"

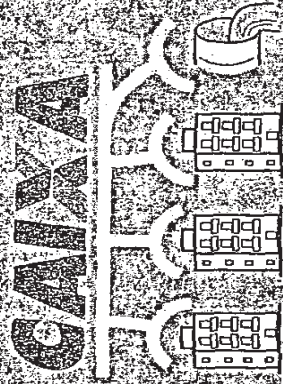
De acordo com o governo, essa é uma medida preventiva, pois não existe a necessidade de usá-la no momento. As condições dessas operações ainda serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)

A Caixa cresce

Foco na construção

A Caixa vai criar uma empresa - a CaixaPar - que poderá comprar participação acionária de outras empresas.

Seja um banco de investimento, semelhante ao BNDESPar, do BNDES. Vai poder, por exemplo, socorrer empresas de construção civil com dificuldades de caixa para completar empreendimentos imobiliários já lançados



Empresas de saneamento também serão beneficiadas e A nova empresa terá recursos iniciais entre R\$ 2 bilhões e R\$ 2,5 bilhões, da poupança e do FGTS

Ampliando a carteira de crédito

A Caixa e o banco já está também comprando carteiras de crédito de outros bancos. O foco serão os bancos negociados, quatro pequenos que estiveram com dificuldade de liquidez

RS 47 bilhões Valor do acordo feito com as quatro instituições financeiras

Crédito consignado e de middle market. Outras carteiras estão sendo analisadas

O outros serão pagos em 24 meses, por meio de acordos operacionais **RS 3,6 bilhões**

Mais moradia



RS 23 bilhões Esse valor não considera os recursos disponibilizados pela CaixaPar

Até 15 de outubro, já haviam sido liberados **RS 21 bilhões**

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, no dia de hoje, para registrar a matéria intitulada “No AM, Lula elogia prefeito suspeito de desvio e fraude”, publicada pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, em sua edição de 11 de setembro 2008.

A reportagem destaca que o presidente Lula manifestou ontem apoio ao prefeito de Coari (AM), Adail Pinheiro, sem partido, acusado pela Polícia Federal de desviar verbas públicas e montar uma rede de exploração sexual de crianças. Num momento de tensão política na cidade, onde está o campo de gás de Urucu, Lula chamou o prefeito de “nosso companheiro” e o cumprimentou pela administração no município.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Parlamentares admitem ineficiência no controle da Abin”, publicada pelo jornal *O Globo*, em sua edição de 07 de setembro 2008.

A matéria destaca que sucessora do temido Serviço Nacional de Informações (SNI), a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) acumula poderes e acusações de ultrapassar seus limites legais. Envolvida na mais

recente crise sobre grampos ilegais no telefone do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, a Abin funciona livre de controle externo.

Como terceiro assunto, Sr. Presidente, venho à tribuna, no dia de hoje, para registrar a matéria intitulada “Servidores do Executivo já superam 1 milhão”, publicada pelo jornal *O Globo* em sua edição de 07 de setembro 2008.

A matéria destaca que com uma política de concessão de reajustes e criação de milhares de cargos na administração pública, o governo Lula vai gastar, em 2009, R\$ 128,5 bilhões só com a folha de pagamento do Poder Executivo, que já passou a marca de um milhão de servidores.

Sr. Presidente, solicito que as matérias acima citadas sejam consideradas parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

No AM, Lula elogia prefeito suspeito de desvio e fraude

Adail Pinheiro é acusado de chefiar quadrilha em Coari e de comandar rede de exploração sexual infantil

Leonencio Nossa

ENVIADO ESPECIAL
COARI (AM)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou ontem apoio ao prefeito de Coari (AM), Adail Pinheiro, sem partido, acusado pela Polícia Federal de desviar verbas públicas e montar uma rede de exploração sexual de crianças. Num momento de tensão política na cidade, onde está o campo de gás de Urucu, Lula chamou o prefeito de “nosso companheiro” e o cumprimentou pela administração no município.

A visita do presidente a Coari para inaugurar um Centro de Formação Tecnológica (Cefet) e um campus da Universidade Federal do Amazonas foi marcada por protestos nas ruas contra o prefeito. Faixas e cartazes lembravam a Operação Vorax, da Polícia Federal, que em maio prendeu 21 pessoas, entre as quais o vice-prefeito e candidato à sucessão municipal, Rodrigo Alves, parentes e assessores de Pinheiro.

A Operação Vorax recebeu esse nome em alusão a uma bactéria que se alimenta de petróleo. A Prefeitura de Coari recebe royalties pela exploração de petróleo e gás na região e parte desses recursos teria sido desviada, segundo as investigações da PF. A prisão do prefeito chegou a ser pedida, mas foi negada pela Justiça.

Além disso, Pinheiro também é acusado de ter organizado festas com menores. O Ministério Público investiga as denúncias. Procurado ontem pelo Estado, ele não quis comentar as suspeitas. Anteontem, Pinheiro deu entrevista à Radiobrás para rebater as denúncias.

Adail Pinheiro aproveitou a presença de Lula na cidade para fazer carreta pelo centro. Ele decretou ponto facultativo e ordenou que as escolas levassem as crianças para pontos da cidade por onde a comitiva presidencial passaria. Do lado de fora do Cefet, grupos de oposição ao prefeito protestavam.

Em seu discurso, Lula culpou ex-governantes pelas mazelas sociais do Amazonas. “O problema não é dinheiro, mas quem governou este país”, disse o presidente. Ele ressaltou a construção de novas universidades e Cefets. “Não quero que as pessoas passem o que eu passei por não ter a oportunidade de estudar”, afirmou. Depois, Lula foi de helicóptero para o campo de gás de Urucu, onde visitou as obras do gasoduto.

À noite, em discurso na abertura da Feira Internacional da Amazônia, em Manaus, Lula disse, reproduzindo uma frase que ouviu em sua viagem de avião pelo Amazonas, que acabou a era dos economistas administrarem o Brasil.

“Terminamos a era dos economistas governarem o País e estamos entrando na era dos engenheiros voltarem a governar o País, de pensar gasto em infra-estrutura como investimento e não como simples gasto”, afirmou.

“Depois do Geisel, que foi o último governo que investiu em infra-estrutura, a gente ficou de 1980 a 2002 atrofiado, como se estivesse em estado de coma”, emendou. e

COLABOROU SILVIA ANJOSIM

Parlamentares admitem ineficiência no controle da Abin

Comissão mista responsável só se reúne em momentos de crise e não tem nem regimento nem funcionários

Bernardo Mello Franco

• BRASÍLIA. Sucessora do temido Serviço Nacional de Informações (SNI), a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) acumula poderes e acusações de ultrapassar seus limites legais. Envolvida na mais recente crise sobre grupos ilegais no telefone do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, a Abin funciona livre de controle externo. A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, única instância responsável por acompanhar o que faz a agência, é descrita por parlamentares como omissa e ineficiente. Nove anos depois de sua criação, essa comissão — composta por três deputados e três senadores — funciona de forma improvisada, só se reúne em momentos de crise e até hoje não tem sequer um regimento aprovado.

A ausência de vigilância sobre a Abin é denunciada pelo histórico recente da comissão, que despertará mais uma vez na terça-feira para discutir o grampo no STF. A última ata pública de sessão, divulgada no site do Senado, data de março de 2005, quando o então diretor da agência, Mauro Marcellino de Lima e Silva, foi convocada a explicar denúncias de envolvimento com as Forças Armadas da Colômbia (Farc).

Heráclito não convocou

Reunões da comissão em 2007

O atual presidente da comissão, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), não convocou qualquer reunião no ano passado. Este ano, os dois encontros do órgão, que não tem sala ou servidores próprios, foram marcados para o gabinete dele e atraíram poucos parlamentares. Em depoimento à CPI do Grampo na última quarta-feira, o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, insistiu que os parlamentares andavam muito atarefados para se preocupar com as ativi-

dades de inteligência.

— Parece-me que os membros dessa comissão são as pessoas mais ocupadas do Congresso — disse o ministro responsável pela Abin.

Os integrantes da comissão são os ocupantes dos postos de liderança do governo e da oposição na Câmara e no Senado, além dos presidentes das comissões de Relações Exteriores das duas Casas.

Autor de um projeto para obrigar a agência a apresentar relatórios semestrais ao Congresso, que aguarda votação na Câmara desde 2001, o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) diz que o órgão de controle externo da Abin trabalha "por espaços" e só se mobiliza em razão de escândalos na mídia:

— A comissão está parada por negligência do Congresso. Hoje a sociedade não tem qualquer mecanismo para saber o que é feito pelos espões. Nem o governo controla a Abin.

O controle das atividades de inteligência está previsto na lei que criou a Abin, em 1999. Na época, o mecanismo foi apontado como garantia de que a ação dos arapongas seria vigiada de perto para evitar abusos — diferentemente do que acontecia com o SNI, que usava métodos clandestinos para montar dossiês contra opositores da ditadura militar. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que presidiu a comissão em 2005, avalia que a tarefa não foi cumprida:

— A única forma de manter um órgão de inteligência na democracia é assegurar sua fiscalização. Se a comissão funcionasse, a Abin se sentiria inibida de agir à margem da lei.

Demóstenes propõe criar

Pelo projeto engavetado na Câmara, a Abin seria obrigada a enviar ao Congresso dois relató-

rios semestrais: um público, sobre gastos e atividades não sigilosas, e outro reservado, com um resumo das atividades dos arapongas e das supostas ameaças à segurança nacional encontradas por eles. O senador Paulo Duque (PMDB-RJ), que participou da última reunião reservada, sugere uma fórmula de transparência com moderação:

— Um órgão de inteligência que divulga demais suas atividades perde a função de ser, mas é necessário ampliar a vigilância. Interlocutor de Gilmar no grampo divulgado pela revista "Veja" na semana passada, o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) estuda proposta diferente: criar uma ouvidoria independente da Abin, composta por sete técnicos indicados pelos três poderes e pelo Ministério Público Federal. Para ele, o sistema atual de vigilância dos espões está fadado ao fracasso:

— Hoje, o controle é ridículo. A CPI do Grampo, o diretor-adjunto afastado da Abin, José Milton Campana, disse que a falta de regulamentação do órgão de controle dificulta o cumprimento da fiscalização externa da Abin. Heráclito Fortes estava em viagem ao exterior e não foi localizado na sexta-feira.

Servidores do Executivo já superam 1 milhão

Número de funcionários aumenta 27% na Era Lula; Orçamento tem R\$ 169,1 bilhões para pessoal em 2009

Cristiane Jungblut

• BRASÍLIA. Com uma política de concessão de reajustes e criação de milhares de cargos na administração pública, o governo Lula vai gastar, em 2009, R\$ 128,5 bilhões só com a folha pessoal do Poder Executivo, que já ultrapassou a marca de um milhão de servidores ativos. Esse número era de 780.975 no fim do governo Fernando Henrique Cardoso (2002) e, já em abril passado, chegava a 997,9 mil — um crescimento de 27%.

O custo com o funcionalismo é 26,2% maior que os R\$ 101,8 bilhões estimados no Orçamento de 2008. Desde 2003, o governo Lula criou 91.413 cargos, segundo dados do Ministério do Planejamento apresentados no projeto de lei do Orçamento da União para 2009. No próximo ano, a gestão petista vai chegar ao pico nos gastos com pessoal, atingindo cerca de 5% do PIB.

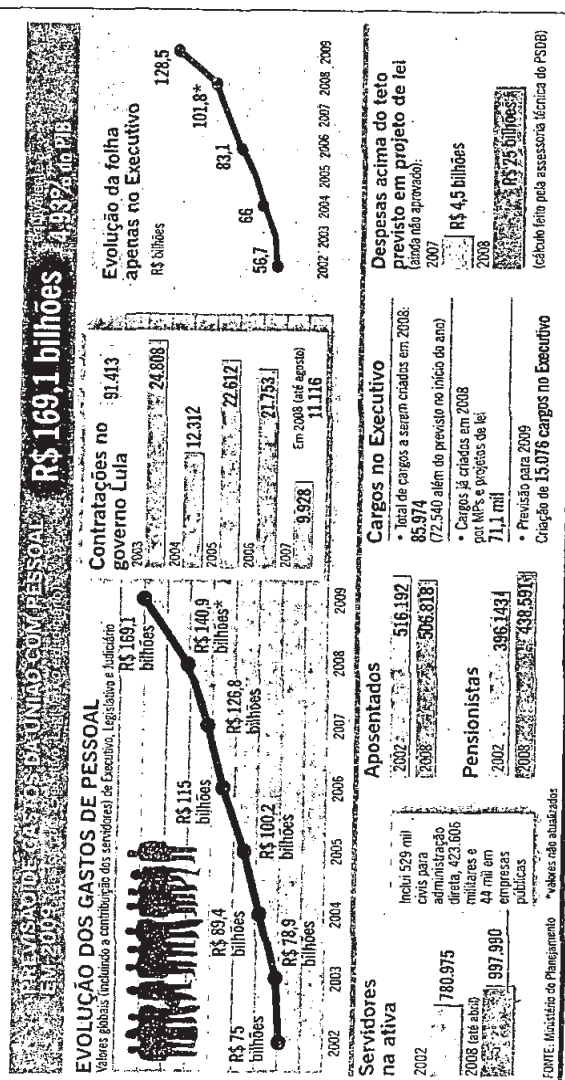
Para 2009, previsão é criar mais 15,076 cargos

Se contabilizados os servidores ativos do Legislativo e Judiciário (pouco mais de cem mil), são 1,1 milhão os servidores bancados pela União. O quadro salta para dois milhões de funcionários quando são incluídos os aposentados e pensionistas dos três poderes. Eles vão custar quase R\$ 170 bilhões aos cofres públicos em 2009. R\$ 30 bilhões a mais do que este ano. Para efeito de caixa, o Ministério do Planejamento usa para 2009 o valor de R\$ 155,3 bilhões, já descontados as contribuições dos servidores (CPS).

Para 2009, o governo pretende inverter o ritmo de crescimento da máquina pública: quer criar mais 15.076 cargos e contratar até 50.302 novos funcionários, só no Executivo. Desse total, 19.423 serão para subs-

Editoria de Arte

O custo do funcionalismo



Reajustes terão impacto até 2012

• BRASÍLIA. Além de criar cargos, o governo vem concedendo aos servidores reajustes que terão impacto até 2012, afetando as contas do sucessor do presidente Lula. Foram três medidas provisórias que deixaram herança de bilhões para as despesas futuras: mais de R\$ 30 bilhões para 2011 e pelo menos outros R\$ 20 bilhões em 2012. O próprio governo demonstrou preocupação com o fato de esses reajustes não colaborarem com a redução do déficit nas contas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), o regime do servidor, já que também são beneficiados aposentados e pensionistas.

Segundo o projeto de lei do Orçamento de 2009, o déficit do RPPS projetado para 2009 é de R\$ 43,3 bilhões, 1,36% do PIB — uma curva ascendente, considerando que em 2007 foi 1,41% do PIB e neste ano está caindo para 1,26%. Na mensagem do Executivo ao Congresso está explicita a preocupação: "percebe-se que há uma elevação da curva do déficit percentual em relação ao PIB novamente, fundado em grande parte no processo de reestruturação de carreiras e na continuidade da política salarial de reajustes".

três anos o limite seria ultrapassado em R\$ 63 bilhões. O governo não poderá contestar, mas o importante é que os gastos estão muito altos. Há uma ganância — Os dados da arrecadação continuam crescendo e os gastos também. E o aumento do custo público obriga a subir a carga tributária para manter is-

so. Quanto ao limite de gasto de pessoal, ninguém quer aprovar uma elevação da curva do déficit percentual em relação ao PIB novamente, fundado em grande parte no processo de reestruturação de carreiras e na continuidade da política salarial de reajustes".

O deputado Arnaldo Madelra (PSDB-SP), um dos maiores críticos dessa política, admite que a aplicação das regras sobre o teto é difícil, mas frisa que os gastos foram um aumento da carga tributária: "Na nossas contas, nestes

R\$ 116,8 bilhões, mas deverá gastar R\$ 141,8 bilhões. Por esse critério, outros R\$ 30 bilhões seriam gastos a mais em 2009. Os tucanos dizem que o valor da folha vai chegar a R\$ 152,9 bilhões este ano, devido aos reajustes salariais concedidos a 1,4 milhão de servidores civis e militares.

"O aumento do gasto público obriga o aumento da carga" (PSDB-SP), um dos maiores críticos dessa política, admite que a aplicação das regras sobre o teto é difícil, mas frisa que os gastos foram um aumento da carga tributária: "Na nossas contas, nestes

tivesse em vigor, o governo já teria estourado o limite em bilhões de reais. Em fevereiro de 2007, o presidente Lula mandou ao Congresso projeto que limita essas despesas à correção do gasto do ano anterior pela inflação (IPC) mais 1,5%. O projeto está engavetado na Câmara por falta de vontade política da própria base do governo. Pela proposta, o teto iria vigorar de 2007 a 2016. Em 2007, segundo a assessoria técnica do PSDB na Câmara, o governo teria estourado em R\$ 4,5 bilhões esse limite. O gasto total no ano foi de R\$ 126 bilhões. Este ano, o gasto deverá estourar o limite em R\$ 25 bilhões: o governo poderia gastar

o pessoal terceirizado, que atua principalmente em setores como limpeza e transportes. Para criar e preencher esses cargos, o governo prevê uma despesa de R\$ 1,6 bilhão em 2009, ou R\$ 2,4 bilhões em valores atualizados (em 12 meses). As despesas com pessoal aumentam mais do que o PIB e num ritmo ainda maior do que o crescimento das receitas, que estão batendo recordes de arrecadação. A oposição acusa o governo de irresponsabilidade fiscal e de deixar uma herança de gastos para futuros governos. Segundo cálculos do PSDB, se o projeto que estabelece um teto para os gastos com pessoal es-

tivesse em vigor, o governo já teria estourado o limite em bilhões de reais. Em fevereiro de 2007, o presidente Lula mandou ao Congresso projeto que limita essas despesas à correção do gasto do ano anterior pela inflação (IPC) mais 1,5%. O projeto está engavetado na Câmara por falta de vontade política da própria base do governo. Pela proposta, o teto iria vigorar de 2007 a 2016. Em 2007, segundo a assessoria técnica do PSDB na Câmara, o governo teria estourado em R\$ 4,5 bilhões esse limite. O gasto total no ano foi de R\$ 126 bilhões. Este ano, o gasto deverá estourar o limite em R\$ 25 bilhões: o governo poderia gastar

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma entidade das mais respeitáveis do País, pelos serviços prestados à qualificação de mão-de-obra no setor de serviços, é, indiscutivelmente, o assim denominado Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, amplamente conhecido pela sigla Senac.

Essa organização, que foi criada com a missão de “educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo”, faz muito mais, como descreve o *Relatório de Ações Sociais 2007*, que tivemos a satisfação de receber em nosso Gabinete.

De acordo com esse Relatório, em 2007, o Senac ofereceu mais de 710 mil atendimentos gratuitos, beneficiando um grande número de brasileiros e dando-lhes a oportunidade de uma nova perspectiva profissional e pessoal. E o Senac faz tudo isso com os olhos voltados para o futuro, porque acredita na educação via inclusão social como o caminho mais eficaz para diminuir a desigualdade vergonhosa com a qual ainda convivemos.

Na apresentação do Relatório, assinada pelo Diretor-Geral do Senac Nacional, Sidney Cunha, ele explica que a atuação dessa entidade promove mudanças importantes na vida dos cidadãos, enfatizando que ela extrapola o papel de formador de pessoas para o mundo do trabalho, alcançando o de agente de transformação e desenvolvimento econômico e social.

O *Relatório de Ações Sociais 2007* demonstra o compromisso da instituição com a democratização do acesso ao conhecimento, apresentando as atividades destinadas aos menos favorecidos, como portadores de deficiência, moradores de comunidades carentes, jovens em situação de risco social, mulheres, pobres, idosos e população carcerária. Também se desenvolveram, no decorrer desse ano, programas para conscientizar a população sobre a necessidade da preservação ambiental, vinculados a ações que ensinavam a gerar trabalho e renda com a reciclagem de materiais, em busca do desenvolvimento sustentável.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que seria muito extenso e, portanto, fastidioso enumerar aqui todas as especialidades em que o Senac prepara cidadãos para o exercício de uma profissão. Mas, ao mesmo tempo, merecem destaque algumas, devido à atualidade de que se revestem. Nesse sentido, podemos citar: Técnicas de Vendas; Montagem e Manutenção de Microcomputadores; Aplicativos Gráficos; Operador de Microcomputador; Criação de *Site* com *FrontPage*; Gestão de Pequenas Empresas; Técnicas de Condução de Atrativos Turísticos; Gestão Básica de Hotéis,

Restaurantes e Similares; Concerto e Manutenção de Eletrodomésticos; Telemática; e outros.

Essa relação não esgota o leque de opções oferecidas pelo Senac, mas permite constatar a amplitude das opções de qualificação profissional, nas mais diferentes áreas do mundo atual. São atividades do setor de serviços para as quais não se prevê saturação, isto é, que não deixarão de existir no curto ou no médio prazo.

Vale à pena, por sua vez, destacar a preocupação do Senac com a inclusão digital. Esta é a justificativa contida no Relatório: “A desigualdade tecnológica, a falta de acesso à informação e a pouca infra-estrutura disponível para o desenvolvimento solidário do conhecimento são fatores que colaboram para a marginalidade de parcelas da sociedade.”

As ações do Senac para inclusão social, em todo o Brasil, buscaram atender, além das pessoas carentes – que, de outra forma, não teriam oportunidade de aprender a utilização de microcomputadores –, grupos de portadores de necessidades visuais, pessoas atingidas pela Hanseníase – para facilitar sua reintegração no meio social – e também alcoólatras e toxicômanos em recuperação.

E, para comprovar que a união faz a força, o Senac participou de atividades conjuntas com a Rede Globo e com o Serviço Social da Indústria (Sesi), colaborando para a realização da Ação Global em vários Estados, na prestação de serviços essenciais dirigidos às comunidades mais carentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme consta do Relatório, as ações sociocomunitárias do Senac atingem o mais amplo espectro imaginável. Já se tornaram comuns atividades em benefício das pessoas carentes, dentre as quais se destaca o corte de cabelos. Mas também se realizam ações na área de saúde, como avaliação de desnutrição e sobrepeso, problemas de visão e de saúde bucal. É comum, ainda, essas ações se realizarem em asilos, orfanatos e creches, oferecendo corte de cabelo, embelezamento dos pés e das mãos, aferição da pressão arterial e teste de glicemia.

Tendo em vista que, dos 106 milhões de jovens da América Latina, entre 15 e 24 milhões estão desempregados e quase 30 milhões estão na economia informal, o Senac tem uma tarefa hercúlea pela frente e a encara com a segurança de que conseguirá os melhores resultados. Também contribui significativamente para promover a igualdade de gênero, mediante cursos, palestras e serviços gratuitos prestados à população feminina, que servem para o resgate da auto-estima

e beneficiam toda a família, tornando possível a metamorfose social num cenário de maior igualdade.

Se a missão institucional se concentra em preparar as pessoas para o mercado de trabalho, é de se pensar numa entidade voltada exclusivamente para os jovens. Mas o Senac, consciente de sua importância social, coloca em prática várias ações eficazes, para elevar a auto-estima das pessoas idosas, possibilitando-lhes o acesso a novas tecnologias, por meio de cursos de qualificação, de serviços e palestras gratuitas nas áreas de Saúde e Imagem Pessoal.

Em rápidas pinceladas, procurei dar uma idéia da importância dessa entidade vinculada ao comércio, mas que, apesar de privada, presta serviços públicos de valor inestimável.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é digno de reconhecimento o esforço do Senac para oferecer melhores condições de vida a muitas pessoas que não foram contempladas pela fortuna. Além disso, não se pode ignorar o valor das atividades que vem desenvolvendo historicamente na formação profissional principalmente de nossos jovens, preparando-os para um mercado de trabalho que se mostra cada vez mais competitivo.

Dessa forma, gostaria de parabenizar essa prestigiosa instituição por tudo que tem realizado em prol de um Brasil maior e melhor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, quero homenagear o Serviço Social do Comércio (SESC), pelo transcurso dos 60 anos de criação do Turismo Social, cujas atividades se iniciaram em meu Estado – São Paulo, com a inauguração da primeira Colônia de Férias em Bertioga, no dia 30 de outubro de 1948.

O SESC Bertioga foi a primeira colônia de férias com instalações próprias do Brasil e serviu como modelo para a criação de centenas de equipamentos similares em todo o País e na América Latina. Seu maior mérito, entretanto, foi o de inserir no cotidiano dos trabalhadores a questão do tempo livre e do lazer de férias, numa época em que poucos se davam conta de sua importância para o bem-estar e o desenvolvimento social e cultural dos indivíduos.

A partir daí, o SESC não parou, renovado e investindo sempre. Hoje esse trabalho sistêmico mostra que não apenas modernizaram os equipamentos de lazer, mas, sobretudo, os conceitos que orientam as suas ações:

Para o SESC SP, o turismo social é parte de um contexto maior – a educação permanente, no qual se

integra a outros programas das áreas de cultura, esportes, saúde e meio ambiente.

Ou seja, o turismo no SESC SP é um meio para despertarmos a consciência histórica, ecológica e comunitária não apenas dos viajantes, mas também dos anfitriões e das empresas que fazem parte deste processo de contatos e trocas simbólicas e materiais que ocorrem nesta ampla vivência turística comprometida com a sustentabilidade social. Tal conceito advém do principal objetivo do SESC: a democratização e difusão dos bens e patrimônios socioculturais contemporâneos.

Assim, o exercício democrático do turismo envolve escolhas responsáveis da instituição e um permanente exercício de formação do público para a coresponsabilidade da experiência – por isso, o conceito de turismo do SESC SP é político e educativo. Essa é a visão Danilo Santos de Miranda, Diretor Regional do SESC São Paulo.

Para o SESC SP, o turismo social é entendido como uma atividade inclusiva, pressuposto como plural, democrático e transformador. É formado por um conjunto de vivências (com ou sem deslocamento físico) destinado a tornar o movimento turístico acessível ao maior número de pessoas possível (respeitando-se os limites operacionais da Instituição) e que oferece aos participantes a possibilidade de desenvolvimento de suas habilidades intelectuais e físicas, de aquisição de conhecimentos e de interação entre os indivíduos, sempre por meio da oferta de produtos e serviços acessíveis ao seu poder aquisitivo ou adaptados a possíveis necessidades especiais da clientela. Tais vivências são planejadas a partir do foco no objetivo da atividade (e não somente no destino) e no desenvolvimento operacional ético e sustentável.

Entendendo o novo direcionamento do turismo social como um turismo para todos, visitantes e visitados, o SESC SP ampliou mais uma vez seu foco de atuação. Paralelamente à manutenção do atendimento prioritário realizado aos trabalhadores do comércio de bens e serviços e a seus familiares, principalmente aqueles de menores rendimentos mensais, valendo ressaltar:

Projetos FériasSESC, (especialmente dedicado ao atendimento de crianças de 07 a 12 anos;

Entre Amigos, voltado a estudantes do ensino fundamental e médio, onde excursões e passeios de um dia são planejados conjuntamente pela equipe técnica do SESC SP, professores, estudantes e pais.

Série de passeios *Um dia para pais e filhos*, voltada à experimentação intergeracional, ou múltiplas vivên-

cias adequadas às necessidades especiais de pessoas com deficiências ou restrições de mobilidades;

Passeios de um dia, com projetos DiverSãoPaulo, DiverCidades e Passeio Cultural Caminho das Artes. Os passeios buscavam ampliar as variantes de público atendidas pelo Programa, procurando preencher parcelas de tempo inferiores a 24 horas, com o objetivo maior de possibilitar aos participantes e despertar a consciência para a diversidade de anseios e motivações que pode existir dentro do próprio Estado. Atualmente, os passeios de um dia representam aproximadamente 40% do atendimento em turismo social emissivo.

Memórias de Viagem marcou um maior estreitamento de relações do SESC SP com seu público. Para marcar as duas décadas de lançamento do texto de referência do Programa de Turismo Social, os viajantes foram convidados a emprestar às comemorações suas memórias, que na forma de materiais iconográficos, relatos e depoimentos de viagem fornecidos pelos próprios participantes, iniciaram um acervo de informações sobre as atividades. Mais tarde, em 2004, o projeto Livro do Viajante foi introduzido com objetivo similar, onde os viajantes podem deixar suas experiências e impressões de cada uma das atividades (excursões, passeios, expedições virtuais etc.).

Projeto Ética do Viajante, um conjunto de 12 dicas para incentivar o público a estabelecer uma relação harmoniosa com os locais e ambientes visitados, valorizando o contato com os moradores, sua história e sua cultura.

Os projetos e atividades do SESC SP, estão de acordo com essas recomendações e com as novas orientações internacionais para o turismo social e o turismo inclusivo – indicadas principalmente pela Declaração de Montreal (do BITS) e pelo Código de Ética Mundial para o Turismo (da Organização Mundial do Turismo – OMT).

O SESC desde 2001, tem participado ativamente de grupos de trabalho (como o Grupo Técnico Temático Turismo Social, do Ministério do Turismo), do Câmara Empresarial do Turismo da Federação do Comércio do Estado de São Paulo – Fecomercio e de conselhos municipais de turismo de diversas cidades do estado de São Paulo (como Araraquara, Bauru, Santos, São Carlos e São Paulo).

Por meio destas dinâmicas, desde a década de 1990, a média anual de público atendida pelo SESC SP no Programa de Turismo Social varia entre 75 e 80 mil pessoas. Tais ações são planejadas, programadas e operacionalizadas por uma equipe de aproximadamente 350 profissionais, cujo plano de qualificação reflete a política de formação do capital humano definida para o SESC SP em sua totalidade: busca-se

fomentar uma base sólida de conhecimentos teóricos e práticos entre os técnicos, definindo um referencial que auxiliará na adaptação do Programa aos crescentes desafios de uma atividade técnica em constante aperfeiçoamento.

Como reconhecimento pelo trabalho realizado na área de turismo social, o SESC SP foi agraciado, em 2006, com o Prêmio Jean Faucher de Turismo Social, concedido pelo BITS.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – DISCURSO SOBRE JUVENTUDE

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para tratar de um tema que tem me preocupado bastante nos últimos tempos e que julgo ser de extrema importância para a sociedade brasileira. Refiro-me à juventude do nosso País e a necessidade premente de concentrarmos esforços no sentido de garantir que os jovens tenham oportunidades concretas para se desenvolver plenamente em todos os aspectos da vida.

Por que falar em juventude no contexto atual? Sr^{as} e Srs. Senadores, nunca tivemos tantos jovens no Brasil. Segundo o IBGE, são 34 milhões de brasileiros entre 15 e 24 anos – cerca de 20% da população do País. Para termos uma idéia, em 1940, o segmento jovem era de apenas 8,2 milhões de pessoas. Se considerarmos a faixa etária entre 15 e 29 anos, temos, segundo o IBGE, 48 milhões de brasileiros – 28% da nossa população.

As Nações Unidas instituíram o período entre 2000 e 2010 como a década da população jovem mundial. Isso significa um claro recado aos países membros da ONU para que priorizem a juventude em suas políticas públicas. No Brasil, infelizmente, os jovens são a parcela mais excluída da população. Faltam políticas públicas mais contundentes, mais criativas e mais ousadas para a nossa juventude, que clama por oportunidades de estudo e de trabalho.

Sabemos que muitas questões afligem nossos jovens atualmente. Entre as principais estão: instabilidade e precariedade de inserção no mercado de trabalho; violência nas grandes cidades que atinge, sobretudo, jovens homens e negros; taxas crescentes de prevalência e mortalidade por DSTs e AIDS; gravidez não planejada; preconceito racial e exploração sexual.

A ausência histórica do Estado em assistir essa população contribuiu, de maneira determinante, para a precariedade da condição juvenil. Segundo dados do IBGE, 40% dos jovens vivem em famílias sem rendimento ou com até ½ salário mínimo. A cada dois desempregados no Brasil, um é jovem e somente 35% têm carteira assinada. Além disso, o desempre-

go atinge mais jovens negros e mulheres. Dois terços da população carcerária brasileira são compostos por jovens, Sr^{as} e Srs. senadores! A nossa juventude anda descrente, desanimada, deprimida. De cada 10 jovens brasileiros, sete acreditam que terão piores condições de vida e de trabalho do que seus pais.

As estatísticas na área educacional são reveladoras da condição difícil em que se encontram nossos jovens. A cada dez jovens brasileiros, somente seis são estudantes. Apenas três em cada dez jovens têm acesso ao Ensino Médio. Entre os que já pararam de estudar, 51% largaram a escola no Ensino Fundamental e 12% sequer ultrapassaram a 4^a série. Nada menos do que oito milhões de jovens têm baixa escolaridade. E 3,3 milhões simplesmente não freqüentam a escola.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há dúvidas de que investir no jovem é primordial para o desenvolvimento de uma Nação. É preciso preparar bem essa geração que, em breve, assumirá os destinos do nosso País.

A prática tem demonstrado que, quando a juventude é integrada nas políticas públicas, torna-se um elemento fundamental de transformação da realidade local. Sem garantias de melhores condições de vida e de formação integral e qualificada para essa geração, ela não será capaz de construir os avanços sociais e econômicos de que o Brasil tanto precisa.

É claro que obtivemos algumas conquistas nos últimos anos. Pela primeira vez no Brasil, discutimos a construção, no âmbito do Poder Executivo e aqui no Congresso Nacional, de uma Política Nacional para a Juventude. A chamada PEC da Juventude, que dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais dos nossos jovens, já foi aprovada pela Câmara e agora tramita nesta Casa.

Temos outros avanços importantes, como a Lei do Aprendiz, regulamentada em 2005 pelo Presidente Lula, que assegura oportunidades de trabalho para jovens entre 14 e 24 anos, permitindo a sua formação profissional, sem comprometer os seus estudos e o seu desenvolvimento integral.

O Congresso Nacional também aprovou a Nova Lei do Estágio. Essa legislação garante direitos trabalhistas aos estagiários como carga horária de seis horas diárias, férias remuneradas, remuneração e cessão compulsória de vale-transporte.

Por ter plena convicção de que a sociedade brasileira, ao lado do Poder Público, deve dar sua parcela de contribuição para o desenvolvimento dos nossos jovens, apresentei projeto de lei que visa estimular a implantação de programas voltados para a juventude brasileira. Nossa proposta dispõe sobre incentivos às Políticas Públicas de Juventude executadas pelas en-

tidades privadas sem fins lucrativos. O projeto, já aprovado pela Comissão de Direitos Humanos, autoriza o contribuinte pessoa física e jurídica a deduzir do imposto de renda as doações e patrocínios efetuados a instituições que executam ações destinadas aos jovens entre 15 e 29 anos. Dessa forma, esperamos atrair patrocinadores privados para as políticas de juventude, fortalecendo, cada vez mais, essas ações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como tenho dito sempre, sem trégua, aqui mesmo nesta tribuna, o Brasil não pode mais continuar desperdiçando seu imenso potencial humano. Devemos ter em mente que é vital para o desenvolvimento do País o investimento maciço nas nossas crianças, adolescentes e jovens. Tenho dito que precisamos começar bem cedo, protegendo, cuidando e valorizando as nossas crianças desde o momento em que elas estão no ventre de suas mães.

Essa caminhada deve começar com a oferta de serviços públicos de qualidade no pré-natal, no parto e no pós-parto. Precisamos também garantir uma licença-maternidade tranqüila para as mães. Felizmente, nosso projeto que propõe a licença de seis meses, construído em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria, foi sancionado pelo presidente Lula, que, com sua sensibilidade social, entendeu a grande dimensão e a importância dessa medida. Os pais também devem participar ativamente desse processo e foi por isso que propus a ampliação da licença-paternidade para 15 dias. O projeto já foi aprovado pelo Senado e agora tramita na Câmara.

Tenho lutado, ao lado da sociedade civil e de outros parlamentares ligados à defesa dos direitos da criança e do adolescente, por uma Educação Infantil de qualidade e pela implantação do Ensino em Tempo Integral.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se formos capazes de proteger nossos filhos desde cedo, garantindo uma boa formação educacional nas várias etapas da infância e da juventude, certamente não teremos mais que conviver com tanta violência e com tanta exclusão social. Essa trilha nos conduzirá, indubitavelmente, para um cenário de maior desenvolvimento social e econômico, com mais distribuição de renda, paz e alegria para todos os brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a sessão. Dentro de dois minutos, vamos iniciar nova sessão, com o acordo, certamente.

(Levanta-se a sessão às 23 horas e 54 minutos.)

Ata da 241ª Sessão Especial, em 17 de dezembro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias e José Nery

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 21 minutos, e encerra-se às 14 horas e 32 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Pedimos aos Srs. convidados que ocupem os lugares disponibilizados no plenário do Senado Federal.

A presente sessão especial destina-se a homenagear os 60 anos da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ocorrida no dia 10 de dezembro de 1948, de acordo com os **Requerimentos nºs 463, 465 e 1.589, de 2008**, dos Senadores José Nery, Cristovam Buarque, Paulo Paim e outros Srs. Senadores.

Convido, para comporem a Mesa, a Exm^a Sr^a Kim Bolduc, Coordenadora residente do sistema ONU no Brasil; os Senadores Cristovam Buarque e José Nery, requerentes desta sessão. Saudamos a presença do Exm^o Sr. Javier López-Cifuentes, representante do Brasil no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Convidamos também, se estiverem presentes, para comporem a Mesa, o Exm^o Sr. Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; o Exm^o Sr. Antônio Augusto Cançado Trindade, ex-Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos e Juiz eleito da Corte Internacional de Justiça.

Concedemos a palavra ao Senador João Pedro - aliás, em primeiro lugar, aos Senadores José Nery e Cristovam Buarque, que são subscritores. O Sr. Senador João Pedro falará logo a seguir.

Com a palavra o primeiro subscritor deste requerimento, Senador José Nery; logo após, Senador Cristovam Buarque.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras; Exm^{as} Sr^{as} e Srs. Embaixadores e demais membros do corpo diplomático; Exm^o Sr. Senador Cristovam Buarque, requerente, juntamente comigo, desta sessão especial; Exm^a Sr^a Kim Bolduc, Coordenadora Residente do Sistema ONU no Brasil; Representan-

tes de diversas instituições e movimentos dedicados à causa da defesa e promoção dos direitos humanos no Brasil; Exm^o Professor Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade, ex-Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos e Juiz eleito da Corte Internacional de Justiça; Sr. Gilberto Miranda, ator e representante do Movimento Humanos Direitos; Sr^{as} e Srs., enfim, todos que nos honram com a presença neste momento especial, quero, inicialmente, agradecer a meus companheiros, Senador Cristovam Buarque, Senador Eduardo Suplicy, Senador Paulo Paim e demais Srs. e Sr^{as} Senadoras que subscreveram, junto comigo, o requerimento para propor esta sessão especial em homenagem aos 60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Senhoras e Senhores, como todos sabem, esta Casa tem uma atuação vigorosa e amplamente reconhecida na defesa dos direitos humanos.

Quero agradecer ao Ministro Paulo Vannuchi, que, em meio ao conjunto de atividades da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, está se deslocando para vir ao Senado para prestigiar esta sessão especial.

Sr. Presidente, no dia 10 de dezembro 1948, na Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada na cidade de São Francisco, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Significando um compromisso moral de toda humanidade na realização da paz e do bem-estar social, buscou, em seus 30 artigos, identificar e agrupar os direitos fundamentais e o pleno desenvolvimento de cada um dos indivíduos da sociedade humana. Tendo como fundamento maior a dignidade e o comportamento da pessoa humana, traçou princípios básicos para fundamentar a concepção dos direitos humanos, entre eles, a liberdade e a igualdade, expressos logo em seu art. 1º: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade."

Nesse mesmo artigo, vemos contemplado o lema da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade, os fundamentos de sua gênese. Entretanto, ao reafirmar o conjunto dos direitos exaltados na

Revolução Francesa, a Declaração de 1948 vai muito mais além, sobretudo porque estende tais direitos a sujeitos que antes estavam deles excluídos, tais como as mulheres, os estrangeiros e os escravizados, além de prever outros, frutos das mudanças econômicas, históricas e sociais do século XX.

Forjada sob um clima de enorme choque, causado pelos horrores das duas guerras mundiais, sobretudo o massacre humano da II Guerra Mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos carrega, em si, um grande simbolismo. Representa, antes de tudo, uma resolução de todas as nações no sentido de buscar a paz internacional, impedir a volta da barbárie e garantir a preservação da humanidade.

Como decorrência de sua promulgação, foram criados vários organismos internacionais destinados à promoção e ao acompanhamento dos direitos fundamentais, entre os quais se destacam a OIT – Organização Internacional do Trabalho; a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; e o UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Além disso, foram criados vários instrumentos jurídicos, como tratados e convenções, para dar executividade aos princípios da Declaração.

Embora, por sua natureza, a Declaração Universal dos Direitos Humanos não exija vinculação jurídica em relação ao país signatário, isso em nada lhe diminui o valor. Pelo contrário! Ela é, antes de mais nada, a fonte primeira, pela qual todos os demais ordenamentos jurídicos deverão se guiar; nela se encontram direitos a que podemos denominar direitos “superiores”, porquanto baseados na dignidade e no valor da pessoa humana, o maior de todos os seus fundamentos.

Lamentavelmente, ainda nos defrontamos, cotidianamente, com as mais diversas violações de seus princípios, o que levaria alguns a questionarem sua efetividade como documento legal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres convidados, é grande a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos como princípio orientador das relações entre os seres humanos e entre os povos. Infelizmente, ainda é um grande objetivo fazer com que seus pressupostos sejam efetivamente vivenciados e colocados como prática, como ação dos governos, das instituições e das pessoas.

Justamente por isso, é necessário, nesta sessão especial, homenagear esses 60 anos, pelas conquistas obtidas. Porém devemos lamentar que muito de seus artigos ainda sejam vigorosamente desrespeitados no mundo e também em nosso País.

São exemplos os crimes contra as liberdades, os crimes de perseguição política, os crimes de tortura, inclusive um debate bastante atual quando alguns agen-

tes do Estado brasileiro ainda questionam ou defendem os crimes cometidos em períodos recentes da nossa história, no período da Ditadura Militar. Crimes que, na verdade, deveriam ser investigados e apurados, para punir os seus responsáveis por tortura ou constrangimentos inaceitáveis, dos quais a sociedade brasileira foi testemunha, naquele longo período que durou mais de vinte anos do regime de exceção, de ditadura e de violência. Crimes cometidos especialmente contra os mais pobres, os excluídos, os trabalhadores, sobretudo em uma ação violenta e cotidiana, para perseguir os defensores da justiça, da igualdade, dos princípios mais fundamentais da pessoa humana. Foram esses justamente que tiveram de arcar com as prisões, com os exílios, com cassações de toda natureza.

Portanto, no momento em que celebramos os 60 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos, temos que lembrar que é urgente e necessário erradicar o trabalho escravo, coibir o crime de tortura, punir aqueles que, em nome do poder que exerciam em determinado período da nossa história, mataram, assassinaram, exilaram e ainda hoje estão impunes.

Sr. Presidente, ilustres convidados, o pronunciamento que deveria fazer era um pouco mais longo, mas peço que seja considerado como lido, porque quero, nos 45 minutos que, oficialmente, o Senado destina a uma sessão especial dessa relevância, que não só os nossos colegas Senadores e Senadoras possam se pronunciar, como também ouvir os ilustres convidados, o Ministro Paulo Vannuchi, o representante da ONU no Brasil, Juiz Antônio Cançado Trindade.

Mas quero dizer que, mesmo sendo pouco tempo, sei da determinação, do compromisso e da atuação de cada um dos que estão aqui neste plenário, representando milhares e milhares de brasileiros e brasileiras que, ao longo de suas vidas, têm dedicado o seu trabalho, o seu tempo, a sua inteligência a serviço de causas humanitárias, a serviço da defesa e da promoção dos direitos humanos.

Por último, Sr. Presidente, queria solicitar ao Senado Federal, em especial à Comissão de Educação, presidida pelo nosso brilhante Senador Cristovam Buarque, que ofereça celeridade ao projeto de resolução que cria o Prêmio de Direitos Humanos Dom Helder Câmara, que deverá, se aprovado, homenagear cinco personalidades, a cada ano, que se destaquem, no País, na luta pela promoção dos direitos humanos. Creio que é uma forma de o Senado Federal contribuir, estimular que essa causa seja abraçada por todos brasileiros e brasileiras. *(Palmas.)*

Por último, Sr. Presidente, quero agradecer pelas lições de humanidade e de respeito aos direitos humanos de uma personalidade que tem, para nós, um

sentido muito especial. Falo isto aqui olhando para a minha companheira de luta e de sonhos Maria Luiza Fontenele, Deputada, ex-Prefeita de Fortaleza, uma das militantes mais aguerridas da causa dos direitos humanos que eu conheço, ao lado de tantos e tantos brilhantes.

Mas, junto com Dom Fragoso, Bispo de Crateús, no sertão do Ceará, no período da ditadura, apoiando a luta dos trabalhadores rurais por sua organização, pelo direito a ter comida, apoiando aqueles perseguidos da ditadura que estavam nas prisões, com ele, foi a primeira vez que ouvi falar em direitos humanos e, ainda muito jovem, me engajei ao lado do Comitê Brasileiro pela Anistia, do Comitê Feminino pela Anistia, que era dirigido pela Dr^a Terezinha Zerbini. Nós, naquele momento ainda muito jovens, fazíamos as vigílias, os atos, as manifestações para dizer que era preciso pôr fim àquele período de violência do Estado brasileiro contra os seus filhos mais devotados a causas tão brilhantes como a causa dos direitos humanos.

Por isso, ao lembrar de Dom Helder, de Dom Fragoso, dos presos políticos, dos exilados, dos casados, dos que foram perseguidos, nós homenageamos todas essas pessoas que não podem estar aqui, mas que, com certeza, conhecem e viveram esse período da nossa história, para dizer que nós todos continuamos irmanados no objetivo de fazer com que a Declaração Universal dos Direitos Humanos seja a mais transparente realidade na vida dos povos, das nações, especialmente do nosso querido País, do nosso querido Brasil.

Muito obrigado pela presença de todos os senhores e senhoras, de todas as instituições, dos Srs. Senadores e Senadoras, que engrandecem esta sessão para a qual foram destinados 45 minutos. Mas, em 45 minutos, que depois vamos prorrogando por mais um pouco, poderemos, sim, dizer que a vida de todos nós aqui, que não é um minuto, que não é uma sessão, está dedicada a esta causa infinita, permanente para a preservação do que há de mais fundamental: a defesa da dignidade humana.

Muito obrigado. *(Palmas)*

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR JOSÉ NERY:

SESSÃO ESPECIAL DOS 60 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras,

Excelentíssimo Ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ilustre Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, Ex-Presidente da

Corte Interamericana de Direitos Humanos, e Juiz Eleito da Corte Internacional de Justiça, Sr. Gilberto Miranda, ator e representante do Movimento Humanos Direitos, Senhores e senhoras representantes das entidades de direitos humanos e de defesa dos trabalhadores aqui presentes, muitos dos quais já são nossos velhos parceiros na luta que temos travado, dentro e fora desta Casa, pela erradicação do trabalho escravo.

Quero, inicialmente, agradecer a meus companheiros senador Cristovam Buarque, Senador Eduardo Suplicy, Senador Paulo Paim, Senador...., pela adesão a nossa iniciativa de propor essa Sessão Especial em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senadores que, como todos sabem, têm uma atuação vigorosa e amplamente reconhecida na defesa dos direitos humanos. Quero registrar meu agradecimento pela presença do

Ministro Paulo Vannuchi, que, em meio às milhares de atividades da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos – que esta ocorrendo desde o início desta semana e que foi organizada, em grande parte, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos – fez questão de estar presente a esta Sessão Especial.

Senhor Presidente, senhoras e senhores,

No dia 10 de dezembro de 1948, na Assembléia Geral das Nações Unidas realizada na cidade de São Francisco, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Significando um compromisso moral de toda a humanidade na realização da paz e do bem-estar social, buscou, em seus 30 artigos, identificar e agrupar os direitos fundamentais ao pleno desenvolvimento dos indivíduos. Tendo como fundamento maior a dignidade e o valor da pessoa humana, traçou princípios básicos para fundamentar a concepção dos direitos humanos, entre eles, a liberdade e a igualdade, expressos logo em seu artigo primeiro:

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”

Nesse mesmo artigo, vemos contemplado o lema da Revolução Francesa: Liberdade, igualdade e fraternidade, os fundamentos de sua gênese. Entretanto, ao reafirmar o conjunto de direitos exaltados na revolução francesa, a declaração de 1948 vai mais além, sobretudo porque estende tais direitos a sujeitos que antes estavam deles excluídos, tais como as mulheres, os estrangeiros e os escravizados, além de prever outros, frutos das mudanças econômicas, históricas e sociais do novo século.

Forjada sob um clima de enorme choque, causado pelos horrores das duas guerras mundiais, sobretudo o

massacre humano da segunda guerra mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos carrega, em si, um grande simbolismo. Representa, antes de tudo, uma resolução das nações do mundo no sentido de buscar a paz internacional, impedir a volta da barbárie e garantir a preservação da humanidade.

Como decorrência de sua promulgação, foram criados vários organismos internacionais destinados à promoção e ao acompanhamento dos direitos fundamentais, entre os quais se destacam a OIT – Organização Internacional do Trabalho; a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e o UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Além disso, foram criados vários instrumentos jurídicos, como tratados e convenções, para dar executividade aos princípios da Declaração.

Embora, por sua natureza, a Declaração Universal dos Direitos Humanos não exija vinculação jurídica em relação aos países signatários; isso em nada lhe diminui o valor. Pelo contrário! Ela é, antes de mais nada, a fonte primeira, pela qual todos os demais ordenamentos jurídicos deverão se guiar; nela encontram-se direitos a que poderíamos denominar “superiores”, porquanto baseados na dignidade e no valor da pessoa humana, o maior de todos os fundamentos.

Lamentavelmente, ainda nos defrontamos, cotidianamente, com as mais diversas violações de seus princípios, o que levaria alguns a questionarem a sua efetividade enquanto documento legal.

No meu Estado, o Pará, vimos, há não muito tempo, um caso abominável de ofensa aos direitos da pessoa humana, que chocou todo o país: uma jovem de apenas 15 anos mantida presa em uma cela junto com vários prisioneiros que a violentavam cotidianamente e, o que é pior, debaixo dos olhos de autoridades que supostamente deveriam protegê-la.

Aos assassinatos de trabalhadores, de lutadores por direitos humanos continuam afrontando a Declaração que hora festejamos. A morte trágica da Irmã Dorothy Stang, defensora incansável de um mundo justo e solidário é simbólica da distância entre o mundo concreto e as intenções manifestas neste documento.

A persistência de práticas de escravidão moderna em nosso país representa outro grande desafio para todos os que lutam por direitos humanos. A campanha nacional pela aprovação da PEC 438 é a reafirmação cotidiana da atualidade da Declaração.

Ao eclodir a primeira grande crise econômica do século atual cresce a preocupação com o aumento da privação dos direitos de milhões seres humanos, principais vítimas da recessão, do desemprego e da elevação da miséria e das doenças. Nada mais urgente do que reafirmar os princípios da Declaração Universal

dos Direitos Humanos. São justamente os princípios de direitos humanos que invocamos quando exigimos a reparação e a punição do direito violado.

Portanto, senhoras e senhores, por mais que ainda estejamos distantes, eu quero – e acredito – sim, nesse “mundo melhor” desenhado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Um mundo onde todos sejam verdadeiramente iguais e livres; onde haja segurança, justiça, solidariedade e fraternidade entre todos os povos. Ainda que se diga que esse estado de perfeição seja inatingível como o horizonte, que se distancia na medida dos nossos passos, prefiro acreditar na esperança contida nos versos do poema “DAS UTOPIAS”, do grande poeta brasileiro Mário Quintana, que diz:

Se as coisas são inatingíveis..., ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!

Acredito que todos que estamos aqui hoje e que sonhamos e lutamos por esse mundo melhor, somos discípulos do filósofo grego Epicuro, e acreditamos que “o impossível reside apenas nas mãos inertes daqueles que não tentam”. É por isso, senhoras e senhores, que não podemos abrir mão desse mundo; é por isso que temos que acreditar na Declaração Universal dos Direitos Humanos não apenas como uma carta de intenções, como um documento utópico que contém um sistema de valores cuja efetividade vai estar sempre reduzida a alguns lugares, a alguns povos, a algumas nações, ou talvez, a algumas épocas. Não nos esqueçamos jamais do seu caráter, acima de tudo, UNIVERSAL! E que esta deve ser a nossa luta; a luta de todas as nações signatárias: expandir o seu conteúdo e tornar cada um dos seus preceitos uma realidade para toda a humanidade.

Muito obrigado.

Brasília, 17 de dezembro de 2009. – Senador **Jose Nery Azevedo**, Líder do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Cumprimentos ao Senador José Nery.

Passamos a palavra ao Senador Cristovam Buarque, também subscritor desta homenagem.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, inicialmente, cumprimentar uma senhora que desempenha aqui no Brasil um papel, a meu ver, mais próximo do que seria a guardiã desta Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é a Sr^a Kim Bolduc, a quem agradeço muito a presença.

Quero agradecer ao Cláudio José Montesso. Quero agradecer ao Senador José Nery, por ter permitido que eu assinasse a convocação junto com ele; ao Ministro Paulo Vannuchi, velho amigo, companheiro e grande defensor dos direitos humanos neste País; ao representante no Brasil do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Javier Lopéz-Cifuentes. Quero agradecer muito a presença aqui do colega meu da UnB Dr. Caçado Trindade, que hoje nos orgulha representando o Brasil na mais alta Corte de Justiça do mundo; e muito especialmente, também, ao Vincent Defourny, meu amigo, representante da Unesco, que, a meu ver, é a entidade que mais poderia ajudar a fazer com que este pequeno livro virasse realidade, pelas razões seguintes, Sr. Presidente, tentando usar o mais breve possível o tempo, de um verdadeiro estudo que eu tenho feito para demonstrar como tudo neste documento, item por item, um por um, cada um dos trinta artigos passa pela educação.

Vou fazer a análise o mais rápido possível, inclusive saltando alguns artigos. Mas logo o artigo I diz: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos."

O ser humano nasce duas vezes, diferentemente dos demais animais. Ele nasce uma vez biologicamente e nasce uma segunda vez intelectualmente. E o nascimento intelectual passa pela educação. Nós não somos animais iguais aos outros, que apenas precisam nascer biologicamente. Então, o artigo I já exige a educação.

Artigo II: "Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração."

Como ser livre sem saber ler, no mundo de hoje? É uma falsa liberdade. É uma liberdade restrita, uma liberdade acanhada. E não só ler. Como ser livre sem ter o máximo de educação que o mundo de hoje permite?

Ainda, no Artigo II: "Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do País."

Qual País tem condições hoje de participar do cenário internacional se não tiver dentro dele o acúmulo de conhecimento coletivo que vem da soma de indivíduos altamente educados?

Artigo III. "Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal."

Qual liberdade sem educação?

Artigo IV. "Ninguém será mantido em escravidão ou servidão."

O analfabetismo é uma forma de escravidão. O analfabetismo é a escravidão de quem não consegue se comunicar com a realidade ao seu redor, e a escla-

vidão, contrária àquela do passado, do trabalho forçado, é a escravidão do não trabalho à sua disposição por falta de educação.

Artigo V. "Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante."

Como ter um mundo sem tortura se nós não educamos os candidatos a torturadores, desde muito cedo, na sua infância e juventude, passando-lhes os valores fundamentais? Você pode ser torturado mesmo depois de muito estudo, mas dificilmente você será torturado por alguém que teve na sua infância a formação humanista necessária para respeitar os demais.

Eu passo ao artigo VII: "Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei."

Não há como ser igual perante a lei se não for capaz, pelo menos, de dialogar com advogado.

Eu nem falo ter educação suficiente para defender ele próprio ou ela própria os seus direitos, mas dialogar com aquele que defende.

Artigo IX. "Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado."

Como se defender se não souber defender os seus direitos?

Passarei agora ao artigo XI. E eu estou saltando pelo meu compromisso com o Senador José Nery de não alongarmos muito esta sessão. Na verdade, é uma sessão que não tem todos os seus direitos humanos reconhecidos por falta de tempo.

Artigo XI: "Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente."

Como? Se a gente não tem educação para até saber quais são os próprios direitos.

Artigo XII. "Ninguém será submetido à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência."

Que correspondência tem aquele que não aprendeu a ler? Ou seja, é pior até que violar a correspondência: é negar-lhe o direito a ela.

Aqui não está escrito, mas é claro que deve ser proibido queimar livros, como fizeram os nazistas, mas hoje a gente queima o próprio cérebro ao impedir que ele seja capaz de escrever os livros. Os nazistas, pelo menos, não conseguiam queimar todos os livros, alguns sobravam em alguma livraria, em alguma biblioteca, mas, quando a gente incinera um cérebro por não dar-lhe educação, a gente incinera todos os livros que esse cérebro poderia vir a escrever.

Artigo XIV. "Todo o ser humano vítima de perseguição tem direito de procurar e de gozar exílio em outros países."

Como? E quem nem sabe quais são os países do mundo? E quem não estudou geografia, quem não estudou o direito ao exílio?

Artigo XV. “Todo homem tem direito a uma nacionalidade.”

A nacionalidade hoje não é mais apenas do seu País. Cada um de nós tem a nacionalidade própria do País e tem a nacionalidade de ser humano na globalidade que foi construída. Como ser um ser humano global, ser humano da humanidade inteira, sem ter aprendido o que é humanidade, sem ter estudado a existência da humanidade?

Artigo XVI. “Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.”

Os filhos fazem parte do casamento. E como é que eles vão gozar de direitos iguais se não podem colocar seus filhos em boas escolas? Se suas escolas são depredadas, se seus professores, desmotivados? Não há como cumprir esse artigo XVI, que fala do casamento, se a gente não for capaz de dar escola aos filhos que surgem dos casamentos.

“O casamento não será válido sem o livre e pleno consentimento dos nubentes.”

Como, em sociedades onde não é permitido o nubente escolher o seu nubente? E se não lhes der educação para descobrir que há formas diferentes de escolher o parceiro matrimonial? Isso vem da educação.

Artigo XVII. “Todo ser humano tem direito à propriedade.”

Hoje a grande propriedade não é a matéria que a gente tem, da roupa, da casa. A grande propriedade é do conhecimento, que é a propriedade capaz de gerar novas propriedades.

Como ser dono de propriedade num mundo que não dá educação para todos, se a grande propriedade é o conhecimento?

Art. XVIII. “Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, (...)”

Como ter liberdade de pensamento sem acesso a ele? É a educação que dá a liberdade do pensamento.

Art. XIX. “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão” (...).

Como ter liberdade de opinião e de expressão sem ter opinião? Como ter opinião sem ter acesso a diversas opiniões para escolher a sua própria ou para construí-la quando for preciso? Isso vem da educação.

Art. XX. “Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica.”

Como associar-se, no mundo de hoje, sem educação?

Vou direto ao art. XXII, que diz:

Art. XXII. “Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social” (...)

Qual segurança social é possível, hoje, sem passar pelo banco das escolas? Sem adquirir um ofício que lhe assegure um emprego? Sem ser capaz de reciclar-se nessa dinâmica terrível – ao mesmo tempo boa e ruim – de novos ofícios a cada ano, de obsolescência de ofícios a cada ano? Só a educação é capaz de oferecer isso.

Art. XXIII. “Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego” (...).

Que trabalho? Que livre escolha de emprego sem educação, quando, hoje, não há mais empregos satisfatórios? Só há os restos dos empregos para aqueles que não conseguiram estudar, ainda mais se vamos aos detalhes que falam em direito a igual remuneração por igual trabalho, remuneração justa e satisfatória.

O Art. XXIV fala no direito ao repouso e ao lazer.

Art. XXIV. “Não há lazer pleno para quem não teve uma boa educação e conseguiu descobrir as grandes vantagens, possibilidades estéticas do lazer culto.”

Não é possível ter o direito pleno ao lazer sem o direito de escolher qual lazer praticar.

Art. XXV. “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação” (...).

Isso hoje passa pela formação. Não haverá como assegurar direito a um padrão de vida pleno sem educação.

Art. XXVI. “Todo ser humano tem direito à instrução.”

Aqui, entra a parte educacional. Prossegue o artigo:

1. *A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. (...)*

2. *A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento (...).*

3. *Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.*

Esse Artigo XXVI deveria ser a chave para a realização de todos os outros, mas não tem sido praticado.

Art. XXVII. “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural” (...).

Como participar livremente da vida cultural sem passar pelo altar da cultura, que é a escola? Não que não haja cultura fora da escola, mas, fora da escola, você não tem alternativas para escolher a cultura que quer praticar.

Vou para o penúltimo artigo:

Art. XXIX. “Todo ser humano tem deveres para com a comunidade.” (...).

Como hoje ter a possibilidade de exercer o dever que a sociedade exige, sem ter aprendido o ofício que a sociedade precisa, sem aprender a forma de participar, política e intelectualmente, da sociedade?

Termino com o último artigo:

Art. XXX. “Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado”.

Concluo, Sr. Presidente, senhoras e senhores, dizendo que os trinta artigos poderiam ser resumidos em um único artigo: “Todo ser humano tem direito de acesso à educação de qualidade, sem distinção de classe, de raça, de nacionalidade ou de gênero”. No dia em que fizermos isso, teremos a Declaração Universal dos Direitos Humanos chegando ao mundo inteiro no século XXI.

Escola igual para todos – esse é o artigo síntese da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado.

Convido para compor a Mesa Antonio Narciso Pires de Oliveira, Presidente do grupo Tortura Nunca Mais, do Estado do Paraná, e membro da Coordenação Brasileira pela Anistia (CBA Brasil).

Convido-o para tomar assento à Mesa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obviamente, o que é combinado se cumpre, e ficou acertado que a sessão iria até as doze horas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós vamos prorrogar por mais meia hora, até meia-dia e meia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria passar uma informação a V. Ex^a. Houve um erro de digitação, então, saiu algo que é considerado grave – embora não tenha havido má-fé de ninguém – na peça orçamentária que vai ser votada.

Estão providenciando na Gráfica uma errata. Ou seja, de qualquer maneira, haveria um certo atraso, pelo que percebi, no início da sessão do Congresso. Portanto, essa meia hora me parece uma decisão muito justa e sábia de parte de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós encerraremos quando a sessão estiver iniciando no Plenário da Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB, pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um pronunciamento. Como Líder do PMDB, eu já concedi a palavra ao Senador Pedro Simon. Ele vai representar a Bancada do PMDB. Eu queria falar pela Liderança da Maioria, mas vou abrir mão, devido ao tempo. Quero apenas dizer uma frase. O Pedro Simon representa, com muita honra, não só a Bancada do PMDB, mas o Brasil.

Nós, infelizmente, não temos conseguido fazer com que os Direitos Humanos sejam respeitados no Brasil. Basta dar uma olhada nos nossos presídios, nas nossas penitenciárias, nas nossas cadeias públicas. Basta entrar em uma delas, em qualquer parte do País, e já é possível para perceber que os direitos humanos, no Brasil, infelizmente, ainda não estão sendo respeitados.

Deixo a palavra, logo mais, com o Senador Pedro Simon, e peço que a Mesa considere como lido o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR VALDIR RAUPP.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

1. Fico feliz em poder me dirigir a Vossas Excelências nesta Sessão Especial, requerida pelo nobre senador José Nery, para comemorar os sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, completados no último dia 10 de dezembro.

2. Como se sabe, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, produzida em obediência ao artigo 55 da Carta das Nações Unidas, resultou do trauma ocasionado pelas atrocidades cometidas ao longo dos seis anos que durou a pior de todas as guerras da história da humanidade.

3. A elaboração desse documento era parte de uma ação de três etapas, segundo relata o eminente professor Fábio Konder Comparato.

Primeiro, devia ser elaborada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tarefa que a então recém-

criada Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas concluiu em 18 de junho de 1948.

4. Em seguida, a partir dos princípios nela contidos, deveria ser produzido “um documento juridicamente mais vinculante do que uma mera declaração”, no dizer de um dos delegados presentes à reunião em que esse planejamento foi concebido.

Pensava-se, então, em algo como um tratado ou ma convenção internacional. Essa etapa do plano original somente se completaria em 1966, com a aprovação de dois pactos, um sobre direitos civis e políticos, e outro, sobre direitos econômicos, sociais e culturais.

5. A terceira parte dessa ação seria, ainda segundo o mesmo delegado, a criação de “uma maquinaria adequada para assegurar o respeito aos direitos humanos e tratar dos casos de violação”. Essa etapa, fundamental para coibir as violações dos direitos humanos, objeto cotidiano das manchetes de jornais mundo afora, infelizmente ainda não foi implementada.

6. Não devemos, contudo, nos lamentar. Seja como for, para usar as palavras do professor Comparato, “a Declaração, retomando os ideais da Revolução Francesa, representou a manifestação histórica de que se formara, enfim, em âmbito universal, o reconhecimento dos valores supremos da igualdade, da liberdade e da fraternidade entre os homens (...). A cristalização desses ideais em direitos efetivos, como se disse com sabedoria na disposição introdutória da Declaração, far-se-á progressivamente, no plano nacional, como fruto de um esforço sistemático de educação em direitos humanos”.

7. Penso que essa seja a questão central para nossa reflexão e nossa ação, Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores. Passados sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda sorte de atrocidades continua sendo cometida pelo mundo e, no que nos interessa mais de perto, no Brasil.

8. Há indicações claras, apontadas com frequência pela Imprensa e por organizações não-governamentais, de que, no Brasil, ainda estamos longe de observar plenamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em vários campos e, principalmente, no que diz respeito à violência policial, não temos conseguido que os direitos humanos sejam respeitados.

Se houver dúvidas, basta visitar a maioria das nossas penitenciárias. Dos nossos presídios.

9. Penso que há dois caminhos principais a serem seguidos na superação desse grave problema. O primeiro é o da punição sistemática dos crimes contra os direitos humanos, de maneira a coibi-los permanentemente. O outro é o que preconiza o professor Comparato: educação para os direitos humanos, formando uma

cultura de respeito, sem a qual não poderemos jamais nos considerar um povo suficientemente civilizado.

10. Cabe a cada um dos brasileiros, sobretudo, a nós, homens públicos, as iniciativas nesse sentido.

Trabalhemos, pois, para criar uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais livre, harmônica com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Atendendo à sua solicitação, constará dos Anais desta sessão o discurso de V. Ex^a. E agradecemos pela colaboração ao ceder o seu espaço, em nome da economia de tempo.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, que, como subscritor da homenagem, também tem o direito de falar nesta sessão. O Senador Paulo Paim é também presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão; Exm^o Sr. Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Exm^o Sr. Antônio Augusto Cançado Trindade, Ex-Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos e Juiz Eleito da Corte Internacional de Justiça; Sr^a Kim Bolduc, representante do PNUD no Brasil; Exm^{os} Srs. Senadores Cristovam Buarque e José Nery; Sr. Vincent Defourny; Exm^{os} Embaixadores e demais membros do corpo diplomático; senhoras e senhores presidentes, diretores e representantes de entidades protetoras dos direitos humanos; senhores presidentes, diretores e representantes de sindicatos e de entidades de classe; senhoras e senhores – tive de acelerar os cumprimentos porque o tempo é pouco –; meus amigos e minhas amigas, falar sobre os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos é, sem dúvida nenhuma, expressar o sentimento mais nobre de cada um de nós. É falar do amor ao próximo.

Por isso, Senador José Nery, autor desse requerimento que nos proporciona este grande momento, cumprimento V. Ex^a e também o nosso querido Ministro e Secretário dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, pela realização da 11^a Conferência Nacional dos Direitos Humanos.

Permita que eu diga, Ministro Paulo Vannuchi. Muitos questionaram por que eu não estava lá, por que o Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado não falou, se o da Câmara falou. Quero dizer que fui convidado, só não estive lá e não falei porque, naquela tarde, estávamos aqui discutindo a política de quotas, tão importante para a comunidade negra.

Conversei com V. Ex^a, que entendeu e disse, inclusive: “Senador Paim, mande o seu pronunciamento, que ficará registrado nos Anais”. Por isso, meu querido Paulo Vannuchi, neste momento tão importante, vou fazer, de forma resumida, o pronunciamento que gostaria de ter feito lá, na 11^a Conferência. Meus amigos José Nery e Paulo Vannuchi, se me permitem, farei meu pronunciamento como se estivesse, neste momento, tanto aqui, na sessão de homenagem que o Senado presta, quanto na 11^a Conferência.

Este momento é marcante para todos nós. Ele acontece sob a simbologia dos sessenta anos dessa jovem senhora que se chama Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Este momento, ousado dizer, pela grandeza do ato, parece um culto ecumênico em defesa da vida.

Senhoras e senhores, meus queridos militantes dos direitos humanos, cada um de nós, independentemente de nossas idades, percebemos que, com certeza, avançamos durante essas seis décadas no que diz respeito aos direitos humanos. Porém é preciso avançar muito mais.

Cada um de nós já presenciou, presencia ou tem conhecimento de que as barbáries contra as crianças, as mulheres, a liberdade de crenças religiosas, a livre orientação sexual, os idosos, os índios e os negros ainda permanecem. Infelizmente, elas existem.

Quantas guerras, quantos governos ditatoriais, quanta fome, quanta miséria, quanta agressão à natureza...

Senhoras e senhores, o desejo de mudar esse cenário, de acabar com as injustiças, de transformar cada recanto em lugares melhores para se viver é o que nos une. É esse o desejo que existe, com certeza, em todas as partes do mundo. Mesmo em lugares em que os direitos humanos não são respeitados, existe um militante que está na luta e, para essa luta, muitas vezes dá a sua vida. Sempre foi assim e, infelizmente, o quadro atual mostra que vamos continuar lutando durante muitos anos.

O nosso País, com a volta da democracia, com o fim da ditadura, deu passos importantes, mas há muito ainda por fazer.

Sr. Presidente, por uma questão de justiça, quero também retornar um pouquinho ao passado, que, embora pareça distante, pelas causas desses militantes, continua vivo.

Nesse contexto, destaco aqui a luta em defesa dos direitos humanos de Zumbi dos Palmares, de Sepé Tiaraju, da Irmã Dulce, do Betinho, de Chico Mendes e de tantos outros homens e mulheres cujas vozes ecoam no tempo, atravessam fronteiras em favor daqueles que nem sempre têm voz.

Como nosso olhar é universal, citamos com orgulho também as figuras daqueles que entraram para a história como grandes defensores dos direitos humanos. Viva Madre Tereza de Calcutá! Viva Gandhi! Viva Luther King! E – aquele que, para mim, é o maior herói vivo da luta pelos direitos humanos – viva Nelson Mandela! Essas pessoas doam ou doaram suas vidas em defesa dos outros.

Meus amigos, com essa minha ousadia que muitos de vocês conhecem, vou tomar uma liberdade. Como seria bom que o dia 10 de dezembro deixasse de ser somente um dia para homenagear a Declaração Universal dos Direitos Humanos e passasse a ser um feriado, um feriado no mundo; um feriado internacional; um dia em defesa da vida, da dignidade, da qualidade de um viver e envelhecer em um mundo onde todos tenham direito à solidariedade, à igualdade e à liberdade; um dia para debater o desemprego, a fome, a educação, a saúde, a habitação, a humanização dos presídios.

Nesse dia, discutiríamos também uma nova previdência universal, com direitos iguais para todos, em que pobres e idosos não seriam discriminados. Nesse dia, o mundo discutiria um salário mínimo justo para garantir a todos o direito de viver e envelhecer com dignidade.

Imaginem que maravilha seria se, no próximo dia 10 de dezembro, o mundo parasse, o mundo parasse para discutir políticas de paz, de igualdade, de vida e pelo fim definitivo das guerras!

Que bom seria se, em cada dia 10 de dezembro, o mundo parasse não para guerrear, mas para cantar, para dançar e celebrar a solidariedade entre os povos.

Que bonito seria se as pessoas das mais diversas origens, culturas, etnias e religiões debatesses e trocassem idéias que apontassem para a construção de um mundo melhor para todos.

Ah, seriam inesquecíveis os 10 de dezembro!

Em 10 de dezembro, negros, brancos, índios, orientais, enfim, todos estariam debatendo políticas públicas a serem adotadas em todos os países, políticas que viessem fortalecer uma visão fraternal na humanidade.

Que bom seria se, nos dias 10 de dezembro, surgisse, da interação entre os povos, uma amizade permanente e a conseqüente derrubada de todos os preconceitos.

Temos a convicção de que os debates promovidos em um único dia, no mundo todo, nos levarão ao fim da pena de morte, das torturas e dos cárceres onde as pessoas são tratadas como se não fossem seres vivos.

Insisto: como seria interessante se, nos dias 10 de dezembro, líderes de todo o planeta, de todas as nações, discutissem a importância da saúde, da alimentação, do meio ambiente, do combate à miséria.

Nesse dia, os patrões buscariam o entendimento com os empregados para que eles também participassem dos lucros das empresas, teoria da época de Napoleão que até hoje a maioria dos países não adotou.

Dez de dezembro. Nesse dia, teríamos como mandamento pensar no papel que cada um tem em defesa de uma sociedade efetivamente humanitária.

Dez de dezembro. A forma de pensar do mundo será alterada. Veremos nesse dia judeus e palestinos falando em paz, falando em harmonia.

Veremos as Coréias unidas num único linguajar, num único tom, embaladas pela mesma música.

Dez de dezembro. Os monges tibetanos teriam conquistado seu espaço em harmonia com o povo chinês. A independência tão sonhada seria conquistada.

Nesse dia, Cuba estaria em sintonia com os Estados Unidos. Nós não ouviríamos mais o termo “bloqueio econômico e social”.

Nesse dia, celebraríamos o fim da guerra no Iraque, o fim dos conflitos no Irã e, mesmo aqui na América, veríamos sentados à mesma mesa os Presidentes da Venezuela, Hugo Chávez; dos Estados Unidos, Barack Obama; da Bolívia, Evo Morales; do Equador, Rafael Correa e, com certeza, como um grande mediador, estaria também, o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aí, sim, as diferenças seriam superadas.

Nesse dia, seria anunciado que lá, na terra dos meus antepassados, na África, não existiria mais fome, não haveria mais miséria nem guerras.

Nesse dia, todas as divergências religiosas e éticas seriam coisas de um passado triste.

A livre orientação sexual e a liberdade religiosa seriam reais, como direito absoluto.

Sr. Presidente, quero concluir porque sei que o tempo já terminou.

Mas lembro que um dia li um pequeno texto de um monge budista, que dizia que uma gota de água carrega em si a essência dos oceanos.

Porém, só, ela é simplesmente uma gota, sujeita a evaporar a qualquer momento.

Dizia ainda o texto que, se essa gota for jogada no oceano, imediatamente ela se torna esse oceano.

Vamos juntar, no dia 10 de dezembro, as gotas espalhadas pelo mundo e formar um imenso oceano de luta pelos direitos humanos.

Um oceano humano no qual predominem as mais diversas formas e cores, as múltiplas culturas, os mais distintos idiomas...

Enfim, uma imensidão de todas as idades, gêneros e crenças, debatendo com cada pessoa, mesmo dentro de sua casa, pode contribuir para fazer do mundo um lugar melhor para todos.

Nesse dia, os jovens parariam para discutir o fim da violência e formas de combater as drogas. Drogas essas que invadem os nossos lares e seqüestram as nossas pessoas mais queridas.

Dez de dezembro, enfim, poderia ser a estrela a iluminar todos os lares do planeta.

Termino, Sr. Presidente, e confesso a V. Ex^a e ao Ministro Paulo Vannuchi que eu pretendia ler cada um dos artigos na Conferência. Não lerei todos aqui, apenas um e termino.

Se dependesse de mim, no dia 10 de dezembro, a humanidade deveria ler e incorporar à sua vida o que está disposto em *Os Estatutos do Homem*, escrito pelo grande Thiago Mello.

Escrito em 1964, em Santiago, no Chile, o texto contém 13 importantes artigos, que são belíssimos. Não lerei todos, citarei somente um, o artigo IV:

Fica decretado que o homem não precisará nunca mais duvidar do homem. Que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, neste final, permitam-me, tenho meia dúzia de frases a dizer. Sei que tudo o que eu disse pode passar aos senhores que sejam idéias de um sonhador. Bem, acredito que a conquista de nossos sonhos dependem exclusivamente de nós, de cada um de nós.

Por isso, que todos tenhamos esse sonho coletivo de um mundo em que a paz seja uma constante, em que o viver seja mais humano, igualitário e justo para todos.

Vida eterna à Declaração Universal dos Direitos Humanos!

Dez de dezembro, um dia para pensar, para amar, para se doar ao próximo.

Vida eterna aos ideais que norteiam a caminhada de todos aqueles que dedicam suas vidas a essa tão importante causa!

Dez de dezembro, esta data é universal. Este sonho pode, sim, ser realidade.

Que Deus abençoe o 10 de dezembro, dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Um abraço a todos.

Desculpe pelo tempo.

Valeu! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência pede a colaboração dos Srs. Senadores, pois temos ainda inscritos os Senadores Pedro Simon, João Pedro, Marcelo Crivella, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy, Tião Viana, a Senadora Rosalba Ciarlini, o Senador Inácio

cio Arruda e a Senadora Serys Slhessarenko. São treze oradores inscritos, e nós pretendemos ainda conceder a palavra ao Ministro Paulo Vannuchi e à Sr^a Kim Bolduc.

Por isso, pedimos a colaboração dos Srs. Senadores para que exercitem, em sua plenitude, a capacidade de síntese, como sabe fazê-lo o Senador Arthur Virgílio.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para sintetizar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para sintetizar.

Eu abro mão da minha participação, Sr. Presidente, mas gostaria apenas que V. Ex^a me permitisse, daqui mesmo, do meu assento, congratular-me, nesta sessão histórica e solene do Senado Federal, com todos que devotadamente comemoram a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Mas eu não poderia, Sr. Presidente, deixar de citar aqui aquele que foi a primeira voz e o primeiro exemplo maior e, portanto, eterno do que hoje celebramos, que é Jesus Cristo.

Ele, em suas palavras, nos ensinou que, se amarmos uns aos outros como Ele nos amou, certamente cumpriríamos todos os direitos humanos, e com sobra. Não haveria sequer necessidade de se falar em tortura, de se falar em livre fronteira ou de se respeitar o direito à propriedade se o amor fosse praticado como Ele nos ensinou.

Então, Sr. Presidente, não posso deixar de, nesta sessão solene, registrar nos Anais a mensagem de Jesus Cristo, Ele, nosso grande patrono, no exemplo e nas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella, pela colaboração.

Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

Cumprimento o Senador Pedro Simon pela edição da Separata Declaração Universal dos Direitos Humanos – Ideal de Justiça, Caminho da Paz.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, depois da interpretação que V. Ex^a fez antes do meu pronunciamento – de que tenho fama de falar demais –, eu entendi...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não foi dirigido a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...e até já desconfiava de V. Ex^a, tanto que o meu pronunciamento está impresso. Eu peço a transcrição nos Anais, e

lamento. Mas isso infelizmente aconteceu. Nós estamos em um dia difícil – há problemas de vereadores, problemas de uma medida provisória da maior importância. Não podíamos deixar de realizar esta reunião, mas, como V. Ex^a está dizendo, temos de fazê-la com uma rapidez que não significa a não importância ao que está acontecendo. Eu só salientaria um fato muito importante. Ontem, na Bahia, os países da América Latina e o Caribe tomaram a decisão de que Cuba deve ingressar imediatamente naquela organização, terminando o absurdo que vinha acontecendo até agora. (Palmas.)

E, ao mesmo tempo em que isso acontece, há um movimento no sentido de que, exatamente, como primeiro ato do futuro Presidente dos Estados Unidos, ele encerre o que talvez seja hoje a chaga maior na Humanidade com relação à falta dos direitos humanos. É aquela penitenciária maldita que está lá em Cuba, dos Estados Unidos, que é a maior vergonha da Humanidade, que está na hora de fechar. Acho que o Presidente Obama responderá com altivez ao mundo inteiro. Como um dos grandes gestos do início de seu governo, que ele faça fechar aquilo que está ali.

Acho, Sr. Presidente, que é um grande dia. As nossas homenagens são realmente importantes, e eu só salientaria o seguinte: lá, nos Estados Unidos, o Congresso se reuniu para votar um empréstimo necessário, uma medida urgente para um problema da crise do sistema financeiro. Um trilhão e oitocentos bilhões de dólares para resolver o problema de uma crise do sistema financeiro, que, por falta de fiscalização, atuou de maneira desonesta no sistema de moradia.

E, para cada dólar investido, alavancava mais 80 dólares, e deu esse escândalo. Um terço dessa quantia praticamente resolveria o problema da fome no mundo inteiro. Quando se discute o problema da fome, um bilhão, são mendigas que aparecem; quando se discute o problema do sistema financeiro mundial, um trilhão e setecentos milhões.

Muito falta, Sr. Presidente eu não tenho dúvida nenhuma. Mas creio que se avançarmos juntos, nós haveremos de chegar lá. Tenho convicção absoluta, Sr. Presidente, de que estamos num grande caminho. Num caminho sem volta, onde se busca a paz e a justiça; onde o direito ao trabalho não esteja apenas na Declaração dos Direitos Humanos, pois quando Deus criou o homem, já existia: “*Ganharás o pão com o suor do teu rosto*”. Mas, tendo direito ao trabalho e direito a uma remuneração justa e digna, nós estamos a caminho, e tenho a convicção de que haveremos de chegar lá.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PEDRO SIMON.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

IDEAL DE JUSTIÇA, CAMINHO DA PAZ

BRASÍLIA – 2008

APRESENTAÇÃO

URGENTEMENTE

*É urgente o amor.
É urgente um barco no mar.*

*É urgente destruir certas palavras,
Ódio, solidão e crueldade,
Alguns lamentos,
Muitas espadas.*

*É urgente inventar alegria,
Multiplicar os beijos, as searas,
É urgente descobrir rosas e rios
E manhãs claras.*

*Cai o silêncio nos ombros e a luz
Impura, até dder.
É urgente o amor, é urgente
Permanecer.*

Eugénio de Andrade

Em: Até Amanhã, 1956, Portugal

A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem, agora, sessenta anos. Nascida no imediato pós-guerra, ainda no calor sufocante das bombas derramadas sobre Hiroshima e Nagasaki, ela lançou, para o mundo que saía de um dos conflitos mais odiosos da história, um olhar de esperança. Três anos antes, parecia que a humanidade havia sucumbido ao ódio, tamanha a barbárie de milhares de corpos mutilados sob escombros, último ato de uma história da vida real que não se quer esquecida, para não ser repetida.

Havia, então, um sentimento de reconstrução, não apenas das cidades e dos campos destruídos pela guerra, mas de todos os melhores valores igualmente feridos de morte nos corações e mentes de quem mandou acionar os gatilhos, os rastilhos e as válvulas de gás letal, em nome do poder, não importavam as milhões de vítimas inocentes. Era preciso fazer brotar, de novo, a semente do verdadeiro sentido de humanidade.

A propósito, lembro-me das palavras de “Flores sobre ruínas”, na obra “Hiroshima”, de John Hersey:

Por toda parte – sobre os destroços, nas sarjetas, nas margens dos rios, entre as telhas e as chapas de zinco dos telhados, nos troncos carbonizados das árvores – estendia-se um tapete verde, viçoso, otimista, que brotava até mesmo dos alicerces das casas em ruínas. O capim já escondia as cinzas, e flores silvestres despontavam em meio ao esqueleto da cidade. A bomba não só deixara intatos os órgãos subterrâneos das plantas, como os estimulara. Por toda parte, havia centáureas, uucas, quenopódios, ipoméias, hemerocales, bel-droegas, carrapichos, gergelim, capim e camomila. Principalmente

num círculo do centro, o sene vicejava numa extraordinária regeneração, não só entre os restos crestados da mesma planta, como em outros pontos, em meio aos tijolos e através das fendas do asfalto. Parecia que o mesmo avião que jogara a bomba também soltara uma carga de sementes de sene.

É assim que eu imagino o que inspirou os mentores da Declaração Universal dos Direitos Humanos: fazer florescer a esperança nos campos minados pela barbárie. Acreditamos que sempre haverá sementes de sene que, teimosas, brotarão entre as cinzas, em meio aos tijolos e ao concreto, e nas fendas do asfalto. Que haverá, igualmente sempre, uma semente de humanidade, que, a exemplo do mesmo sene, brotará no terreno arenoso do desdém.

É bem verdade que vieram, depois, tantas outras guerras: Vietnam, Kosovo, Bósnia, Afeganistão, Iraque... Vieram repetidos conflitos étnicos. Vieram milhões de refugiados, com seus esqueletos expostos pela inanição. Vieram, anos a fio, todos os tipos de segregação, racial, social, política, de género... Vieram as guerras civis não declaradas, com milhões de vítimas da violência, urbana e rural. Veio a fome, que mutila, hoje, um bilhão de seres humanos em todo o planeta. Vieram tantos muros, reais e virtuais, a separar dois mundos, um além dos limites do supérfluo, outro muito aquém do necessário. Vieram os “condomínios”, individuais ou coletivos, com todo o aparato de segurança, a demarcar até onde podem chegar os excluídos, muitas vezes pela loteria da própria vida. Vieram, enfim, quem sabe, os limites entre os quem têm, e os que não têm, de fato, direitos humanos, na sua plenitude.

Apesar da aridez da travessia, não se pode negar que muito se caminhou nestas seis décadas de vida – e de vida plena – da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É bom lembrar,

por exemplo, que, no início desta mesma caminhada, os negros, americanos eram obrigados a ceder seus lugares, nos coletivos, para os considerados, então, “cidadãos” brancos. Imagino que, naquele tempo, a tal Declaração Universal, mesmo que ainda engatinhando, tenha inspirado Rosa Parks a se rebelar contra esse verdadeiro desatino. Imagino, também, que tenha inspirado, sessenta anos depois, a eleição de um negro, para comandar os destinos do mesmo povo americano.

Mas, o que me motiva nesta publicação, fruto de minhas reflexões no plenário do Senado Federal, é que a realidade de todo o planeta mostra que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, embora com sessenta anos, ainda está muito longe de uma possível, e desejada, aposentadoria. Bom seria se ela pudesse descansar, mercidamente, nas prateleiras da História. Infelizmente, as nossas janelas, também as reais e as virtuais, ainda mostram que são muitos, em alguns casos bilhões, os que, quanto aos direitos e liberdades, sofrem distinção “de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento” ou outras. Isso, para ficar, apenas, em um dos seus trinta artigos.

O noticiário mostra, também, que populações inteiras são dizimadas, verdadeiros genocídios em pleno século XXI, gerados pela fome, por doenças plenamente erradicáveis, por lutas tribais, pela corrupção, pelo poder a qualquer custo, e por um sem-número de mazelas que persistem em todos os cantos e recantos do planeta. Não são raras as cenas de xenofobia, de perseguições étnicas, de segregação de povos e de territórios, entre outras. São os casos, por exemplo, da repressão explícita aos imigrantes na França, na Alemanha, na Espanha, na Itália; da fome em Zimbábue; das lutas entre tribos em tantos países africanos...

Uma mera pesquisa sobre alguns povos específicos é o suficiente para fortalecer a necessidade do cumprimento,

imediate, de todos os artigos da Declaração Universal. Também a título de exemplo, a perseguição ao povo cigano, na Itália, uma verdadeira xenofobia que muitos chegam a comparar com as perseguições do regime nazista, reproduzindo, agora, o que aconteceu nos tempos em que a mesma Declaração Universal foi concebida.

Portanto, a realidade demonstra a necessidade de um passo além de tudo o que foi declarado na Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 10 de dezembro de 1948. O documento continua sendo, passados tantos anos, atual. Sendo assim, é porque a realidade também mostra que os seus artigos ainda persistem necessários, certamente longe do que desejavam os seus idealizadores. Mostra que a travessia tem, ainda, um longo caminho a ser percorrido.

O ser humano idealizado na Declaração Universal tem fortes correlações com o homem projetado à imagem e semelhança do Criador. “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”, diz o primeiro artigo da Declaração. “Eu entrego a vocês todas as ervas que produzem semente e estão sobre toda a terra, e todas as árvores em que há fruto que dão semente: tudo isso será alimento para vocês”, declara o primeiro capítulo de “Gênesis”. Quem sabe o Criador queira nos dizer que os dispositivos da Declaração são sementes de sene, a serem lançadas nos campos devastados pela falta do cumprimento dos direitos humanos, nos nossos tempos. “Flores sobre ruínas”. Que Ele queira, também, nos relembrar que nos criou dotados de razão e consciência. E que nos falta, enfim, o tal espírito de fraternidade.

SENADOR PEDRO SIMON

1. A GÊNESE

Há 60 anos, no dia 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) – então composta por apenas 58 Estados-Membros – dava a luz à Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que, nas últimas seis décadas, tem servido de baliza para o tão almejado encontro da humanidade consigo mesma.

Aquela época, a necessidade desse encontro havia se evidenciado de forma dramática e inequívoca durante a Segunda Guerra Mundial, conflito de inédita amplitude destrutiva que deu ensejo à criação da ONU. De fato, a humanidade buscava uma forma de reconhecer-se como tal depois do terror dos campos de concentração nazistas, onde milhões de seres humanos foram cruelmente assassinados em nome da intolerância racial. Procurava reconciliar-se depois de conhecer a força sufocante da bomba atômica que, num átomo, silenciou as cidades de Hiroshima e Nagasaki, reduzindo a nada o valor da vida.

A guerra havia mostrado o fracasso da Liga das Nações, entidade concebida ao término do primeiro conflito mundial para manter a paz e a segurança no planeta e estimular a cooperação internacional, objetivos básicos também assumidos pela ONU, ao lado da defesa dos direitos humanos.

Gestada a partir de 1942, quando 26 países assumiram o compromisso de lutar juntos contra as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), a ONU diferenciou-se da an-

tecessora exatamente por abrigar esse novo objetivo. Assim, a promoção dos direitos humanos – síntese máxima da Declaração Universal – ingressou na Carta das Nações Unidas, firmada em 1945 pelos países aliados, fundadores da organização, grupo que incluía o Brasil.

Nem mesmo a divisão desses países em blocos opostos, segundo sua adesão ao capitalismo ou ao socialismo, impediu que eles decidissem complementar a Carta da ONU com um guia para garantir os direitos de todas as pessoas, em todos os lugares, sempre. Após dessa decisão, estava a certeza de que somente a proteção ao direito de todos poderia assegurar os direitos das minorias e evitar futuros conflitos armados.

Até chegar ao documento que hoje se conhece, houve muito esforço e longos debates, conduzidos com doçura e firmeza por Eleanor Roosevelt, ex-primeira dama dos Estados Unidos, eleita por votação direta para coordenar os trabalhos de elaboração do documento. Ela presidiu o Comitê de Direitos Humanos, grupo incumbido de elaborar o rascunho da Declaração Universal e composto por 18 pessoas de diversas formações políticas, culturais e religiosas, provenientes de oito países selecionados com base em sua distribuição geográfica. Desse grupo também participou o Brasil, representado pelo imortal jornalista Austregésilo de Athayde.

Devo dizer que não foi sem discordâncias que se elaborou a Declaração Universal. Pelo contrário. Eram permanentes as polêmicas e os embates travados pelos membros de blocos opostos em função de suas distintas visões de mundo. De um lado, o bloco capitalista ocidental buscava a reafirmação das liberdades clássicas do indivíduo, cen-

trando sua atenção na defesa dos direitos civis e políticos. Do outro, o bloco socialista oriental tentava estabelecer o privilégio do coletivo sobre o indivíduo, fosse em prol da harmonia social, fosse em defesa da ordem e da autoridade, religiosa ou secular, mediante a defesa dos direitos sociais, econômicos e culturais.

Dessa disputa, emergiu o texto que foi submetido ao exame da Assembleia Geral da ONU e aperfeiçoado com sugestões de mais de 50 países, que participaram da redação final do documento. Por representar o maior consenso possível no campo dos direitos humanos naquele momento, a minuta de Declaração Universal recebeu o aval unânime de 48 países, num processo de votação que ainda registrou duas ausências e oito abstenções.

Não por acaso, Austregésilo de Athayde encerraria o discurso solene da sessão que adotou o documento reportando-se à alegria do Brasil por ter levado “um pouco de sua experiência e de seu idealismo a essa obra comum das Nações Unidas, convencido de que a Declaração Universal dos Direitos Humanos abrirá à humanidade uma nova era de liberdade e justiça”.

Como fruto do dilema entre preservar a civilização ou sucumbir à barbárie, pouco antes corporificada no nazifascismo, a Declaração Universal realmente acenava com o descortinar de novos e melhores tempos. Isso porque constituía a mais perfeita síntese dos avanços éticos da humanidade, seja por abranger o reconhecimento dos direitos civis e políticos (de natureza individual) e dos direitos econômicos, sociais e culturais (de cunho coletivo), seja por afirmar a indivisibilidade e a universalidade do conjunto desses direitos.

Ademais, ao posicionar o ser humano no palco das relações internacionais e a dignidade humana como fio condutor de toda ação do Estado, a Declaração Universal humanizou o direito internacional e tornou-se referência para a elaboração de diversos ordenamentos jurídicos nacionais, a exemplo da Constituição brasileira de 1988. Também deu origem a uma rede de proteção atualmente formada por mais ou menos 80 pactos, protocolos, tratados e convenções internacionais que reverberam pelo mundo o respeito devido aos direitos de todos nós, sinalizando o aumento da busca pela concretização do ideal de justiça, caminho certo da paz.

2. A TRAVESSIA

A promessa de melhores tempos lançada com a adoção da Declaração Universal até hoje não se cumpriu plenamente, como teima em provar a triste realidade de contínuas violações dos direitos humanos das últimas décadas. Para que se tenha uma idéia da gravidade do quadro, basta recordar alguns casos de violação mais notórios na atualidade: o abandono de milhões de pequenos órfãos na África, em decorrência das mortes causadas pela AIDS; as torturas praticadas pelos soldados norte-americanos nas prisões de Abu Ghraib e de Guantánamo; o genocídio em curso no Sudão; a sucessão de mortes de crianças indígenas no Brasil, por desnutrição; a seqüência de abusos sofridos por mulheres, crianças e bebês no Congo; as execuções judiciais de prisioneiros nos Estados Unidos; o longo bloqueio econômico a Cuba; a exploração sexual de crianças e adolescentes em quase todos os cantos do planeta; o analfabetismo no Haiti e na Guatemala; os assassinatos promovidos pela máfia no Japão e na Itália; o trabalho em condições análogas à escravidão na China; a violência endêmica nas grandes metrópoles; a violação sexual de mulheres por soldados russos na Chechênia; o desemprego estrutural nos países da América do Sul; os atentados terroristas na Espanha e na Índia; a xenofobia na França; o crescente mapa da miséria em todo o mundo... Em resumo, uma lista vergonhosa e infundável de atrocidades.

De início, atribuiu-se o malogro da promessa de melhores tempos à falta de obrigatoriedade da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tida como um simples compromisso moral das nações, como se isso pouco ou nada representasse. Logo, para suprir essa carência de trânsito forçado, impunha-se que a proteção dos direitos humanos fosse garantida por meio de um pacto ratificado pelos Estados-Membros.

Entretanto, a divergência de perspectivas dos países capitalistas e socialistas – pivô da guerra fria que pairava sobre o mundo entre os anos 50 e 80 do século passado – inviabilizou a adoção de um instrumento único. A queda-de-braço travada entre as maiores potências da época (Estados Unidos e União Soviética), além de impedir o fluxo regular das negociações e protelar a conclusão dos trabalhos no âmbito do Comitê de Direitos Humanos, resultou na escritura de dois documentos, adotados pela ONU em 1966: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Com força de lei internacional, eles entraram em vigor a partir de 1976 e 1985, respectivamente, garantindo a fixação de parâmetros de proteção mínimos para todos os seres humanos.

Contudo, a existência desses parâmetros em documentos apartados e a disputa inglória entre os países capitalistas, que advogavam a imediata aplicação do Pacto dos Direitos Civis e a progressiva implementação do Pacto dos Direitos Sociais, e os países socialistas, que defendiam justamente o oposto, deram fôlego novo ao questionamento da tese de indivisibilidade e universalidade dos direitos humanos.

Desautorizando tal abordagem, as duas conferências mundiais de direitos humanos, realizadas na cidade de Teerã em 1968 e na cidade de Viena em 1993, reiteraram o entendimento de que os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes.

Devo dizer que, no intervalo entre essas conferências, houve uma sensível modificação no cenário mundial, sem que se cumprisse a promessa de melhores tempos, desenhada na Declaração Universal. Do advento da guerra fria, que deu margem ao recrudescimento da ditadura em vários países, passou-se ao fenômeno da globalização econômica, que tem beneficiado pouco mais de um terço dos habitantes do planeta em detrimento dos outros dois terços da humanidade, submetidos a condições de vida cada vez mais precárias.

Com efeito, a busca obsessiva da eficiência e da máxima competitividade, lastreada no avanço tecnológico e na informatização, tem provocado o aumento da pobreza e da miséria mundo afora, por meio do desemprego estrutural, da exploração de mão-de-obra barata, do desmonte da previdência pública e do “enxugamento” do Estado.

Nesse contexto, responsabiliza-se o pobre por sua própria pobreza e por tudo o que há de mais negativo: superpopulação, epidemias, destruição ambiental, vícios, tráfico de drogas, exploração do trabalho infantil, fanatismo, terrorismo, violência urbana, criminalidade. Enquantanto, o rico constrói grades protetoras ao redor de si e, para exercer livremente os seus direitos, cobra medidas enérgicas do Estado, exacerbando a intolerância contra os “diferentes”.

O Estado, por seu turno, com os olhos voltados ao mercado e centrados, especialmente, no resultado da Bolsa de Valores, convive com a corrupção e faz pouco caso do valor humano, levando as pessoas à indiferença com a direção do seu destino coletivo e à adoção de um comportamento cada vez mais egocêntrico e inconseqüente.

Ausente no mundo dos “diferentes”, o Estado legal, à sua revelia, é substituído pelo Estado paralelo, notoriamente comandado pelo narcotráfico. Vem daí, por exemplo, a milícia, que avoca para si o “direito” de prender, julgar e condenar alguns seres humanos, na grande maioria das vezes à pena capital. Aos “diferentes”, a milícia, travestida de polícia. Aos “iguais”, a justiça, moldada pela impunidade.

Os meios de comunicação de massa, com raras e honrosas exceções, reforçam essa tendência, ao privilegiar o sensacionalismo, a futilidade e a violência. Para vender mais, não costumam se importar com o conteúdo do seu produto, usualmente divorciado de qualquer relação com a carência que o desamparo na educação, na saúde e no trabalho vem gerando na humanidade. São meros agentes do mercado, do mundo dos “iguais”, numa apologia ao ter, no lugar do ser.

O esgarçamento do tecido social assim produzido oferece o meio propício para a ocorrência de todo tipo de violação dos direitos humanos ou, na melhor das hipóteses, para a permanente ameaça que paira sobre eles, colocando em xeque o avanço civilizatório representado pela Declaração Universal e seus corolários.

Contudo, esses fatos não conseguiram soterrar a promessa de melhores tempos nela veiculada. Paralelamente à seqüência de violações a que deram ensejo, verificou-se o

crescimento e a consolidação da idéia de cidadania planetária, animada pelo arraigar da tese da interdependência, da indivisibilidade e da universalidade dos direitos humanos.

Nesse movimento de globalização em prol do ser humano, tem sido central o debate sobre a questão da diferença. Repelida nos instrumentos internacionais que oferecem proteção geral, genérica e abstrata, por ter sido usada como justificativa para exterminar e destruir, a diferença começou a ser invocada para evidenciar a necessidade de conferir respostas específicas à proteção de determinadas pessoas, grupos ou situações mais vulneráveis às violações. Converteu-se, assim, em critério básico de inclusão social, posto que os desiguais merecem receber tratamento especial.

De fato, é com base na valorização da diferença para o alcance da efetiva igualdade que vieram a lume os demais instrumentos formadores da espinha dorsal da normativa mundial de proteção dos direitos humanos: a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966; a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, de 1979; a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de 1984; a Convenção Sobre os Direitos da Criança, de 1989; e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006.

Com o aporte desses diplomas, que reiteram, atualizam e ampliam os termos da Declaração da ONU de 1948, o cabedal de proteção internacional de direitos humanos vai além das garantias de natureza civil, política, econômica, social e cultural, para incluir, também, o direito à solidariedade. Este se desdobra em direito à

3. RUMO À UTOPIA

No decorrer do século XX, o ser humano viveu em ritmo absolutamente frenético um número sem-fim de experiências, cada uma mais intensa do que a outra. As sucessivas descobertas tecnológicas permitiram-lhe fabricar armas superpotentes, instrumentos de precisão inimaginável, veículos massivos de difusão de informações e meios de transporte ultravelozes. Tudo isso provocou alterações substanciais no conhecimento que ele tinha de seu espaço, de sua história e de si mesmo.

Nesse processo de desconstrução, todos os grandes cursos que guiavam o homem foram postos sob suspeita, quando não definitivamente aniquilados, deixando-o sem rumo. Para garantir a sua sobrevivência, julgou ser necessário, então, tomar o caminho da intolerância: passou a investir contra tudo o que lhe parecesse diferente, buscando – na violência – resposta para os seus problemas.

O triste saldo da última guerra mundial mostrou o equívoco dessa escolha, colocando o ser humano de frente com o imperativo de eleger o caminho da solidariedade em nome de sua autopreservação. Assim nasceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos; germe da cultura de respeito e tolerância a ser instalada em todo o planeta.

Há quem hoje despreze o conteúdo da Declaração, nele apontando falhas que seriam responsáveis pelas crescentes violações de direitos humanos, sobretudo a gene-

diferença, direito ao desenvolvimento, direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e direito à paz.

Portanto, no plano da legislação, da idéia do que deve ser o mundo, caminhamos, quem sabe, para um ambiente de fraternidade universal. No plano fático, porém, vivenciamos, no século XXI, uma realidade que mais se parece com o obscurantismo medieval e o estado mais que primitivo de predação do homem pelo homem. Para preservar a espécie que foi criada à imagem e à semelhança de Deus, precisamos resolver esse impasse e realizar, juntos, a utopia da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

ralidade no trato das pessoas, sem considerar as profundas diferenças que as isolam no mundo real. Nessa linha de raciocínio, o surgimento de diplomas internacionais, voltados à proteção de determinados segmentos ou de situações específicas, seria a prova definitiva da decrepitude do texto da Declaração.

Talvez essa atitude seja reflexo de uma era de mudanças velozes e de uma cultura de menosprezo ao passado, que se revela no desrespeito generalizado aos idosos, grupo a que a sexagenária Declaração Universal passou a pertencer a partir de 2008.

Todavia, não se pode desconsiderar a força e a atualidade desse documento, que resistiu incólume a alterações de toda ordem no cenário mundial nas últimas seis décadas, com adesão sempre crescente. Convém lembrar, a propósito, que surgiram dezenas de novos países desde o nascimento da Declaração e que a maioria absoluta das nações do planeta não teve dificuldades para aceitar seus dispositivos e incorporá-los à legislação doméstica.

Convém lembrar, ainda, que esse documento tem inspirado as lutas reivindicatórias de todos os oprimidos, cujas conquistas se expressam no significativo conjunto de tratados e mecanismos internacionais a que os Estados aderem voluntariamente, cientes de que sua postura denuncia o avanço civilizatório de seus povos.

Convém lembrar, por fim, que a Declaração Universal deu ensejo à inclusão do ser humano no palco das relações internacionais, antes monopólio absoluto dos Estados, que tinham o poder não contestado de vida e morte sobre seus nacionais. Deflagrou, assim, um processo irreversível e contagioso de democratização, dentro e fora dos Estados,

um processo que hoje chega a questionar a própria estrutura da ONU, anacrônica no poder de veto conferido aos Países-Membros do Conselho de Segurança num contexto histórico muito distinto do contemporâneo. Cuida-se, em suma, da cidadania planetária, única forma de fazer frente aos problemas igualmente planetários com que nos deparamos neste momento.

Portanto, é inadmissível o argumento da caducidade de a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento talvez constitua a única grande narrativa que sobreviveu ao século XX, marcado pela velocidade e pela fragmentação em todos os sentidos. Isso porque ela inseriu na agenda política internacional a questão dos direitos humanos, que, na sua complexidade, aponta para um plano de utopia, uma idéia reguladora, um horizonte que nunca poderá ser alcançado porque está sempre mais além, mas sem o qual, não saberíamos sequer para onde ir.

A observância efetiva dos direitos humanos nas políticas e práticas das nações e na experiência das pessoas, no entanto, constitui outra questão. O desrespeito aos direitos humanos faz parte do cotidiano mundial e, para citar o caso apenas do Brasil, atinge um número cada vez maior de pessoas, privadas do mínimo necessário à sua existência: meninos e meninas perambulam pelas ruas das metrópoles; desempregados são forçados a morar ao relento; idosos morrem aos poucos, à míngua de assistência médica; crianças e adolescentes são mantidos no trabalho precoce, longe da escola, e acabam mutilados pelos equipamentos de serviço; meninas são submetidas à violência e à exploração sexual, fantasia que perturba também a vida dos meninos de forma crescente; trabalhadoras deixam seus filhos tran-

Importa enfatizar que a Declaração Universal traz o alerta de que a violação de um direito coloca todos em perigo. Se nos omitimos diante de uma violação, permitindo que um direito seja desrespeitado, deixamos implícito o nosso aval a todas as demais violações.

Daí por que não há espaço para meio comprometimento com a causa dos direitos humanos. A sociedade de inteiros por ela desenhada clama pela defesa integral de cada um de nós: indivíduos, sociedade e Estado somos todos solidariamente responsáveis por assegurar ao ser humano a condição de portador de direitos e por repelir a idéia de que haja uma casta de cidadãos com mais direitos do que os outros; uma casta que defina que direitos ignorar, de quem e quando.

Por isso, precisamos logo assumir a responsabilidade que nos cabe na construção de uma sociedade justa e democrática, que garanta efetivamente os direitos proclamados na Declaração Universal.

Como fazer isso? Podemos – e devemos – estimular a reflexão e a formação de espírito crítico, para o aprimoramento ético de toda a sociedade. Podemos formar grupos a fim de debater e procurar as soluções mais justas para os problemas que nos afligem. Podemos buscar conhecer nossos direitos e nossos deveres, pesquisando e divulgando a legislação nacional e os documentos internacionais para levar adiante a tarefa de consolidação da democracia pelo efetivo respeito aos direitos humanos como direitos de todos.

Também podemos – e devemos – aplicar os postulados da Declaração em nosso cotidiano, respeitando o outro com todas as suas diferenças e reconhecendo nele nosso igual. Para isso, basta termos em mente que os direitos hu-

cados em casa por falta de creches; presidiários, jovens da periferia e trabalhadores semi-terra são executados...

Esse quadro de horror mostra a distância abissal que existe entre a teoria e a prática acerca do respeito aos direitos humanos. No Brasil, a questão do orçamento é bastante elucidativa: embora a lei orçamentária contemple a área social com recursos consideráveis todos os anos, o contingenciamento de boa parte desses recursos também é regra, impedindo sua liberação e aplicação, sem falar nos desvios e ralos abertos pela corrupção.

Os fatos listados denunciam a necessidade de um maior engajamento de todos em defesa dos direitos humanos, sobretudo os econômicos, sociais e culturais, cotidianamente violados ou, na melhor das hipóteses, ameaçados. Denunciam, ainda, a necessidade de romper o processo circular e vicioso sustentador de um Estado que se mostra autoritário e violento para com a grande maioria da população, enquanto se revela dócil e transigente aos interesses da elite.

Apesar do quadro desolador, o aumento do número de pessoas, entidades e governos sensíveis à causa dos direitos humanos levanta a crença que ainda há esperança. Pluralista, polissêmico e polêmico, o movimento em prol dos direitos humanos é o único a ter uma linguagem, uma abrangência, uma articulação, uma organização que supera as fronteiras das nações. Ademais, verifica-se o contínuo fortalecimento da Declaração Universal protagonizado pelos instrumentos internacionais obrigatórios de proteção aos direitos humanos e pelas Conferências Mundiais da ONU. Assim, possivelmente se vislumbra o começo de uma verdadeira cultura dos direitos humanos, uma cultura de paz.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os meus cumprimentos ao Senador Pedro Simon e o meu agradecimento pela colaboração.

O Senador Pedro Simon acaba de comprovar que o tempo não compromete a qualidade. O que importa é a qualidade do pronunciamento e não a sua duração.

V. Ex^a será atendido com a publicação, nos *Anais* da Casa, do seu trabalho literário “Declaração Universal dos Direitos Humanos: Ideal de Justiça, Caminho da Paz”.

Nós registramos a presença da Sr^a Rosa Castália França, representando a Fundação Nacional de Saúde; e da Sr^a Selma Souza, Presidente do Conselho de Direitos Humanos de Camacã.

Passamos a palavra ao Senador João Pedro, do PT.

V. Ex^a está com a palavra.

Em seguida, o Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Excelentíssimo Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, que compõe a Mesa; Sr^a Kim Bolduc, Representante do Pnud no Brasil; Sr. Cláudio José Montess, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Embaixadores presentes; Vicent Defourny, da Unesco; José Tubino, da FAO; Javier López, do Alto Comissariado das Nações Unidas; representantes de entidades não-governamentais, que participam desta sessão solene, meu companheiro do Senado, representante da região amazônica, José Nery, autor do pedido de realização desta solenidade, quero dizer da minha alegria de o Senado ter sobrestado uma discussão tão importante para o País. Foi um gesto importante do Senado suspender uma votação no meio para uma reflexão mais do que uma solenidade, visando reafirmarmos um documento, um pacto depois da 2^a Guerra Mundial.

A Segunda Guerra Mundial foi um corte no século XX. Nada melhor que o pós-Segunda Guerra Mundial, pós-bomba atômica, pós-massacre ao povo judeu, pós-vidas sucumbidas do povo do Leste Europeu, da Europa, do Brasil que fez parte da Segunda Guerra Mundial para ter a humanidade a sensatez de elaborar a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sessenta anos depois, nós estamos aqui, no Senado do Brasil, com uma representatividade de organismos internacionais, da sociedade civil organizada, de Senadores dos Estados brasileiros refletindo sobre esse documento tão importante, tão atual! Sessenta anos, tão atual! É preciso que os atuais governantes reflitam sobre esse documento. Leiam o documento. É hora de reafirmar esses princípios.

Agora, sábado, 13 de dezembro, vários articulistas, vários pronunciamentos refletiram sobre o Ato Institucional nº 5, que completou 40 anos.

E estava lembrando aqui, enquanto o Senador Cristovam Buarque lia artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sobre o direito ao casamento. O Ato Institucional nº 5 dava poderes ao Presidente de então, um general ditador, de suspender, de impedir o casamento. Tanta força tinha o Ato Institucional nº 5!

Senhores, a Declaração continua atual. Mais 5 dias, vamos lamentar a perda de um homem lá da Amazônia, lá do Acre, da terra da Senadora Marina Silva, do Senador Tião Viana: a perda de Chico Mendes. (Palmas.)

Esse homem há 20 anos pautou a questão ambiental, tão presente nos dias de hoje.

Enfim, serei breve. Mas quero dizer desse gesto da humanidade, há 60 anos, da clareza dele e da importância de renovarmos a celebração da justiça da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sr. Presidente, para finalizar, poderia deixar de mencionar aqui o sofrimento do povo palestino que luta por uma pátria, por um Estado. É hora de combinarmos esse direito do povo palestino à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Da mesma forma como fez o Senador Pedro Simon, eu não poderia deixar de criticar essa estupidez dos Estados Unidos em manter um presídio em Cuba e presidiários da forma como estão. O nosso repúdio a esse gesto.

Quero dizer também da minha esperança de o Presidente Barack Obama, após 20 de janeiro, derrubar essa agressão ao povo cubano, determinando o fim desse bloqueio tão perverso às crianças, à juventude, ao povo cubano, que compõe chamadas de esperança para a humanidade.

Parabenizo o Senador Nery, mas parablenizo também todos vocês que estão aqui celebrando a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Registramos a presença do ator Gilberto Miranda, representando o Movimento Humanos Direitos.

Com a palavra, pela Liderança do PSDB, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; ilustre Ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; ilustríssimo Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, ex-Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos e Juiz eleito da Corte Internacional de Justiça de Haia; Sr^a Kim Bolduc, representante do Pnud no Brasil; Senador Cristovam Buarque, co-autor do pedido, aprovado por todos nós, desta sessão solene

em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; do mesmo modo e pela mesma razão, saúdo o Senador José Nery; Sr. Vincent Defourny, representante da Unesco no Brasil; Sr^{as} e Srs. Embaixadores e demais membros do corpo diplomático; senhoras e senhores presidentes, diretores e representantes de entidades protetoras dos direitos humanos; senhoras e senhores presidentes, diretores e representantes dos sindicatos e de entidades de classe; senhoras e senhores, tentarei ser bastante sucinto, até porque pretendo colocar uma abordagem talvez nova nesta sessão em relação à questão dos direitos humanos.

As classes médias no Brasil acordaram para a tortura, que sempre foi uma prática muito comum nos porões das prisões, no momento do enfrentamento entre grupos de esquerda e o poder ditatorial constituído àquela época no País, no período entre 1964 e 1984, com ênfase para o pós AI-5. Mas até hoje há tortura nas prisões brasileiras. Se temos a clara consciência de que não há uma ditadura no País e que vivemos a plenitude do regime democrático tal como foi possível atingi-lo, imagino que temos de ampliar a nossa visão em relação à questão fundamental dos direitos da pessoa. Continua havendo tortura nas prisões.

Não consigo imaginar que os direitos humanos estejam protegidos se continuarmos permitindo a ruína do meio ambiente.

Não consigo supor que estejamos sendo justos com as pessoas deste País, com os trabalhadores sobretudo, se não formos capazes de modernizar, aparelhar e humanizar o sistema de transporte de massa no Brasil.

Do mesmo modo, não há proteção efetiva aos direitos da pessoa se não há moradia, Senador Paim, moradia justa para todos, e emprego.

Aqui, algum dos oradores que me antecederam mencionou esta questão que julgo relevante e fundamental: o direito à livre opção sexual; a necessidade de um combate, em todas as frentes, ao racismo, que, em nosso País, é insidioso, porque é disfarçado e não é claro. Alguns insistem em que a figura do racismo não existe. Sabemos que ele está presente nas piadas de mau gosto, ele está presente muitas vezes nas relações de trabalho, está presente disfarçado por outros pretextos. Eu não diria que estamos vivendo uma situação de absoluta igualdade nesse campo. Basta lembrar que a maioria dos pobres brasileiros é composta de negros, e temos que perceber que, pelo lado econômico, quando nada - e não abro mão de imaginar que, pelo outro, também -, percebemos que há uma desvantagem muito clara para os negros neste País, que muito honrosamente, para todos nós, é um País de mestiços.

Não há proteção efetiva aos direitos das pessoas humanas, Ministro, se não temos a clara responsabili-

de em relação aos direitos do consumidor. Ele não pode ser lesado por falsa propaganda, não pode ser lesado por propaganda enganosa, não pode comprar um produto pensando que é outro. Isso me parece que é uma visão moderna, mais ampla da questão dos direitos humanos.

Eu não poderia deixar de falar na Justiça. Eu tenho exemplos em todas as cortes, da primeira à última instância, de juízes corretos. Tenho aqui uma frase do Ministro Cesar Asfor, que é o correto Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que compara o juiz covarde ao juiz corrupto, porque os resultados finais são os mesmos. Então, o juiz não deve se omitir na hora de julgar, o juiz tem que dizer com clareza o que pensa e arrostar as conseqüências do que pensa. Em muito isso contribuirá para que nós vejamos liquidadas as oligarquias que restam neste País.

O Congresso não pode se omitir de tomar as suas decisões. Aqui no Congresso, cada Parlamentar tem o direito de pensar como bem entender, faz parte do nosso entendimento democrático; mas a figura do muro, a figura da dúvida, a figura do “penso, mas não digo”... Parlamentar não foi feito para trabalhar em *off*: foi feito para trabalhar em *on the records*. Essa dubiedade de alguns não contribui para que tenhamos estabelecido um pleno regime de respeito aos direitos da pessoa humana.

Eu gostaria muito de registrar um fato – e eu falava ainda há pouco com o Senador Tião Viana sobre isso, os Senadores do Amazonas vão me compreender muito bem, e tenho a impressão de que os brasileiros todos também. Vejam se dá para se falar em direitos humanos respeitados no meu Estado do Amazonas, isso na Amazônia em geral, se ontem eu soube, por um Senador, um Colega me avisou que houve o naufrágio de um barco no Amazonas. Estava anunciado, no *on line*, o falecimento do Prefeito Fábio Cabral, recém-eleito para o Município de Tonantins, Prefeito do PPS, um querido amigo meu. Imediatamente, fiz um voto de pesar e lamentei, de maneira muito sentida, a morte dessa figura tão promissora para um Município que nem sempre tem sido tratado como seu povo merece. Eu via nele a cara da esperança. De manhã, notícias contraditórias nas rádios de Manaus: ele foi encontrado com a perna quebrada, sua esposa é que teria falecido, e mais três acompanhantes. Depois me chega o Senador João Pedro e diz: “Puxa, o Fábio não morreu, está são e salvo. Sua esposa é que está com a perna quebrada”. Aí outro diz que encontrou, outra rádio diz que não encontrou. O fato, a notícia mais confirmada é que, sem corpo, não temos a comprovação clara de que o Prefeito Fábio Cabral faleceu. Mas, até hoje, ele está desaparecido, essa é a verdade final, que eu só soube ainda há pouco.

No meu Estado, as pessoas são tão desprotegidas, há uma navegação fluvial tão absolutamente desumana

que, eu diria, a vida humana lá tem menor valor do que a vida humana em outros lugares deste País; assim como a vida humana neste País de insegurança tem menos valor do que a vida de um austríaco, do que a vida de um cidadão de qualquer país da Europa.

Eu ter passado doze horas sem ter certeza - como o Amazonas todo não tem - do que aconteceu de fato com alguém que sofreu um acidente é a demonstração mais cabal de que temos uma população desprotegida naquela região. Sei que estou universalizando este problema, esta inquietação, Deputado Wagner Lago, quando sei que isso é comum a todos os Estados da Região Amazônica. Não quero apequenar, tornar menor. Se aparece aqui alguma coisa que signifique protegemos de ditadura, de arbítrio cidadãos de qualquer latitude deste planeta, a minha assinatura e a minha tribuna estão à disposição, e estarão à disposição sempre.

Lembramos que temos 20 anos de Constituição, o que é positivo; temos 40 anos da edição daquela coisa horrorosa que foi o Ato Institucional nº 5, e isso hoje vejo que faz parte do crescimento civilizatório do nosso povo. Foi preciso passar por aquilo para termos o nível de democracia, Senador Inácio, que atingimos hoje. E, se temos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, tenho certeza de que, àquela altura, o legislador da ONU, quem engendrou essa bela proposta que correspondia a um estado de espírito da humanidade, sabia que não estava oferecendo uma solução pronta e acabada; sabia que não estava, sabia que era um começo, era um *start*, era um ponto de partida e que outras providências teriam que ser tomadas daí em diante, daí para a frente.

E vejo que, se nós nos conscientizamos de que é dever nosso proteger a democracia brasileira e é dever nosso consolidá-la e aperfeiçoá-la, nós só a aperfeiçoaremos, só a consolidaremos para valer se nós soubermos proteger os nossos índios, as nossas mulheres – e elas, sobretudo, se protegendo com a capacidade política e de organização que já têm; se nós soubermos garantir justiça, prendendo quem merece ser preso, mas não permitindo tortura a quem é encarcerado; se nós soubermos passar os olhos pelo consumidor; se soubermos passar os olhos pela Justiça brasileira; se soubermos passar os olhos por certas omissões do Parlamento; se nós soubermos cobrar, enfim, que este País observe o cidadão desde o problema maior, que atinge todos e que a todos empolga, até o problema menor aparentemente, mas que não é pequeno para quem o vive.

Entendo que seria essa a contribuição que eu poderia dar neste pronunciamento, deixando claro, Ministro, que tenho por V. Ex^a respeito, como tenho respeito por muitos adversários meus. Eu não consigo imaginar que a verdade esteja do meu lado de maneira absoluta, que só

haja valor no meu lado, só haja justiça no meu lado. Vejo o seu esforço. Às vezes, concordo; às vezes, não concordo, mas percebo em V. Ex^a um homem de boa-fé e que merece de mim muito acatamento e muito respeito.

Eu finalizo, buscando sintetizar, dizendo que tem tanto para se fazer no campo dos direitos da pessoa humana, mas tanto para se fazer que um dia ainda vai haver navegação segura no meu Estado e na minha região, e um dia as famílias vão poder saber se Fulano morreu ou não morreu de fato. Hoje, nós não podemos nos considerar neste século... O meu Estado, nesse campo, não é contemporâneo deste século, num País onde ainda há trabalho escravo, num País onde ainda há injustiça social a rodo. Temos muito o que fazer.

Para mim, é uma comemoração, é uma celebração do que já foi feito até aqui. Mas, para mim, também é uma conclamação à luta, porque nós não podemos nos dar por satisfeitos diante de tantos brasileiros que continuam desvalidos, como se o progresso que chegou a alguns não fosse também necessariamente, por legitimidade, extensivo a cada brasileiro, a cada cidadão do mundo que porventura clame por justiça ou que não tenha sequer como demandar. Alguém diz: “Vá à Justiça”. No interior do meu Estado, não há quem o defenda, ele não sabe que tem o direito de se defender, e os direitos dele são esbulhados sistematicamente, anonimamente. O pior massacre aos direitos da pessoa humana é aquele em que o massacrado é anônimo. Ele não tem como se defender. Ele não sabe sequer que tem o direito de se defender. Nós, todos os dias, com isso convivemos. Isso não tem tirado, talvez, o sono de tantos. É preciso que nós percamos um pouco do nosso sono em nome de um País mais feliz, mais justo, na direção de uma humanidade que, de fato, cumpra os desígnios de 60 anos atrás: garantir o respeito dos direitos da pessoa humana sem exclusões. Todas as pessoas humanas têm direito àquilo que era a intenção do legislador da ONU.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado Senador Arthur Virgílio.

A pedido do Dr. Antonio Narciso Pires de Oliveira, Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais e membro da Coordenação Brasileira pela Anistia (CBA/Brasil), eu solicito à Secretaria que faça constar dos Anais do Senado Federal esse documento sob o título “Em Nome da Memória, da Verdade e da Justiça!”.

Peço as providências para que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



EM NOME DA MEMÓRIA, VERDADE E DA JUSTIÇA!

As entidades defensoras dos Direitos Humanos vêm a público exigir a responsabilização dos torturadores, assassinos e seus mandantes por seus crimes praticados durante o tenebroso período da ditadura militar.

É essencial entender que a violência dos dias atuais é fruto da impunidade dos agentes públicos pelos seus crimes de lesa-humanidade praticados durante o regime de Terrorismo de Estado, que infelicitou por mais de duas décadas a nação brasileira.

A não responsabilização de crimes de torturas, assassinatos, seqüestros, violência sexuais, saques de casas de opositores e desaparecimentos forçados de militantes políticos tem sido um incentivo à corrupção de nossas instituições democráticas e a desmoralização dos valores humanos mais caros à Humanidade.

Para que a Sociedade brasileira conheça sua História de forma verdadeira é fundamental a abertura de todos os arquivos da repressão política. Os crimes da ditadura precisam ser conhecidos sem reservas ou censuras.

Nada justifica o silêncio sobre fatos, práticas e autores de crimes cometidos durante um regime ilegal e ilegítimo. Portanto, a Lei 11.111/05 por impedir o acesso aos arquivos da repressão após décadas dos fatos ocorridos, é uma afronta à Sociedade brasileira e uma clara tentativa de manter impunes os criminosos.

O Brasil precisa conhecer os autores e seus mandantes desses crimes imperdoáveis e imprescritíveis, bem como as circunstâncias em que ocorreram.

A Justiça brasileira, e em especial o Supremo Tribunal Federal, tão violentados pela ditadura militar, devem se pronunciar pela possibilidade judicial de responsabilização dos torturadores e seus mandantes, de forma clara e inequívoca. Nada justifica a omissão diante de fatos tão graves.

O parlamento brasileiro, vítima de tantas agressões durante o período de Terrorismo de Estado, precisa honrar os muitos parlamentares cassados, presos e perseguidos pela ditadura militar, que nunca calaram ou se curvaram.

O Presidente da República, Chefe do Estado e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas do país, tem a tarefa histórica de demonstrar que a Democracia não compactua com a ditadura e que criminosos não podem ser confundidos com profissionais honrados.

Só a instalação de uma **Comissão da Verdade e Justiça**, composta por personalidades idôneas e sensíveis, governamentais e da sociedade civil, poderá esclarecer esse passado tenebroso e não resolvido de nosso país. Essa **Comissão da Verdade e Justiça** deve ter o poder de apuração dos fatos e o papel de indicar o caminho para uma justa e verdadeira pacificação de nossa História.

- Pela punição aos torturadores e seus mandantes!
- Pelo esclarecimento dos crimes cometidos durante a ditadura militar!
- Pela abertura total e irrestrita de todos os arquivos da ditadura!
- Pela revogação da Lei 11.111/05
- Pela instalação de uma Comissão da Verdade e Justiça!

Que prevaleçam a Verdade e a Justiça!

Abaixo a ditadura e seus reflexos nos dias de hoje!

Viva a Democracia!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA) – Eu peço licença ao Senador Suplicy e aos demais Senadores inscritos para alterar a ordem e conceder a palavra ao Ministro Paulo Vannuchi, que necessita se retirar, com urgência, e falará, portanto, interrompendo a ordem dos oradores inscritos.

Peço a compreensão dos demais Senadores inscritos para ouvirmos a palavra do Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi.

O SR. MINISTRO PAULO VANNUCHI – Obrigada, Presidente Senador Alvaro Dias; Dr^a Kim Bolduc, Coordenadora do Sistema ONU no Brasil; Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, um dos grandes nomes dos Direitos Humanos no Brasil, e quem o País acaba de ter a glória de oferecer a Corte Internacional de Justiça; querido Senador José Nery, saudações a todos as Senadoras e Senadores, aos militantes dos direitos humanos que aqui estão; meus agradecimentos ao Senador Suplicy pela gentileza e compreensão, pois eu, às 13 horas, terei uma reunião com a Ministra da Justiça da Guiné Bissau. É um horário muito apertado, porque nós estamos em um debate tenso da XI Conferência Internacional dos Direitos Humanos. São 1.228 delegados, 700 observadores e 300 convidados, que não vêm a Brasília para dizer que está tudo bem, para bater palmas para as políticas oficiais; vêm para cobrar o que ainda não temos. Então, é preciso estar lá, acompanhando para que as resoluções sejam as mais construtoras de consensos possíveis, porque é de consensos que os direitos humanos necessitam muito.

O Senador Suplicy já me disse que vai apresentar um pouco do conteúdo da XI Conferência, mas eu queria registrar o aspecto histórico dela.

Em primeiro lugar, por ser a XI de uma série que nasceu entre a sociedade civil e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; ela se realizou anualmente até muito recentemente, quando se transformou em bienal e adquiriu uma chancela mais oficial. Pela primeira vez, esta ocorreu formalmente, oficialmente, nas 27 Unidades da Federação, com todos os governos estaduais se empenhando, sem prejuízo da diversidade e pluralidade.

Os Poderes Judiciário e Legislativo se envolveram e o tema central é revisão e atualização do Programa Nacional dos Direitos Humanos, que o Brasil já possui desde 1996, Governo Fernando Henrique Cardoso, quando era titular da área José Gregori, centrado, basicamente na primeira geração os direitos civis e políticos. Em 2002, ampliado, era titular da área Paulo Sérgio Pinheiro, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso. E preparamos agora a terceira edição, incor-

porando marcos internacionais em que o Senado teve um papel importantíssimo. Em 9 de julho, encerrou a tramitação da I Convenção da ONU do séc. XXI, dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em prazo recorde na história da tramitação no Brasil.

Nunca um tratado internacional teve um tratamento tão consensual, tão rápido, que reafirma – Senador Arthur Virgílio, agradeço-lhe as palavras respeitadas e generosas – o conteúdo que é preciso assegurar aos programas de direitos humanos numa visão mais do que de Estado, de Nação, porque são os poderes públicos e a sociedade civil. Os poderes públicos sozinhos não conseguirão enfrentar e superar os desafios de um país que – bem lembrado, pelo Senador Paim mesmo – nasceu de um genocídio indígena que vitimou cinco milhões de ameríndios, os primeiros brasileiros, que vitimou milhões de africanos capturados e trazidos num navio negreiro, que gerou o poema de Castro Alves – *Navio Negreiro*, que todos conhecem, a invectiva ao pavilhão pátrio:

Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Tu que, da liberdade após a guerra,
Foste hasteado dos heróis na lança
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!...

Como foi mortalha do africano seqüestrado e capturado e que era submetido diariamente ao pelourinho, que não era o nome de um bairro elegante de Salvador, que todos nós adoramos; era um instrumento de suplício, de tortura cotidiana que todas as cidades brasileiras possuíam.

Este País que ainda teve o ciclo do coronelismo, enxada e voto, como mostra nosso saudoso Victor Nunes Leal. No dia 16 de janeiro próximo fará 40 anos de mais uma onda de violência do regime militar, aposentadoria de Hermes Lima, de Victor Nunes Leal e um terceiro nome de que agora não me lembro; pelo AI-5. Comemoramos 20 anos de reconstrução democrática, em que os direitos humanos, além dos temas que aqui bem lembrados seguem nos interpelando, o Senado realizou bem o enfrentamento do trabalho escravo; a PEC 438 – eu vejo aqui alguns lutadores dessa causa – aguardamos, agora, a complementação na Câmara; o tema do respeito ao direito dos povos indígenas, as suas terras ancestrais.

Há um momento recente, altamente promissor, na decisão do Supremo, protelada, mas já com um placar que deve ser considerado irreversível; o enfrentamento da tortura, que também teve, em dezembro de 2006, a tramitação completa aqui do Protocolo Facultativo à Convenção da ONU de combate à tortura,

estabelecendo mecanismo preventivo nacional, para o que daqui a pouco precisaremos da compreensão dos Srs. Senadores.

Assim como na educação, todos os programas em direitos humanos é o mais estratégico dos veios para criar em cada polícia, em cada Judiciário, essa compreensão estrita de que direitos humanos são, como disse a publicação do Senador Pedro Simon, o caminho para a paz. No seu preâmbulo, lembra muito bem que esse enunciado de 30 artigos que desdobram nada mais do que os clássicos temas da liberdade, da igualdade, da fraternidade, que podemos atualizar pelo nome solidariedade social.

O que acontece com cada ser humano no Brasil e no Planeta? Na prisão, a jovem de Abaetetuba ficou lá jogada por um mês para ser violentada sexualmente por vinte adultos do sexo masculino, crianças que ainda morrem, violência contra as mulheres. Recebi hoje, pela manhã, uma comissão de mulheres, de Mato Grosso do Sul, que vieram tratar sobre a questão do aborto e uma comissão de Roraima, com pedido sempre de temas que, aparentemente, julgávamos equacionados.

Termino, agradecendo a iniciativa do Senador Nery e demais Senadores por este momento em que o Senado, mais uma vez, se alinha com essa agenda que é de nação e de Estado. Nela devemos misturar situações e oposições, porque, em benefício da vida com liberdade, igualdade e pluralidade, não podemos ser bloqueados em torno das eventuais divergências imediata de curto prazo. É esse o sentimento geral da 11ª Conferência, com delegações constituídas. Elogiei, muito emocionado, a presença de dezenas e dezenas de policiais e delegados. E Antônio Narciso pediu o registro do tema "Direito à memória e à verdade". É importante construir nesta Casa um grande consenso, para o qual peço unanimidade.

E aproveito as palavras do Senador Arthur Virgílio, que lembrou de um naufrágio recente, e o drama decorrente de não existir o corpo, para lembrar que há 140 corpos de brasileiros e brasileiras que morreram enfrentando um regime militar, e todos hoje temos consenso aqui em repudiar os 40 anos de AI-5. (Palmas) Esses corpos, enquanto não localizados, não permitirão às famílias... é um objetivo humanitário, não é objetivo de Situação e Oposição, de um setor do Governo contra outro governo. É preciso fazer convencimento. Essa agenda não é agenda de clivagem. Temos de nos orgulhar das nossas Forças Armadas, do Estado democrático de direito. Vemos as Forças Armadas engajadas em missões de paz e direitos humanos no Haiti; vemos as Forças Armadas apoiando programas de combate à fome, de combate ao sub registro civil de nascimento. A agenda não é contra as Forças Arma-

das, ela é pelas Forças Armadas, a favor das Forças Armadas, para que removamos essa última nódoa e cada família de brasileiro e brasileira possa prantear seus mortos, possa lhes dar sepultura digna. É a realização, inclusive, de um direito religioso que está sendo obstaculizado até agora. Aproveito o paralelo do naufrágio, porque o drama será este: enquanto o familiar não conseguir realizar a página não vira. E nós queremos virar a página sem esquecer, porque só se lê bem um texto, um livro, um documento, um romance, quando a leitura de cada página retém na cabeça tudo que as páginas anteriores disseram.

Queremos saber o que houve, para que as páginas sigam adiante na construção de um Brasil cada vez mais afinado com o respeito e o tema de Norberto Bobbio: a efetivação dos direitos humanos.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, Ministro Paulo Vannuchi? Um brevíssimo aparte, mas importante.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Suplicy, é só para comunicar que a Câmara já está suspendendo a sessão e que, em breve, teremos de suspender esta também. Mas nós vamos continuar concedendo a palavra aos oradores. Peço a V. Exª a colaboração, já que V. Exª é o próximo orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mão Santa, há um orador na tribuna, o Ministro está na tribuna. Eu peço a V. Exª que aguarde.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – (*Intervenção fora do microfone*). Será que V. Exª não pode me respeitar?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Respeito. Eu respeito tudo. V. Exª não tomou hoje o lexotan, não?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Suplicy, V. Exª poderia aguardar a sua oportunidade de falar, de ir à tribuna, já que é o próximo orador inscrito?

O SR. PAULO VANNUCHI – Eu aguardo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu peço que o Ministro ouça o primeiro minuto da minha fala.

O SR. PAULO VANNUCHI – Ouvirei, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy. Eu peço ao Senador José Nery que assuma a Presidência por alguns momentos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, ouço V. Ex^a.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só para fazer o registro da presença, no plenário, de um dos mais notáveis representantes do Ministério Público do Trabalho, o Ilustre Subprocurador-Geral Luiz Antônio Camargo de Melo, que é um orgulho do Ministério Público e que, por sinal, veio de Campo Grande, da minha cidade, para honrar o Ministério Público do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– As nossas homenagens a ele. Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Alvaro Dias, Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade, que amanhã homenagearemos na Comissão de Relações Exteriores; Dr. Javier López-Cifuentes; Sr^a Kim Bolduc; querido Ministro Paulo Vannuchi, eu pediria um minuto de sua atenção, primeiro porque quero externar o meu apoio a essa diretiz que V. Ex^a está colocando, um dos eixos inclusive da Conferência Nacional dos Direitos Humanos, o direito à memória e à verdade.

V. Ex^a tem falado muito na linha do que acredito tenha sido tão positivo, por exemplo, para a África do Sul, quando constituiu justamente a Comissão da Reconciliação e da Verdade. Dentre os documentos, eu trouxe aqui justamente os dados sobre o filme tão bonito *Em Minha Terra*, ou também com outro nome *Um Amor na África*, que justamente mostra a história de como Desmond Tutu, que ganhou o prêmio Nobel da Paz, realizou algo formidável ouvindo todas as pessoas que resolvessem expressar o que tinha acontecido. Em razão disso, aí, sim, eram considerados anistiados depois de essas pessoas terem solicitado o perdão às vítimas, aos seus familiares.

Então, isso eu entrego a V. Ex^a, porque acredito que será ótimo que a Comissão o examine.

Entrego também a V. Ex^a a carta encaminhada por mim ao Presidente da República e ao Ministro Tarso Genro, relativamente à questão do Sr. Cesare Battisti, que se encontra aqui na Papuda. Há pouco, conversei com V. Ex^a e avaliei como muito positivo o diálogo que V. Ex^a está tendo com o Ministro Tarso Genro, que está tendo que tomar uma decisão de enorme importância.

Quero apresentar V. Ex^a à escritora número um da França hoje, a Sr^a Fred Varg – que se encontra aqui com sua irmã Joëlle e seu filho Baptist – que na hora em que soube que V. Ex^a aqui estava, avaliou como imprescindível cumprimentá-lo. Depois, vou ver se con-

sigo com ela, por mais tempo, levá-la à Conferência Nacional dos Direitos Humanos.

Isso tudo é de V. Ex^a. E mais o documento que o Comitê de Solidariedade a Cesare Battisti estará sendo entregue agora pela nossa Deputada Maria Luíza Fontenele. Ontem ela teve um diálogo com o Ministro Tarso Genro e veio aqui hoje para também entregar esse documento.

E, portanto, quero aqui expressar esse sentimento tão importante. Ministro, a parte que eu queria que V. Ex^a...

Só queria, então, cumprimentar Fred Vargas.

Mas como o Ministro precisa sair, eu registro que o Senador José Nery esteve hoje, comigo, por duas horas, no diálogo com o Secretário Romeu Tuma, ocasião em que expressamos a S. Ex^a o quão importante será que a decisão do Ministro Tarso Genro seja condizente exatamente com esse espírito de reconciliação da verdade, um espírito que, inclusive, está presente nas decisões importantes e argumentos levados em consideração na história do Dr. Antonio Augusto Cançado Trindade, que, por exemplo, expressou publicamente a sua opinião para o término da prisão de Guantánamo, como tem tantas vezes colocado.

Mas eu acredito que, quando o Dr. Cançado Trindade souber de todos os argumentos relativos à questão de Cesare Battisti, também recomendará ao Ministro Tarso Genro que acolha o recurso do advogado do ex-Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh para que o Brasil não conceda extradição de Cesare Battisti, que inclusive está com Hepatite C, em condição grave de saúde, em condição semelhante à de Marina Petrella, que obteve do Presidente da França, Nicolas Sarkozy o direito de permanecer e não mais ser extraditada para a Itália, que era o que queria o Governo Silvio Berlusconi realizar.

O Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi compreendeu inteiramente e, aliás, transmitiu pessoalmente ao Ministro Sarkozy que ele não deseja mais que estejam lá na Itália pessoas como Marina Petrella e Cesare Battisti.

Quero, portanto, para ser breve e respeitar o tempo, cumprimentar a Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que ali trata de sete eixos: universalização dos direitos num contexto de desigualdades; o combate à violência e a segurança pública como direitos humanos; o pacto federativo e as responsabilidades dos Três Poderes na defesa dos Direitos Humanos; a interação democrática entre sociedade e Estado; o desenvolvimento econômico e os direitos humanos; a educação e cultura sempre com a perspectiva de respeito aos direitos humanos; e o direito à memória e à

verdade, que é tão importante, conforme o Ministro Paulo Vannuchi acaba de ressaltar.

Tendo em conta que, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que mais está presente é sempre o direito à liberdade de todas as pessoas, eu gostaria de conchamar a todos os brasileiros para acompanhar a Décima-Terceira Conferência Internacional da Rede Mundial da Renda Básica, que se realizará nos dias 1º e 02 de julho de 2010, quando imagino possa o Brasil ter avançado significativamente em direção a um instrumento tão importante quanto o direito universal de boa qualidade de vida para todos, conforme Cristovam Buarque, nosso Senador e querido amigo, sempre resalta. E, ao lado disso, a renda básica de cidadania como um direito inalienável da pessoa humana.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Nery.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Meus agradecimentos ao Senador Eduardo Suplicy.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta Sessão Especial do Senado Federal, faço questão de registrar e agradecer a presença da escritora francesa Fred Vargas, que lidera uma campanha internacional em prol da concessão de asilo político ao preso político italiano Cesare Battisti, que está preso no Presídio da Papuda, aqui no Distrito Federal.

O Senador Eduardo Suplicy mencionou esse fato, no seu pronunciamento, mas faço questão de dizer que nós estamos juntos nessa causa, causa aqui defendida por vários Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras.

Pela ordem, para um breve comunicado, concedo a palavra à nobre Senadora Rosalba Ciarlini. Logo em seguida, o Senador Renato Casagrande.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Sr. Presidente; obrigada, Sr. Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senador, estou inscrita para falar, mas, como...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Com licença, um aparte aqui.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Senadora Rosalba, o Senador...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Suplicy, rispivamente, nos afastou. E eu pedi: *Hay que endurecer, pero sim perder la ternura jamais*. Eu tinha pedido pela ordem, quando rispivamente... Outro dia, ele chamou o Heráclito para brigar. E, aí, ele tirou... Não sei por que essa implicância que ele tem com o Piauí.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Senador Mão Santa, logo em seguida...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Presidente, estou aguardando.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu havia pedido um aparte, o Ministro estava com pressa, ele precisava sair. Daí eu queria respeitar...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Ministro tinha encerrado!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, V. Ex^a não prestou atenção.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ele tinha encerrado.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Senador Eduardo Suplicy e Senador Mão Santa, então vamos ouvir a Senadora Rosalba Ciarlini, por favor.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador Mão Santa, em respeito aos direitos humanos. Sou de um Estado pequenininho, nordestino, mas um Estado que já deu exemplos para este Brasil na defesa dos direitos humanos: quando libertou os seus escravos lá na cidade de Mossoró cinco anos antes da Lei Áurea; quando uma mulher, Celina Vianna, foi a primeira mulher brasileira e da América Latina a votar – o voto feminino aconteceu também no Rio Grande do Norte, na cidade de Mossoró; além de outras lutas, lutas por liberdade e a luta permanente por novas liberdades.

Sr. Presidente, como eu estou inscrita, eu queria sintetizar. Sei que o tempo está exíguo e são muitos oradores. Só quero dizer que, neste dia, em que esta Casa faz esta homenagem especial, em que estamos refletindo sobre os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e que nós estamos em um período quando o sentimento de Natal, de solidariedade, de paz, de justiça, brota no coração de cada ser humano, de cada homem, de cada mulher, nós deveríamos, exatamente com esse sentimento, fazer uma reflexão. Como podemos comemorar sempre mais avanços com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, se não tivermos a preocupação de defender, de colocar, em primeiro lugar, a criança, o começo de tudo? Não é possível ainda haver milhões de crianças, neste mundo, morrendo de fome, de desnutrição; crianças escravas

no trabalho infantil; crianças abandonadas. Ela é o começo de tudo. Elas serão as novas gerações.

Se hoje estamos refletindo sobre a violência, a violação de tantos direitos humanos, temos que começar na criança, com o seu direito maior à educação, à creche de qualidade, à educação infantil, à saúde. Esse, sim, é o caminho da paz.

Era isto que eu queria deixar aqui: uma reflexão maior para que façamos tudo sem esquecer que, em primeiro lugar, tem de estar a criança. Ela é o começo de tudo e ela será a nossa continuidade.

Quero aqui parabenizar todos que, durante 60 anos, têm sido incansáveis na luta pela defesa dos direitos humanos. Que esteja o Menino Deus a nos conduzir nessa luta, Ele na sua sabedoria de criança, iluminando os lares, iluminando os corações de todos os homens e de todas as mulheres de boa vontade!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Agradeço à Senadora Rosalba Ciarlini, do DEM do Rio Grande do Norte.

Concedo a palavra, para um rápido comunicado, ao Senador Renato Casagrande e, logo depois, ao Senador Mão Santa.

O Senador Mão Santa está inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois abdicado da inscrição para esta comunicação...

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Concederei a palavra ao senhor, logo após o Senador Renato Casagrande.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Eu queria pedir a inscrição da Senadora Marina e da Senadora Serys na preservação dos direitos das mulheres.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Estão inscritas.

Srs. Senadores, comunico ao Plenário que temos a necessidade de ser os mais sintéticos possível tendo em vista que já extrapolamos em uma hora e doze minutos o tempo acordado e concedido aqui. Mas vamos continuar, ouvindo o Senador Inácio Arruda, a Senadora Serys Silhessarenko e a Senadora Marina Silva.

Ouçamos com atenção o Senador Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador José Nery, minha palavra de fato é no sentido de colaborar, porque será muito rápida, mas eu não poderia deixar de fazer a minha homenagem, como Senador da República, e a homenagem do Partido Socialista Brasileiro a este momento.

No último dia 10, comemoramos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Estamos

hoje fazendo esta homenagem no Senado. É um dia um pouco impróprio, porque é um dos últimos dias de votação. Mas, de qualquer maneira, parablenzo o Senador José Nery, que fez a proposta da realização desta sessão.

Sabemos efetivamente que muitas agressões e ilicitudes são cometidas contra a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ainda neste momento, vivemos mundos diferentes e díspares, onde há muitos direitos para alguns e poucos para outros. Sabemos disso. O sistema capitalista, do modo como é implementado, nos leva a prejuízos enormes com a degradação dos direitos humanos.

Quero destacar uma questão que considero fundamental. Estive agora na reunião e na assembléia geral do Parlatino, no Panamá; e um dos pontos foi a migração, o debate sobre a migração – o debate e a legislação que está sendo aprovada em diversos países da Comunidade Européia, e que está também sendo debatida nos Estados Unidos. Então, esse é um assunto importante para o Congresso brasileiro porque cada País tem que ter o seu regulamento e nunca pode ultrapassar a fronteira dessa Declaração Universal dos Direitos Humanos, porque precisamos, de fato, ter a preservação das pessoas, do direito das pessoas de ir e vir, da integridade das pessoas.

Parabéns, Senador José Nery. E eu me coloco a sua disposição para que possamos aprofundar esse debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Agradecemos ao Senador Renato Casagrande, Líder do PSB.

Concedo a palavra, para uma rápida comunicação, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador José Nery, primeiro quero cumprimentá-lo, parablenzá-lo e louvá-lo por trazer uma reflexão ao País, comemorando os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Resumindo, Presidente José Nery, o PSOL se engrandece. V. Ex^a, com muita grandeza e muita sensibilidade, substitui aqui na Casa aquela mulher extraordinária, Heloísa Helena. Mas serei breve.

Entendo e entendo bem. Carta mais importante do que essa só a que Deus entregou a Moisés, os Dez Mandamentos. Depois, na história da humanidade, este é o documento mais bem-vindo e V. Ex^a foi muito feliz quando o trouxe ao Senado da República, aqui onde devemos ser (o Poder Legislativo) a pilastra. E somos. O mais importante da democracia somos nós: o Poder Legislativo.

Mas eu lamentava fazer essa denúncia. Acho que, por isso, o Suplicy... Ele sabia.

“Art. 5º Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”.

Na semana passada, recebi um dossiê da OAB do Piauí, o Ministério Público, denunciando o Governo do Piauí, do PT, torturando. Isso é uma lástima. Então, é muito importante. Eu trouxe e encaminhei ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e ele marcou uma audiência pública para fevereiro. Atentai bem! Governo do PT, do Estado do Piauí.

Agora, Federal.

Art. 13... E o pior é que é o número do PT. Parece que é ironia do destino.

“Art. 13. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Art. 14. Todo ser humano vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países”.

Então, é uma vergonha aquele passado, quando os cubanos atletas vieram ao Brasil, naquele encontro de atletas, os *boxers* no Pan-Americano, e vergonhosamente o nosso País escreveu uma das páginas mais feias: rasgou a Carta dos Direitos Humanos. Obrigou-os a voltar e ninguém tem mais notícias deles.

Era isso. Meus parabéns! Vamos divulgar esta Carta, para que entre, como as Leis de Deus, nos corações de todos os brasileiros.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Agradeço ao Senador Mão Santa.

Eu gostaria de pedir a compreensão dos Srs. Senadores e da Exm^a Sr^a Kim Bolduc, Coordenadora do Sistema ONU no Brasil, a quem vou conceder a palavra logo em seguida, mas, antes, escuto pela ordem o Senador do Piauí, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a e acho que o Senador Mão Santa trouxe para esta sessão um tema pertinente. Somos favoráveis a que o Brasil proteja o Sr. Cesare, e estamos à disposição para qualquer esforço, mas é inconcebível a maneira como o Governo brasileiro agiu na questão dos dois atletas cubanos, permitindo que houvesse, inclusive, invasão com a atuação de polícias estrangeiras para levá-los para Cuba. O Governo brasileiro deve... Infelizmente, o Dr. Vannuchi não está aqui, porque não vimos nenhum protesto por parte da sua Pasta, e é inaceitável a maneira como esses cubanos foram devolvidos

a Cuba, sem se respeitar a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Por outro lado, no dia 31 de agosto, tivemos outra exportação de cidadão: uma senhora foi levada de Goiânia, Senador Nery, uma senhora cubana no Brasil, há 25 anos, foi levada num avião da Força Aérea Brasileira, numa operação rápida, numa operação rápida, sem nenhuma justificativa. É preciso que esses fatos cessem no Brasil, e faço este apelo exatamente nesta sessão porque nada mais oportuno do que isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes pelo seu pronunciamento.

Peço licença ao Senador Inácio Arruda, que será o próximo orador, para ouvirmos a Exm^a Sr^a Kim Bolduc, Coordenadora-Residente do Sistema ONU do Brasil. Peço a compreensão dos inscitos, Senador Inácio Arruda, Senadora Serys Shessarenko e Senadora Marina Silva.

A SRA. KIM BOLDUC – Boa-tarde, Exm^o Sr. Senador José Nery; Exm^o Sr. Senador Cristovam Buarque; Exm^o Sr. Antônio Augusto Cançado Trindade; Exm^o Sr. Antônio Narciso Pires de Oliveira; Exm^{as} Sr^{as} e Exm^{os} Srs. Embaixadores e demais membros do Corpo Diplomático; queridos colegas do Sistema da ONU, da Unesco, da FAO e do PNUD, presidentes, diretores e representantes de entidades protetoras dos direitos humanos, senhoras e senhores colegas e amigos do Sistema da ONU, em nome das Nações Unidas no Brasil, eu gostaria muito de agradecer o gentil convite para participar desta importante solenidade.

É, para nós, uma honra celebrar o sexagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos nesta Casa, símbolo da democracia, do Estado de direito e espelho das dimensões deste País tão rico em diversidades.

“Todas as pessoas nascem iguais em dignidade e direitos”. As palavras do art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos ainda guardam o mesmo sentido do que em 1948. Ecoam com a mesma força, ignorando limites temporais ou geográficos, mobilizam cada vez mais seres humanos acerca do sonho e da promessa do mundo equitativo, sem miséria, discriminação e violência.

Com a Declaração Universal, a humanidade reconheceu a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos ao longo desses 60 anos. Passou a reconhecer também que desenvolvimento e direitos humanos são parte do mesmo processo, que visa a recolocar o ser humano no centro de todas as preocupações.

Nas palavras do grande pensador Amartya Sen, os direitos humanos e o desenvolvimento humano

compartilham uma visão e um propósito comuns: assegurar a liberdade, o bem-estar e a dignidade de todas as pessoas em todos os lugares.

A agenda do desenvolvimento e os princípios da Declaração Universal se fundem hoje nos objetivos de desenvolvimento do milênio: a nossa visão comum na construção de um mundo mais justo.

Os UDM são parte integrante da agenda dos direitos humanos e, ao estabelecerem metas específicas a serem atingidas até o ano de 2015, oferecem uma oportunidade renovada para darmos sentido concreto à Declaração.

Nas últimas décadas, temos avançado consideravelmente. Mencionando apenas alguns exemplos: foram promulgadas dezenas de acordos sobre direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais, e mais de 90 países se inspiraram na Declaração Universal para elaborar suas próprias constituições e sistemas legais.

Hoje, mais governos são eleitos e, sobretudo, são responsáveis diante dos povos que governam. Noventa por cento das crianças no mundo estão matriculadas no ensino primário e a proporção de meninas nas escolas tem crescido significativamente. As mortes devido ao sarampo foram reduzidas em um terço e a taxa de vacinação de crianças nos países em desenvolvimento atingiu 80%. Mas, apesar dos avanços, as promessas da Declaração Universal permanecem tristemente pendentes para demasiadas pessoas cujo sofrimento, muitas vezes silencioso, continua magoando as nossas consciências.

Ainda há mais de 1,4 bilhão de pessoas em situação de pobreza no mundo, quase 25% das quais na América Latina e no Caribe.

Desigualdades entre países e dentro deles continuam limitando o desenvolvimento e o acesso aos direitos humanos. Muitos dos povos mais pobres do mundo ainda enfrentam atrocidades, repressão e conflitos brutais, como é o caso no Sudão, no Afeganistão, na Faixa de Gaza, no Iraque, na Somália, no Congo, no Haiti e em tantos outros lugares. O terrorismo, assim como as reações que ele suscita, está disseminando medo e desconfiança ao redor do mundo, mesmo entre países que costumavam ser irmãos.

Ainda não conseguimos garantir acesso à água limpa para mais de um bilhão de pessoas no mundo. As mudanças climáticas exigem mitigação e adaptação imediatas em escalas gigantescas. Até hoje, não aprendemos a produzir e consumir de maneira sustentável e ética, sem privar as gerações futuras das oportunidades que tivemos. Tampouco soubemos reconhecer e valorizar plenamente o papel das mulheres na promoção do bem-estar dos povos.

Vivemos uma era de incertezas, com uma crise global com dimensões financeiras, monetárias, econômicas, alimentares, energéticas e ecológicas – desafios que não pouparam ninguém, mas que poderão ter um efeito devastador sobre os povos mais vulneráveis do mundo, ameaças que colocam em risco os avanços conquistados na Agenda Internacional dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento.

Com a crise alimentar mundial, a fome no mundo se estendeu de maneira dramática, atingindo, hoje, 963 milhões de pessoas no mundo, 40 milhões a mais do que no ano de 2007. Para milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, ter o alimento mínimo todos os dias para uma vida digna, ativa e saudável ainda é um sonho distante.

Vimos com que rapidez centenas de bilhões de dólares foram mobilizados para salvar os mercados financeiros mundiais. Assistimos, a cada ano, ao aumento dos gastos militares nos pontos de conflito do planeta. Em 2008, o custo da Guerra no Iraque chegou aos US\$154 bilhões. Com essa mesma quantia, seria possível atender 28 milhões de crianças na África que não têm acesso adequado ao sistema de saúde.

Em termos estritamente financeiros, esse valor anual permitiria erradicar toda a extrema pobreza no mundo até o ano de 2015, segundo o economista Jeffrey Sachs.

O que fazer para que o bem-estar humano receba a mesma atenção que as preocupações financeiras ou militares? Nós não podemos fechar os olhos e permanecer silenciosos, pois os efeitos da indiferença vão afetar todo o planeta. Os direitos humanos só serão efetivos quando forem de fato universais, aplicados integralmente em todos os lugares, para toda a humanidade.

A sessão especial de hoje reflete o compromisso da sociedade brasileira com os direitos humanos. Temos vivenciado avanços históricos com a criação das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, de Políticas de Promoção da Mulher e da Igualdade Racial. Notamos com muita satisfação progressos na Agenda Social Quilombola e na implementação de programas de ação afirmativa que tornaram o Brasil uma referência internacional na promoção da igualdade racial.

Com a redemocratização do Brasil, o Parlamento brasileiro tornou-se um ator essencial na incorporação dos direitos humanos na ordem político-jurídica nacional. Foram criadas comissões legislativas nas duas Câmaras para debater e promover os direitos humanos, além de receber e encaminhar denúncias de violações de direitos.

Esta Casa tem a missão tão especial de transformar os princípios da Declaração Universal em leis

efetivas que dêem sentido concreto a cada um dos artigos da Declaração. Tem também a missão de assinalar os desafios nos programas governamentais em direitos humanos, contribuindo com o Executivo para a melhoria das políticas públicas.

Apesar dos avanços, o sexo, a cor, a etnia e o local de nascimento de uma criança brasileira ainda determinam em grande parte suas oportunidades futuras. A pobreza no Brasil, como no resto do mundo, tem rosto feminino. Além disso, se é negro ou indígena, muitas vezes implica exclusão social e vulnerabilidade à violência.

Não há dúvida de que o nosso maior desafio nos próximos anos será seguir lutando para universalizar direitos e oportunidades, indo além das médias no processo de desenvolvimento.

Certo dia, Eleanor Roosevelt, que participou ativamente no processo de elaboração da Declaração Universal, perguntou: “Onde começam os direitos humanos”? Em pequenos lugares próximos de casa, tão próximos e tão pequenos que não podem ser vistos em nenhum mapa. Até que esses direitos tenham significado para cada mulher, homem e criança ao redor do mundo, o nosso trabalho permanece incompleto.

Após 60 anos, a Declaração Universal continua apontando a direção para a qual devemos avançar sem hesitar. O Sistema das Nações Unidas no Brasil ficará honrado em seguir acompanhando a sociedade brasileira neste caminho.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Os cumprimentos da Mesa à Exm^a Sr^a Kim Bolduc, que expressou aqui, em nome da ONU e em nome do Sistema ONU no Brasil, suas considerações a respeito dos avanços e perspectivas da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, para um breve pronunciamento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu concedo a palavra à Senadora Marina para um aparte.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Inácio Arruda a generosidade. Ele sabia que eu estou indo pegar as malas para daqui a pouco viajar, e já tinha estourado todos os meus limites. Então, sou muito grata pela oportunidade de iniciar sua fala com o meu aparte. Muito rapidamente, eu queria dizer que estes 60 anos que celebramos a Declaração Universal dos Direitos Humanos nos reúnem no plenário deste Senado e, com certeza, nos congregam em todo o mundo,

na defesa daquilo que é elementar, daquilo que nos constitui da forma mais radical, que é a preservação dos direitos da nossa própria existência. A nossa existência só é possível assegurando uma base de dignidade para que ela possa se desenvolver em todos os seus aspectos. E é isso que a declaração estabelece, institui para todos os homens, para todas as mulheres, para todos os povos e nações. Cada situação ou circunstância que avilta esse direito da constituição do ser humano, no exercício da plenitude daquilo que o constitui como tal, é o aviltamento desses direitos. E talvez uma das formas de constituir esse direito é exatamente o exercício da democracia, a democracia no que concerne à liberdade de expressão, no que concerne ao nosso direito à saúde, à educação, aos nossos direitos de ir e vir, de manifestar livremente o nosso pensamento e de sermos colocados no mundo como sujeitos capazes de transformar a história e de construir a nossa própria história. Cada vez que uma pessoa é subtraída desse direito, ela está sendo aviltada como sujeito. Na política, às vezes, a gente tem a sensação de que pode tudo e que ainda pode o resto. Isso não é verdade. A gente pode numa relação estabelecida, em que a sustentação do olhar do outro, do desejo do outro, da vontade do outro deve ser considerada. Os políticos não são detentores de um poder absoluto, e é a democracia que faz essa mediação entre aquele que exercita o poder de Estado e aquele que deveria ser beneficiado por esse mesmo poder. Não é à toa que alguém disse que os ditadores pensam e agem como se oferecessem ao povo um destino. E os democratas, o máximo que eles podem se comprometer é oferecer é uma vida melhor para as pessoas, porque a vida melhor é construção de todos. O destino só pode ser uma função de Deus, e muitas vezes os autoritários, as diferentes ditaduras se colocam no lugar de querer decidir sobre o próprio destino das pessoas. É assim que surgem as torturas, é assim que surgem os casuísmos, é assim que surgem os diferentes embates, inclusive entre raças, entre diferentes povos. Agradeço a V. Ex^a este aparte. Cumprimento todos os militantes da causa dos direitos humanos e, sobretudo, as instituições que são os verdadeiros porta-vozes e operadores desse direito, que seja ele de fato para todas as pessoas em todo o mundo, em todos os lugares. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Obrigado a V. Ex^a. Eu nunca tinha tido uma oportunidade de abrir um pequeno discurso de forma tão ilustrada aqui no Senado da República, Senadora Marina Silva, V. Ex^a que tem levantado com muita força a defesa dos direitos humanos na nossa Pátria e no mundo.

Quero cumprimentar o Senador José Nery, o Senador Cristovam, que tomaram a iniciativa de propor esta sessão solene. Congratulo-me com a Sr^a Kim Bolduc, representante do Pnud no Brasil, e com todos os que têm participado da nossa conferência de hoje; com Augusto Cançado, que continua firme na sua trindade de ouvir a todos nós. Na augusta Casa, Augusto não cansa, Augusto está firme. Então, quero cumprimentá-lo e dizer da alegria para o povo brasileiro. V. Ex^a é um pouco abaixo do Águia de Haia, mas no mais alto posto da representação constitucional do direito da pessoa humana, que é exatamente poder estar num tribunal, apoiado por quase duas centenas de países que elegeram ou renovaram parte da direção da Corte para um período de nove anos. Então, o nosso desejo é que V. Ex^a possa ter todo o apoio do nosso País, o Brasil, e sobretudo desta Casa de Senadores, ligados à Comissão de Direitos Humanos ou não, mas preocupados com a causa dos direitos humanos no nosso País e no mundo.

Falo, Sr. Presidente, neste momento, apenas para registros breves, nessa homenagem tão importante, Senador Garibaldi, na luta dos direitos humanos. São sessenta anos. Eu falava, há pouco, com o Cançado a respeito das questões em várias nações. Já há uma expressão, dentro da Corte, que são os particularismos de cada povo, de cada nação. Como defender ao mesmo tempo os direitos humanos e a cultura dos povos? Como, sem atropelá-los, defendermos a dignidade humana? Então, são questões melindrosas.

Relatei a ele uma passagem de um livro de um médico americano, que fazia mestrado lá na Inglaterra, ele tratou, então, da ocupação britânica, no final do séc. XIX e início do séc. XX; de como os ingleses não conseguiam compreender. Imaginem o que seja ocupar a Índia ou um pedaço da China, toda a região do Sião, todo aquele mundo imenso, com civilizações milenares, e comunicar àquele povo que ele está sendo invadido porque está levando para lá a civilização! É uma estupidez humana, de um Estado. Às vezes, pode-se dizer que houve um caso de uma pessoa, mas é um Estado nacional invadindo vários outros Estados, anunciando que para lá está levando a civilização.

Foi lembrado o episódio chamado “descobrimento”. O equívoco do “descobrimento” foi tão grande que se chegou ao ponto de nominarem os nativos de índios, porque imaginavam até que estavam chegando à Índia e que aqueles seriam os índios. E vejam que os indianos já eram conhecidos dos europeus, já comercializavam, já tinham caminhos de comércio enormes. Mesmo assim, cometeram esse equívoco bárbaro do desconhecimento, do “descobrimento”. E, por desconhecer, utilizaram inclusive a presença da religião

nos Estados da época para obterem uma espécie de permissão para um brutal genocídio, que praticaram em toda a América.

Darcy Ribeiro, ex-Senador, grande mestre de muitos que ocupam a tribuna da Câmara e do Senado, chegou a dizer, na última revisão que ele fez no livro *A América e as Civilizações*, que, segundo os últimos levantamentos, a população dessa região do mundo, do Alasca à Patagônia, poderia ter alcançado 87 milhões de habitantes, e que, em menos de um século e meio, quase que dizimaram toda a população. Então, foi uma brutalidade sem igual. No Velho Oeste, houve uma expressão cunhada pelos americanos de que índio bom era índio morto. Isso era civilização. Isso era o que se imaginava ser civilização.

De sessenta anos para cá, nós tivemos a Guerra do Vietnã, com bombas em napalm incendiando crianças, agricultores, tudo em nome da civilização.

Depois tivemos ali, quase próxima uma da outra, a Guerra da Coreia, que dividiu aquela península, aquele povo ficou dividido. Existe lá uma divisão. Não é o Muro de Berlim, não! É outro muro. Aqui os povos estão cercados, entre os Estados Unidos e o México, com um muro. Existe lá um muro enorme, militarizado praticamente.

Nós temos hoje levantes nas periferias das Nações que se auto-intitularam como civilizadas. Suas periferias estão em levante. São os negros, são os asiáticos que migraram para essas regiões do mundo, que estão vivendo praticamente em guetos e sendo perseguidos dentro dessas nações. Ocorrem também nos Estados Unidos muitas perseguições; um país que foi formado por várias outras civilizações simultaneamente.

Então, são esses episódios que nós precisamos registrar além do nosso cotidiano. Aqui, nesta XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, a população brasileira, através de inúmeras organizações não-governamentais e do próprio Estado, está levantando ainda problemas, digamos assim, elementares da civilização humana. Há regiões inteiras cuja população ainda não consegue ter qualidade na educação; regiões inteiras cuja população não tem ainda uma assistência adequada de saúde. Problemas de moradia, a casa que ainda falta para morar. Problemas de segurança pública, de entendimento do que é segurança pública; a quem deve servir a polícia, se ao povo ou a uma parte muito pequena do povo. Esquadrões de morte, milícias que se organizam acima do Estado em cada região; drogas, tráfico de armas. Costumo dizer que, normalmente, se dirigem as populações mais pobres como se fossem as responsáveis por esses crimes. Elas, abandonadas, são presas fáceis do chamado “crime organizado”. Mas o crime organizado não é coisa

de quem não conseguiu sequer ser bem alfabetizado; é coisa de PhD, porque são negócios, são imensos negócios que se desenvolvem em torno do chamado crime organizado.

Quero fazer uma saudação, na sua ausência, ao Ministro Vannuchi. A minha impressão é a de que ele é uma conquista. Ele é uma conquista para o Brasil. Ele tem se saído com muita disposição, vontade de resolver esses problemas, paciência para ouvir, inclusive a nós aqui no Senado – quantas vezes! E não só em reuniões oficiais da Comissão de Direitos Humanos ou da Comissão de Assuntos Sociais, mas em reuniões particulares, no gabinete de um Senador, de outro. Uma vez no gabinete de Paim, outra no gabinete de Nery ou no meu gabinete. Chamamos o Vannuchi, ele está sempre à disposição para ouvir os dilemas da sociedade brasileira. Cada caso desse, cada episódio, levamos para o Vannuchi, que pacientemente escuta, quer dar uma condução, quer dar uma saída, quer dar uma alternativa. Eu compreendo que ele foi uma boa conquista do Governo; tem se saído muito bem.

Quero registrar essa barbárie atual. Nós estamos com duas guerras: uma guerra no Afeganistão e uma guerra no Iraque, que também foram para levar a civilização. São massacres brutais, milhares de pessoas. Isso é que é genocídio. É o conceito da chamada guerra defensiva, guerra preventiva. Não é um conceito de defesa; é de prevenção. Então, eu anuncio: “Nery, vou invadir o seu país!”. “Mas por quê?” “Eu quero me prevenir. O senhor está desenvolvendo um pensamento que não é o pensamento único. Então, não sendo o pensamento único, o senhor está sujeito a uma invasão preventivamente.”

Então, esse conceito de guerra preventiva – vi V. S^a tratando disso, Cançado –, essa idéia, essa questão de guerra preventiva é um perigo total para a humanidade. Pode ser contra qualquer um, a qualquer hora, absurdamente.

Nós temos que destacar esses episódios da atualidade que causam um tumulto no mundo inteiro. Um interesse comercial, econômico, às vezes, de se apropriar da riqueza de uma nação inteira, leva a uma guerra, leva a uma invasão. Usa-se um conceito novo de guerra preventiva, destrutiva contra o Iraque, contra o Afeganistão.

E listam-se países: tais e tais países estão na lista daqueles que podem estar sujeitos à guerra preventiva – até a tríplice fronteira brasileira entrou na questão: Paraguai, Argentina e Brasil entraram na lista daqueles que estão sujeitos a serem invadidos preventivamente para manter a ordem mundial, segundo os interesses de uma nação ou de outra, no caso, os Estados Unidos da América.

É muito significativo, neste dia comemorativo e de continuidade da luta dos povos, que chamemos a atenção para o que ocorre no mundo, inclusive quando se instala uma crise econômica com a força daquela que se está instalando, porque os últimos a serem beneficiados na bonança, na crise, são os primeiros a serem atingidos: são os trabalhadores, são os mais pobres, esses são os primeiros a serem atingidos.

E temos de estar prontos para não deixar se alastrar uma das causas da existência da Comissão de Direitos Humanos do Senado, uma luta tenaz pelo fim do trabalho escravo. Não estamos falando de outras nações, estamos falando do Brasil.

Estamos fazendo aqui uma relação fora e dentro: como os direitos humanos se dão lá fora e como eles nos atingem. A crise é lá fora, mas ela nos atinge e vai mexer com os direitos da pessoa humana.

Por último, Sr. Presidente José Nery, foi entregue aquele abaixo-assinado na Embaixada dos Estados Unidos, solicitando que o próximo governo americano, com as luzes da civilização mais antiga da humanidade, que vem da África – é de lá que vem o homem; até agora todas as teorias anunciam esse ponto –, possa fechar, de uma vez por todas, essa famigerada Base de Guantánamo, vergonha para os americanos e vergonha para a humanidade.

O povo cubano não merece isso. É um povo que lutou muito para ter dignidade e uma vida com conhecimento e capacidade, tendo enfrentado com muita altivez a pressão brutal. Ali, a poucos quilômetros de distância dos Estados Unidos, tem de conviver com uma base americana em seu território, onde abertamente torturam-se pessoas contras as quais muitas vezes não há provas. Chegou-se ao ponto de os presos pedirem a condenação, todos eles. Quando se abriu a oportunidade de julgamento na Corte militar americana, todos eles pediram que fossem condenados. Eles queriam ser condenados à morte. Naquele momento, todos eles confessaram que era culpados para serem condenados: “Não existe prova, mas eu confesso, porque quero ser morto para acabar com a tortura nesta base famigerada”.

Então, pedimos que V. Ex^a referende uma vez mais – já foi subscrito por V. Ex^a – o manifesto que os Parlamentares, Deputados e Senadores, quase unanimemente, dirigiram ao Presidente Barack Obama para liquidarmos, de uma vez por todas, essa famigerada Base de Guantánamo.

Muito obrigado a todos vocês. (Palmas)

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. José Nery deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Nery.

O SR. PRESIDENTE (José Nery, PSOL – PA) – A Mesa agradece ao Senador Inácio Arruda pelo brilhante pronunciamento e reafirma o nosso compromisso de lutar para que a prisão de Guantánamo seja fechada e o mundo não tenha mais que presenciar as atrocidades que lá tem sido praticadas.

Concedo a palavra à eminente Senadora Serys Shlessarenko, Senadora do PT do Mato Grosso.

A SRA. SERYS SHLESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, gostaria de fazer uma saudação muito especial ao Trindade Cançado – permita-me chamá-lo assim, pois é grande o carinho que a gente tem pelo senhor, muito o senhor honra o nosso País. Quero, inclusive, comunicar que participará amanhã da audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, na qual o Dr. Trindade Cançado vai estar presente, a Dr^a Shelma Lombardi, que é uma Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso que honra a Justiça mato-grossense, a Justiça brasileira. A Dr^a Shelma estará presente amanhã nessa audiência pública.

Muita coisa aqui já foi dita, e o tempo destinado a esta sessão já se esgotou faz tempo. Nosso Senador José Nery, que preside esta sessão, nosso Senador Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu tinha aqui uma enormidade de coisas para falar, mas, como o tempo urge, gostaria de pedir que ficasse registrado, em primeiro lugar, um artigo que saiu no jornal *O Globo* do mês de novembro de 2008: “A cidade dos escravos quebradores de pedras”. Trata-se, realmente, de trabalho escravo. Vou encaminhar esse artigo ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paim, e ao Presidente da Subcomissão do Trabalho Escravo, Senador José Nery. Peço que fique registrada também nos *Anais* do nosso Senado essa gravíssima questão. Está tudo detalhado aqui. Com certeza, providências serão tomadas. Não apresentei antes esse artigo porque pretendia fazer este discurso antes de entregá-lo. Infelizmente, as coisas foram se precipitando e isso não foi possível.

Eu não poderia deixar de dar uma palavra, mas vou ser breve.

Quando fui Deputada Estadual de Mato Grosso, por três mandatos, muito corremos atrás de questões de direitos humanos. Presidi, inclusive, na Assembléia Legislativa, a CPI de Combate ao Trabalho Escravo, principalmente nos canaviais. Foi uma época muito difícil para o Estado de Mato Grosso. Essa questão,

hoje, já está razoavelmente superada. Ainda há alguns problemas, mas a questão está bem encaminhada nos canaviais de Mato Grosso. Porém, temos sempre de estar acompanhando de perto aquilo que acontece, as novas proposições em termos de plantação de cana, as indústrias por lá. Temos de ficar atentos para que sejam cada vez mais aperfeiçoadas as condições de trabalho daqueles que lá lutam e labutam na produção.

Que direitos humanos é uma questão fundamental no Brasil e no mundo, não discuto. Temos, a propósito, de ficar muito atentos a uma questão de que já se tratou aqui hoje, que é a violência contra a mulher.

Costumo dizer que ela independe da classe social, independe de o país ser rico, pobre ou emergente, independe de a mulher fazer parte da camada popular, da classe média ou da classe mais abastada. A violência contra a mulher parece ser a única coisa “democrática” no planeta Terra, já que se dá em todas as camadas, em todos os sentidos. Isso tem de ser superado.

Aqui no Brasil, felizmente, nós já temos a Lei Maria da Penha, lei de que, espero, daqui a pouco não precisaremos mais em função de ter acabado a violência contra a mulher. É a violência na família, é a violência no trabalho pela discriminação, é a violência na política, são as mais variadas formas de violência, mas nelas não vou me ater agora para não penalizar os que não almoçaram.

Também queria falar meio minuto sobre a questão da Lei de Cotas. Sou a relatora da Lei de Cotas para o ensino superior, para as escolas técnicas. Estamos, na Comissão de Constituição e Justiça, tentando aprová-la, porque o acesso à educação pelos pobres, ricos, índios, negros, pardos, mulatos, enfim, por todos, é direito humano sim. Não adianta discutirmos que a universidade é aberta para todo mundo. Que é aberta é, só que quero saber quais são os percentuais e os índices que se aproximam da população negra no País, índices sobre a participação deles dentro de uma universidade, assim como os relativos aos pobres e aos alunos provenientes da escola pública, sejam eles pobres ou não-pobres, mas que venham da escola pública, principalmente os mais pobres da camada da sociedade, que não conseguem chegar à universidade.

Muitas vezes dizem: “Ah, é porque estudam na escola pública”. Tem que melhorar a escola pública, o ensino básico e o ensino fundamental. Aliás, isso está melhorando: está aí o piso salarial – cinco governadores não querem implantar em seus Estados um piso é de R\$950,00!

Um filho nosso que consegue se formar numa universidade, num curso de Direito, por exemplo. Ele pode fazer um concurso e, com 21, 22 ou 25 anos, pode pegar o teto máximo deste País em termo salarial, pode pegar o teto máximo e aprendeu com quem? Com

aquele que hoje quer negar o piso salarial de R\$950,00. Quer dizer, aquele que ensinou o nosso filho, o filho de qualquer um de nós, a chegar a fazer um concurso e pegar o teto máximo de salário neste País não tem o direito, está-lhe sendo negado o direito hoje de ganhar R\$950,00, menos de R\$1 mil. É necessário prestar atenção nisso. Então, nós estamos também nessa luta pelo piso salarial. Estão aí o Fundeb, o Plano de Desenvolvimento da Educação, tantas ações que o Ministro Haddad e o nosso Presidente Lula vêm fazendo em termos de educação. Nós precisamos aprovar a Lei de Cotas, que é também direito humano.

O Senador está pedindo um aparte, mas não sei se é possível.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Pode conceder.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Concedido o aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – É muito rápido, Senadora. É só para lembrar que daqui a pouco começa o julgamento desse pedido de inconstitucionalidade da Lei do Piso. O Supremo hoje à tarde vai decidir se a Lei do Piso é ou não constitucional, e espero que ela seja. Ao mesmo tempo, quero dizer que ontem o próprio Ministro da Educação me ligou, preocupado, porque o Orçamento que está sendo apresentado – e a senhora está envolvidíssima na tentativa de corrigir isso – está tirando muitos recursos da educação, e aí tira a legitimidade do próprio Governo Federal, que é o autor da lei, cuja sanção é do Presidente, de exigir dos outros governadores. Por isso, a gente tem de convencer o Relator, nosso colega Delcídio Amaral, de que a educação não pode sofrer cortes. Há outros setores do País que podem sobreviver sem gastar dinheiro, o que não ocorre com a educação.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada Senador Cristovam, tudo isso é real e está acontecendo exatamente neste momento. Não estamos falando de um passado distante nem de um futuro que virá, mas do que está acontecendo aqui agora. Passamos quase a noite toda nessa luta, nessa labuta, por conta de retomar os recursos que o Governo Federal destinou ao Orçamento. Os cortes foram muito grandes e significativos, mas parece, Senador –sou titular da Comissão, mas eu vim para cá e não tenho o fechamento total –, que já foi resgatada essa questão do recurso, mas na totalidade. Ontem à noite, nós já tínhamos resgatado mais de 50% do que tinha sido perdido. Então, a gente acredita que hoje essa questão seja superada.

Eu não vou falar aqui de direitos da criança e do adolescente. Eu tenho quatro filhos e quatro netos, não preciso falar deles. Falo dos filhos e dos netos de todos os brasileiros, porque, como os tenho, sei bem de perto

o que significa isso. Então, as leis que beneficiem e respeitem os jovens é que são extremamente importantes.

O Brasil tem toda uma história de mobilização social das forças da sociedade, das organizações da sociedade de um modo geral. Ou seja, essas forças têm de estar cada vez mais vivas e mais palpitantes. E este momento aqui significa realmente uma dessas situações de mobilização.

Sessenta anos da Carta dos Direitos Humanos, que é o documento mais traduzido da história da humanidade, quer dizer, o mais conhecido globalmente; é extremamente importante esse documento.

Por fim, quero dizer que são 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos, são 20 anos da nossa Constituição, que se opõem e realmente mostram a trágica memória também dos 40 anos do famigerado AI-5. Também são 40 anos de um ato que tentou covardemente calar a voz política e social dos brasileiros. Perderam, sim, os ditadores; venceram os cidadãos; venceu a liberdade; venceu o Brasil. Venceu a luta dos direitos humanos naquele momento, como tem de continuar vencendo a luta dos direitos humanos na sociedade brasileira.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Cumprimos a Senadora Serys pelo pronunciamento.

Vou anunciar a palavra do Senador Flexa Ribeiro, mas, ao mesmo tempo, solicitar a V. Ex^a que faça uma breve fala e deixe registrado, nos *Anais* da Casa, todo o seu pronunciamento, tendo em vista que a sessão do Congresso está-se iniciando no plenário da Câmara dos Deputados, e já extrapolamos. E é bom que tenha sido feito assim, porque esta sessão estava originalmente marcada para às 11 horas e há bastante tempo.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Nery; Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ex-Vice-Presidente da República; Exm^o Sr. Antônio Augusto Cançado Trindade, Ex-Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos e Juiz eleito da Corte Internacional de Justiça, nós todos lutamos para que esta sessão fosse realizada e estava, como disse V. Ex^a, prevista já há algum tempo.

Estamos no final de uma sessão legislativa, com poucos dias para o recesso e uma pauta imensa para ser votada, e não adianta aqui entrar nos motivos que nos levam a esse engarrafamento do trabalho legislativo, todos sabemos, provocado pelo trancamento da pauta pelo excesso de medidas provisórias encamiñadas pelo Executivo.

Mas eu não poderia deixar de fazer um pronunciamento numa data tão especial como esta, em que comemoramos os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. E podemos dizer, sem medo de exagerar, que é um dos momentos fundamentais da história da humanidade.

De fato, Sr. Presidente, o ideal esboçado há 60 anos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, subscrita pelas nações recém-saídas de uma guerra que mobilizara quase todo o mundo, representou não apenas o coroamento de toda uma longa história, como também, projetando-se no futuro, serviu – e serve ainda – como um farol que nos guia em direção a um horizonte que, se não foi ainda atingido, e todos nós reconhecemos isso, a Declaração não nos deixa esquecer as razões por que devemos atingi-lo.

A Declaração de 1948, como disse, coroa uma longa história, a história da constituição e da afirmação do Estado moderno.

Essa afirmação teve, como contrapartida, a preocupação crescente da sociedade com as garantias oferecidas pelo próprio Estado aos indivíduos – garantias que, muitas vezes, servem para protegê-los dos abusos do próprio Estado.

Mais importante do que isso, no entanto, é o fato de que a Declaração instituiu um padrão, articulou um ideal, que, embora ainda esteja freqüentemente muito longe da realidade, não esgotou, nas seis décadas que nos separam de sua formulação, seu potencial transformador e orientador.

Todos sabemos que ainda há uma distância muito grande entre o ideal explicitado na Declaração e a realidade: somos todos iguais, diz a Declaração, mas é a desigualdade, é a exclusão que caracterizam a realidade vivida por milhões de seres humanos. Somos livres, mas é a escravidão da necessidade ou a servidão aos poderosos que outros tantos milhões experimentam cotidianamente. A discriminação, a tortura, a prisão arbitrária, tudo isso que a Declaração categoricamente rejeita é, infelizmente, parte integrante da vida de muitos. Negam-se sistematicamente o direito à vida e à segurança, e assim poderíamos continuar indefinidamente, contrastando o ideal expresso na Declaração e a dura realidade, que parece negá-la ponto por ponto.

Mas nada disso, Sr. Presidente, é o mais relevante.

Que a realidade afronte o ideal faz parte da definição de um ideal, que indica, justamente, aquilo que deve ser, mas nem sempre é.

Na verdade, essa distância entre o ideal e a realidade, entre aquilo que vemos e condenamos – e condenamos porque temos o padrão posto pelo ideal para acusar o desvio – e aquilo que gostaríamos que

fosse, é ela que nos move, é isso que nos faz agir, é o que nos motiva a modificar o que temos e somos para nos adequar ao que gostaríamos de ter e de ser.

Esse ideal é levado, expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, está longe de se esgotar. Sua longevidade, que agora completou 60 anos, é prova incontestável, eu diria, de sua força. As coisas humanas são voláteis, mutáveis. Hoje vivemos em um mundo substantivamente diferente daquele recém-saído da Segunda Guerra Mundial, com todo o horror que revelou – o horror que nós, seres humanos, somos capazes de praticar – e com todas as transformações que a consciência desse horror é capaz de provocar. Não obstante isso, aquele conjunto de valores reunidos pelas Nações Unidas há 60 anos ainda brilha como uma luz que não permite que nos percamos novamente em trevas como as que obscureceram parte da história do século XX.

Não sei, Senador Marco Maciel, se estaremos aqui para comemorar o centenário da assinatura da Declaração. Deus queira que sim, que a Medicina evolua e que tenhamos essa longevidade de mais 40 anos.

Mas tal é a sua perenidade que, tenho certeza, essas minhas palavras seriam tão adequadas, então, quanto julgo que o são agora. Continuarão os valores afirmados pela Declaração a nos orientar.

Faço votos apenas de que já lá no centenário não tenhamos de lamentar a enorme distância entre a nossa realidade e o ideal, que, em conjunto, esses valores afirmam.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Nossos cumprimentos ao Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará.

Quero registrar a presença dos Srs. Senadores que estiveram no plenário por longo tempo, prestigiando a sessão e dela participando. São eles os Senadores: Jefferson Praia, Marco Maciel, Augusto Botelho, Paulo Paim, Tião Viana.

Com satisfação, concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Convidados, associe-me também a todas as manifestações já externadas no dia de hoje, em relação ao aniversário de 60 anos de comemoração da Declaração Universal dos Direitos Humanos e quero, inclusive, prestar aqui homenagem ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, Senador Paulo Paim, e destacar o debate que vem acontecendo na Comissão, no Senado e na sociedade sobre cidadania, dignidade, respeito, valorização do ser humano, que, no

fundo, é a realização dos direitos humanos na nossa sociedade. Aquilo que inspirou a proclamação da Declaração Universal de Direitos Humanos, tendo como base, inclusive, um contexto mundial, ainda deve ser abordado para que o respeito ao ser humano aconteça no mundo inteiro em situações de guerra, de penúria, de injustiça, de falta de paz. Mas que nós nos voltemos e também voltemos os olhos para nossa própria realidade, para que os direitos humanos, a dignidade, a cidadania, o respeito, direitos sociais, a valorização da justiça aconteça na nossa sociedade.

Quando nós pensamos no brasileiro, desde a concepção até a velhice – a pessoa, a mulher, a família esperando o filho, o filho nascendo, sendo criança, adolescente, adulto, constituindo família e se tornando uma pessoa idosa –; quando nós pensamos nessa caminhada do cidadão pela vida, pensamos também que essa caminhada deva vir acompanhada de direitos essencialmente sociais, quer dizer, saúde, atendimento na gestação, no parto, na educação, na assistência, na casa, na comida, no amparo à velhice e, particularmente, quando esses grupos, na caminhada pela vida, são marginalizados e desfavorecidos. Esse é o caso da pessoa com deficiência, é o caso da mulher em muitas situações, do negro, do índio, do pobre, de pessoas que precisam de atenção especial para se realizarem como pessoas e como cidadãos. E é esse debate que acontece no contexto geral e, particularmente, na Comissão de Direitos Humanos.

E, quando as pessoas inclusive perguntam qual a diferença de um país desenvolvido para um país menos desenvolvido, eu sempre digo: o país menos desenvolvido é aquele em que a pessoa, na sua caminhada pela vida, não tem as suas necessidades fundamentais atendidas. Não há educação para todos; não há trabalho para todos; não há casa para todos nem comida; o velho, o idoso, a pessoa idosa não é amparada; a criança nasce deficiente por falta de um pré-natal adequado. E o primeiro direito humano do cidadão com deficiência deveria ser o fato de não ficar deficiente por fatores que eventualmente pudessem ser evitados, como pré-natal, nascimento no hospital, teste do pezinho, e assim por diante.

Pensamos na Declaração Universal dos Direitos da ONU e imaginamos algo muito distante. Digo que não; é o nosso dia-a-dia, o nosso cotidiano. Nós, no Brasil, temos de batalhar para que esses direitos humanos, que é essa caminhada da pessoa pela vida, aconteçam aqui e agora, no Brasil e no mundo. Sem nos esquecermos dos outros, por exemplo, quando pensamos na comunidade muçulmana, sempre imaginamos o embate Oriente–Ocidente; e é desnecessário dizer que nós queremos que esse sentido de solidariedade se esten-

da para o mundo, porque, se houver a solidariedade no mundo – e a solidariedade significa justiça, e justiça significa valorizar o ser humano na sua caminhada pela vida –, teremos a paz. E a paz como a gente deseja. E dignidade como está escrito aqui, de maneira muito adequada; dignidade e justiça para todos nós.

Parabéns! E vamos em frente nesta luta, que é uma luta permanente. Estaremos sempre presentes nessa trincheira, sem dúvida alguma.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Agradeço ao Senador Flávio Arns. Cumprimento aos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Epitácio Cafeteira, Inácio Arruda, Mão Santa, Augusto Botelho, que ainda se encontram no plenário, além de continuar agradecendo a presença do Movimento Humanos Direitos, da Comissão Pastoral da Terra, Sinaï e das organizações que compõem o sistema ONU no Brasil.

Para encerrar a nossa sessão especial, vou conceder a palavra ao Exm^o Sr. Antônio Augusto Cançado Trindade, ex-Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos e Juiz Eleito da Corte Internacional de Justiça, dizendo, antes de o Sr. Trindade assumir a tribuna, que há uma sugestão do Senador Marco Maciel para que os pronunciamentos, alusivos aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de V. Ex^a, os do Senador Marco Maciel e os dos demais Senadores e Senadoras sejam publicados pela Mesa do Senado.

Da nossa parte, faremos gestão junto ao Presidente Garibaldi Alves para que essa iniciativa seja aceita e que depois o resultado desse trabalho seja encaminhado a todas as instituições, entidades, representações e autoridades que estiveram presentes e acompanham a luta em defesa dos direitos humanos.

Com a palavra, o Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade, para o encerramento desta histórica sessão em homenagem aos sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE – Sr. Presidente Senador José Nery; Sr. Senador Marco Maciel; Sr^{as} e Srs. Senadores da República, senhoras e senhores, é para mim uma grande honra poder retornar ao nosso País e ter acompanhado, com toda atenção, esta sessão histórica, no Plenário do Senado Federal, em comemoração dos sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Dado o avançado da hora, eu deixarei com o Senador José Nery a cópia do texto integral, para sua consideração, para inclusão nas Atas desta sessão, de minha mensagem a esta sessão. E serei bastante sintético em relação ao significado desta reunião histórica.

Em primeiro lugar, quando a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou, aos 10 de dezembro de

1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, não se podia antecipar que o processo histórico de generalização da proteção internacional dos direitos humanos estava sendo avançado em um dos breves lampejos de lucidez do séc.XX.

Hoje, decorridas seis décadas desde sua adoção, é inegável que a salvaguarda dos direitos humanos ocupa uma posição central na agenda internacional nesta primeira metade do século XXI. Com efeito, ao longo das seis últimas décadas, apesar de prolongadas divisões ideológicas do mundo, aqui assinaladas no decorrer desta sessão especial, a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos encontraram expressão na Declaração Universal, e daí se projetaram a sucessivos e numerosos instrumentos internacionais, a constituições nacionais e a instrumentos de legislação nacional.

Isso ocorreu por quê? Não tanto pelas personalidades que participaram da elaboração da Declaração Universal, tampouco pela forma que se deu àquele documento histórico, nem tampouco pelas circunstâncias de sua adoção. Ocorreu porque gerações sucessivas de seres humanos, de distintas culturas e em todo o mundo reconheceram na Declaração Universal, como ela mesma assinala, uma “meta comum a alcançar” que correspondia e dava expressão a suas mais profundas e legítimas aspirações.

Todos nós, Sr. Presidente, que atuamos no campo da proteção internacional dos direitos humanos, reconhecemos a importância deste ano de 2008, que comemora não apenas os 60 anos da Declaração Universal e também da Declaração Americana dos Direitos Humanos, que a precedeu em alguns meses, mas também os 60 anos da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio. Marca os 60 anos de um movimento irreversível que levou à consagração da capacidade jurídica internacional da pessoa. Subjacentes aos esforços e iniciativas desencadeados a partir da elaboração daquela declaração estavam as premissas básicas de que os direitos proclamados eram claramente concebidos: primeiro, como inerentes à pessoa humana e, portanto, superiores e anteriores a toda e qualquer forma de organização política, seja o Estado ou outra; e, em segundo lugar, que a ação de proteção de tais esses direitos não poderia se exaurir na ação do Estado.

O labor de elaboração foi brevíssimo, apenas dois anos, mas foi elaborado em um momento que captou as aspirações legítimas de todos os seres humanos e que continuam sendo as mesmas 60 anos depois. Em perspectiva histórica é altamente significativo que a Declaração Universal de 1948 tenha propugnado uma concepção necessariamente integral e holística de todos os direitos humanos transcendendo todas as divisões ideológicas das últimas décadas.

Apesar dessas divisões foi necessário esperar a 1ª Conferência Mundial, em 1968, a 2ª Conferência Mundial, em 1993, da qual eu tive a honra de participar em um comitê de redação, para que se afirmasse novamente a visão integral e holística da totalidade dos direitos proclamados na Declaração Universal.

A Declaração Universal abriu caminho para a adoção de mais de 70 tratados de direito humanos nos planos tanto universal como regional. Ela se projetou sobre as constituições nacionais de numerosos países, começou a ser aplicada pelos tribunais internacionais. Nos meus 12 anos de serviços prestados à Corte Interamericana de Direitos Humanos, em muitas ocasiões fizemos referência expressa em nossas sentenças à Declaração Universal.

Também passou a projetar-se em decisões dos tribunais nacionais, o que é muito significativo para transformar-se na linguagem comum da humanidade, nos planos internacional ou nacional.

Gradualmente, se formou a consciência universal da existência de direitos inerentes ao ser humano, superiores ao Estado e cuja proteção não se exaure na ação do Estado.

Por último, e para concluir, sem prejuízo do texto integral que confiarei a V. Ex^a, Sr. Presidente, para os *Anais* do Senado Federal desta reunião histórica, voltando nossos olhos tanto ao passado, como projetando-os ao futuro, é inegável que, ao longo das seis últimas décadas, tenha havido avanços consideráveis, sobretudo no processo de jurisdicionalização da Proteção Internacional dos Direitos Humanos. É este um domínio de proteção que não admite retrocessos. Com base na experiência que acumulei nos últimos anos, posso perfeitamente expressar a convicção de que esses avanços, em meio às dificuldades que ainda perduram, em última instância, se devem à consciência jurídica universal, que, mais além das fontes formais do Direito, a meu modo de ver, constituem a fonte material última não só do Direito Internacional, mas, na verdade, de todo o Direito. Continuam a afirmar a universalidade dos Direitos Humanos nos planos tanto normativo como operacional, tanto internacional como interno, como propugnado há seis décadas e como preservada a sua atualidade e perenidade em nossos dias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito obrigado pela honra que V. Ex^{as} me concederam. Guardarei a melhor das lembranças desta sessão especial histórica no plenário do Senado Federal do meu querido País.

Muito obrigado.(Palmas.)

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRIN-
DADE)**

A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS AO LONGO DAS SEIS ÚLTIMAS DÉCADAS

ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE¹

- Quando a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou, aos 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, não se podia antecipar que um processo histórico de generalização da proteção internacional dos direitos humanos estava sendo avançado, em um dos poucos lampejos de lucidez no decorrer do século passado. Hoje, decorridas seis décadas desde sua adoção, é inegável que a salvaguarda dos direitos humanos ocupa uma posição central na agenda internacional desta primeira década do século XXI. Com efeito, ao longo das seis últimas décadas, apesar de prolongadas divisões ideológicas do mundo, a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos encontraram expressão na Declaração Universal de 1948, e daí se projetaram a sucessivos e numerosos tratados e instrumentos de proteção, nos planos global e regional, e a Constituições e legislações nacionais, e se reafirmaram em duas Conferências Mundiais de Direitos Humanos (Teerã, 1968, e Viena, 1993).

Isto ocorreu, - como venho de assinalar na apresentação, que as Nações Unidas me confiaram, do arquivo histórico de sua célebre sessão de 1948, incorporado a sua Biblioteca Audio-Visual de Direito Internacional inaugurada aqui na sede da ONU em Nova York aos 28 de outubro de 2008, - não tanto pelas personalidades que participaram em sua elaboração, nem pela forma que se deu àquele

¹. Ph.D. (Cambridge); Ex-Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos; Juiz Eleito da Corte Internacional de Justiça (Haia); Professor Titular da UnB e do Instituto Rio-Branco; Membro Titular do *Curatorium* da Academia de Direito Internacional da Haia, e do *Institut de Droit International*; Professor Honorário e Doutor *Honoris Causa* por distintas Universidades na Argentina, Chile, Colômbia, México, Paraguai e Peru.

documento histórico, nem tampouco pelas circunstâncias de sua adoção: ocorreu porque gerações sucessivas de seres humanos, de distintas culturas e em todo o mundo, reconheceram na Declaração Universal uma "meta comum a alcançar" (um "*common standard of achievement*", tal como originalmente proclamada) que correspondia e dava expressão a suas mais profundas e legítimas aspirações.

Para todos os que atuamos no campo da proteção internacional dos direitos humanos, o ano de 2008 vem a ser particularmente significativo: marca os sessenta anos das Declarações Universal e Americana dos Direitos Humanos, assim como da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio. Marca os sessenta anos de um movimento universal irreversível de resgate do ser humano como sujeito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, dotado de plena capacidade jurídica internacional. Na época da adoção da Declaração Universal, era preocupação corrente a restauração do direito internacional em que viesse a ser reconhecida a capacidade processual dos indivíduos e grupos sociais no plano internacional².

Para isto contribuíram de modo decisivo as duras lições legadas pelos horrores da II guerra mundial. Já não se tratava de proteger indivíduos sob certas condições ou em situações circunscritas como no passado (e.g., proteção de minorias, de habitantes de territórios sob mandato, de trabalhadores sob as primeiras convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT), mas doravante de proteger o ser humano como tal.

Subjacentes aos esforços e iniciativas desencadeados a partir da elaboração e adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos estavam as premissas básicas de que os direitos proclamados eram claramente concebidos como inerentes à pessoa humana, a todos os seres humanos (e portanto anteriores e superiores a toda e qualquer forma de organização política ou social), e de que a ação de proteção de tais direitos não se exaure - não poderia se exaurir - na ação do Estado.

Para um instrumento internacional que passaria a assumir importância transcendental, como universalmente reconhecido em nossos dias, os *travaux préparatoires* da Declaração Universal de 1948 desenvolveram-se em um período de tempo relativamente curto. Resultou ela de uma série de decisões tomadas no biênio 1947-1948, a partir da primeira sessão regular da antiga Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas em fevereiro de 1947. Naquele momento já se dispunha de propostas a respeito, enviadas à Assembléia Geral das Nações Unidas no trimestre de outubro a dezembro de 1946.

Ao labor da antiga Comissão de Direitos Humanos das Nações

². Cf. A.A. Cançado Trindade, *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, 2a. ed., vol. I, Porto Alegre, S.A. Fabris Ed., 2003, pp. 33-87.

Unidas e de seu Grupo de Trabalho (maio de 1947 a junho de 1948), - com as consultas paralelas realizadas pela UNESCO em 1947³, - seguiram-se os debates da III Comissão da Assembléia Geral das Nações Unidas (setembro de 1948)⁴. O texto daí resultante, e aprovado, foi, enfim, adotado na forma da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948: dos então 58 Estados membros da ONU, 48 votaram a favor, nenhum contra, 8 se abstiveram e 2 encontravam-se ausentes na ocasião.

O projeto original de uma Declaração internacional sobre a matéria evoluíra rumo a um projeto de Declaração *Universal*; a busca da universalidade - com base na própria diversidade cultural - depreendia-se com clareza, e.g., das referidas consultas realizadas pela UNESCO (1947) como contribuição ao processo preparatório. O plano geral era de uma Carta Internacional de Direitos Humanos, do qual a Declaração seria apenas a primeira parte, a ser complementada por uma Convenção ou Convenções - posteriormente denominadas Pactos - e medidas de implementação (como, e.g., o direito de petição internacional). Estas últimas não constavam, pois, da Declaração Universal, que, no entanto, significativamente incluiu tanto os direitos civis e políticos (artigos 2-21) quanto os direitos econômicos, sociais e culturais (artigos 22-28).

Em perspectiva histórica, é altamente significativo que a Declaração Universal de 1948 tenha propugnado uma concepção necessariamente *integral* ou *holística* de todos os direitos humanos.

Transcendendo as profundas divisões ideológicas do mundo de seu próprio tempo, situou assim no mesmo plano todas as "categorias" de direitos - civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. No entanto, pouco após a adoção da Declaração de 1948, aquelas divisões do mundo na década de cinquenta levaram às categorizações dos direitos humanos, minando a visão holística dos mesmos, propugnada pela Declaração Universal.

³. Cf. [UNESCO,] *Los Derechos del Hombre - Estudios y Comentarios en torno a la Nueva Declaración Universal Reunidos por la UNESCO*, México/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1949, apêndice I, pp. 227-232.

⁴. Para um exame do processo preparatório, cf. R. Cassin, "La Déclaration Universelle et la mise en oeuvre des droits de l'homme", 79 *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de La Haye* (1951) pp. 183-279; J. Humphrey, *Human Rights and the United Nations: A Great Adventure*, Dobbs Ferry/N.Y., Transnational Publs., 1984, pp. lss.; Ch. de Visscher, "Les droits fondamentaux de l'homme, base d'une restauration du droit international", 45 *Annuaire de l'Institut de Droit International* (1947) pp. 1-13.

Não foi senão duas décadas depois, por ocasião da I Conferência Mundial de Direitos Humanos (Teerã, 1968), que se formulou a reasserção da interrelação de todos os direitos humanos (hoje universalmente reconhecida)⁵, em um mundo então dividido pela bipolaridade característica do período da guerra-fria. Tal asserção, seguida de sucessivas resoluções da Assembléia Geral da ONU no mesmo sentido, operou uma mudança considerável no tratamento das questões atinentes ao direitos humanos no plano internacional desde então. Quando a Proclamação de Teerã de 1968 avançou convincentemente a tese da indivisibilidade de todos os direitos humanos, estava assim resgatando a filosofia básica subjacente à Declaração Universal a esse respeito.

Com a gradual adoção das Convenções setoriais da ONU de direitos humanos e a operação de vários órgãos internacionais de supervisão das mesmas, em nada surpreende que, transcorridos 25 anos desde Teerã, a Declaração e Programa de Ação de Viena, documento adotado pela II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, junho de 1993), deixou-se marcar pelo reconhecimento da necessidade de assegurar uma melhor coordenação dos diversos instrumentos internacionais de proteção que passaram a coexistir nas duas décadas e meia anteriores. Ademais, concentrou sua atenção nos meios de assegurar a eficácia dos direitos humanos na prática, com atenção especial às pessoas discriminadas ou em situação de adversidade, aos grupos vulneráveis, aos pobres e aos socialmente marginalizados ou excluídos, em suma, a todos aqueles em grande necessidade de proteção. A Proclamação de Teerã correspondeu à fase legislativa, e a Declaração e Programa de Ação de Viena à fase de implementação, destes múltiplos instrumentos de proteção. Cada uma é produto, e dá testemunho, de seu tempo.

A Declaração Universal de 1948 abriu efetivamente caminho à adoção de sucessivos tratados e instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos (que a ela se referem em seus preâmbulos), que hoje operam em base regular e permanente, nos planos global e regional⁶. Em nada surpreende que a Declaração

⁵. Cf. A.A. Cançado Trindade, "L'interdépendance de tous les droits de l'homme et leur mise en oeuvre: obstacles et enjeux", 158 *Revue internationale des sciences sociales* - UNESCO/Paris (1998) pp. 571-582 (também publicado em inglês, árabe, chinês e russo); A.A. Cançado Trindade, "Nouvelles réflexions sur l'interdépendance ou l'indivisibilité de tous les droits de l'homme, une décennie après la Conférence Mondiale de Vienne", in *El Derecho Internacional: Normas, Hechos y Valores - Liber Amicorum J.A. Pastor Ridruejo* (eds. L. Caflisch et alii), Madrid, Universidad Complutense, 2005, pp. 59-73.

⁶. B. Boutros-Ghali, "Introduction", *Les Nations Unies et les droits de l'homme 1945-1995*, N.Y., U.N., 1995, pp. 3-133; A.A. Cançado Trindade, "The Current State of the International

Universal viesse logo a ser tida como uma interpretação autêntica e elaboração da própria Carta das Nações Unidas (no tocante em particular a suas disposições sobre direitos humanos), dando assim conteúdo a algumas de suas normas⁷. Ademais, a Declaração Universal também se projetou no direito interno dos Estados. Suas normas encontraram expressão nas Constituições nacionais de numerosos Estados, e serviram de modelo a disposições das legislações nacionais visando a proteção dos direitos humanos. A Declaração Universal passou a ser invocada ante os tribunais nacionais de numerosos países de modo a interpretar o direito convencional ou interno atinente aos direitos humanos e a obter decisões. A Declaração Universal, em suma, tem assim contribuído decisivamente para a incidência da dimensão dos direitos humanos no direito tanto internacional como interno.

Referências à Declaração Universal de 1948 passaram a figurar na jurisprudência dos tribunais internacionais, inclusive da Corte Internacional de Justiça⁸. Juntamente com as disposições sobre direitos humanos da Carta das Nações Unidas e de sucessivos tratados e instrumentos internacionais de proteção, a Declaração de 1948 veio a servir de base à ação internacional na salvaguarda dos direitos humanos. Com notável perspicácia, a Declaração Universal de 1948 conclamou à transformação das sociedades a fim de assegurar o gozo efetivo, por parte de todos, dos direitos protegidos, e afirmou e vasto alcance do princípio fundamental da igualdade e da não-discriminação. Em seu histórico Parecer Consultivo n. 18, de 17 de setembro de 2003, sobre a *Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados*, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, sob minha Presidência, tornou-se o primeiro tribunal internacional contemporâneo a situar expressamente este princípio fundamental no domínio do *jus cogens*.

Gradualmente se formou a consciência universal da existência de direitos inerentes a todos os seres humanos. A comunidade internacional como um todo, movida pela consciência jurídica universal, atribuiu à Declaração Universal a dimensão de que ela hoje desfruta, reconhecida na jurisprudência (internacional e

Implementation of Human Rights", *Hague Yearbook of International Law* (1990) pp. 3-29.

⁷. Cf. J. Humphrey, "The International Law of Human Rights in the Middle Twentieth Century", in *The Present State of International Law and Other Essays* (Centenary Celebration of the International Law Association 1873-1973), Deventer, Kluwer, 1973, pp. 101-105.

⁸. A.A. Cançado Trindade, "La jurisprudence de la Cour Internationale de Justice sur les droits intangibles", in *Droits intangibles et états d'exception* (ed. D. Pémont), Bruxelles, Bruylant, 1996, pp. 53-89.

nacional), incorporada no domínio do direito internacional consuetudinário, e dando expressão a alguns princípios gerais do direito universalmente reconhecidos. Não há que passar despercebido, no entanto, que, a despeito dos sensíveis avanços logrados no presente domínio de proteção nos últimos anos, ainda resta um longo caminho a percorrer, nesta primeira década do século XXI, a fim de assegurar a plenitude da proteção internacional dos direitos humanos. Um desafio atual reside na diversificação das fontes e formas das violações de direitos humanos. Às recorrentes violações "tradicionais", têm-se lamentavelmente acrescentado graves discriminações (contra membros de minorias e outros grupos vulneráveis, com base étnica, nacional, religiosa e linguística), a par de violações de direitos fundamentais, do Direito Internacional Humanitário e do Direito Internacional dos Refugiados. Há assim uma grande necessidade de conceber novas formas de proteção da pessoa humana (inclusive medidas de prevenção e seguimento, além de monitoramento contínuo)⁹.

Novos avanços na proteção *internacional* dos direitos humanos dependem hoje, em grande parte, de medidas *nacionais* de implementação. A ênfase nestas medidas deve dar-se sem prejuízo da preservação dos padrões internacionais de proteção. No presente domínio de proteção, o direito internacional e o direito interno encontram-se em constante interação, as jurisdições internacional e nacional se complementam na luta constante contra as manifestações do poder arbitrário. A aplicação das normas internacionais de proteção visa aprimorar, e não desafiar, as normas de direitos interno, em benefício de todos os seres humanos protegidos. E o direito interno logrará assegurar melhor proteção na medida em que incorporar os padrões de proteção requeridos pelos tratados de direitos humanos. Uma compreensão clara desta identidade fundamental de propósito requer, no entanto, uma mudança de mentalidade.

Por último, voltando nossos olhos ao passado assim como ao futuro, é inegável que têm efetivamente havido, ao longo das seis últimas décadas desde a adoção da Declaração Universal de 1948, avanços consideráveis, sobretudo no processo de *jurisdicionalização* da proteção internacional dos direitos humano. É este um domínio de proteção que não admite retrocesso algum, e que vem contribuindo, mais do que qualquer outro, à evolução do direito das gentes, à expansão gradual do conteúdo material do *jus cogens*, e revelando a necessidade premente em nossos dias de consolidar as obrigações *erga omnes* de proteção. Tais desenvolvimentos se devem à *consciência jurídica universal*, como fonte material última do Direito Internacional, e na verdade de

⁹. A.A. Cançado Trindade, *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, vol. III, Porto Alegre, S.A. Fabris Ed., 2003, pp. 417-434.

todo o Direito¹⁰. Continuam eles a afirmar a universalidade dos direitos humanos nos planos tanto normativo como operacional, - como propugnado há seis décadas pela Declaração Universal de 1948.

¹⁰. Para a sustentação desta tese, cf. A.A. Cançado Trindade, "International Law for Humankind: Towards a New *Jus Gentium* - General Course on Public International Law - Part I", 316 *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye* (2005), capítulo VI, pp. 177-202; A.A. Cançado Trindade, *A Humanização do Direito Internacional*, Belo Horizonte, Edit. Del Rey, 2006, pp. 3-409.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Nossos cumprimentos ao Dr. Antônio Cançado Trindade, pelo brilhante pronunciamento.

A solicitação de V. S^a será acolhida, para a publicação de seu pronunciamento na íntegra.

Quero agradecer ainda a presença do Sr. Javier López-Cifuentes, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a encerrar, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Eu concedo a palavra, para um rápido comunicado, ao Senador Romeu Tuma, registrando também a presença, no plenário, da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Eu prestei atenção na maioria dos pronunciamentos. Tive que dar uma saída, mas quero cumprimentar V. Ex^a e o Senador Paulo Paim pela força da realização de uma solenidade tão intensa e tão presente como esta que V. Ex^a está para encerrar.

Como estava falando o representante da ONU, o Dr. Cançado Trindade, eu vim correndo para cá para poder alcançá-lo. O Presidente me deu a dignidade e o benefício de representar o Senado, no mês de novembro, como observador da ONU, e eu tive muita sorte, Dr. Cançado Trindade.

Lá, Senador Marco Maciel, tive a oportunidade de acompanhar a reunião pela paz pedida pelo Rei da Arábia Saudita, que durou dois dias. Acho que me encontrei com V. Ex^a lá, e saí de lá espiritualmente convencido de que há uma idéia de que os direitos humanos estão intimamente ligados à paz. Isso ocorreu em virtude dos pronunciamentos que lá foram feitos por todos os que se inscreveram, todos os Chefes de Estado e seus representantes. Havia cinco Reis do Oriente, mais o Presidente de Israel, o da Palestina, o da Síria e o de vários outros países. Todos se referiram à importância da paz e à presença de Deus. E aqui isso foi dito pelo Paim.

Então, o Paim não disse nada de utópico quando expressou o desejo de uma formação humanitária para que todos tenham os mesmos direitos. Não é utópico, Sr. Presidente; depende da consciência de cada um, porque Deus nos pôs no mundo para termos uma relação de felicidade e de alegria. Quem contraria isso tem direito ao inferno e não ao céu.

Então, queria cumprimentar V. Ex^a, Dr. Cançado, pela presença aqui em boa hora, e dizer que a ONU tem uma importância vital. Quando se vai lá, não é para passear, Presidente. Há vários segmentos de importância vital para se acompanhar, com reflexo no Brasil.

Agradeço a V. Ex^a e peço desculpas por interromper, mas quero agradecer também os suplentes de vereadores, que estão aqui ansiosos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Agradeço ao Senador Romeu Tuma. Agradeço também a presença do Senador Gim Argello.

Antes de encerrar, comunico que, amanhã, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional prestará homenagem ao Juiz Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito para a Corte Internacional de Justiça.

Portanto, o Senado Federal, por meio dessa reunião na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em virtude de requerimento do Senador Eduardo Suplicy e de outros Srs. Senadores, torna possível ao Brasil, por intermédio do Senado Federal, congratular-se com o trabalho, a luta, o brilhante desempenho e o respeito internacional reconhecido ao Dr. Cançado Trindade.

Agradeço às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores, às entidades, ao Corpo Diplomático e aos Srs. Embaixadores presentes na sessão, pelo brilhantismo da participação de cada um.

Declaro encerrada a presente sessão especial. (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 32 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) (8)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) (6)
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (15)	2. Heráclito Fortes (DEM) (14)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) (11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (10)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB) (16)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB (4)	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi (9)

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
15. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
16. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. Serys Shhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PDT PSDB PMDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. n° 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (5)	
Patrícia Saboya (PDT) (3)	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO (1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (9)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) (12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) (4)
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB (7)	
Mozarildo Cavalcanti (8,11)	1. Ada Mello (14)
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO (3)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
- Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,17)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).

2. Eleito em 8.8.2007.

3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) (5,9)	6. VAGO (15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (11)
Virgínio de Carvalho (PSC) (6)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (13)	5. Kátia Abreu (DEM) (14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7)	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (10)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. VAGO (1)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) (7)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shlessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (3)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) (9)
Cícero Lucena (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (4)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello (6)	1.
PDT	
Jefferson Praia (8)	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
 10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
 11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (8)	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (10)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (9)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).

13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Shhessarenko (PT)	2. VAGO (4)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) (2)	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. VAGO (4)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽²⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Virginio de Carvalho (PSC) (13)	3. Kátia Abreu (DEM) (18,22)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (12)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
9. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) (1,5)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).
5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. n° 188/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) (3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Paulo Duque (PMDB) (8,10,11)
Gilvam Borges (PMDB) (5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (4)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) (3)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (2)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) (10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (7)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (11,14)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (6)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia (9)	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO (5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
Gerson Camata (PMDB) (3,12)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (8)
Kátia Abreu (DEM) (9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (6)	
VAGO (10)	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

12. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (5,8)	3. Gim Argello (PTB) (6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) (4)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (9)
PTB (3)	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomct@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS

PMDB

Roseana Sarney (MA)

DEM

Marco Maciel (PE) ⁽²⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

João Ribeiro (TO) ⁽³⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Renato Casagrande (ES) ⁽⁴⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

PSOL

Atualização: 27/11/2008

Notas:

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PR, conforme Of. nº 81/2008-GLDPR, datado de 27/11/2008, lido na Sessão dessa mesma data.

4. Indicado para ocupar a vaga do PSB em substituição à Senadora Patrícia Saboya, conforme Of. GLPSB nº 73/2008, de 26/11/2008, lido na Sessão de 27/11/2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADELMIR SANTANA		ALVARO DIAS	
<p>Congratulações à Senadora Kátia Abreu, por assumir a Presidência da Confederação Nacional de Agricultura. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.</p>	457	<p>Comentários sobre o transcurso de um ano da derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras – CPMF - e dos 40 anos do fim do Ato Institucional nº 5 – AI-5, ambos realizados no dia 13 de dezembro. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.</p>	456
<p>Observações que envolvem a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras – CPMF – e a baixa redução da carga tributária em alguns produtos. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.</p>	457	<p>Congratulações à Senadora Kátia Abreu, por assumir a Presidência da Confederação Nacional de Agricultura. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.</p>	456
<p>Requerimento nº 1.657, de 2008, que requer Voto de Louvor ao Turismo Social do SESC - Serviço Social do Comércio - por seus 60 anos de bons serviços prestados ao povo brasileiro.....</p>	492	<p>Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.</p>	532
ALOIZIO MERCADANTE		<p>Discussão do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.</p>	552
<p>Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....</p>	537	<p>Parecer nº 1.312, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176, de 1995, na Casa de origem).</p>	683
<p>Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....</p>	583	<p>Parecer nº 1.314, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2008 (nº 1.176, de 1995, na Casa de Origem).</p>	738
<p>Reflexão a respeito da aprovação de emenda à Medida Provisória nº 443, de 2008.....</p>	588		

	Pág.		Pág.
ANTONIO CARLOS JÚNIOR		ARTHUR VIRGÍLIO	
Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....	539	Registro do transcurso de um ano da derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras - CPMF.	455
Discussão do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.	550	Congratulações à Senadora Kátia Abreu, por assumir a Presidência da Confederação Nacional de Agricultura.	455
ANTONIO CARLOS VALADARES		Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.	482
Requerimento nº 1.658, de 2008, que requer tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, e do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, por versarem sobre a mesma matéria.	492	Apoio a sugestão do Senador José Nery de realizar uma sessão solene especial em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos com duração reduzida para não atrapalhar as votações.	486
Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....	545	Projeto de Lei do Senado nº 486, de 2008, que unifica a hora legal no território brasileiro.	530
Discussão do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....	557	Pedidos ao Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, que conceda o tempo necessário para o Senador Tasso Jereissati discorrer sobre a preocupação do Partido da Social Democracia Brasileira –PSDB - sobre a Medida Provisória nº 443, de 2008.	563
Discussão do Projeto de Resolução nº 60, de 2008, que autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América.	655	Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.	571
		Considerações acerca do processo de votação das matérias na Sessão.	589
		Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 444, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.	597
		Apelo à votação da Medida Provisória nº 448, que destina recursos em favor de Santa Catarina, em razão das enchentes que devastaram o Estado.	639
		Discussão do Projeto de Resolução nº 51, de 2008, que autoriza o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de cré-	

Pág.	Pág.
<p>dito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$3.217.500,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.....</p> <p>Discussão do Projeto de Resolução nº 59, de 2008, que autoriza o Município de Goiânia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns.</p> <p>Discussão do Projeto de Resolução nº 60, de 2008, que autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América.</p> <p>Discussão do Projeto de Resolução nº 65, de 2008, que autoriza o Estado do Acre a contratar crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América.</p> <p>Encaminhamento à votação do Projeto de Resolução nº 68, de 2008, que autoriza as Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até treze milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e um centavos, com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) da República Federal da Alemanha, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto Complexo São Bernardo..</p> <p>Encaminhamento à votação do Projeto de Resolução nº 69, de 2008, que autoriza o Município de Belém, Estado do Pará, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até sessenta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben).</p> <p>Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.</p>	<p>Esclarecimentos acerca de requerimento apresentado por Sua Excelência e pelo Senador José Agripino que pede preferência para a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 20.....</p> <p>Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. ...</p> <p>CÉSAR BORGES</p> <p>Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.</p> <p>CÍCERO LUCENA</p> <p>Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....</p> <p>Registro da matéria intitulada “Perguntas, só por perguntar”, publicada no jornal <i>Folha de São Paulo</i>, edição de 03 de setembro de 2008, da matéria intitulada “A POLÍCIA NÃO SABE COMO GRAMPEAR O PT”, publicada na revista <i>IstoÉ</i>, na edição de 3 de setembro de 2008, da matéria intitulada “Jobim diz que ABIN comprou ilegalmente malas de grampo”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>, na edição de 3 de setembro de 2008, do artigo intitulado “O Estado não é policial, é frouxo”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>, na edição de 2 de setembro de 2008, do artigo intitulado “O monstro vive”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>, na edição de 2 de setembro de 2008, do editorial intitulado “As instituições reagem”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, na edição de 5 de setembro de 2008, da matéria intitulada “A riqueza do pré-sal depende do tamanho dos investimentos”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, na edição de 31 de agosto de 2008, do editorial intitulado “Grampo no poder”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>, na edição de 2 de setembro de 2008, da matéria intitulada “Entidades cobram investigação de escuta ilegal”, publicada pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i>, na edição de 2 de setembro de 2008 e da matéria intitulada “A sombra do PT sobre a PF”, publicada na revista <i>Época</i>, na edição de 1 de setembro de 2008.....</p>
647	789
647	868
650	733
655	542
661	819
665	819
669	819
733	819

IV

	Pág.		Pág.
CRISTOVAM BUARQUE		DEMÓSTENES TORRES	
Apoio a sugestão do Senador José Nery de realizar uma sessão solene especial em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos com duração reduzida para não atrapalhar as votações.	486	Manifestação de dúvidas a respeito da candidatura à Presidência do Senado do Senador Garibaldi Alves Filho.	558
Requerimento nº 1.659, de 2008, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2008, de autoria de Sua Excelência, que permite que o desconto da contribuição patronal do imposto de renda das pessoas físicas, previsto na Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, seja feito em dobro quando o empregado doméstico freqüente instituição de ensino.	493	Menciona o artigo da Constituição Federal que veda a recondução para o mesmo cargo na Mesa do Senado Federal em eleição imediatamente subsequente.	559
Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. ...	850	Discussão do Projeto de Resolução nº 59, de 2008, que autoriza o Município de Goiânia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até cinqüenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns.	650
Observações a respeito do julgamento, no Supremo Tribunal Federal – STF, da lei do piso salarial dos professores. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	884	EDUARDO AZEREDO	
DELCÍDIO AMARAL		Considerações relativas à importância da área rural no Brasil. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	458
Discussão do Projeto de Resolução nº 51, de 2008, que autoriza o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$ 3.217.500,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.	646	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.	733
Encaminhamento à votação do Projeto de Resolução nº 68, de 2008, que autoriza as Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até treze milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e um centavos, com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) da República Federal da Alemanha, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto Complexo São Bernardo.	665	EDUARDO SUPLICY	
Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.	731	Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.	544
		Parecer nº 1.304, de 2008 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 444, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.	594
		Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. ...	875
		ELISEU RESENDE	
		Parecer nº 1.313, de 2008 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os	

	Pág.		Pág.
princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.....	673	Registro do artigo intitulado “O governo vai às compras?”, publicado pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 23 de outubro de 2008 e do artigo intitulado “Mal explicado”, publicado pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , na edição de 23 de outubro de 2008.....	835
FLÁVIO ARNS		Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. ..	884
Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. ..	885		
FLEXA RIBEIRO		GARIBALDI ALVES FILHO	
Elogios ao discurso da Senadora Kátia Abreu durante sua posse na Presidência da Confederação Nacional de Agricultura e pedidos de inclusão, nos Anais do Senado Federal, do referido discurso. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	456	Parecer nº 1.303, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (Medida Provisória nº 443, de 2008).	591
Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....	534	Parecer nº 1.305, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 51, de 2008.	648
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 444, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.	601	Parecer nº 1.306, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 59, de 2008.	652
Discussão do Projeto de Resolução nº 51, de 2008, que autoriza o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$ 3.217.500,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.....	647	Parecer nº 1.307, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 60, de 2008.	656
Encaminhamento à votação do Projeto de Resolução nº 69, de 2008, que autoriza o Município de Belém, Estado do Pará, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até sessenta e oito milhões e setecentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben).	669	Parecer nº 1.308, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 61, de 2008.	658
Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.....	732	Parecer nº 1.309, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 65, de 2008.	662
		Parecer nº 1.310, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 68, de 2008.	666
		Parecer nº 1.311, de 2008 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 69, de 2008.	670
		GERSON CAMATA	
		Requerimento nº 1.660, de 2008, que requer inserção em ata de Voto de Congratulações aos Senhores Jair Coser - Diretor-Presidente; Batista Mancini – Diretor de Comercialização; Ary Bortolini – Diretor Comercial; Carlos Honorato Ferreira – Diretor Comercial; Octavio Rudge – Diretor Superintendente; Fábio Coser Teixeira – Diretor Administrativo-Financeiro, todos da Companhia de Comércio Exterior – UNICAFÉ.	493
		GILVAM BORGES	
		Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2008, que veda o porte e o uso de armas letais pelo poli-	

	Pág.		Pág.
ciamento ostensivo em eventos públicos esportivos, religiosos, recreativos e afins.....	531	xa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....	555
HERÁCLITO FORTES		JAYME CAMPOS	
Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.	547	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.....	732
Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.....	735	JEFFERSON PRAIA	
Comentários acerca da situação do italiano Cesare Battisti, que se encontra preso na penitenciária do Distrito Federal, e críticas ao Governo Federal na questão dos atletas cubanos que foram devolvidos a Cuba, sem que se respeite a Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	878	Discussão do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.	551
IDELI SALVATTI		JOÃO PEDRO	
Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....	549	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. .	868
Discussão do Projeto de Resolução nº 65, de 2008, que autoriza o Estado do Acre a contratar crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América.	661	JOSÉ AGRIPINO	
INÁCIO ARRUDA		Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....	540
Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. ...	880	Requerimento nº 1.663, de 2008, que requer Destaque para votação em separado da Emenda nº 12, de autoria do Deputado Guilherme Campos, oferecida à Medida Provisória nº 443, de 2008 (Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008).	562
JARBAS VASCONCELOS		Requerimento nº 1.669, de 2008, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 84, de autoria do Deputado José Aníbal, oferecida à Medida provisória nº 443, de 2008 (Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008).....	562

	Pág.		Pág.
Comentários acerca da retirada de destaques de emendas.....	563	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.	733
Considerações acerca das emendas apresentadas por Sua Excelência à Medida Provisória nº 443, de 2008.	573	LÚCIA VÂNIA	
Requerimento nº 1.670, de 2008, que requer retirada do Requerimento nº 1.669, de 2008.....	575	Considerações acerca da importância da aprovação do Projeto de Resolução nº 59, de 2008, que autoriza o Município de Goiânia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns.	650
Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....	582	Congratulações à Senadora Kátia Abreu, por assumir a Presidência da Confederação Nacional de Agricultura.....	651
Apelo à votação da Medida Provisória nº 448, que destina recursos em favor de Santa Catarina, em razão das enchentes que devastaram o Estado.	639	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.....	737
Considerações acerca da votação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 20 antes da votação do fundo soberano. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	643	MÃO SANTA	
Encaminhamento de requerimento solicitando a preferência para a votação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 20, de 2008.	652	Reflexão a respeito da importância dos vereadores e pedidos de votação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 20.	791
Elogios ao Senador Eliseu Resende por seu trabalho como Relator, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000.	673	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. ...	877
Requerimento nº 1.674, de 2008, que requer preferência para votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2008.	786	MARCELO CRIVELLA	
Pedidos de entendimento acerca da votação das matérias.	788	Projeto de Resolução do Senado nº 70, de 2008, que suspende, por tempo indeterminado, o pagamento de dívidas, contraídas com União, pelo Estado do Rio de Janeiro e pelos municípios atingidos pelas enchentes.....	532
Esclarecimentos acerca de requerimento apresentado por Sua Excelência e pelo Senador Arthur Virgílio que pede preferência para a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 20. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	789	Discussão do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....	556
JOSÉ NERY		Pedidos pela votação da Lei da Pesca.	585
Observações a respeito da sucessão da Mesa Diretora do Senado Federal.....	587	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que esta-	
Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. ...	847		
KÁTIA ABREU			
Agradecimentos aos Senhores Senadores por estarem presentes na posse de Sua Excelência na Confederação Nacional de Agricultura.	651		

VIII

	Pág.		Pág.
belece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.	736	Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....	590
Observações sobre a importância de Jesus Cristo como exemplo de respeito e amor para os seres humanos.....	857	Considerações acerca da importância da aprovação do Projeto de Resolução nº 59, de 2008.	792
MARCO MACIEL		Enaltecimentos a aprovação do Plano Nacional de Viação.	792
Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.	733	Pedidos de votação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 20.	792
MARCONI PERILLO		MARINA SILVA	
Comentários acerca da má gestão que comanda a Petrobrás. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	459	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aparte ao Senador Inácio Arruda.....	880
Comentários acerca do discurso da Senadora Kátia Abreu durante sua posse na Presidência da Confederação Nacional de Agricultura, que destacou o agronegócio. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	459	MARIO COUTO	
Comentários sobre o transcurso de um ano da derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras - CPMF - e dos 40 anos do fim do Ato Institucional nº 5 – AI-5, ambos realizados no dia 13 de dezembro. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	459	Registro da matéria intitulada “Lula e PT foram derrotados no domingo”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 28 de outubro de 2008, da matéria intitulada “Pacote da era Lula chega a R\$ 207 bilhões”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 23 de outubro de 2008, da matéria intitulada “Risco de quebraadeira leva governo a editar MP”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 23 de outubro de 2008 e do artigo intitulado “Acenderam a luz vermelha”, publicado pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 28 de outubro de 2008.....	810
Requerimento nº 1.664, de 2008, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 14 ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (Medida Provisória nº 443/2008).	562	MOZARILDO CAVALCANTI	
Requerimento nº 1.665, de 2008, que requer destaque para a votação em separado da Emenda nº 15 ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (Medida Provisória nº 443/2008).	562	Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.	481
Requerimento nº 1.666, de 2008, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 29 ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (Medida Provisória nº 443/2008).	562	Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 444, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.	600
Requerimento nº 1.667, de 2008, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 36 ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (Medida Provisória nº 443/2008).	562		
Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....	590		

Pág.	Pág.	
OSMAR DIAS		
	PATRÍCIA SABOYA GOMES	
Congratulações à Senadora Kátia Abreu, por assumir a Presidência da Confederação Nacional de Agricultura. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	Pedidos pela votação da Lei da Pesca. 587	
459	Preocupação com a situação da juventude no Brasil..... 845	
PAULO PAIM		
Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.	Análise sobre a importância da música para a juventude. 488	
546	Análise sobre a importância da aprovação da Lei nº 11.508, de julho de 2008, que trata das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) e considerações sobre a criação de ZPEs no Rio Grande do Sul..... 488	
PAPALÉO PAES		
Observações sobre a crise financeira mundial, pedindo atenção da sociedade brasileira para este momento delicado. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. .. 854	
461	PEDRO SIMON	
Congratulações à Senadora Kátia Abreu, por assumir a Presidência da Confederação Nacional de Agricultura. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	Considerações acerca da candidatura à Presidência do Senado do Senador Garibaldi Alves Filho..... 560	
461	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. .. 857	
RAIMUNDO COLOMBO		
Discussão do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....	Elogios ao papel da oposição por se empenhar para melhorar a Medida Provisória nº 443, de 2008..... 574	
553	Apelo à votação da Medida Provisória nº 448, que destina recursos em favor de Santa Catarina, em razão das enchentes que devastaram o Estado. Aparte ao Senador Arthur Virgílio..... 640	
Críticas à imposição da votação do fundo soberano. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	Apelo à votação da Medida Provisória nº 448, que destina recursos em favor de Santa Catarina, em razão das enchentes que devastaram o Estado, alegando não ser necessária discussão a respeito da matéria. 646	
642	Críticas a respeito da falta de entendimento entre os Líderes. 793	
Relato sobre a instalação dos trabalhos da Comissão Temporária para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal.....	RENATO CASAGRANDE	
801	Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002,	
Relato a respeito da escassez de medicamentos na farmácia, em consequência da crise econômica, e considerações sobre os dados do estudo do Ministério da Saúde intitulado "Saúde Brasil 2007", baseado em registros do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM).	801	
Convocação dos cidadãos do País a reforçarem a vigília contra o aumento de preços, em razão dos efeitos da crise econômica.	801	
Registro da matéria intitulada "Lula tenta enganar, mas a crise está aí", publicada pela revista <i>Época</i> , edição de 27 de outubro de 2008.	801	
Registro da matéria intitulada "Abaixo a Medida Provisória", publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 17 de dezembro de 2008.....	801	

	Pág.		Pág.
10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.....	542	Críticas à oposição por não cumprir o que foi acordado acerca da votação das matérias.	789
Preocupação quanto à candidatura do Senador Garibaldi Alves Filho à Presidência do Senado.	559	Comentários acerca da ordem da votação. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	790
Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.	735	Registro do recebimento e considerações sobre o Relatório de Ações Sociais 2007, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). .	843
Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. .	876		
ROMERO JUCÁ		ROMEU TUMA	
Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.	568	Elogios ao discurso da Senadora Kátia Abreu durante sua posse na Presidência da Confederação Nacional de Agricultura e pedidos de inclusão, nos Anais do Senado Federal, do referido discurso. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	455
Requerimento nº 1.671, de 2008, que requer retirada da Emenda nº 112, de autoria de Sua Excelência, oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 30 de 2008.	590	Homenagem pelo transcurso dos 60 anos do Turismo Social do SESC - Serviço Social do Comércio.	844
Requerimento nº 1.672, de 2008, que requer retirada da Emenda nº 114, de autoria de Sua Excelência, oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 30 de 2008.	591	Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e relato da importância da Organização das Nações Unidas - ONU.....	893
Críticas ao bloqueio da votação, destacando que a matéria do fundo soberano e a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 20 precisam ser votadas imediatamente. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	641		
Apoio à proposta do Senador Raimundo Colombo, que alega não ser necessária discussão a respeito da Medida Provisória nº 448, que destina recursos em favor de Santa Catarina, pois foi votada unanimemente na Câmara Federal.	646	ROSALBA CIARLINI	
Requerimento nº 1.675, de 2008, que requer preferência para o Projeto de Lei da Câmara nº 164 – Fundo Soberano.	787	Pedidos pela votação da Lei da Pesca.	587
Requerimento nº 1.676, de 2008, que requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 2008, que “Cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB, dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações e dá outras providências.	787	Congratulações à Senadora Kátia Abreu, por assumir a Presidência da Confederação Nacional de Agricultura.....	651
Considerações sobre requerimento apresentado pelos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino que pede preferência para a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 20.	788	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.	735
		Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. .	876
		SÉRGIO GUERRA	
		Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 444, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.....	602
		Registro da matéria intitulada “No AM, Lula elogia prefeito suspeito de desvio e fraude”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 11 de setembro de 2008, da matéria intitulada “Parlamentares admitem ineficiência no controle da ABIN”, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> , na edição de 7 de setembro de 2008 e da matéria intitulada “Servidores do Executivo já superam 1 milhão”, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> , na edição de 7 de setembro de 2008.	839

	Pág.	XI	Pág.
SERYS SLHESSARENKO			
Requerimento nº 1.673, de 2008, que requer dispensa de publicação de redação final.....	649		
Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. ..	883		
TASSO JEREISSATI			
Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.	484		
Requerimento nº 1.661, de 2008, que requer destaque para a votação em separado do art. 7º e seus §§ 1º e 2º do Projeto de Lei de Conversão nº 30 de 2008.....	561		
Requerimento nº 1.662, de 2008, que requer destaque para a votação em separado da Emenda nº 4, que dá nova redação ao art. 1º à Medida Provisória nº 443 (Projeto de Lei de Conversão nº 30), de 21 de outubro de 2008.	562		
Requerimento nº 1.668, de 2008, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 55 que suprime o art. 4º da Medida Provisória nº 443 (Projeto de Lei de Conversão nº 30), de 21 de outubro de 2008.	562		
Encaminhamento à votação do Projeto de Conversão nº 30, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008), que autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004 e 11.774, de 17 de setembro de 2008 e dá outras providências.	564		
Discussão do Projeto de Resolução nº 60, de 2008, que autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação d crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América.	655		
TIÃO VIANA			
Apio a sugestão do Senador José Nery de realizar uma sessão solene especial em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos com duração reduzida para não atrapalhar as votações.		486	
Discussão do Projeto de Resolução nº 65, de 2008, que autoriza o Estado do Acre a contratar crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América.		661	
VALDIR RAUPP			
Lança o nome do Senador Garibaldi Alves Filho como candidato à Presidência do Senado pela bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.		558	
Parecer nº 1.302, de 2008 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 30, de 2008, originado da Medida Provisória nº 443, de 2008, o qual autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências.		572	
Comemoração dos 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. ..		850	
VALTER PEREIRA			
Parecer nº 1.301, de 2008 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 30, de 2008, originado da Medida Provisória nº 443, de 2008, o qual autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências.		469	
Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2000 (nº 1.176/1995, naquela Casa), que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.		737	